Moisés Julierme Stival Soares

O espaço do patrimônio na "Cidade-Modelo":

instrumentos, práticas e conflitos
no Centro Antigo de Curitiba.

São Paulo
2017

MOISÉS JULIERME STIVAL SOARES

O espaço do patrimônio na “Cidade-Modelo”: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Bressan Pinheiro

EXEMPLAR REVISADO E ALTERADO EM RELAÇÃO À VERSÃO ORIGINAL, SOB RESPONSABILIDADE DO AUTOR E ANUÊNCIA DO ORIENTADOR.

O original se encontra disponível na sede do programa
São Paulo, 17 de maio de 2017.

São Paulo, 2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

E-mail do autor: moises.stival@yahoo.com.br

Soares, Moisés Julierme Stival

S676e O espaço do patrimônio na “Cidade-Modelo”: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba. / Moisés Julierme Stival Soares. -- São Paulo, 2017.
361 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP.
Orientadora: Maria Lucia Bressan Pinheiro

1. Patrimônio cultural (Preservação) – Curitiba (PR) 2. Planejamento territorial urbano 3. Reciclagem urbana I. Título

CDU 7.025.4

ATA DE DEFESA

Aluno: 16133 - 9246157 - 1 / Página 1 de 1

Ata de defesa pública de Dissertação do(a) Senhor(a) Moisés Julierme Stival Soares no Programa: Arquitetura e Urbanismo, do(a) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

Aos 07 dias do mês de abril de 2017, no(a) sala nº 24 realizou-se a Defesa da Dissertação do(a) Senhor(a) Moisés Julierme Stival Soares, apresentada para a obtenção do título de Mestre intitulada:

"O espaço do patrimônio na "cidade-modelo": instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba "

Após declarada aberta a sessão, o(a) Sr(a) Presidente passa a palavra ao candidato para exposição e a seguir aos examinadores para as devidas arguições que se desenvolvem nos termos regimentais. Em seguida, a Comissão Julgadora proclama o resultado:

Nome dos Participantes da Banca	Função	Sigla da CPG	Resultado
Maria Lucia Bressan Pinheiro	Presidente	FAU - USP	<u>aprovado</u>
Manoela Rossinetti Rufinoni	Titular	UNIFESP - Externo	<u>aprovado</u>
Ana Paula Farah	Titular	PUCC - Externo	<u>APROVADO</u>

Resultado Final: APROVADO

Parecer da Comissão Julgadora *

A BANCA DESTACA A QUALIDADE DO TRABALHO, A DIVERSIDADE DE FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS, E RECOMENDA SUA PUBLICAÇÃO.

Eu, Dina Vasconcellos Leone DINA VASCONCELOS LEONE, lavrei a presente ata, que assino juntamente com os(as) Senhores(as). São Paulo, aos 07 dias do mês de abril de 2017.

Manoela Rossinetti Rufinoni

Ana Paula Farah

Maria Lucia Bressan Pinheiro
Presidente da Comissão Julgadora

* Obs: Se o candidato for reprovado por algum dos membros, o preenchimento do parecer é obrigatório.

A defesa foi homologada pela Comissão de Pós-Graduação em 11/04/17 e, portanto, o(a) aluno(a) faz jus ao título de Mestre em Ciências obtido no Programa Arquitetura e Urbanismo - Área de concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.

Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Às minhas avós Hermínia (*in memoriam*) e Zuleima (*in memoriam*),
minhas primeiras professoras que me ensinaram a amar e ter orgulho das minhas raízes,
meu maior patrimônio cultural.

AGRADECIMENTOS

Apesar de se dizer que a pesquisa de mestrado é um trabalho solitário e árduo, a ajuda e participação de algumas pessoas tornaram a sua realização mais prazerosa, às quais devo todo meu agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, que é minha fonte de luz, coragem, discernimento e perseverança, a quem recorri em diversos momentos difíceis para conseguir trilhar esse caminho.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que, pela Superintendência do Paraná e, especialmente, pelo Superintendente José La Pastina Filho, me proporcionou a dedicação integral a este trabalho. Agradeço também pelos seus ensinamentos, amizade e sugestões para o desenvolvimento dessa pesquisa, e ainda por ter me incentivado a prosseguir os estudos.

Agradeço à minha orientadora Prof.^a Dr.^a Maria Lucia Bressan Pinheiro, que aceitou trilhar e participar a fundo da elaboração dessa pesquisa sobre minha cidade natal. A ela só posso ser grato por estar presente nos momentos mais decisivos, pelo seu apoio, confiança e paciência e, enfim, pela sua contribuição nos rumos da pesquisa. Muito obrigado por acreditar em mim e por todos os seus ensinamentos.

Desejo agradecer às valiosíssimas contribuições dos professores da banca de qualificação, Dr. Paulo César Garcez Marins e Dr.^a Juliana Harumi Suzuki, que fizeram cuidadosas observações e preciosas sugestões ao encaminhamento do trabalho, com grande incentivo.

Agradeço também às professoras Dr.^a Ana Paula Farah e Dr.^a Manoela Rossinetti Rufinoni pelas suas valiosas reflexões, contribuições e recomendações no exame de defesa, que ampliaram as perspectivas dessa pesquisa.

Agradeço à professora Dr.^a Flávia Brito do Nascimento que contribuiu com valiosas sugestões e referências, e ainda me concedeu a oportunidade de apresentar e discutir a minha pesquisa de mestrado em sua disciplina de graduação.

Tive a oportunidade de aprender muito com as atividades de Estágio em Docência promovidos pela universidade, desta maneira agradeço à Prof.^a Dr.^a Beatriz Mugayar Kühl que contribuiu muito para as reflexões teóricas desse trabalho e ainda tornou essa experiência muito proveitosa.

Aos agentes entrevistados e consultados, que permitiram elucidar fatos, acrescentar informações, e principalmente contar sobre suas experiências na elaboração das políticas patrimoniais de Curitiba.

Durante a elaboração da pesquisa foram essenciais a consulta aos arquivos, agradeço às equipes da Casa da Memória, à Fundação Cultural de Curitiba, ao bibliotecários e arquitetos do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, e aos arquitetos e historiadores da Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, os quais sempre estiveram dispostos a me auxiliar.

À minha esposa Juliana, com quem dividi cada momento do mestrado, por todo seu amor, apoio e compreensão, especialmente nos diversos momentos de estudo e isolamento. Por todas as alegrias que vivenciamos juntos nesse caminho.

À minha família, em especial minha mãe, por ser a base de tudo, pela fé e valores a mim repassados, e por compreender minhas ausências e alterações de humor. Caminhou e compartilhou comigo todas as etapas, as dificuldades e as dúvidas.

Aos meus cunhados Cibely e Fabio que me apoiaram e ajudaram muito nos primeiros semestres em São Paulo para conseguir viabilizar essa pesquisa.

Aos meus parceiros e amigos da Superintendência do Iphan no Paraná, das divisões Administrativa e Técnica. Em particular, agradeço a Celia Regina Carrano de Oliveira, Daniela Gadotti Sophiati, José Luiz Desordi Lautert, Juliano Martins Doberstein e Lia Mity Ono que contribuíram com seu apoio, incentivo, conselhos ou sugestões.

Aos amigos pela alegria, pelos conhecimentos oferecidos e por todo apoio que recebi durante essa trajetória. À Letícia Nardi que me incentivou desde a elaboração do projeto de pesquisa e que esteve sempre por perto para discutirmos os resultados. À Rosina Coeli Alice Parchen por sua amizade, sugestões e incentivo ao longo desse percurso. À Luz Amarily Araújo Espinoza e Bernard Greim, meus antigos estagiários, amigos e colegas, pelas nossas prazerosas e infindáveis discussões sobre a preservação do patrimônio cultural paranaense e curitibano. À Lilian Louise Fabre Santos com quem tive o prazer de trabalhar nesses últimos anos, a quem devo agradecer pela oportunidade de compartilhar os resultados da pesquisa com seus alunos lageanos. À Michele Francisca Prado que sempre esteve por perto, apesar das minhas ausências, para ouvir os meus desabafos e êxitos dessa trajetória. A Gustavo de Almeida Sampaio, a quem agradeço muito pelas parcerias, trabalhos e discussões.

RESUMO

SOARES, Moisés Julierme Stival. **O espaço do patrimônio na “Cidade-Modelo”**: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba. 2017. 361 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A dissertação estuda a relação das políticas patrimoniais do Centro Antigo de Curitiba com o processo de planejamento urbano da capital paranaense. O período estudado parte da elaboração de planos urbanísticos pelos arquitetos Jorge Wilhelm, Jaime Lerner, Cyro Corrêa Lyra e por urbanistas do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), entre 1965 e 1970, e se estende até a implantação dos planos durante as duas primeiras gestões de Jaime Lerner como prefeito, entre 1971 e 1983. É nesse contexto que o Centro Antigo de Curitiba passa por revitalizações e ações de reconhecimento e proteção do seu patrimônio urbano, como: a criação do Setor Histórico de Curitiba e o tombamento da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro; e ainda intervenções viárias, de pedestrianização e de revitalização, as quais visavam introduzir usos voltados ao turismo, cultura e lazer. Tais intervenções foram executadas em um cenário político e econômico favorável a grandes obras urbanísticas, durante o Regime Militar, as quais foram caracterizadas pela utilização de diversas estratégias políticas, técnicas e de *city-marketing*, com o intuito de atrair investidores, indústrias e turistas para dinamizar a economia do município. Ao longo dessa trajetória, porém, diversas tensões, contradições e conflitos são evidenciados, como a exclusão de bens e áreas importantes para a história da cidade do perímetro de proteção do Setor Histórico; demolições e alargamentos viários; a remoção de usos populares e moradores das áreas revitalizadas; e ainda os fortes embates com a população local. Empreendemos, então, nossos esforços para analisar e discutir essas questões, a fim de compreender qual era o espaço do patrimônio nas políticas urbanísticas de Curitiba, apoiando-se fortemente na revisão bibliográfica de autores da historiografia da preservação do patrimônio cultural e do planejamento urbano, em fontes primárias de documentos e em entrevistas com alguns dos principais agentes envolvidos. Desse modo, a pesquisa se insere no âmbito das discussões relativas à preservação de conjuntos históricos no Brasil, e proporciona uma contribuição especial para a avaliação da articulação entre as políticas patrimoniais e o planejamento urbano no contexto brasileiro.

Palavras-chave: Patrimônio cultural (Preservação) – Curitiba (PR); Planejamento territorial urbano; Reciclagem urbana.

ABSTRACT

SOARES, Moisés Julierme Stival. **Cultural heritage place in the "model city"**: instruments, practices and conflicts in the historic center of Curitiba. 2017. 361f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation studies the relationship between cultural heritage policies in the historic center of Curitiba/PR and the urban planning process of the city. The period studied starts with the elaboration of urban plans by architects such as Jorge Wilhelm, Jaime Lerner, Cyro Corrêa Lyra and by urban planners from the Institute of Urban Planning and Research of Curitiba (IPPUC), between 1965 and 1970. It also includes the implementation of plans during the first administrations of the Mayor Jaime Lerner, between 1971 and 1983. It was in this context that revitalizations and actions to recognize and protect urban heritage were carried out in the historic center. Those actions include: the creation and protection of the Historical Sector of Curitiba by the municipality; the protection of the Urban Landscape of XV de Novembro street by the state government; and also architectural and urban interventions in order to organize the road system, to create some walkable streets and to ennoble revitalized areas through the introduction of touristic, cultural and leisure uses. These interventions were carried out in a favorable political and economic context to large urban projects, during the Military Regime, which were characterized by several political, technical and *city-marketing* strategies, with the purpose of attracting investors, industries and tourists to develop the economy of the municipality. However, throughout this trajectory some tensions, contradictions and conflicts are evidenced, such as the exclusion of important areas to the urban history from the protection perimeter of the Historical Sector; demolitions to prioritize the road system; removal of popular uses and residents from the revitalized areas; and strong conflicts with the local population. We undertake our efforts to analyze and discuss these issues to understand which was the place of the cultural heritage in the urban policies of Curitiba. The analysis and discussion are strongly supported by the bibliographical review of authors of historiography of the conservation of cultural heritage and urban planning, primary sources of documents and interviews with some of the main actors involved. Therefore, the research is considered part of the discussion on conservation of historical sites in Brazil and provides a special contribution to the evaluation of the articulation between heritage policies and urban planning.

Keywords: Cultural heritage (Conservation) – Curitiba (PR); Urban planning; Urban revitalization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Planta de Curitiba, datada de 1857, atribuída ao engenheiro francês Pierre Taulois.....	44
Figura 2: Mapa de Curitiba datado de 1894.	47
Figura 3: Esquema do planejamento viário do Plano Agache com o sistema de avenidas perimetrais ao redor do Centro Comercial.....	49
Figura 4: Mapa da delimitação do Centro Comercial feita por Agache.....	51
Figura 5: Mapa das demolições propostas por Agache no Centro Antigo.	52
Figura 6: Vista do Centro Antigo de Curitiba na direção oeste, na década de 1950.	53
Figura 7: Vista do Centro Antigo de Curitiba na direção oeste da cidade, no final da década de 1960.....	54
Figura 8: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960.	54
Figura 9: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960.	55
Figura 10: Vista da Praça Tiradentes, em direção ao norte da cidade, na década de 1960.....	55
Figura 11: Vista da região do Largo da Ordem, no Eixo São Francisco.	56
Figura 12: Vista do Largo da Ordem e do antigo bebedouro na década de 1960.	56
Figura 13: Vista da praça Garibaldi (antigo largo do Rosário) no Eixo São Francisco, na década de 1960.....	57
Figura 14: Vista da rua do Rosário, próximo ao Eixo São Francisco, na década de 1960.	57
Figura 15: Mapa das demolições propostas por Agache e pelo Departamento de Urbanismo, com consultoria de Prestes Maia, executadas entre as décadas de 1940 e 1960.....	61
Figura 16: Vista área da região da Marechal Deodoro na década de 1960.	62
Figura 17: Anúncio do jornal Diário do Paraná sobre plano viário de Curitiba.	73
Figura 18: Zoneamento do Plano Preliminar de Urbanismo, de 1965.	74
Figura 19: Mapa do sistema viário no PPU, de 1965.	74
Figura 20: Proposta de Wilhelm para o sistema viário na região do Centro Antigo e do Centro Principal.	76
Figura 21: Quadro de imagens dos bens coloniais que foram demolidos, substituídos ou reformados no final do século XIX.	81
Figura 22: Quadro de imagens dos bens coloniais que foram demolidos e substituídos no início do século XX.	82
Figura 23: Vista do conjunto da rua José Bonifácio, entre o Largo da Ordem e a Catedral, provavelmente no final da década de 1960.	83
Figura 24: Vista do conjunto da rua José Bonifácio, no Largo da Ordem, antes da abertura da via Estrutural Norte.	83
Figura 25: Vista panorâmica atual da Praça Generoso Marques com o Paço da Liberdade.....	86
Figura 26: Proposta de pedestrianização da Rua XV de Novembro e da Praça Generoso Marques.....	87
Figura 27: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960, após o alargamento executado na quadra entre as ruas Marechal Floriano Peixoto e Dr. Muricy.....	89

Figura 28: Uma das palestras dos seminários “Curitiba de Amanhã”, em 1965.....	96
Figura 29: A primeira proposta do Setor Histórico esboçada por Jaime Lerner.	105
Figura 30: Estudo para a preservação da região do bairro São Francisco em Curitiba..	126
Figura 31: Igreja luterana da comunidade do Redentor no bairro São Francisco.	127
Figura 32: Clube Concórdia	127
Figura 33: Mapa referente à definição da área de estudo para a elaboração do PRSHC.....	134
Figura 34: Vista da rua Saldanha Marinho na quadra entre as ruas José Bonifácio e do Rosário, nas proximidades da Catedral.....	135
Figura 35: Vista da rua Saldanha Marinho na quadra entre as ruas do Rosário e Dr. Muricy.	135
Figura 36: Vista da quadra da Rua Mateus Leme excluída do PRSHC.	135
Figura 37: Vista da quadra da Rua Riachuelo excluída do PRSHC.....	135
Figura 38: Vista do conjunto da Rua José Bonifácio no início da década de 1970..	136
Figura 39: Vista das quadras localizadas à nordeste da Praça Tiradentes.	138
Figura 40: Vista da quadra localizada à noroeste da Praça Tiradentes.	138
Figura 41: Vista panorâmica da quadra voltada à sudeste da Praça Tiradentes.	139
Figura 42: Vista panorâmica da quadra voltada à sudoeste da Praça Tiradentes.	139
Figura 43: Vista da Rua XV de Novembro, entre as av. Marechal Floriano Peixoto e a Al. Dr. Muricy.....	139
Figura 44: Vista da Rua XV de Novembro no trecho entre a rua Monsenhor Celso e Barão do Rio Branco.....	140
Figura 45: Mapa 01 – análise da arquitetura.	145
Figura 46: Paço da Liberdade.....	146
Figura 47: Praça Dr. João Cândido e o Belvedere.	146
Figura 48: Praça Dr. João Cândido e as Ruínas de São Francisco.....	147
Figura 49: Atual Solar do Rosário.....	147
Figura 50: Atual Galeria de Arte “Um lugar ao Sol”	147
Figura 51: O antigo Solar da família Guimarães e, na esquina, o antigo Hotel São José e Machadinho (hotel de alta rotatividade).	148
Figura 52: Casa Hoffmann.	148
Figura 53: Ferragens Hauer.....	148
Figura 54: Antiga Companhia das Anilinas.	148
Figura 55: Conjunto de sobrados no entorno do Paço da Liberdade.....	148
Figura 56: A Casa Vermelha	149
Figura 57: Pavilhão dos fundos da Casa Vermelha.	149
Figura 58: Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas.	150
Figura 59: Casa Romário Martins.....	150

Figura 60: Palacete Wolf.	150
Figura 61: Palácio Garibaldi.....	150
Figura 62: Casa Edith.	151
Figura 63: Palácio Hauer-Frischmann.	151
Figura 64: Trecho do Mapa 01 – análise da arquitetura	152
Figura 65: Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.	152
Figura 66: Conjunto de sobrados na Rua São Francisco.....	152
Figura 67: Residência na Rua Jaime Reis, datada de 1919.....	152
Figura 68: Antiga Vila Ida.....	152
Figura 69: Casa João Turin.....	153
Figura 70: Casa localizada na esquina das ruas Mateus Leme e Treze de Maio	153
Figura 71: Trecho do Mapa 01.	153
Figura 72: Igreja do Rosário	154
Figura 73: Palácio São Francisco	154
Figura 74: Conjunto de edificações do início do século XX, que compõem o pano de fundo de uma das laterais da Praça Dr. João Cândido, na Av. Jaime Reis.	154
Figura 75: Conjunto de edificações na Rua Riachuelo, provavelmente das primeiras décadas do século XX, localizadas nas proximidades do Paço da Liberdade.....	154
Figura 76: Sede da Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko.	154
Figura 77: Conjunto de edificações, do início do século XX, localizadas no início da Rua Dr. Muricy.	154
Figura 78: Conjunto de edificações art-déco localizadas na esquina das ruas Riachuelo e Alfredo Bufrem.	156
Figura 79: Conjunto de edificações art-déco e ecléticas, localizadas na lateral direita do Paço da Liberdade. ...	156
Figura 80: Igreja Presbiteriana de Curitiba.....	156
Figura 81: Edifícios no entorno do Paço da Liberdade, localizados na Rua Riachuelo.	156
Figura 82: Edifício na esquina das ruas Barão do Serro Azul e São Francisco.	156
Figura 83: Conjunto de edificações art-déco na Rua Riachuelo.....	156
Figura 84: Trecho do Mapa 02 – Altura das edificações.	157
Figura 85: Mapa 03 – Uso do Solo.	158
Figura 86: Trecho do Mapa 01.	161
Figura 87: Mapa referente à delimitação da poligonal de proteção do Setor Histórico no PRSHC.....	162
Figura 88: Mapa 05 – Medidas de Preservação.....	164
Figura 89: Edifício na esquina das ruas Riachuelo e travessa Tobias de Macedo.....	166
Figura 90: Edifício localizado na Rua Riachuelo, próximo à esquina com a Rua São Francisco.	166
Figura 91: Trechos dos Mapas 01 e 05.....	166

Figura 92: Vista da Rua Dr. Claudino dos Santos da sacada da Casa Hoffmann.	170
Figura 93: Vista do conjunto da Rua Dr. Claudino dos Santos.	171
Figura 94: Vista atual do conjunto da Rua Dr. Claudino dos Santos.	171
Figura 95: A relação do Setor Histórico com o seu entorno imediato verticalizado.	175
Figura 96: Trechos do Mapa 05, referentes às medidas de preservação.	176
Figura 97: Croquis elaborados por Lyra para o Plano Diretor de Paranaguá, com base nas orientações de Limburg-Stirum para criar uma zona verde de amortecimento.	180
Figura 98: Vista do conjunto dos Edifícios da Glória (1978) ao lado da trincheira da rua Dr. Muricy, na via Estrutural Norte.	181
Figura 99: Vista do conjunto da Praça Garibaldi, voltado para o Palacete Wolf.....	181
Figura 100: Croquis de Lyra para a inserção de novas edificações no SH.	186
Figura 101: As classificações e as recomendações do PRSHC permitiram a demolição do sobrado ao lado da Casa Hoffmann.	186
Figura 102: Novo edifício construído ao lado da Casa Hoffmann.....	186
Figura 103: O restaurante Verdant.....	187
Figura 104: Memorial de Curitiba, construído nos anos 1990.....	188
Figura 105: Trecho do Mapa 06, referente às trincheiras propostas na via Estrutural Norte..	188
Figura 106: Mapa 06, referente ao sistema viário.....	189
Figura 107: Trecho do Mapa 07, referente às medidas turísticas.	192
Figura 108: Demolição do casario para a abertura da via Estrutural Norte.....	218
Figura 109: Vista do conjunto após a abertura da via Estrutural Norte	218
Figura 110: Vista de uma das edificações ecléticas na Rua José Bonifácio que foi demolida para a abertura da via Estrutural Norte.....	219
Figura 111: Vista das obras de demolição do conjunto da Rua do Rosário para a abertura da via Estrutural Norte.	219
Figura 112: Remanescente da fachada de uma das edificações demolidas na rua José Bonifácio após a abertura da via Estrutural Norte, em 1973.	219
Figura 113: Foto aérea de 1966, antes da abertura da via Estrutural Norte.	220
Figura 114: Foto aérea depois da abertura da via Estrutural Norte.	220
Figura 115: Galeria subterrânea Júlio Moreira, no eixo da Rua José Bonifácio, em direção à Catedral.	221
Figura 116: Interior da galeria Júlio Moreira, sob a via Estrutural Norte	221
Figura 117: Vista atual da via Estrutural Norte	222
Figura 118: Pannel artístico sobre a empena da antiga sede da Casa da Memória em 1983.....	223
Figura 119: Pannel artístico sobre uma das empenas da via Estrutural Norte, em 1981..	223
Figura 120: Foto atual do Pannel artístico do “Museu de Rua”, executado em azulejos, sobre uma das empenas da via Estrutural Norte..	223

Figura 121: Foto atual do Paineiro artístico do “Museu de Rua”, retratando motivos paranistas, a casa de madeira curitibana e as obras que marcaram as últimas gestões do grupo político de Lerner, nos anos 1990.....	223
Figura 122: Footing na Rua XV de Novembro, próximo à esquina com a Al. Dr. Muricy, em 1948.....	228
Figura 123: O ponto de estacionamento de motonetas, no trecho da XV denominado como Av. Luiz Xavier. ...	228
Figura 124: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1970.....	228
Figura 125: Mapa com a cronologia da obra de pedestrianização da Rua XV de Novembro.	230
Figura 126: Correntes fechavam provisoriamente um trecho da Rua XV de Novembro, em 1971.	232
Figura 127: Um trecho da Rua XV estava fechado para veículos, em 1971.....	232
Figura 128: Execução das obras de calçamento em petit-pavê, em 1972.....	238
Figura 129: Anúncio das obras da Rua XV de Novembro.....	240
Figura 130: A Rua XV entre Dr. Muricy e Marechal Floriano, “Sala de Estar” e “Casa do Ingresso”(onde se compravam ingressos para atrações culturais) em 1972.....	248
Figura 131: Rua XV entre Monsenhor Celso e Barão do Rio Branco, em 1972.....	248
Figura 132: Rua XV entre Al Dr. Muricy e a Rua Ermelino de Leão, em 1972..	249
Figura 133: Foto atual da Rua XV de Novembro com seus quiosques e bares ao ar livre.....	249
Figura 134: Foto atual do bondinho da Rua XV de Novembro e o Palácio Avenida ao fundo, nas proximidades da “Boca Maldita”.....	250
Figura 135: Foto atual da “Boca-Maldita” no trecho denominado como Av. Luiz Xavier.	250
Figura 136: Vista da “Boca-Maldita” e do edifício Moreira Garcez.	251
Figura 137: Mapa da área protegida correspondente à Paisagem da Rua XV de Novembro.	254
Figura 138: Mapa das áreas urbanas protegidas em Curitiba, na década de 1970.....	254
Figura 139: Loja Paulistana Modas	263
Figura 140: Quadro de imagens do programa de despoluição visual de 1981 na Rua XV de Novembro	264
Figura 141: Largo da Ordem sendo utilizado como estacionamento nos anos 1970.....	265
Figura 142: Execução da obra do calçamento do Largo da Ordem, em 1980.	266
Figura 143: Obra do calçamento do Largo da Ordem, com o antigo bebedouro revitalizado e “lâmpioes” instalados sobre as fachadas dos imóveis.....	266
Figura 144: Vista atual da Rua Dr. Claudino dos Santos, em direção ao Largo da Ordem.	273
Figura 145: Vista atual da Rua XV de Novembro.	274
Figura 146: Vista atual do calçadão da Rua XV de Novembro, entre a Al Dr. Muricy e a Praça Osório.....	275
Figura 147: Ampliação do perímetro do Setor Histórico no ano 2000.....	280
Figura 148: Vista atual da Feira de Artesanato no Largo da Ordem.....	289
Figura 149: Vista do antigo Armazém do Roque na década de 1970, atual Casa Romário Martins.....	293
Figura 150: Foto tirada do balcão da Casa Hoffmann para o Largo da Ordem durante uma procissão em 1915.	293

Figura 151: Vista do antigo Armazém do Roque, em 1945.....	294
Figura 152: Diretrizes para a restauração da “Casa Romário Martins” no PRSHC.....	294
Figura 153: Foto do interior da Casa Romário Martins durante a obra de restauração na década de 1970.....	295
Figura 154: Cópia do levantamento arquitetônico da Casa Romário Martins, de dezembro de 1970.	295
Figura 155: Levantamento atual da Casa Romário Martins, sem as divisórias internas..	296
Figura 156: Perspectiva do projeto de restauração de 1971.....	297
Figura 157: Vista da Casa Romário Martins depois da obra de restauração de 1973.	298
Figura 158: Vista do Palacete Wolf em 1897 quando era Collegio Internacional.....	302
Figura 159: Vista do Palacete Wolf antes da restauração.....	302
Figura 160: Vista do Palacete Wolf após a restauração, na década de 1970.	303
Figura 161: Planta do Pavimento Térreo do Palacete Wolf.	304
Figura 162: Planta do 2º Pavimento do Palacete Wolf.	304
Figura 163: Paço da Liberdade antes da restauração.	307
Figura 164: Vista do Paço da Liberdade no início do século XX.	307
Figura 165: Vista do Paço da Liberdade após a restauração.....	308
Figura 166: Detalhe da cobertura recomposta após a restauração.	308
Figura 167: Foto da Igreja da Ordem em 1905.....	311
Figura 168: Recorte da aquarela “Coritiba” atribuída à Jean Baptiste Debret, em 1827.....	311
Figura 169: Elevação frontal do projeto de restauração da Igreja da Ordem, de 1974.	313
Figura 170: Planta do projeto de restauração parcial da Igreja da Ordem, de 1974.	314
Figura 171: Cortes transversais do projeto de restauração, de 1974.	314
Figura 172: Foto da Capela-Mor nos anos 1940, com o forro em estuque em abóbodas nervuradas.....	315
Figura 173: Foto da Capela-Mor depois da restauração, com a execução de forro rebaixado acompanhando o retábulo principal.	315
Figura 174: Anúncio da primeira Festa da Ordem em benefício à obra de restauração, de 1978.	317
Figura 175: Foto da antiga casa de Ignácio Paula França adquirida pelo professor Newton Carneiro em 1974.	320
Figura 176: Vista atual do calçadão da rua XV de Novembro, ainda utilizado pela sua função comercial, numa quarta-feira à tarde.	327
Figura 177: O Largo da Ordem musealizado, sem carros, poucos frequentadores e poucos estabelecimentos abertos, e diversos equipamentos culturais, numa quarta-feira à tarde.....	327

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AP-0	Avenida Perimetral Zero
APPUC	Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
BADEP	Banco de Desenvolvimento do Paraná
BNH	Banco Nacional da Habitação
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CODEPAR	Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COHAB-CT	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMBRATUR	Comissão Brasileira de Turismo
CPC/SEEC	Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura do Estado do Paraná
DPHA	Divisão (ou Departamento) de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná
DU	Departamento de Urbanismo da Prefeitura de Curitiba
EBTU	Empresa Brasileira de Transportes Urbanos
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo
FCC	Fundação Cultural de Curitiba
IAB	Instituto dos Arquitetos do Brasil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICOMOS	Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios
ICCROM	Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MARS	Modern Architectural Research Group
OEA	Organização dos Estados Americanos
PD	Plano Diretor de Curitiba de 1966.
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PPU	Plano Preliminar de Urbanismo
PRSHC	Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba
SAGMACS	Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais

SERETE	Sociedade Serete de Estudos
SERFHAU	Serviço Federal de Habitação e Urbanismo
SH	Setor Histórico de Curitiba
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UIA	União Internacional de Arquitetos
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
URBS	Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	27
O PROBLEMA	27
JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA	31
ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	32
O PERCURSO DA DISSERTAÇÃO	37
1. O CENTRO ANTIGO E O PLANEJAMENTO URBANO	41
1.1. O CENTRO ANTIGO DE CURITIBA	42
1.1.1. As origens de Curitiba e o seu traçado urbano	43
1.1.2. Transformações urbanas no final século XIX	45
1.1.3. O <i>Centro Antigo</i> no início do século XX.....	47
1.1.4. O Plano Agache.....	48
1.1.5. O <i>Centro Antigo</i> na década de 1960	53
1.2. AS MOTIVAÇÕES PARA UM NOVO PLANO URBANÍSTICO	58
1.2.1. O crescimento demográfico e o tráfego urbano.....	58
1.2.2. A superação do Plano Agache e as obras viárias no <i>Centro Antigo</i>	59
1.2.3. A influência dos engenheiros, arquitetos e estudantes	62
1.2.4. A oferta da CODEPAR.....	64
1.3. AS PROPOSTAS DO PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO NO <i>CENTRO ANTIGO</i>	69
1.3.1. As vias estruturais e a proposta de demolição parcial do <i>Centro Antigo</i>	71
1.3.1.1. A prevalência das questões viárias sobre a cidade preexistente	77
1.3.1.2. A ausência de atribuição de valores e proteção ao patrimônio cultural	79
1.3.2. A pedestrianização e a valorização do “Coração da cidade”.	85
1.3.2.1. O <i>Coração da Cidade</i>	89
1.4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO.....	95
1.4.1. Os seminários “Curitiba de Amanhã”	95
1.4.2. A criação do IPPUC.....	98
1.4.3. A ideia de um Setor Histórico	101
1.5. AS PRIMEIRAS DIRETRIZES DO SETOR HISTÓRICO	103

1.5.1.	Enobrecimento, turismo, cultura e lazer no Setor Histórico.....	107
1.5.1.1.	<i>Turismo, planejamento e patrimônio cultural</i>	111
2.	O PLANO REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA	119
2.1.	A DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	122
2.1.1.	A atuação da DPHA e os tombamentos estaduais no <i>Centro Antigo</i> de Curitiba.....	122
2.1.2.	Referências, conceitos e métodos na definição da área de estudo	128
2.1.3.	A definição da área de estudo: exclusões e inclusões.....	133
2.2.	A FASE DE ANÁLISE	142
2.3.	AS PROPOSTAS DO PRSHC.....	159
2.3.1.	A preservação das unidades: seleção, exclusão, proteção e restaurações	160
2.3.1.1.	<i>Tutela e intervenções em Unidades-Monumento</i>	166
2.3.1.2.	<i>Intervenções em Unidades de Acompanhamento</i>	169
2.3.1.3.	<i>Unidades Incaracterísticas e o problema das substituições.</i>	170
2.3.2.	As medidas urbanísticas.....	174
2.3.2.1.	<i>A ausência de área envoltória.</i>	175
2.3.2.2.	<i>A inserção do novo no Setor Histórico</i>	182
2.3.2.3.	<i>O sistema viário</i>	188
2.3.3.	As propostas de usos no Setor Histórico.....	190
3.	DESTRUIÇÃO E REVITALIZAÇÃO NO CENTRO ANTIGO DA “CIDADE-MODELO”	197
3.1.	JAIME LERNER E A CONSTRUÇÃO DA “CIDADE-MODELO” (1971-1983)	199
3.1.1.	A nomeação de Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba.....	199
3.1.2.	O IPPUC no topo da hierarquia municipal.....	201
3.1.3.	Banco de projetos	202
3.1.4.	Técnicos do IPPUC na gestão de Lerner.....	202
3.1.5.	A continuidade política	203
3.1.6.	Governo Federal e bancos na viabilização do plano	204
3.1.7.	O <i>city marketing</i> e a mercantilização da cidade.....	207
3.1.8.	A educação urbanística	212
3.2.	A VIA ESTRUTURAL NORTE E A DESTRUIÇÃO DO <i>CENTRO ANTIGO</i>	213
3.2.1.	A abertura da Via Estrutural Norte e a sua repercussão	214
3.2.2.	As tentativas de mitigação	221

3.2.3.	O “mea culpa”	224
3.3.	A PEDESTRIANIZAÇÃO COMO NOVA “ORDEM” URBANÍSTICA.	226
3.3.1.	O processo de implantação do calçadão da Rua XV de Novembro.....	227
3.3.1.1.	<i>A experiência do fechamento provisório.</i>	231
3.3.1.2.	<i>Durante o fechamento provisório: a construção de estratégias.</i>	234
3.3.1.3.	<i>A “operação relâmpago” e o fechamento definitivo da via.</i>	236
3.3.1.4.	<i>A repercussão local.</i>	241
3.3.1.5.	<i>O discurso de humanização</i>	244
3.3.2.	O tombamento estadual como instrumento de proteção ao projeto do Calçadão.....	252
3.3.2.1.	<i>Despoluição visual: tensões entre a DPHA e os comerciantes.</i>	257
3.3.3.	O Setor Histórico de Curitiba como extensão do calçadão da Rua XV de Novembro. .	265
3.3.4.	Um balanço da pedestrianização no <i>Centro Antigo</i> de Curitiba	270
3.4.	A REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO COMO POLO TURÍSTICO, CULTURAL E DE LAZER....	276
3.4.1.	O Setor Histórico de Curitiba	278
3.4.2.	A Fundação Cultural de Curitiba: a institucionalização das políticas culturais.....	281
3.4.3.	Intervenções como parte das políticas culturais municipais no Setor Histórico.....	285
3.4.3.1.	<i>A Feira de Artesanato.</i>	286
3.4.3.2.	<i>A Casa Romário Martins e a afirmação do passado colonial.</i>	290
3.4.3.3.	<i>O Palacete Wolf como sede da Fundação Cultural de Curitiba</i>	300
3.4.4.	O Paço da Liberdade e o Estado do Paraná na revitalização do Setor Histórico.....	304
3.4.4.1.	<i>O Museu e o Paço em conflito</i>	308
3.4.5.	Igreja da Ordem e a inserção da comunidade.	309
3.4.6.	O problema dos usos no Setor Histórico.	318
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		331
REFERÊNCIAS		343
ANEXOS.....		353

Introdução

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1966. Fonte: IPPUC.

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA

A presente dissertação, “*O espaço do patrimônio¹ na “Cidade-Modelo”: instrumentos, práticas e conflitos no Centro Antigo de Curitiba*”², está centrada nas ações de revitalização e patrimonialização do núcleo urbano mais antigo da capital paranaense, aqui consideradas como parte intrínseca das políticas de planejamento urbano.

O processo de planejamento urbano de Curitiba que abordamos nessa dissertação iniciou-se na década de 1960 com a elaboração de planos urbanísticos³ que articulavam questões de desenvolvimento urbano, sistema viário, transporte público, desenvolvimento industrial, meio ambiente, identidade urbana, pedestrianização do *Centro Antigo* e ainda a revitalização e proteção de uma parcela de seu *Centro Antigo*, denominada como Setor Histórico de Curitiba (SH), como patrimônio histórico municipal.

Essas diretrizes urbanísticas foram implantadas entre 1971 e 1983, durante o período no qual um grupo de engenheiros, arquitetos e urbanistas assumiu o poder executivo municipal, liderados pelo prefeito Jaime Lerner.⁴ A cidade tornou-se, então, um verdadeiro “canteiro de obras”, num cenário político e econômico favorável a grandes intervenções urbanísticas, durante o Regime Militar, no período denominado como o “Milagre Econômico”. Além desse cenário favorável, as estratégias políticas, técnicas e de *city marketing*⁵ traçadas pelo grupo de Lerner permitiram a implantação dos planos urbanísticos desenvolvidos na década de 1960. Nesse contexto, foram implantadas as vias *Estruturais* de tráfego rápido, criado e revitalizado o SH, criados equipamentos públicos destinados ao turismo, cultura e lazer, criadas áreas exclusivas para pedestres no *Centro Antigo*, inaugurados parques

¹ Adotamos a expressão reduzida “patrimônio” para designar “patrimônio histórico e artístico” e “patrimônio cultural”, expressão de uso corrente a partir dos anos 1960 que tende a substituir e eliminar o uso dos termos “monumento” e “monumento histórico” consagrados desde o século XIX, conforme esclarece Françoise Choay em seu livro (CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão**: Antologia para um combate. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011. p. 11.).

² Adotamos o termo *Centro Antigo*, utilizado pelo arquiteto Cyro Corrêa Lyra (LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**: A questão do uso. Brasília: Iphan, 2016. p. 101.) para designar o núcleo urbano mais antigo de Curitiba, formado entre o final do século XVII e a segunda metade do século XIX. Em linhas gerais, abrange o Largo da Ordem, a Praça Garibaldi, a Praça João Cândido, a Praça Tiradentes, a Praça Generoso Marques, a Rua XV de Novembro, a Rua Riachuelo e a Rua Marechal Deodoro. A área foi objeto de ações de revitalização e proteção a partir da década de 1970.

³ Os planos urbanísticos aos quais nos referimos são: o Plano Preliminar de Urbanismo (1965); o Plano Diretor (1966); e o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (1970).

⁴ **Jaime Lerner** (1937 -), nascido numa família de judeus poloneses, graduou-se em engenharia civil no final da década de 1950, especializou-se em Urbanismo em Paris no início da década de 1960, e formou-se em arquitetura pela Universidade Federal do Paraná em 1964. Participou do processo de planejamento urbano de Curitiba a partir de 1965. Foi prefeito de Curitiba entre 1971 e 1975; 1979 e 1983; e 1989 e 1992. Foi governador do Paraná por dois mandatos consecutivos, entre 1995 e 2002.

⁵ *City marketing* é o termo adotado no livro da arquiteta Fernanda Ester Sánchez García (GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997.) para designar a atuação do município de Curitiba no âmbito do *marketing* aplicado ao contexto de produção de novos espaços urbanos revitalizados, com o intuito de persuasão da população e de atrair investidores, indústrias e turismo para a capital paranaense.

urbanos, criada a Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e definidos parâmetros de uso e ocupação do solo que moldaram a paisagem urbana da cidade.

É esse contexto de transformações e de implantação dos planos urbanísticos que a arquiteta Fernanda Ester Sánchez García⁶ identifica como o início da construção da imagem hegemônica de Curitiba como “Cidade-Modelo”. A partir de então, expressões como “*Cidade Planejada*”, “*Cidade Moderna e Humana*”, “*Cidade que deu certo*” e “*Capital de Primeiro Mundo*”, passaram a ser veiculadas pela mídia como estratégias de *city marketing*, alcançando destaque em nível nacional e, posteriormente, internacional. A imagem da cidade passava a ser representada pelas intervenções urbanísticas executadas durante as gestões de Jaime Lerner, as quais constituíram-se em marcos do processo de planejamento urbano.⁷ Essas intervenções significavam então compor uma imagem positiva da cidade com o intuito de atrair novos investimentos, empreendedores e visitantes que dinamizassem a economia urbana. Dessa forma, as intervenções eram utilizadas como estratégia de *marketing* da gestão que idealizou e executou as obras.⁸ A reprodução acrítica do discurso hegemônico da cidade, como modelo e referência de planejamento urbano, ultrapassou as camadas sociais e instaurou um aparente consenso positivo, às vezes mítico, da experiência curitibana. Por décadas, essa leitura dominante afastou a identificação e problematização dos conflitos presentes na sua trajetória de planejamento urbano.⁹

No que se refere ao nosso objeto de estudo, o *Centro Antigo* de Curitiba, questões relativas à sua revitalização e patrimonialização não raramente são consideradas experiências de sucesso e, inclusive, bons exemplos de “preservação”¹⁰ por agentes de órgãos locais de planejamento urbano e preservação. Provavelmente, esse discurso deve-se a diversos fatores que vão além da imagem “cristalizada” de Curitiba como “Cidade-Modelo”, como por exemplo: o “pioneirismo” e os “êxitos” do planejamento curitibano por incluir questões de patrimônio no Plano Diretor, ainda em 1966, sem qualquer envolvimento do órgão de preservação nacional, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); a transformação de uma parcela do *Centro Antigo* considerada “decadente” pelos urbanistas da época, em razão de seus usos populares e da população de baixa renda, em um polo turístico, cultural e de entretenimento; e a implantação de um projeto de vanguarda urbanística, em nível nacional, como o calçadão da Rua XV de Novembro.

Nesse sentido, ao longo de nossa aproximação com o objeto de estudo, identificamos a existência de diversas tensões, contradições e conflitos no processo de implantação dos projetos urbanísticos e das ações de patrimonialização no *Centro Antigo*, os quais nos fizeram questionar os supostos “êxitos” da experiência local. Então, percebemos que essas tensões estavam presentes tanto

⁶ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo*...op. cit., 1997.

⁷ Os espaços simbólicos revitalizados tornaram-se marcos referenciais do processo do planejamento urbano, conforme aponta Leonardo Tossiaki Oba em sua tese (OBA, Leonardo. Tossiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*, 1998. 327F. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.).

⁸ VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2015. pp. 4 e 5.

⁹ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo*...op. cit., 1997. pp. 21-23.

¹⁰ O termo “preservação” foi colocado entre aspas, pois não corresponde com a nossa visão.

nos critérios de seleção, proteção e intervenção, como nas práticas e estratégias traçadas pelo poder público municipal para conseguir implantar seus planos. Tais tensões abrangiam questões como a delimitação das áreas protegidas, a priorização do sistema viário, as ações de pedestrianização, o enobrecimento dos espaços revitalizados e as intervenções edilícias voltadas a abrigar usos turísticos, culturais e de lazer. Dentre as tensões identificadas podemos apontar especificamente:

- A divisão do *Centro Antigo* em duas áreas protegidas e revitalizadas, em função de projetos urbanísticos como o *Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba* e o *calçadão da Rua das Flores*, na Rua XV de Novembro¹¹;
- O tombamento estadual do calçadão da Rua XV de Novembro como uma das estratégias adotadas pelo poder público para proteger a obra de pedestrianização, num momento de instabilidade política e de conflitos com a população local;
- A exclusão de áreas fundamentais para a compreensão da história da ocupação urbana de Curitiba do perímetro de proteção do SH, como a Praça Tiradentes que é o marco zero da cidade;
- A priorização do sistema viário com a demolição de uma parcela do *Centro Antigo* para a passagem de uma via de tráfego rápido, na mesma época em que se criava e revitalizava o SH de Curitiba;
- A verticalização nas imediações das áreas protegidas;
- A substituição de usos populares existentes nos espaços revitalizados por usos voltados ao turismo, cultura e lazer;
- E os conflitos com a população local, que foi sujeita a deixar residências e estabelecimentos comerciais em função das novas diretrizes urbanísticas.

A partir dessas tensões apontadas, muitas indagações acerca da experiência curitibana passaram a nos inquietar: por que era necessário revitalizar e proteger o *Centro Antigo*? Qual era a visão dos planejadores urbanos em relação ao patrimônio urbano? Qual era a sua prioridade no processo de planejamento urbano? Qual era a sua função nesse processo? Desde então, constatamos que os questionamentos para as nossas inquietações estavam todos relacionados ao início do processo de planejamento: **as motivações para a revitalização e proteção do *Centro Antigo* de Curitiba e o lugar do patrimônio no âmbito do planejamento urbano.**

Para responder a essa questão foi necessária uma leitura pormenorizada dos planos urbanísticos da década de 1960, como o Plano Preliminar de Urbanismo, de 1965, de autoria do arquiteto italiano Jorge Wilhelm¹² com a colaboração de um grupo de acompanhamento de arquitetos

¹¹ Rua das Flores era o nome da Rua XV de Novembro até meados do século XIX. Na obra de pedestrianização de 1972, adotou-se o termo “Rua das Flores” para designar o calçadão, embora ainda permanecesse Rua XV de Novembro como nome oficial da via.

¹² **Jorge Wilhelm** (1928-2004) natural de Trieste, Itália. Aos oito anos, em 1936, por ser judeu, teve que ser transferido para uma escola exclusiva para judeus. Nessa época, a Cúria de Trieste fornecia certificados para judeus em fuga das perseguições da Segunda Guerra Mundial. Sua família partiu então para Buenos Aires, chegando em São Paulo aos dez anos. Trabalhou com Pietro Maria Bardi no MASP e graduou-se arquiteto no Mackenzie, em 1952. Antes de Curitiba fez projetos para Angélica no Mato Grosso (1956) e participou do concurso para o Plano Piloto de Brasília.

e engenheiros locais; o Plano Diretor de Curitiba, de 1966, desenvolvido pelo mesmo grupo de arquitetos e engenheiros que passou fazer parte do então recém-criado Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC)¹³; e o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, de 1970, contratado pelo IPPUC, de autoria do arquiteto fluminense Cyro Corrêa Lyra.¹⁴ Esses documentos, aliados a depoimentos de agentes envolvidos no processo de planejamento, além de livros, teses, dissertações e periódicos, nos permitiram compreender como foram concebidas as políticas de patrimônio e como se deu sua inserção no processo de planejamento urbano de Curitiba.

Com esse estudo, constatamos que as diversas prioridades das políticas de planejamento urbano se sobrepunham ao *Centro Antigo* como patrimônio cultural. Tratava-se de uma relação, na qual os urbanistas do IPPUC priorizavam um projeto de cidade idealizada dentro de premissas modernas de planejamento urbano. Uma relação na qual questões como o sistema viário, reordenamento do uso do solo, a revitalização econômica das áreas urbanas e a pedestrianização conflitavam com a preservação do *Centro Antigo* e com a sua população. Ao que nos parece, havia um viés autoritário, no qual a cidade concebida pelos urbanistas tornava-se incompatível com a cidade existente, pois as preexistências foram sujeitas a demolições e adaptações, e parte de sua população local obrigada a se retirar.

Diante dos conflitos e tensões apresentadas, a nossa hipótese para o lugar do patrimônio no processo de planejamento urbano de Curitiba é que: **o *Centro Antigo* não era entendido pelos arquitetos e urbanistas do IPPUC como uma área urbana que merecia ser preservada, mas era entendido como um dos meios de planejamento urbano para implantar o projeto de cidade por eles idealizada.** Ou seja, um projeto de cidade concebida como vanguarda urbanística, modelada como tal a ponto de ser denominada e veiculada como “Cidade-Modelo”. Um projeto pioneiro e estratégico, no qual os urbanistas propunham a demolição de preexistências para implantar uma via de alto tráfego, resolvendo os problemas viários, ao mesmo tempo que revitalizavam o *Centro Antigo*, por meio de intervenções edilícias e urbanísticas com o objetivo de tornar a área atrativa do ponto de vista econômico e cultural.

Para essa dissertação, não tivemos a pretensão de esgotar todos os temas e projetos referentes às questões do patrimônio histórico curitibano, em todo o município, com a abordagem de ações, práticas e instrumentos que se seguiram à implantação dos planos urbanísticos. Entretanto, entendemos que nosso estudo devia focalizar-se no cerne das questões patrimoniais do município que é o *Centro Antigo* de Curitiba e a implantação das ações de revitalização decorrentes dos planos urbanísticos elaborados entre 1965 e 1970. Por isso, estabelecemos como objetivo geral a necessidade de **compreender e discutir o espaço das políticas de revitalização e proteção do *Centro Antigo* de Curitiba**

¹³ Autarquia municipal de planejamento urbano, criada em 1965, formada por um grupo de arquitetos e engenheiros que participaram da elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo.

¹⁴ **Cyro Corrêa Lyra** (1938 -) natural de Petrópolis (RJ), formado em arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1962. Foi professor de História da Arte e da Arquitetura na Universidade Federal do Paraná entre 1963 e 1983. Foi responsável pela primeira empresa de restauração do Paraná (a Aresta), pelas obras da Igreja de São Benedito (1965-1966), pela elaboração do Plano Diretor de Paranaguá (1967-1968) e pela elaboração do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (1970). Participou do processo de planejamento urbano de Curitiba na década de 1960 e executou diversas obras de restauração na cidade na década de 1970.

no processo de planejamento urbano, ao longo da trajetória de elaboração e implantação dos planos urbanísticos, entre 1965 e 1983.

Consequentemente consideramos pertinentes como objetivos específicos:

- Compreender em que contexto de planejamento urbano foram concebidas as diretrizes de proteção e revitalização de uma parcela do *Centro Antigo* de Curitiba, e como essas se vincularam às demais propostas urbanísticas do Plano Preliminar de Urbanismo (1965) e do Plano Diretor (1966);
- Identificar e discutir as tensões presentes no Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba elaborado por Cyro Corrêa Lyra, em 1970, no qual foram traçados os limites do conjunto e as estratégias de revitalização;
- E, por fim, compreender e discutir as tensões, estratégias e conflitos presentes no processo de implantação dos planos urbanísticos no *Centro Antigo* de Curitiba, entre 1971 e 1983.

JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O nosso interesse por eleger Curitiba como estudo de caso dessa dissertação deve-se a alguns fatores:

Primeiramente, pelo fato do governo municipal vincular a questão do patrimônio cultural ao seu processo de planejamento urbano, ainda na década de 1960, prática ainda hoje não consolidada em nível nacional. Em seguida, por ser uma das primeiras experiências de patrimonialização de conjuntos urbanos no Estado do Paraná, ao lado de Paranaguá que iniciou seu processo em 1969, em âmbito municipal.¹⁵ E também, porque a experiência curitibana aborda temas que ainda na década de 1960 e 70 não eram tratadas em nível nacional, como a pedestrianização vinculada à revitalização de áreas urbanas históricas.

Um outro fator é a raridade de estudos que se debruçam, discutem e analisam os critérios, as escolhas, os conflitos e as práticas relativas ao patrimônio em Curitiba e, também, no Paraná. O que frequentemente encontramos são algumas dissertações ou teses que analisam o processo de planejamento urbano de Curitiba como um todo e apenas relatam as experiências do *Centro Antigo* sem analisar ou discutir a fundo as questões da preservação do patrimônio.

Por último, porque a pesquisa aqui apresentada é resultado de inquietações pessoais suscitadas a partir da prática profissional como arquiteto da Superintendência do IPHAN no Paraná desde 2010, referentes aos critérios, decisões e práticas adotadas em intervenções de centros históricos paranaenses.

¹⁵ No Plano Diretor de Paranaguá, elaborado por Cyro Corrêa Lyra entre 1967 e 1968, previa-se a criação de um Setor Histórico. Em 1969, o Plano Diretor de Paranaguá foi aprovado pela Câmara Municipal, tornando-se a Lei Municipal nº 773 de 12 de setembro de 1969. Cf. JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá: identidade e preservação**, 2015. 251F Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/102/102132/tde-08032016-101211/pt-br.php> Acesso em 03/08/2016.

ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Para a elaboração da pesquisa, a documentação consultada e analisada incluiu planos urbanísticos, projetos de intervenção edilícia e urbanística, documentos oficiais, depoimentos transcritos e trocas de correspondências da administração pública municipal e estadual. Foram realizadas também entrevistas com agentes que participaram desse processo. Foram consultados jornais e revistas locais e nacionais de circulação no período da elaboração e implantação dos planos. Foram consultados: a Divisão de Documentação Paranaense da Biblioteca Pública do Paraná; a biblioteca e mapoteca do IPPUC; o acervo da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba; e os arquivos da Coordenação do Patrimônio Cultural da Secretaria de Estado da Cultura (CPC/SEEC), da Superintendência do Iphan no Paraná e do Arquivo Noronha Santos no Rio de Janeiro. Além dessas documentações buscamos por referências teóricas para discussão dos planos que abrangessem temas como o planejamento urbano moderno, o planejamento urbano curitibano, a preservação de centros históricos em âmbito internacional e nacional, a introdução dos usos turísticos e culturais e o enobrecimento de áreas revitalizadas.

A busca por documentação concentrou-se em três períodos do processo de planejamento urbano: entre 1965 e 1966, quando foram elaborados o Plano Preliminar de Urbanismo e o Plano Diretor; em 1970, quando foi elaborado o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba; e entre 1971-1983, quando as ações e obras foram implementadas.

A primeira fonte analisada foi o Plano Preliminar de Urbanismo (PPU)¹⁶ que traçou as diretrizes gerais de crescimento, ordenamento e desenvolvimento urbano de Curitiba. No documento pudemos compreender a leitura que Wilhelm fazia da cidade, as motivações e as prioridades do planejamento, as tendências de crescimento e as potencialidades urbanas. Ademais, compreendemos os conceitos e os critérios adotados nas suas propostas, como a pedestrianização do *Centro Antigo* e o sistema de vias estruturais.

No PPU identificamos também nítidas influências do movimento moderno e, em particular, dos últimos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Como referenciais teóricos, para compreendermos as propostas de Wilhelm incidentes sobre o *Centro Antigo*, recorreremos à Carta de Atenas do 4º CIAM¹⁷, em 1933, e às discussões do 8º CIAM em Hoddesdon, em 1951, intitulado *The Heart of the City*, o Coração da Cidade. Os textos desse congresso estão presentes no livro *The Heart of the City*, organizado por Ernest Rogers, Josep Lluís Sert e Jacqueline Tyrwhitt¹⁸, publicado em 1952. Essa publicação foi traduzida para o espanhol, em 1961, sob o título *El Corazón de la ciudad: por una vida más humana de la comunidade*, a qual consultamos para a elaboração da pesquisa. Nos textos, aborda-

¹⁶ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. São Paulo: Sociedade Serete, 1965. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 02/01/2016.

¹⁷ LE CORBUSIER, 1887-1965. **A Carta de Atenas** [versão de Le Corbusier; tradução de Rebeca Scherer]. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

¹⁸ ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. **El Corazón de la Ciudad: por una vida más humana de la comunidad**. Barcelona: Editorial Científico-Médica, 1961.

se a questão da inserção das relações humanas no planejamento urbano moderno, por meio da pedestrianização e da valorização dos centros das cidades como espaços de encontro, lazer e convívio social. Nessas referências pudemos identificar também qual era o espaço do patrimônio cultural nas premissas de planejamento urbano das resoluções e documentos resultantes dos CIAMs.

É na documentação do Plano Diretor¹⁹ que encontramos a primeira referência à criação de uma política patrimonial, com diretrizes gerais de revitalização e proteção do SH. É nesse plano que pudemos compreender as relações do SH com as demais diretrizes urbanísticas da cidade. Além do Plano Diretor, consultamos a então revista oficial do município, *Impulso 2*, que nos deu maiores subsídios para entender como o SH estava sendo concebido pelos arquitetos do IPPUC: uma área revitalizada do ponto de vista econômico, por meio da sua transformação em polo turístico, cultural e de lazer, com vias pedestrianizadas.²⁰

Outro documento fundamental foi o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (PRSHC).²¹ No documento conseguimos entender a leitura que Cyro Corrêa Lyra fazia do conjunto urbano, as suas análises e os critérios que embasaram a concepção do plano. A partir do plano e do depoimento pessoal de Lyra²², pudemos entender também quais eram os critérios de seleção e de delimitação do conjunto protegido; o porquê de áreas excluídas da proposta; as diretrizes para restauração e intervenções urbanas; a ausência de área envoltória; e ainda, as propostas para a criação de espaços culturais e atividades de entretenimento no Setor.

Na bibliografia indicada no PRSHC, identificamos as referências teóricas e metodológicas utilizadas para a elaboração do plano. A consulta a essas fontes foi fundamental para compreendermos também como o plano foi concebido. Lyra indicava textos de revistas internacionais como a *Architettura*, de Lisboa, e a *Urbanistica*, de Torino, com as quais teve contato, provavelmente, em decorrência de assinaturas que o IPPUC e a Universidade Federal do Paraná (UFPR) tinham nessa época. Entre os textos indicados dessas revistas, citamos: o da arquiteta polonesa Teresa Zarębska²³, de 1968, que apresenta uma metodologia de estudo e análise de conjuntos históricos; o texto do arquiteto português Joaquim Cabeça Padrão²⁴, de 1969, que apresenta métodos de seleção e delimitação de conjuntos urbanos como patrimônio histórico, ilustrando com o caso do Centro Histórico de Funchal, em Portugal; e ainda o texto do arquiteto italiano Emilio Tempia²⁵, de 1968, referente ao caso de reestruturação do Centro Histórico de Chester, na Inglaterra, que possui algumas afinidades com a

¹⁹ IPPUC. **Plano Diretor de Curitiba 1966**. Curitiba: IPPUC, 1966. Disponível em: www.ippuc.org.br Acesso em: 02/01/2016.

²⁰ SETOR Histórico Tradicional de Curitiba: Um pouco do passado entre o grande futuro. **Revista Impulso 2**. Curitiba, fevereiro de 1967.

²¹ IPPUC. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970.

²² Agradeço a gentileza de Cyro Corrêa Lyra em conceder-me esclarecimentos sobre o PRSHC e os projetos e obras de restauração no conjunto urbano. Entrevista realizada pelo autor, gravada no Rio de Janeiro em 28 de janeiro de 2016.

²³ ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização. In: **Architettura**: Revista de Arte e Construção. Nº105/106. Lisboa: ICAT, 1968. pp. 224 – 228.

²⁴ PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação da paisagem urbana de qualidade. In: **Architettura**: Revista de Arte e Construção. Nº109. Lisboa: ICAT, 1969. pp. 131 – 134.

²⁵ TEMPIA, Emilio. La ristrutturazione del centro storico di Chester. In: **Urbanistica**. Nº 53. Torino: Urbanistica, agosto 1968. pp. 27-34.

proposta de Lyra para novas inserções no SH. Além dessas revistas, Lyra indicava o livro do arquiteto inglês Thomas Gordon Cullen (1914-1994), intitulado “*Townscape*”, de 1961, o qual foi traduzido mais tarde para a versão em português “*Paisagem Urbana*”.²⁶ É possível que essa referência lhe tenha auxiliado na elaboração das análises da paisagem urbana do Setor Histórico no plano.

Outros documentos pesquisados na biblioteca do IPPUC, na CPC/SEEC e no Arquivo Noronha Santos foram os projetos de restauração elaborados por Cyro Corrêa Lyra para 4 imóveis no SH, cujas diretrizes estavam previstas no PRSHC. Trata-se da Casa Romário Martins, do Palacete Wolf, do Paço da Liberdade²⁷ e da Igreja da Ordem. A partir dessas obras, foi possível entender também a relação entre os usos culturais propostos nos planos urbanísticos e a preservação das preexistências.

Para a discussão dos critérios adotados nos planos e projetos, buscamos por referências teóricas da área de preservação do patrimônio cultural. Optamos por seguir a historiografia da área, abordando discussões até o início da década de 1970, quando os planos urbanísticos de Curitiba começaram a ser implantados. Nos textos de John Ruskin²⁸, Gustavo Giovannoni²⁹ e Aloïs Riegl³⁰ identificamos, progressivamente, questões como tutela e valorização dos tecidos urbanos, a proteção dos ambientes ao redor dos monumentos e a valorização da arquitetura denominada como menor. A partir de Giovannoni, discutimos as tensões e conflitos entre sistema viário e preservação presentes no plano curitibano, pois para ele os centros antigos deveriam estar integrados a planos urbanísticos e preservados de fluxos viários e funções mais invasivas. Além desses autores, consultamos a *Teoria da Restauração* de Cesare Brandi³¹, editada em 1963, cujos conceitos e princípios teóricos nos auxiliaram a discutir as práticas de seleção e de intervenção no SH.

Buscamos também por documentos internacionais como a Carta de Atenas de 1931, a Recomendação de Paris de 1962, a Carta de Veneza de 1964, as Normas de Quito de 1967 e a Recomendação de Paris de 1968³² que abordam, sucessivamente, questões como a preservação da ambiência dos monumentos e da paisagem dos conjuntos urbanos protegidos, e a extensão da atribuição de valores a conjuntos urbanos e edificações mais modestas. Parte dessas discussões internacionais circularam no Brasil quando missões de consultoria da UNESCO estiveram no país na década de 1960, elaborando relatórios técnicos e estudos sobre a situação das cidades históricas de diversas regiões, como o caso de Paranaguá com o qual Lyra teve contato entre 1967 e 1968.³³

²⁶ CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010.

²⁷ Devido ao tombamento federal em 1984, os dados referentes à restauração do Paço da Liberdade foram consultados no Arquivo Noronha Santos, na oportunidade que entrevistamos Cyro Corrêa Lyra.

²⁸ RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

²⁹ KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni: Textos** Escolhidos. Tradução Renata C. Cabral, Carlos R. M. de Andrade, Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê, 2013.

³⁰ RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa: Edições Almedina, 2013.

³¹ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

³² INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

³³ Veremos no capítulo 2 que Lyra elaborou o Plano Diretor de Paranaguá, o qual previa um Setor Histórico, com base em diretrizes formuladas pelo arquiteto belga Limburg-Stirum que acompanhava o consultor da UNESCO Michel Parent em sua visita à Paranaguá.

Além dessas referências, textos como o de Françoise Choay³⁴, Beatriz Mugayar Kühl³⁵, Manoela Rossinetti Rufinoni³⁶ e Márcia Sant'Anna³⁷ nos auxiliaram a compreender os conceitos e discussões de preservação difundidos em âmbito internacional.

Para entender como a questão da preservação de conjuntos urbanos se consolidou no âmbito nacional e no esforço de tentar situar o caso de Curitiba nesse contexto, buscamos por autores que abordam a atuação do SPHAN até a década de 1970. Nos textos de Maria Cecília Londres Fonseca³⁸, Maria Lucia Bressan Pinheiro³⁹ e Sant'Anna identificamos quais eram os critérios de seleção de bens e conjuntos urbanos na prática do SPHAN e ainda quais eram as preferências estilísticas nos processos de reconhecimento e proteção. Em Sant'Anna vemos como a questão do patrimônio urbano foi sendo estruturada no âmbito nacional, os primeiros tombamentos e a flexibilização dos critérios de proteção na atuação do SPHAN. Além dessas autoras, consultamos Lia Motta e Analucia Thompson⁴⁰ que tratam especificamente da construção da noção de entorno de monumentos e centros históricos nas experiências nacionais. Na série do IPHAN sobre as Missões da Unesco no Brasil, organizado por Claudia Feierabend Baeta Leal⁴¹, vimos como foi sendo introduzido o tema da preservação vinculada ao planejamento urbano no contexto nacional. Em relação às intervenções edilícias na atuação do SPHAN, consultamos Sant'Anna, Kühl e Sérgio Miceli⁴².

Para compreendermos a atuação e participação do órgão estadual de preservação, na época Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) e atual CPC/SEEC, consultamos o livro de Marcia Scholz de Andrade Kersten.⁴³ A partir da sua leitura compreendemos como se estruturou a política de preservação do estado do Paraná e ainda a sua atuação com os primeiros tombamentos na década de 1960 e 1970. Em paralelo, recorremos aos arquivos da CPC/SEEC para localizar cartas, ofícios, atas do Conselho Estadual, Livros do Tombo e demais documentações, para identificar e entender o papel do Estado no processo de patrimonialização e revitalização do *Centro Antigo*.

³⁴ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (Trad. Luciano Vieira Machado).

³⁵ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização: Problemas Teóricos de Restauro**. Cotia: Ateliê, 2008; _____. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 18. n.2. p. 287-320. jul-dez. 2010.

³⁶ RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp : Edusp, 2013.

³⁷ SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento: A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990)**, 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.

³⁸ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

³⁹ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista Risco**. n. 9 3. São Carlos, 2006.

⁴⁰ MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

⁴¹ LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). **As Missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

⁴² MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 22, 1987.

⁴³ KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

Quanto às questões de turismo e usos culturais, procuramos por autores que abordam como essas práticas se estruturaram no exterior e como elas foram introduzidas no Brasil. Choay nos mostra como o patrimônio cultural foi inserido na indústria turística em âmbito europeu e ainda como o patrimônio adquiriu a função de produto cultural a ser consumido pelo “mercado do turismo”. Cecília Ribeiro Pereira⁴⁴ aborda também como o patrimônio cultural se inseriu no contexto do aproveitamento turístico no âmbito da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), na década de 1960, e a estruturação e institucionalização do turismo no âmbito federal nas décadas de 1950 e 1960. Uma outra referência é o documento resultante do encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos na cidade de Quito, em 1967, que resultou nas recomendações das “Normas de Quito” que aborda questões de revitalização de áreas urbanas centrais e históricas baseadas no aproveitamento turístico com vistas a estimular o desenvolvimento econômico e conservação dos bens de forma sustentável.

Sobre o processo de enobrecimento dos espaços revitalizados, consultamos Nabil Bonduki⁴⁵ e Silvana Rubino⁴⁶ que abordam as consequências da introdução do turismo e dos usos culturais nas áreas centrais revitalizadas, nas quais era necessária, e frequente, a remoção de moradores e comerciantes de baixa renda ali estabelecidos para a introdução de atividades com maior vitalidade econômica.

No que diz respeito às reflexões sobre o planejamento urbano em Curitiba, alguns estudos nos serviram de base para discutir os critérios, decisões e estratégias adotadas pelas gestões municipais na implantação da cidade idealizada. Estudos como o da arquiteta Fernanda Ester Sánchez García⁴⁷ e do historiador Dennison de Oliveira⁴⁸ que desmistificam a imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo” ao relevar as possíveis razões do “suposto êxito” [sic] do planejamento urbano em Curitiba, com suas estratégias políticas, técnicas e midiáticas, contrapondo-se ao discurso oficial. Além desses dois autores, destacamos as teses: do arquiteto Leonardo Tossiaki Oba⁴⁹ que identifica nas obras de revitalização executadas pelo município, entre 1970 e 1990, a criação de marcos referenciais que simbolizam o processo de planejamento urbano; e do arquiteto e historiador Irã Taborda Dudeque⁵⁰ que também procura esclarecer os êxitos e meandros do planejamento.

Para compreender as políticas de *city marketing* adotadas em Curitiba buscamos por estudos como aquele da García⁵¹ e de David Harvey⁵² que contextualizam a inserção das cidades num mundo

⁴⁴ PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. 2012. 205F Tese (Doutorado em desenvolvimento urbano) Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012.

⁴⁵ BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2010.

⁴⁶ RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. pp. 26-37. In: FORTUNA, Carlos.; LEITE, Rogerio Proença. **Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Edições Almedina, 2009. pp. 26-37.

⁴⁷ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito: a construção social de uma imagem hegemônica**, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.

⁴⁸ OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.

⁴⁹ OBA, Leonardo Tossiaki. op. cit., 1998.

⁵⁰ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha: uma história do urbanismo em Curitiba**. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

⁵¹ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**...op. cit., 1997.

⁵² HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaços e Debates**, São Paulo, ano 16, nº 39, 1996, pp. 48-64.

global e competitivo, cujas administrações públicas passavam a adotar estratégias de *marketing* para tornar as cidades atrativas para o capital.

Foram importantes os depoimentos transcritos e as entrevistas que fizemos com agentes municipais e estaduais envolvidos diretamente, ou indiretamente, com as transformações urbanísticas em Curitiba. A maior parte dos depoimentos foram transcritos numa coletânea editada pelo IPPUC nos anos 1990, denominada *Memória da Curitiba Urbana*. Por meio dela, pudemos identificar e entender as intenções, os critérios, as articulações e as estratégias utilizadas para elaboração dos planos e implementação dos projetos. Além dessas fontes, entrevistamos o arquiteto Cyro Corrêa Lyra que esteve envolvido com o caso do SH; o arquiteto Sergio Todeschini Alves que era diretor da DPHA na época do tombamento da Rua XV de Novembro; e o engenheiro Rafael Greca de Macedo que era diretor da Casa Romário Martins (órgão da Fundação Cultural de Curitiba), no final da década de 1970 e início dos anos 1980. Procuramos entrevistar também o ex-prefeito Jaime Lerner por inúmeros contatos, porém não obtivemos respostas positivas às nossas solicitações. Todavia, localizamos uma palestra sua transcrita no livro *Memória do Arquiteto*,⁵³ a qual nos auxiliou no desenvolvimento dessa pesquisa.

No que se refere aos periódicos, destacaram-se jornais de circulação local no período de implantação dos planos. Nosso objetivo foi identificar as diversas e variadas manifestações de conflito entre poder público e população quanto à implantação dos projetos. É necessário pontuar que ficamos atentos às diversas formas de mobilização dos discursos de preservação, planejamento urbano e de *city marketing* veiculadas pela imprensa local. O Diário do Paraná, filiado aos Diários Associados e a Gazeta do Povo, frequentemente, manifestavam apoio a gestão de Lerner, por meio de seu discurso editorial e de matérias de caráter publicitário das intervenções. No caso do jornal O Estado do Paraná, percebemos uma posição mais crítica em relação às intervenções, com maior presença de conflitos e depoimentos da população local. Essas reações populares foram fundamentais como contraponto ao discurso oficial.

Por fim, não podemos deixar de lembrar da pesquisa fotográfica, cujas fontes são valiosos registros da cidade, dos monumentos e das obras implementadas pela prefeitura. Complementam a documentação pesquisada a legislação estadual e municipal para compreendermos o contexto local de institucionalização das políticas de preservação, de planejamento urbano, e culturais do Município e do Estado do Paraná.

O PERCURSO DA DISSERTAÇÃO

Os capítulos foram organizados a partir da elaboração dos planos urbanísticos e da implementação das obras. Por esse motivo, a dissertação foi dividida em três capítulos: o primeiro

⁵³ BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2012.

relacionado à elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo (1965) e do Plano Diretor (1966); o segundo relacionado ao Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (1970); e o terceiro relacionado ao processo de implantação dos planos urbanísticos, entre 1971 e 1983.

Os dois primeiros capítulos referem-se ao processo de elaboração dos planos urbanísticos e de institucionalização do planejamento urbano. É principalmente nesses capítulos que articulamos os critérios e propostas dos planos com os referenciais teóricos relacionados no tópico anterior.

O primeiro capítulo – “*O Centro Antigo e o planejamento urbano*” – analisamos o contexto de planejamento urbano dos anos 1965 e 1966, quando foram propostas diretrizes viárias e de pedestrianização incidentes sobre o *Centro Antigo*, e ainda os primeiros esboços do Setor Histórico de Curitiba elaborados por Jaime Lerner. Abordamos como era o *Centro Antigo* de Curitiba na década de 1960 e quais eram as questões que motivaram o município a elaborar um novo plano urbanístico. Procuramos identificar quem eram os agentes envolvidos no processo de planejamento urbano, quais eram as suas referências e como se deu o processo de institucionalização do planejamento com a criação do IPPUC. A partir dessas análises, procuramos compreender qual era o espaço da questão patrimonial nas propostas do Plano Preliminar de Urbanismo e do Plano Diretor; e quais eram as tensões e conflitos existentes na fase de propostas.

No segundo capítulo – “*O Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba*” – analisamos e discutimos as propostas elaboradas por Cyro Corrêa Lyra. Procuramos identificar as tensões existentes nos métodos e nos critérios adotados na seleção dos bens, na delimitação do conjunto, nas diretrizes de uso e ocupação, nas propostas de intervenção no SH. Identificamos o autor do plano, Cyro Corrêa Lyra, a sua inserção no processo de planejamento urbano de Curitiba, a sua experiência profissional e suas referências teóricas e metodológicas. Analisamos e discutimos a delimitação do SH, questionando o porquê de determinadas áreas e bens terem sido excluídos da proposta de proteção. Abordamos e discutimos a ausência de área envoltória no PRSHC que resultou na verticalização das imediações do conjunto protegido.

No terceiro capítulo – “*Destruição e revitalização no Centro Antigo da ‘Cidade-Modelo’*” – tratamos da implantação dos planos urbanísticos; das estratégias políticas, técnicas e de *marketing*; das práticas adotadas; da repercussão das obras; e ainda dos conflitos com a preservação das preexistências e com a população. É nesse capítulo que recorremos a inúmeros periódicos e depoimentos de agentes para discutirmos as tensões e conflitos evidentes ao longo desse processo. Procuramos entender como Jaime Lerner chegou ao poder municipal e como sua gestão conseguiu implantar os planos e projetos desenvolvidos na década de 1960. Abordamos as estratégias de *city-marketing* adotadas pela sua gestão que contribuíram para construir a imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo”, nas quais inseriam-se os projetos de revitalização do *Centro Antigo*. Abordamos também as obras da via *Estrutural Norte*; de pedestrianização da Rua XV de Novembro e do SH; o tombamento estadual da obra do calçadão da Rua XV de Novembro, em 1974; e as intervenções de revitalização do SH como polo turístico-cultural e de lazer.

01

**O Centro Antigo e o
planejamento urbano**

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1966. Fonte: IPPUC.

1. O CENTRO ANTIGO E O PLANEJAMENTO URBANO

A origem das políticas patrimoniais municipais de Curitiba remonta à época da elaboração do Plano Diretor da cidade, entre 1965 e 1966, durante a gestão do prefeito Ivo Arzua Pereira (1962-1967).¹ Na década de 1960, Curitiba passava por diversas transformações urbanas em função de sua alta taxa de crescimento demográfico e da intensificação do tráfego viário que resultaram em diversas ações executadas pelo município. Essas ações eram caracterizadas por intervenções demolitórias e de renovação urbana, as quais priorizavam questões relativas à circulação viária. Em paralelo a essas transformações, em 1962, a UFPR criava o curso de Arquitetura, com a predominância de professores arquitetos provenientes de outros estados brasileiros. Formava-se, então, uma elite intelectual que questionava e criticava as demolições executadas pela Prefeitura. Essa classe reivindicava das autoridades locais a elaboração de diretrizes urbanísticas para toda a cidade, a fim de prepará-la para um crescimento e desenvolvimento urbano esperado pelo município.

Tal reivindicação resultou no Plano Preliminar de Urbanismo (PPU), contratado pela Prefeitura em 1965, que estabelecia diretrizes gerais para o ordenamento, crescimento e desenvolvimento urbano de Curitiba. Num primeiro momento, propunha-se premissas gerais para intervenções, como a pedestrianização da Rua XV de Novembro e um sistema de vias estruturais que conteria o tráfego, então, considerado intenso no centro comercial da cidade. Estabelecidas essas premissas, durante a elaboração do texto final do Plano Diretor, os técnicos municipais incluíam entre as demais diretrizes de planejamento urbano a ideia de revitalizar e proteger uma parcela do *Centro Antigo* de Curitiba como patrimônio histórico municipal. Era, portanto, a ideia de criar o Setor Histórico de Curitiba, com o intuito de estabelecer uma política de revitalização e proteção vinculada, intimamente, ao processo de planejamento urbano de toda a cidade. Entretanto, devemos frisar que a “preservação” deste conjunto urbano, como patrimônio, esteve sempre subordinada às demais diretrizes urbanísticas previstas no Plano Diretor e também às decisões dos arquitetos e técnicos municipais do IPPUC. Esses tornaram-se os principais agentes responsáveis pelas práticas de proteção e revitalização do SH.

As propostas do Setor Histórico e do calçadão da Rua XV de Novembro eram pioneiras em nível nacional, por vincular questões de planejamento urbano e pedestrianização de áreas centrais a questões de patrimônio histórico, sem o envolvimento do órgão nacional de preservação, o SPHAN. Certamente, por se tratar de uma experiência pioneira, em nível nacional, o processo de elaboração dos planos urbanísticos e, posteriormente, a fase de implantação das ações de revitalização e proteção do *Centro Antigo* não foram isentas de tensões, conflitos e contradições na relação entre o conjunto urbano preexistente, a população e o planejamento. Essas tensões eram decorrentes, principalmente, das

¹ Ivo Arzua Pereira (1925-2002), era graduado em Engenharia Civil pela Universidade do Paraná, em 1948; foi professor do curso de Engenharia Civil da UFPR; e foi o último prefeito eleito de Curitiba antes do Regime Militar. Ocupou o cargo de prefeito de 1962 a 1967.

escolhas e prioridades estabelecidas pelos urbanistas na fase de elaboração dos planos urbanísticos que incidiam sobre o conjunto.

Nesse sentido, o primeiro capítulo desta dissertação procura deter-se no período de elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo e do Plano Diretor. Por isso, o seu objetivo específico, já apontado na introdução, é o de compreender em que contexto de planejamento urbano foram concebidas as diretrizes de revitalização e proteção de uma parcela do *Centro Antigo* de Curitiba, e como essas se inseriam em relação às demais propostas urbanísticas do Plano Preliminar de Urbanismo (1965) e do Plano Diretor (1966).

Para responder a esse objetivo, desenvolvemos uma pesquisa sobre o processo de planejamento urbano vinculado a questões relativas ao *Centro Antigo* de Curitiba, na década de 1960. A partir de então, listamos cinco questões que consideramos essenciais para serem estudadas e abordadas ao longo deste primeiro capítulo: Como era o *Centro Antigo* de Curitiba no início da década de 1960? Quais eram as motivações que levaram à elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo? Quais eram as principais propostas de planejamento urbano incidentes sobre o *Centro Antigo*? Em que momento se cogitou criar e inserir o Setor Histórico de Curitiba no Plano Diretor? Como essa ideia se inseria em relação às demais propostas do Plano Diretor?

Consideramos que com a abordagem dessas questões será possível também: compreender o porquê do processo de patrimonialização do *Centro Antigo* ter se iniciado de forma segmentada, entre Rua XV de Novembro e SH; identificar um dos motivos para a necessidade de criação, proteção e revitalização do SH como conjunto urbano tutelado em nível local; e perceber qual seria a prioridade dada ao conjunto urbano pelos próprios planejadores do município ao longo da sua trajetória de patrimonialização, como reflexo direto das premissas de planejamento urbano que aqui serão tratadas.

1.1. O CENTRO ANTIGO DE CURITIBA

Os centros das cidades são identificados frequentemente como o lugar mais dinâmico da vida urbana, seja pelo fluxo de pessoas e veículos, como pela concentração de instituições públicas e religiosas, estabelecimentos comerciais e de serviços. São os espaços referenciais e simbólicos das cidades, cuja centralidade é fortalecida pela somatória de todas essas atividades. Todavia, quando a expansão das áreas urbanas se intensifica, seja de modo espontâneo como planejado, a noção de centro passa a diluir-se ou deslocar-se devido à formação de novas centralidades.²

Curitiba passou por um processo de diluição da sua centralidade ao longo da trajetória de ocupação urbana e de planejamento. Antes da elaboração do Plano Diretor, na década de 1960, o núcleo urbano mais primitivo que Curitiba – formado entre o século XVII e meados do século XIX – que

² VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2015. pp. 1 e 2.

denominamos de ***Centro Antigo***, estava geograficamente dividido em duas áreas pelo plano urbanístico vigente: de um lado, as ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro e a Praça Tiradentes como as áreas mais verticalizadas, comerciais e economicamente importantes da cidade, as quais faziam parte do que se denominava como ***Centro Comercial***; e do outro lado, a região da rua São Francisco, do Largo da Ordem, da Praça Garibaldi e das ruínas da antiga capela de São Francisco de Paula, localizadas fora dos limites do *Centro Comercial*, caracterizadas por áreas menos verticalizadas e menos comerciais, que convencionamos chamar de ***Eixo São Francisco***. Tal eixo está localizado no atual bairro São Francisco. Essa distinção entre áreas do *Centro Antigo* era decorrente do processo de ocupação urbana e do primeiro plano urbanístico de Curitiba, o Plano Agache (1941-43), no qual foram estabelecidos o sistema viário e os limites do *Centro Comercial*.³

Identificamos que tais características, em conjunto com a delimitação do *Centro Comercial*, foram fundamentais para a formulação das propostas dos planos urbanísticos da década de 1960. Nesse sentido, consideramos necessária a apresentação de uma síntese da trajetória de ocupação urbana e de planejamento urbano de Curitiba para compreendermos como foram concebidos os planos.

1.1.1. As origens de Curitiba e o seu traçado urbano

As origens de Curitiba remontam a meados do século XVII, à época da busca de ouro na porção sul do país. Até o início do século XVIII, tratava-se de uma pequena vila colonial com uma igreja de pedra e barro e um casario térreo de pau a pique. Na metade desse século, a vila transformava-se num pequeno polo econômico, social e político da região, devido à intensificação do transporte de muares entre o extremo sul do país e Sorocaba, e ao desenvolvimento de atividades comerciais. Com a exportação da erva-mate, a economia da região foi novamente impulsionada e, em meados do século XIX, quando foi elevada à categoria de cidade, Curitiba já possuía 27 bairros.⁴

Até esse momento, a fisionomia de Curitiba era de um núcleo urbano de pequeno porte. A cidade se desenvolvia ao redor de um grande largo (hoje Praça Tiradentes) dominada pela antiga igreja Matriz de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (demolida entre 1875 e 1876), rodeada por um casario térreo colonial, e em um de seus lados a Casa de Câmara e Cadeia (demolida em 1900) e o pelourinho: esse era então o centro cívico e social da cidade até o século XIX. O traçado da cidade também seguia a tradição colonial de vias estreitas e praças em frente às igrejas: o Largo do Rosário (hoje Praça Garibaldi), o Largo da Ordem (conhecido também como Largo do Coronel Enéas) e a Praça Tiradentes. Compunha esse conjunto também a antiga capela de São Francisco de Paula sob uma colina.

O primeiro mapa de Curitiba que se tem registro é datado de 1857 [Figura 1]. Nessa época, a cidade contava com 6.791 habitantes. No mapa, podemos perceber que além da Praça Tiradentes, a malha viária era definida pelos caminhos que chegavam a Curitiba, principalmente pelo eixo nordeste-

³ Essas distinções do *Centro Antigo* serão ilustradas mais adiante, no tópico 1.1.4, quando tratarmos do Plano Agache.

⁴ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**: A questão do uso. Brasília: Iphan, 2016. p. 100.

sudoeste formado pelo acesso da antiga Estrada da Marinha (acesso ao litoral pelo Caminho da Graciosa) e pelo acesso do Caminho de Castro (uma das ramificações do Caminho de Viamão utilizado por aqueles que vinham da região dos Campos Gerais).⁵

Figura 1: Planta de Curitiba, datada de 1857, atribuída ao engenheiro francês Pierre Taulois. Alguns historiadores, porém, afirmam que o mapa teria sido elaborado posteriormente, com base em um levantamento de 1863. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC. **Legenda:** 1. Estrada da Marinha que dava acesso à Estrada da Graciosa, em direção ao litoral paranaense; 2. Trilhas em direção ao caminho do Itupava, em direção ao litoral; 3. Trilha em direção à São José dos Pinhais e ao caminho do Arraial, também em direção ao litoral; 4. Rua de Entrada e Caminho de Castro, em direção aos Campos Gerais; e 5. Caminho do Campo Novo.

Ao longo desse eixo localizavam-se os principais estabelecimentos comerciais da cidade. Era no acesso à Castro que estava a antiga rua da Entrada (atual Rua Emiliano Pernetá) e no seu prolongamento, atravessando o rio Ivo, a antiga rua do Comércio (atual rua Marechal Deodoro). Há registros de que, em meados do século XIX, alguns estabelecimentos comerciais se localizavam também

⁵ Cf. MOREIRA, Júlio Estrela. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá:** até a emancipação da Província do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. Vol. 1.

Nos Campos Gerais estão, por exemplo, as cidades de Castro e da Lapa, por onde passavam os tropeiros em direção à Sorocaba ou ao extremo sul do país.

na antiga rua das Flores (atual rua XV de Novembro), na Praça Tiradentes e na antiga rua da Carioca (atual rua Riachuelo).⁶

A antiga rua do Fogo (atual rua São Francisco) se estabeleceu na direção da colina do alto São Francisco, prosseguindo em direção ao Caminho do Campo Novo. Ao longo dessa via localizavam-se as igrejas da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas (Igreja da Ordem) e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de São Benedito (Igreja do Rosário) e a antiga capela de São Francisco (Ruínas de São Francisco).

Outros caminhos também contribuíram para a estruturação da malha urbana: o Caminho do Itupava que iniciava na antiga rua Direita (hoje rua Treze de Maio) e seguia em direção ao litoral; e o Caminho do Arraial que iniciava em frente à antiga igreja Matriz e seguia na direção sul, a São José dos Pinhais e ao litoral paranaense. Além disso, percebemos que a noroeste, o núcleo urbano era delimitado pela colina do Alto São Francisco e, a sul e a leste, pelas áreas alagadiças dos rios Ivo e Belém.

Esta área descrita é o núcleo urbano que denominamos como ***Centro Antigo***, que foi objeto de planos urbanísticos na década de 1960 e de ações de revitalização e proteção a partir dos anos 1970.

1.1.2. Transformações urbanas no final século XIX

Após a emancipação política do Paraná da Província de São Paulo, em 1853, Curitiba tornou-se a capital da nova província. A partir de então, alguns fatores passaram a motivar transformações urbanas no *Centro Antigo*.

O primeiro fator era a instalação de várias colônias de imigrantes alemães, italianos e eslavos na capital e nos seus arredores. Nesse contexto, a fisionomia colonial de Curitiba se alterou progressivamente: sobre o tecido urbano do período colonial, as casas térreas coloniais de pau a pique foram sendo substituídas por novos sobrados ecléticos, com nítidas influências da imigração europeia.

O segundo fator era o desenvolvimento econômico impulsionado pela produção e exportação da erva-mate para países platinos, e a construção das estradas da Graciosa e do Mato Grosso⁷ para ligar a capital ao litoral e também aos Campos Gerais, no interior da província. Até então, o escoamento da produção era feito quase que exclusivamente por tropas de muares por caminhos que vinham dos arredores de Curitiba e dos Campos Gerais, passavam pela capital e prosseguiam em direção ao litoral, aos portos de Antonina e Paranaguá. Para impulsionar o desenvolvimento econômico provincial era necessário melhorar as estradas dando-lhes condições apropriadas para facilitar o escoamento da produção. A estrada da Graciosa foi traçada então com base no antigo caminho da Graciosa para ligar a capital ao litoral. Foi inaugurada pelo governo provincial em 1872 e partia da extensão da rua Barão

⁶ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Rua XV e o comércio no início do século.** Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n. 113, novembro de 1996. p. 3; BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Cores da Cidade:** Riachuelo e Generoso Marques. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 110, março de 1996.

⁷ Chamava-se Estrada do Mato Grosso pois o objetivo da sua construção era alcançar aquela província. No entanto, a estrada se restringiu a interligar Curitiba aos Campos Gerais.

do Serro Azul na direção norte da cidade. O acesso à estrada passava também pelo Boulevard 2 de Julho (atual avenida João Gualberto), ao longo do qual famílias de ervateiros importantes estabeleceram suas residências.

A outra estrada, a do Mato Grosso merece um destaque maior, pois iniciava na Rua XV de Novembro e foi essencial para a estruturação da via. A construção da estrada iniciou em 1871 e o trecho entre Curitiba e município de Campo Largo foi inaugurado em 1882. A estrada partia da Rua XV, seguindo na direção sudoeste por uma nova via, a rua Comendador Araújo, encontrava a extensão da antiga rua da Entrada (no trecho denominando hoje como avenida do Batel, no prolongamento da rua Emiliano Pernet), passava por vários moinhos de erva-mate e alcançava a região dos Campos Gerais. Devido à sua construção, a Rua XV de Novembro, que até então era interrompida pelos terrenos alagadiços do rio Ivo, foi estendida até a atual praça Osório, após vários aterros, para então seguir o trajeto da estrada.

A partir de então, a Rua XV de Novembro passou a receber uma série de melhoramentos contínuos: nivelamentos, macadamização, iluminação e trilhos para a circulação de bondes. Ao passo que a cidade crescia, intensificavam-se também as atividades comerciais e os prestadores de serviços ao longo da via. Na sua extensão, na rua Comendador Araújo, estabeleceram-se então casas de comércio e também luxuosas residências da elite da erva-mate. A rua Comendador Araújo passava a ser o novo acesso da cidade para aqueles que vinham dos Campos Gerais, culminando na Rua XV de Novembro.⁸ [Figura 2]

O terceiro fator era a inauguração da ferrovia Paranaguá-Curitiba, em 1885, que proporcionou melhores condições para o escoamento da produção de erva-mate para o litoral, contribuindo para o desenvolvimento da economia da cidade e da província. Nesse contexto, verificamos que a cidade passava a ter um crescimento urbano nunca visto até então. A cidade crescia em direção a terras mais planas, localizadas a sul da Praça Tiradentes, seguindo o traçado da Estrada do Mato Grosso e da antiga rua da Liberdade (atual rua Barão do Rio Branco), que iniciava na rua Riachuelo e prosseguia até a Estação Ferroviária (hoje desativada). [Figura 2]

Nessa época, a antiga rua da Liberdade passava a ser também um dos principais acessos a Curitiba. Na frente da Estação Ferroviária estava a praça Eufrásio Corrêa, ao redor da qual se instalaram hotéis e o prédio da Assembleia Legislativa (1896), hoje sede da Câmara Municipal. Ao longo da rua da Liberdade estabeleceram-se o antigo Palácio do Governo (1890) e o Paço da Liberdade (1916) na praça Generoso Marques, e também hotéis e casas de comércio.⁹ Na continuação da via, estava a rua Riachuelo que, a partir de então, teve suas atividades comerciais intensificadas com a instalação de lojas e prestadores de serviços.¹⁰

⁸ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, **Rua XV e o comércio no início do século...** op. cit., novembro de 1996; BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, **Estrada do Mato Grosso**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, ano VIII, n. 50, março de 1981.

⁹ Cf. DUDEQUE, Irã Taborda. **Cidades sem véus: doenças, poder e desenhos urbanos**. Curitiba: Ed. Champagnat, 1995. pp. 119-133.

¹⁰ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Cores da Cidade...** op. cit., março de 1996.

Figura 2: Mapa de Curitiba datado de 1894. A partir da abertura da Estrada do Mato Grosso e da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, a cidade passou a crescer, principalmente, no sentido sul. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

1.1.3. O *Centro Antigo* no início do século XX

No início do século XX, a população de Curitiba chegava a 49.755 habitantes. As atividades comerciais se intensificavam cada vez mais na Rua XV de Novembro. Em meados da década de 1910, a rua XV já era considerada a artéria mais importante de Curitiba. Nesse período, a via era frequentada pela elite econômica e política de Curitiba. Ao longo da via encontravam-se os principais clubes e jornais, agências bancárias, livrarias, cafés, restaurantes, confeitarias, teatros, lojas de vestuário, calçados e chapéus. Desde então, passava a acontecer ali manifestações políticas, festividades, desfiles de autoridades e demais eventos da cidade. Ao longo do século XX, além da vocação comercial, a via passou a ser o eixo intelectual e cultural da cidade com a instalação da Universidade do Paraná (1913 – hoje UFPR), do antigo Palace Theatre (1916) e dos antigos cinemas: Cine Teatro Avenida (1929), Cine Palácio (década de 1930) e Cine Ópera (década de 1940). Além disso, no decorrer do séc. XX, a rua XV passou a

concentrar bancos, lojas de elite e a prática do “footing”.¹¹ É também ao longo dessa via que foram construídos os primeiros edifícios da cidade, nas décadas de 1920 e 1930.

Ainda no início do século, as atividades comerciais aumentavam também em outras áreas do *Centro Antigo*, como a Praça Tiradentes, a rua José Bonifácio (antiga rua Fechada, que liga o Largo da Ordem à Praça Tiradentes), a rua Riachuelo, a rua Barão do Serro Azul e uma porção da rua São Francisco. A rua Marechal Deodoro, que era a antiga rua do Comércio, também manteve sua vocação comercial, e ao longo dela passaram a se instalar cada vez mais bancos, escritórios e lojas, recebendo contínuas melhorias de infraestrutura. Entretanto, no *Eixo São Francisco*, no trecho localizado entre a Igreja da Ordem e as Ruínas de São Francisco, o uso predominante permanecia residencial e religioso, porém, acrescido de usos institucionais pela presença de sociedades operárias de imigrantes.

1.1.4. O Plano Agache

Em 1940, Curitiba possuía 140.656 habitantes. Nessa época, a cidade ainda não tinha um plano urbanístico que a preparasse para um crescimento urbano ordenado e acelerado, em decorrência do desenvolvimento econômico impulsionado pelo cultivo do café no norte do estado e pela industrialização anunciada pelo Estado Novo. Nesse contexto, o interventor do Paraná, Manoel Ribas, contratou a empresa paulista Coimbra Bueno & Cia para desenvolver um plano urbanístico para Curitiba, a qual chamou o arquiteto francês Alfred Agache¹² para desenvolver as propostas.¹³

O plano¹⁴ foi finalizado em 1943 e suas propostas consistiam: na implementação de centros funcionais¹⁵; na delimitação do centro da cidade denominado como *Centro Comercial*¹⁶; na elaboração do código de obras; na proposta de zoneamento de uso e ocupação do solo; e no sistema de avenidas radiais, diametrais e perimetrais ao redor deste *Centro*.

O plano expressava as premissas do urbanismo modernista, de caráter formalista e funcionalista, cujos princípios eram aqueles expressos na Carta de Atenas do 4º CIAM, datada de 1933, na qual a cidade moderna devia organizar-se para satisfazer o desenvolvimento de 4 necessidades básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular. Embora a *Carta* abordasse a questão da preservação do patrimônio histórico como instrumento de planejamento urbano, Agache não expressava preocupações

¹¹ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, *Rua XV e o comércio no início do século*...op. cit., novembro de 1996.

¹² **Alfred Agache** (1875-1959), arquiteto francês, de formação positivista, ajudou a criar a Société Française d'Urbanistes. Estava no Brasil na década de 1940 e elaborou planos urbanísticos de cidades brasileiras como Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Curitiba, sendo financiado pelo Estado Novo.

¹³ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010. p. 68.

¹⁴ COIMBRA BUENO & CIA. LTDA. Plano de Urbanização de Curitiba, 1943. [Alfred Agache] In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (PMC). **Boletim PMC**. Curitiba: PMC, novembro e dezembro de 1943. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br> Acesso em: 06 de junho de 2016.

¹⁵ No plano elaborado por Agache previa-se a implantação de centros funcionais: comercial e social, cívico, esportivo, militar, de abastecimento, universitário, hípico, administrativo municipal, industrial e o de transporte interno e interurbano.

¹⁶ No Plano Agache denomina-se *Centro Comercial e Social*, porém preferimos adotar o termo *Centro Comercial* por ser mais frequente na historiografia do planejamento urbano de Curitiba.

com o estabelecimento de uma política patrimonial em Curitiba e, nem mesmo, com a preservação do tecido urbano preexistente.¹⁷

Uma das maiores preocupações de Agache era com um “suposto congestionamento” do sistema viário, cujos fluxos convergiam ou passavam pela Praça Tiradentes, devido à estrutura da malha urbana de Curitiba.¹⁸ Por esse motivo, chamamos a atenção para a proposta das avenidas perimetrais que permitiriam que o trânsito não atravessasse a região. Entre elas, estava a Avenida Perimetral Zero (AP-0) que tinha como objetivo desviar o tráfego da região da Praça Tiradentes por meio de um anel viário, e ainda delimitar a área do *Centro Comercial*. [Figura 3]

Figura 3: Esquema do planejamento viário do Plano Agache com o sistema de avenidas perimetrais ao redor do *Centro Comercial*. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

Provavelmente, a delimitação do *Centro Comercial* era baseada na área com a maior densidade demográfica e maior concentração de atividades comerciais da região. Nesta época, o comércio ainda se situava, sobretudo, ao longo das ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro e das praças Tiradentes

¹⁷ COIMBRA BUENO & CIA. LTDA. Plano de Urbanização de Curitiba... op. cit., 1943. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (PMC). *Boletim PMC*...op. cit., 1943.

¹⁸ Utilizamos o termo “suposto congestionamento” pois o Plano Agache menciona que o centro era apenas “um pouco congestionado” (Ibid. p. 67.)

e Generoso Marques, cujas áreas passavam a compor o *Centro Comercial*.¹⁹ Além disso, na década de 1940, as ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro passavam por um processo de verticalização, o que acentuava ainda mais a sua centralidade. Com tal proposta, Agache excluía uma parcela do *Centro Antigo*: o *Eixo São Francisco*. Provavelmente, a sua exclusão devia-se ao fato de que o *Eixo* era de menor relevância comercial e menos adensado em relação às outras áreas. [Figura 4]

Para viabilizar a AP-0 ao redor do *Centro Comercial*, Agache propunha também uma série de demolições, alargamentos e retificações, sem demonstrar preocupação alguma com preexistências e com a história da cidade. Para viabilizar a AP-0, Agache propunha o arrasamento do Largo da Ordem e dos quarteirões adjacentes, e a abertura da travessa Prof. João Moreira Garcez, nas imediações do Paço da Liberdade. Propunha também o alargamento e retificação da rua Barão do Serro Azul, para formar um eixo-monumental que ligaria a Praça Tiradentes ao Centro Cívico (centro proposto por Agache para sediar os poderes executivo, legislativo e judiciário do Estado do Paraná). Além disso, propunha o alargamento do trecho central da Rua XV de Novembro para a construção de edifícios com galerias comerciais, laterais e cobertas²⁰. [Figura 5]. Veremos adiante que apenas algumas dessas intervenções foram executadas até a década de 1960.

Ao que parece, então, Agache não tinha elaborado a delimitação do *Centro Comercial* a partir de uma análise aprofundada do histórico da ocupação urbana de Curitiba, mas sim a partir da concentração de funções comerciais e econômicas que havia na região na década de 1940. É a partir da Rua XV de Novembro, como foco da sua proposta, que ele traçou um raio definindo os limites do *Centro Comercial* e, conseqüentemente, a sua AP-0 que deixava de fora o *Eixo São Francisco*.

Essas definições refletiram claramente na conformação urbana de Curitiba, como por exemplo o adensamento e verticalização do *Centro Comercial* e algumas das obras viárias executadas. Na década de 1960, quando o PPU e o Plano Diretor foram elaborados, essas questões influenciaram claramente na concepção das propostas urbanísticas, como a delimitação do que se considerava centro da cidade e, também, as propostas viárias, como a abertura da via *Estrutural Norte* que discutiremos adiante, no tópico 1.3.1.

¹⁹ COIMBRA BUENO & CIA. LTDA. Plano de Urbanização de Curitiba... op. cit., 1943. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (PMC). **Boletim PMC**...op. cit. 1943. pp. 36-39.

²⁰ Ibid.

PLANO AGACHE E O *CENTRO ANTIGO*

LEGENDA:

Centro Antigo: área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;

Centro Comercial: delimitação feita por Agache, correspondente ao traçado projetado da Avenida Perimetral Zero (AP-0);

Eixo São Francisco: eixo das ruas São Francisco, Dr. Claudino dos Santos e Av. Jaime Reis, localizadas no atual Bairro São Francisco. De acordo com a delimitação feita por Agache, essas áreas não se situavam nos limites do *Centro Comercial*.

- 01** Praça Tiradentes.
- 02** Catedral Metropolitana.
- 03** Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.
- 04** Largo da Ordem e Igreja da Ordem.
- 05** Igreja do Rosário.
- 06** Belvedere e Ruínas de São Francisco.

Figura 4: Mapa da delimitação do *Centro Comercial* feita por Agache. A proposta de delimitação não incluía todo o *Centro Antigo*, deixando de fora o *Eixo São Francisco*. Fonte: Aerofoto do IPPUC, de 1957, manipulada pelo autor.

PLANO AGACHE E AS DEMOLIÇÕES PROPOSTAS NO *CENTRO ANTIGO*

LEGENDA:

- Centro Antigo:** área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;
- Centro Comercial:** delimitação feita por Agache, correspondente ao traçado projetado da Avenida Perimetral Zero (AP-0);
- Trecho proposto para demolição para a passagem da AP-0;
- Vias propostas para alargamento;

- 01** Praça Tiradentes.
- 02** Catedral Metropolitana.
- 03** Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.
- 04** Largo da Ordem e Igreja da Ordem.
- 05** Igreja do Rosário.
- 06** Belvedere e Ruínas de São Francisco.

Figura 5: Mapa das demolições propostas por Agache no *Centro Antigo*. Fonte: Aerofoto do IPPUC, de 1957, manipulada pelo autor.

1.1.5. O *Centro Antigo* na década de 1960

Até o início da década de 1960, os limites geográficos do que era considerado *Centro Comercial* ainda permaneciam. Nessa época, esse *Centro* se desenvolvia, sobretudo, ao longo e paralelamente às ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. Essa região era a mais verticalizada de Curitiba, e por esse motivo, as imediações da Rua XV possuíam o custo do solo mais valorizado e hierarquizado do município. [Figura 6 e Figura 7]. Era no *Centro Comercial*, inclusive, que se concentravam o maior número de estabelecimentos comerciais e a maior oferta de empregos da capital, pelo menos 50% daqueles existentes na época. Essa era também a zona mais povoada, cuja densidade demográfica chegava até 102 hab./ha. [Figura 8 e Figura 9].

Já a porção do *Centro Antigo* que tinha ficado para fora da delimitação proposta por Agache, o *Eixo São Francisco*, não era ainda verticalizado e tão valorizado como as ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. [Figura 10 e Figura 11] Era uma área em uso, com pouquíssimos edifícios abandonados ou em estado de degradação avançado. Concentravam-se nessa área residências, cortiços, comércio e serviços vicinais e populares, pensões, igrejas, escolas e duas sociedades de imigração. [Figura 12, Figura 13 e Figura 14]

É, portanto, a partir das delimitações e diretrizes urbanísticas estabelecidas por Agache, que foram executadas algumas ações, demolições e obras públicas até o início da década de 1960. Porém, muitas daquelas diretrizes urbanísticas foram reavaliadas ao longo dos anos, principalmente em função da intensificação do tráfego de veículos e do alto crescimento demográfico verificado entre os anos 1950 e 1960. Essa situação culminou numa série de tensões que motivaram a contratação e elaboração de um novo plano urbanístico. Essas motivações serão tratadas no tópico a seguir.

Figura 6: Vista do *Centro Antigo* de Curitiba na direção oeste, na década de 1950. Nota-se que a região do *Centro Comercial* crescia verticalmente ao longo da Rua XV de Novembro. Fonte: Elizabeth Amorim de Castro, Casa da Memória/DPC/FCC.

Figura 7: Vista do Centro Antigo de Curitiba na direção oeste da cidade, no final da década de 1960. Nota-se que a região do Centro Comercial cresce verticalmente ao longo das ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. O Largo da Ordem, no Eixo São Francisco, permanecia na periferia das áreas verticalizadas. Fonte: IPPUC e Casa da Memória/DPC/FCC

Figura 8: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960. Nota-se a presença de diversos sobrados do início do século XX, entremeados por novos e altos edifícios comerciais e residenciais. Fonte: CPC/SEEC.

Figura 9: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960. Trata-se do trecho denominado como avenida Luiz Xavier, próximo ao antigo Cine Avenida (hoje Palácio Avenida). Fonte: CPC/SEEC.

Figura 10: Vista da Praça Tiradentes na direção norte da cidade, na década de 1960. Nota-se, atrás da Catedral, que a região do Largo da Ordem e da Rua São Francisco, que denominamos de *Eixo São Francisco*, mantinha-se menos verticalizada em relação às ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. Fonte: IPHAN/PR.

Figura 11: Vista da região do Largo da Ordem, no Eixo São Francisco. Provavelmente, a foto remeta a uma situação do final da década de 1960, devido à construção do prédio do INSS na Rua do Rosário, um dos únicos mais altos dessa região (no lado esquerdo da foto). Nessa época, concentravam-se na área pequenos estabelecimentos comerciais – de caráter vicinal e popular –, habitações, cortiços, igrejas, escolas e, predominantemente, edificações de uso misto (comércio no térreo e habitação no pavimento superior). Não se verificam edificações arruinadas ou abandonadas, mas percebe-se, sim, a presença de vida urbana. Fonte: Acervo da CPC/SEEC.

Figura 12: Vista do Largo da Ordem e do antigo bebedouro na década de 1960. Tratava-se de uma área que concentrava edifícios de usos mistos, com estabelecimentos comerciais, pensões e residências. Fonte: CPC/SEEC.

Figura 13: Vista da Praça Garibaldi (antigo Largo do Rosário) no *Eixo São Francisco*, na década de 1960. Tratava-se de uma área mais residencial e não verticalizada. No fundo, a Igreja Presbiteriana de Curitiba, construída na década de 1930. Fonte: CPC/SEEC.

Figura 14: Vista da rua do Rosário, próximo ao *Eixo São Francisco*, na década de 1960. Tratava-se de uma área de ocupação mista, com hotéis, estabelecimentos comerciais e residências nos pavimentos superiores. No fundo as igrejas do Rosário e Presbiteriana. Posteriormente, essa área foi atingida pela via *Estrutural Norte*, que discutiremos adiante. Fonte: CPC/SEEC.

1.2. AS MOTIVAÇÕES PARA UM NOVO PLANO URBANÍSTICO

O *Centro Antigo* de Curitiba chegava à década de 1960 com uma série de problemas para serem solucionados pelo município, e o Plano Agache – então elaborado há 20 anos – não se mostrava o instrumento de planejamento mais adequado para atender a nova realidade e as necessidades urbanas.

Nessa época, o contexto curitibano era marcado pela alta taxa de crescimento demográfico, pelo intenso tráfego de automóveis – para aquele contexto –, e por diversas demolições para a abertura e alargamento de vias centrais. Esses problemas foram as principais justificativas para impulsionar um novo processo de planejamento urbano. Somando-se a essas questões, destacavam-se como agentes desse processo o poder executivo municipal, os professores e estudantes do recém-criado curso de Arquitetura na UFPR e os técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), uma agência estadual criada, especificamente, para o financiamento de planos e obras de infraestrutura no estado. Juntos, esses agentes atuaram ativamente para a elaboração de um novo plano urbanístico para Curitiba.

Consideramos que a explicitação desses problemas e motivações será importante para compreender em que contexto foram construídas as propostas do Plano Diretor e, na sequência, entender qual seria a prioridade dada à questão do patrimônio em relação às outras diretrizes de planejamento urbano.

1.2.1. O crescimento demográfico e o tráfego urbano

A primeira motivação que identificamos como fundamental para a elaboração do novo plano urbanístico foi a alta taxa de crescimento demográfico de Curitiba e a alta concentração de tráfego de veículos no *Centro Antigo*. Em 1950, Curitiba tinha 180.575 habitantes e, em 1960, sua população dobrava, chegando a 361.309 habitantes. Para 1965, estimava-se que a cidade chegaria a 500 mil habitantes.²¹ Esse crescimento estava relacionado ao desenvolvimento econômico do Estado e ao intenso êxodo rural, estimulado pela busca de melhores condições de assistência de serviços, saúde e de empregos na capital. Na década de 1960, acreditava-se, inclusive, que se a cidade continuasse crescendo no mesmo ritmo chegaria a 3,5 milhões de habitantes no ano 2000.²² Essa era uma das principais preocupações do poder público, que motivou a elaboração de um plano urbanístico que organizasse o então almejado crescimento urbano da capital.²³

Com o crescimento exponencial da população e a expansão da frota automobilística devido ao desenvolvimento da indústria nacional, identificamos que uma das preocupações dos gestores

²¹ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. São Paulo: Sociedade Serete, 1965. p. 4. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 02/01/2016.

²² No ano 2000, a cidade chegou apenas a 1.586.848 habitantes, conforme dados do IBGE.

²³ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de...** op. cit., 1965. pp. 76-77.

municipais da década de 1960 era a alta concentração de tráfego de veículos. Até então todos os fluxos convergiam para a Praça Tiradentes devido à estrutura da malha viária e à grande procura da região como fonte de emprego, serviços e comércio. Somado a isso, a Praça Tiradentes já era um grande terminal de transporte público²⁴, o que piorava as condições de tráfego da região. Boa parte do trânsito intenso era devido também ao tráfego pesado de caminhões²⁵, os quais abasteciam os estabelecimentos comerciais e cruzavam a região. Com essa situação, somada às altas taxas de crescimento demográfico e à crescente produção da indústria automobilística, estimava-se que a frota de veículos quadruplicaria até meados da década de 1970.²⁶

1.2.2. A superação do Plano Agache e as obras viárias no *Centro Antigo*

A segunda motivação foi a superação do Plano Agache (1941-1943) na década de 1960, pois a população Curitiba havia duplicado e a situação urbana era diversa daquela da década de 1940. Desde a sua elaboração, o Plano Agache foi implantado parcialmente, e até meados da década de 1960 era seguido pela administração local, com diversas adaptações e complementações.

Já na década de 1950, o então prefeito Ney Braga²⁷ (1954-1958) criava o Departamento de Urbanismo (DU) da Prefeitura, com o intuito de revisar e implantar o Plano Agache e ainda elaborar a lei de zoneamento de uso e ocupação do solo da cidade. Nessa época, o DU era formado pelos engenheiros Mario de Mari, Francisca Maria Rischbieter, Saul Raiz, Ari de Jesus, Sadi de Souza, Theodócio Jorge Atherino e Luiz Armando Garcez; contando com assessoria inicial do engenheiro paulista Francisco Prestes Maia.²⁸

Para o então diretor desse departamento, o engenheiro Theodócio Jorge Atherino, as maiores dificuldades para a implantação do Plano Agache eram as Avenidas Perimetrais que ainda não tinham sido executadas, pois os terrenos que seriam atingidos não tinham sido desapropriados até meados da década de 1950. Uma outra dificuldade era que o Plano Agache limitava o crescimento da cidade até a Avenida Perimetral Três (AP-3), cujo limite já tinha sido ultrapassado nessa época. Além disso, os engenheiros do então recém-criado DU percebiam que na proposta de Agache faltavam vias de acesso às Avenidas Perimetrais para solucionar as questões do tráfego urbano. Nesse sentido, o engenheiro

²⁴ ATHERINO, Theodócio Jorge. Depoimento. 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, setembro de 1991. (Depoimentos, 7). p. 17.

²⁵ PEREIRA, Ivo Arzua. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, novembro de 1989. (Depoimentos, 1). p. 13.

²⁶ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo**...op. cit., 1965. p. 66.

²⁷ **Ney Aminthas de Barros Braga** (1917-2000): nascido na Lapa (PR), formado na Escola Militar do Realengo e na escola do Estado Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Iniciou na vida pública como titular da Chefatura de Polícia do Paraná, em 1952. Dois anos depois foi eleito prefeito de Curitiba e, terminando o mandato, em 1958, foi eleito deputado federal. Entre 1961 e 1965 foi governador do Estado do Paraná.

²⁸ BRAGA, Ney. Depoimento. 1990. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, dezembro de 1990. (Depoimentos, 5). p. 3; **Francisco Prestes Maia** (1896-1965): engenheiro civil e urbanista. Em 1930, elaborou um Plano de Avenidas para São Paulo. Quando prefeito da cidade de São Paulo, entre 1938 e 1945, executou parte significativa do alargamento e da abertura de avenidas preparando a cidade para o desenvolvimento econômico das décadas seguintes. Foi uma fase de intensas transformações urbanas. Prestes Maia foi prefeito de São Paulo também em uma segunda gestão, de 1961 a 1965.

Prestes Maia recomendava ao então DU a criação de um conjunto de vias diametrais e radiais em complementação ao sistema viário proposto por Agache.²⁹

No *Centro Antigo*, além dos alargamentos da Rua XV de Novembro e da Barão do Serro Azul – previstos no Plano Agache –, propunha-se: o alargamento da rua Marechal Deodoro, desde a avenida Mariano Torres até a praça Zacarias; o alargamento da rua Cândido Lopes; o alargamento da rua Cruz Machado; e execução da Avenida Perimetral Zero apenas no trecho da travessa Moreira Garcez, sem o prosseguimento previsto por Agache até o Largo da Ordem. Isso se devia ao fato de que Maia e o DU consideravam que seriam criados múltiplos acessos e cruzamentos perigosos na região do Largo da Ordem.³⁰ O objetivo era demolir antigos casarões para alargar as vias estreitas do *Centro Antigo*, a fim de solucionar os problemas viários da época. Até o final da década de 1950 foram executados os alargamentos das ruas Cândido Lopes, Barão do Serro Azul e Travessa Moreira Garcez.³¹ [Figura 15]

Em 1962, quando o engenheiro Ivo Arzua Pereira assumiu a prefeitura, ele se comprometeu em reavaliar o Plano Agache³² e ainda solucionar os problemas viários da cidade. Para isso, Arzua deu continuidade à execução de alargamentos de vias do *Centro Antigo* de Curitiba propostos por Maia e pelo DU na década de 1950. Na sua gestão foram executados os alargamentos das ruas Cruz Machado, Marechal Floriano, Tobias de Macedo e Marechal Deodoro.³³ [Figura 16]

Ressaltamos que além dessas obras, foi iniciado o alargamento da Rua XV de Novembro, na mesma época que se elaborava o novo plano urbanístico de Curitiba. Tal alargamento restringiu-se apenas a duas quadras e, na sequência, foi interrompido em decorrência das novas propostas viárias previstas para a região, as quais abordaremos adiante.

Ainda sobre os alargamentos, alguns jornais da época afirmavam que eles eram necessários tanto pela melhoria do trânsito como pela demolição de alguns casarões que estavam em péssimo estado de conservação, como alguns localizados na Rua XV de Novembro.³⁴ O *Diário do Paraná*, por exemplo, apontava que essas demolições eram vistas como essenciais para o crescimento, progresso e desenvolvimento da cidade.³⁵ Entretanto, não havia unanimidade em relação aos alargamentos que estavam sendo feitos. Havia também aqueles que se lamentavam pela demolição de antigos edifícios e, então, substituição por “monstros arquitetônicos”[sic] que passavam a dominar a paisagem urbana, conforme aponta o mesmo jornal.³⁶ Entre aqueles que eram contra às demolições estavam também alguns professores e alunos do recém-criado curso de arquitetura da UFPR.

²⁹ ATHERINO, Theodócio Jorge. op. cit., 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 15.

³⁰ Ibid. pp. 15-17.

³¹ Esta informação tem como base o depoimento de Atherino e a comparação de aerofotos dos anos 1952, 1957 e 1966 (fornecidas pelo Setor de Georreferenciamento do IPPUC), os quais permitiram identificar as alterações na malha urbana.

³² “Na solenidade de Recepção do Cargo, o Exmo. Sr. Prefeito Ivo Arzua Pereira já se propunha ao “reexame do Plano Urbanístico de Curitiba, para reajustá-lo nos pontos em que o progresso da cidade já recomenda alterações ou novas soluções”. IPPUC. **Planejamento Democrático**. vol. 4. Curitiba: IPPUC, 1966. p. 7.

³³ Conforme esclarecemos na nota de rodapé 31, acima.

³⁴ ALARGAMENTO da Rua XV. **Última Hora**. Curitiba, 25 abril de 1963.

³⁵ CAIR para crescer. **Diário do Paraná**. Curitiba, 24 de outubro de 1965.

³⁶ O Povo Reclama: Quando são vistos monstros cogumelos aí pela urbe. **Diário do Paraná**. Curitiba, 12 de setembro de 1965.

DEMOLIÇÕES PROPOSTAS E EXECUTADAS NO *CENTRO ANTIGO*: AGACHE, DPU E MAIA

LEGENDA:

- Centro Antigo:** área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;
- Trecho da Tv. Moreira Garcez aberto na década de 1950 para a passagem da Avenida Perimetral Zero (AP-0);
- Trecho proposto para demolição por Agache, para a passagem da AP-0. **Esse trecho não foi executado;**
- Vias propostas para alargamento por Agache, executadas entre as décadas de 1940 e 1960;
- Vias propostas para alargamento, **não executadas;**
- Vias propostas para alargamento pelo Departamento de Urbanismo, com consultoria de Prestes Maia. Foram executadas entre as décadas de 1950 e 1960.

Figura 15: Mapa das demolições propostas por Agache e pelo Departamento de Urbanismo, com consultoria de Prestes Maia, executadas entre as décadas de 1940 e 1960. Fonte: Aerofoto IPPUC, 1957, manipulado pelo autor.

Figura 16: Vista aérea da região da Marechal Deodoro na década de 1960. Nota-se em curso as obras de alargamento e demolição do antigo casario. Fonte: IPPUC.

1.2.3. A influência dos engenheiros, arquitetos e estudantes

A terceira motivação era a influência dos engenheiros na política local e a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPR.

Na década de 1960, os profissionais da engenharia já exerciam forte influência na política local, pois ocupavam posições-chaves nos quadros da administração pública. García aponta que na década de 1960, alguns deles ocupavam cargos públicos³⁷, como por exemplo: a chefia do poder executivo municipal pelo engenheiro e professor do curso de engenharia civil da UFPR, Ivo Arzua Pereira; a chefia do DU pelo engenheiro Theodócio Jorge Atherino³⁸; a chefia da agência municipal Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba (URBS) pelo engenheiro e professor do curso de arquitetura da UFPR, Luiz Armando Garcez³⁹; e a diretoria do Setor de projetos da CODEPAR pelo engenheiro Karlos

³⁷ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito...* op. cit., 1993. p. 28.

³⁸ **Theodócio Jorge Atherino** (1934-?): Catarinense de Florianópolis, formado em Engenharia Civil pela UFPR, foi diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná e diretor de urbanismo da Prefeitura de Curitiba na década de 1960.

³⁹ **Luiz Armando Garcez** (1931-2006): Engenheiro formado pela UFPR e urbanista formado pela UFRJ. Foi professor do curso de arquitetura da UFPR, funcionário do Departamento de Urbanismo e Diretor da URBS, empresa municipal responsável pela execução de obras públicas.

Heins Rischbieter⁴⁰, o qual teve um papel fundamental na viabilização do Plano Preliminar de Urbanismo, conforme veremos adiante.

Tal influência de técnicos na política local ampliava-se ainda mais com a criação do curso de Arquitetura e Urbanismo, que passava a concentrar arquitetos e engenheiros interessados nas questões urbanísticas. O curso de Arquitetura e Urbanismo, iniciado em 1962, provinha da Escola de Engenharia da UFPR. Seus primeiros professores eram provenientes de diversos estados brasileiros, entre eles estavam os arquitetos: Luiz Forte Netto e os irmãos José Maria Gandolfi e Roberto Gandolfi de São Paulo; Marcos Prado e Armando Strambi de Minas Gerais; Léo Grossmann do Rio Grande do Sul; e o casal Marlene e Almir Fernandes, Gustavo Gama Monteiro e Cyro Corrêa Lyra⁴¹ do Rio de Janeiro. A primeira turma do curso de arquitetura era composta, principalmente, por engenheiros civis e estudantes de engenharia. Era entre esses professores e alunos engenheiros que se debatia o futuro da cidade e se questionava as tentativas de implementação do Plano Agache, em particular, as obras de alargamento que estavam sendo executadas durante a gestão de Arzua. Entre eles, discutia-se, inclusive, a necessidade de novas diretrizes urbanísticas para toda a cidade.

A partir de então, professores, alunos, arquitetos, engenheiros e ainda funcionários do próprio DU passavam a pressionar ativamente o prefeito Arzua para a elaboração de um novo plano urbanístico.

Depoimentos de arquitetos, na época estudantes, revelam que se questionava muito a necessidade dos alargamentos das vias centrais. É o que relata o arquiteto Lubomir Ficinski Dunin⁴²:

As pessoas que se envolveram nesse processo têm, primeiro, muito a ver com a criação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPR. A história do plano [...] começou numa reunião da turma especial, que era a primeira da escola de arquitetura, na casa de Jaime Wassermann. Nós éramos todos engenheiros e fazíamos parte de uma turma especial. [...]. Costumávamos nos reunir na casa de alguém e, à época se alargava – ou demolia – a Avenida [rua] Marechal Deodoro. Luiz Armando Garcez, que entrou como aluno e se transformou em professor – tinha um curso na Inglaterra –, era urbanista, muito amigo de Ivo Arzua Pereira, então prefeito. Surgiu uma discussão sobre o porquê do alargamento da Marechal Deodoro. [...] Fomos nós, engenheiros desejosos de ser arquitetos, que levantamos a questão. Luiz Armando Garcez, da equipe do prefeito, propôs levar a turma ao Ivo Arzua Pereira. Fomos dizer ao prefeito que a cidade precisava de um plano. Isto foi em 1963, por aí, no primeiro ano da escola. ⁴³[grifo nosso]

E houve toda a conversa de que a cidade estava afogada, que precisava ter ruas amplas, e tal. Mas a conversa acabou escorregando para a questão dos planos, era ainda o Plano Agache[...] E fomos ao Ivo Arzua, e questionando chegamos à conclusão

⁴⁰ **Karlos Heinz Rischbieter** (1927-2013): Catarinense de Blumenau, formado em Engenharia Civil pela UFPR, em 1952, chefiou o Setor de Projetos da CODEPAR, na década de 1960. Foi presidente do Banco de Desenvolvimento do Paraná, entre 1972 e 1974; presidente da Caixa Econômica Federal, entre 1974 e 1977; presidente do Banco do Brasil, entre 1977 e 1979; e ministro da Fazenda, entre 1979 e 1980, durante o regime Militar no governo do presidente João Figueiredo.

⁴¹ Cyro Corrêa Lyra foi contratado como professor do curso de Arquitetura da UFPR no ano seguinte, em 1963.

⁴² **Lubomir Ficinski Dunin** (1929): Curitibano, formado em Engenharia Civil em 1961 e em Arquitetura em 1964 pela UFPR. Nos anos 1970, foi diretor-presidente do Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano de Curitiba, em dois períodos: 1971-1972 e 1975-1979.

⁴³ DUNIN, Lubomir Ficinski. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, maio de 1990. (Depoimentos,3). pp. 14 e 15.

que a cidade precisava de um plano. Que era preciso reformular o plano existente. O prefeito disse que não tinha dinheiro para fazer isso.⁴⁴ [grifo nosso]

Outro registro que destacamos é um trecho da palestra do engenheiro e arquiteto Jaime Lerner, no Instituto dos Arquitetos do Brasil em 1996, que veio a desempenhar um papel fundamental na implementação do Plano Diretor, especialmente, a partir de 1971 como urbanista e Prefeito de Curitiba. No trecho transcrito abaixo, Lerner critica as demolições de partes do *Centro Antigo* de Curitiba causado pela gestão municipal da época:

Em 1964, a Prefeitura estava praticamente acabando com o centro da cidade, em face daquela visão de que quanto mais larga a rua, mais facilitaria passar o trânsito, portanto, tem que alargar. Havia o projeto de alargamento das ruas e o estreitamento da mentalidade. Nós perderíamos boa parte da memória de Curitiba, não fosse o movimento dos estudantes de arquitetura (na época ainda eu era estudante) e os professores. [...]. Assim, começamos a pressionar para que acontecesse alguma coisa na cidade, porque daquele jeito não poderia continuar.⁴⁵ [grifo nosso]

É interessante notar no relato de Lerner que havia preocupação por parte de estudantes e professores de arquitetura da UFPR com aquilo que o *Centro Antigo* poderia se tornar, devido às demolições e alargamentos que estavam sendo executados. Percebe-se também que havia certa consciência de que estava se perdendo, e se perderia, boa parte do *Centro Antigo*, caso não houvesse um estudo urbanístico da cidade.

Apesar disso, veremos ao longo da dissertação que a preocupação com o sistema viário continuou sendo um dos pilares do planejamento urbano de Curitiba e a preservação do patrimônio cultural edificado teve que disputar espaço com ele. Por esse motivo, a partir de 1971, a gestão desses urbanistas executou uma das últimas demolições no *Centro Antigo* de Curitiba para priorizar o sistema viário, cujo caso abordaremos ao longo da dissertação.

1.2.4. A oferta da CODEPAR.

A quarta motivação era o oferecimento de recursos à Prefeitura Municipal de Curitiba para a elaboração de um plano urbanístico por parte da CODEPAR, sem ônus para o município. Essa Companhia era vinculada ao Estado do Paraná, criada em 1962 no Governo Ney Braga (1961-1965), e possuía como objetivo o estudo e a investigação sobre a realidade socioeconômica do Paraná, e ainda a promoção do desenvolvimento econômico por meio da concessão de créditos para obras de infraestrutura,

⁴⁴ DUNIN, Lubomir Ficinski. Palestra realizada no Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Paraná – IAB-PR em 26 de junho de 1996; LERNER, Jaime. Palestra realizada no Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Paraná – IAB-PR em 23 de junho de 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2012. pp. 112 e 154.

⁴⁵ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto...**op. cit., 2012. p. 112.

financiamentos e demais investimentos públicos.⁴⁶ A oferta de recursos para um novo plano urbanístico partia do então diretor do Setor de Projetos da CODEPAR, o Eng. Karlos Heinz Rischbieter.

Havia quem afirmasse que a oferta feita por Karlos Rischbieter devia-se a seu contato com as discussões sobre planejamento urbano na universidade, pois em 1963 era aluno do curso de Arquitetura da UFPR.⁴⁷ Havia também quem dissesse que a oferta devia-se à intervenção de sua esposa, a engenheira Francisca Maria Garfunkel Rischbieter⁴⁸ – conhecida como *Franchette* –, que era funcionária do DU. Nesse sentido, o então diretor do DU, Theodócio Jorge Atherino, revela que foi após uma sugestão do departamento negada por Arzua para a elaboração de um novo plano urbanístico, e a partir da articulação de *Franchette* com seu esposo, que a CODEPAR ofereceu recursos à Prefeitura:

Sua Excelência, o então prefeito de Curitiba [Ivo Arzua Pereira], embora apreciasse a sistemática com a utilização de planos, alegando falta de recursos não aceitou de pronto a sugestão em referência [de um novo plano urbanístico para a cidade]. Dando conhecimento do despacho prefetural aos meus colaboradores do Departamento de [Planejamento] e Urbanismo, senti a profunda decepção, tristeza e mágoa que sufocavam os anseios dos técnicos e mais ainda o aborrecimento dos assistentes era pelo que representava a falta de um Plano Diretor no cumprimento em assegurar razoáveis condições de vida à cidade de Curitiba. No dia imediato, a assessora Francisca Maria Rischbieter transmitiu as impressões das situações ocorrentes a seu esposo, Engenheiro Karlos Rischbieter. Este prontamente manifestou-se declarando da existência de recursos da CODEPAR como fórmula possível de aplicação de recursos em projetos urbanos, preparatório de desenvolvimento cidadão.⁴⁹

Todavia, sabemos que a oferta dos recursos para o plano urbanístico de Curitiba foi feita por Rischbieter numa reunião com o prefeito Ivo Arzua Pereira. Nessa reunião Arzua solicitava recursos à CODEPAR para a execução de projetos urbanos na região da Praça Tiradentes e na avenida Sete de Setembro. Em relação à Praça Tiradentes, o prefeito levou para reunião um projeto que visava a construção de um viaduto no local, partindo da rua do Rosário até a praça Zacarias, para resolver os problemas de tráfego naquela região. O projeto era de autoria do engenheiro Luiz Armando Garcez que era diretor-presidente da URBS. No entanto, o projeto não foi aceito por Rischbieter devido à insuficiência de estudos técnicos que comprovassem a sua real necessidade. Além disso, Rischbieter era favorável a repensar a cidade como um todo, por meio de um plano, ao invés de propor e executar

⁴⁶ A CODEPAR foi criada em 1962 pela Lei Estadual nº 4529 de 12 de Janeiro de 1962. Em 1968, a CODEPAR tornou-se o Banco de Desenvolvimento do Paraná. Desde 1991, encontra-se em fase de liquidação.

⁴⁷ “Karlos Rischbieter participou das primeiras semanas de curso, como aluno, colega nosso. Ele, pouca gente sabe, é um arquiteto frustrado. Ele acabou indo para [a CODEPAR], foi inteligente: em vez da arquitetura, o dinheiro, então. O Karlos talvez tenha sabido da visita [dos alunos de arquitetura ao prefeito Ivo Arzua Pereira], por um relacionamento qualquer. Foi à Prefeitura e ofereceu um plano”. DUNIN, Lubomir Ficinski. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. p. 15.

⁴⁸ **Francisca Maria Garfunkel Rischbieter** – *Franchette* – (1929-1989): Nascida em Santos, mudou-se para Curitiba em 1942 e se graduou em Engenharia Civil pela UFPR em 1950. Ingressou na Prefeitura Municipal de Curitiba em 1952 como prestadora de serviços na Divisão de Pavimentação. Em 1963, passou a integrar o Departamento de Urbanismo do município.

⁴⁹ Conforme ATHERINO, Theodócio Jorge. Depoimento. 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 21.

intervenções pontuais e, até mesmo, desconexas na urbe.⁵⁰ O posicionamento de Rischbieter ganhou forte indignação e oposição de Garcez que, segundo relatos, chegou a reclamar junto ao então governador Ney Braga, o qual apenas desconversou.⁵¹

A atitude do governador demonstrava estar de acordo com a oferta da CODEPAR para a contratação de um novo plano urbanístico para Curitiba.⁵² Provavelmente, isso se devia ao grande interesse que o governo tinha em Curitiba para o desenvolvimento econômico e industrial do estado do Paraná. Nesse sentido, é importante esclarecer que a CODEPAR havia realizado estudos sobre a industrialização do Paraná, em 1963, nos quais se recomendava a implantação de distritos industriais em Curitiba e Ponta Grossa. E até então, Curitiba não era uma cidade industrial, mas uma cidade voltada ao ensino, à função pública como capital do estado, à prestação de serviços e ao comércio. A indústria existente empregava apenas 8,6% da população ativa local. A elaboração de um plano urbanístico para a cidade passava, então, a ser de interesse do governo estadual, pois poder-se-ia estudar as potencialidades da cidade para o desenvolvimento industrial, o perfil das indústrias e, principalmente, definir onde e como seria o distrito industrial.⁵³ Veremos no capítulo 3, no tópico 3.1.7, que o desenvolvimento industrial da cidade foi uma das justificativas do poder público para promover as intervenções no *Centro Antigo* da cidade na década de 1970. Fez parte do discurso de tornar uma cidade atrativa para vinda de investidores e empreendimentos.

A partir desses fatores e interesses, Rischbieter ofereceu a Arzua recursos para a contratação e elaboração de um Plano Preliminar de Urbanismo, ou seja, um plano com diretrizes gerais e preliminares de urbanização que englobasse uma avaliação das perspectivas socioeconômicas, da ocupação urbana do município como um todo e das condições de desenvolvimento regional. Segundo García, a opção por um plano preliminar dava-se pelo fato de ser um plano mais rápido e menos oneroso aos cofres públicos; e por ser um plano “aberto” para aceitar ajustes e adaptações posteriores. Além disso, com o plano preliminar seriam lançadas as diretrizes gerais, as quais seriam detalhadas a partir do estudo e do aprofundamento das problemáticas da cidade.⁵⁴

Entretanto, a proposta da CODEPAR encontrou oposição da URBS. Esse órgão era uma empresa municipal de economia mista que foi criada em 1963 para realizar obras de infraestrutura urbana e sanitárias. Como o seu diretor-presidente, Luiz Armando Garcez, se opunha à ideia da contratação do plano e a sua conversa com o governador não obteve resultados a seu favor, Garcez se ofereceu para fazer um estudo urbanístico sem ônus para o município. O estudo trazia ainda as premissas do Plano Agache, como o descongestionamento do tráfego, a criação de centros funcionais e também questões de saneamento. Para Garcez, bastava apenas a elaboração de projetos mais detalhados e recursos para

⁵⁰ Conforme depoimentos de: RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...**op. cit., maio de 1990. pp. 3-4; RISCHBIETER, Karlos Heins. Depoimento. 1990. In: IPPUC. **Memória da Curitiba...**op. cit., dezembro de 1990. pp. 15 e 18.

⁵¹ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha...**op. cit., 2010. p. 91.

⁵² Ibid.

⁵³ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo...**op. cit., 1965. passim.

⁵⁴ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito...**op. cit., 1993. pp. 31-32.

a implementação do estudo. Nesse sentido, Garcez e demais técnicos da URBS protestavam contra a doação de recursos para contratação de um plano preliminar, pois para eles não havia necessidade de pagar para “estranhos” ou, inclusive, “estrangeiros” aquilo que eles mesmos já haviam esboçado. Apesar de seus esforços, Garcez não conseguiu espaço para a elaboração do plano, e Arzua acabou decidindo aceitar a oferta da CODEPAR.⁵⁵

No mesmo ano, em 1964, o DU contatou algumas empresas especializadas em planejamento e pediu a apresentação de estudos e sugestões para a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo. A única resposta obtida foi da empresa Sociedade SERETE de Estudos e Projetos Ltda, que estava sediada em São Paulo e era de propriedade do engenheiro Isaac Milder. Na sua proposta, a empresa apresentou alguns dos itens que deveriam constar no plano urbanístico, como diagnóstico socioeconômico, estimativas orçamentárias para as principais obras, a hierarquia das ações propostas e das providências legislativas, administrativas e financeiras necessárias.⁵⁶

Para julgar os estudos apresentados pela SERETE, Arzua formou uma comissão composta por representantes: da Escola de Engenharia da UFPR, o Dr. Clemente Ildefonso Puppi; do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB), o Prof. Dr. Léo Grossmann; da Câmara de Vereadores, o Vereador Manoel Cursino Dias Paredes; da CODEPAR, o sr. Cesar Muniz; e do DU, a engenheira Dúlcia Aurichio. Na avaliação da comissão, os estudos e métodos propostos pela SERETE foram considerados satisfatórios e adequados às necessidades de Curitiba. A partir dos termos estabelecidos pela SERETE nos estudos, a comissão elaborou uma carta convite, definindo os itens que deveriam estar previstos no plano preliminar.

Com os recursos assegurados pela CODEPAR, o DU preparou o processo de concorrência nacional para a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba. Empresas especializadas em planejamento urbano que prestavam serviços para a CODEPAR foram convidadas a apresentar propostas. Apenas seis apresentaram: o escritório de arquitetura MMM Roberto; a SERETE; a Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas a Complexos Sociais (SAGMACS); a ASPLAN; a URPLAN e, inclusive, a URBS, numa tentativa de garantir para si a autoria do plano urbanístico da cidade. A vencedora da concorrência foi a SERETE, a qual se associou ao escritório do arquiteto Jorge Wilhelm.

A respeito do resultado a favor da SERETE, Dudeque sugere que a empresa já tinha entrado na concorrência com o resultado, de certa forma, decidido ao seu favor, pois foi a partir do seu estudo apresentado anteriormente que a comissão definiu os termos dos regulamentos da concorrência. A comissão julgadora decidia então que a proposta apresentada pela SERETE era a mais adequada e próxima dos propósitos estabelecidos na carta convite. É curioso, mas não há registros de protestos ou impugnações. A CODEPAR concordou com o resultado.⁵⁷

* * *

⁵⁵ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha...** op. cit., 2010. pp. 118-119.

⁵⁶ Ibid. p. 119.

⁵⁷ Ibidem. pp. 120-121.

Entre as motivações apontadas, havia outras questões relacionadas ao *Centro Antigo* que não apareceram como fundamentais nesse processo, mas que estavam inseridas no rol dos problemas a serem solucionados pelo município. Dentre as questões que assolavam a área, destacavam-se as inundações frequentes nas áreas mais baixas – ruas XV, Marechal Deodoro, Pedro Ivo, etc. – e a conservação de alguns edifícios antigos. É importante frisar que, nos anos 60, não havia em Curitiba áreas urbanas centrais abandonadas ou em arruinamento, mas apenas, e pontualmente, algumas edificações que estavam em processo de degradação, conforme apontam notícias do *Diário do Paraná*.⁵⁸ É possível que por isso a questão da recuperação desses edifícios e, inclusive, a preservação do patrimônio cultural edificado não aparecia como uma medida fundamental para motivar a elaboração de um novo plano urbanístico para a cidade, ao contrário do tráfego, cuja solução era considerada prioritária. Desse modo, foram as questões relativas ao tráfego urbano e a alta taxa de crescimento demográfico que nortearam as preocupações da Prefeitura e da empresa contratada tanto na elaboração do *Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba*, em 1965, como na redação final do Plano Diretor, em 1966. Essas preocupações vão refletir nitidamente nas propostas formuladas para a Rua XV de Novembro e para o SH.

Por fim, é preciso mencionar também que o processo de planejamento urbano de Curitiba inseria-se no contexto da década de 1960, marcado pela formulação e implantação de políticas públicas de intervenção no espaço urbano das grandes metrópoles brasileiras. Essas políticas estavam relacionadas ao fato da sociedade brasileira estar em permanente transformação, com sua população cada vez mais urbana, e ao crescente desenvolvimento industrial do país. Desde então, o processo de urbanização brasileiro se intensificava a tal ponto que em meados da década de 1960 a população urbana ultrapassava pela primeira vez a rural. Além disso, em 1964, instaurava-se o regime militar, que visava implementar um amplo projeto de planejamento e reforma urbana, buscando sanar as carências mais visíveis das metrópoles brasileiras, então em acelerada expansão. Foi no final dessa década que o Brasil passou por um período de crescimento econômico chamado “Milagre Econômico”, decorrente da importação de capital e dos investimentos em infraestrutura realizados pelos primeiros governos militares. É desse período também o crescimento exponencial de favelas urbanas e ocupações informais, e também a intensificação de carências de infraestrutura, transporte público, habitação, saúde e educação. Diante de tais carências, a ação do governo federal se concentrou no investimento de obras de infraestrutura como a construção de estradas, avenidas, viadutos e vias expressas as quais desagregaram brutalmente a malha urbana antiga das grandes cidades.

Não obstante, deve-se esclarecer que embora o governo federal, nesse período, tivesse criado agências voltadas ao saneamento, habitação e planejamento urbano – Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em dezembro de 1966 –

⁵⁸ PRÉDIOS Velhos na cidade ameaçam desmoronar. *Diário do Paraná*. Curitiba, 16 de janeiro de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pagfis=52814> Acesso em: 13/06/2016 [Alguns prédios nas ruas XV e na Marechal Deodoro]; A Derrubada. *Diário do Paraná*. Curitiba, 10 de abril de 1965. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/docreader.aspx?bib=761672&pagfis=53183> Acesso em: 13/06/2016. [Edifício que ruíu parcialmente na Praça Tiradentes e ia ser demolido].

estas agências não estiveram relacionadas com a elaboração do *Plano Preliminar de Urbanismo* de Curitiba. Todavia, as políticas federais de urbanização teriam maior impacto sobre Curitiba a partir de 1971, quando Jaime Lerner assumiu o cargo de prefeito e os planos urbanísticos passaram a ser implantados. Sobre o papel do governo federal em Curitiba, retornaremos no capítulo 3, no tópico 3.1.6, quando abordarmos o processo de implantação dos planos urbanísticos.

1.3. AS PROPOSTAS DO PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO NO *CENTRO ANTIGO*.

O contrato para a elaboração do *Plano Preliminar de Urbanismo* (PPU) foi firmado entre a SERETE e a CODEPAR em fevereiro de 1965. O PPU foi elaborado pela SERETE e pelo escritório de Jorge Wilhelm, em conjunto com um grupo de acompanhamento composto por profissionais atuantes em Curitiba, durante um período de apenas **quatro meses**, de março a junho de 1965. A Wilhelm cabia a conceituação e proposição urbanística do plano, e à SERETE os estudos de engenharia, infraestrutura e aspectos econômicos.⁵⁹ Este plano estabelecia as diretrizes gerais de planejamento urbano para toda cidade de Curitiba, que, na sequência, tornar-se-ia a base do texto do Plano Diretor de Curitiba, elaborado em 1966. O PPU trazia propostas de sistema viário, pedestrianização, macrozoneamento, zonas industriais, parcelamento do solo, áreas verdes e parques.

Todas as propostas do PPU foram frutos de debates periódicos entre Wilhelm, o prefeito Ivo Arzua Pereira e o **grupo de acompanhamento** local. Esse grupo foi nomeado por Arzua para atender a uma exigência da CODEPAR, endossada pela comissão da concorrência do plano, a fim de acompanhar e cooperar na elaboração do PPU, garantindo, posteriormente, a continuidade e a coerência da sua implantação. Na visão de García, a criação de um grupo de acompanhamento visava também equacionar as reações geradas por “*engenheiros e arquitetos curitibanos que alimentavam pretensões em formular o plano da cidade*”.⁶⁰ Veremos ao longo da dissertação que a formação desse grupo se tratava de uma estratégia política para garantir o gerenciamento e monopólio sobre o Plano Diretor da cidade durante as fases de detalhamento e implantação.

O grupo era constituído, principalmente, por técnicos do próprio DU, por professores de arquitetura da UFPR, por profissionais locais e recém-formados da primeira turma de arquitetura. Esses recém-formados e professores da UFPR eram aqueles mesmos que questionavam os alargamentos e exigiam providências da Prefeitura quanto à elaboração de um novo plano urbanístico. Alguns deles participaram, inclusive, da concorrência para a elaboração do plano, como a empresa formada por recém-graduados e professores do curso de arquitetura da UFPR, a URPLAN. Esses agentes passaram a trabalhar, em conjunto com Wilhelm no desenvolvimento do plano.

⁵⁹ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*...op. cit., maio de 1990. p. 27.

⁶⁰ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. pp. 32-33.

Do DU faziam parte: a engenheira Francisca Maria Garfunkel Rischbieter, a engenheira Dúlcia Aurichio, o engenheiro Tabajara Wendt da Costa, o engenheiro e arquiteto Jaime Lerner – então recém-formado e contratado pela prefeitura –, o arquiteto José Maria Gandolfi e o engenheiro Onaldo Pinto Oliveira. Do curso de arquitetura da UFPR, os professores: Almir Fernandes, Cyro Corrêa Lyra, Elgson Ribeiro Gomes, Léo Grossmann, e Luiz Forte Netto. Dos recém-formados da primeira turma de arquitetura, estavam: Alfred Willer, Domingos Bongestabs e Lubomir Ficinski Dunin. Compunha também o grupo o engenheiro Saul Raiz – que se tornou prefeito entre 1975-1979 – e o economista Reinhold Stephanes.⁶¹ Dentre todos esses integrantes do grupo, é importante destacar os nomes de: Jaime Lerner, do qual já mencionamos brevemente sobre o papel que viria a desempenhar na gestão da cidade nos anos 1970 em diante; e o arquiteto fluminense e professor de história da arquitetura da UFPR, Cyro Corrêa Lyra, o qual seria responsável pelo detalhamento da proposta de revitalização do SH, em 1970, e pela autoria de diversos projetos de restauração no *Centro Antigo* a partir de então.

Posteriormente, parte desse grupo de acompanhamento deu origem à Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC), em julho de 1965, que logo em seguida tornou-se uma autarquia municipal denominada Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), em dezembro de 1965. Esta autarquia passaria a ser responsável pelo planejamento urbano da cidade e também pelas ações de identificação, proteção, preservação e revitalização do patrimônio cultural edificado local.

Das propostas do PPU, identificamos duas fundamentais relacionadas com o *Centro Antigo* que consideramos importante abordar nessa pesquisa: a primeira é o sistema viário que interligaria as regiões norte e sul da cidade; e a segunda proposta é a pedestrianização da Rua XV de Novembro, a qual priorizaria o pedestre e restringiria o tráfego na região.

Para a elaboração dessas propostas, verificamos que Wilhelm adotava conceitos desenvolvidos pelos últimos CIAM referentes a intervenções em cidades existentes a partir de suas particularidades locais. Alguns conceitos adotados por Wilhelm eram apontados nas discussões do CIAM 8, de 1951, intitulado *The Heart of the city*. Neste congresso debatia-se sobre a importância das relações humanas no planejamento urbano por meio valorização dos centros das cidades como espaços de encontro e convívio social, bem como de uso da comunidade.⁶² Com esses conceitos, Wilhelm propunha a revitalização de espaços públicos centrais e tradicionais, por meio da pedestrianização de vias e da restrição de veículos. Procurava-se reafirmar a região considerada mais central de Curitiba, a Rua XV de Novembro, como espaço de encontro, convívio e permanência da população curitibana. Esses conceitos adotados por Wilhelm seriam estendidos para o SH posteriormente.

Por outro lado, Wilhelm ainda trazia preceitos da *Carta de Atenas* do CIAM 4, de 1933, como a especialização funcional dos espaços urbanos em zonas residenciais, comerciais, industriais e de lazer

⁶¹ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. op. cit., 1965.

⁶² MAYUMI, Lia. A Cidade Antiga nos CIAM, 1950-59. In: **6º. Seminário DOCOMOMO Brasil “Moderno e Nacional”**. Arquitetura e Urbanismo, 2005, Niterói, RJ. Disponível em: www.docomomo.org.br/seminario%206%20pdfs/Lia%20Mayumi.pdf Acesso em: 21/06/2016.

conectadas por vias velozes de circulação, a fim de atender às emblemáticas 4 necessidades básicas: habitar, trabalhar, recrear e circular.⁶³ É preciso lembrar que alguns anos antes do plano curitibano, em 1960, inaugurava-se Brasília, cujo *plano piloto*, projetado por Lucio Costa, seguia ainda ortodoxamente as premissas da *Carta de Atenas do CIAM*, de 1933. Logo, era nítida ainda a influência da Carta sobre a formação dos arquitetos brasileiros e o urbanismo nacional.

No PPU, Wilhelm não adotava nem o modelo rígido seguido em Brasília, nem rompia com as premissas modernistas de 1933, mas as ampliava com as contribuições dos últimos CIAM. Em Curitiba, Wilhelm adotava esses conceitos e os adaptava às situações específicas e variadas da cidade. Em suas propostas, o arquiteto poupava a Rua XV de Novembro dos alargamentos previstos por meio da sua pedestrianização, mas, por outro lado, propunha cirurgias urbanas no *Centro Antigo*, nas proximidades do *Eixo São Francisco*, para resolver os problemas de circulação viária da cidade. Ao mesmo tempo que procurava dar diretrizes que reforçassem e dessem uma identidade à Rua XV de Novembro, reafirmando-a como ponto de encontro e convívio do curitibano, ele traçava propostas para resolver o sistema viário e a expansão da cidade seguindo premissas funcionalistas.

Um aspecto particular do PPU é que este apresentava diretrizes gerais e preliminares para a cidade que não constituíam em si uma “camisa de força”, de forma a impedir modificações no plano ao longo de seu detalhamento e implantação. Muito pelo contrário, Wilhelm formulava um plano onde as alterações podiam ser feitas seguindo a coerência de suas propostas para adaptá-las às possíveis necessidades que surgissem. Tanto é que após a entrega do PPU, em junho de 1965, o grupo de acompanhamento incluiu diversas sugestões e propostas ao Plano, fazendo adaptações que resultaram no texto final do Plano Diretor, em 1966. Entre essas novas propostas, estava a criação do SH como primeira experiência de política de revitalização e proteção de patrimônio urbano em Curitiba.

Embora a ideia do SH e de proteção da Rua XV de Novembro não tivesse sido proposta nesse momento, consideramos necessário entender como eram as principais diretrizes do PPU incidentes sobre o *Centro Antigo* para compreender como se daria a relação dessas propostas com as questões patrimoniais. Por isso, a seguir, serão abordadas as propostas de implantação de vias estruturais e de pedestrianização da Rua XV de Novembro.

1.3.1. As vias estruturais e a proposta de demolição parcial do *Centro Antigo*

A proposta das vias estruturais estava inserida num dos pilares do PPU que era o sistema viário. Este era aliado ao uso do solo e ao transporte público. Juntos, formavam o “tripé” do planejamento

⁶³ Essa preocupação com as quatro funções da cidade está explícita no Projeto de Lei do Plano Diretor de Curitiba, sugerido inicialmente por Wilhelm na entrega do Plano Preliminar de Urbanismo, em junho de 1965: “Art. 1º, §1º – O Plano visa propiciar as melhores condições urbanas para a plena realização das funções de habitar, trabalhar, recrear e circular.” Entretanto, é interessante notar que na versão final do Plano Diretor – elaborado pelo IPPUC com base no PPU, em 1966 –, esse parágrafo foi substituído por outro: “Art. 1º, §1º – O Plano visa propiciar melhores condições para o desenvolvimento integrado e harmônico e o bem-estar social da comunidade, bem como da região metropolitana.” Retirava-se a referência ao funcionalismo da Carta de Atenas do CIAM e pretendia-se focar no bem-estar da comunidade – ao menos no discurso –, ampliando também a sua missão de planejamento à toda Região Metropolitana de Curitiba.

urbano curitibano, cuja função era de coordenar e induzir o crescimento urbano da cidade. Ao contrário de Alfred Agache, que propunha anéis concêntricos restringindo a expansão urbana, Wilhelm considerava que Curitiba devia crescer de forma menos limitada, ao longo de estruturas viárias existentes na malha urbana. O arquiteto identificava na estrutura viária da cidade que, assim como o *Centro Comercial* se estruturava de forma alongada, paralelamente à Rua XV de Novembro, a ocupação urbana de Curitiba seguia uma tendência linear e longitudinal, na direção Nordeste-Sudoeste. Assim, como proposta, Wilhelm optava por marcar a linearidade da expansão urbana ao longo de eixos viários existentes, os quais denominou de *vias estruturais*. Seriam vias de rápida circulação que conectariam o *Centro Comercial* aos bairros, e vice-versa, e organizariam a nova hierarquia viária da malha urbana de Curitiba.⁶⁴

Posteriormente ao PPU, os arquitetos do grupo de acompanhamento que vieram a formar o IPPUC estabeleceram parâmetros para o adensamento e verticalização de tais eixos com grandes edifícios habitacionais e comerciais, os quais seriam atendidos por um sistema de transporte integrado, e ainda seriam compostos por um sistema trinário de vias. A partir desses eixos, delimitou-se as zonas denominadas como Setores Estruturais e, desde então, estabeleceu-se o zoneamento de uso e ocupação do solo de Curitiba.⁶⁵

Um dos principais objetivos da proposta das vias estruturais era de direcionar o crescimento da cidade ao longo desses eixos, a fim de conter a expansão e o adensamento do *Centro Comercial*, evitando, assim, a sua maior deterioração pela intensa aglomeração de muitas funções. Nesse sentido, Wilhelm notava que a população tendia, “fortemente” [sic], para a região da Rua XV de Novembro como ponto de encontro, convivência, busca de serviços, emprego e comércio, e por isso esperava que tráfego tendesse a se acentuar na área com as altas taxas de crescimento demográfico previstas.⁶⁶ Como já vimos anteriormente, no tópico 1.2, essas já eram uma das maiores preocupações dos técnicos da prefeitura e, agora, passavam a ser também de Wilhelm.

Para solucionar a questão viária, Wilhelm propunha um sistema composto de vias estruturais e de anel viário perimetral para diminuir e desviar intenso tráfego de veículos que, até então, atravessava o *Centro Comercial*. Ele estabelecia que esse centro fosse tangenciado por um sistema de vias estruturais, conectadas entre si, ligando-se a bairros da região Norte – Bigorrilho, Mercês, Juvevê e Bacacheri – e bairros da região Sul – Portão, Água Verde, Capanema e Cajuru. Somando-se a essas vias, Wilhelm propunha um anel de tráfego lento que auxiliaria no desvio do tráfego, não cruzando nenhum ponto da Rua XV de Novembro, em função do projeto de pedestrianização que veremos adiante.

É importante esclarecer que assim como Agache, identificamos que Wilhelm delimitava o *Centro Comercial* de Curitiba em função das novas propostas viárias, da maior concentração de usos comerciais e das áreas mais adensadas e verticalizadas. No PPU, Wilhelm propunha um centro mais

⁶⁴ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. *Plano preliminar de urbanismo...* op. cit., 1965. p. 146.

⁶⁵ O principal responsável pela revisão da proposta de Wilhelm para os eixos estruturais foi o arquiteto Rafael Dely do IPPUC, que propôs o sistema trinário de vias.

⁶⁶ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. *Plano preliminar de urbanismo...* op. cit., 1965.

Figura 18: Zoneamento do Plano Preliminar de Urbanismo, de 1965. Em amarelo está o *Centro Principal* ou *Zona Comercial 1*.
 Fonte: IPPUC, 2016.

Figura 19: Mapa do sistema viário no PPU, de 1965. As linhas em vermelho são as vias estruturais. Fonte: IPPUC, 2016.

O mais relevante para o estudo em tela é frisar que, assim como Agache, a proposta de Wilhelm mantinha a parcela do *Centro Antigo* de Curitiba que denominamos de *Eixo São Francisco* para fora dos limites do então *Centro Principal*. Tal delimitação, em conjunto com as diretrizes viárias de tangenciar o *Centro Principal* com as vias rápidas estruturais, deram origem ao arrasamento de parte da antiga malha urbana com a passagem de uma das vias estruturais, denominada de *via Estrutural Norte*.

Para Wilhelm, a *via Estrutural Norte* devia passar próxima ao *Centro Principal*, tangenciando-o, sem que o tráfego atravessasse o seu interior. Nessa linha de raciocínio, como os limites geográficos do *Centro Principal* localizavam-se entre o Largo da Ordem e a Catedral, seria necessário “rasgar” uma parte do *Centro Antigo* de Curitiba para passar a via estrutural. No PPU, a justificativa apresentada para a escolha desse local por Wilhelm era porque, assim, seriam evitadas maiores cirurgias urbanas em áreas mais valorizadas economicamente e, portanto, mais próximas à Rua XV de Novembro.⁶⁹ Ademais, segundo Wilhelm, tratava-se de uma solução viária baseada no menor custo de desapropriações que deveriam ser feitas. Entretanto, isso refletia também uma proposta ainda baseada nas premissas modernistas de circulação, vinculadas a uma ideia de progresso pela renovação urbana que vigoravam até então. [Figura 20]

Embora Wilhelm utilizasse no PPU conceitos dos últimos CIAM da década 1950 que valorizavam os centros urbanos – conforme mencionamos anteriormente –, sua postura em relação às soluções viárias e a preservação de preexistências históricas, ainda era influenciada pelas premissas da *Carta de Atenas do CIAM*, de 1933. Somado a isso, o conjunto a ser atingido era composto de edificações ecléticas, as quais não eram vistas com muito apreço pelos arquitetos e, inclusive, pelo órgão de preservação nacional, o SPHAN, pelo menos até a década de 1960. Provavelmente, esse fator pode ter influenciado Wilhelm também na decisão de seccionar o *Centro Antigo*.

Por causa dessas iniciativas, consideramos conveniente contextualizar e esclarecer, brevemente, as orientações, critérios e práticas, em relação ao planejamento urbano e à preservação de preexistências correntes até década de 1960. Esses referenciais teóricos fornecerão subsídios para discutirmos os critérios que embasaram a proposta da *via Estrutural Norte*. Abordaremos os referenciais em duas partes: primeiramente, as questões relacionadas ao planejamento urbano e ao patrimônio cultural edificado; e na sequência a questão do reconhecimento e atribuição de valores a bens culturais edificados.

⁶⁹ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. *Plano preliminar de urbanismo...* op. cit., 1965. p. 153.

PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO

O CENTRO ANTIGO, O SISTEMA VIÁRIO E A DELIMITAÇÃO DO CENTRO PRINCIPAL

LEGENDA:

Centro Antigo: área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;

Centro Principal ou **Zona Comercial 1** e o anel perimetral de tráfego lento do *Centro Principal*, proposto por Wilhelm.

Eixo São Francisco: eixo das ruas São Francisco, Dr. Claudino dos Santos e Av. Jaime Reis, localizadas no atual Bairro São Francisco. Assim como Agache não incluiu essas áreas no *Centro Comercial*, Wilhelm também não incluiu essas áreas na sua delimitação do *Centro Principal*.

Vias Estruturais: sistema de vias estruturais Norte e Sul que tangenciam o *Centro Principal*. Em tracejado estão os trechos previstos para demolição.

01 Praça Tiradentes.

02 Catedral Metropolitana.

03 Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.

04 Largo da Ordem ou do Coronel Enéas; e Igreja da Ordem.

05 Igreja do Rosário.

06 Ruínas da antiga Capela de São Francisco.

Figura 20: Proposta de Wilhelm para o sistema viário na região do *Centro Antigo* e do *Centro Principal*. Fonte: Aerofoto IPPUC, 1966, manipulada pelo autor com base nos mapas do PPU, de 1965.

1.3.1.1. A prevalência das questões viárias sobre a cidade preexistente

No que concerne a relação do planejamento urbano com a preservação do patrimônio cultural, iniciamos com a *Carta de Atenas do CIAM*, de 1933, cujas premissas refletem-se na proposta de intervenção em estudo. Primeiramente, devemos lembrar que a *Carta de Atenas do CIAM* é um documento de caráter doutrinário que buscou sintetizar os preceitos do urbanismo moderno, em grande parte influenciados pelas ideias do arquiteto franco-suíço Le Corbusier. No que se refere ao patrimônio histórico das cidades, deve-se mencionar que o documento apenas abordou a questão do patrimônio histórico por solicitações dos delegados italianos que participaram do IV Congresso do CIAM⁷⁰, e que, mesmo assim, a sua preservação era considerada, apenas e eventualmente, um meio de planejamento urbano e não uma finalidade a ser alcançada.

A *Carta de Atenas do CIAM* mostrava-se favorável à eventual preservação de conjuntos históricos, porém, a partir de critérios bastante controversos e contraditórios. Reconhecia-se que os edifícios isolados e conjuntos urbanos do passado deviam ser respeitados e preservados pelo seu valor histórico, sentimental e arquitetônico, porém, nem todas as preexistências teriam direito “à perenidade” e, por isso, convinha selecionar aqueles bens que poderiam ser preservados. Caso os interesses da cidade fossem lesados pela “*persistência de determinadas presenças insígnies, majestosas, de uma era já encerrada*”[sic] deveria se procurar por uma solução para a preservação. Nos casos em que se estivesse diante de construções repetidas em numerosos exemplares, algumas poderiam ser conservadas como documento e outras demolidas. Em outros casos, porém, poderia ser isolada uma parte do bem ou do conjunto que fosse considerado importante, e assim todo resto poderia ser modificado para atender às necessidades da cidade.

Além disso, a *Carta de Atenas do CIAM* menciona que no caso do crescimento excepcional de uma cidade, como era o caso de Curitiba, sacrifícios poderiam ser necessários, como algumas demolições. Porém, quando acarretasse na perda de “verdadeiros valores arquitetônicos, históricos ou espirituais”, deveria se procurar uma outra solução, como um desvio ou um túnel, se fosse o caso. Em síntese, verificamos na *Carta* que a questão da preservação do patrimônio cultural edificado se subordinava, de certa forma, às demais premissas do documento. Isto é: a preservação poderia ser efetivada desde que não interferisse nas demais soluções urbanísticas.⁷¹

É interessante mencionar também uma visão antagônica à *Carta de Atenas do CIAM* e, inclusive, anterior a ela, como é aquela de Gustavo Giovannoni (1873-1947), o qual teve uma importante atuação na consolidação do urbanismo, em especial do restauro urbano, como disciplina na Itália, no início do século XX. Gustavo Giovannoni, em seu texto “*Vecchie Città ed Edilizia Nuova*”, de 1913, apresenta a questão da conservação de núcleos urbanos antigos como parte integrante da prospectiva de

⁷⁰ LE CORBUSIER, 1887-1965. **A Carta de Atenas** [versão de Le Corbusier; tradução de Rebeca Scherer]. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

⁷¹ Ibid; RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp : Edusp, 2013. pp. 105-106.

urbanização de uma cidade. Para ele, a conservação do núcleo urbano antigo devia, necessariamente, integrar o escopo do planejamento urbano global, seja em escala local, regional ou territorial. Ele entendia a cidade como um organismo complexo, que deveria ser trabalhado em sua inteireza e de maneira articulada, abordando a relação entre a cidade existente, novas áreas de expansão e zonas de interesse de preservação. Ele acreditava que era possível resolver os problemas do núcleo urbano antigo, reservando-o apenas à circulação local, desviando-o dos principais fluxos do tráfego urbano, bem como afastando-o das funções mais invasivas que incidissem sobre o conjunto.⁷²

Ainda com relação a Giovannoni, trazemos outro texto intitulado “*Il Diradamento Edilizio dei Vecchi Centri. Il Quartiere della Rinascenza in Roma*”, de 1913, no qual o autor abordava a questão das intervenções em núcleos urbanos antigos. Para a cidade antiga, Giovannoni recomendava apenas intervenções pontuais, embasada no “desbastamento” de construções, comparáveis a intervenções “microcirúrgicas”, com o intuito de sanar problemas de salubridade ocasionados pelo adensamento descontrolado, de melhorar a visibilidade de alguns edifícios notáveis e as condições de tráfego, permitindo a fruição contemporânea das funções vistas como compatíveis para o sítio, sem que estas intervenções prejudicassem as qualidades históricas e estéticas do conjunto urbano. Segundo Kühl, Giovannoni propunha também uma metodologia de intervenção em áreas urbanas de interesse de preservação, cujas intervenções deveriam ser pautadas no estudo minucioso do conjunto, “*rua por rua, edifício por edifício, para, então, chegar a soluções não-massificadas, estudadas ponto a ponto*”, “*justificáveis e justificadas do ponto de vista da arte e da história*”.⁷³

No caso curitibano, até a elaboração do PPU em 1965, não se cogitava inserir a questão da preservação de seu *Centro Antigo* no planejamento urbano global da cidade. Por outro lado, o que se pensava, até o momento, era conter o adensamento e desviar os fluxos do que se denominava de *Centro Principal*, a fim de poupá-lo de grandes cirurgias urbanas. Isto era algo que resultava numa proposta que poupava aquilo que se considerava *Centro Principal*, mas não o *Centro Antigo* de Curitiba em sua integridade.

Apesar das orientações metodológicas propostas por Giovannoni não serem tão difundidas entre os arquitetos brasileiros desta época, é interessante verificar que o caso do PPU revelava uma provável leitura inexistente ou incoerente de como o conjunto urbano mais antigo de Curitiba se constituía, e de como sua centralidade se alterara a partir de meados do século XIX. Basta uma breve leitura do PPU para observar que não havia uma análise pormenorizada do processo de ocupação da cidade, de formação do seu *Centro Antigo* e a diluição da sua centralidade, com propostas de intervenções estudadas caso a caso e pautadas na história e na arte, com o intuito que fossem pensadas e integradas a uma proposta geral de planejamento urbano da cidade.

⁷² GIOVANNONI, Gustavo. Velhas Cidades e Nova Construção Urbana, 1913. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata C. Cabral, Carlos R. M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2013. pp. 91-135.

⁷³ KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni...**op. cit. 2013. pp. 11-29, 63-88, 91-135 e 137-177.

Nós veremos que em Curitiba ocorria totalmente o contrário da proposta metodológica de Giovannoni. Primeiro era feita uma proposta geral de urbanismo, pautada em questões viárias e funcionais da *Carta de Atenas do CIAM* de 1933, para depois encaixar, “na medida do possível”[sic]⁷⁴, a questão da preservação do patrimônio cultural. Isso gerava, claramente, soluções de extremo conflito com a preexistência, que resultou, inclusive, no arrasamento parcial de seu *Centro Antigo*.

O fato é que a área localizada entre o Largo da Ordem e a Catedral era uma área ocupada, pelo menos, desde o século XVIII⁷⁵, e que esta não era vista no PPU como algo a ser poupado das cirurgias urbanísticas, seja em favor da circulação viária e das propostas de orientação funcionalista, ou seja em favor da manutenção daquilo que fora delimitado como *Centro Principal*. Nesse momento, sacrificar-se-ia a parte considerada menos importante do *Centro Antigo* para poupar aquilo que verdadeiramente importava: a Rua XV de Novembro e o seu projeto de pedestrianização, que discutiremos no tópico 1.3.2.

1.3.1.2. A ausência de atribuição de valores e proteção ao patrimônio cultural

Em relação aos critérios de reconhecimento e atribuição de valores a bens arquitetônicos e conjuntos urbanos como patrimônio cultural, primeiramente, devemos esclarecer que a noção do que é considerado patrimônio cultural edificado é produto de uma contínua construção intelectual, que envolve a seleção de bens edificados a partir de um conjunto de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história – seja ela factual, social, econômica ou política, das técnicas ou da arte – ou ainda de seu valor estético.⁷⁶ Ademais, devemos acrescentar que a noção de patrimônio e as práticas de seleção e tutela vem sendo moldadas e alargadas, ao longo dos séculos, por meio da contribuição de diversos autores e agentes, discussões e políticas, sejam elas em nível internacional e nacional.

No contexto nacional, até a década de 1960 pelo menos, a noção de patrimônio cultural e os critérios de seleção dos bens seguiam as orientações estabelecidas por arquitetos modernistas do SPHAN. Desde a década de 1930, os critérios para a escolha desses bens baseavam-se, principalmente, naqueles de excepcional valor arquitetônico que remetessem ao legado colonial brasileiro, como representantes legítimos da memória e identidade nacional. Essas escolhas englobavam bens característicos de todas as frações da elite brasileira – branca e de origem portuguesa – em suas vertentes pública, privada, leiga, eclesiástica, rural e urbana. O discurso para seleção de bens era baseado na ideia de forjar uma cultura nacional homogênea, católica, com símbolos e líderes fortes, formando a base “*mítica do Estado forte que se tratava de construir*”.⁷⁷ No caso da seleção e proteção

⁷⁴ Utilizamos a expressão “na medida do possível”, pois esta foi utilizada nas diretrizes de revitalização do SH, elaboradas pelo IPPUC após a finalização do PPU: “*Garantir, na medida do possível, a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas.*” Essa diretriz será comentada no tópico 1.5.

⁷⁵ Provavelmente, com a construção da Igreja da Ordem em 1737, o conjunto urbano se desenvolveu da Praça Tiradentes (ocupada desde o século XVII) em direção ao Largo da Ordem no século XVIII.

⁷⁶ CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão: Antologia para um combate.** Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011. pp. 13 e 14.

⁷⁷ FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 86.

de áreas urbanas, os critérios mais adotados eram: a homogeneidade do conjunto urbano, com predominância da arquitetura típica dos séculos XVII e XVIII; a integridade do conjunto; e o traçado urbano típico do período colonial.⁷⁸

A questão da homogeneidade e do discurso de identidade nacional somada à ideologia dos modernistas foram fundamentais para a formulação dos critérios de seleção de bens arquitetônicos e urbanos. Os modernistas e técnicos do SPHAN viam na arquitetura do período colonial uma produção genuinamente brasileira, a qual era resultante da adaptação de sistemas construtivos e modelos formais importados às condições locais, resultando numa arquitetura de caráter funcional. Maria Lucia Bressan Pinheiro sugere que esse seria um dos motivos para os técnicos do SPHAN execrarem a arquitetura eclética do século XIX, pois a seus olhos esta não passara por um processo de adequação ao contexto nacional, mas mantinha suas características importadas. A negação da arquitetura eclética era uma postura de valorização da produção genuinamente brasileira, pois aquela era considerada uma degeneração aos valores da nacionalidade.⁷⁹

Entretanto, apesar da negação e aversão à arquitetura eclética, é somente a partir de meados da década de 1950 que o critério de nacionalidade foi se flexibilizando, lentamente, com o tombamento federal de alguns poucos exemplares de arquitetura e urbanismo do século XIX, como por exemplo: o conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Gonçalves Dias em São Luís (MA), em 1954; o conjunto paisagístico e urbanístico de Vassouras (RJ), em 1958; e o conjunto urbano-paisagístico da Av. Köeller, em Petrópolis (RJ), em 1962.⁸⁰

No contexto local, até a década de 1960, o Paraná possuía pouquíssimos bens tombados pelo SPHAN que representavam o legado colonial brasileiro. A localização desses bens restringia-se apenas aos municípios da Lapa e de Paranaguá. A capital paranaense, ao contrário, até a época da elaboração do PPU em 1965, não possuía ainda nenhuma edificação protegida em nível federal.⁸¹ Certamente, isso se devia ao fato da cidade não possuir mais exemplares da arquitetura do período colonial que pudessem ser considerados “excepcionais” e, portanto, protegidos pelo SPHAN: a Igreja Matriz do século XVIII foi demolida, entre 1875 e 1876, e substituída por uma Catedral em estilo neogótico em 1893; a Casa de Câmara e Cadeia foi demolida em 1900 e em seu lugar foi construído um edifício de uso misto, comercial e residencial da família Hoffmann; a Igreja da Ordem, construída em 1737, teve sua fachada e volumetria remodelada em estilo neogótico, entre 1878-1880; a antiga capela de São Francisco, iniciada no início do século XIX e não concluída, foi demolida parcialmente em 1915 para a construção de um *Belvedere* em estilo *art-nouveau*, sobrando apenas os remanescentes da nave

⁷⁸ SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990), 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. p. 134.

⁷⁹ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista Risco**. n. 9 3. São Carlos, 2006. p. 9.

⁸⁰ SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**...op. cit., 1995. p. 133.

⁸¹ Em nível federal, havia tombado desde 1941 em Curitiba apenas duas coleções de acervos: 1. **Museu Coronel David Carneiro**: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística; 2. **Museu Paranaense**: coleção etnográfica, arqueológica, histórica e artística.

principal que formam as Ruínas de São Francisco; e a Igreja do Rosário que foi demolida em 1937 e em seu lugar foi construída uma nova igreja em estilo neocolonial. [Figura 21 e Figura 22]

Figura 21: Quadro de imagens dos bens coloniais que foram demolidos, substituídos ou reformados no final do século XIX. Na primeira linha: à esquerda a antiga Matriz de Curitiba demolida e substituída pela Catedral de Curitiba, à direita. Na segunda linha: à esquerda a antiga Casa de Câmara e Cadeia substituída pelo edifício da família Hoffmann, à direita – atualmente demolido também. Na terceira linha: à esquerda, um recorte da gravura de Debret, de 1827, que mostra a igreja da Ordem com sua provável feição colonial, e à direita a Igreja da Ordem remodelada em estilo neogótico. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC e IPHAN/PR.

Figura 22: Quadro de imagens dos bens coloniais que foram demolidos e substituídos no início do século XX. Na primeira linha: à esquerda, a antiga Capela de São Francisco demolida parcialmente e substituída pelo *Belvedere*, à direita. No local restam apenas os remanescentes da nave principal, denominados como Ruínas de São Francisco. Na segunda linha: à esquerda, a antiga Igreja do Rosário substituída pela nova igreja em estilo neocolonial, à direita. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC; CPC/SECC e foto do autor.

Na década de 1960, embora o traçado urbano primitivo permanecesse em algumas partes do *Centro Antigo*, havia pouquíssimos remanescentes arquitetônicos do período colonial. Havia apenas a Casa Romário Martins, as Ruínas de São Francisco, a Igreja da Ordem e uma casa na esquina das ruas Mateus Leme e Treze de Maio. Todos esses bens encontravam-se com suas feições coloniais alteradas. Somado a isso, era marcante a heterogeneidade arquitetônica no *Centro Antigo* de Curitiba, caracterizada por exemplares arquitetônicos do século XIX e início do século XX com influências da imigração germânica e italiana, edificações ecléticas, de inspiração *art-nouveau*, *art-deco*, neocolonial e moderna.

Nesse contexto, a área que seria atingida pela passagem da via *Estrutural Norte* – a região das ruas José Bonifácio, do Rosário, Barão do Serro Azul e travessa Nestor de Castro – era uma área densamente ocupada, composta essencialmente por sobrados ecléticos, do final do século XIX e início do século XX, os quais foram construídos sobre o traçado urbano colonial. [Figura 23 e Figura 24]

Figura 23: Vista do conjunto da rua José Bonifácio, entre o Largo da Ordem e a Catedral, provavelmente no final da década de 1960. Fonte: Acervo CPC/SEEC.

Figura 24: Vista do conjunto da rua José Bonifácio, no Largo da Ordem, antes da abertura da via *Estrutural Norte*. No meio da foto, identifica-se as duas edificações dessa face de quadra que foram demolidas para a abertura da via. Fonte: Acervo CPC/SEEC.

Em suma, nesse momento, percebemos que aos olhos do SPHAN Curitiba não possuía edificações dignas de serem consideradas representantes do discurso da nacionalidade brasileira, e por isso tuteladas como patrimônio histórico e artístico nacional. Esse fato explica muito do “silêncio” do órgão federal em relação ao patrimônio cultural edificado curitibano até então.

Um outro fato que devemos levar em consideração para a ausência de atribuição de valores ao conjunto urbano era a tímida atuação do Estado do Paraná no âmbito das políticas de preservação do patrimônio cultural. Embora fosse um dos primeiros estados brasileiros a contar com órgãos e legislação de preservação do patrimônio cultural: o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural Paranaense, em 1935; a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHA), em 1948; e a Lei Estadual de tombamento nº 1.211 de 1953; a atuação da DPHA na proteção de bens arquitetônicos no Paraná foi muito restrita, pelo menos, até a década de 1960.⁸²

Não obstante a lei estadual de preservação do patrimônio cultural fosse de 1953, até o início da década de 1960 verificamos a ausência de inscrições nos livros do tombo. Nesse período, Kersten afirma que as ações do órgão estadual estiveram direcionadas a obras de restauração em bens tombados em nível federal, como a Igreja Matriz de Santo Antônio na Lapa (PR) e o antigo Colégio dos Jesuítas em Paranaguá (PR) – com apoio do SPHAN e das prefeituras locais –, e também a discussões sobre a

⁸² KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História:** Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000. Capítulo 3 “*No Tecer da Memória e na Perspectiva da História*”, pp. 111-142.

preservação de sambaquis no estado. Os primeiros tombamentos estaduais apenas iniciaram a partir de 1962, seguindo os parâmetros adotados pelo SPHAN, com as igrejas coloniais da Ordem de São Francisco das Chagas e de São Benedito, no município de Paranaguá.⁸³

Em Curitiba, no âmbito municipal, sabemos apenas que em 1948 o município reconhecia pela Lei nº 81 de 10 de julho de 1948 que a sede de seu poder executivo municipal, o Paço da Liberdade construído em 1916 na praça Generoso Marques, integrava o patrimônio histórico municipal e por isso devia ser preservado. Tratava-se de uma ação isolada, que até a elaboração do PPU, em 1965, se restringiu apenas a esse edifício. No âmbito estadual, até 1965, Curitiba não possuía ainda nenhum bem tombado pelo Estado do Paraná. Os primeiros tombamentos estaduais em Curitiba, apenas começaram no ano seguinte, em de janeiro de 1966, com um discurso de ampliação da noção de patrimônio, protegendo alguns edifícios ecléticos e do início do século XX. Nesse ano foram tombados: a Igreja da Ordem, a Praça João Cândido – incluindo o *Belvedere* e as ruínas da capela de São Francisco – e o Paço da Liberdade; todos esses bens localizados no *Centro Antigo* de Curitiba. A proteção a esses edifícios não era estendida nem ao conjunto urbano no entorno desses bens, nem à área que seria atingida pela via *Estrutural Norte* que se localizava nas suas imediações.

Nos capítulos 2 e 3 retomaremos as questões relativas à participação do órgão estadual de preservação no processo de patrimonialização do *Centro Antigo* de Curitiba.

* * *

Voltemos, então, à questão da via *Estrutural Norte*. Analisando a proposta à luz desses referenciais, fica evidente que o partido da proposta do PPU era baseado, prioritariamente, no sistema viário que desviaria o tráfego do *Centro Principal*, e não na preservação do *Centro Antigo* da cidade. Isso se devia ao fato de não haver bens que fossem considerados de “excepcional valor arquitetônico” no conjunto urbano. Ademais, a área que seria atingida era composta apenas por edificações do século XIX e do início do século XX, as quais não eram reconhecidas como “verdadeiras expressões arquitetônicas” a ponto de mudar um dos pilares do PPU. Os critérios para escolha dos bens como patrimônio cultural ainda eram baseados explicitamente nos valores arquitetônicos e não no traçado urbano, que, no caso de Curitiba, esse era um dos remanescentes que havia do período colonial.

Além do mais, identificamos que no PPU seguia-se ainda premissas da *Carta de Atenas do CIAM*, nas quais a questão da preservação de preexistências estava numa posição extremamente desconfortável, sendo subordinada às demais propostas e intervenções urbanísticas modernistas. No caso de Curitiba, uma cidade em pleno desenvolvimento, certos sacrifícios eram considerados passíveis de serem feitos, principalmente em se tratando de um conjunto heterogêneo, com edificações ecléticas, com influências da imigração europeia, sem nada que caracterizasse a ideia de nacionalidade e excepcionalidade predominante naquele momento no contexto preservacionista brasileiro.

⁸³ KERSTEN, Marcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da História...* op. cit., 2000. pp. 139 e 140.

Como a região a ser atingida estava localizada fora do *Centro Principal*, e a questão da preservação integral da malha urbana do *Centro Antigo* não era cogitada no PPU e nem mesmo pelos órgãos de preservação da época, aquilo que importava era resolver a circulação viária e desviá-la do *Centro Principal*, mesmo que para isso tivesse que sacrificar uma parte do *Centro Antigo*.

As propostas das vias estruturais foram levadas para o texto final do Plano Diretor, em 1966, e foram implantadas a partir da década de 1970, durante a primeira gestão do prefeito Jaime Lerner (1971-74). Consideramos o caso da via *Estrutural Norte* e a demolição do conjunto urbano um ponto crucial na trajetória de patrimonialização do *Centro Antigo* de Curitiba e, por isso, esse tema retornará ao longo desta dissertação, em particular no Capítulo 3 – no tópico 3.2. –, quando serão mostrados maiores dados da sua implantação e da repercussão da obra.

1.3.2. A pedestrianização e a valorização do “Coração da cidade”.

A procura do “Coração da cidade” justifica-se, portanto, quando se deseja chegar ao núcleo que fixou em espaço urbano o caráter de uma cidade.⁸⁴[grifo nosso]

Quando propus o fechamento do tráfego da rua XV, é claro que era uma coisa meio escandalosa, porque se tratava da rua mais importante. E como a coisa importante na vida da gente parece ser o automóvel, o fato de que uma rua importante não pudesse ter o automóvel parecia uma contradição. Mas eu havia identificado que o local de encontro mais importante de Curitiba era lá e ninguém se encontra de automóvel, mas a pé.⁸⁵ [grifo nosso]

Uma outra proposta prioritária do Plano Preliminar de Urbanismo e antagônica àquela proposta da abertura da via *Estrutural Norte*, era a pedestrianização da Rua XV de Novembro como ação de revitalização, valorização e de afirmação da sua centralidade. A princípio, devemos lembrar que desde o início da década de 60, o prefeito Ivo Arzua Pereira havia desapropriado alguns imóveis na Rua XV de Novembro para o seu alargamento. No entanto, até a época da elaboração do PPU, apenas duas quadras tinham sido alargadas. Nesse interim, Wilhelm dizia que tinha identificado a Rua XV de Novembro como a via mais central e principal da cidade. Para ele, era na Rua XV que estava o principal local de encontro da população curitibana. Com uma ideia diversa daquela do alargamento previsto, Wilhelm optava por consolidar a Rua XV como um ponto de convívio e lazer, restringindo-a ao tráfego viário por meio de um grande “calçadão” para priorizar os pedestres e as relações humanas.⁸⁶

Em termos de proposta, Wilhelm propunha o calçamento da Rua XV de Novembro – desde a praça Osório até o prédio central da UFPR, na praça Santos Andrade –, incluindo também a praça Generoso Marques no entorno do Paço da Liberdade. O objetivo era fazer da área pedestrianizada uma grande praça linear onde a população curitibana se encontrasse, tivesse lazer e convivesse. Para viabilizar a pedestrianização, vimos no tópico 1.3.1 que Wilhelm propunha um sistema de vias

⁸⁴ WILHEIM, Jorge. **São Paulo metrópole 65**: subsídios para seu plano diretor. São Paulo: DIFEL, 1965. p. 26.

⁸⁵ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. p. 30.

⁸⁶ Ibid.

estruturais que tangenciariam o *Centro Principal*, bem como o *Anel de Tráfego Lento do Centro Principal* que passaria ao redor da Rua XV de Novembro, sem cruzá-la em nenhum ponto. Deste modo, a pedestrianização era uma proposta que dependia das vias estruturais que desviariam o tráfego da região da Rua XV de Novembro, conforme a descrevia Wilhelm:

A proposta de trânsito, com sua hierarquia, anel lento e móvel em torno do centro [principal] e sistemas de retorno, utilizando a atual trama viária, são características que permitiriam desde já a implantação de uma vasta rua de pedestres (acesso de veículos apenas para descarga e estacionamento em horários excepcionais), formadas pelas Av. João Pessoa [hoje Luiz Xavier, no prolongamento da rua xv de novembro, próximo à praça Osório], XV de Novembro até à Reitoria [prédio central da UFPR], Pr. Generoso Marques e parte da Pr. Tiradentes. Neste “domínio de pedestre” realizam-se já os principais pontos de encontro de Curitiba.⁸⁷

No trecho acima percebemos que o objetivo de toda proposta de sistema viário incidente no *Centro Antigo* visava viabilizar o calçadão de pedestres da Rua XV de Novembro, em detrimento de uma parcela do traçado urbano antigo que seria arrasado pela passagem da via *Estrutural Norte*. Desta forma, poupava-se o *Centro Principal* das grandes cirurgias urbanas previstas por Agache e pela prefeitura, em detrimento das porções mais periféricas localizadas no *Centro Antigo*, nas proximidades do *Eixo São Francisco*. [Figura 26]

Ainda em relação às diretrizes propostas, é interessante notar que na região da praça Generoso Marques, Wilhelm insinua uma preocupação em relação à preservação de preexistências. Era o Paço da Liberdade que abrigava a sede da prefeitura desde 1916; era ele o único bem protegido como patrimônio histórico em Curitiba até a época do PPU. Com a construção da nova sede da Prefeitura no Centro Cívico, o Paço da Liberdade ficaria ocioso e, por isso, Wilhelm sugeria a instalação de um espaço cultural. Isso se viabilizou em 1974 com a instalação do Museu Paranaense que abordaremos no capítulo 3, no tópico 3.4.4. No entorno do Paço, Wilhelm propunha criar um ambiente de encontro e convívio, com bares e mesinhas ao ar livre, concertos e demais atividades de entretenimento. [Figura 25]

Figura 25: Vista panorâmica atual da Praça Generoso Marques com o Paço da Liberdade. Fonte: do autor, 2016.

⁸⁷ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo**...op. cit., 1965. pp. 161 e 162.

PLANO PRELIMINAR DE URBANISMO PEDESTRIANIZAÇÃO

LEGENDA:

	Centro Antigo: área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;	01 Praça Tiradentes.
	Centro Principal ou Zona Comercial 1 e o anel perimetral de tráfego lento do Centro Principal, proposto por Wilhelm.	02 Catedral Metropolitana.
	Eixo São Francisco: eixo das ruas São Francisco, Dr. Claudino dos Santos e Av. Jaime Reis, localizadas no atual Bairro São Francisco.	03 Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.
	Vias Estruturais: sistema de vias estruturais Norte e Sul que tangenciam o Centro Principal. Em tracejado estão os trechos previstos para demolição.	04 Largo da Ordem ou do Coronel Enéas; e Igreja da Ordem.
	Vias peatonais: trecho central da Rua XV de Novembro e Praça Generoso Marques, proposto por Wilhelm.	05 Igreja do Rosário.
		06 Ruínas da antiga Capela de São Francisco.

Figura 26: Proposta de pedestrianização da Rua XV de Novembro e da Praça Generoso Marques. Fonte: Aerofoto do IPPUC, de 1966, manipulada pelo autor com base nos mapas do PPU, de 1965.

Em relação às desapropriações e obras de alargamento iniciadas em duas quadras da Rua XV de Novembro durante a gestão de Arzua, conforme mencionamos no tópico 1.2.2, identificamos que a proposta de Wilhelm de criar um calçadão ao invés de alargar, gerou questionamentos por parte do prefeito, conforme releva depoimento do arquiteto e professor Luiz Forte Netto⁸⁸:

Todas as propostas que o Jorge [Wilhelm] apresentava ao prefeito, eram antes discutidas com o grupo de acompanhamento. Lembro-me até de algumas propostas que, naquele momento, pareciam muito difíceis de ser aceitas. Por exemplo, o Ivo Arzua tinha acabado de alargar [um trecho da] Rua XV e o Jorge propôs transformá-la numa rua de pedestres. E o Ivo argumentava: “Mas como é que vou justificar um investimento que foi feito para alargar a Rua XV e agora a transformo em rua de pedestres...?” O Jorge disse: “Apenas justifique que é muito melhor para a cidade que o Centro tenha uma área de domínio de pedestre e que por isso a Rua XV vai virar um grande calçadão”.⁸⁹

Entretanto, Arzua acabou sendo convencido da proposta de Wilhelm de pedestrianizar a rua XV ao invés de prosseguir com o alargamento. Entendemos que isso se devia, principalmente, a razões econômicas, pois assim os recursos necessários para desapropriação de todo trecho central da Rua XV de Novembro seriam poupados, conforme revela o depoimento do então diretor do Departamento de Obras da Prefeitura, o engenheiro Clóvis Lunardi⁹⁰: [Figura 27]

No tempo de Ivo Arzua Pereira prefeito, foram feitas desapropriações no centro, abertas ruas [...]. O erro foi a abertura da Rua XV – que deveria ter sido aproveitada como o centro histórico de Curitiba. Foi aberta até um trecho e se percebeu que era loucura, custaria demais aos cofres públicos desapropriar tudo aquilo. [...]. Do trecho alargado, até há uns quatro anos ainda se estavam pagando as desapropriações.⁹¹ [grifo nosso]

No que diz respeito às referências para a elaboração da proposta de pedestrianização da Rua XV de Novembro, identificamos no PPU que Wilhelm estava inteirado das discussões dos últimos CIAM, em particular o oitavo, *The Heart of the city*, de 1951, que mencionamos anteriormente.

Uma fonte que nos dá indícios sobre as referências de Wilhelm é o seu livro *“São Paulo metrópole 65: subsídios para seu plano diretor”*, escrito no mesmo ano da elaboração do PPU, em 1965, no qual são apontadas muitas preocupações semelhantes àsquelas do plano de Curitiba, como a valorização do *“Coração da cidade”*[sic], a identidade urbana e a criação de pontos de encontro e convívio da população. O discurso dele proposto para São Paulo era semelhante ao de Curitiba: *“tornar uma cidade mais humana [...] e mais apropriada à vida de seu povo”*. Além disso, é interessante destacar que dentre as referências teóricas apontadas por Wilhelm na bibliografia do seu texto, estava a

⁸⁸ **Luiz Forte Netto** (1935): Paulistano, formou em arquitetura em 1958 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Mackenzie(SP). Participou do grupo de acompanhamento do PPU e foi diretor-presidente do IPPUC, de 1967 a 1969. Foi professor de arquitetura da UFPR, chefe do departamento entre 1979 e 1981 e coordenador do curso entre 1981 e 1983.

⁸⁹ FORTE NETTO, Luiz. Depoimento. 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. pp. 55 e 56.

⁹⁰ **Clóvis Lunardi** (1924): Paulista de Botucatu, mudou-se para Curitiba em 1950 e se formou em Engenharia Civil pela UFPR, em 1960. Foi diretor do Departamento de Obras da PMC em 1962 e exerceu o cargo de diretor-presidente do IPPUC de 1969 a 1972. Na época do PPU ele participava das reuniões em que se discutia o plano preliminar.

⁹¹ LUNARDI, Clóvis. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, novembro de 1989. (Depoimentos, 2). pp. 5 e 6.

publicação resultante do CIAM 8, *The heart of the city*, publicada em 1952.⁹² Embora Wilhelm tratasse de um tema paulistano em seu livro – suas preocupações para o planejamento urbano de São Paulo – o texto e suas referências nos dão indícios de como ele percebia as questões urbanísticas em cidades existentes.

Por esse motivo, consideramos importante contextualizar e esclarecer alguns aspectos das discussões do CIAM 8 referentes ao planejamento urbano, à pedestrianização de centros urbanos e ao eventual lugar do patrimônio nessas discussões, para compreendermos e discutirmos a proposta do calçadão da Rua XV de Novembro, a qual foi posteriormente estendida para o SH.

Figura 27: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1960, após o alargamento executado na quadra entre as ruas Marechal Floriano Peixoto e Dr. Muricy. Fonte: CPC/SEEC.

1.3.2.1. O Coração da Cidade

O Oitavo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, *The Heart of the city*, foi realizado em 1951, na cidade Hoddesdon no Reino Unido. O encontro foi liderado pelo então presidente do CIAM, o arquiteto catalão Josep Lluís Sert, pelo então secretário geral do CIAM, o historiador boêmio Sigfried Giedion, e por uma geração de jovens arquitetos do grupo inglês *Modern Architectural Research Group* (MARS). A liderança trazia como tema para discussão neste congresso a problemática do centro

⁹² WILHEIM, Jorge. **São Paulo metrópole 65**...op. cit., 1965. pp. 25-40.

tradicional da cidade e das relações humanas em comunidade no espaço construído. Temas dentre os quais ainda não tinham sido abordados especificamente pelos CIAM anteriores.

Nesse congresso, reconhecia-se que as premissas urbanísticas modernas preconizadas pelos CIAMs anteriores havia resultado em cidades nas quais as relações e os contatos humanos não eram favorecidos. Cidades que ofereciam baixa qualidade de vida devido à ênfase na mecanização do espaço urbano, nas quais eram ausentes maiores preocupações com a escala humana nas intervenções e com as necessidades sociais do homem e de suas comunidades. Cidades que passaram por crescimento desordenado ou por um processo de descentralização, nas quais os subúrbios estavam cada vez mais inchados e as zonas centrais deterioradas. Além disso, somavam-se as preocupações com o planejamento para a reconstrução dos centros urbanos europeus bombardeados durante a Segunda Guerra Mundial.⁹³

Para a solução desses problemas, defendia-se a ideia de *recentralização* por meio da valorização do “Coração da cidade”, ou seja, do seu núcleo urbano como espaço central das cidades onde se processam as relações humanas e de comunidade, ao invés de projetos voltados apenas aos subúrbios.⁹⁴ Temas como a recuperação do sentido de comunidade e de símbolos coletivos, monumentos e valorização da cidade e do centro tradicional, bem como o retorno à escala humana, começavam a fazer parte do discurso e reflexão desse CIAM e dos congressos posteriores. Enfim, tratava-se de uma revisão do ideário funcionalista.⁹⁵

No congresso, participantes elaboraram diversas reflexões sobre o *Coração da cidade*, nas quais enfatizavam a importância desses núcleos para as cidades, e inclusive abordavam como esses espaços deveriam ser constituídos. Entre eles, destacamos o texto de Sert publicado no livro do CIAM 8 *The Heart of the city* – consultado na versão espanhola *El Corazón de la Ciudad* –, cujo título é “*Centros para la vida de la comunidad*”. Sert argumentava que a partir do estabelecimento de *corações* nos projetos urbanísticos, esses núcleos atuariam como elementos catalizadores, ao redor dos quais se desenvolveria a vida da comunidade, e os pontos de encontro e reunião dos cidadãos. Para a implantação desses *corações*, Sert afirmava que o processo dependeria basicamente dos seguintes fatores: da priorização do pedestre em detrimento dos automóveis; da criação de espaços urbanos de agradável fisionomia; da criação de espaços e eventos que promovessem o encontro, o convívio e a comunicação entre os cidadãos, como cafés, eventos, exposições e espetáculos; e ainda atividades de educação popular, com auxílio de meios de comunicação, como televisão, filmes e alto-falantes.⁹⁶

⁹³ SERT, Josep Lluís. Centros para la vida de la comunidad. In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. **El Corazón de la Ciudad**: por una vida más humana de la comunidad. Barcelona: Editorial Científico-Médica, 1961. p. 4; MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000. pp. 201-203.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ SOZA, Marisol Rodríguez. Do Coração da cidade – a Otterlo (1951-59): discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM. In: **8º. Seminário DOCOMOMO Brasil “Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes”**. Arquitetura e Urbanismo, 2009, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/096.pdf> Acesso: 20/05/2016.

⁹⁶ SERT, Josep Lluís. Centros para la vida de la comunidad. In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. **El Corazón de la Ciudad**...op. cit., 1961. pp. 6- 9; MAYUMI, Lia. A Cidade Antiga nos CIAM, 1950-59. In: **6º. Seminário DOCOMOMO** ...op. cit., 2005. pp. 7 e 8.

Além dessas questões, Sert propunha que os corações tivessem a circulação de pedestres e de automóveis separadas e os meios de transporte motorizados pudessem acessar e estacionar no perímetro das zonas pedestrianizadas. Para as zonas destinadas aos pedestres, Sert propunha que elas fossem protegidas dos ruídos e da poluição gerada pelos automóveis, e que esses espaços tivessem elementos agradáveis ao bem-estar e permanência do homem como árvores, plantas, água, sol e áreas sombreadas. Para compor a paisagem, ele propunha que ao longo das zonas pedestrianizadas houvesse edifícios de gabaritos diversos, mais horizontais, sem elevadores, mesclados com edifícios bem altos para criar “*variedad e animação*” [sic] nesses espaços por meio de contrastes volumétricos. Além disso, considerava que o *Coração da cidade* devia abrigar funções de uso comunitário, como “*edifícios administrativos, museus, bibliotecas públicas, teatros, salas de concerto, áreas recreativas, áreas comerciais, áreas destinadas à prática de esportes, parques, passeios, praças, centros turísticos, hotéis, salas de exposição e de conferências, etc.*” Por fim, Sert sugeria que o projeto do *Coração da cidade* fosse integrado a questão das artes, como a pintura e a escultura, para enriquecer a linguagem arquitetônica da intervenção, a fim de suscitar o interesse visual e promover a educação da comunidade, enfatizando a ideia de um Centro Cívico.⁹⁷

Outro texto apresentado no congresso que destacamos é do arquiteto britânico James Maude Richards, intitulado “*Elementos viejos y nuevos en el Corazón de la ciudad*”. Richards aborda a questão da conservação da personalidade do *Coração da Cidade* por necessidades estéticas, psicológicas, representativas e simbólicas da comunidade. Para Richards, a personalidade do *Coração* é dada pela presença de edifícios antigos. São eles que distinguem esses espaços de outros lugares, e ainda são eles que estão na memória do habitante e do visitante. Richards aborda também que é tarefa do urbanista garantir a conservação da personalidade da cidade e ao mesmo tempo determinar até que ponto os espaços urbanos preexistentes podem estar sujeitos a alterações, de modo a se contrapor à tendência de standardização das cidades que havia naquela época. Para isso, Richards propunha tanto a adequada inserção de novos elementos arquitetônicos nesses contextos preexistentes, como a conservação dos elementos do passado. A motivação para a conservação de elementos preexistentes não era apenas para a posteridade, mas principalmente para a “apreciação da atmosfera criada pelo passado, e conhecimento visual de objetos físicos – tanto dos edifícios como dos os espaços abertos – que o passado deixou para trás.”⁹⁸[grifo nosso]

Além de Richards, consideramos interessante trazer alguns comentários sobre o texto do arquiteto italiano Ernesto Nathan Rogers, intitulado “*El Corazón: problema humano de las ciudades*”, no qual ele apenas insinua questões acerca da conservação de cidades antigas. Em seu texto, Rogers questiona o modelo urbanístico moderno que resultou na destruição de centros antigos para resolver problemas de circulação viária. Para ele as intervenções deviam buscar pelo sentido do lugar e não

⁹⁷ SERT, Josep Lluís. Centros para la vida de la comunidad. In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. *El Corazón de la Ciudad*...op. cit., 1961. pp. 11-16. [tradução nossa].

⁹⁸ RICHARDS, James Maude. Elementos viejos y nuevos en el Corazón de la ciudad. In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. *El Corazón de la Ciudad*...op. cit., 1961. pp. 60-63. [tradução nossa].

destruir espaços tão ricos de tensão espiritual como, por exemplo, as “*magníficas*”[sic] praças italianas que constituem exemplos de *Corações* repletos de vida urbana:

Se tem cometido frequentemente o erro de destruir centros antigos, ricos em tensão espiritual, a fim de resolver os problemas banais de trânsito; porque a intensidade de tráfego tem sido confundida com a intensidade da vida. Mas mesmo os mais animados cruzamentos de ruas nunca será o Coração de uma comunidade, mas precisamente o contrário. [...]. As praças italianas - espaços abertos e acolhedores como vasos - são magníficos exemplos de Corações generosos. Ali, crianças brincam montadas em leões de mármore, os idosos descansam sob os pórticos, os sinos tocam, as fontes sussurram palavras carinhosas que os jovens repetem a suas namoradas, as pessoas andam para lá e para cá, da prefeitura à igreja.⁹⁹ [grifo nosso]

Apesar das discussões e insinuações feitas por Richards e Rogers em relação ao tema da conservação de preexistências e, em particular, às críticas a demolições para resolver problemas viários, é curioso notar que nas resoluções finais do CIAM 8 não aparece explicitamente a questão do patrimônio histórico, ou então a temas como memória, monumentos e contextos históricos.¹⁰⁰ Ao que parece, não havia consenso entre os urbanistas presentes no congresso sobre essas questões, mas prevalecia a visão de um projeto urbanístico que visava a criação do *Coração da Cidade* por meio da inserção das relações humanas e pela restrição ao tráfego de automóveis. Essas resoluções foram organizadas em forma de um sumário sobre as características necessárias para se criar o *Coração da cidade* como projeto urbanístico, algumas das quais estão presentes na Rua XV de Novembro em Curitiba:

- 1) Em cada cidade deve haver um só *Coração* principal;
- 2) O *Coração* é um artifício, uma obra do homem;
- 3) O *Coração* deve ser um lugar livre do tráfego, onde o pedestre pode mover-se livremente;
- 4) Os veículos devem chegar na periferia do *Coração* e estacionar ali, mas não o atravessar;
- 5) A publicidade comercial não controlada – tal como hoje se mostra nos Corações – deve ser organizada e controlada;
- 6) Os elementos variáveis (móveis) podem representar uma importante contribuição para dar vida ao *Coração*, e a sistematização arquitetônica deve ser projetada de forma a permitir a inclusão de tais elementos;
- 7) Ao projetar o *Coração*, o arquiteto deve empregar meios de expressão modernos e, sempre que possível, deve trabalhar em colaboração com pintores e escultores.¹⁰¹

Nas resoluções percebemos, portanto, que o *Coração da Cidade* devia ser concebido como o reino do pedestre, livre de qualquer motorização. Um espaço no qual as medidas do homem deviam reger as intervenções, cuja principal função era permitir o encontro e a comunicação das pessoas. Para isso, devia-se criar “*uma atmosfera de descanso, de calor e afeto humano*”[sic] que possibilitasse os

⁹⁹ ROGERS, Ernesto Nathan. El Corazón: problema humano de las ciudades. In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. *El Corazón de la Ciudad*...op. cit., 1961. p. 73. [tradução nossa]; MAYUMI, Lia. A Cidade Antiga nos CIAM, 1950-59. In: **6º. Seminário DOCOMOMO** ...op. cit., 2005. pp. 9 e 10.

¹⁰⁰ MAYUMI, Lia. A Cidade Antiga nos CIAM, 1950-59. In: **6º. Seminário DOCOMOMO** ...op. cit., 2005. p. 11.

¹⁰¹ “Breve bosquejo del Corazón. Extracto de las conclusiones sentadas en el VIII Congreso del CIAM” In: ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. *El Corazón de la Ciudad*...op. cit., 1961. p. 164. [tradução nossa].

encontros e, ao mesmo tempo, estabelecesse uma consciência cívica. Em suma, um espaço central valorizado e projetado para ser o cenário das manifestações sociais de uma comunidade.¹⁰²

Para Eric Mumford, o CIAM 8 “*pode ser como um ponto de referência para novas formas do espaço público, incluindo shoppings malls, revitalização de centros urbanos, e parques temáticos, que vieram para caracterizar o urbanismo em cidades da década de 1950 e depois*”.¹⁰³ Nesse sentido, muitas dessas discussões influenciaram a implantação de diversas vias peatonais em centros urbanos europeus, nas décadas de 1950 e 1960, como por exemplo: Holstenstraße, em Kiel (1953); Lijnbaan, em Rotterdam (1953); Strøget, em Copenhagen (1962). O intuito desses projetos era de criar espaços públicos de encontro e convívio, controlar o tráfego, melhorar a mobilidade nos centros urbanos, incentivar e fortalecer as atividades comerciais, e ainda manter o patrimônio urbano existente nessas áreas livre de cirurgias urbanas e alargamentos, embelezando e valorizando os centros urbanos.

Anos após o CIAM 8, outros autores também abordaram a questão da humanização e pedestrianização de centros urbanos. Entre eles, citamos arquiteto inglês Gordon Cullen que em seu livro *Paisagem Urbana* – lançado em 1961 – retoma também algumas das críticas enunciadas no CIAM 8, alertando sobre as consequências da invasão das cidades pelos automóveis, como o desaparecimento da diversidade e da personalidade dos espaços públicos, dada por elementos construídos e espaços preexistentes. Ele também sugere que é desejável garantir absoluta prioridade ao pedestre em determinadas áreas da cidade, como catedrais, escolas, largos, e ainda aborda questões relacionadas ao desenho urbano para delimitar essas áreas.¹⁰⁴

Além de Cullen, nessa mesma época, em 1961, citamos a jornalista americana-canadense Jane Jacobs que lançava nos Estados Unidos o livro *Morte e vida de Grande Cidades*. No livro, Jacobs critica a ortodoxia do planejamento urbano moderno que gerou cidades monótonas, padronizadas, sem vida ou sem usuários. Embora ela ignore as críticas ao urbanismo funcionalista feita por outros autores e pelos últimos CIAM, alguns dos seus pontos de vista são semelhantes aos deles. Jacobs defende a diversidade como antídoto para grande parte dos males urbanos que ocorrem com o uso monofuncional: diversidade de usos, de nível sócio econômico da população, de tipologia das edificações, etc. Para ela, o espaço fundamental onde a diversidade e a intensidade de usos ocorrem é nas ruas e calçadas. Para garantir a diversidade das vias, ela sugeria que o distrito devia atender a mais de uma função, com usos combinados para garantir a presença de pessoas; que houvesse a presença de edifícios antigos com idades e estado de conservação variados; e que as calçadas fossem largas para propiciar o lazer, o encontro e o convívio da comunidade.¹⁰⁵

* * *

¹⁰² “Breve bosquejo del Corazón...op. cit. In: ROGERS, Ernesto Nathan et al. **El Corazón**...op. cit., 1961. pp. 164-168.

¹⁰³ MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000. p. 215. [tradução nossa].

¹⁰⁴ CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa : Edições 70, 2010. passim.

¹⁰⁵ JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

À vista dessas questões, voltemos à questão da pedestrianização da Rua XV de Novembro e analisemo-la à luz das propostas incidentes sobre o *Centro Antigo* e dos referenciais abordados:

Primeiramente, percebemos que se trata de uma proposta contrastante àquela da via *Estrutural Norte*, pois enquanto esta propunha a demolição de uma parcela do *Centro Antigo*, aquela poupava parte da malha urbana das cirurgias propostas por Agache. Isso confirma que Wilhelm não rompia com o ideário modernista de 1933, baseado nos princípios da *Carta de Atenas do CIAM*, mas apenas ampliava com as diversas contribuições e preocupações dos CIAM posteriores. Enquanto a proposta da pedestrianização manteria, requalificaria e reafirmaria a centralidade da Rua XV de Novembro como o *Coração da Cidade*, ou seja, principal ponto de encontro e convívio dos curitibanos, as *vias estruturais* seccionariam para sempre uma parcela do *Centro Antigo*, condicionando o *Eixo São Francisco* ficar isolado na periferia do *Centro Principal*.

Na medida que a Rua XV de Novembro era a área mais valorizada, em pleno processo de verticalização e adensamento, lugar das atividades comerciais, econômicas e culturais da cidade, o *Eixo São Francisco* era uma área de menor importância comercial e de valor econômico menor em relação à Rua XV de Novembro. Embora fosse próximo à Rua XV, lembramos que o *Eixo São Francisco* se tratava de uma área menos verticalizada e hierarquizada, onde ainda se concentravam residências, cortiços, pequenos comércios vicinais e populares, escolas e igrejas. Deste modo, no PPU optava-se por resguardar apenas aquilo que se considerava o *Centro Principal* da cidade.

A proposta do PPU para a criação do *Coração da Cidade* elegia a Rua XV de Novembro, pelos seus usos e aspectos simbólicos, como via principal da cidade e espaço de encontro dos cidadãos. Para viabilizar esse projeto, propunha-se soluções e malabarismos viários que arrasariam a malha urbana antiga. Apesar de se poupar a Rua XV e as preexistências dos alargamentos previstos, veremos adiante que o projeto desenvolvido primava por preservar os imóveis existentes apenas pela sua fisionomia, na qual o patrimônio apenas comporia a “atmosfera” e o cenário da intervenção urbanística. Essa questão será evidenciada após a implementação da obra, com o tombamento estadual da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro, em 1974, que visava preservar o projeto urbanístico, as fachadas dos imóveis e, inclusive, promover a despoluição visual do trecho pedestrianizado, conforme preconizava as resoluções e discussões apresentadas no CIAM 8. Essas questões relativas à implantação do projeto e a sua patrimonialização serão abordadas no capítulo 3, no tópico 3.3.

Portanto, percebemos que o conjunto de propostas do PPU não refletia uma leitura consistente e aprofundada da ocupação urbana de Curitiba e nem mesmo uma suposta preocupação com a questão da preservação do *Centro Antigo*. Optava-se por soluções, nas quais a sobrevivência das preexistências estaria à mercê de supostas leituras equivocadas, superficiais ou inexistentes da cidade, bem como de propostas urbanísticas influenciadas pelas premissas modernistas. Procurava-se pelo *Coração da cidade*, por meio de sua função como principal via comercial e de encontro da população, mas não se prestava atenção numa das tramas viárias mais antigas da urbe.

As propostas urbanísticas aqui apresentadas interferiram diretamente na região do SH, seccionando-a, num primeiro momento, com a via *Estrutural Norte*, e depois tentando reintegrá-la ao

Centro Principal por meio da sua pedestrianização e revitalização. Primeiro propunha-se a demolição parcial do conjunto para atender as prioridades do planejamento urbano e solucionar questões viárias, e depois tentava-se resolver os problemas que seriam gerados – em decorrência do plano – por meio de ações de revitalização do conjunto urbano. Essa relação de destruição e revitalização seria a sina do SH ao longo de sua trajetória de patrimonialização. Parecia, então, que os arquitetos e urbanistas tentavam resolver os problemas criados por eles mesmos, com suas propostas de revitalização.

1.4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Após a entrega do Plano Preliminar de Urbanismo de Curitiba, o prefeito Ivo Arzua Pereira instituía o “mês do urbanismo”, em julho de 1965, no qual as propostas do PPU seriam apresentadas para a sociedade por meio de um ciclo de seminários denominados “Curitiba de Amanhã”. É após a realização destes seminários, durante o período de criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba que era proposta a revitalização e proteção de uma parcela do *Centro Antigo* de Curitiba, que passaria a ser chamada de *Setor Histórico de Curitiba*. A sua origem, porém, é imprecisa e com pouquíssimos dados sobre o que levou, de fato, a criação do Setor. A partir dos referenciais existentes, abordaremos neste tópico em que contexto específico do processo de planejamento urbano de Curitiba foi proposta a ideia do SH.

1.4.1. Os seminários “Curitiba de Amanhã”

O ciclo de seminários “Curitiba de Amanhã” era uma das exigências estabelecidas pela CODEPAR, como agência financiadora do PPU. Tratava-se de algo pouco usual durante a ditadura, por isso, identificamos que alguns autores atribuem a realização desses seminários a uma forma do prefeito Ivo Arzua Pereira equacionar disputas e tensões de grupos locais que se opunham ao plano elaborado por Wilhelm, conforme mencionamos no tópico 1.2.4. Segundo o historiador Dennison de Oliveira, as disputas eram entre a URBS e o DU pelas competências de elaboração, acompanhamento e detalhamento do plano e, posteriormente, pelo seu gerenciamento e implementação. Tanto a URBS quanto o DU conspiraram ativamente para serem as protagonistas do planejamento urbano curitibano. Uma outra questão a ser comentada é que as disputas eram marcadas também por certa dose de ciúmes e de xenofobia em relação à empresa paulista SERETE e a Wilhelm.¹⁰⁶ Somado a essas questões, esclarecemos que Arzua não tinha maioria dos votos na Câmara Municipal para garantir, posteriormente, a aprovação do PPU¹⁰⁷ e, por isso, buscava legitimar o plano abrindo-o ao

¹⁰⁶ OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000. pp. 95-96.

¹⁰⁷ Conforme exposto pelo próprio Arzua, 1966 In: IPPUC. **Plano Diretor de Curitiba 1966**. Curitiba, 1966. p. 131. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 02/01/2016.

conhecimento e à aparente “discussão” da população, com o claro objetivo de buscar apoio junto às entidades representativas da sociedade civil, às elites profissionais e econômicas, às elites governantes, bem como aos demais segmentos organizados das classes populares.

Nos seminários, a exposição do PPU e condução das palestras ficaram a cargo dos técnicos do Grupo de Acompanhamento e, inclusive, do próprio prefeito Ivo Arzua Pereira. O ciclo de seminários foi composto de sete apresentações, nas quais buscou-se reunir o maior número de representações do governo do estado, do ministério público, das elites econômicas, profissionais, entidades religiosas e de bases populares.¹⁰⁸ Entendemos que com isso buscava-se o maior apoio possível ao PPU para tentar garantir, posteriormente, a sua aprovação na Câmara Municipal. [Figura 28]

Figura 28: Uma das palestras dos seminários “Curitiba de Amanhã”, em 1965. Fonte: IPPUC.

Wilheim não apresentou o plano. Segundo seu depoimento, o fato de não ter apresentado era para que o Grupo de Acompanhamento assumisse o plano e o defendesse:

Lembro-me de que, quando foi feito o debate “Curitiba de Amanhã”, eu fiz uma proposta que resultou muito bem: disse ao grupo local de acompanhamento que não iria fazer a apresentação do plano, mas sim sentar-me com o público. Deixei para eles a apresentação do plano. Entraram em pânico, porque uma coisa é acompanhar, outra coisa é responsabilizar-se por. Eu disse: “São vocês que estão encontrando oposição, de seus pares aqui. Não sou eu, que vou embora. Ou vocês assumem este plano agora ou ele está perdido”. E eles assumiram, o que foi uma tacada muito importante. Eu estava lá, na discussão, e é claro que também intervim. Mas eles tiveram que assumir o plano, preparar-se para apresentá-lo. Numa primeira reunião

¹⁰⁸ Foram realizadas 7 apresentações nos seguintes locais: no Instituto de Engenharia do Paraná; na Associação Comercial do Paraná; na Sociedade Operária beneficente D. Pedro II; na Sociedade Cultural do Ahú; e três apresentações na Reitoria da UFPR. Reuniram-se conselhos, institutos e sindicatos profissionais; associações e federações da indústria e comércio; sociedades operárias; diretórios acadêmicos; órgãos públicos e autarquias; governo do estadual; ministério público; corporações militares; imprensa; e entidades religiosas.

não foram tão bem, na segunda um pouco melhor e na terceira viraram os donos do plano. Isto foi importante. Então, este processo deste trabalho de consultoria ser incorporado pelos técnicos locais é muito importante no Brasil, em função da descontinuidade político-administrativa. Este processo de trabalho foi inteiramente pioneiro. Tanto que, dois anos depois, o Serfhou me pediu um documento sobre metodologia de planos diretores, para alargar aquela experiência inicial a todo o país. E na verdade toda a orientação sobre como fazer planos se baseou na experiência de Curitiba.¹⁰⁹

Em relação às apresentações e aos aparentes “debates” dos seminários, há o depoimento da engenheira *Franchette* que era integrante do grupo de acompanhamento. Ela revelava que nos seminários a população, em sua maioria leiga, não compreendia as propostas apresentadas pelos próprios técnicos: *“Eram discussões absolutamente surrealistas, porque você faz uma proposta do Plano Diretor e a leva à discussão com o povo do [bairro] Bacacheri, ele não está entendendo nada”*¹¹⁰.

Há também um depoimento de um opositor ao plano, o engenheiro e arquiteto Onaldo Pinto de Oliveira¹¹¹ que integrou brevemente o grupo de acompanhamento, mas o deixou por discordar da proposta que estava sendo desenvolvida por Wilhelm. Na opinião de Onaldo Oliveira, o PPU era pouco baseado nas *“reais necessidades”*, *“tendências de crescimento”* e *“suas vocações de uso”* em Curitiba.¹¹² Onaldo Oliveira chegou inclusive a propor um plano alternativo, denominado *“Curitiba Plano Preliminar Urbanístico”*, elaborado em conjunto com o professor e arquiteto Gustavo Gama Monteiro do curso de arquitetura da UFPR. Todavia, sua proposta não teve efetivamente apoio da gestão de Arzua para seguir em frente. Em relação aos seminários, Onaldo Oliveira não deixava então de fazer seu papel de opositor, criticando ferrenhamente as apresentações:

Houve, depois, uma apresentação comercial [seminários Curitiba de Amanhã]; dá para imaginar o que aconteceu, muitos aplausos, como se estivessem entendendo do assunto, de urbanismo, de matéria altamente técnica e especializada; esses aplausos foram entendidos, convenientemente, como apoio e aprovação do plano. Discussão mesmo não houve e nem poderia haver. O que poderia discutir sobre urbanismo um comerciante, ainda que bem-sucedido? Dias depois, até em clube de bairro, mais apresentações completaram a festinha particular dos arautos da grande solução urbanística para Curitiba. Sob o patrocínio da Prefeitura, apresentaram a leigos um trabalho, essencialmente complexo, cheio de plantas e mapas os quais, sem saber ou poder discutir, mais uma vez aplaudiram a iniciativa da municipalidade; mais uma vez o plano era aprovado.¹¹³

Ao que parece, os seminários não foram elaborados e idealizados para a compreensão e profundo debate dos vários segmentos da população, mas foram realizados como palestras expositivas montadas com o intuito de conquistar o apoio das elites e bases locais. Tanto é que alguns jornais da

¹⁰⁹ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. p. 35.

¹¹⁰ RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989: In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. pp. 4-5.

¹¹¹ **Onaldo Pinto de Oliveira** era engenheiro civil (1952) e arquiteto (1964), formado pela UFPR. Foi assessor convidado do Departamento de Urbanismo da Prefeitura Municipal de Curitiba (1965) e integrou por um curto período de tempo o grupo de acompanhamento do PPU.

¹¹² OLIVEIRA, Onaldo Pinto de. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., dezembro de 1990. pp. 43-44.

¹¹³ *Ibid.* pp. 49-50.

época e depoimentos transcritos de participantes do ciclo de seminários teciam elogios ao PPU, e também apoiavam a equipe da gestão de Arzua. As críticas, os protestos e as polêmicas ocorreriam com maior frequência, principalmente, a partir da implantação das obras, como a pedestrianização Rua XV de Novembro e a demolição de quarteirões do *Centro Antigo* para a passagem da via *Estrutural Norte* que abordaremos ao longo do capítulo 3. Ao que parece, durante os seminários, em 1965, poucos perceberam essas questões. Dos seminários, temos registros de aplausos e elogios ao PPU por parte da população que participou das palestras e da imprensa:

Victor Martins Espindola: “Fabuloso, somente esperamos que a Prefeitura tenha meios para tal realização”;

Oscar Burger Gagliastri, rua Guabirota, nº 18 “As explicações são ótimas e 100% agradáveis e sinceras e certas para a nossa Curitiba”;

Correio do Paraná, 17 de julho de 1965: “Trazer ao público, levar a todas as classes sociais o plano urbanístico de Curitiba é uma iniciativa que só merece apoio e aplausos”;

O Estado do Paraná, 16 de julho de 1965: “Os curitibanos estão ajudando o poder municipal, assim a planejar a nova Curitiba”;

Revista Arquitetura, julho de 1965: “Um fenômeno interessante, o Paraná está-se lançando na vanguarda dos movimentos de planejamento urbano no Brasil”.¹¹⁴

Apesar desses depoimentos revelarem que não houve profundos debates, o prefeito Arzua afirmava que os seminários trouxeram críticas e sugestões que passariam a ser avaliadas e estudadas pelo grupo de acompanhamento, independentemente das manifestações de oposição ao PPU. Segundo Arzua, durante a última apresentação do ciclo de seminários:

Temos já coletadas e catalogadas muitas sugestões e críticas e hoje receberemos deste plenário, por certo outras sumamente valiosas, e que serão incorporadas ao Plano, pelo chamado Escritório do Plano [grupo de acompanhamento] [...]. Com isso estamos conferindo ao Plano uma tal autenticidade, e uma tal pureza, que o tornarão indestrutível, seja pelo derrotismo, seja pelo ciúme profissional, ou seja ainda pelo vírus da demagogia inconsequente. [grifo nosso]¹¹⁵

Apesar das divergências de depoimentos, devemos lembrar que o PPU era um plano elaborado em apenas quatro meses, coordenado por profissionais de fora da cidade, com propostas preliminares, e não fixas, as quais davam apenas as bases para a elaboração do Plano Diretor. E por isso, entendemos que era possível a introdução de algumas ideias tanto da própria equipe local de acompanhamento, do prefeito, como até mesmo das elites e bases que participaram de forma mais ativa nos seminários.

1.4.2. A criação do IPPUC

As ideias e sugestões oriundas dos seminários foram levadas para debate nas reuniões de detalhamento do Grupo de Acompanhamento, que no dia seguinte ao término dos seminários tornava-

¹¹⁴ IPPUC. **Planejamento Democrático**. vol. 4. Curitiba: IPPUC, 1966. pp. 45-47; 55-59; 61-64.

¹¹⁵ Mensagem nº 22 do Prefeito Ivo Pereira Arzua ao Presidente da Câmara Municipal, Vereador Erondy Silvério, em 20 de maio de 1966. In: IPPUC. **Plano Diretor de Curitiba 1966**. Curitiba, 1966. p. 12

se a Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC), criada por Arzua por decreto municipal em julho de 1965. A APPUC estava subordinada diretamente ao Prefeito e ainda absorvia parte do quadro técnico do Departamento de Urbanismo que participava do Grupo de Acompanhamento. A APPUC teria o objetivo de analisar as sugestões e críticas oriundas dos seminários, para eventualmente incluí-las no texto do Plano Diretor.¹¹⁶

Dudeque sugere que, provavelmente, a APPUC seria extinta após a entrega do Plano Diretor ao prefeito, e então os técnicos da URBS passariam a ser os responsáveis pelo planejamento urbano de Curitiba, e assim poderiam alterá-lo ou descartá-lo para formularem seu próprio plano como ambicionavam. Nesse sentido, lembramos que a CODEPAR exigia apenas que houvesse um grupo local de acompanhamento durante a elaboração do plano, mas não exigia que esse grupo formasse uma assessoria e, posteriormente, um órgão específico da prefeitura. A iniciativa para esse grupo tornar-se um órgão da prefeitura partia de Jorge Wilhelm.

Para garantir a “sobrevivência” do plano, Wilhelm articulou com dirigentes do Estado e do Município a possibilidade de criar uma autarquia de planejamento urbano diretamente vinculada ao prefeito, que não executasse o Plano Diretor, mas que gerisse a sua execução. Alguns meses após a criação da APPUC, em dezembro de 1965, a assessoria foi extinta e, então, era criado o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC).¹¹⁷ A criação dessa instituição foi fundamental para o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor, dos projetos específicos decorrentes dele e das políticas patrimoniais do município.

Em depoimento, Jorge Wilhelm afirma que a proposta de institucionalizar o grupo de acompanhamento era sua própria iniciativa, pois, o mesmo grupo que o auxiliou na elaboração do PPU passaria a ser responsável pelo seu detalhamento. Era uma tentativa de garantir a sua continuidade e a possibilidade de implementação do plano concebido por esse grupo:

O plano tinha muitas inovações – estruturais, pedestrianização etc –, mas talvez a coisa mais importante tenha sido a proposta, que eu fiz, de institucionalizar o grupo local de acompanhamento. Fazia parte do texto final das propostas, do plano, que o grupo local de acompanhamento fosse institucionalizado, criando aquilo que veio a ser o IPPUC. [...] Em Curitiba, o grupo de acompanhamento foi importante, à medida que institucionalizado, porque pôde dar sequência ao plano. Porque o trabalho de um consultor externo, que se vincula a um determinado prefeito em fim de gestão, corre sérios riscos de ir para a gaveta.¹¹⁸

Portanto, a criação do IPPUC está indissociada do Plano Preliminar de Urbanismo e ainda da finalidade de manter a mesma equipe responsável pelo seu detalhamento em um órgão com força para assegurar a gestão do Plano Diretor. Desse modo, a primeira atribuição do IPPUC era de preparar o projeto de lei que estabelecia o Plano Diretor de Curitiba.

¹¹⁶ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**...op. cit., 2010. p. 140.

¹¹⁷ Ibid. pp. 140 e 141.

¹¹⁸ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. pp. 31 e 35.

Em relação à estrutura administrativa e jurídica do IPPUC, ressaltamos que se optava pelo regime jurídico de autarquia para: constituir uma pessoa jurídica de direito público com maior autoridade para tratar da regulamentação urbanística da cidade; ter autonomia administrativa e financeira que permitiria a liberdade relativa de ação quanto à obtenção de recursos externos e extra orçamentários; e ter sua competência exclusiva garantida na área da pesquisa e do planejamento urbano, sem que houvesse acúmulo de funções diversas, como o de execução de obras, concessão de alvarás e demais serviços urbanos.¹¹⁹ Os motivos para se criar uma autarquia também são apresentados no depoimento do professor e arquiteto Almir Fernandes¹²⁰, o qual demonstra a posição privilegiada que o IPPUC teria em relação aos demais departamentos municipais:

Basicamente, três características podem marcar o formato ideal de um organismo como o IPPUC. Primeiro, é que a pesquisa e o planejamento estejam colados: o órgão que planeja tem que fazer pesquisa e vice-versa. O fato de ser um local onde se pratica pesquisa e planejamento é fundamental. A segunda característica é que, dada a estrutura administrativa, esse organismo seja da administração indireta e, seja, no caso uma autarquia, para que não fique envolvido nas atribuições e nas atribuições de toda a máquina administrativa. Não se incorporaram as funções do Departamento de Urbanismo ao IPPUC, mas permaneceram no Departamento, mantida até a Comissão de Zoneamento, que era necessária ao manejo da polícia urbanística. Fazer pesquisa e planejamento significa não fazer polícia urbanística [fiscalização], não fazer obras, não fazer outras coisas que não sejam pesquisa e planejamento. E nisso, o IPPUC acertou – pode até ter sido inconsciente na época, mas hoje ninguém pode praticar isso a não ser conscientemente. Foi acertado especializar o IPPUC em pesquisa e planejamento e não colocá-lo a fazer coisas que não lhe cabiam e que já vinham sendo praticadas pela administração direta. O IPPUC, como administração indireta, pratica algo muito sofisticado. Não que não seja importante polícia urbanística, porque ela inclusive alimenta o processo de conhecimento, mas pesquisa e planejamento são atividades refinadas, os profissionais têm de ser privilegiados. O planejamento da Cidade tem que acontecer num espaço especializado, num lugar onde as pessoas estejam conscientes de estarem praticando algo muito sério e comprometedor, porque estão jogando com o futuro.¹²¹

Como autarquia municipal, o IPPUC estaria também vinculado diretamente ao prefeito e teria como função o assessoramento ao gabinete e as seguintes atribuições: a elaboração e detalhamento do Plano Diretor e de projetos; o controle de implantação do Plano Diretor; e a execução, em cooperação com outros órgãos da administração direta. Como órgão centralizador da política de planejamento urbano, o IPPUC passaria a ter um eficiente sistema de comunicação com os demais órgãos municipais da administração, que estavam diretamente ou indiretamente relacionados a questões de planejamento urbano.¹²²

Para cumprir essas atribuições, o instituto passava a dispor de quadro de funcionários e de um acervo de informações urbanísticas, catalogados numa biblioteca com diversos documentos, livros e

¹¹⁹ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito...* op. cit., 1993. pp. 38-39.

¹²⁰ **Almir Fernandes** (1934): carioca, formado em arquitetura em 1957 pela UFRJ. Foi professor universitário a partir de 1955. Foi titular da disciplina de Teoria da Arquitetura, de 1963 a 1970, no curso de Arquitetura da UFPR. Funcionário da PMC, de 1965 a 1970, participou de todo o processo de planejamento urbano da cidade, tendo sido um dos fundadores do IPPUC.

¹²¹ FERNANDES, Almir. Depoimento. 1991. In: IPPUC. *Memória da Curitiba...* op. cit., setembro de 1991. p. 33.

¹²² GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito...* op. cit., 1993. p. 39.

assinaturas de revistas especializadas nacionais e internacionais. A partir de então, iniciava-se a rotina de trabalho com reuniões entre prefeito, diretores do IPPUC, dos departamentos municipais e das companhias de economia mista, a URBS e a Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT), e ainda representantes da Câmara de vereadores para conciliar reivindicações e necessidades, a fim de elaborar o projeto de lei do Plano Diretor da cidade que seria submetido à Câmara.¹²³

1.4.3. A ideia de um Setor Histórico

Entre as sugestões e críticas oriundas dos seminários apontadas pelo próprio Arzua, estava a ideia de criar um Setor Histórico que seria encaixada no projeto de lei do Plano Diretor de Curitiba. Em seu discurso político, Arzua aponta que a ideia do SH não tinha sido prevista anteriormente no PPU por Wilhelm e nem pela equipe da prefeitura, mas que as supostas manifestações populares nos seminários é que foram responsáveis por essa ideia:

Preocupação surgida da população de Curitiba foi o Setor Histórico, que não estava no Plano Preliminar de Urbanismo. Sua criação foi sugerida no seminário “Curitiba de Amanhã”. [...] “O Setor Histórico [foi incluído] no Plano Diretor de Curitiba por sugestões populares, feitas durante o seminário “Curitiba de Amanhã””, insisto em que o povo tem sugestões a dar e deve ser ouvido.¹²⁴

Em consulta a depoimentos transcritos de participantes dos Seminários “Curitiba de Amanhã”, documentos resultantes das palestras e a alguns jornais da época, não localizamos dados referentes às manifestações populares que sugeriam a criação do SH. Nem dados que reforçassem o depoimento do então prefeito Ivo Arzua Pereira, e nem mesmo que a proteção daquela área fosse uma clara necessidade manifesta pela população em geral.

A única referência localizada, da mesma época dos seminários, que menciona algo sobre a criação de uma zona urbana de valor histórico em Curitiba é o plano “*Curitiba Plano Preliminar Urbanístico*” que os opositores, Onaldo Pinto Oliveira e Gustavo Gama Monteiro, elaboraram em julho de 1965. No seu plano preliminar, Oliveira e Gama apenas insinuam a ideia de criar uma zona denominada como “comércio histórico”[sic] – um termo muito incomum. Todavia, sobre essa zona, Oliveira e Gama não apresentavam nenhuma proposta, nem diretrizes, nem localização e nem limites para compreendermos o que seria essa tal zona.¹²⁵

Entretanto, há um outro depoimento de que a ideia do SH começava a ser discutida após a realização dos seminários, durante as reuniões de revisão e detalhamento do plano, partindo de um dos técnicos do grupo de acompanhamento, e então da APPUC: o engenheiro e recém-formado arquiteto

¹²³ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**...op. cit., 2010. p. 142.

¹²⁴ PEREIRA, Ivo Arzua. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., novembro de 1989. p. 12.

¹²⁵ OLIVEIRA, Onaldo Pinto de; MONTEIRO, Gustavo Gama. **Curitiba Plano Preliminar Urbanístico**. Curitiba, julho de 1965. Esse plano foi encaminhado ao prefeito Ivo Arzua Pereira em julho de 1965. Posteriormente, o prefeito encaminhou-o à APPUC em agosto de 1965.

Jaime Lerner. Em depoimento, ele afirma que tinha feito uma proposta para o SH, e que esta foi apresentada na primeira reunião de detalhamento do Plano, após os seminários:

Em 1965, me formei e comecei a trabalhar nessa Assessoria [APPUC] e na primeira discussão do detalhamento do Plano Preliminar: éramos o José Maria Gandolfi, eu, o Domingos Bongestabs, a Franchette Rischbieter, a Dulcia Aurichio e o Almir Fernandes. Eu me lembro que na primeira reunião de detalhamento do Plano que nós fizemos apresentei o projeto do Setor Histórico.¹²⁶ [grifo nosso]

É provável, também, que a ideia de criar um Setor Histórico para Curitiba tivesse sido proposta por Jaime Lerner pois, como vimos em seu depoimento no tópico 1.2.3 (p. 45), parece que havia certa consciência da conservação de vias tradicionais da cidade, em virtude dos grandes alargamentos que vinham acontecendo. No caso de Lerner, é possível que essa percepção esteja relacionada a uma extensão das ideias de Wilhelm sobre a pedestrianização e valorização de áreas centrais, como também à sua breve experiência na Europa, antes de cursar arquitetura na UFPR.

Sobre a sua experiência profissional, devemos destacar que logo após a conclusão da graduação em Engenharia Civil na UFPR, Lerner ganhou uma bolsa para estudar Urbanismo em Paris, em 1961-62, e lá ele estagiou no escritório de Georges Candilis (1913-1995), Alexis Josic (1921-2011) e Shadrach Woods (1923-1973), que eram integrantes do grupo Team 10. Provavelmente lá, Lerner teve contato com as discussões do grupo, as quais estavam relacionadas com os últimos CIAM: o CIAM 10, em Dubrovnik, em 1956, marcado pela formação do Team 10; e o último congresso, o CIAM'59, em Otterlo, 1959. Os membros do Team 10 estabeleciam relações de ruptura com as premissas dos CIAM para a concepção de edifícios e espaços urbanos. As suas discussões giravam em torno de temas relativos à humanização dos espaços produzidos pela arquitetura moderna, abordando questões como: a identidade dos lugares; os valores culturais locais; e as inter-relações sociais no espaço construído como princípios básicos para o planejamento urbano. Além disso, enfatizava-se o estabelecimento de uma nova relação entre arquitetura e urbanismo baseada na cidade existente e nos aspectos culturais e específicos de cada lugar.¹²⁷

No escritório de Candilis-Josic-Woods, Lerner trabalhou com o projeto dos novos bairros de *Toulouse Le Mirail* que consistia na criação de um complexo composto de blocos residenciais de alta densidade e de uma grande via pública peatonal que conectava os blocos. Esta zona peatonal tinha como finalidade valorizar a rua como elemento primordial da vida e do convívio de uma comunidade. Segundo Lerner, foi a partir do seu contato com a experiência em Toulouse que ele percebeu que vias tradicionais das cidades estavam desaparecendo: *“trabalhei no projeto de Toulouse e comecei a cada vez mais me apaixonar pela rua, não a rua nova, mas as ruas que eu estava vendo, estava sentindo que*

¹²⁶ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto...**op. cit., 2012. p. 113. Provavelmente, tratava-se de um esboço e não de um projeto, pois o seu detalhamento foi contratado em 1970 pelo IPPUC, e elaborado por Cyro Corrêa Lyra.

¹²⁷ FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. pp. 327-339; SOZA, Marisol Rodríguez. Do Coração da cidade – a Otterlo...op. cit. In: **8º. Seminário DOCOMOMO Brasil “Cidade Moderna e Contemporânea...**op. cit., 2009.

começavam a desaparecer do país, de todos os países. Só a Europa mantinha a rua tradicional."¹²⁸ [grifo nosso]

Depois dessa experiência, quando voltou ao Brasil, Lerner ingressou no recém-criado curso de arquitetura da UFPR. Em 1963, quando cursava a disciplina do professor Luiz Armando Garcez, ele elaborou uma proposta para o *Centro Antigo* de Curitiba, em conjunto com seus colegas Lubomir Ficinski e Domingos Bongestabs: *"fizemos o que seria a primeira proposta do centro da cidade [...] a visão da área de pedestres, de como organizar o centro, nós começamos a esboçar em 1963, como alunos do curso de arquitetura"*.¹²⁹ [grifo nosso]

Era a partir de um conjunto de experiências na França e no Brasil: o trabalho com integrantes do grupo Team 10, o provável contato com as discussões dos últimos CIAM, seu contato com a realidade local pelo curso de arquitetura, sua participação na elaboração do PPU junto com Wilhelm em Curitiba; é que ele começava a esboçar suas propostas para a cidade, em particular, as diretrizes preliminares para o SH.

Por outro lado, devemos mencionar que assim como Wilhelm, percebemos na atuação de Lerner que ele mantinha fortes traços funcionalistas da *Carta de Atenas do CIAM*, pois, apesar de ter esboçado a ideia do SH, é em sua gestão que seria executado alguns anos mais tarde a demolição de uma parcela do *Centro Antigo* para implementar a via *Estrutural Norte*. Como já comentamos, esses arquitetos – tanto Wilhelm quanto Lerner – não rompiam totalmente com as premissas *Carta de Atenas do CIAM*, mas apenas incorporavam a elas novas discussões.

Apesar dos depoimentos e dados apresentados, não é possível afirmar exatamente de quem partiu a primeira sugestão de criar o SH. Não temos como precisar se era mesmo uma manifestação popular oriunda do ciclo de seminários, como dizia Arzua, se era alguma sugestão de Oliveira e Gama, ou se era uma ideia específica de Jaime Lerner¹³⁰. Entretanto, sabemos que Lerner foi o agente responsável pelo primeiro esboço do SH e pelo estabelecimento de algumas diretrizes gerais para a sua revitalização e proteção.

1.5. AS PRIMEIRAS DIRETRIZES DO SETOR HISTÓRICO

As primeiras ideias do Setor Histórico foram concebidas em diretrizes gerais por Jaime Lerner, durante a fase de detalhamento do Plano Preliminar de Urbanismo (fase iniciada em agosto de 1965 e concluída em maio de 1966), e foram incluídas no texto do projeto de Lei do Plano Diretor de Curitiba de 1966.

¹²⁸ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto**...op. cit., 2012. p. 113.

¹²⁹ Ibid.

¹³⁰ Em entrevista a Cyro Corrêa Lyra, em janeiro de 2016, o mesmo não soube dizer também de quem partiu a ideia do SH, mas apenas que as diretrizes para a criação do SH estavam previstas no Plano Diretor, de 1966.

Nessas primeiras diretrizes, o Setor proposto abrangeria, em linhas gerais, a região do *Eixo São Francisco*¹³¹, que seria isolada pela passagem da via *Estrutural Norte* que seccionaria o *Centro Antigo* em duas partes. Até este momento, tratava-se de uma área para a qual nem Wilhelm e nem os técnicos do recém-criado IPPUC tinham ainda se debruçado para propor diretrizes específicas de revitalização, como acontecera para a Rua XV de Novembro e para a praça Generoso Marques com as diretrizes de pedestrianização. Ao conceber o SH, o IPPUC procurava incorporar aquele pequeno conjunto nas propostas de pedestrianização traçadas por Wilhelm para o *Centro Antigo*.¹³²

Nesse momento, o primeiro esboço do Setor Histórico abrangia as imediações das praças Dr. João Cândido, praça Garibaldi e Largo da Ordem; e das seguintes vias: José Bonifácio, Mateus Leme (trecho entre o Largo da Ordem e a Rua Paula Gomes), São Francisco, do Rosário, Saldanha Marinho e Riachuelo. A maior parte das vias indicadas para comporem o SH concentravam-se no *Centro Antigo* de Curitiba, e eram limitadas pelas praças Dr. João Cândido, Santos Andrade e 19 de dezembro. Algumas das vias propostas, porém, se estendiam para além da malha urbana do *Centro Antigo*, como a rua Saldanha Marinho na direção oeste. Nesse caso, provavelmente, a inclusão da via se devia às suas características peculiares: estreita e com algumas edificações do século XIX e do início do XX. Em relação a essa delimitação, não identificamos no processo do Plano Diretor referências e estudos pormenorizados do conjunto urbano que fundamentaram a elaboração dessa primeira proposta. Acreditamos que se procurou concentrar a maior parte do SH na região do *Centro Antigo*, nas áreas para as quais não havia ainda propostas urbanísticas. [Figura 29]

Entretanto, tal delimitação proposta para o SH serviu apenas para compor o texto do Plano Diretor, de 1966. Em 1970, quando a proposta foi detalhada no Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba (PRSHC), por Cyro Corrêa Lyra, foi estabelecido um método de estudo, análise e delimitação do conjunto urbano que resultou na alteração da proposta inicial de Lerner. A reformulação do perímetro de proteção e as questões relativas ao PRSHC serão abordadas detalhadamente ao longo do capítulo 2.

¹³¹ SETOR Histórico Tradicional de Curitiba: Um pouco do passado entre o grande futuro. *Revista Impulso* 2. Curitiba, fevereiro de 1967.

¹³² Pode-se confirmar esta intenção de incorporar o SH às propostas de pedestrianização do *Centro Antigo* nas diretrizes preliminares e, posteriormente, no detalhamento do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba elaborado por Cyro Corrêa Lyra em 1970, no qual foram propostas vias de pedestres.

SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA - PLANO DIRETOR DE CURITIBA, 1966.

PROPOSTA - JAIME LERNER.

LEGENDA:

Centro Antigo: área do núcleo urbano de Curitiba na metade do século XIX, conforme mapa datado de 1857;

Centro Principal ou **Zona Comercial 1** e o anel de tráfego lento do Centro Principal, proposto por Wilhelm.

Setor Histórico: primeira proposta do Setor Histórico. Vias indicadas por Lerner para comporem o Setor Histórico. Em 1970, essa delimitação foi alterada.

Vias Estruturais: sistema de vias estruturais Norte e Sul que tangenciam o Centro Principal. Em tracejado estão os trechos previstos para demolição.

Vias peatonais: trecho central da rua XV de Novembro e da praça Generoso Marques, conforme proposta de Wilhelm, reformulada pelo IPPUC com a inclusão da Praça Zacarias.

01 Praça Tiradentes.

02 Catedral Metropolitana.

03 Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.

04 Largo da Ordem ou do Coronel Enéas; e Igreja da Ordem.

05 Igreja do Rosário.

06 Ruínas da antiga Capela de São Francisco.

Figura 29: A primeira proposta do Setor Histórico esboçada por Jaime Lerner. Percebe-se a intenção de continuidade do projeto de pedestrianização nas vias escolhidas para o SH. A proposta da via *Estrutural Norte* continuava e seria executada. Fonte: IPPUC, mapa manipulado pelo autor sobre aerofoto de 1966, baseado no Mapa do Setor Histórico do Plano Diretor, Prancha 13.

Uma outra questão a ser apontada é que a ideia do SH partia de uma problemática fundamental pré-estabelecida no PPU: a passagem da via *Estrutural Norte*. Vimos nos tópicos 1.3.1 e 1.3.2 que essa via, em conjunto com todo o sistema viário, desviaria os fluxos do que se chamava *de Centro Principal* para viabilizar o projeto de pedestrianização da Rua XV de Novembro. Como sabemos, essa proposta tinha sido prevista num momento no qual não se cogitava ainda nenhuma proposta de revitalização ou proteção do SH. Numa atitude com influências nítidas da *Carta de Atenas do CIAM*, optava-se, então, por poupar e ainda revitalizar a parte considerada “mais importante” da região que seria atingida – o Largo da Ordem –, para então demolir a parte era considerada “menos importante”, pela qual passaria a via estrutural.

Com a idealização do SH, reunia-se, então, um conjunto de intenções contraditórias e sobrepostas: executar a diretriz viária e demolitória da via *Estrutural Norte* e seccionar o *Centro Antigo*; criar, revitalizar e proteger o SH na região que seria atingida pela via; e fazer uma extensão das diretrizes de pedestrianização previstas para a Rua XV de Novembro. Colocava-se, então, uma problemática projetual criada sobre o *Centro Antigo* de Curitiba: demoli-lo parcialmente e revitaliza-lo; secciona-lo por questões viárias e depois tentar reintegra-lo.

Para acentuar ainda mais o grau de contradições, citamos uma das primeiras diretrizes formuladas para o SH que era: “*garantir, na medida do possível, a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas*”[grifo nosso].¹³³ Algo completamente contrastante à ideia da abertura da via *Estrutural Norte*.

Nesse sentido, enfatizamos que a questão do SH apenas foi inserida num segundo momento, tal como se fosse um “apêndice” do Plano Diretor de Curitiba. E por isso, a diretriz de querer garantir a “imutabilidade” da malha urbana do SH não era prioritária em relação ao sistema viário, como temos visto até o momento. Ao se propor e permitir a passagem da via *Estrutural Norte*, para depois querer garantir a “imutabilidade”, “na medida do possível”, das vias que compunham o SH, admitia-se que seria poupado o conjunto urbano apenas quando fosse conveniente ou quando não ferisse maiores interesses e prioridades do planejamento urbano. Tratava-se, então, da questão do patrimônio cultural edificado vinculada ao planejamento urbano da cidade e a ele submetida, tal como se fosse um “apêndice”.¹³⁴

Portanto, é apenas após a elaboração da proposta de arrasamento do conjunto urbano para passar a via *Estrutural Norte* que se cogitava intervir naquilo que restaria do *Centro Antigo*. Provavelmente, para sanar os males que lhe seriam causados pelo seccionamento, elevava-se a área

¹³³ As diretrizes gerais previstas para o Setor eram: “1 - Fixar uma escala urbana de determinada época. 2 - Garantir, na medida do possível, a imutabilidade das edificações e dos logradouros quanto a alargamentos, tratamentos dos passeios e leito das ruas. 3 - Recuperar edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados. 4 - Orientar e incentivar nesses setores, usos e atividades compatíveis com suas características. 5 - Incrementar o turismo.”. Conforme CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 2.828, de 10 de agosto de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em www.cmc.pr.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

¹³⁴ A questão do patrimônio cultural edificado em Curitiba sempre esteve a cargo do IPPUC, desde a sua criação. Ora havia dentro da estrutura um departamento específico, ora era dissolvido. Ou seja, com essas indicações, parece mesmo que a questão patrimonial nunca foi uma das maiores prioridades do município até o presente momento.

que havia ficado para fora da delimitação do *Centro Principal*, o *Eixo São Francisco*, à condição de Setor Histórico da cidade.

Veremos adiante, no capítulo 3, que a abertura da via *Estrutural Norte* gerou algumas críticas, as quais foram noticiadas pela imprensa local. Em resposta, o IPPUC apenas se resguardava afirmando que já havia se certificado por meio de estudos e planos que nenhuma construção de “valor histórico” seria atingida, e que a Prefeitura estava dando provas de preocupação com a preservação da memória da cidade por meio da revitalização do SH. Abordaremos também que apesar de ter sido uma ação estratégica para evitar o isolamento do conjunto, nos anos 1970, a revitalização do SH parecia incorporar também uma outra questão fundamental: a do suporte de uma imagem positiva da cidade e das gestões municipais. É nesse momento que obras como o calçadão da Rua XV de Novembro, o Setor Histórico, a Cidade Industrial de Curitiba e os parques urbanos, passavam a compor a imagem de Curitiba, como “Cidade-Modelo”.

É possível então que para enfrentar os problemas projetuais criados, o IPPUC apostava em revitalizar esteticamente e economicamente o conjunto, transformando-o num polo de atração turística, de encontro e lazer. Esta é uma das diretrizes preliminares que abordaremos a seguir.

1.5.1. Enobrecimento, turismo, cultura e lazer no Setor Histórico.

“Setor Histórico-Tradisional de Curitiba¹³⁵: Um pouco do passado entre o grande futuro.

Uma dezena de quarteirões cujas edificações datam do século XVIII e XIX, foi considerada pelos técnicos que elaboraram o Plano Diretor de Curitiba, como o setor histórico-tradicional de Curitiba. [...] o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba, desenvolverá um programa de revitalização do setor antigo, criando condições propícias para conservação dos prédios e estimulando um comércio próprio para a zona, com restaurantes, confeitarias, ateliers, livrarias, antiquários, etc., inclusive visando atrair turistas para aqueles quarteirões.” [...].

“[o plano] propiciará o funcionamento de um comércio próprio, atraindo uma freguesia selecionada para as ruas e logradouros públicos de grande beleza arquitetônica da época”¹³⁶

Para a revitalização do Setor Histórico, apostava-se na remoção dos usos populares existentes, a fim de dar nova vitalidade econômica para o conjunto, por meio da instalação de um comércio elitista, da pedestrianização de algumas vias e da criação de atrativos turísticos e de lazer. Apostava-se, assim, em trazer frequentadores “selecionados”, visando o aproveitamento turístico e econômico da região.

Conforme apontamos no tópico 1.1.5, a área do SH era caracterizada pela presença de usos diversificados e mais populares, como pensões, hotéis de alta rotatividade, cortiços, açougue, mercearia, lojas de ferragens, lojas de calçados, autoescola, etc. Na área, concentrava-se também um razoável número de habitantes de baixa ou média renda, alguns deles com vínculos antigos com o

¹³⁵ É possível encontrar a denominação *Setor Histórico-Tradisional* para denominar o Setor Histórico de Curitiba.

¹³⁶ SETOR Histórico Tradicional de Curitiba: Um pouco do passado entre o grande futuro. **Revista Impulso 2**. Curitiba, fevereiro de 1967.

território¹³⁷, mas, provavelmente, sem condições de se transferirem para áreas mais novas e valorizadas da cidade. No conjunto havia alguns edifícios que apresentavam certo grau de deterioração, porém, em geral, não se tratava de área urbana abandonada ou em processo acelerado de degradação e arruinamento. Para o poder público, esta área apresentava uma suposta estagnação econômica, se comparada às dinâmicas comerciais de áreas mais centrais como a Rua XV de Novembro. Essa estagnação era associada aos usos mais populares que ali existiam. Para os urbanistas, isso era algo que devia ser resolvido dentro do processo de revitalização e valorização do conjunto.

Dentre as diretrizes gerais do SH destacamos duas: *“Recuperar edificações características de determinada época, destinando-as a usos adequados”*; e *“Orientar e incentivar nesses setores, usos e atividades compatíveis com suas características”* [grifo nosso]. Para a execução dessas diretrizes visando o aproveitamento econômico da região, pretendia-se remover moradores e comerciantes de baixa renda que ali estavam. A vida cotidiana simples e popular era desconsiderada para o conjunto ser “revitalizado”, como se nessas áreas ocupadas já não houvesse mais vida.¹³⁸ Tratava-se de uma proposta de enobrecimento do espaço urbano, ou seja, uma forma de higienismo¹³⁹, diluída no discurso de planejamento, valorização e apreço pela cidade. E com isso, visava-se implementar e estimular a instalação de usos voltados ao aproveitamento turístico e de lazer nesses espaços.

A outra diretriz geral para a revitalização era *“incrementar o turismo”*. Esta fazia parte da essência das diretrizes de uso elaboradas por Lerner, visando transformar o SH num polo turístico e de lazer. Com isso, visava-se o aproveitamento econômico daquela região com usos ditos “apropriados”, criando atrativos para estimular o desenvolvimento de atividades voltadas àqueles que visitavam a cidade e a uma parcela “seleta” da população curitibana. Esse discurso somava-se, também, àquele de Wilhelm de criar espaços de encontro, convívio e animação, porém, no caso do SH pretendia-se fazer de forma mais elitizada.

Para as ações de revitalização, propunha-se inicialmente: pedestrianizar algumas vias; conceder estímulos tributários à instalação de lojas de artesanato, móveis e decoração, antiquários, butiques, restaurantes, bares, cinemas, teatro, estabelecimento de ensino, estabelecimentos de diversão, etc.; criar um mercado de flores e de coisas usadas; executar obras de requalificação urbana como iluminação, mudanças no sistema viário; e, inclusive, revisar os alvarás concedidos a hotéis e pensões existentes na área – provavelmente, para retirá-los. Pretendia-se, portanto, criar um Setor especial com uma função específica e determinada dentro do Plano Diretor da cidade.

É importante acrescentar que a escolha pelos usos turísticos e de lazer não estavam relacionados apenas ao enobrecimento daquela área, mas também a uma suposta “carência”¹⁴⁰ de

¹³⁷ Como o armazém do Sr. Roque Piekartz que era localizado na atual Casa Romário Martins, a qual será abordada no capítulo 3, no tópico 3.4.3.2.

¹³⁸ BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos*. Brasília: IPHAN, 2010. p. 317.

¹³⁹ RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. pp. 26-37. In: FORTUNA, Carlos.; LEITE, Rogerio Proença. *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra: Edições Almedina, 2009. pp. 26-37.

¹⁴⁰ Colocamos o termo entre aspas para designar que não acreditamos que a cidade carecia de equipamentos e atrativos, para os padrões daquele contexto. Entendemos que a cidade possuía seus atrativos próprios, porém não na visão hegemônica da elite intelectual e dos jornais da época.

equipamentos e atrativos do gênero em toda a cidade, conforme era discurso hegemônico da época, endossado pelos urbanistas e veiculado por jornais.

A questão do turismo e entretenimento era uma questão apontada por Wilhelm, no PPU, que Curitiba como um todo “carecia” de atrações turísticas, culturais, recreativas, parques e demais atividades que propiciassem o entretenimento dos curitibanos. Essa “carência” era indicada e criticada também pela imprensa da época, principalmente, porque a cidade não estava acompanhando o seu rápido crescimento demográfico para oferecer equipamentos e atividades do gênero à população e aos turistas. Wilhelm, no PPU, considerava que esta situação se agravaria com o alto crescimento demográfico estimado para os próximos anos, caso o município não suprisse a necessidade de espaços públicos com atividades do gênero.

No discurso da época, alguns jornais¹⁴¹ e Wilhelm apontavam que Curitiba tinha também potencial para desenvolver o turismo, pois ela oferecia possibilidades de pernoite a turistas platinos que iam em direção a São Paulo ou Rio de Janeiro, bem como, para os demais brasileiros que iam na direção da região do Prata. Entretanto, para desenvolver o turismo, segundo jornais da época, carecia também a cidade de mais equipamentos hoteleiros, orientação turística¹⁴² e de um comércio específico para atender o turista, além da oferta de atrativos.

Ainda antes da elaboração do PPU, tal “carência” de atrativos turísticos e opções de lazer era criticada por colunistas de jornais da época. A crítica consistia no fato de uma Curitiba em amplo crescimento – tentando sair de sua “condição provinciana” para se tornar uma cidade grande ou uma metrópole – que não oferecia nada de atrativos e condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo e lazer:

“O Povo Reclama: Para que a Cidade se torne bem Crescidinha e Metrópole:

Já dissemos várias vezes: Curitiba não cresce porque não quer e porque os assessores do sr. Prefeito e diretores dos departamentos da Prefeitura também não querem. [...]. Para que os curitibanos saibam do que temos para oferecer ao turista, procuremos esboçar um mapa dissertado e mostrar os programas do turismo e locais onde dá gosto o pessoal olhar e apreciar. Em primeiro lugar, janeiro – o primeiro mês do ano – nada de bom oferece, a não ser chuva e sol. E isto existe em todos os quadrantes brasileiros, com algumas exceções onde tão somente há chuva e noutros lugares somente sol. Em fevereiro a mesma coisa, com uma ressalva que é a época dos gritos pré-carnavalescos. Aliás, é outra particularidade que existe em todo o país. E, quem

¹⁴¹ CRISE Platina faz Diminuir Turismo em Curitiba. **Diário do Paraná**. 23 de janeiro de 1966: “Curitiba foi sempre um ponto de convergência dos turistas procedentes do sul do Brasil e dos vizinhos países platinos, que obrigatoriamente passam pela Capital, em trânsito para São Paulo e Rio de Janeiro, o que dá margem a exploração, embora por curto tempo, das nossas atrações turísticas e possibilitando o desenvolvimento da “indústria sem chaminés”. Neste começo de ano a maior parte dos turistas presentes em Curitiba, procedem, principalmente, do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.”

¹⁴² MUITOS Turistas na Cidade mas Faltam Hotéis e Orientação. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 de janeiro de 1964: “Apesar das dezenas de pontos atrativos da Capital e dos seus arredores, os turistas do País e exterior, que se encontram atualmente em grande número na cidade, têm reclamado unanimemente a falta de orientação por parte dos órgãos especializados particulares. Fontes bem informadas frisaram ao DP[Diário do Paraná] que as agências de turismo de Curitiba pecam por falta de um maior dinamismo, com a quase inexistência de folhetos, programas de excursões e outras medidas que deveriam ser tomadas, principalmente nesta época do ano, para que a Capital paranaense se torne também num ponto importante de turismo no País, pois é, sem dúvida, privilegiada em sua posição geográfica de quase união entre grandes Estados brasileiros. Calcula-se em aproximadamente 100 mil pessoas a população flutuante de Curitiba neste período de férias”

vem fazer turismo por aqui, no Brasil, prefere os carnavais do Rio, São Paulo e Recife. Nunca Curitiba. Em março, abril, maio e até metade de junho nada existe de bom, a não ser programas que a gente pode ver o ano inteiro, ou sejam, os restos de construções ali no alto São Francisco [Ruínas de S. Francisco], o Passeio Público (ôcha!) e algumas praças públicas. Nada mais. Depois da metade de junho há as festas caipiras. Pode ser que haja algo de notório e particular nas mesmas, mas muito pouco. Não podem ser consideradas festas turísticas. Em julho, isso sim, as únicas programações para turistas, mas que são vistas pelo próprio curitibano. São as apresentações dos grupos folclóricos nos festivais folclóricos e de etnias, promovidos pelo Governo do Estado. Nos meses de agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, perguntamos, há alguma coisa de turismo em Curitiba? Nada, nada o mais nada. Então, ficamos somente nas apresentações de conjuntos de folclore étnico, no tocante ao turismo indagamos: será que com isso Curitiba pode ser considerada uma metrópole, uma cidade bonita, humana? Bah!”¹⁴³ [grifo nosso]

Com esse trecho, ao que parece, havia também certa cobrança por determinados setores da sociedade em relação à falta de atrativos da cidade; algo que não se restringia apenas à classe dos urbanistas do IPPUC e a Wilhelm, que apostavam na criação de espaços públicos com funções específicas que favorecessem as relações humanas, fossem atrativos e inclusive recreativos.

Todavia, devemos chamar a atenção para o fato de que Curitiba possuía atrativos de entretenimento, ao contrário do que dizia os jornais, determinados setores da sociedade e os urbanistas. Nessa época havia o Passeio Público, os clubes sociais, as sociedades étnicas, os cinemas ao longo da Rua XV de Novembro, alguns auditórios, os cafés, confeitarias, bares e restaurantes, o próprio comércio da elite e a prática do *footing* nos finais de tarde e fins de semana na rua XV, e ainda o Museu Paranaense.

Nesse sentido, veremos ao longo do capítulo 3, particularmente nos tópicos 3.3 e 3.4, quando apresentarmos o processo de implantação das obras de pedestrianização e dos espaços culturais, que havia certo preconceito em relação às atrações e hábitos do curitibano nessa época. Ao que será mostrado, a questão parecia não ser a carência de atrativos, mas sim a carência de espaços culturais e de entretenimento voltados a setores restritos e intelectualizados da sociedade; e ainda, equipamentos que caracterizassem a ideia de uma metrópole: algo que foi muito sonhado e trilhado no processo de planejamento urbano.

Em relação às possíveis motivações para incluir o turismo e, no caso específico do SH como ação de revitalização vinculada ao planejamento urbano da cidade, é possível que seja reflexo de discussões internacionais da década de 1960 sobre o desenvolvimento da indústria turística. O turismo era um tema que estava se estruturando nos governos dos países, e no Brasil sendo introduzido. Por isso, consideramos importante contextualizar, a seguir, como estava a discussão desses temas em âmbito internacional e, na sequência, no Brasil.

¹⁴³ SUREK, Miecislau. O Povo Reclama. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de janeiro de 1965.

1.5.1.1. Turismo, planejamento e patrimônio cultural

No âmbito internacional, a partir da década de 1950, o movimento de turistas no mundo crescia vertiginosamente. Isso se devia ao crescimento da renda da população e do acesso a facilidades de transportes. Esse movimento passava a interessar tanto o mercado de serviços relacionados ao turismo, quanto os governos e instituições internacionais, que nele percebiam uma oportunidade de desenvolvimento econômico para gerar renda e empregos.¹⁴⁴ Até então, o conhecimento, visitação e apreciação do patrimônio cultural estava restrito a uma minoria de intelectuais, críticos e eruditos. Com o desenvolvimento da indústria do turismo, esse patrimônio tornava-se acessível a um público maior em escala mundial.

Nesse sentido, Françoise Choay aponta que os bens culturais passavam a adquirir uma dupla função dentro do desenvolvimento da sociedade de lazer e da indústria do turismo como *“obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos”* devido o processo de democratização do saber, mas também como *“produtos culturais fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos”* pela sociedade de lazer e pelo mercado do turismo.¹⁴⁵

O patrimônio cultural edificado inseria-se também no contexto do aproveitamento turístico como um retorno para os investimentos de conservação e restauração dos bens. Este tema, o turismo aliado à conservação de bens culturais passava a ser discutido e apresentado em 1966 na 14ª Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como fator de promoção do desenvolvimento e meio de financiamento para a preservação dos bens culturais. Com o encontro, a UNESCO passaria a dar assistência a países para estudar e executar programas destinados a proteger e destacar os lugares com o desenvolvimento do turismo. Propunha-se inserir o capital econômico na conservação de bens arquitetônicos e urbanos, dentro de um programa integrado de planejamento urbano das cidades e do turismo.¹⁴⁶

Ainda no contexto internacional da década de 1960, mas posteriormente à elaboração do Plano Diretor de Curitiba, o desenvolvimento do turismo passava a ser visto como uma ferramenta eficaz e sustentável para a preservação de centros históricos, particularmente, após o encontro promovido pela Organização dos Estados Americanos (OEA) na cidade de Quito, em 1967, que resultou nas recomendações das *“Normas de Quito”*. Nesse período, o modelo para revitalizar áreas urbanas, passava a ser baseado no turismo como atividade capaz de promover mudanças no cenário econômico e social de áreas depreciadas. Nesse contexto, apostava-se no financiamento de intervenções em grandes monumentos, para a instalação de equipamentos culturais, além de implantar a necessária

¹⁴⁴ PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. 2012. 205F Tese (Doutorado em desenvolvimento urbano) Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012. p. 36.

¹⁴⁵ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (Trad. Luciano Vieira Machado). pp. 210-211.

¹⁴⁶ PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural**...op. cit., 2012. p. 39.

infraestrutura de apoio ao turismo nos conjuntos urbanos protegidos com vistas a estimular o desenvolvimento econômico e conservação do conjunto de forma sustentável.¹⁴⁷

No contexto brasileiro, o turismo como política nacional iniciava com a criação da Comissão Brasileira de Turismo (COMBRATUR), em 1958, como órgão consultivo subordinado à Presidência da República. Essa comissão tinha como finalidade coordenar as atividades destinadas ao desenvolvimento do turismo, bem como fomentar as potencialidades brasileiras, em nível nacional e internacional, dentro de uma Política Nacional de Turismo. Entretanto, após a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, a COMBRATUR foi extinta. Apenas em 1966, criava-se a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) como empresa pública vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio. A sua finalidade era incrementar o desenvolvimento da indústria de Turismo e executar no âmbito nacional as diretrizes traçadas pelo governo. Nessa época, havia o interesse de integrar e coordenar ações nos níveis de governo federal, estadual e municipal, na elaboração de dados e estudos sobre o turismo, na formação de pessoal qualificado e no estímulo ou incentivo à melhoria da infraestrutura da atividade, por meio de financiamentos. Entretanto, até este momento, o planejamento urbano e o turismo ainda não eram associados à conservação de bens culturais em nível nacional, nem mesmo tratados pelo SPHAN, que definia, quase que exclusivamente, a política de preservação no Brasil.

O tema do turismo vinculado ao patrimônio e ao planejamento urbano apenas passava a ser tratado pelo SPHAN num contexto de crise do modelo de gestão do patrimônio tombado que era centralizado, sem participação social e com insuficientes instrumentos de proteção e gestão de áreas urbanas. Essa crise devia-se a uma série de problemas urbanos em áreas tombadas ocasionados, principalmente, pela aceleração do desenvolvimento industrial no país nos anos 1960, que teve como consequências o crescimento da população urbana e as variadas pressões para a modernização. Diante desses problemas estava o SPHAN completamente despreparado para resolvê-los.¹⁴⁸

É partir de então, que a instituição passou a buscar apoio técnico internacional da UNESCO. A resposta da UNESCO foi a vinda de Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, para elaborar um diagnóstico sobre a situação da preservação do patrimônio no Brasil; para assessorar o SPHAN na formulação de uma política de conservação do patrimônio; e para colocar o Brasil no mapa do turismo cultural. Parent percorreu quase todo território brasileiro em duas viagens, entre 1966 e 1967. No seu relatório de 1968, Parent recomendou a articulação da preservação dos conjuntos tombados ao planejamento urbano das cidades e ao desenvolvimento do turismo. Sugeria também a descentralização do sistema de preservação com a criação de órgãos específicos nos âmbitos estadual

¹⁴⁷ Normas de Quito: Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. OEA – Organização dos Estados Americanos. Quito, novembro/dezembro de 1967. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. pp. 105-122.

¹⁴⁸ SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento...** op. cit., 1995. p. 153.

e local para gestão dos bens protegidos, em complementação à ação do IPHAN. Essas recomendações passam a constituir a base de toda a atuação do SPHAN, e inclusive, de todo governo federal.¹⁴⁹

Algumas dessas providências começavam a ser implantadas com a elaboração de planos diretores e de desenvolvimento urbano, em 1968, como aqueles de Parati, Ouro Preto, Salvador e de Paranaguá. É a partir de então que são realizados os Encontros de Governadores, em Brasília e Salvador, que estabeleceram o compromisso das instâncias estaduais com a tarefa de preservação do patrimônio e incentivaram a formulação da primeira política integrada de preservação implementada no Brasil, que foi Programa de Cidades Históricas. O programa foi implementado apenas na década de 1970 e tinha como objetivo a geração de renda por meio da atividade turística, por meio de obras de restauro, infraestrutura, cursos para a formação de técnicos e de mão de obra especializada, bem como projetos, pesquisas e planos de desenvolvimento urbano.¹⁵⁰

Em relação à Curitiba, percebemos que a proposta de Lerner (1966) de revitalizar o SH por meio do desenvolvimento de atividades turísticas e de lazer, como ação vinculada ao Plano Diretor, antecipava essas questões em nível nacional. Provavelmente, assim como no caso de Wilhelm, o pioneirismo da proposta de Lerner estivesse relacionado tanto às referências e experiências profissionais e acadêmicas que este agente tinha, conforme abordado no tópico 1.4.3; como também às preocupações quanto à criação de espaços de encontro, convívio e entretenimento, presentes no PPU, conforme abordado no tópico 1.3.2; e ainda a possíveis contatos com discussões que estavam se estruturando em nível internacional acerca do aproveitamento turístico em cidades.

Além disso, Lerner propunha também a proteção do conjunto, antes mesmo do processo de descentralização da gestão do patrimônio cultural proposto por Parent no contexto nacional. É possível também, que a experiência curitibana, além de estar relacionada a um plano urbanístico que previa essas questões, estava relacionada com o pioneirismo do Estado do Paraná na missão de proteger o patrimônio cultural, desde 1948, cuja ação contextualizamos brevemente no tópico 1.3.1.2. Veremos no próximo capítulo, no tópico 2.1.1, que o Estado do Paraná foi um dos agentes envolvidos no processo de proteção de bens arquitetônicos no SH.

A ação de revitalização e proteção do conjunto preexistente, vinculada ao aproveitamento turístico e ao planejamento urbano parecia ser a chave para a solução de vários problemas do IPPUC: um conjunto histórico que seria dilacerado pela sobreposição das diretrizes viárias; uma cidade no meio de uma rota turística; uma área considerada pelos urbanistas como decadente por causa de seus usos populares; e um determinado setor da sociedade que almejava novos espaços de entretenimento e lazer. A proposta do SH reunia todas essas questões, inclusive, a questão da conservação dos imóveis pelo funcionamento de usos considerados “apropriados”.

¹⁴⁹ SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*...op. cit., 1995. p. 154; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. A missão de Michel Parent no Brasil. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). *As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent*. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. pp. 11-32.

¹⁵⁰ LEAL, Claudia Feierabend Baeta. A missão de Michel Parent no Brasil. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). *As Missões da Unesco no Brasil*...op. cit., 2008. pp. 155-178; PEREIRA, Cecília Ribeiro. *O turismo cultural*...op. cit., 2012. p. 67.

Portanto, nesse momento, para o IPPUC seria o aproveitamento turístico e econômico do Setor, vinculado à proposta de criar espaços públicos de convívio, encontro e lazer na Rua XV de Novembro, a resposta para todos os “males” que assolavam e assolariam o SH.

* * *

Podemos perceber então que a questão patrimonial, em particular do Setor Histórico, foi construída como um apêndice do Plano Diretor de Curitiba. A ideia de criação deste Setor foi proposta num segundo momento, após a realização do ciclo de seminários “*Curitiba de Amanhã*”, durante o processo de planejamento urbano da cidade. Era uma ideia que foi encaixada pelo IPPUC no projeto de Lei do Plano Diretor, estando nitidamente subordinada às demais prioridades do plano. A revitalização e proteção deste conjunto era vista apenas com um dos meios de planejamento urbano, mas não uma finalidade em si que vinha como preocupação desde o início da elaboração do PPU. Sua inserção no Plano Diretor estava numa posição muito desconfortável, tal como as premissas de preservação da Carta de Atenas estavam para as demais orientações de urbanismo do documento.¹⁵¹ Por isso, a sua preservação como um bem cultural seria sobrepujada por outras prioridades como as vias estruturais e o projeto de pedestrianização da Rua XV de Novembro. Desde o seu nascimento, o SH não esteve isento de tensões, contradições e imposições do planejamento urbano.

As questões relativas ao SH foram incluídas numa seção específica do projeto de Lei do Plano Diretor de Curitiba, em 1966, com as diretrizes gerais de planejamento que vimos no tópico 1.5. O texto do projeto de Lei do Plano Diretor foi finalizado pelo IPPUC. A sua versão final foi encaminhada à Câmara dos Vereadores em 20 maio de 1966, por meio de carta do prefeito Ivo Arzua Pereira explicando como se deu todo o processo de planejamento urbano, no qual foram realizados os seminários “*Curitiba de Amanhã*” quando houve a exposição do PPU à população.

Nos pareceres dos relatores do processo na Câmara Municipal, nota-se que a posição de alguns não era favorável à aprovação do plano. Entre as argumentações de maior interesse para esta dissertação estava a questão da via *Estrutural Norte* que foi levantada apenas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara. Os questionamentos giravam em torno apenas dos custos das desapropriações para a implantação da via *Estrutural Norte*,¹⁵² principalmente, na área que seria atingida no SH. Não se falava explicitamente da preservação daquele conjunto, mas dos custos que teriam para fazer aquela obra. É curioso, mas apesar das posições diversas e de oposição, o Plano Diretor conseguiu apoio suficiente para a sua aprovação na Câmara Municipal. Com o plano aprovado,

¹⁵¹ RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano**...op. cit., 2013. p. 106: “De certa forma, a preservação proposta pela Carta subordinava-se à nova orientação urbanística, ou seja, poderia ser efetivada desde que não interferisse nas soluções modernas para a salubridade, a circulação e as áreas verdes.” [nota 35.] “A atenção quanto à preservação dos conjuntos antigos está presente, mas ocupa uma posição desconfortável no contexto global do documento.”

¹⁵² Parecer da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas. In: IPPUC. **Plano Diretor de Curitiba 1966**...op. cit., 1966. pp. 89-90: “Não encontramos meios para que o município possa arcar com despesas de tão grande monta, principalmente levando-se em consideração a política de poupança, adotada pelo próprio Governo Central da República”.

pela Lei Municipal nº 2828 de 10 de agosto de 1966, Arzua concedia ao IPPUC autonomia como órgão gerenciador e implementador do Plano Diretor.

No entanto, em razão da mudança na gestão municipal em 1967, o prefeito Eng.º sanitaria Omar Sabbag (1967-1971) deixava o novo Plano Diretor e o IPPUC à margem das intervenções urbanas e das decisões do poder executivo municipal. Isso porque Sabbag não estava comprometido com o processo anterior de discussão do Plano Diretor. As preocupações dessa nova gestão recaíam sobre o Setor de Obras Públicas, como obras de abastecimento de água, drenagem e saneamento.

Enquanto o IPPUC não conseguia implementar as ações previstas, a instituição investia na formação de seu quadro de funcionários, na pesquisa e na elaboração dos projetos executivos, detalhando as formas pelas quais o plano seria implementado, mesmo não tendo certeza que um dia surgisse uma administração disposta a executá-lo.¹⁵³ Nesse contexto, o IPPUC contratava profissionais pelo regime da CLT para auxiliar no detalhamento dos projetos previstos no Plano Diretor. Dentre eles estava o arquiteto Cyro Corrêa Lyra que seria o responsável pelo detalhamento do PRSHC, elaborado em 1970. Neste plano, definiam-se: os limites exatos da área que seria revitalizada e protegida; a identificação e seleção dos imóveis que seriam preservados; os critérios de intervenção edilícias e urbanas; as propostas de uso dos imóveis; e a pedestrianização do SH, em continuidade às propostas da Praça Generoso Marques e da Rua XV de Novembro. Os critérios adotados por Lyra e as suas propostas para o PRSHC serão abordados e analisados no capítulo a seguir.

¹⁵³ OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo...** op. cit., 2000. pp. 98-100.

02

O Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1966. Fonte: IPPUC

2. O PLANO REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

O Plano Diretor de Curitiba, de 1966, estabelecia diretrizes gerais de planejamento urbano que deveriam ser detalhadas e projetadas pelo IPPUC para, então, serem implantadas. Dentre essas diretrizes, estavam aquelas do Setor Histórico de Curitiba, as quais já apontavam uma delimitação preliminar da área a ser revitalizada e protegida, prevendo, inclusive, qual seria a função daquele setor em relação às demais áreas da cidade.

Vimos no capítulo 1, no tópico 1.5, que durante a elaboração do Plano Diretor não tinha sido desenvolvido um estudo pormenorizado do conjunto urbano e nem mesmo das edificações que compunham a área do SH. Além disso, verificamos que a ideia do SH nascia como um apêndice do planejamento urbano, composta apenas de diretrizes gerais, as quais se submetiam a questões urbanísticas do Plano Diretor, como o sistema viário e o uso do solo. Por esses motivos, era necessário elaborar um plano específico e detalhado para definir qual seria o programa de ações de revitalização do SH e, principalmente, selecionar o que deveria ser protegido nesse conjunto urbano.

Para o desenvolvimento e coordenação do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, o IPPUC contratou o professor e arquiteto fluminense Cyro Corrêa Lyra. Provavelmente, a contratação de Lyra pelo IPPUC devia-se: à sua participação no Grupo de Acompanhamento, em 1965; à sua experiência na área de preservação do patrimônio cultural; e, inclusive, à falta de profissionais com conhecimento específico nessa área na região de Curitiba.

Sobre a formação e experiência profissional de Lyra, destacamos que este se formou em arquitetura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1962, e teve sua primeira experiência na área de preservação quando estagiou no SPHAN, no Rio de Janeiro, sob a supervisão do arquiteto Augusto Silva Telles, entre 1960 e 1961. No início da década de 1960, a UFPR estava contratando professores de diversos estados brasileiros para o recém-criado curso de Arquitetura. Lyra, que já tinha familiares em Curitiba (seu irmão), interessou-se pela vaga e foi contratado em 1963 para o cargo de professor titular do curso de arquitetura, na disciplina de História da Arte e da Arquitetura, conforme releva o seu depoimento:

O curso [de arquitetura da UFPR] foi criado em 62. Eu sei, porque cheguei em 63 e já havia o curso. Eu peguei ele no primeiro ano. O curso atraiu gente, arquitetos jovens. Eu mesmo me candidatei, eu fui para lá quando soube do curso. Queria ser professor. Você tinha a chegada de gente que vinha de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e do Rio. Os professores que se instalaram em 62, eram Luiz Forte Netto de São Paulo, Armando Strambi, Marcos Prado de Belo Horizonte e Léo Grossmann de Porto Alegre. [...] tinha Fernando Carneiro, um homem muito culto, viajado, filho do David [Carneiro]¹, que entrou como professor dessa primeira leva. Tanto que quando eu me candidatei a professor e fui aceito, em 63, eu fui dar aulas na disciplina do Fernando

¹ **David Carneiro** (1904-1990), natural de Curitiba, era ervateiro, positivista, engenheiro, museólogo e professor da faculdade de Filosofia da UFPR. É considerado um dos representantes da “inteligência paranaense” do século XX. Publicou vários trabalhos na área da História, Filosofia, Educação, Religião, Museologia e Numismática. Foi interlocutor de Rodrigo Melo Franco de Andrade no Paraná, em 1937, para a indicação de bens a serem tombados pelo SPHAN no estado.

Carneiro, que era Arquitetura Analítica, que no fundo é um nome inteiramente ultrapassado, mas significava História da Arquitetura. O Fernando dava História da Arquitetura e da Arte, e dividiu comigo. Eu dava da Arquitetura e ele dava da Arte.²

Mais tarde, iniciou sua carreira profissional na área de preservação do patrimônio cultural edificado com a sua contratação pela DPHA para a elaboração do projeto e execução da obra de restauração da Igreja de São Benedito em Paranaguá, entre 1965 e 1966. Tal contratação se deu sob indicação do SPHAN no Rio de Janeiro à DPHA no Paraná.³ Esta obra lhe resultou, em 1967, em um prêmio do IAB pelo projeto e execução da restauração. Depois dessa obra, Lyra foi responsável pela coordenação do Plano Diretor de Paranaguá, entre 1967 e 1968, que incluía também a delimitação do Setor Histórico da cidade. Ainda na área de preservação, Lyra foi responsável pelo projeto e obra de restauração da Casa Brasília Itiberê em Paranaguá (1969) e pelo projeto e obra de restauração do Forte de Santana em Florianópolis (1970).⁴

Em relação ao PRSHC, primeiramente, devemos ressaltar que este foi desenvolvido nas instalações do próprio IPPUC, sob a coordenação de Lyra, com uma equipe de trabalho composta por: pesquisadores e, na época, estudantes de arquitetura da UFPR, como Eloy S. Kochanny, Key Imaguire Junior, Omar Akel e Rolf A. Herwig; pelo economista Eduardo Marques Dias; pelo sociólogo Rubem M. Leão Rêgo; e pelos colaboradores Cícero W. Silveira, José Maia e Murillo de O. Paiva Jr.

Em linhas gerais, o plano partia de uma análise pormenorizada das edificações preexistentes no conjunto urbano, tendo como objetivo fornecer subsídios para a elaboração e detalhamento das propostas de revitalização e proteção. Tais propostas, por sua vez, eram norteadas pelas diretrizes gerais pré-estabelecidas por Jaime Lerner no Plano Diretor, em 1966. Como ponto de partida, levava-se em consideração a proposta da passagem e abertura da via *Estrutural Norte*, a pedestrianização do conjunto em continuidade à região da Rua XV de Novembro e a eliminação de usos preexistentes para a implementação de usos turísticos, culturais e de lazer.⁵ Pelo fato do PRSHC estar vinculado ao Plano Diretor, as estratégias de revitalização e proteção do PRSHC também evidenciavam tensões e conflitos nas escolhas e na delimitação do conjunto, que resultavam numa proposta que procurava não afetar as demais prioridades urbanísticas já estabelecidas.

Confrontando o PRSHC e o primeiro esboço do SH elaborado por Lerner – apresentado no tópico 1.5 –, identificamos que Lyra optava por fazer significativas alterações nos limites do SH que

² Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

³ Ata da 21ª reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, em 17/12/1965. “[...] *início da restauração da Igreja da Irmandade de São Benedito, em Paranaguá, com verba pedida à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e que foi concedida no montante de dois milhões e quinhentos mil cruzeiros, tendo sido contratado o arquiteto Cyro Illídio Corrêa de Oliveira Lyra, recomendado pelo estágio de um ano realizado naquela Diretoria; não obstante, foi solicitado ao arquiteto um plano da restauração que foi submetido ao Patrimônio Nacional que o aprovou com louvor, segundo consta de correspondência dos arquitetos da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico.*” [grifo nosso]

⁴ Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/9019333723635251>; BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná**. Curitiba: UFPR, 2012. pp. 179-193.

⁵ IPPUC. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970. Conforme nota introdutória de Cyro Corrêa Lyra no PRSHC: “O primeiro estudo para o Setor Histórico de Curitiba foi elaborado em 1966, no IPPUC, sob a coordenação do Arquiteto Jaime Lerner. Coube àquele trabalho a delimitação do Setor, bem como as ideias básicas que se constituíram no ponto de partida para esse Plano.”

constavam no Plano Diretor. Percebemos que os limites do SH foram alterados em decorrência dos **primeiros tombamentos estaduais no *Centro Antigo***, em 1966, e ainda em função do estabelecimento de um **método de estudo e análise do conjunto urbano**.

Com base na leitura desses documentos, constatamos que a elaboração do PRSHC se deu em três etapas sucessivas:

- A **1ª etapa** foi a definição da *área de estudo* que seria objeto de análises e propostas do PRSHC;
- A **2ª etapa** foi a análise da *área de estudo* definida na etapa anterior. Nessa fase, foram analisados a arquitetura das edificações, os usos existentes, os gabaritos dos edifícios e ainda as condições paisagísticas e urbanísticas do conjunto;
- A **3ª etapa** foi a proposta de revitalização e proteção do SH. Nessa fase foram selecionados os bens a serem tutelados, definida a poligonal de proteção do SH, estabelecidos os critérios de intervenção, as propostas de usos e as demais propostas de revitalização urbana.

Apesar do método estabelecido por Lyra, verificamos que a proposta final resultava numa poligonal de proteção que não incluía áreas fundamentais para a história urbana de Curitiba como a Praça Tiradentes – marco zero da cidade – e a Rua XV de Novembro, principal artéria comercial desde o início do século XX. Trata-se também de um plano seletivo, marcado por preferências estilísticas, no qual excluía-se edificações mais modestas ou contemporâneas que compunham a paisagem do SH. Ademais, a proposta não previa uma área de entorno ou de amortecimento, com vistas à preservação da ambiência do conjunto urbano, fato esse que resultou, mais tarde, na verticalização de áreas muito próximas ao SH. Enfim, é um plano que evidencia várias tensões, contradições e subjetividades nas próprias escolhas e decisões, as quais necessitam ser melhor apontadas, contextualizadas e discutidas para compreender como se deu o processo de patrimonialização do primeiro conjunto urbano protegido em Curitiba.

Por isso, conforme apontamos na introdução, o objetivo do capítulo é identificar e discutir as tensões presentes no PRSHC, como parte decorrente das políticas de planejamento urbano, por meio do conhecimento e análise das propostas elaboradas por Lyra em 1970.

Para responder a esse objetivo, listamos quatro questões que consideramos essenciais para serem abordadas ao longo deste segundo capítulo: Quais foram as motivações para a alteração da proposta preliminar de Lerner? Qual era a percepção de Lyra do conjunto urbano? Quais eram as propostas de proteção, de intervenções e de usos? Quais eram as tensões presentes nas estratégias de revitalização e proteção, e por quê?

Para responder a essas questões, optamos por estruturar o segundo capítulo em três partes, as quais correspondem às etapas de elaboração do plano: a primeira referente à definição da *área de estudo*; a segunda parte referente à análise formulada no PRSHC do conjunto urbano; e por fim, a terceira parte relacionada às propostas de proteção, intervenções e usos.

2.1. A DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A definição da *área de estudo* foi uma etapa preliminar à elaboração do PRSHC. Trata-se da definição da área urbana do *Centro Antigo* que seria estudada e analisada pormenorizadamente nas etapas sucessivas de análise e proposta do PRSHC. Tal etapa preliminar não está explícita na redação do plano. Nós a identificamos a partir da comparação da área do SH proposta por Lerner, em 1966, com a área que foi estudada por Lyra no PRSHC, em 1970. Ambas áreas possuem algumas diferenças entre si. Para entender os possíveis motivos dessas diferenças, fizemos uma leitura e análise do Plano Diretor e dos referenciais teóricos e metodológicos indicados na bibliografia consultada por Lyra na época para a elaboração do PRSHC. Buscamos compreender como se deu a atuação do Estado do Paraná com os primeiros tombamentos no *Centro Antigo*, na década de 1960. E ainda, procuramos elucidar dúvidas tínhamos a respeito de tais diferenças com o autor e coordenador do plano, Cyro Corrêa Lyra.

Então, percebemos que Lyra definia a *área de estudo* a partir do primeiro esboço de Lerner, mas a alterava parcialmente com base: nos bens tombados pela DPHA, em 1966; na sua percepção do conjunto urbano; e ainda nos referenciais teóricos que lhe forneceram subsídios para a elaboração do PRSHC.

Assim sendo, nesse tópico, buscaremos entender o porquê de Lyra ter definido uma *área de estudo* e não ter seguido fielmente a área proposta por Lerner. Para responder a essa questão, primeiramente, apresentaremos alguns tópicos relativos à atuação do Estado do Paraná na patrimonialização do *Centro Antigo*; em seguida, os referenciais teóricos e metodológicos; e por fim, discutiremos a delimitação da *área de estudo*, com o intuito de compreender por que algumas áreas foram incluídas, outras excluídas, e ainda desconsideradas nessa primeira etapa.

2.1.1. A atuação da DPHA e os tombamentos estaduais no *Centro Antigo* de Curitiba.

Pouquíssimos dados referentes à Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná fornecem pistas para compreender como se deu a sua participação na formulação das diretrizes de revitalização e proteção do Setor Histórico de Curitiba. As fontes localizadas referentes à atuação do Estado do Paraná até a época da contratação do PRSHC, referem-se apenas ao Livro do Tombo, às poucas atas de reunião do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico⁶ e a algumas sugestões para a delimitação do conjunto urbano feitas ao IPPUC pela então Chefe da Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico, Dalena dos Guimarães Alves.

⁶ De acordo com as atas do Conselho Estadual de Patrimônio Histórico e Artístico (CEPHA), entre 1949 (data da primeira reunião do Conselho) e 1970 (data da elaboração do PRSHC), o CEPHA realizou apenas 21 reuniões. No livro de atas consta que havia certa regularidade anual nas reuniões ocorridas até 1965, quando foram completamente interrompidas por motivos que não estão explícitos nas atas. Nota-se apenas que estas reuniões foram retomadas a partir de 1971.

Conforme mencionamos no capítulo 1, no tópico 1.3.1.2, embora o Paraná fosse um dos estados brasileiros pioneiros a contar com órgão e legislação de preservação do patrimônio cultural, a sua atuação na tutela de bens arquitetônicos foi muito restrita até a década de 1960. Em Curitiba, os primeiros tombamentos estaduais iniciaram-se em janeiro de 1966, com a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, a Praça João Cândido e o Paço da Liberdade.

Apesar das atas do Conselho Estadual e do Livro do Tombo não revelarem as motivações e justificativas para o tombamento desses bens no *Centro Antigo*, notamos que a tutela era contemporânea à elaboração do Plano Diretor, em 1966.⁷ Esses tombamentos dão indícios de que havia articulação entre o Estado do Paraná e o Município na questão da proteção do patrimônio cultural edificado, pois são da mesma época da elaboração das diretrizes preliminares do SH feitas por Jaime Lerner.

Nesse sentido, é interessante mencionar que o tombamento desses três bens em Curitiba representava o início das políticas estaduais de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural edificado na capital, e, inclusive, o início da valorização e proteção de bens dos séculos XIX e XX pelo governo do Estado do Paraná.⁸ Tal postura em reconhecer o valor de bens não coloniais em Curitiba é manifesta no depoimento de Dalena dos Guimarães Alves, à revista oficial do município, Impulso 2:

“Atualmente é bastante generalizada a valorização do que se convencionou chamar estilo colonial brasileiro, por imperativo da moda. Porém, mesmo uma cidade como Curitiba onde os remanescentes do período anterior de 1820 são escassos é preciso que seja dado o devido valor ao que foi realizado posteriormente, as casas e os sobrados de construção mais recente, isto é, da segunda metade do século passado. É um trabalho tão válido quanto as restaurações das igrejas coloniais da cidade de Paranaguá.”⁹

Nota-se no discurso de Dalena que a DPHA estava acompanhando a progressiva flexibilização dos critérios de seleção e tutela que estava ocorrendo no contexto nacional com o tombamento de

⁷ Na ata da 20ª reunião do Conselho Estadual de Patrimônio e Artístico, datada de 20/05/1964, ou seja, antes da elaboração do PPU, consta que já se propunha o levantamento de documentações para efetuar o tombamento do Paço da Liberdade: “III – Levantamento da documentação indispensável para efeito de tombamento, da Prefeitura Municipal de Curitiba e da Casa de Alfredo Andersen”. Na ata da 21ª reunião do Conselho, datada de 17/12/1965, consta que em janeiro de 1966 seria tombado o Paço da Liberdade e a Praça Dr. João Cândido no Alto do São Francisco, porém sem justificativas ou demais informações das razões que motivavam o tombamento desses bens: “e) será ainda tombado em Curitiba o prédio da Câmara Municipal [refere-se ao Paço da Liberdade, pois nesta época consta no livro do tomo o proprietário do imóvel sede da Prefeitura a Câmara Municipal por motivos que desconhecemos], *construção dos fins do século passado, com características vitorianas, e, também, a praça do Alto do São Francisco, com as ruínas e o imóvel que nela existem*”. Em relação ao Paço, no livro tomo, inscrição nº 6 e processo nº 222-06/64, consta a descrição do imóvel e que este integra o conjunto paisagístico da Praça Generoso Marques, sem maiores explicitações das motivações para o seu tombamento. O mesmo ocorre em relação à Igreja da Ordem, conforme livro tomo inscrição nº 7 e processo 222-07/65, onde consta apenas a descrição do imóvel e que o seu tombamento se deu de forma voluntária, sem demais informações.

⁸ Os primeiros tombamentos estaduais foram: 1962 – Paranaguá: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e Igreja São Benedito (século XVIII); 1963 – Morretes: Igreja de São Benedito (primeira metade do século XIX); 1964 – Paranaguá: Fonte Velha (século XVII); 1965 – Não há; 1966 – Curitiba: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas (século XVIII, com reforma neogótica do final do séc. XIX); Praça Dr. João Cândido com ruínas de São Francisco (século XVIII) e *Belvedere* (século XX); Paço da Liberdade (século XX).

⁹ O que é patrimônio histórico? Dalena dos Guimarães Alves. *Revista Impulso 2*. Curitiba, fevereiro de 1967. As restaurações em Paranaguá que estavam sendo executadas pela DPHA.

alguns poucos bens edificados do século XIX pelo SPHAN, entre as décadas de 1950 e 1960, conforme comentamos no tópico 1.3.1.2.

Um outro aspecto que demonstra a flexibilização e ampliação dos critérios de tombamento, e, principalmente, a inserção da DPHA nas questões do SH, foi uma sugestão dada ao IPPUC para a delimitação do conjunto urbano. Trata-se de uma troca de correspondências entre a DPHA e o IPPUC, datada de 1968, na qual Dalena dos Guimarães Alves sugeria a proteção, por meio do planejamento urbano, de uma área que abrangia o Largo da Ordem, a Praça Garibaldi e boa parte do bairro São Francisco, na direção norte da cidade. Em sua carta, ela sugeria, inclusive, a delimitação da poligonal de proteção do conjunto pelas ruas Barão do Serro Azul, São Francisco, Trajano Reis e Inácio Lustosa. Tratava-se do reduto da colônia de imigração alemã em Curitiba, marcada pela presença de exemplares da arquitetura eclética, de influência alemã e da baixa altura das edificações. Na correspondência, Dalena sugeria também o estabelecimento de diretrizes urbanísticas para o conjunto urbano delimitado e, inclusive, a sugestão de incentivos fiscais para a preservação dos imóveis de interesse.

Senhor Diretor:

Vimos, pelo presente, dar a Vossa Senhoria ciência de nossa preocupação à respeito do tratamento a ser dado pelo IPPUC, ao local onde ainda podem ser encontrados remanescentes arquitetônicos dos finais do século passado.

Mediante planejamento, o referido local poderia ser delimitado pelas ruas: Barão do Cerro Azul, São Francisco, Trajano Reis e Inácio Lustosa, fazendo um quadrilátero que mereceria um tratamento especial por parte do Govêrno da Cidade.

Além da preservação das fachadas atuais, toda e qualquer reforma deveria obedecer a normas pré-estabelecidas, podendo a Municipalidade, inclusive, oferecer isenção de impostos, dentro de um prazo determinado, a fim de incentivar a restauração das fachadas que sofreram modificações.

Parece-nos sobremaneira importante o estabelecimento de um gabarito máximo, para as construções localizadas nos limites acima mencionados a fim de que não prejudiquem o conjunto.

Sem mais, os nossos protestos de elevada estima e consideração.

Dalena Guimarães Alves

Chefe de Divisão¹⁰ [grifo nosso]

Em resposta à carta de Dalena, o IPPUC, na figura do seu então diretor, o arquiteto Luiz Forte Netto, não acatava a sugestão da DPHA de proteger aquela área e sequer justificava o porquê, mas reiterava a proposta de delimitação do SH nas áreas pré-estabelecidas por Jaime Lerner no Plano Diretor. Aliás, na resposta de Forte Netto é interessante notar que nessa época, em 1968, o IPPUC já estava elaborando um projeto de decreto municipal para a criação do Setor Histórico, anterior à elaboração do PRSHC:

Senhor Diretor:

Em resposta ao seu Ofício de 5 de abril do corrente ano, temos a honra de informar que, de acordo com o Plano Diretor de Curitiba, a Supervisão Jurídica desta entidade elaborou projeto de decreto de regulamentação do Setor Histórico e Tradicional da

¹⁰ Carta de Dalena dos Guimarães Alves ao Diretor do Departamento de Cultura da SEC, Dr. Ennio Marques Ferreira, e encaminhada ao então presidente do IPPUC, Arq. Luiz Forte Netto. DC 100/68 de 5 de abril de 1968.

cidade de Curitiba, o qual remetemos em separado, a qual se encontra em fase de discussão.

Lembramos Vossa Senhoria que a Municipalidade não tem condições para tomar ou desapropriar os edifícios que apresentem interesse histórico tradicional, de modo que as regras propostas dizem respeito somente a manutenção dos aspectos tradicionais por parte do proprietário, sendo a atividade da Municipalidade, através desta entidade, meramente fiscalizadora e supletiva.

De outro lado, a concessão de isenção de impostos ou de vantagens tributárias há de ser precedida de reforma da atual lei tributária municipal.

A opinião, contudo, dos diretores desta entidade, é a que a regulamentação poderá ser executada fielmente, sem incentivos fiscais, eis que a necessidade de manutenção dos gabaritos, nas ruas designadas pelo setor histórico tradicional, também se justifica dentro da técnica urbanística, pois a cidade não suporta, naquelas áreas, qualquer acréscimo na massa edilícia, da qual derivariam uma série de serviços a tumultuar inconvenientemente o centro da cidade.

Outrossim, também é opinião dos diretores desta entidade que os incentivos fiscais deverão vir beneficiar a localização de certos usos (comércio de flores, artesanaria [sic], por exemplo) dentro de determinadas áreas do setor tradicional – o que virá a ser proposto quando houver sentido para a reforma da lei tributária.

Remetendo cópia da nossa proposição com os esclarecimentos ora feitos, pedimos desse departamento a necessária crítica e contribuição

Muito Cordialmente

Eduardo Rocha Virmond
Supervisor

Arq. Luiz Forte Netto
Diretor-Presidente. ¹¹[grifo nosso]

É curioso notar na resposta de Forte Netto que o município declarava não ter condições de tomar ou até mesmo de desapropriar os imóveis de interesse de preservação. Provavelmente, isso se devia porque, até então, somente o Estado do Paraná possuía instrumentos de proteção, como o tombamento. Entendemos que, para o município, conservar os “aspectos tradicionais” significava atuar com parâmetros urbanísticos de ocupação do solo, prevendo ainda a conservação dos aspectos cenográficos do conjunto urbano a partir de restrições acerca das fachadas dos imóveis. Ao que parece, o município entendia também o instrumento do tombamento como sinônimo de maiores restrições, que incluíam os interiores dos imóveis, inclusive, podendo estar associado a ações de desapropriação como garantia da preservação dos bens. Mais adiante, veremos que o Estado do Paraná e o município atuaram juntos no compartilhamento de ações para a proteção do SH: o Estado com o tombamento individual de alguns edifícios; e o município com instrumentos de planejamento urbano.

No anexo do ofício do IPPUC estava a minuta do decreto do SH. Nela constava os limites do conjunto urbano que englobava as ruas previstas por Lerner no Plano Diretor. A minuta estabelecia que as edificações ao longo das vias não poderiam ser demolidas, mas apenas em casos específicos, quando fosse comprovada a inviabilidade da restauração e ainda quando se tratasse de edificação construída após de 1940.¹² Embora a DPHA tenha recebido essa minuta, não localizamos pareceres, sugestões ou respostas específicas a este ofício do IPPUC.

¹¹ Resposta do presidente do IPPUC, Arq. Luiz Forte Netto, ao Diretor Dr. Ennio Marques Ferreira. Ofício nº 253/68 de 15 de maio de 1968.

¹² Setor Histórico Tradicional. Minuta – primeira redação. In: Resposta do presidente do IPPUC, Arq. Luiz Forte Netto, ao Diretor Dr. Ennio Marques Ferreira. Ofício nº 253/68 de 15 de maio de 1968.

É curioso o período estabelecido para preservação dos imóveis, até 1940. Não localizamos os motivos, critérios e referências para o estabelecimento desse recorte temporal. Todavia, devemos esclarecer que no Plano Diretor estabelecia-se que era

Em relação à proposta de Dalena para a proteção do bairro São Francisco, podemos afirmar apenas que ela chegou a ser desenvolvida em nível de estudo preliminar pela DPHA, em outubro de 1970, conforme o **único registro** localizado no arquivo da atual Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná¹³, ilustrado na **Figura 30**, de agosto de 1970. A proposta incorporava as áreas do bairro São Francisco, incluindo a região da rua Paula Gomes, as imediações do Largo da Ordem, da praça Garibaldi e também a área que seria atingida pela via *Estrutural Norte*, na rua José Bonifácio. Trata-se de um estudo precursor para o Estado do Paraná ao propor a tutela de uma área urbana em Curitiba, mas que não teve continuidade pela DPHA nos anos seguintes, sendo esquecido ou, provavelmente, desconsiderado sem quaisquer justificativas ou registros deixados nos arquivos da Divisão Estadual.¹⁴

Figura 30: Estudo para a preservação da região do bairro São Francisco em Curitiba. Fonte: DPHA, agosto de 1970.

necessário definir um recorte temporal para a preservação de bens arquitetônicos. O critério proposto nessa minuta, de até 1940, não foi levado adiante no PRSHC, conforme veremos ao longo desse capítulo.

¹³ A Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPHA) foi substituída pela Coordenação do Patrimônio Cultural (CPC), em 1979, com a criação da Secretaria de Estado da Cultura.

14 Em consulta ao arquiteto Cyro Corrêa Lyra sobre este estudo o mesmo disse desconhecer-lo. Conforme entrevista e diálogo registrado com Cyro Corrêa Lyra, em 28/01/2016, cujo trecho transcrevemos abaixo:

Moisés: “*Eu separei algumas imagens aqui, essa é a primeira que se trata de um estudo da DPHA, para a preservação do setor histórico. Eu gostaria de saber se você tem conhecimento desse estudo, ele foi feito em 1970, com a Dalena, quem assinou junto, foi um desenhista, chamado Roberto Jordan. É um estudo de um tombamento de várias casas no Largo da Ordem, na Praça Garibaldi e para o lado do [bairro] São Francisco.*” Cyro: “*Mas não foi feito isso no momento.*” Moisés: “*Não foi feito. Eu não sei se você ouviu falar disso.*” Cyro: “*Não. Porque eu fui diretor da DPHA, em 1972 e 1973. Eu substituí a Dalena. Por aí, na década de 70.*” Moisés: “*Pois é. Eu não encontrei mais nada*” [sobre o assunto]. Cyro: “*Porque hoje o trabalho do IPPUC [o PRSHC] é resultado do plano diretor. O plano diretor indicou a necessidade de preservar o setor histórico tradicional.*”

Todavia, numa breve análise do estudo de Dalena, comparando com os bens ainda existentes na área, constata-se que a proposta de delimitação do conjunto não era baseada em critérios evidentes e precisos. Tratava-se de uma proposta que pretendia proteger uma área urbana por meio da seleção e, provavelmente, do tombamento individualizado de cada edifício. Percebe-se, também, uma tentativa de abranger a região de colonização alemã de Curitiba, selecionando apenas residências ou edificações de uso misto, com linguagem eclética e de influência germânica. Por outro lado, não sabemos as justificativas, mas deixava-se de fora desse estudo duas igrejas luteranas da comunidade alemã [Figura 31], o Clube Alemão da Sociedade Concórdia, do final do século XIX [Figura 32], a Catedral de Curitiba em estilo neogótico – construída também por alemães no século XIX –, e todo um lado da rua Trajano Reis com diversas residências de linguagem eclética e de influência germânica.

Figura 31: Igreja luterana da comunidade do Redentor no bairro São Francisco. Em estilo neogótico, foi construída entre 1893 e 1894. Fonte: do autor, 2016.

Figura 32: Clube Concórdia. Foi construído por imigrantes alemães no final do século XIX, em 1887. Fonte: do autor, 2016.

Ademais, por esse único documento, podemos deduzir também que havia certa insatisfação ou preocupação de Dalena quanto ao que estava sendo proposto em nível municipal para o *Centro Antigo*, em decorrência da abertura da via *Estrutural Norte*, pois indicava-se no estudo a proteção de algumas das edificações que seriam atingidas pela abertura da via.¹⁵ [rever **Figura 30**]. Todavia, notamos que a suposta preocupação não surtiu efeitos posteriores em nível de documentação localizada nessa pesquisa e em nível de instrumentos legais de proteção.

Além dessas documentações, localizamos ainda uma troca de correspondências entre o IPPUC e a DPHA, datadas de outubro e dezembro de 1970, quando o PRSHC estava sendo elaborado por Cyro Corrêa Lyra. Tais correspondências evidenciam que Dalena estava acompanhando a questão do SH e também que o IPPUC solicitava sugestões quanto ao decreto municipal de criação e regulamentação do Setor Histórico. Nesse momento, os conteúdos das cartas já traziam informações baseadas no trabalho que Cyro Corrêa Lyra estava desenvolvendo. As sugestões de Dalena versavam sobre questões como a

¹⁵ Recorremos às atas, documentos da época nos arquivos da CPC/SEEC, e, inclusive, depoimentos e nada foi localizado e identificado para confirmar a nossa suspeita de insatisfação de Dalena quanto à proposta da Estrutural Norte. Todavia, estava evidente no estudo a intenção de preservação de alguns bens que seriam atingidos pela passagem da via.

gestão do conjunto urbano, os procedimentos de aprovação de projetos e o compartilhamento de atribuições entre o Estado e o Município.¹⁶

A partir dos dados localizados, percebemos que a participação e a colaboração do Estado do Paraná, nesse primeiro momento, esteve restrita aos primeiros tombamentos no *Centro Antigo* de Curitiba, ao acompanhamento da DPHA das questões relativas ao SH e a algumas sugestões não acatadas pelo IPPUC e nem mesmo executadas posteriormente pela própria Divisão Estadual. Alguns dos imóveis listados no estudo da DPHA para o bairro São Francisco foram protegidos em nível municipal posteriormente, dentre outros tantos imóveis de interesse de preservação localizados no *Centro Antigo* e em diversos bairros da cidade, num momento de expansão das políticas patrimoniais para todo o território municipal.¹⁷

Da atuação do Estado, veremos a seguir que foram os tombamentos da Igreja da Ordem, da Praça João Cândido e do Paço da Liberdade que contribuíram para a definição da *área de estudo* do PRSHC.

2.1.2. Referências, conceitos e métodos na definição da *área de estudo*

Além dos tombamentos estaduais, um outro aspecto que influenciou na definição da *área de estudo* foi o estabelecimento de uma metodologia com base em referências conceituais, teóricas e práticas a partir da experiência profissional de Cyro Corrêa Lyra nos anos anteriores ao plano.

Conforme mencionamos na Introdução dessa dissertação, no tópico *Abordagem Teórico-Metodológica*, está indicado na bibliografia do PRSHC um texto da arquiteta polonesa Teresa Zarębska (1932-2003), intitulado “*Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização*”, de 1968; um texto do arquiteto inglês Thomas Gordon Cullen (1914-1994), intitulado “*Townscape*”, de 1961; e um texto do arquiteto português Joaquim Cabeça Padrão (1921-1993), intitulado “*Defesa e recuperação da paisagem urbana de qualidade*”, de 1969. Como referência da atuação profissional de Lyra, destacamos a sua primeira experiência com o tema patrimônio urbano na proposta de delimitação do Setor Histórico de Paranaguá, durante a elaboração do Plano Diretor da cidade, entre 1967-1968.

O primeiro referencial teórico-metodológico que comentamos é o texto de Teresa Zarębska¹⁸, que trata da necessidade e importância de estudos históricos de conjuntos urbanos antigos, durante o processo de planejamento urbano, a fim de fornecer subsídios à elaboração de propostas urbanísticas

¹⁶ Ofício nº 337/70 do Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi à Sra. Dalena dos Guimarães Alves, Diretora da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, de 23 de outubro de 1970; Ofício PHA-132/70 da Diretora da DPHA, Dalena dos Guimarães Alves ao Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi, em 16 de dezembro de 1970.

¹⁷ Em 1979 foram listados e protegidos pelo Decreto Municipal nº 1547/79 586 imóveis denominados Unidades de Interesse de Preservação, os quais abrangiam imóveis localizados no *Centro Antigo* de Curitiba, no bairro São Francisco – incluindo alguma das unidades listadas pela DPHA –, no Batel, em Santa Felicidade, e em diversos bairros da cidade. Trata-se de um momento diverso das experiências de planejamento e preservação em Curitiba que estamos abordando nessa dissertação, no qual a questão patrimonial se expandia do centro em direção aos bairros.

¹⁸ **Teresa Zarębska** (1932-2003), arquiteta e urbanista polonesa, historiadora de planejamento urbano e arquitetura. Foi professora na Universidade de Tecnologia de Varsóvia e conduziu diversas pesquisas na área de regeneração e reconstrução de cidades.

e de proteção. Para Zarębska, esses estudos de caráter científico deviam ser elaborados por uma equipe especializada e com experiência no assunto, a fim de orientar e esclarecer os urbanistas sobre os valores a serem preservados nos centros históricos. A autora apresentava também uma série de prescrições para a elaboração de investigações em conjuntos urbanos antigos, como, por exemplo, as documentações necessárias para o estudo, os métodos de inventário e de análises urbanísticas e, inclusive, notas sobre a elaboração de propostas.¹⁹ Identificamos que a metodologia de estudo proposta por Zarębska, com todas essas fases, serviram de parâmetro inicial para a sistematização do estudo do PRSHC, composto de um breve estudo sobre o histórico da cidade, da identificação e análise do conjunto urbano (análise dos aspectos arquitetônicos, gabarito das edificações, uso do solo, e aspectos paisagísticos) os quais subsidiaram a elaboração das propostas de revitalização e a delimitação do SH.

A segunda referência é o texto de Gordon Cullen, o qual aborda o conceito de paisagem urbana e procura demonstrar que um conjunto de edifícios numa cidade pode adquirir um poder de atração visual ao qual dificilmente poderá ter um edifício isolado. O conceito de paisagem urbana é apresentado por ele como a sucessão de imagens a partir de elementos urbanos encontrados num percurso feito por um observador numa cidade, os quais suscitam surpresas ou revelações. Para ele, uma cidade com paisagem urbana de qualidade é aquela que estimula a percepção do observador pelos contrastes e pela dramaticidade dos espaços; é uma cidade onde se pode ter uma experiência plástica por meio de percursos através zonas mais densas e vazias, contrastes entre espaços amplos e espaços delimitados, e alternância de situações de tensão e momentos de tranquilidade.²⁰ Veremos adiante que alguns desses conceitos abordados por Cullen estão presentes também na delimitação do SH, na qual buscou-se selecionar espaços urbanos como praças e largos com maior **qualidade paisagística**.

A terceira referência é o texto de Joaquim Cabeça Padrão²¹, o qual se refere especificamente sobre os métodos de delimitação do conjunto urbano para a sua tutela. Para Padrão, o estudo para a proteção das áreas urbanas devia levar em consideração os principais monumentos históricos da cidade, a qualidade paisagística do conjunto, o interesse arquitetônico de cada edificação, o estudo pormenorizado do estado de conservação dos prédios, as condições de habitabilidade e a identificação dos edifícios considerados dissonantes nessas áreas. Em seu texto, percebemos que Padrão apresenta uma metodologia de inventário, análise, seleção e hierarquização de bens arquitetônicos em centros históricos, a fim de dar subsídios à delimitação do conjunto urbano a ser tutelado. Padrão exemplifica a aplicação desse método com o caso do Centro Histórico de Funchal, em Portugal, onde se buscava definir a área protegida a partir dos principais monumentos nacionais da cidade e das áreas localizadas nas suas imediações, consideradas mais homogêneas do ponto de vista arquitetônico e morfológico, de

¹⁹ ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização. In: **Arquitectura**: Revista de Arte e Construção. Nº105/106. Lisboa: ICAT, 1968. pp. 224 – 228. pp. 224 e 225.

²⁰ CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa : Edições 70, 2010. pp. 11 e 12.

²¹ **Joaquim Cabeça Padrão** (1921-1993), arquiteto e urbanista pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, em 1952. Foi chefe do Serviço de defesa e de Recuperação da Paisagem Urbana, então criado no seio da Direcção-Geral de Planeamento Urbanístico. Realizou diversos estudos de levantamento e planos de intervenção em conjuntos urbanos na região do Algarve. Publicou diversos artigos e estudos de urbanismo, património, preservação e revitalização de núcleos urbanos antigos.

modo a garantir o enquadramento e a ambiência dos monumentos.²² Esses parâmetros e prescrições para delimitação de conjuntos urbanos a serem tutelados também estão presentes na proposta do SH.

Em relação a essa preocupação com o enquadramento e a preservação da ambiência dos monumentos históricos singulares, devemos mencionar que a questão era decorrente também dos avanços teóricos e conceituais de Gustavo Giovannoni sobre a noção de patrimônio urbano, no início do século XX. Para Giovannoni a cidade antiga em si constituía um único monumento histórico que devia ser valorizado e preservado. Por esse motivo, Giovannoni considerava indissociável a relação entre o monumento histórico singular e o ambiente no qual se insere. Para ele a natureza dos conjuntos urbanos tradicionais era resultado da dialética entre a “arquitetura maior” e de seu entorno.²³

A questão da indissociabilidade do monumento histórico singular e de seu entorno esteve presente também na Conferência do Escritório Internacional dos Museus Sociedade das Nações, em 1931, que resultou na formulação da Carta de Restauração de Atenas, da qual Giovannoni participou. Recomendava-se, então, o respeito à fisionomia das cidades e ao entorno dos monumentos antigos, os quais deveriam ser objetos de cuidados específicos, com o intuito de preservar algumas perspectivas e enquadramentos considerados, particularmente, pitorescos.²⁴ Entretanto, apesar das contribuições de Giovannoni no evento quanto à valorização de áreas urbanas inteiras como um único monumento histórico, na Carta de Restauração de Atenas de 1931 prevaleceu apenas a ideia de preservação do ambiente como entorno de um monumento nacional ou principal, como “moldura” de obras arquitetônicas consideradas “maiores”.²⁵

No âmbito nacional, a cidade a ser preservada pelo SPHAN também era entendida como moldura, entorno, paisagem ou pano de fundo do monumento histórico singular. O próprio Decreto-Lei n.º 25 de 1937, com o artigo 18 abria caminho para a apreensão do valor patrimonial associado às relações entre o monumento singular e o seu ambiente imediato, contribuindo, no início da atuação do SPHAN, para tutelar certos contextos urbanos que ainda não eram considerados “excepcionais”.²⁶ A atuação do SPHAN, durante a fase heroica²⁷, seguia critérios como a presença de bens arquitetônicos de valor “excepcional”, a homogeneidade do conjunto urbano no entorno dos monumentos, a integridade dos bens e a existência de bens do período colonial, conforme abordamos no tópico 1.3.1.2.

²² PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação da paisagem urbana de qualidade. In: **Arquitectura: Revista de Arte e Construção**. Nº109. Lisboa: ICAT, 1969. pp. 131 – 134. pp. 132 e 134.

²³ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (Trad. Luciano Vieira Machado). p. 200.

²⁴ Carta de Atenas: Escritório internacional dos museus. Sociedade das Nações, Atenas, outubro 1931. pp. 13-19. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Não confundir com a Carta de Atenas do CIAM de novembro de 1933.

²⁵ RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauo Urbano, 2013. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni: Textos Escolhidos**. Tradução Renata C. Cabral, Carlos R. M. de Andrade, Beatriz M. Kühl. Cotia: Ateliê, 2013. p. 82.

²⁶ RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauo Urbano: Intervenções em sítios históricos industriais**. São Paulo: Fap-Unifesp : Edusp, 2013. p. 170.

²⁷ Período referente à direção de Rodrigo Melo Franco de Andrade, entre 1937-1967, intitulado por Maria Cecília Londres Fonseca como “fase heroica”. In: FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. Capítulo 3.

O principal critério para a tutela de áreas urbanas centrais pelo SPHAN era a presença de bens de valores excepcionais.

Nesse sentido, Marcia Sant'Anna, explica que os primeiros tombamentos de áreas centrais do SPHAN eram entendidos como a somatória de diversos tombamentos individuais, isto é, como se o objeto da proteção não fosse o fato urbano, mas somente a existência de um grande número de monumentos excepcionais.²⁸

A questão da existência de monumentos históricos singulares e da preservação de sua ambiência era presente também na proposta do Setor Histórico de Paranaguá, de autoria de Cyro Corrêa Lyra. Trata-se da primeira experiência de Lyra com o plano de uma área histórica, vinculada ao planejamento urbano. Em Paranaguá, a questão do Setor Histórico estava inserida no Plano Diretor que foi elaborado entre 1967 e 1968, pouco depois do Plano Diretor de Curitiba. Assim como no caso curitibano, este plano incluía a temática da proteção áreas históricas vinculadas ao planejamento urbano de toda a cidade. Segundo Rodrigo Sartori Jabur, o plano parnanguara estava relacionado com as missões estrangeiras da UNESCO ao Brasil para assessorar o SPHAN na tarefa de formular uma política de conservação do patrimônio cultural edificado e de inserção do Brasil no mapa do turismo cultural. Além disso, o plano estava relacionado à ação do Governo do Estado do Paraná, por meio da CODEPAR como agência financiadora do plano e à ação da DPHA nas ações de preservação de bens tombados em nível estadual e federal no município de Paranaguá.²⁹

Na época da missão da UNESCO no Brasil, ressaltamos que visitaram Paranaguá, em 1966, o consultor francês Michel Parent, o qual já mencionamos brevemente no capítulo 1, no tópico 1.5.1.1, e o arquiteto belga Frédéric de Limburg-Stirum. Este último elaborou um estudo para a delimitação e preservação da paisagem do centro antigo de Paranaguá a partir da preservação da ambiência dos principais monumentos históricos, criando uma zona de amortecimento ao redor do conjunto urbano, e estabelecendo uma área de expansão e verticalização mais distante da zona histórica, com o intuito de preservar as visuais do centro antigo a partir do rio Itiberê.³⁰

Com base no estudo e nas premissas estabelecidas por Limburg-Stirum, Lyra delimitava a poligonal do Setor Histórico de Paranaguá e propunha ações para o desenvolvimento do turismo como meio de recuperação econômica do município. Para a delimitação do conjunto, Lyra partia dos principais monumentos históricos indicados por Limburg-Stirum – Colégio dos Jesuítas, a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas, a Igreja da Irmandade de São Benedito, a Fonte da Gamboa, o cais do antigo porto na rua da Praia e a antiga residência do Visconde de Nácar. A partir desses monumentos,

²⁸ SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990), 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995. pp. 134 e 143.

²⁹ Cf. JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá: identidade e preservação**, 2015. 251F Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. pp. 149-164. Jabur afirma que o Plano Diretor de Paranaguá é o pioneiro em nível nacional por inserir a questão do Centro Histórico no planejamento urbano da cidade, porém o Plano Diretor de Curitiba já tratava desse assunto em 1966. No caso curitibano, as diretrizes do SH já estavam previstas na Lei Municipal n. 2828, de 10 de agosto de 1966. No entanto, o detalhamento do Plano Diretor foi feito apenas em 1970, no PRSHC, e regulamentado durante a gestão de Jaime Lerner, em 1971, com o decreto de criação do SH.

³⁰ Ibid.

propunha uma poligonal de proteção que abrangia todos esses bens a fim de preservar as perspectivas, os enquadramentos e a ambiência imediata dos monumentos.³¹

Como a proposta parnanguara foi inicialmente esboçada por Limburg-Stirum, é interessante notar algumas semelhanças com o que vinha ocorrendo nas políticas de proteção de conjuntos urbanos na França. Em 1962 era criada a *Lei Malraux* a qual visava a proteção de conjuntos urbanos como **zonas de planejamento urbano** intituladas como *secteurs sauvegardés*, ou setores protegidos, que eram áreas sobre as quais deveria incidir a aplicação de procedimentos específicos de proteção e valorização do patrimônio urbano.³²

Segundo Rufinoni, a Lei Malraux não visava unicamente a proteção do monumento e de seu entorno imediato, mas reconhecia os conjuntos de imóveis que *“apresenta[vam] um caráter histórico, estético ou de natureza, a justificar a conservação, a restauração ou a valorização”*. Antes da promulgação da lei, parcelas urbanas antigas eram protegidas apenas de modo indireto, como áreas envoltórias de monumentos históricos preservados individualmente. A Lei Malraux, por sua vez, reconhecia, portanto, o valor patrimonial de bairros e até mesmo de territórios urbanos inteiros, concepção que atribuía novo papel às estratégias de reabilitação urbana.³³

Dentre as características a serem observadas para a definição dos setores protegidos, atentava-se para os conjuntos urbanos que apresentassem **unidade e homogeneidade arquitetônica**; e, com isso, buscava-se tutelar uma *“atmosfera”*[sic] ou uma **ambiência peculiar** de certos bairros ou conjuntos construídos.³⁴

Na Lei Malraux, tais setores tutelados deveriam manter-se intimamente conectados com a vida de toda a cidade e integrar-se aos planos de expansão econômica e social, por meio do desenvolvimento de atividades consideradas adequadas ao contexto urbano. A lei previa, ainda, a realização do Plano de Salvaguarda e Valorização para cada Setor protegido. Este plano devia compreender diretrizes desde a escala arquitetônica até a escala urbana, a fim de orientar as futuras transformações no perímetro protegido. Ou seja, quaisquer alterações no conjunto urbano apenas poderiam acontecer se estivessem em conformidade com as prescrições do Plano de Salvaguarda e Valorização. Tais planos, por sua vez, deviam estar diretamente associados ao Plano Diretor da cidade.³⁵

Percebemos muitas afinidades da Lei Malraux, da experiência parnanguara e também do texto de Padrão com o caso do Setor Histórico de Curitiba, tanto nos critérios para seleção de áreas urbanas históricas como na questão do conjunto urbano tutelado estar vinculado ao planejamento da cidade. No caso da lei Malraux, observamos que esta previa, inclusive, a elaboração de um Plano de Salvaguarda e Valorização dos *secteurs sauvegardés*, assemelhando-se ao caso curitibano, no qual foi proposto o

³¹ JABUR, Rodrigo Sartori. *Paranaguá*...op. cit., 2015. pp. 149-164

³² FRANÇA. Lei 62/903, de 4 de agosto de 1962. Complementa a legislação sobre o patrimônio histórico e estético da França. Disponível em: <http://www.malraux.org/images/documents/loimalraux.pdf> Acesso em: 03/01/2017.

³³ RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e Restauro Urbano*...op. cit., 2013. pp. 140 e 141; SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*...op. cit., 1995. pp. 40 e 41.

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibidem.

PRSHC. É possível que tais semelhanças se devam à experiência de Lyra com o caso do Setor Histórico de Paranaguá, que envolveu arquitetos europeus, ou até mesmo à experiência de Lerner na França, quando estudou urbanismo no início dos anos 1960. Hipótese essa última que não se deve descartar.

2.1.3. A definição da *área de estudo*: exclusões e inclusões.

Para a definição da *área de estudo* do PRSHC, constatamos que Lyra seguia alguns dos conceitos e critérios de seleção que discutimos acima, como a priorização dos monumentos históricos tombados individualmente pelo Estado do Paraná, e ainda a busca por conjuntos urbanos de maior unidade e homogeneidade arquitetônica, e de qualidade paisagística nas proximidades dos principais monumentos históricos. A definição da *área de estudo* partia então dos edifícios tombados pelo Estado do Paraná: a praça Dr. João Cândido (*Belvedere* e Ruínas de São Francisco), a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas e o Paço da Liberdade, na praça Generoso Marques. A partir desses bens, Lyra incluía as áreas envoltórias dos monumentos e, ainda, outras áreas localizadas entres eles, como a praça Garibaldi, a rua São Francisco, a Catedral, e parte das ruas Mateus Leme e Riachuelo. Isso resultava numa área semelhante àquela delimitada por Lerner, em 1966, a qual abrangia, principalmente, o *Eixo São Francisco*. No entanto, Lyra incluía na *área de estudo* a praça Generoso Marques, pois na proposta elaborada por Lerner esta área não estava prevista. Acredita-se que Lerner não a incluiu na proposta do SH de 1966, pois a praça já estava nas diretrizes de pedestrianização da Rua XV de Novembro, conforme vimos no tópico 1.3.2. [Figura 33]

Além disso, Lyra reavaliava as áreas previstas anteriormente por Lerner fazendo alterações, não incluindo determinadas porções do *Centro Antigo*, possivelmente, por considerá-las de menor unidade e homogeneidade arquitetônica, e de menor qualidade paisagística.

Esclarecemos que **no caso do PRSHC**, entende-se espaços de **unidade e homogeneidade arquitetônica** aquelas áreas caracterizadas por:

- Maior presença de edificações do final do século XIX e início do XX, de linguagem eclética, com influências da imigração europeia, e, inclusive, de influência *art-nouveau*;
- Áreas menos verticalizadas, com gabarito entre 1 a 4 pavimentos;
- Conjuntos de edificações consideradas mais íntegras quanto a alterações, adições e subtrações arquitetônicas;
- Conjuntos de edificações consideradas passíveis de recuperação.

Quanto à **qualidade paisagística**, entende-se por espaços públicos como largos, praças e vias, com monumentos históricos de maior destaque, cuja ambiência se enquadre nos critérios de unidade e homogeneidade arquitetônica, e cujas soluções paisagísticas e arquitetônicas possam suscitar surpresas, emoções e revelações. Tais características podem ser observadas: na relação do Paço da Liberdade com os edifícios da praça Generoso Marques que o emolduram; ou no pequeno Largo da

Ordem, onde se destaca a Igreja da Ordem e o antigo bebedouro de cavalos; e ainda a praça João Cândido com as ruínas e um Belvedere de onde se pode ter uma vista do *Centro Antigo* da cidade.

Constatamos que esses critérios foram adotados na fase de definição da *área de estudo* e ainda nas fases sucessivas de análise e proposta que apresentaremos nos tópicos 2.2 e 2.3.

DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO DO PRSHC

LEGENDA:

— **Proposta de Lerner para o Setor Histórico.** Plano Diretor, 1966.

— **Vias Estruturais.** Em tracejado, os trechos previstos para demolição, conforme Plano Diretor, 1966.

— **Vias peatonais:** trecho central da rua XV de Novembro e da praça Generoso Marques, conforme Plano Diretor, 1966.

— **Área de Estudo:** definida por Cyro Corrêa Lyra para análise e elaboração de proposta de revitalização e proteção no PRSHC.

Bens tombados: Bens tombados pelo Estado do Paraná em 1966.

01 Praça Tiradentes.

02 Catedral Metropolitana.

03 Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.

04 Largo da Ordem ou do Coronel Enéas; e Igreja da Ordem.

05 Igreja do Rosário.

06 Ruínas da antiga Capela de São Francisco.

Figura 33: Mapa referente à definição da *área de estudo* para a elaboração do PRSHC. Nota-se que a área delimitada para estudo abrange, principalmente, a região do *Eixo São Francisco* e da praça Generoso Marques. Fonte: aerofoto de 1966 manipulada pelo autor com base no Plano Diretor de 1966 e no PRSHC de 1970.

Com o estabelecimento de tais critérios, percebe-se que os limites da *área de estudo* foram reformulados de forma mais seletiva e restritiva em relação à proposta de Jaime Lerner, tendo sido removidas as áreas consideradas “comprometidas” quanto à qualidade paisagística e a unidade e homogeneidade arquitetônica. Nesse sentido, as áreas indicadas por Lerner que não estivessem localizadas entre os monumentos tombados individualmente, e que não se enquadrassem nos critérios de seleção estabelecidos, eram excluídas já nessa fase de definição da *área de estudo*.

Da proposta inicial de Lerner, eram excluídas a rua Saldanha Marinho [Figura 34 e Figura 35] e uma parcela das ruas Mateus Leme [Figura 36] e Riachuelo [Figura 37], provavelmente por não constituírem o entorno imediato dos bens tombados pelo Estado do Paraná. Embora fossem áreas ocupadas, pelo menos, desde o século XIX, eram caracterizadas pela presença de edificações mais recentes, de linguagem *art-deco* e modernas, permeadas por alguns edifícios mais altos.

Figura 34: Vista da rua Saldanha Marinho na quadra entre as ruas José Bonifácio e do Rosário, nas proximidades da Catedral.
Figura 35: Vista da rua Saldanha Marinho na quadra entre as ruas do Rosário e Dr. Muricy. Fonte: Autor, 2016.
 Embora a origem da via remonte ao período colonial, ela possui um conjunto de edificações heterogêneas: ecléticas, *art-deco* e modernas; entremeada por alguns edifícios mais altos. Fonte: Autor, 2016.

Figura 36: Vista da quadra da Rua Mateus Leme excluída do PRSHC. Provavelmente, foi excluída também devido à presença de edificações consideradas mais recentes para a época da elaboração do plano. Fonte: Autor, 2016.
Figura 37: Vista da quadra da Rua Riachuelo excluída do PRSHC. Provavelmente, foi excluída pela sua heterogeneidade, pela presença de edificações *art-deco* e, inclusive, pelas edificações mais recentes. Fonte: Autor, 2016.

Além dessas áreas, devemos mencionar que não foram incluídas na *área de estudo* as parcelas das ruas José Bonifácio [Figura 38] e do Rosário que seriam atingidas pela via *Estrutural Norte*. Conforme mencionamos anteriormente, tratava-se de áreas localizadas entre a Igreja da Ordem e a Catedral, entre a Igreja do Rosário e a Praça Tiradentes, caracterizadas pela prevalência de edificações ecléticas e de um gabarito mais baixo. Entretanto, por causa das prioridades viárias as áreas que seriam atingidas não teriam seus imóveis incluídos no estudo do PRSHC.

Figura 38: Vista do conjunto da Rua José Bonifácio no início da década de 1970. Algumas das edificações dessa via não foram incluídas no PRSHC em decorrência da proposta da via *Estrutural Norte*. Tratava-se de um conjunto que mantinha unidade e homogeneidade arquitetônica, com a predominância de edificações ecléticas, de gabarito até 3 pavimentos, ligando o Largo da Ordem à Catedral e à Praça Tiradentes, no fundo. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

Em contraposição à exclusão desses imóveis, é interessante mencionar o que diziam as referências teóricas apontadas na bibliografia do PRSHC a respeito de possíveis sacrifícios na malha urbana antiga. Zarębska esclarece que certos sacrifícios até poderiam ser necessários na cidade antiga em nome de novos investimentos e modernizações. Ela entende que *“não se pode preservar tudo e a todo preço duma maneira doutrinária, porque – no fim de contas – nada será preservado”*. Todavia, essas concessões em relação à preservação do conjunto urbano poderiam ser feitas desde que houvesse um estudo minucioso do sítio histórico e dos seus valores a serem preservados.³⁶

Padrão, por sua vez, questiona os sacrifícios na cidade antiga, criticando as práticas urbanísticas que se sobrepunham à cidade existente. Padrão também evidenciava em seu texto que certos sacrifícios na cidade antiga seriam possíveis desde que houvesse um estudo pormenorizado do problema a fim de *“harmonizar”* e salvaguardar os *“valores essenciais”* [sic] para a preservação do conjunto urbano:

³⁶ ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos...op. cit. In: *Arquitetura*...op. cit., 1968. p. 224.

“Entre nós, e até bem recentes tempos, urbanizar era fazer cidade nova no sítio da cidade antiga. A estação do Caminho de Ferro, necessidade deste século, deveria, no entender daquele urbanismo, ficar ligada por larga avenida com o edifício da Câmara Municipal; esta, no seu caminho triunfal, rasgava, esmagava e destruía toda a vivência centenária do burgo, sem a nada atender. O mesmo quanto às avenidas marginais que com suas largas rodovias – quantas vezes inúteis – tem vindo a separar os aglomerados urbanos do litoral do seu natural e directo contacto com o mar, sua razão e fenómeno principal do seu crescimento. A cidade, por imperativo do seu desenvolvimento deve ser retalhada quando necessário, é certo; porém, quantas e quantas vezes esse sacrifício é mero resultado da falta de cultura e de estudo do problema posto? Quantas e quantas vezes essa necessidade poderia ser satisfeita com acerto, harmonizando tudo, salvando valores essenciais?”³⁷ [grifo nosso]

Deste modo, como temos visto até o momento, não era considerado essencial preservar ou salvar a área que seria atingida pela via *Estrutural Norte*, embora fosse um conjunto que interligasse a região do Largo da Ordem à Catedral, ocupado, pelo menos, desde o final do século XVIII. A prioridade era atender as questões viárias, preservando apenas as áreas localizadas no entorno imediato dos principais monumentos tombados e que não fossem um “obstáculo” às diretrizes de planejamento urbano do município.

Além dessas áreas, devemos destacar que não foram incluídas no estudo do SH (nem no primeiro estudo de Lerner e nem no PRSHC) conjuntos que consideramos fundamentais para a história urbana da cidade. Trata-se da Praça Tiradentes e da Rua XV de Novembro, as quais permaneceram a parte de todo o PRSHC. Como já sabemos, essas áreas eram consideradas as mais centrais, verticalizadas e valorizadas do ponto de vista comercial e econômico da cidade. Trata-se também de áreas de origem colonial, porém localizadas fora do entorno imediato dos monumentos históricos tombados individualmente pelo Estado do Paraná.

A Praça Tiradentes, por exemplo, é considerada o marco zero da cidade, local onde nasceu de Curitiba no século XVII. Entretanto, para Lyra, tratava-se de um conjunto heterogêneo, marcado pela presença de algumas edificações de maior interesse de preservação, como a Catedral, porém com áreas mais verticalizadas. Na opinião de Lyra, tratava-se de um conjunto “comprometido”, ou seja, com intervenções irreversíveis e heterogêneas do ponto de vista arquitetônico e urbanístico. Segundo Lyra: “*Nós excluimos a Praça Tiradentes, porque o outro lado da praça estava todo comprometido. Porque, na realidade, fora a Catedral, você tinha algumas construções de interesse, mas entremeadas já de prédios grandes*”³⁸[grifo nosso]. Ademais, para a praça havia um projeto de requalificação paisagística em curso, e por essas razões também, percebemos que no PRSHC preferia-se deixá-la de fora da *área de estudo*. [Figura 39 a Figura 42].

A Rua XV de Novembro era caracterizada pela presença de edificações do final do século XIX e do século do XX, entremeada por diversos edifícios altos e contemporâneos para a época. Lembramos que no PPU a via era apontada por Wilhelm como a área mais verticalizada e comercial da cidade. Para essa área era previsto o projeto de pedestrianização, conforme abordamos no tópico 1.3.2. Com tal

³⁷ PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação...op. cit. In: *Arquitectura*...op. cit., 1969. p. 132.

³⁸ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

projeto seriam poupadas as edificações mais antigas dos alargamentos previstos para a área. Ademais, pelo fato da Rua XV ter diretrizes urbanísticas previstas, e por ser também um conjunto heterogêneo entremeado de vários edifícios altos, essa área não era incluída também no PRSHC.³⁹ No entanto, poucos anos depois, em 1974, esse conjunto seria objeto do primeiro tombamento estadual de paisagem urbana em Curitiba e no Paraná, motivado, sobretudo, pela pioneira obra de pedestrianização implementada durante a gestão de Jaime Lerner como prefeito (1971-1974), cujo impacto gerou diversos protestos e resistências por parte dos comerciantes locais. Retornaremos a esta questão no capítulo 3, no tópico 3.3, quando abordarmos a implantação das obras de pedestrianização no *Centro Antigo*. [Figura 43 e Figura 44]

Figura 39: Vista das quadras localizadas à nordeste da Praça Tiradentes. Estas quadras foram excluídas do PRSHC pela sua heterogeneidade arquitetônica, com edificações mais recentes, e pela presença de alguns edifícios altos, como o Edifício Barão do Serro Azul (o mais alto ao fundo) de autoria do arq. Elgson Ribeiro Gomes, construído em 1966. Fonte: Autor, 2016.

Figura 40: Vista da quadra localizada à noroeste da Praça Tiradentes. A face de quadra é marcada por edificações ecléticas e art-deco, entremeadas por alguns edifícios mais altos. Fonte: Autor, 2016.

³⁹ Questionamentos feitos por e-mail a Cyro Corrêa Lyra, respondido em 20.07.2016: “Moisés - Por que a Rua XV de Novembro não foi incluída na proposta do Setor Histórico? E por que anos depois, em 1974, essa área foi tombada pelo Estado do Paraná? O tombamento está relacionado ao projeto do calçadão? Cyro - Acredito que tenha sido o fato de haver uma desarmonia de altura, pela presença de edifícios de altura elevada em contraste com os sobrados do início do século vinte.”

Figura 41: Vista panorâmica da quadra voltada à sudeste da Praça Tiradentes. Essa é a face de quadra que possui mais edificações ecléticas, com algumas *art-deco* e modernas. Fonte: Autor, 2016.

Figura 42: Vista panorâmica da quadra voltada à sudoeste da Praça Tiradentes. É caracterizada pela presença de edifícios mais altos e mais recentes. Fonte: Autor, 2016.

Figura 43: Vista da Rua XV de Novembro, entre as av. Marechal Floriano Peixoto e a Al. Dr. Muricy.

Figura 44: Vista da Rua XV de Novembro no trecho entre a rua Monsenhor Celso e Barão do Rio Branco. Na década de 1960 e início da década 1970, tratava-se de uma das ruas mais verticalizadas de Curitiba – ao lado da rua Marechal Deodoro –, caracterizada pelo seu aspecto comercial e pela presença de edificações ecléticas e modernas. Por sua heterogeneidade foi excluída do PRSHC. Fonte: Autor, 2016.

Ainda em relação à questão das exclusões, é interessante contrapor com o que estava sendo discutido no **âmbito internacional**.

No contexto italiano, Cesare Brandi, hoje considerado um dos mais importantes teóricos italianos do campo do restauro e da história da arte do segundo pós-guerra, contribuiu significativamente com importantes reflexões e discussões no campo da preservação do patrimônio cultural, as quais repercutiram nas bases conceituais do *Restauro Crítico*. Brandi era autor de uma grande produção bibliográfica no âmbito da teorização do restauro, nas diversas considerações sobre intervenções em contextos antigos, e inclusive em análises sobre a política urbana italiana e planos diretores em centros históricos. Em sua produção teórica, Brandi traz uma visão alargada de monumento histórico, o qual podia ser estendido a sítios urbanos ou rurais, reconhecendo como monumento tanto os bens arquitetônicos singulares como aqueles de valor memorial ou simbólico, como conjuntos urbanos com edificações mais modestas.⁴⁰

No seu livro *Teoria da Restauração*, editado em 1963, Brandi traz questões teóricas acerca do restauro, baseadas na historiografia da arte e na estética. Tais questões são frutos de décadas de formulações teóricas e de sua experiência prática à frente do *Istituto Centrale del Restauro* em Roma. Para ele, a restauração é "*o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao*

⁴⁰ BRANDI, Cesare. Il Nuovo sul vecchio, 1964. In: **Il restauro: Teoria e Pratica**. p. 35. apud. RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano**...op. cit., 2013 p. 133. "*Nesse ponto se deve especificar que, por monumento, entendemos qualquer expressão figurativa, seja arquitetônica, pictórica, escultórica e também qualquer complexo ambiental que seja particularmente caracterizado por monumentos singulares ou simplesmente pela qualidade do tecido construtivo de que é formado, mesmo se não relacionado a uma só época.*"

futuro". Tal momento metodológico pressupõe a observância da dúplice instância da obra de arte: a instância estética que corresponde à qualidade artística pela qual uma obra de arte é uma obra de arte; e a instância histórica a qual lhe dá, como um produto humano, uma especificidade de um certo tempo e lugar.⁴¹

Em casos específicos e controversos, Brandi sugeriria a priorização da instância estética, pois uma singularidade da obra de arte em relação a outros produtos humanos não depende de sua consistência material e de sua historicidade, mas de sua artisticidade; que uma vez perdida restaria apenas resíduo. Apesar da prevalência da instância estética, Brandi menciona que a instância história não pode ser subestimada, pois a obra de arte possui uma dúplice historicidade: a primeira que coincide com o ato da criação e se refere ao artista, a um tempo e a um lugar; a segunda que se refere ao fato da obra existir no presente, carregando os traços de uma série de momentos que se tornaram passado. Trata-se, então, da valorização de todas as etapas pelas quais a obra foi submetida durante o percurso de sua existência. Tais princípios enunciados são defendidos por Brandi para aplicação na restauração de monumentos arquitetônicos e, inclusive, de ambientes externos e urbanos.⁴²

Herdeira direta das discussões do *Restauro Crítico* e, indiretamente, da teoria brandiana, estava a *Carta de Veneza* como documento final do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos em Veneza, em 1964. A Carta prescrevia uma síntese de consensos e indicações quanto à ampliação da noção de bem cultural edificado. No primeiro artigo da Carta, por exemplo, propunha-se uma noção de bem cultural mais alargada em relação a cartas anteriores, como a Carta de Restauração de Atenas, de 1931, a qual se restringia aos monumentos excepcionais e à preservação seu entorno.⁴³ A Carta de Veneza, ao invés de considerar bens culturais apenas "monumentos históricos e artísticos", designava o termo "monumento histórico" a obras arquitetônicas, sítios urbanos ou rurais, que não fossem, necessariamente, excepcionais do ponto de vista formal e documental, mas que tivessem adquirido um significado cultural. O interesse pelo reconhecimento como monumento histórico podia voltar-se a bens pelos seus aspectos materiais e simbólicos, onde não se estabelecia limites cronológicos ou estilísticos, podendo abarcar, inclusive, produções arquitetônicas mais recentes.⁴⁴

No caso do PRSHC, notamos certo descompasso na fase de definição da *área de estudo* com as discussões internacionais de preservação, como a teoria brandiana e a Carta de Veneza. Identificamos tal descompasso na exclusão de áreas importantes para a história da cidade – como a Praça Tiradentes

⁴¹ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. pp. 25-33.

⁴² Ibid.

⁴³ KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 18. n.2. jul-dez. 2010. p. 307. Na Carta de Restauro de Atenas, de 1931, o termo monumento aparece voltado a obras de grande interesse histórico-artístico, predominando a designação do século XIX quanto à noção de patrimônio histórico edificado.

⁴⁴ Carta de Veneza: Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Veneza, maio de 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. p. 92.: "Art. 1º A noção de monumento histórico compreende a criação arquitetônica isolada, bem como o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico. Estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural. "

e a Rua XV de Novembro –, em função da heterogeneidade arquitetônica dos conjuntos, em detrimento dos valores históricos, simbólicos e memoriais que aqueles espaços representavam e representam para a cidade. Verificamos que apesar dos esforços de Lyra em pensar o SH como conjunto urbano a ser protegido como patrimônio histórico da cidade, os critérios de seleção eram baseados sobretudo na instância estética. A instância histórica, por sua vez, não era priorizada, pois as áreas excluídas não foram estudadas e analisadas ao longo do PRSHC. Ao que parece, a definição da *área de estudo* não tinha o intuito de compreender o conjunto urbano como um documento da história da ocupação urbana de Curitiba, mas apenas a identificação de áreas de maior qualidade ambiental que poderiam compor um conjunto urbano idealizado, seguindo os critérios estéticos apontados nesse tópico.

A partir da definição da *área de estudo*, Lyra iniciava a análise pormenorizada do conjunto urbano levando em consideração critérios de expressividade arquitetônica de cada edificação, os gabaritos, os usos existentes e as condições de calçamento, pavimentação e iluminação da área, os quais serão apresentados e discutidos no tópico a seguir.

2.2. A FASE DE ANÁLISE

Definida a *área de estudo*, Lyra passava a elaborar a análise do conjunto urbano composto por 208 imóveis. A análise incluía o exame, a valoração e a hierarquização das soluções arquitetônicas de cada edifício; o estudo da relação de alturas das edificações; a identificação dos usos existentes; e um diagnóstico das condições dos calçamentos, pavimentação e iluminação da área. O objetivo dessa análise era de fornecer subsídios para a delimitação do conjunto urbano a ser protegido, para a classificação de cada bem em graus de prioridade de preservação, e para as propostas de revitalização por meio de intervenções arquitetônicas e urbanísticas com a inserção de novos usos voltados ao turismo, cultura e lazer.

Como vimos no tópico 2.1.3, Lyra buscava selecionar conjuntos de edificações com características arquitetônicas mais homogêneas no entorno dos principais monumentos históricos. É importante ressaltar que não existia de fato uma área supostamente “homogênea”, mas sim áreas onde havia maior presença de edificações com características mais semelhantes do ponto de vista volumétrico, estilístico e de ocupação, embora, algumas delas fossem entremeadas por edificações mais altas e de diversos períodos. Por isso, na fase de análise, partia-se para o estudo de cada edificação, com o intuito de identificar os bens que se enquadrassem nos critérios estéticos estabelecidos para compor o SH.⁴⁵

Para atingir tal objetivo, identificamos que era adotado um método de seleção, classificação e hierarquização de bens arquitetônicos sugerido por Joaquim Cabeça Padrão, no texto que mencionamos no tópico 2.1.2. Este método de classificação era presente em diversos conjuntos

⁴⁵ Para rever os critérios estéticos estabelecidos, voltar ao tópico 2.1.3, na página 135.

urbanos tutelados de cidades europeias que Padrão cita em seu texto: São Tiago de Compostela, Toledo, Ávila e Sevilha na Espanha; Bath e Norvick na Inglaterra; Edimburgo na Escócia; e Saint-Michel na França; e diversas cidades italianas.⁴⁶ Apesar de citar estas cidades, Padrão exemplifica a aplicação do método de classificação e hierarquização com o caso do Centro Histórico de Funchal, em Portugal.

Segundo Padrão, em Funchal a classificação tinha como objetivo definir as áreas mais homogêneas e recuperáveis no entorno dos principais monumentos nacionais, com o intuito de obter uma unidade arquitetônica por meio do conjunto de edificações classificadas. Neste caso, a classificação seguia as seguintes prioridades: 1º priorizava-se identificar os bens de maior qualidade arquitetônica e isentos de alterações; 2º identificavam-se bens de qualidade arquitetônica, mas alterados; 3º identificavam-se os edifícios considerados sem valor arquitetônico, mas que poderiam ser preservados volumetricamente como acompanhamento dos bens mais importantes; 4º os bens considerados dissonantes no conjunto pelo seu volume, expressão arquitetônica, tipo de acabamentos ou que constituíssem uma “*perturbação plástica no conjunto classificado*” [sic]; por último, os bens dissonantes mas recuperáveis do ponto de vista arquitetônico para se “*harmonizarem*” [sic] ao conjunto classificado.⁴⁷

Na leitura do PRSHC, percebemos que se optava, então, por classificar e hierarquizar as edificações quanto à expressividade e solução arquitetônica, em função dos seguintes itens identificados:

- Fixação de um recorte temporal específico a fim de obter áreas com maior unidade;
- Avaliação dos bens quanto à expressividade e qualidade das soluções arquitetônicas e paisagísticas;
- Avaliação das edificações quanto ao estado de caracterização de sua suposta condição “original”;
- Avaliação da altura das edificações.

O primeiro item de análise da arquitetura era o recorte histórico, que abrangia bens edificadas desde o século XVIII até o início do século XX (final da década de 1910). Estes eram representados por uma minoria de edificações coloniais existentes, e por uma maioria de bens de linguagem eclética, de inspiração neoclássica, neogótica, *art-nouveau*, e inclusive, da imigração germânica e italiana.

Vimos anteriormente, no tópico 1.3.1.2, que pouco restara do período colonial em Curitiba, mas apenas o traçado urbano de suas vias, as praças e os largos, além de algumas poucas edificações. Além desses remanescentes, faziam parte do recorte histórico bens ecléticos do final do século XIX e início

⁴⁶ Segundo Padrão, a classificação de bens em conjuntos urbanos protegidos era recorrente em diversas cidades europeias: “*São Tiago de Compostela em Espanha, é toda uma cidade classificada; o mesmo quanto a Toledo, Ávila, Sevilha, etc. Ainda em Inglaterra – onde um exaustivo inquérito que durou 10 anos ocupou centenas de técnicos na classificação de todos os prédios e sítios de interesse naquele país existentes – notaremos: Bath e Norvick. Na Escócia, grande parte da sua capital, Edimburgo, encontra-se classificada e como tal é tratada. Em França, desde o Monte de Saint-Michel até largas áreas de Paris, contam-se por muitas dezenas os aglomerados urbanos classificados, dos quais muito já trabalhados. Na Itália, país riquíssimo nestes aspectos que temos vindo a referir, os casos classificados multiplicam-se. Assim por todo o mundo culto.*” Conforme PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação...op. cit. In: **Arquitectura**...op. cit., 1969. p. 134.

⁴⁷ PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação...op. cit. In: **Arquitectura**...op. cit., 1969. p. 134.

do século XX, como: a Sociedade Garibaldi da comunidade italiana de Curitiba; a casa de Inácio Paula França de linguagem germânica; o Palacete Wolf; e a casa da família Hoffmann. Fechavam o recorte temporal e estilístico aqueles bens tombados pelo Estado do Paraná de inspiração *art-nouveau* como o Paço da Liberdade e o *Belvedere* na Praça João Cândido.

Não faziam parte desse recorte os bens arquitetônicos posteriores às primeiras décadas do século XX, representados pela linguagem *art-déco*, neocolonial e, inclusive, aqueles mais contemporâneos. Entre eles podemos citar: a Igreja Presbiteriana, de inspiração neoclássica e construída a partir da década de 1930; e a Igreja do Rosário, de linguagem neocolonial e construída entre 1938 e 1951. Percebe-se que a não priorização desses imóveis dava-se, principalmente, pela preferência a estilos arquitetônicos como o colonial e a determinados exemplares ecléticos.

Outros itens de análise das edificações eram a expressividade e qualidade arquitetônica das edificações e a sua inserção na paisagem. Percebemos no PRSHC que estes não eram critérios muito claros, pois eram baseados na percepção do arquiteto e, por isso, sujeitos a doses de subjetividade. A própria arquitetura eclética, que fazia parte do recorte histórico estabelecido, estava sujeita a julgamentos e, inclusive, preconceitos estilísticos, que eram frequentes naquela época especialmente por parte dos representantes do movimento moderno. No próprio PRSHC definia-se os exemplares final do século XIX e início do XX como “miscelânea estilística”, citando a definição de Monteiro Lobato de “carnaval arquitetônico”.⁴⁸ Seguia-se, portanto, o pensamento vigente sobre o estilo eclético entre os arquitetos da época.

Por causa desse pensamento, veremos adiante que alguns exemplares desse período foram desconsiderados no processo de valoração e hierarquização dos bens do SH. Após uma apurada seleção, preservar-se-ia os poucos exemplares coloniais existentes e apenas alguns representantes do ecletismo curitibano, pois, afinal de contas, era o que mais havia naquela região de Curitiba.

O outro item da análise arquitetônica era o estado de alteração das edificações quanto a um suposto estado original. Dos poucos bens coloniais, podemos afirmar que nenhum deles apresentava mais suas “feições originais”, pois já tinham sido reformados precedentemente. A Igreja da Ordem foi neogotizada no final do século XIX, e as casas coloniais receberam platibandas e demais alterações em suas fachadas. Dos bens ecléticos, citamos o Palacete Wolf que tinha sido alterado em sua feição primitiva com o acréscimo de platibandas, com alterações de alguns dos vãos da fachada frontal e, também, com adaptações nas suas áreas internas. Na opinião de Lyra, apesar desses bens terem passado por alterações e acréscimos, eram passíveis de recuperação, algo que não chegava a invalidar a “*intenção preservadora*” [sic]⁴⁹.

O último item refere-se à análise da altura das edificações do setor. Percebe-se que, embora o conjunto mantivesse o baixo gabarito, havia tendência por verticalização da área em função de sua proximidade com as ruas XV de Novembro e Marechal Deodoro. Entretanto, até 1970, as áreas

⁴⁸ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. pp. 3 e 4.

⁴⁹ Ibid. p. 2.

verticalizadas – acima de três pavimentos – do conjunto analisado correspondiam apenas a 8,6% da área total. Os conjuntos mais verticalizados eram: a rua Riachuelo, em função de ser uma área mais comercial e por estar mais próxima à Rua XV de Novembro; parte da Rua São Francisco, entre a Barão do Serro Azul e rua Riachuelo; e parte da rua do Rosário. A respeito da tendência à verticalização, é interessante mencionar que, pelo menos, dois edifícios altos estavam sendo construídos na rua Riachuelo na época da elaboração do plano.⁵⁰

A partir do cruzamento da avaliação desses parâmetros e da metodologia sugerida por Padrão, a análise do conjunto resultava na seguinte classificação arquitetônica dos bens: [Figura 45]

- a. Unidades de 1º grau – são aquelas de maior valor seja pelo significado histórico ou seja pela expressão arquitetônica.
- b. Unidades de 2º grau – são aquelas de menor importância como obra de arquitetura, mas por pertencerem à mesma época das principais unidades de 1º grau do Setor, sua presença contribui decididamente para a tônica paisagística do conjunto.
- c. Unidades alteradas – são aquelas cujas modificações exteriores embora alterando substancialmente sua arquitetura, não provocaram, contudo, uma deformação irremediável.
- d. Unidades neutras – são aquelas que destituídas de importância como expressão arquitetônica não prejudicam, porém, o conjunto; e
- e. Unidades conflitantes – são aquelas que prejudicam o conjunto conflitando plasticamente com os prédios de 1º e 2º grau.⁵¹

Figura 45: Mapa 01 – análise da arquitetura. As cores representam os graus atribuídos a cada bem arquitetônico na área de estudo do plano. Em preto, estão as Unidades de 1º grau e em vermelho de 2º grau. No final dessa dissertação, nos anexos, encontra-se o Mapa 01 em tamanho maior para visualização. Fonte: IPPUC, 1970.

⁵⁰ IPPUC. *Plano de Revitalização...* op. cit., 1970. p. 26.

⁵¹ Ibid. p. 5.

Para a categoria *Unidades de 1º grau*, era considerada a representatividade arquitetônica do edifício de determinada época, a sua “*originalidade em termos regionais*”[sic] – edificações com linguagem própria da região com influências da imigração europeia – e a sua função na história local.⁵² Nessa categoria, destacavam-se os edifícios já tombados pela DPHA com as respectivas justificativas de classificação apresentadas no PRSHC:

- Paço da Liberdade: como expressão da arquitetura eclética com influências *art-nouveau*, e como técnica construtiva, refletindo o “*bom nível artesanal atingido por Curitiba no início do século XX*”[sic]. Esse edifício foi objeto de obra de restauração, entre 1972 e 1974, que abordaremos no capítulo 3, no tópico 3.4.4. [Figura 46];
- A Praça João Cândido composta por:
 - *Belvedere*, como expressão do movimento *art-nouveau* – considerado no PRSHC como modismo arquitetônico importado –, cuja implantação e inserção paisagística foi considerada “*excelente*”[sic], por se situar no centro da praça, numa posição elevada e no eixo da Rua Ébano Pereira;
 - As ruínas de São Francisco, apenas como elemento de composição da paisagem, na opinião de Lyra⁵³ [Figura 47 e Figura 48]

Figura 46: Paço da Liberdade. Em estilo eclético com elementos de inspiração art-nouveau, foi construído entre 1914-1916 pelo prefeito e engenheiro Cândido de Abreu para sediar o Paço Municipal. A sede do município funcionou no prédio até 1966. Fonte: Autor, 2014.

Figura 47: Praça Dr. João Cândido e o *Belvedere*. Em estilo art-nouveau, foi construído em 1915 pelo prefeito Cândido de Abreu, sob a Colina do Alto São Francisco. (Unidade E-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

⁵² IPPUC. *Plano de Revitalização*...op. cit., 1970. p. 7.

⁵³ Ibid. p. 10. No PRSHC, menciona-se que: “*Os restos de edificação antiga conhecidas popularmente por “ruínas de s. Francisco” possuem um interesse maior por se constituir em excelente material paisagístico (paredes de pedra, em meio à natureza). Não tem importância em si, pelas pequenas dimensões que apresenta e pela ausência de significado histórico. Define-se, portanto, seu valor como elemento de composição da paisagem. O fato de estar em uma praça garantiu até agora sua sobrevivência.*” A ausência de significado histórico é algo muito controverso pois trata-se de uma ruína de um templo que estava em construção ainda no período colonial. Provavelmente Lyra baseia sua análise no fato de que os remanescentes da igreja não estão relacionados a fatos históricos importantes e memoráveis da cidade.

Figura 48: Praça Dr. João Cândido e as Ruínas de São Francisco. Trata-se de remanescentes da parte frontal da Capela de São Francisco de Paula, iniciada no século XVIII, porém nunca concluída. No início do século XX, havia a Capela-Mor que foi demolida em 1915 para a construção do *Belvedere*. (Unidade E-2 do Mapa 01) Fonte: Autor, 2015.

Além desses bens, destacavam-se também como *Unidades de 1ª Grau*: edificações com influências germânicas como o atual Solar do Rosário e a atual Galeria de Arte “Um Lugar ao Sol”, seja pela expressão da arquitetura eclética, pela volumetria, pela cobertura de telhas germânicas e pela presença de sótão; o conjunto de edifícios ecléticos do antigo hotel São José e do Solar dos Guimarães, o conjunto da Casa Hauer e da antiga Companhia das Anilinas, e a Casa Hoffmann pelo seu interesse arquitetônico; o conjunto de sobrados ecléticos na Praça Generoso Marques como ambientação do Paço Municipal; a Casa Vermelha e o seu pavilhão posterior, pelo esmero de sua solução construtiva em madeira.⁵⁴ [Figura 49 a Figura 57]

Figura 49: Atual Solar do Rosário. Antiga residência de Ignácio de Paula França, foi construída no final do século XIX. Na época do PRSHC, a casa estava em condições precárias de conservação. (Unidade K-15 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 50: Atual Galeria de Arte “Um lugar ao Sol”. Na época do PRSHC era Escola de Saúde Pública do Paraná. (Unidade D-12 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015. Esta casa e o Solar do Rosário exemplificam aquilo que Lyra aponta como arquitetura “peculiar de Curitiba”, ou seja, linguagem eclética e de influência germânica, com sótão e frontão com volutas.

⁵⁴ IPPUC. *Plano de Revitalização*...op. cit., 1970. pp. 7-25.

Figura 51: O antigo Solar da família Guimarães e, na esquina, o antigo Hotel São José e Machadinho (hotel de alta rotatividade). Para Lyra, o imóvel de esquina tratava-se de um dos melhores exemplos de arquitetura neoclássica de Curitiba. Entretanto, aponta que o imóvel estava em péssimo estado de conservação, com diversas intervenções internas realizadas “*sem critério*”[sic]. (Unidade N-10 e N-11 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 52: Casa Hoffmann. Construída em 1892, foi projetada pelo arquiteto alemão Neumann para a família de Joseph Hoffmann. (Unidade K-8 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 53: Ferragens Hauer. (Unidade O-4 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2014.

Figura 54: Antiga Companhia das Anilinas. (Unidade O-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Ambas edificações formam o pano de fundo da Catedral Metropolitana de Curitiba. Para Lyra, o interesse nesses bens, como arquitetura, estava no excesso de ornamentação das fachadas, condizente com o ecletismo do final de século XIX.

Figura 55: Conjunto de sobrados no entorno do Paço da Liberdade. (Unidades S-5 e S-7 do Mapa 01). A edificação do meio foi classificada como *Unidade de 2º grau* (Unidade S-6 do Mapa 01). Tratam-se de sobrados do início do século XX. Os sobrados desempenham o papel de ambientação do Paço da Liberdade na Praça Generoso Marques. Fonte: Autor, 2016.

Figura 56: A Casa Vermelha. Classificada como *Unidade Neutra*, dá acesso ao pavilhão aos fundos, classificado como *Unidade 1º grau* (Unidade L-13 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 57: Pavilhão dos fundos da Casa Vermelha. Fonte: Autor, 2016.

Trata-se de duas construções distintas que sediaram comércio e empresas ligadas ao ramo de ferragens. Para Lyra, seu valor arquitetônico estava na solução construtiva em madeira do pavilhão posterior. Atualmente o imóvel está ocupado pelo *Schwarzwald Bar do Alemão*.

Na categoria ***Unidades Alteradas***, foram classificados aqueles bens que passaram por modificações em suas fachadas, muitas delas com ornamentações escondidas por aparatos publicitários, mas que, em geral, eram consideradas passíveis de reconversão. Faziam parte dessa categoria:

- A Igreja da Ordem: Para Lyra, a reforma do final do século XIX era considerada carente de valor artístico, pois afinal a igreja colonial recebeu uma roupagem neogótica. No entanto, Lyra considerava que a edificação possuía significado para a história da cidade por ser a única igreja remanescente do período colonial e por marcar com seu volume a paisagem do Largo da Ordem. Essa Igreja foi objeto de obra de restauração entre 1978 e 1979, a qual abordaremos no capítulo 3, no tópico 3.4.5. [Figura 58];
- A atual Casa Romário Martins – na época armazém do Sr. Roque Piekarz – localizada no Largo da Ordem, é considerada a construção mais antiga do Setor depois da Igreja da Ordem. Apesar de algumas alterações em sua feição colonial – alguns vãos alterados, inserção de platibanda, aparatos publicitários, etc. –, guardava ainda características específicas desse período, consideradas passíveis de restauração. Essa casa também foi objeto de obra de restauração, entre 1971-1973, a qual abordaremos no capítulo 3, no tópico 3.4.3.2. [Figura 59];
- O Palacete Wolf, construído na década de 1870 pelo austríaco Joseph Wolf, passou por diversos usos, entre eles: Colégio, sede da Prefeitura e Quartel. Na época do PRSCH, possuía na fachada platibandas e um vão alterado. Internamente, alguns cômodos tinham sido alterados. Para Lyra o valor da edificação estava na arquitetura oitocentista e, também, no sistema construtivo de uma de suas paredes internas em “enxaimel”. O imóvel também foi objeto de obra de restauração, entre 1974-1975, que abordaremos capítulo 3, no tópico 3.4.3.3. [Figura 60];

- O Palácio Garibaldi, construído entre 1887 e 1904, é sede da Sociedade Italiana Beneficente “Giuseppe Garibaldi”. Para Lyra, o valor da edificação estava mais relacionado à sua inserção na paisagem da Praça Garibaldi do que pela expressividade e solução arquitetônica. No PRSHC, o imóvel foi considerado alterado pela construção de um edifício anexo aos fundos [Figura 61];

Figura 58: Igreja da Ordem de São Francisco das Chagas. Construída em 1737, foi reformada entre 1879-1880 por imigrantes alemães que a adaptaram a uma linguagem neogótica. (Unidade K-5 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 59: Casa Romário Martins. Construída no século XVIII, é um dos poucos remanescentes do período colonial em Curitiba. Na época do PRSHC, possuía platibanda e alguns vãos alterados. (Unidades O-6 e 7 do Mapa 01). Fonte: IPHAN, 1970.

Figura 60: Palacete Wolf. Construído na década de 1870 por José Wolf, passou por diversos usos, entre eles colégio e prefeitura. Na época do PRSCH, possuía na fachada platibandas e um vão alterado. Internamente, alguns cômodos tinham sido alterados. (Unidade I-6 do Mapa 01). Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC, década de 1960.

Figura 61: Palácio Garibaldi. Construído entre 1887 e 1904, é sede da Sociedade Italiana Beneficente “Giuseppe Garibaldi”. Para Lyra tratava-se de construção neoclássica mais recente, e que o seu valor estava relacionado à inserção na paisagem da Praça Garibaldi. No PRSHC, Lyra considerava a sua arquitetura “prejudicada” pela construção de um anexo aos fundos. (Unidade E-4 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

- Os seguintes edifícios no entorno do Paço da Liberdade: a Casa Edith, construída em 1879 em estilo neoclássico, era considerada a edificação mais antiga existente no entorno do Paço da Liberdade. Na época do PRSHC, possuía alguns de seus vãos do térreo alterados que davam acesso a uma pastelaria. E o Palácio Hauer-Frischmann construído por um engenheiro alemão na década de 1890 para a família Hauer. Para Lyra, o valor dessas edificações estava na arquitetura eclética de inspiração neoclássica, bem como, na função de ambientação do Paço da Liberdade. [Figura 62 e Figura 63]

Figura 62: Casa Edith. Construída em 1879, em estilo neoclássico, localiza-se na Praça Generoso Marques, no entorno do Paço da Liberdade. Na época do PRSHC, possuía alguns de seus vãos do térreo alterados, os quais davam acesso para uma pastelaria. (Unidade U-11 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 63: Palácio Hauer-Frischmann. Construído na década de 1890 para a família Hauer. Embora o edifício esteja voltado para a Pça. Tiradentes, este compõe também o entorno do Paço da Liberdade. (Unidade U-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Em relação à categoria *Unidades de 2º grau*, esta apresenta também uma série de critérios hierárquicos imprecisos e subjetivos. Trata-se da categoria de bens do mesmo recorte temporal e estilístico das *Unidades de 1º grau*, mas que foram rebaixados ao 2º plano no processo de hierarquização e valoração arquitetônica. Para Lyra o valor desses bens está relacionado, principalmente, à inserção paisagística no conjunto. Nesta categoria está, por exemplo, a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, um conjunto de edificações na rua São Francisco e algumas edificações dispersas pelo SH. [Figura 64 a Figura 70]

Desses bens, destacamos a Catedral Metropolitana que foi construída no final do século XIX por imigrantes europeus, em estilo neogótico, substituindo a antiga Igreja Matriz do período colonial. A colocação desse bem numa segunda categoria demonstra, claramente, critérios subjetivos baseados, provavelmente, em preconceitos estilísticos – tão recorrentes nessa época em âmbito nacional –, e talvez de aversão ao edifício pelo fato de ter substituído a Igreja Matriz do período colonial.

Sobre o preconceito pelo neogótico é interessante mencionar o que Maria Lucia Bressan Pinheiro nos recorda. Em 1920, Mario de Andrade publicava artigos intitulados “A Arte Religiosa no Brasil” na *Revista do Brasil*, nos quais considerava decadente a arquitetura religiosa produzida nas primeiras décadas do século XX, em razão das “miscelâneas estilísticas” que estavam surgindo, como o neogótico empregado em igrejas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.⁵⁵ O pensamento de Mario de Andrade, da década de 1920, ilustra bem como era encarada a arquitetura neogótica entre os intelectuais brasileiros que depois formaram o SPHAN, em 1937. Este pensamento era muito comum de se encontrar entre os arquitetos nos anos 1960 e 1970, e, inclusive hoje. Provavelmente, por esse motivo, a Catedral da capital paranaense continua até hoje sem reconhecimento como patrimônio cultural em nível estadual ou federal.

⁵⁵ PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. *Neocolonial, Modernismo e Preservação no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011. pp. 51 e 52.

Figura 64: Trecho do Mapa 01 – análise da arquitetura. Em preto, as *Unidades de 1º grau*. Em vermelho estão os bens classificados como *Unidades de 2º Grau*, como por exemplo a Catedral. Nota-se a maior concentração dessas unidades ao longo da rua São Francisco. Fonte: IPPUC, 1970.

Figura 65: Catedral Metropolitana de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Construída entre 1876-1893 em estilo neogótico, atrás da antiga Igreja Matriz de Curitiba, demolida entre 1875 e 1976. (Unidade P-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 66: Conjunto de sobrados na Rua São Francisco. Provavelmente, foram construídos nas primeiras décadas do século XX. (Unidades R-1, R-2 e R-3 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 67: Residência na Rua Jaime Reis, datada de 1919. Com as demais edificações adjacentes, compõe o pano de fundo da Praça Dr. João Cândido. (Unidade A-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 68: Antiga Vila Ida. Localizada na esquina das Ruas Augusto Stelfeld e Dr. Muricy, pertenceu à família de Paulo Groetzner e sua construção é datada de 1927. (Unidade P-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 69: Casa João Turin. Antiga residência da família de Luiz Bussmann, foi construída entre 1907-1910, e está localizada na rua Mateus Leme. (Unidade N-8 do Mapa 01) Fonte: Autor, 2015.

Figura 70: Casa localizada na esquina das ruas Mateus Leme e Treze de Maio. Trata-se de imóvel de linguagem colonial, embora sua feição tenha sido alterada pela inserção de platibanda e pela reforma na cobertura. Apesar de Lyra não tecer nenhum comentário no PRSHC sobre essa casa, ela apresenta nítidas feições coloniais pela sua volumetria, pelas janelas em arcos abatidos, e pelo beiral da fachada posterior em beira-seveira. (Unidade M-1 do Mapa 01) Fonte: Autor, 2015.

Em relação à categoria *Unidades Neutras*, esta também apresenta uma série de critérios imprecisos, subjetivos e com preferências estilísticas. Prevalciam nessa categoria bens cuja linguagem estava fora do recorte histórico e estilístico estabelecido por Lyra – neocolonial, *art-deco*, etc. –, embora houvesse também alguns exemplares de arquitetura eclética, da imigração e de inspiração *art-nouveau* rebaixados no quadro de classificação arquitetônica. Para Lyra, essas edificações não possuíam importância arquitetônica ou paisagística e nem mesmo prejudicavam a harmonia tão desejada para o SH. Por esse motivo, Lyra as denominava como “neutras”. Nesta categoria estão: a Igreja do Rosário, o Palácio São Francisco, alguns conjuntos de edificações nas vias Jaime Reis e Riachuelo, nas proximidades da Praça Garibaldi, e outros tantos dispersos pelo conjunto. [Figura 71 a Figura 77]

Figura 71: Trecho do Mapa 01. Em cinza claro, as Unidades de Neutras, como a Igreja do Rosário e o Palácio São Francisco. Essas unidades estão dispersas na *área de estudo*, porém destaca-se a maior concentração na Praça Garibaldi. Fonte: IPPUC, 1970.

Figura 72: Igreja do Rosário. Construída em estilo neocolonial entre 1938-1951, no local da antiga Igreja do Rosário do século XVIII, demolida em 1937. Está localizada no Largo do Rosário, atualmente denominada como Praça Garibaldi. (Unidade H-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 73: Palácio São Francisco. Antiga residência de Julio Garmatter, foi construída entre 1928-1929. Compõe o pano de fundo da praça Dr. João Cândido. (Unidade F-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 74: Conjunto de edificações do início do século XX, que compõem o pano de fundo de uma das laterais da Praça Dr. João Cândido, na Av. Jaime Reis. (Unidades A-4 e A-5 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 75: Conjunto de edificações na Rua Riachuelo, provavelmente das primeiras décadas do século XX, localizadas nas proximidades do Paço da Liberdade. (Unidades Y-8, Y-9 e Y-10 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 76: Sede da Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko. Foi construída na década de 1930 e está localizada na esquina das ruas Ébano Pereira e Kellers. (Unidade G-1 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 77: Conjunto de edificações, do início do século XX, localizadas no início da Rua Dr. Muricy. A edificação à direita é datada de 1913. (Unidades G-7 e G-8 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Desses bens, citamos a Igreja do Rosário construída entre 1938 e 1951, em estilo neocolonial, a qual substituiu a antiga igreja do período colonial. Embora a Igreja tivesse grande destaque na paisagem do SH, em particular da praça Garibaldi, havia – e ainda há – também doses de rejeição ao neocolonial. Podemos ilustrá-la com uma citação do parecer de Lucio Costa de 1973, referente ao Solar do Monjope – exemplar da arquitetura neocolonial no Rio de Janeiro – que considerava aquela arquitetura como um equívoco e por isso não previa a possibilidade de tombamento federal:

“O chamado “Solar Monjope” é um falso testemunho, exemplo de como uma casa brasileira nunca foi. A tarefa inicial do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional consistiu em desfazer o equívoco que levou a essa pseudo-reconstituição.” [grifo nosso]⁵⁶

Em depoimento percebemos que Lyra também compartilha da mesma visão do neocolonial como Lucio Costa e, por esse motivo, no PRSHC não se considerava a Igreja do Rosário como um bem importante para a preservação do SH, mas apenas uma edificação sem maior importância arquitetônica e paisagística, classificada como “neutra”.

“[Lucio Costa] ele chegou a acreditar no neocolonial antes de aderir ao modernismo. Depois um dos líderes do neocolonial, que era José Marianno Filho, fica furioso com Lucio Costa, faz artigos chamando ele de traidor, o Lucio Costa passa a condenar o neocolonial, sabiamente. O neocolonial era um equívoco. Era melhor proteger o colonial do que ficar repetindo ele. Era um estilismo, uma visão estilística, não tinha mais nada a ver.” [grifo nosso]⁵⁷

Em relação à categoria **Unidades Conflitantes**, prevalece como critério aquelas edificações com gabarito mais alto e fora do recorte estilístico e histórico proposto por Lyra, concentrando exemplares de linguagem art-déco e moderna. Esta categoria também apresentava critérios imprecisos e subjetivos, pois edificações de linguagem *art-deco* que se harmonizavam com o conjunto urbano – em gabarito e volumetria –, ao invés de serem classificadas, pelo menos, como “neutras”, foram consideradas conflitantes sem justificativa alguma expressa no plano.

Pertencem a estas unidades, principalmente: os edifícios mais altos do SH como o Hospital do INSS, os edifícios das ruas Riachuelo e São Francisco e o edifício do colégio da Divina Providência, entre outros; a Igreja Presbiteriana; o conjunto de edificações na Rua Riachuelo e em trechos das laterais do Paço da Liberdade; entre outras. [Figura 78 a Figura 84]

⁵⁶ COSTA, Lúcio. Parecer: Solar Monjope 1973. In: PESSOA, José (org.). **Lucio Costa: documentos de trabalho**. Brasília: IPHAN, 1999,

⁵⁷ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28/01/2016.

Figura 78: Conjunto de edificações art-déco localizadas na esquina das ruas Riachuelo e Alfredo Bufrem. (Unidades X-1 e X-2 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 79: Conjunto de edificações art-déco e ecléticas, localizadas na lateral direita do Paço da Liberdade. (Unidades T-1, T-2, T-3, T-4 e T-5 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 80: Igreja Presbiteriana de Curitiba. De inspiração neoclássica, foi construída na década de 1930. Nas suas laterais foram construídos anexos em época posterior ao templo. (Unidades L-5, L-6 e L-7 do Mapa 01). Em verde, aos fundos está o edifício do INSS classificado como *unidade conflitante*. Fonte: Autor, 2015.

Figura 81: Edifícios no entorno do Paço da Liberdade, localizados na Rua Riachuelo. Na época da elaboração do PRSHC, o edifício em verde estava em construção, ilustrando a tendência de verticalização que havia na região. (Unidades Y-3, Y-6 e Y-7 do Mapa 01). Ao meio e em rosa, uma edificação eclética classificada como Unidade Neutra. (Unidade Y-5 do Mapa 01) Fonte: Autor, 2016.

Figura 82: Edifício na esquina das ruas Barão do Serro Azul e São Francisco. (Unidade Q-20 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 83: Conjunto de edificações *art-déco* na Rua Riachuelo. (Unidades Q-1 a Q-8 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 84: Trecho do Mapa 02 – Altura das edificações. Destacadas com círculos amarelos e tracejados estão as edificações mais recentes (para a época) com 4 ou mais pavimentos. Esses bens foram classificados como *Unidades Conflitantes*, no Mapa 01. O Mapa 2 encontra-se nos anexos dessa dissertação em maior tamanho para visualização. Fonte: IPPUC, 1970.

Por fim, a passemos às demais questões analisadas por Lyra na *área de estudo*: o uso do solo, a pavimentação e a iluminação.

Em relação ao uso do solo, como já sabemos, a área do SH era caracterizada pela presença de igrejas, escolas, residências, clubes étnicos – Sociedade Garibaldi da comunidade italiana e a Sociedade Polono-Brasileira Tadeusz Kosciuszko –, hospital, edifícios públicos e uma série de usos diversificados e mais populares: pensões, hotéis de alta rotatividade, cortiços, açougue, mercearia, lojas de ferragens, lojas de calçados, alfaiataria, autoescola, etc. Havia também na área, pelo menos, cinco pontos de “trottoir”⁵⁸ [sic] mapeados, os quais eram considerados no PRSHC como um dos prováveis motivos para a ausência de comércio de padrão elevado.⁵⁹

Na análise do PRSHC, aponta-se que prevaleciam edificações de uso misto, ou seja, com comércio no pavimento térreo e residência nos andares superiores, correspondendo a 42,8% das edificações analisadas. Em seguida estava o comércio com 22,5% da área e as residências com 21,4%. As áreas mais residenciais predominavam nas regiões mais altas do Setor em direção ao bairro São Francisco – ruas Claudino dos Santos, Jaime Reis, Kellers, etc. –, e o uso comercial nas partes mais baixas e próximas à Rua XV de Novembro – ruas São Francisco e Riachuelo, Praça Generoso Marques, etc.⁶⁰

[Figura 85]

⁵⁸ Expressão francesa para designar pontos de prostituição.

⁵⁹ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. pp. 26 e 27.

⁶⁰ Ibid.

Figura 85: Mapa 03 – Uso do Solo. As áreas mais comerciais localizavam-se nas proximidades da rua Riachuelo, embora também houvesse várias edificações de uso misto (residencial e comercial). As áreas mais residenciais localizam-se em direção à colina do Alto São Francisco. Fonte: IPPUC, 1970.

Como tendência, Lyra apontava o uso de terrenos vazios – resultantes de quintais e de edificações preexistentes demolidas – para atender como estacionamento as demandas da região central da cidade. Na época, havia pelo menos três grandes terrenos livres utilizados para estacionamento, localizados nas ruas Claudino dos Santos e São Francisco. Mais tarde, alguns desses estacionamentos foram ampliados com a demolição de imóveis adjacentes, não classificados no PRSHC como unidades a serem preservadas, conforme abordaremos no tópico referente à fase de proposta.⁶¹

No mapa 03, notamos que havia poucos imóveis desocupados.⁶² Mencionamos anteriormente, no tópico 1.1.5, que havia alguns edifícios que apresentavam certo grau de deterioração, porém, nessa época e em geral, não se tratava de área urbana abandonada ou em processo acelerado de degradação e arruinamento.

Por último, no PRSHC foram mapeados os tipos de pisos, calçamentos e iluminação do SH. Os pisos mais antigos eram encontrados ainda nas calçadas das ruas Claudino dos Santos, Mateus Leme, São Francisco e José Bonifácio. Todos de pedra – irregular ou sem junta –, porém em condições precárias, sendo necessária uma intervenção de recuperação. As demais pavimentações encontradas eram o *petit-pavé* (mosaico português), a lousa rejuntada e o ladrilho hidráulico. Destes, apenas a lousa e o *petit-pavé* foram consideradas em melhores condições de uso. Em relação às vias, predominava

⁶¹ IPPUC. *Plano de Revitalização*...op. cit., 1970. pp. 26 e 27.

⁶² Para identificar os poucos imóveis desocupados no Mapa 03, ir ao final da dissertação.

ainda a pavimentação com paralelepípedos. A iluminação era na maior parte em mercúrio e as ruas com pior iluminação eram as ruas Claudino dos Santos e Mateus Leme.

Tais estudos elaborados por Lyra fazem parte de metodologias próprias do planejamento urbano, recomendadas por Zarębska, conforme apontamos no tópico 2.1.2. No PRSHC não está explícito a finalidade de cada um desses estudos. Todavia, identificamos que no caso das calçadas e iluminação, tal estudo pode ter auxiliado nas decisões de escolha dos pisos. No caso do uso do solo, porém, não identificamos a sua finalidade, pois, na fase seguinte, apenas usos culturais foram propostos para algumas edificações do SH, conforme já estabelecia o Plano Diretor de 1966 em suas diretrizes gerais para a área. Porém, no caso dos gabaritos, tal estudo auxiliou na proposta de delimitação do conjunto, na qual foram excluídas da poligonal de proteção as edificações mais altas, conforme veremos a seguir.

2.3. AS PROPOSTAS DO PRSHC

A partir da análise do conjunto urbano, Lyra elaborava a proposta de revitalização e proteção do Setor Histórico. Para isso, estabelecia uma série de medidas para preservar os exemplares arquitetônicos considerados mais significativos. Propunha resguardar o entorno imediato de cada um desses exemplares arquitetônicos de modo que as novas edificações que fossem construídas “beneficiassem” [sic] o conjunto.

Além disso, no PRSHC propunham-se usos considerados “adequados” para os bens, voltados ao desenvolvimento de atividades turísticas, culturais e de lazer. A justificativa para a destinação das edificações a esses usos era aquela que já abordamos anteriormente no capítulo 1, no tópico 1.5.1, referente à “carência” de atrações turísticas e de lazer em Curitiba, conforme apontavam os urbanistas, intelectuais e parte da imprensa. O intuito do plano era transformar o SH no polo turístico-cultural e de lazer da cidade por meio da implementação de propostas de proteção, intervenção e uso.⁶³

Em relação às propostas elaboradas para o SH, estas foram estruturadas em três partes:

- A primeira, refere-se às medidas de preservação: neste item, propunha-se a delimitação do Setor a ser protegido, excluindo as áreas analisadas consideradas de menor interesse de preservação. Nessa fase, era proposta uma nova classificação dos bens arquitetônicos com o intuito de indicar quais intervenções seriam propostas e admitidas para cada edifício do conjunto. Aliado a isso, foram previstos instrumentos legais de proteção e incentivos fiscais à preservação das edificações, como a isenção de impostos municipais;
- A segunda parte, refere-se às medidas urbanísticas: neste item versava-se sobre: o zoneamento de uso do solo; o sistema viário e a via *Estrutural Norte*; as ações de revitalização das praças; os parâmetros urbanísticos para a construção de novas edificações no conjunto; questões de

⁶³ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. p. 29.

calçamento, pavimentação e iluminação; bem como, parâmetros de ambientação, como a padronização de aparatos publicitários e a pintura das edificações;

- A terceira parte, refere-se às medidas turísticas: neste item previa-se a instalação de museus, pavilhão de exposições, incentivos para a instalação de estabelecimentos comerciais voltados ao aproveitamento turístico-cultural e ao desenvolvimento do lazer e algumas medidas para utilização do Largo da Ordem.

Nos tópicos a seguir, abordaremos as medidas de proteção, intervenção e de novos usos para o conjunto urbano com o intuito de compreendermos e discutirmos as propostas do PRSHC.

2.3.1. A preservação das unidades: seleção, exclusão, proteção e restaurações

A partir da análise do conjunto urbano, Lyra elaborou a proposta de delimitação do SH, seguindo os mesmos critérios estéticos abordados no tópico 2.1.3, porém de forma mais restritiva. Para a definição dos limites da poligonal de proteção, Lyra levava em consideração a classificação arquitetônica elaborada na fase de análise. A delimitação do conjunto baseava-se nas áreas com maior concentração de edifícios classificados como *Unidades de 1º grau* e *Unidades de 2º grau*, excluindo-se aquelas áreas onde havia maior concentração de edifícios classificados como *Unidades Neutras* ou *Unidades Conflitantes*. Constatamos que resultava dessa delimitação a exclusão de quadras voltadas para a rua Riachuelo – caracterizada pela maior presença de exemplares da arquitetura *art-déco* e por edifícios altos –, e também de terrenos voltados para as ruas São Francisco e do Rosário, também ocupados por alguns edifícios mais altos.

Em relação à rua Riachuelo é interessante acrescentar que em 1968, dois anos antes da elaboração do PRSHC, na imprensa local já se questionava a inserção dessa via no Setor Histórico de Curitiba:

Mas por que a Rua Riachuelo também? Por que na Riachuelo se podem contar pelos dedos os prédios realmente investidos de significado histórico que ali se localizam? Até um leigo, sem a mínima noção de engenharia ou arquitetura percebe que a maioria dos sobrados existentes na Riachuelo foi reformada, adaptada, completamente desfigurada. O tombamento, ali, vai chegar tarde. Pouco existe o que preservar. Será, assim, medida infrutífera e, em consequência, difícil de justificar. Em vez de tombamento (tombar o que?) a Riachuelo precisa é de modernização. Em vez de ser incluída na Curitiba do passado, precisa ser transferida para a Curitiba do futuro. Não há como compreender a sua inclusão no Setor Histórico Tradicional se a arquitetura da maioria das edificações já foi desfigurada. Além disso a Riachuelo tem uma função estratégica no fluxo do tráfego urbano. Em vez de “congelada” como relíquia histórica, deveria ser transformada em avenida moderna, estabelecendo ligação eficiente entre a Rua Barão do Rio Branco e a Praça Dezenove de Dezembro, em conexão com a Avenida Cândido de Abreu. Estaria articulado, assim, um eixo que cortaria a cidade de um extremo a outro. O desenvolvimento da cidade merece que os técnicos da Prefeitura meditem sobre essa solução, antes que fique sacramentado o equívoco de considerar “histórica” uma rua onde a fisionomia do passado já foi

irremediavelmente deformada e que merece ser incluída, isso sim, como uma das grandes avenidas da Curitiba do futuro.⁶⁴

Percebemos no trecho transcrito que havia certa resistência local para a inclusão da rua Riachuelo, devido à sua função de circulação e, certamente, ao seu caráter comercial e com tendência à verticalização. Ademais, constatamos no discurso do texto a clara ideia desenvolvimentista ligada à abertura de largas avenidas para privilegiar a circulação do tráfego viário. Apesar da exclusão de algumas quadras dessa via das propostas do PRSHC, nenhum alargamento foi executado nos anos sucessivos. O eixo da rua Riachuelo e Barão do Rio Branco foi considerado como setor especial de preservação apenas no ano 2000, quando foi feita a revisão do Plano Diretor de Curitiba.

Voltando à questão da delimitação da poligonal do SH: daquela *área de estudo* definida no início do PRSHC por Lyra, com 208 imóveis, foi delimitada uma poligonal de proteção mais restritiva que abrangia 147 imóveis, sendo que destes apenas 55 bens foram considerados como bens a serem preservados. Tal proposta, resultava também numa poligonal de proteção dividida em três partes, restringindo ao máximo a área do conjunto urbano a ser tutelado. [Figura 86 e Figura 87]

Figura 86: Trecho do Mapa 01. Assinalado em amarelo estão as áreas que Lyra identificou de menor interesse de preservação, em decorrência da predominância de edificações classificadas como *Unidades Conflitantes* e *Unidades Neutras*. Em amarelo estão as áreas estudadas no PRSHC, que foram excluídas da poligonal de proteção do SH. Fonte: IPPUC, 1970.

⁶⁴ PASSADO ou futuro? **O Estado do Paraná**. Curitiba, 29 de julho de 1968.

DELIMITAÇÃO DA POLIGONAL DO SETOR HISTÓRICO NO PRSHC

LEGENDA:

	Vias Estruturais. Em tracejado, os trechos previstos para demolição, conforme Plano Diretor, 1966.		Praça Tiradentes.
			Catedral Metropolitana.
	Vias peatonais: trecho central da rua XV de Novembro e da praça Generoso Marques, conforme Plano Diretor, 1966.		Praça Generoso Marques e Paço da Liberdade.
	Poligonal do SH: definida por Cyro Corrêa Lyra no PRSHC.		Largo da Ordem ou do Coronel Enéas; e Igreja da Ordem.
	Área de estudo: áreas analisadas por Lyra que não foram incluídas na proposta da poligonal de proteção do SH.		Igreja do Rosário.
	Bens tombados: Bens tombados pelo Estado do Paraná em 1966.		Ruínas da antiga Capela de São Francisco.

Figura 87: Mapa referente à delimitação da poligonal de proteção do Setor Histórico no PRSHC. Trata-se de uma proposta de delimitação do conjunto mais restritiva em relação à *área de estudo*, definida no início do plano. Fonte: aerofoto de 1966 manipulada pelo autor com base no Plano Diretor de 1966 e no PRSHC de 1970.

Nesse sentido, é interessante notar semelhanças na delimitação do SH com o pensamento de Lucio Costa, mencionado por Márcia Sant'Anna, para o qual o perímetro de proteção deveria se restringir ao estritamente necessário, de modo a não prejudicar os proprietários de áreas já bastante afastadas dos principais monumentos, onde não se justificava o rigor de ações de proteção.⁶⁵

⁶⁵ SANT'ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento...* op. cit. 1995. p. 138.

No caso curitibano, a delimitação do SH restringia-se também ao estritamente necessário dentro do discurso de ambiência, unidade e homogeneidade arquitetônica, excluindo aquelas áreas mais verticalizadas e heterogêneas onde não se julgava haver necessidade do mesmo rigor que nas áreas próximas aos monumentos históricos tombados. Ademais, é necessário acrescentar que havia certo temor por parte dos técnicos da prefeitura de que o decreto para a criação do Setor Histórico de Curitiba não fosse assinado pelo então prefeito da época, Omar Sabbag. Isto, porque se tratava de uma zona com relevante valor imobiliário, onde as imposições quanto à preservação deveriam se restringir apenas ao necessário.⁶⁶

A partir do conjunto delimitado, era proposta uma **nova classificação das edificações**, não mais acerca do valor arquitetônico dos bens, mas referente aos **tipos de intervenções ou restrições** que cada um dos imóveis teria. Esclarecemos que a classificação da fase de análise, apresentada no tópico 2.2, levava em consideração a qualidade arquitetônica e a inserção na paisagem, e tinha como intuito identificar os imóveis de maior importância no conjunto. Na classificação da fase de proposta, eram definidos os imóveis do SH que poderiam ser tombados individualmente, restaurados, reciclados ou, inclusive, substituídos.

Os bens foram classificados em três categorias, conforme descrição abaixo: [Figura 88]

- a. Unidades-monumento: Compreendem os prédios cujo valor histórico justifica um tombamento como Patrimônio Histórico do Estado do Paraná. Não existe, como já foi exposto, nenhuma unidade que se pudesse considerar um monumento nacional. Verificamos, contudo, que certas edificações, sendo representativas da história da região, constituem um Patrimônio do Estado e, como tal, devem ser tombadas pela Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná. Essa seria a primeira medida a tomar para a efetivação do Plano.
- b. Unidades de acompanhamento: Compreendem os prédios que, pela sua importância secundária, seja em termos de arquitetura, ou seja pelas modificações sofridas internamente, não podem ser incluídas na categoria de unidades-monumento. No entanto são parte integrante do conjunto e seu desaparecimento, ou mesmo sua adulteração, viriam comprometer a paisagem urbana característica do SH. Por este motivo sua integridade exterior deve ser mantida, ou em muitos casos recuperada a bem do conjunto.
- c. Unidades incaracterísticas: Compreendem os prédios destituídos de valor arquitetônico ou histórico. O desaparecimento dessas unidades não compromete por conseguinte o Setor, sendo, inclusive desejável para a renovação da área. As novas edificações não deverão, porém, atingir uma altura que venha prejudicar a escala do conjunto. Nesse sentido limitamos em dois pavimentos seu gabarito máximo.⁶⁷

⁶⁶ IPPUC quer preservar parte velha da cidade. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 04 de outubro de 1969. Nesta matéria, o arquiteto Rafael Dely do IPPUC faz declarações dizendo que acreditava que um decreto para a criação do Setor Histórico seria difícil de ser assinado pelo prefeito da época, Omar Sabbag, pois parte da área se tratava de uma zona de alto valor imobiliário.

⁶⁷ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. p. 30.

Figura 88: Mapa 05 – Medidas de Preservação. Em preto, estão as *Unidades-Monumento*; as *Unidades de Acompanhamento* estão representadas por um traço preto espesso; e as *Unidades Incaracterísticas* representadas em cinza claro. No final dessa dissertação, nos anexos, encontra-se o Mapa 05 em tamanho maior para visualização. Fonte: IPPUC, 1970.

Percebemos que essa classificação possui algumas correlações com aquela classificação arquitetônica da fase de análise. **Na maior parte dos casos**, podemos afirmar que:

- As *Unidades de 1º Grau* e as *Unidades Alteradas* passavam a ser as *Unidades-Monumento*;
- As *Unidades de 2º grau* e algumas *Unidades Neutras* passavam a ser as *Unidades de Acompanhamento*;
- E ainda as *Unidades Conflitantes*, com algumas *Unidades Neutras* localizadas nas suas proximidades, passavam a ser as *Unidades Incaracterísticas*. Estas poderiam ser, inclusive, demolidas e substituídas por novas edificações.

Todavia, devemos esclarecer que **essas correspondências não constituíam regras fixas e aplicáveis a todos os edifícios**, pois identificamos no plano que havia alguns casos em que *Unidades de 1º Grau* eram consideradas *Unidades de Acompanhamento*; e *Unidades de 2º grau* eram consideradas *Unidades-Monumento* ou ainda *Unidades Incaracterísticas*.

Ressaltamos que não está claro o porquê dessas divergências no PRSHC; como também não está explícito o porquê de terem sido adotadas classificações diversas: uma para analisar a arquitetura e outra para elaborar diretrizes gerais de intervenção.

Um exemplo dessas divergências são os imóveis localizados no **entorno do Paço da Liberdade**. Alguns desses edifícios foram classificados na fase de análise arquitetônica como *Unidades de 1º grau*, ou seja, de maior expressividade arquitetônica, e também como *Unidades Alteradas* [rever **Figura 55**, p.

148, e **Figura 62 e 63**, p. 151]. No entanto, na fase de proposta, esses bens foram classificados como de *Unidades de Acompanhamento*, ou seja, de importância secundária como expressão arquitetônica cujas restrições de intervenção deveriam versar apenas sobre a conservação das fachadas e dos aspectos volumétricos dos edifícios. Nesse caso, acredita-se que a classificação dos bens como *Unidade de Acompanhamento* se devia à composição da ambiência do Paço da Liberdade, que era considerado o “monumento maior”, e a possíveis alterações nos compartimentos internos dos imóveis.

O outro exemplo, é a **Catedral Metropolitana** que foi classificada na fase de análise como *Unidade de 2º Grau*, ou seja, de menor expressividade arquitetônica, mas que na fase de proposta foi classificada como *Unidade-Monumento*. O critério para a Catedral ter sido considerada uma *Unidade-Monumento*, ou seja, de grande importância para a história regional, também não está totalmente claro no PRSHC. Acredita-se que a Catedral foi colocada nessa categoria apenas por se tratar de um ponto referencial e de maior destaque na composição da paisagem do SH. [rever **Figura 65**, p. 152]

Todavia, ressaltamos que mesmo a Catedral tendo sido considerada *Unidade-Monumento* na fase de proposta, não foi prevista nenhuma ação de proteção no entorno dela. Esse fato acentua ainda mais a contradição da própria definição de *Unidade-Monumento*, pois para todas as outras *Unidades-Monumento* buscou-se preservar e definir regras para manutenção da ambiência de cada bem, conforme veremos adiante. Além disso, ressaltamos que as *Unidades-Monumento* deviam ser indicadas para o tombamento estadual. Esse fato que não se efetivou com a Catedral, provavelmente, em função do preconceito estilístico que havia entre os arquitetos – e infelizmente ainda há – em relação ao neogótico e ao próprio edifício que substituiu a antiga Igreja Matriz do período colonial.⁶⁸

As divergências continuam também em relação aos imóveis classificados como *Unidades de Incaracterísticas*. É o caso de um edifício localizado na rua Riachuelo [**Figura 89**], de linguagem eclética, que foi considerado, primeiramente, como *Unidade de 2º grau*, ou seja, de menor expressividade arquitetônica, mas que contribui para a “*tônica paisagística do conjunto*”[sic]. Contudo, na fase de proposta foi considerado uma *Unidade Incaracterística*, ou seja, destituído de valor arquitetônico ou histórico, e por isso passível de substituição. Há também um outro edifício nessa via que foi classificado como Unidade de 2º grau e na fase de proposta foi excluído, em função da exclusão de uma parcela da rua Riachuelo da poligonal de proteção. [**Figura 90 e Figura 91**]

Nos próximos tópicos, abordaremos as diretrizes gerais de proteção e intervenção para cada uma das respectivas classificações:

⁶⁸ Ofício nº 361/70 enviado pelo Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi, à Sra. Dalena Guimarães Alves, Chefe da DPHA, datado de 26 de novembro de 1970. No ofício, foram pedidos o tombamento de 15 imóveis do SH: edificação localizada na rua Jaime Reis, nº 134 [D-12]; Palácio Garibaldi; Palacete Wolf; Igreja da Ordem; Casa Hoffmann; edificação na Rua Claudino dos Santos, nº 90 [K-11]; Solar do Rosário; Casa Vermelha; edificação localizada no Largo da Ordem nº 152 [ao lado da Casa Vermelha]; antigo Hotel São José; Solar dos Guimarães; atual Casa Romário Martins; Ferragens Hauer [O-4]; antiga Companhia das Anilinas – propriedade da família Hauer; e o Paço da Liberdade. **Dos bens classificados como Unidades-Monumento, não constava na lista a Catedral Metropolitana.** Não foi localizada a resposta a esse ofício. Dos 15 imóveis listados, 2 já eram tombados – a Igreja da Ordem e o Paço da Liberdade desde 1966 – e apenas 3 foram tombados posteriormente: a Casa Romário Martins em 1971, o Palacete Wolf em 1981, e o Palácio Garibaldi em 1988. É curioso, mas não localizamos justificativas para o não tombamento dos outros bens nas pastas de documentos relativos ao Setor Histórico nos arquivos da atual CPC/SEEC.

Figura 89: Edifício na esquina das ruas Riachuelo e travessa Tobias de Macedo. Foi classificado na fase de análise como *Unidade de 2º Grau* e na fase de proposta classificado como *Unidade Incaracterística*. (Unidade R-14 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2015.

Figura 90: Edifício localizado na Rua Riachuelo, próximo à esquina com a Rua São Francisco. Também foi classificado como *Unidade de 2º Grau* e na fase de proposta foi excluído da poligonal do SH em função da exclusão daquela quadra da rua Riachuelo da proposta. (Unidade V-2 do Mapa 01). Fonte: Autor, 2016.

Figura 91: Trechos dos Mapas 01 e 05. Indicamos as divergências de classificação entre as distintas fases: classificação da arquitetura e classificação das medidas de preservação. Fonte: IPPUC, 1970.

2.3.1.1. Tutela e intervenções em Unidades-Monumento

Para os bens classificados como *Unidades-Monumento*, no PRSHC eram propostas uma série de diretrizes gerais de tutela e intervenção.

Como medida preliminar, primeiramente, era proposto o tombamento de todas as unidades que não fossem protegidas ainda, a fim de garantir a preservação desses imóveis. Nesse sentido, é importante esclarecer que em nível municipal não era previsto o instrumento do tombamento, mas apenas a criação de um decreto municipal para a proteção do conjunto e de todos os imóveis listados como de interesse de preservação.

O tombamento seria aplicado, no caso das *Unidades-Monumento*, apenas pelo Estado do Paraná, por haver bens considerados importantes para a história e arquitetura local e regional.

Não era prevista a atuação do IPHAN, pois deixava-se claro no PRSHC que no SH não havia bens que pudessem representar os “*verdadeiros valores nacionais*” [sic] e de excepcionalidade arquitetônica. Posteriormente, porém, em 1984, na época em que se instalava o escritório técnico do IPHAN no Paraná – vinculado à 9ª Coordenação Regional de São Paulo ⁶⁹ –, realizou-se primeiro e único – até o momento – tombamento federal de bem edificado em Curitiba: o Paço da Liberdade.

Em relação às intervenções, previam-se serviços de conservação, manutenção, consolidação, restauração e de revitalização para quase todas as *Unidades-Monumento*. Entre os serviços mais apontados estavam: obras consolidação de alvenarias; restauração de coberturas; obras de manutenção; pequenos reparos em geral; nova pintura; nova iluminação dos edifícios; e a “limpeza” das fachadas com a remoção de placas e elementos publicitários.

Para aqueles edifícios que foram classificados na fase de análise como *Unidades Alteradas*, mas que agora compunham os bens classificados como *Unidades-Monumento*, propunha-se o retorno à suposta “linguagem original” – sejam eles de origem colonial ou eclética –, com base em documentações iconográficas, com o intuito de depurar os edifícios, removendo os acréscimos e reconvertendo intervenções posteriores consideradas “espúrias”.⁷⁰

Essa busca por um estado considerado “original” das edificações era algo muito frequente em obras de restauração executadas em nível nacional pelo SPHAN. Em geral e até esse momento, as obras eram ainda caracterizadas pela busca de um estado original, muitas vezes, hipotético e idealizado da obra, onde se desconsideravam as diversas estratificações e alterações sofridas pela obra no decorrer do tempo. Segundo Sant’Anna, buscava-se, a todo custo, um estado de pureza estilística ideal ou forma colonial original que beirava a doutrina de Viollet-le-Duc e tornava bastante artificiais os ambientes restaurados.⁷¹ Para Kühl, o que transparecia nas intervenções do SPHAN era um empirismo que tinha como objetivo a valorização e idealização de um período específico da história brasileira, que era o período colonial. Ademais, Kühl também afirma que as obras do SPHAN eram caracterizadas pela falta de uma verdadeira visão histórica sobre objeto, baseada em rigoroso método, que implicasse no

⁶⁹ Antes de 1984, todas as questões relativas ao Paraná eram tratadas diretamente pela Coordenação de São Paulo. Com a criação do escritório, o Paraná passava a ter uma representação oficial do IPHAN no Estado. Tal escritório ficou vinculado a São Paulo até janeiro de 1991, quando se tornou a 10ª Coordenação regional do Paraná.

⁷⁰ IPPUC. *Plano de Revitalização*...op. cit., 1970. pp. 31 – 34.

⁷¹ SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*...op. cit. 1995. p. 178.

respeito pelo existente do jeito que chegou àqueles dias, e não a busca de um passado mítico.⁷² Na opinião de Sergio Miceli, a ideia de executar intervenções de “reintegração estilística” era algo que o Brasil não tinha ainda conseguido superar, pois se buscava pela forma mais pura e original do edifício:

O Brasil nunca conseguiu superar a orientação doutrinária consagrada por Viollet-le-Duc, defensor da chamada “reintegração estilística” que não é outra coisa senão o delírio de “purificar” o prédio em vias de restauração de quaisquer acréscimos posteriores à sua construção original.⁷³

As orientações para a restauração de edifícios em Curitiba, bem como, as ações do próprio órgão nacional, iam na contramão de recomendações de teóricos como Camillo Boito (1836-1914), que estabeleceu os fundamentos contemporâneos da restauração, baseados, principalmente: em um rigoroso método de análises sistemáticas do bem; na ênfase do valor documental dos monumentos históricos; na distinguibilidade das intervenções; na mínima intervenção; e no respeito às várias fases do monumento.⁷⁴ Essas prescrições eram endossadas por Giovannoni e, posteriormente, pelas recomendações da *Carta de Restauração de Atenas*, de 1931, especialmente no que se refere ao respeito pelas várias fases pelas quais passou o monumento histórico.⁷⁵

Mais tarde, em 1963, na *Teoria da Restauração*, Brandi procurava vincular o restauro a um método e processo histórico crítico de forma rigorosa, procurando afastar as decisões do empirismo e da arbitrariedade. No seu segundo axioma, ele prescrevia que: “a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo.”⁷⁶ Brandi recomendava por meio do restabelecimento da “unidade potencial” da obra de arte a reintegração de sua imagem, por meio de remoção de adições e reintegração de lacunas para que o caráter artístico da obra pudesse continuar a se manifestar, mas sem que isso significasse em completamentos ao idêntico, unidade de estilo, ou ainda alterações e demolições aleatórias.⁷⁷ No ano seguinte, em 1964, a Carta de Veneza, em seu Artigo 11, também reiterava a prescrição de que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento deviam ser respeitadas” e que a unidade de estilo não era uma finalidade a ser alcançada.⁷⁸

Aquilo que se evidencia nas diretrizes do PRSHC é reflexo das práticas do órgão nacional de preservação recorrentes no Brasil. Em Curitiba, almejava-se um estado anterior para os edifícios,

⁷² KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê, 2008. pp. 106-109.

⁷³ MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 22, 1987. pp. 44 e 45.

⁷⁴ BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Trad. Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

⁷⁵ Carta de Atenas...op. cit., 1931. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 13-19.

⁷⁶ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**...op. cit., 2004. p. 33.

⁷⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**...op. cit., 2008. p. 79.

⁷⁸ Art. 11 da Carta de Veneza...op. cit., 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 93 e 94.

baseando-se, em documentações iconográficas, mas não em métodos de análise e intervenção prescritos nas recomendações internacionais dessa época.

Algumas dessas intervenções serão apresentadas com maior detalhe no capítulo 3, quando abordarmos o processo de implantação do PRSHC na década de 1970.

2.3.1.2. *Intervenções em Unidades de Acompanhamento*

Os critérios para intervenção nos bens classificados como “*Unidades de Acompanhamento*” seguiam parâmetros de conservação volumétrica que visavam a manutenção das fachadas e permitiam a modificação dos interiores conforme as necessidades dos usos propostos para os edifícios. Ao que parece, esses critérios tinham como referência o texto de Joaquim C. Padrão sobre o Centro Histórico de Funchal, onde se orientava que todos aqueles edifícios considerados sem valor arquitetônico poderiam ser preservados apenas volumetricamente, como acompanhamento daqueles monumentos históricos considerados mais importantes.⁷⁹ Ou seja, estas unidades estariam submetidas apenas à composição da ambiência dos monumentos considerados “maiores”.

Conforme vimos no tópico 2.3.1, no PRSHC eram elencados aqueles bens considerados menos importantes do ponto de vista arquitetônico, mas que deviam ser preservados, com base em juízos de valor que não estavam tão claros. Para esses bens colocados em “segundo escalão” no processo de hierarquização e valoração arquitetônica, previa-se trabalhar com menos rigor, salvaguardando apenas os aspectos cenográficos, com vistas a viabilizar os usos que fossem propostos no interior das edificações, sem estabelecer assim maiores restrições.

Em Curitiba, esses parâmetros estabelecidos abriram caminho, do ponto de vista legal, para a liberação de inúmeras intervenções de caráter “fachadista”, tanto na região do SH como também em outras áreas da cidade que posteriormente foram protegidas pelo Município ou pelo Estado do Paraná. Podemos citar como exemplos de obras “fachadistas”: a Confeitaria Schaffer (1978) e Palácio Avenida na Rua XV de Novembro (1991); o conjunto do Solar dos Guimarães e do Conservatório de Música Popular Brasileira (1993) e a Casa da Memória (2000) no Setor Histórico de Curitiba.⁸⁰ Essas intervenções desconsideravam completamente os arranjos espaciais internos dos edifícios, em nome dos novos usos propostos, preocupando-se apenas com os aspectos exteriores e volumétricos dos bens, caracterizando a arquitetura preexistente como um suporte de um cenário.

⁷⁹ PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação...op. cit. In: *Arquitetura*...op. cit., 1969. p. 134.

⁸⁰ NAVOLAR, Jeferson Dantas. *A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba*. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011. pp. 98-100.

2.3.1.3. Unidades Incaracterísticas e o problema das substituições.

Vimos que, em geral, todos aqueles bens classificados na fase de análise como *Unidades Conflitantes* ou *Unidades Neutras*, consideradas menos importantes do ponto de vista arquitetônico ou paisagístico, foram agrupados e classificados como *Unidades Incaracterísticas* por não comporem o repertório idealizado do SH, de qualidade paisagística e unidade e homogeneidade arquitetônica. Essas unidades eram consideradas passíveis de demolição e substituição por outras novas.

Na categoria dos bens classificados como incaracterísticos, verificamos que eram incluídas edificações de estilos e soluções arquitetônicas variados, embora muitas delas apresentassem características volumétricas e de ocupação que mantinham a escala urbana e a contiguidade morfológica do SH. Entre os bens classificados como *Unidades Incaracterísticas*, identificamos alguns exemplares ecléticos e de inspiração *art-nouveau*.

Constatamos que tal classificação possibilitou, posteriormente, a viabilização de demolições e a liberação de terrenos para abrigar estacionamento a fim de atender as demandas do *Centro Principal*, criando rupturas morfológicas e vazios urbanos que não havia ainda na malha urbana preexistente [Figura 92].

Figura 92: Vista da Rua Dr. Claudino dos Santos da sacada da Casa Hoffmann. No centro estão duas casas de inspiração *art-nouveau* classificadas como *Unidades Incaracterísticas*, mas que compunham a paisagem da via pela sua implantação, gabarito e ritmo. Essas duas edificações foram posteriormente demolidas e o terreno foi transformado em um estacionamento para o Hospital do INSS (prédio dos fundos) e para a URBS (Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba). Nos anos 1990 foi construído no local um espaço cultural denominado Memorial de Curitiba. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

Pode-se sentir o efeito dessa classificação, inclusive, nos dias atuais, quando um imóvel localizado na rua Dr. Claudino dos Santos, que compunha o conjunto urbano harmonicamente pela sua implantação tradicional, escala e volume, foi demolido em 2011 e até a presente data o terreno permanece vazio, causando a ruptura da continuidade morfológica da área. [Figura 93 e Figura 94].

Figura 93: Vista do conjunto da Rua Dr. Claudino dos Santos. O imóvel em cinza foi classificado como *Unidade Incaracterística*, e em 2011 foi demolido, criando uma ruptura na continuidade do conjunto. Fonte: IPPUC, 1988.

Figura 94: Vista atual do conjunto da Rua Dr. Claudino dos Santos. Até o momento o terreno encontra-se vazio. Fonte: do autor, 2016.

Em relação às discussões a respeito da valorização e preservação de exemplares considerados de menor expressividade arquitetônica, mas que compunham a continuidade morfológica e constituam a malha urbana antiga, podemos afirmar que este tema remonta, pelo menos, a meados do século XIX, e que não se tratava de um tema novo na época da elaboração do PRSHC.

Nesse sentido, consideramos importante trazer algumas referências de discussões internacionais a respeito da valorização da malha urbana antiga e da arquitetura menor em Centros Históricos, para discutir o critério adotado no PRSHC.

Segundo Choay, o primeiro a enunciar o valor e a promover a conservação de uma herança modesta, das arquiteturas doméstica e vernacular que constituíam o tecido das cidades antigas foi o teórico e escritor inglês John Ruskin.⁸¹ Para ele, essa textura era a essência da cidade que devia ser protegida incondicionalmente de ações que a lesassem como demolições, alargamentos e arrasamentos de áreas preexistentes. Para ele, eram a contiguidade e a continuidade das habitações modestas, à beira de canais e de ruas, que tornavam Veneza, Florença, Rouen e Oxford irredutíveis à soma de seus grandes edifícios religiosos e civis, de seus palácios e colégios, e faziam desses conjuntos urbanos entidades específicas⁸²

Segundo Ruskin: *“Até hoje, a atração de suas mais belas cidades [na Itália e na França] reside não na riqueza isolada de seus palácios, mas na decoração requintada e cuidadosa das menores moradias de seus períodos de maior esplendor.”*⁸³

Pinheiro nos revela também que as ideias do escritor inglês tiveram certa repercussão no Brasil, por meio do engenheiro português Ricardo Severo (1869-1940) que era um leitor atento de John Ruskin. No trecho da conferência “A Arte Tradicional do Brasil” de Ricardo Severo, citado e transcrito por Pinheiro, é possível observar semelhanças com o pensamento ruskiniano:

⁸¹ CHOAY, Françoise. **O patrimônio em questão:** Antologia para um combate. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011. p. 23.

⁸² CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio...** op. cit., 2006. p. 180.

⁸³ RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória.** Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008. p. 60.

[...] há que ponderar que o caráter de uma cidade não lhe é dado pelos seus monumentos, colocados em pontos dominantes, grandes praças ou lugares históricos. Ligam esses locais as ruas e avenidas, marginadas por casas de variado destino; e são estas que dão a características arquitetônicas da cidade; com efeito, o monumento é uma exceção, a casa é a nota normal da vida quotidiana do cidadão, é como uma lápide epigráfica da sua ascendência e da sua história. [grifo nosso]⁸⁴

Um outro autor que discute a atribuição de valores de historicidade e artisticidade a diversos bens arquitetônicos considerados “menores”, era o vienense e historiador da arte Aloïs Riegl em sua obra intitulada “O Culto moderno dos Monumentos”, de 1903, e em seu projeto de lei para a tutela de monumentos históricos austríacos.⁸⁵ Para Riegl, a tutela dos monumentos devia ser baseada no *valor de antigo*, por ser o valor mais inclusivo, mais perene e que respeitava integralmente as obras de toda e qualquer fase da produção humana, as várias estratificações de uma mesma obra e as próprias marcas da passagem do tempo. Por isso, para Riegl, os bens que poderiam ser considerados monumentos históricos eram não apenas as “obras de arte” excepcionais, mas toda e qualquer obra humana com certa antiguidade – para ele esse valor era atribuível a toda e qualquer obra com mais de sessenta anos, que equivale ao distanciamento crítico de duas gerações –, contrapondo-se assim às políticas de preservação da época que se voltavam apenas aos objetos de excepcional relevância histórica e artística.⁸⁶

Além de Ruskin e Riegl, as teorias de Giovannoni, do qual temos falado, representavam também um importante passo para a valorização da arquitetura chamada “menor”, bem como para compreensão dos tecidos urbanos como patrimônio, abrindo caminho para a delimitação de critérios de intervenção na cidade histórica com vistas à preservação de suas especificidades. Segundo Giovannoni, em seu texto Verbete: Restauro dos Monumentos, de 1930:

Não se trata mais, em virtude desse princípio, de atribuir, ou não, um valor de monumento a um edifício e de aplicar as medidas de estudo e de conservação apenas às obras mais importantes e mais belas; também as obras secundárias se devem beneficiar desses privilégios quando apresentam interesse, tanto em razão de seu caráter coletivo ou de suas relações com edifícios mais grandiosos, quanto pelos testemunhos que elas nos trazem da arquitetura corrente de diversas épocas.⁸⁷ [grifo nosso]

Nesse sentido, é interessante lembrar o que Giovannoni falava sobre intervenções em núcleos urbanos antigos. Para essas áreas, Giovannoni propunha apenas de “desbastamento” de edificações para fins de salubridade e não de demolições por questões estilísticas ideais, tais aquelas cogitadas para Curitiba. Segundo Andrea Pane, o “desbastamento” de construções proposto por Giovannoni

⁸⁴ Sociedade de Cultura Artística, Conferências 1914-1915, São Paulo, Tipografia Levi, 1916, pp. 79-81. apud PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura – Algumas Repercussões no Brasil. In: RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**...op. cit., 2008. p. 36.

⁸⁵ RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa : Edições Almedina, 2013; RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano**...op. cit., 2013. p. 65

⁸⁶ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**...op. cit., 2008. pp. 63-64.

⁸⁷ GIOVANNONI, Gustavo. A Restauração dos Monumentos na Itália, 1933. Traduzido por Beatriz Mugayar Kühl. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. p. 181.

configurava-se como um conjunto de pontuais alargamentos de ruas e parciais demolições de quarteirões, propostos seguindo a “fibra” do bairro antigo, com o duplo objetivo de melhorar as condições de salubridade, restituindo “ar e luz”, e de “liberar” os testemunhos arquitetônicos mais importantes, previamente identificados.⁸⁸

A valorização de obras arquitetônicas modestas e conjuntos urbanos evidenciava-se também, em 1964, com a Carta de Veneza, da qual já falamos anteriormente. Lembramos que no documento há uma ampliação do conceito de patrimônio cultural a partir da extensão da noção de monumento histórico aos sítios urbanos e rurais que tivessem adquirido significado histórico ou cultural ao longo do tempo. O documento reiterava também a preocupação com o respeito às estratificações de todas as épocas nos monumentos históricos singulares, inclusive, em sítios urbanos. Para conjuntos urbanos, o documento recomendava a extensão dos princípios de conservação, restauração e manutenção de monumentos históricos individuais. E por isso, os conjuntos urbanos, no qual se superpõem etapas construtivas de diferentes períodos, a predileção por um estrato histórico subjacente deveria ser sustentada por rigorosos estudos e só poderia ser aceita quando a contribuição eliminada possuísse pouco valor em relação ao material revelado.⁸⁹

Apesar de não se perceber um alinhamento do plano com as prescrições da Carta de Veneza, devemos mencionar que uma das referências consultadas para a elaboração do PRSHC já trazia a noção de alargamento do conceito de monumento histórico e de valorização da arquitetura menor. Um desses textos é o de Teresa Zarębska. Ela também entendia que a noção de monumento histórico estava se ampliando progressivamente. Para ela:

[...] a noção de monumento englobava não somente os “conjuntos de arquitetura monumental mais preciosos [...], como igualmente tudo o que os rodeia, a “arquitetura menor”, anônima, mesmo quando os elementos particulares do conjunto são privados de um valor histórico importante e quando se limitam a criar uma atmosfera característica de uma cidade ou de uma região. [Para ela, podia-se] considerar como monumento histórico uma rua rodeada de casas de artífices, um antigo bairro industrial com as suas construções e os seus terrenos livres, um perfil da cidade vista de vários lugares diferentes e definidos, uma paisagem natural, ligada de forma integral à cidade.⁹⁰

Todavia, dentre as referências utilizadas para a elaboração do PRSHC, percebemos que Joaquim Cabeça Padrão não se opunha à substituição de edifícios que não representavam o repertório arquitetônico que se almejava preservar numa área urbana classificada. Para Padrão, não era o objetivo preservar todos os imóveis antigos, devia-se escolher e eleger. No caso de demolições, essas deveriam ser justificadas caso a caso após um estudo minucioso.

Não deve concluir-se ser nossa cega preocupação manter e continuar todas as casas antigas existentes; há que escolher, eleger, racionalizar, urbanizar. Por vezes, e muito

⁸⁸ PANE, Andrea. Atualidade de Gustavo Giovannoni. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni...** op. cit., 2013. p. 42.

⁸⁹ RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano...** op. cit., 2013. pp. 143-146.

⁹⁰ ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos... op. cit. In: **Arquitectura...** op. cit., 1968. p. 224.

pelo contrário, torna-se necessário proceder a selecionadas demolições no sentido de valorizar este ou aquele prédio, este ou aquele grupo de prédios que pelo seu interesse arquitectónico, localização, estado de conservação, ambiência perspectiva, etc., ofereça melhores condições para subsistir, tudo no sentido, até, de valorizar o conjunto, baixar a possivelmente exagerada densidade habitacional, insolar mais convenientemente, higienizar, harmonizar, recompor. Claro que este “partido” – demolição de alguns desses prédios – só poderá ser definido, ajustado e justificado, após aturado estudo de pormenor e consequente delimitação das áreas urbanas de qualidade, estudo esse resultante de um cuidadoso inquérito onde, para além da rigorosa classificação do estado de conservação dos prédios, se atenda ao seu número de habitantes, às suas condições de habitabilidade, ao equipamento das habitações e sua insolação, ao seu interesse arquitectónico no todo ou em parte, aos edifícios dissonantes nessas áreas classificadas existentes, etc.[grifo nosso]⁹¹

Percebemos que apesar das discussões internacionais apontarem para a valorização da arquitetura menor e do tecido urbano das antigas cidades, esse tema não era unanimidade. Tanto é, que o próprio Padrão apontava que era necessário escolher, hierarquizar, higienizar e substituir aquilo que fosse considerado de menor importância, desde que fosse precedido de um estudo pormenorizado. Isso era algo que não acontecia plenamente no plano curitibano, pois não verificamos no PRSHC os estudos, as motivações e justificativas para a exclusão de cada um dos imóveis classificados como *Unidades Incaracterísticas*.

Em Curitiba, como temos visto, pretendia-se preservar aquilo que era considerado necessário, mostrando que eram possíveis ações de renovação urbana em pleno SH, por meio da demolição dos imóveis que, provavelmente, não condiziam com o discurso de qualidade paisagística, unidade e homogeneidade arquitetônica, para a construção de novos edifícios contemporâneos.

Percebemos, portanto, que não se visava a preservação do conjunto urbano, com as suas estratificações temporais e estilísticas, conforme preconizava a Carta de Veneza, com a noção alargada de monumento histórico. No PRSHC, visava-se a preservação de determinados bens classificados quanto à expressividade arquitetônica e inserção paisagística, localizados no entorno dos principais monumentos tombados e que formassem um conjunto condizente com os critérios estéticos idealizados.

2.3.2. As medidas urbanísticas.

As propostas do PRSHC abordaram também questões referentes aos aspectos urbanísticos e paisagísticos do conjunto urbano delimitado. As propostas abrangiam a criação de *áreas de influência restritiva* para a construção de novos edifícios no entorno das *Unidades-Monumento* e das *Unidades de Acompanhamento*, bem como, detalhavam as diretrizes de pedestrianização do conjunto urbano. Entretanto, as propostas se restringiam apenas ao SH delimitado, pois para as outras áreas adjacentes incidiam as diretrizes viárias e de zoneamento previstas no Plano Diretor de 1966.

⁹¹ PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação...op. cit. In: **Arquitectura**...op. cit., 1969. p. 132.

A seguir abordaremos esses temas de forma sistemática, iniciando pela questão do entorno; passando pelos parâmetros de inserção de novos edifícios no conjunto; e, por fim, o detalhamento das diretrizes viárias.

2.3.2.1. A ausência de área envoltória.

No PRSHC verificamos que a proposta de proteção do SH não previa nenhuma área envoltória ou zona de ocupação do solo com parâmetros urbanísticos restritivos com o intuito de preservar a ambiência do conjunto urbano protegido. A ausência de uma área envoltória ou de amortecimento permitiu que áreas muito próximas ao SH fossem verticalizadas. Tais parâmetros de verticalização nas imediações tinham sido estabelecidos pelo próprio Plano Diretor, em 1966, e, ao nosso entender, o PRSHC os endossava por não prever nenhuma diretriz de restrição para o entorno. [Figura 95]

Figura 95: A relação do Setor Histórico com o seu entorno imediato verticalizado. Fonte: Autor, 2016.

Por outro lado, no PRSHC havia uma preocupação com o entorno imediato de cada monumento singular, classificado como *Unidade-Monumento* ou *Unidade de Acompanhamento*. Para cada unidade a ser preservada, o plano previa uma pequena área envoltória, denominada como “área de influência restritiva”, semelhante a uma poligonal de entorno, mas que não ultrapassava os limites do SH.⁹² Os lotes e edificações localizadas no entorno imediato dessas unidades estariam sujeitos a regras

⁹² IPPUC. *Plano de Revitalização...* op. cit., 1970. p. 30.

específicas quanto a limitação de altura, tratamento plástico, e, inclusive, a regras para novas inserções arquitetônicas de modo a “*obter a harmonização e valorização do conjunto*”. [sic] [Figura 96]

Figura 96: Trechos do Mapa 05, referentes às medidas de preservação. Indicamos as áreas de influência restritiva nas envoltórias das *Unidades-Monumento* e *Unidades de Acompanhamento*. Fonte: IPPUC, 1970.

Para entendermos e discutirmos o porquê da ausência de uma área envoltória ao redor do conjunto urbano e o porquê da proposta de restrição de tratamento estar vinculada apenas aos lotes e edificações localizadas no entorno imediato das unidades classificadas como *Unidades-Monumento* e *Unidades de Acompanhamento*, recorreremos a algumas discussões internacionais e nacionais a respeito de conceitos e noções de entorno e ambiência de monumentos históricos e sítios urbanos, recorrentes até a época da elaboração do PRSHC, em 1970.

Relembramos que em 1931, na Carta de Restauração de Atenas, a questão da preservação da ambiência de monumentos históricos singulares já era abordada, porém, ainda era entendida como parte da composição ou enquadramento de um monumento arquitetônico singular considerado mais importante. Além disso, nesse documento são abordados os aspectos da identidade dos lugares, o caráter e a fisionomia das cidades, bem como a questão da ambiência e da estética relacionada às perspectivas pitorescas e ao caráter antigo dos lugares. No documento é feita ainda menção à visibilidade dos monumentos, sendo destacada a necessidade de eliminação da publicidade, de postes e da indústria ruidosa no entorno dos edifícios protegidos.⁹³

Para Lia Motta, a Carta de Atenas de 1931 trata de um conjunto de elementos que, mesmo com nuances diferentes, nortearam a atuação do IPHAN desde seu início, quando o próprio Decreto-Lei nº

⁹³ Carta de Atenas...op. cit., 1931. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 13-19.

25 de 1937 incluiu, em seu texto, cuidados com a vizinhança e a visibilidade dos bens tombados.⁹⁴ Para ela, este foi o ponto de partida do trabalho com os entornos dos bens tombados no Brasil, endossado no artigo 18 do Decreto-Lei nº 25 de 1937, determinando que na vizinhança dos bens imóveis tombados não se poderia fazer construção que impedisse ou reduzisse a visibilidade dos monumentos, possibilitando a intervenção do poder público de forma sistemática nesse campo.⁹⁵

A Carta de Veneza, de 1964, também abordava a questão da relação do monumento histórico com o seu entorno com mais ênfase do que a Carta de Atenas de 1931. Na Carta de Veneza está explícita a relação do monumento histórico com seu ambiente, apesar de serem indicações ainda de caráter genérico, não incorporando o entendimento de áreas historicizadas como uma estrutura a ser trabalhada como tal.

Art. 6º - A conservação de um monumento implica a preservação de um esquema em sua escala. Enquanto subsistir, o esquema tradicional será conservado, e toda construção nova, toda destruição e toda modificação que poderiam alterar as relações de volumes e de cores serão proibidas. ⁹⁶ [grifo nosso]

Além dessas Cartas, duas recomendações oriundas de sessões da Conferência Geral da UNESCO em Paris demonstram claramente a preocupação com a área próxima aos monumentos históricos:

Na primeira, intitulada *“Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios”*, de 1962, são propostas medidas de salvaguarda, e questões como: a proteção especial assegurada às proximidades dos monumentos; a construção de novos edifícios em harmonia com a ambiência dos monumentos; a proteção legal dos terrenos e imóveis que cercam monumentos notáveis; e a proibição legal de qualquer publicidade nos monumentos e em suas imediações.⁹⁷

Na segunda, intitulada *“Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas”*, de 1968, definia-se que *“os bairros históricos dos centros urbanos ou rurais e os conjuntos tradicionais deveriam estar registrados como zonas protegidas e uma regulamentação adequada para preservar o entorno e seu caráter deveria ser adotada”* [grifo nosso]. Nesse sentido, recomendava-se que os arredores e o entorno de um monumento ou dos sítios protegidos deveriam também ser objeto de disposições análogas aos bens tutelados, para que fosse preservado todo o conjunto de que fazem parte.⁹⁸

⁹⁴ MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**...op. cit., 2010. p. 16.

⁹⁵ Ibid. p. 26.

⁹⁶ Art. 6º da Carta de Veneza...op. cit., 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 13-19. No entendimento de Kühl sobre este artigo, é necessário interpretar a “proibição” das alterações do entorno dos monumentos como possíveis, mas desde que estas respeitassem a composição do ambiente como estratificado ao longo do tempo, conforme KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**...op. cit., 2010. pp. 310-311.

⁹⁷ Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e dos sítios. Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão. Paris, 12 de dezembro de 1962. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 81-90.

⁹⁸ Recomendação sobre a conservação dos bens culturais ameaçados pela execução de obras públicas ou privadas. Conferência Geral da UNESCO – 15ª sessão. Paris, 19 de novembro de 1968. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. p. 133.

Outro encontro que abordou a questão do entorno dos monumentos foi a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Sítios de Interesse Histórico e Artístico, da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Quito, em 1967, que resultou no documento intitulado “*Normas de Quito*”, que mencionamos no tópico 1.5.1.1. O documento apresentava uma série de recomendações gerais para a preservação de centros históricos, entre as quais destacamos o tópico relativo às Medidas Legais, no item 3, onde se pode notar as orientações acerca de áreas de proteção nas imediações de conjuntos urbanos, com vistas à preservação da paisagem:

3. Para efeitos de legislação de proteção, o espaço urbano que ocupam os núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental deve limitar-se da seguinte forma: a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente; b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância; c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de procurar integrá-la com a natureza circundante.⁹⁹

No Brasil, o entendimento da questão do entorno era aquele expresso pelo artigo 18 do Decreto-Lei 25 de 1937, sobre a vizinhança de monumentos históricos tombados individualmente e a preservação de sua visibilidade. Lia Motta afirma que, pelo menos até meados da década de 1960, os trabalhos do SPHAN no entorno dos bens tombados individualmente foram marcados por “memoráveis batalhas judiciais” relativas às discussões sobre a vizinhança e visibilidade, que resultaram na ampliação dos conceitos de entorno.

Entretanto, é a partir da década de 1960 que a questão do entorno passa a ser estendida para áreas urbanas tombadas no cenário nacional. Segundo Sant’Anna (1995), a noção de paisagem ganhava “*maior força, incluindo cada vez mais o aspecto ambiental e cada vez menos a questão puramente arquitetônica*”; e ainda: “*a ampliação dos tombamentos de cidades para toda a área municipal [significava] uma visão mais integrada da preservação que [envolvesse] não só o patrimônio construído, mas também todo o meio ambiente*”¹⁰⁰. Essa noção se ampliava, especialmente, com a vinda da Missão da Unesco ao Brasil, representada, principalmente, pelo seu consultor, Michel Parent.

Embora sejam poucas as referências explícitas ao tema, no relatório de Parent de 1968, a questão do entorno de conjuntos urbanos estava implícita na visão integrada que os consultores haviam trazido, baseada na experiência europeia do planejamento urbano e territorial, assim como na Carta de Veneza, de 1964, associando as cidades e os monumentos históricos à questão da paisagem e do seu contexto de implantação.¹⁰¹

Para cidades menores, como Paraty e Alcântara, Parent propunha a criação de perímetros concêntricos de proteção ao conjunto urbano. Sugeria o estabelecimento de áreas verdes *non*

⁹⁹ Normas de Quito: Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e sítios de interesse histórico e artístico. OEA – Organização dos Estados Americanos. Quito, novembro/dezembro de 1967. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). *Cartas Patrimoniais*...op. cit., 2004. p. 120.

¹⁰⁰ SANT’ANNA, Márcia. *Da cidade-monumento à cidade-documento*...op. cit. 1995. p. 176.

¹⁰¹ MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. *Entorno de bens tombados*...op. cit., 2010. pp. 26, 27 e 38.

aedificandi, caracterizadas por critérios de contenção do crescimento urbano, além de outras áreas vizinhas mais flexíveis que permitiam o desenvolvimento horizontal e vertical urbano.¹⁰²

Para as cidades grandes, como o Rio de Janeiro, a sua recomendação foi a de se protegerem conjuntos urbanos a partir do casario de diversas ruas e localidades onde se concentravam inúmeros bens tombados isoladamente pelo SPHAN.¹⁰³ Já para Salvador, um outro consultor da Unesco, o arquiteto Graeme Shankland, destacava maior preocupação com o entorno do conjunto urbano em relação ao tratamento da falésia situada entre a cidade alta e a baixa.¹⁰⁴

No Paraná, percebemos que Cyro Corrêa Lyra estava inteirado de algumas dessas discussões referentes a preservação do entorno de conjuntos urbanos nos estudos elaborados para a delimitação do Setor Histórico de Paranaguá (1967-1968). Nesse caso, como vimos no tópico 2.1.2, o arquiteto belga Limburg-Stirum propunha, inicialmente em seus estudos, uma área de amortecimento para o centro histórico. Esta era uma das diretrizes que norteava a proposta de Lyra para o Setor Histórico de Paranaguá, situando a área a ser verticalizada mais distante do antigo conjunto urbano a fim de manter a escala urbana e as visuais a partir do Rio Itiberê, tal como demonstram os croquis da **Figura 97**.¹⁰⁵

Para o Setor Histórico de Curitiba, não era proposta uma área envoltória, de amortecimento, ou com parâmetros específicos tal como se preconizava em Paranaguá. A justificativa apresentada por Lyra para a ausência de tratamento no entorno do SH de Curitiba era: *“na época não cogitamos disso, afinal a ideia de entorno era usual em tombamentos, o que não era o caso.”*¹⁰⁶ Entretanto, em Paranaguá, verificamos que não era também uma questão de tombamento do conjunto urbano, mas apenas de proposição de um SH a ser protegido por legislação municipal, inserido no Plano Diretor, semelhante ao caso de Curitiba.

Paranaguá era uma cidade menor, cujo acervo arquitetônico era composto por edificações do século XVIII e XIX, com alguns bens imóveis do período colonial tombados pelo SPHAN, e com elementos naturais e paisagísticos, como o rio Itiberê e o centro antigo. Nessa cidade, a preservação dos aspectos

¹⁰² MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**...op. cit., 2010. pp. 38-40; LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). **As Missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. pp. 71-76; 113-116.

¹⁰³ PARENT, Michel. Proteção e valorização do patrimônio cultural brasileiro no âmbito do desenvolvimento turístico e econômico. (Tradução de Rejane Maria Lobo Vieira) 1968. In: LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). **As Missões da Unesco no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008. p. 82: *“Formularemos apenas o desejo de ver tombado um determinado número de residências antigas, em particular na rua do Catete, na rua Luiz de Camões, na rua Gonçalves Ledo, na rua do Lavradio e nos bairros da Lapa e do morro da Conceição. Enfim, na Travessa do Comércio, entre a praça 15 de Novembro e a rua do Ouvidor, haveria, parece, a possibilidade de dar entrada em uma ação conjunta no plano urbano, com a ajuda dos comerciantes que ali moram e cujo interesse é não apenas conciliável como manifestamente em estreita conjunção com a preservação desses imóveis.”*

¹⁰⁴ SHANKLAND, Graeme. Townplanning, conservation and tourism: report to UNESCO. Londres: s.d. p. 33. apud MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**...op. cit., 2010. pp.42 e 43: *“A valorização da falésia deverá ser objeto de um projeto que preveja especialmente a implantação de parques sobre a maior parte da vertente, a reconstrução das propriedades situadas no alto – entendendo-se que as fachadas que dão para a rua e o gabarito permanecerão inalterados –, e o reflorestamento da vertente a fim de acentuar a cor e a configuração da vegetação tropical natural. Quando o nível geral desse setor tiver melhorado a ponto de a indústria hoteleira se interessar por ele, provavelmente será necessário construir novos elevadores a partir da cidade baixa.”*

¹⁰⁵ JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá**...op. cit., 2015. pp. 149-164.

¹⁰⁶ Questionamento feito por e-mail a Cyro Corrêa Lyra, respondido em 20.07.2016: Moisés *“eu percebi que não foi proposta uma área envoltória ou de amortecimento ao redor do Setor Histórico, por quê?”* Lyra: *“na época não cogitamos disso, afinal a ideia de entorno era usual em tombamentos, o que não era o caso.”*

paisagísticos era recomendada pelo arquiteto Limburg-Stirum, que propôs a criação de uma zona de amortecimento para prédios maiores nos arredores do conjunto urbano.

Figura 97: Croquis elaborados por Lyra referentes ao **Plano Diretor de Paranaguá**, com base nas orientações de Limburg-Stirum para criar uma zona de amortecimento. Os prédios mais altos estariam depois mais distantes do Setor Histórico. Fonte: Paranaguá, 1968, apud JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá...**op. cit., 2015. p. 152.

Curitiba, por sua vez, tratava-se de uma capital estadual em amplo e almejado crescimento demográfico e urbano, com notável pressão de verticalização e valorização do solo¹⁰⁷, cujo acervo arquitetônico estava fora das preocupações do patrimônio nacional, e provavelmente por isso era considerado de menor importância para formulação de propostas mais restritivas sobre a ocupação urbana.

Acreditamos, portanto, que se fossem propostas maiores restrições de ocupação urbana, onde não se julgava necessário, incluindo uma zona de amortecimento poder-se-ia criar maiores impasses com os proprietários dos terrenos no entorno do conjunto, bem como com o mercado imobiliário, pois tratava-se de uma zona fronteira ao *Centro Principal* que já passava por um processo de verticalização e hierarquização do solo, como temos visto até então.

Um exemplo disso é o próprio Plano Diretor de 1966 que previa, por exemplo, ao lado da região do SH uma Zona Comercial com coeficiente de aproveitamento de até 10 vezes a área do terreno, com edifícios de até 63m de altura. Alguns desses parâmetros do zoneamento quanto ao gabarito e ao coeficiente de aproveitamento foram revistos, posteriormente em 1972 e 1975, porém, mesmo assim, não chegou a ser prevista uma zona de amortecimento com um gabarito mais baixo nos arredores do SH.

¹⁰⁷ IPPUC quer preservar parte velha da cidade. **O Estado Do Paraná**. Curitiba, 04 de outubro de 1969. Conforme mencionado anteriormente, é possível que por se tratar de uma área com alto valor imobiliário, não se pretendia impor restrições no entorno do SH.

Isso não criava obstáculos à verticalização no entorno imediato do SH, e nem mesmo impedia a construção do conjunto dos “Edifícios da Glória”, em 1978. Trata-se do caso do conjunto de dois edifícios com 30 pavimentos, localizados na via *Estrutural Norte*, de autoria dos arquitetos Luiz Forte Netto – presidente do IPPUC entre 1967-1968 –, Orlando Busarello e Dilva Cândida Slomp Busarello. Neste caso, em particular, segundo o arquiteto Alberto Xavier, o gabarito dos edifícios devia-se também, e principalmente, a um acordo entre a Prefeitura e os proprietários que cederam uma parte do terreno para a passagem da via *Estrutural Norte*, tendo, em contrapartida, sido permitido o cálculo da área construída em função das dimensões originais do lote, o que explica muito a considerável altura dos dois blocos,¹⁰⁸ que por nada respeitaram a proximidade com o SH. [Figura 98 e Figura 99]

Portanto, percebemos que em Curitiba a questão do entorno era entendida a partir dos monumentos históricos considerados mais importantes, e não do conjunto urbano protegido como um todo. Isso porque se tratava de um conjunto localizado numa região sujeita a diversas pressões de verticalização e de valorização do solo, para as quais não se visava criar maiores obstáculos. Desse modo, a proposta não seguia as recomendações internacionais referentes à preservação da ambiência de conjuntos urbanos tutelados, tal como estava sendo proposto em Paranaguá. Ao que parece, para a capital paranaense, a prioridade era o favorecimento do crescimento da cidade e da indústria da construção civil – considerada o motor da economia daquele período, em pleno Regime Militar¹⁰⁹ –, sem criar maiores restrições onde não se julgava necessário.

Figura 98: Vista do conjunto dos Edifícios da Glória (1978) ao lado da trincheira da rua Dr. Muricy, na via *Estrutural Norte*. Fonte: Autor, 2015.

Figura 99: Vista do conjunto da Praça Garibaldi, voltado para o Palacete Wolf. No fundo, avistam-se os Edifícios da Glória, construídos em 1978, em virtude do acordo entre a Prefeitura e os proprietários do lote para a passagem da via *Estrutural Norte*, e em função da ausência de uma área envoltória com parâmetros restritivos para o gabarito de novas edificações nas imediações do Setor Histórico. Fonte: Autor, 2014.

¹⁰⁸ XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna em Curitiba**. São Paulo : Pini : Fundação Cultural de Curitiba, 1985. p. 98.

¹⁰⁹ MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados...**op. cit., 2010. p. 35.

2.3.2.2. A inserção do novo no Setor Histórico

No SH, as novas edificações que viessem a substituir aqueles edifícios classificados como *Unidades Incaracterísticas* e também viessem a preencher lotes vazios no conjunto urbano, estariam submetidas a limitações de parâmetros urbanísticos e arquitetônicos. Todas as novas edificações passariam a ser “dependentes”[sic] das *Unidades-Monumento* e *Unidades de Acompanhamento* mais próximas, de acordo com a *área de influência restritiva* estabelecida para cada lote. Para estes lotes eram previstos limites de altura, regras de modulação, de implantação, e, inclusive, alternativas para novas inserções que resultavam numa arquitetura ambientada.

Tais preocupações com a nova arquitetura em contextos antigos e, em particular, com ambientação do novo eram objeto de discussões internacionais, pelo menos, desde o início do século XX. Por exemplo, Giovannoni em seu texto sobre o “*Desbastamento de Construções nos velhos Centros*”, de 1913, demonstrava-se bastante reticente quanto à inserção da arquitetura moderna da época em contextos antigos.¹¹⁰ Para ele, determinados trechos da cidade antiga deviam ser recompostos por meio de novas edificações, mas que deveriam respeitar o fracionamento dos lotes específicos do local, bem como, não deveriam destoar pela cor, volume ou altura das edificações do local. Aconselhava que se utilizasse de formas simples com raízes na tradição arquitetônica local, de modo a manter a “*atmosfera artística*” do conjunto urbano.¹¹¹

A posição de Giovannoni era reiterada tanto na *Carta Italiana del Restauro*, de 1932, como em seu texto “*Verbete: Restauro dos Monumentos*”, de 1936, nos quais retomavam-se a enunciação da Carta de Restauração de Atenas de 1931 quanto à “condição ambiental” de um monumento principal, alertando sobre a inserção de novos edifícios modernos e invasivos em contextos históricos.¹¹² Para os novos edifícios recomendava-se o princípio da “*neutralidade especial*”, o que obscurecia as possibilidades de diálogo estético entre a preexistência e as novas edificações.¹¹³ Na opinião de Andrea Pane, no contexto italiano, o preconceito de Giovannoni em relação à arquitetura moderna somente seria contestado e superado, abertamente, em 1952 por Roberto Pane que abria a questão a uma

¹¹⁰ GIOVANNONI, Gustavo. O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros. O Bairro do Renascimento em Roma, 1913. Traduzido por Beatriz Mugayar Kühl. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. p. 147: “Mas aqui surge outro perigo: o confronto desarmônico com os volumes e as formas das grandes habitações, que ordinariamente em torno dos novos monumentos isolados a construção moderna eleva. Enquanto o Panteão ou a Fontana di Trevi estiverem entre casas de pequena dimensão, belas ou feias que sejam, mas sem pretensões e sem um caráter invasivo, o efeito não é perturbado; o é quando em torno da nova praça se alinham enormes edifícios novos, com fachadas altíssimas e com cores claras, e assumem com as amplas formas arquitetônicas uma fictícia monumentalidade de estuque, para “honrar” o monumento antigo.”

¹¹¹ KÜHL, Beatriz Mugayar. Observações sobre os Textos de Gustavo Giovannoni Traduzidos nesta Edição. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. p. 22; GIOVANNONI, Gustavo. O “Desbastamento” de Construções nos Velhos Centros...op. cit., 1913. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. pp. 151 e 152.

¹¹² RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano, 2013. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. pp. 83 e 84.; GIOVANNONI, Gustavo. Verbete: Restauro dos Monumentos, 1936 (Traduzido por Beatriz Mugayar Kühl) In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. p. 200: “6. Que conjuntamente com o respeito pelo monumento e pelas suas várias fases acompanhe aquele por suas condições ambientais, que não devem ser alteradas por isolamentos inoportunos, por construções de novos edifícios próximos, invasivos por volume, por cor, por estilo”.

¹¹³ RUFINONI, Manoela Rossinetti. Gustavo Giovannoni e o Restauro Urbano, 2013. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**...op. cit., 2013. p. 85.

concepção mais progressista onde os complementamentos de áreas urbanas preexistentes poderiam ser admitidos por novos edifícios com novas formas.¹¹⁴

É interessante acrescentar que Cesare Brandi também era reticente quanto à substituição de edificações preexistentes e à inserção do novo em contextos antigos por razões de natureza estética. Para ele, o ambiente histórico deveria ser tutelado como um todo, e que não era possível a convivência entre o antigo e a arquitetura moderna, pois esta se baseia em princípios projetuais que contradizem o caráter das cidades antigas:

a inserção de uma verdadeira arquitetura moderna em um contexto antigo é inaceitável. Portanto, de nenhum modo, em se tratando ou não de arquitetura, pode-se conceder a alteração de um ambiente arquitetônico antigo com a substituição das partes que constituem seu tecido conectivo que, mesmo se amorfo, é sempre coevo e historicamente válido.¹¹⁵ [grifo nosso]

Entretanto, sabemos que a defesa da preservação do patrimônio urbano não era unanimidade, e nem mesmo a questão da inserção do novo em contextos antigos. Em oposição às posições tratadas acima, lembramos de algumas das premissas expostas na *Carta de Atenas do CIAM de 1933*, que abordamos no tópico 1.3.1.1. Como a principal preocupação do documento era com os parâmetros necessários para uma nova qualidade de vida e conformação das cidades modernas, vimos que era considerada viável e até desejável a destruição de ambiência secular nas imediações de monumentos históricos. Em relação à inserção do novo, percebemos uma série de princípios que ratificavam propostas como o Plan Voisin, de Le Corbusier, o qual, por exemplo, propunha a destruição de todo o centro histórico de Paris para ceder espaço a novas torres de edifícios.¹¹⁶

No contexto brasileiro, nas primeiras décadas de atuação do SPHAN (1930-1950), percebemos que Lucio Costa demonstrava preocupação com a inserção de novas edificações em contextos antigos, para as quais devia-se levar em consideração a harmonia de composição figurativa no que diz respeito a cor, escala e modulação preexistente. Embora Lucio Costa condenasse a falsa ambientação cenográfica e preferisse o contraste franco em relação à distinção da natureza dos materiais e da tecnologia utilizada, percebemos em seu discurso uma intenção de reprodução de características arquitetônicas do conjunto com o intuito de preencher lacunas existentes no tecido urbano de forma harmônica.¹¹⁷ Esses conceitos e parâmetros instituídos no âmbito do próprio SPHAN conduziram, posteriormente, uma produção arquitetônica de “integração ou de acompanhamento”, que ao invés de

¹¹⁴ PANE, Andrea. Atualidade de Gustavo Giovannoni. In: KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**... op. cit., 2013. pp. 38 e 39: “A isso logo se acrescentará a definitiva superação do preconceito de Giovannoni em relação à arquitetura moderna, que o estudioso tendia a excluir de qualquer intervenção de restauro, preferindo soluções miméticas. [...] enquanto Roberto Pane contestará abertamente essa posição em 1952, observando como “em nome de uma concepção mais progressista, tanto estética quanto moral, é somente através de formas novas que todos os problemas mencionados poderão ser resolvidos”.

¹¹⁵ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**...op. cit., 2004. p. 108.

¹¹⁶ MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. p. 17.

¹¹⁷ SANT’ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**...op. cit., 1995. p. 141

propor a uma arquitetura moderna evidente, reproduzia características das antigas edificações coloniais. Era o que Lia Motta denominou de “*estilo patrimônio*”.¹¹⁸

Mais tarde, no contexto internacional, a Carta de Veneza em 1964, apontava que a inserção do novo em preexistências – e por extensão de conceitos, nos sítios urbanos – deveria ser de forma diferenciada em relação ao preexistente, com uma linguagem contemporânea, para não induzir o observador ao engano de confundir a intervenção com a obra, criando-se um falso histórico.¹¹⁹ Ademais, a Carta apontava que toda nova intervenção deveria se integrar harmoniosamente com o conjunto, respeitando todas as suas estratificações históricas, o seu esquema tradicional, o equilíbrio compositivo entre as partes, e as relações estabelecidas do novo com o seu meio ambiente preexistente.¹²⁰

No caso curitibano, Lyra demonstrava estar em sintonia com as discussões em nível internacional e nacional quanto à inserção de novas edificações em contextos antigos. No texto de Zarębska, consultado para a elaboração do PRSHC, ela demonstra estar atualizada em relação às discussões sobre intervenções contemporâneas em contextos antigos: “*As tendências de preservação não podem, aliás, resistir às leis da vida; não é, de resto, possível opormo-nos a todas as intervenções da arquitetura moderna num meio histórico; é, aliás, necessário completar as construções existentes, preencher as lacunas e mudar os elementos desvalorizados.*”¹²¹

Um outro texto consultado para a elaboração do PRSHC era o do arquiteto italiano Emilio Tempia, intitulado “*La Ristrutturazione del Centro Storico di Chester*”, na Inglaterra, de 1968, que trazia questões da inserção do novo em contextos antigos. Para novas edificações no centro histórico de Chester, Tempia afirma que foram previstos parâmetros que encorajavam a inserção de novos edifícios com linguagem arquitetônica contemporânea, escapando de padrões rígidos de conservação de volumes existentes e de referências estilísticas. Os novos edifícios deveriam, pelo menos, seguir a escala do centro histórico, expressa por meio da altura dos edifícios, do ritmo das construções, respeitando a conformação dos terrenos estreitos e profundos do conjunto, bem como a continuidade dos telhados de Chester que definiam o seu *skyline*. Ademais, no caso específico de Chester, a nova arquitetura não devia perturbar o equilíbrio cromático da paisagem, caracterizada pela presença do preto das estruturas

¹¹⁸ MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. In: **Revista do Patrimônio**, n. 22, 1987, pp. 108-122. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8015&pesq=> Acesso em: 02/07/2016.

¹¹⁹ Artigo 9º da Carta de Veneza...op. cit., 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. p. 93: “*Artigo 9º - A restauração é uma operação que deve ter caráter excepcional. Tem por objetivo conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento e fundamenta-se no respeito ao material original e aos documentos autênticos. Termina onde começa a hipótese; no plano das reconstituições conjecturais, todo trabalho complementar reconhecido como indispensável por razões estéticas ou técnicas destacar-se-á da composição arquitetônica e deverá ostentar a marca do nosso tempo. A restauração será sempre precedida e acompanhada de um estudo arqueológico e histórico do monumento.*”

¹²⁰ Artigos 12º e 13º da Carta de Veneza...op. cit., 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. p. 94: “*Artigo 12º - Os elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmoniosamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história; Artigo 13º - Os acréscimos só poderão ser tolerados na medida em que respeitarem todas as partes interessantes do edifício, seu esquema tradicional, o equilíbrio de sua composição e suas relações com o meio ambiente.*”

¹²¹ ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos...op. cit. In: **Arquitectura**...op. cit., 1968. p. 224.

de madeira, do branco das alvenarias e dos tijolos aparentes. E por isso, os novos edifícios deveriam integrar-se ao cenário da cidade, expresso visualmente nesses materiais.¹²²

Para o Setor Histórico de Curitiba, Lyra propunha que as novas construções tivessem a marca do seu tempo, porém respeitando alguns parâmetros de ambientação e harmonização da arquitetura. Os novos edifícios tinham como parâmetro o limite da altura do beiral ou da platibanda das *Unidades-Monumento* e de *Acompanhamento*; e, inclusive, poderiam se “harmonizar” com o existente pela modulação da arquitetura, porém com uma linguagem arquitetônica contemporânea. Os edifícios deveriam ser implantados no alinhamento predial e dotados de platibanda, de modo que o telhado não fosse visto do nível da rua. Ademais, no PRSHC eram sugeridas duas alternativas arquitetônicas para as novas edificações, numa tentativa de estabelecer regras para a harmonização e ambientação. Essas alternativas eram: “*alternativa 1: restrições quanto à altura, mesma modulação da unidade preservada*”; e “*alternativa 2: restrições quanto à altura, sem modulação e linguagem “neutra” com o uso de panos de vidro e concreto aparente.*”¹²³ Com tal proposta, percebemos que se acreditava, de fato, na existência de uma linguagem “neutra” e que essa poderia ser expressa por materiais da produção arquitetônica moderna, como o concreto e o vivo.

Essas alternativas arquitetônicas de ambientação tiveram repercussão em algumas das novas intervenções executadas no SH a partir de 1970. Um exemplo desse padrão era já previsto no próprio PRSHC, especificamente para dois lotes, onde havia edificações classificadas como *Unidades Incaracterísticas*, e que, por isso, podiam ser substituídas por novos edifícios. Trata-se de dois lotes localizados entre a Igreja da Ordem e a Casa Hoffmann, para os quais Lyra prescrevia como deveria se dar o preenchimento das lacunas. [Figura 100, Figura 101 e Figura 102]

Entretanto, apesar dos critérios estabelecidos como o alinhamento das alturas dos edifícios com as edificações adjacentes, percebemos que o resultado final gerou uma arquitetura que parece ser mais uma ampliação, ou um anexo, da própria unidade a ser preservada ao lado. Ademais, neste caso, por se tratar de um lote localizado numa decida, a altura da nova edificação se sobressai em relação à Casa Hoffmann. Essa é uma das críticas feita, inclusive, pelo próprio Lyra em depoimento:

“Moisés: Então, essa aqui é uma outra casa que foi classificada como *incaracterística*. Fica do lado da [Casa] Hoffmann. É seu projeto? Porque eu vi aqui um estudo para essa construção.

Cyro: Não é projeto meu não. Nós definimos que deveria ter a mesma altura, não ser recuada. Eu não acho a solução boa. Mas o critério, na época foi esse. Eu não sei se a casa já estava para ser demolida, eu não posso dizer para você. Se aparece no plano esse desenho é porque ela iria ser demolida.

Cyro: E aí, e o critério? Volta no desenho [Figura 100]. Hoje eu não faria isso, não. Eu faria ela mais baixa, talvez, que a outra. Porque é uma descida. Mas, época nós achamos [essa solução].

Moisés: E também, você propunha dois modelos, para as novas construções. 1 que fosse alinhando pela altura da edificação vizinha e 1 modelo em módulos ou em concreto, vidro?

¹²² TEMPIA, Emilio. La ristrutturazione del centro storico di Chester. In: *Urbanistica*. nº 53. Torino: Urbanistica, agosto 1968. pp. 27-34.

¹²³ IPPUC. *Plano de Revitalização*...op. cit., 1970. pp. 37 e 38.

Cyro: Não. Soluções mais favoráveis. Uma: manutenção da escala. Dois: manutenção da escala e do módulo; que seria o ritmo.

Moisés: Vocês colocaram alguma alternativa em concreto aqui, alternativa 1: restrições quanto à altura, mesma modulação da unidade preservada; restrições quanto à altura, sem modulação, linguagem neutra, com o uso de panos de vidro e concreto aparente. Dava duas alternativas, acho que era para direcionar o que ia surgir ali.

Cyro: É. Foi a segunda que eles usaram, que não ficou boa. Nós erramos. ¹²⁴

Figura 100: Croquis de Lyra para a inserção de novas edificações no SH. Fonte: IPPUC, 1970.

Figura 101: As classificações e as recomendações do PRSHC permitiram a demolição do sobrado ao lado da Casa Hoffmann. Fonte: acervo CPC/SEEC

Figura 102: Novo edifício construído ao lado da Casa Hoffmann. Fonte: Autor, 2015.

¹²⁴ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28/01/2016.

Percebemos, posteriormente, que os critérios estabelecidos no PRSHC para novas edificações no SH tiveram algumas aplicações, dentre as quais lembramos também do atual *Restaurante Verdant*, construído na década de 1990, onde havia também uma edificação classificada como *Unidade Incaracterística*, ao lado do Solar do Rosário [Figura 103]. A solução seguia as premissas da segunda alternativa do PRSHC, que era de limitar a altura do edifício e de trabalhar com a modulação das aberturas da fachada. Neste caso, alinhava-se a altura da nova edificação pela altura da cimalha do Solar do Rosário e optava-se por criar um ritmo de aberturas na fachada, numa tentativa de criar uma arquitetura ambientada.

Os parâmetros estabelecidos no PRSHC, entretanto, não abordavam a questão do parcelamento do solo. A falta de parâmetros precisos referente ao parcelamento resultou, nos anos 1990, na construção de um espaço cultural, o Memorial de Curitiba, cuja intervenção uniu 3 lotes vazios que eram utilizados na época por um estacionamento do INSS. Até o início dos anos 1970, havia nesse local duas edificações classificadas como *Unidades Incaracterísticas*, que mostramos na Figura 92, p. 170. Embora os arquitetos autores do projeto do Memorial de Curitiba¹²⁵ tenham tentado alinhar as alturas da nova inserção com as edificações do entorno, o fato de ser unido os antigos lotes resultou numa intervenção que extrapolou a escala e as características morfológicas do Setor Histórico. [Figura 104]

Figura 103: O restaurante Verdant (em verde). Construído nos anos 1990, seguia a alternativa 2 apontada pelo PRSHC, resultando numa arquitetura nova, porém ambientada, seja pelos alinhamentos – em implantação e em altura – tomados do Solar do Rosário (*Unidade-Monumento*, em rosa) como referência principal, como também pela modulação das aberturas. Fonte: Foto do autor, 2015.

¹²⁵ Projeto de autoria dos arquitetos Jaime Lerner, Fernando Popp e Valéria Bechara.

Figura 104: Memorial de Curitiba, construído nos anos 1990. Fonte: Foto do autor, 2015.

2.3.2.3. O sistema viário

As diretrizes viárias detalhadas no PRSHC incorporavam aquelas estabelecidas no Plano Diretor para a abertura da passagem da via *Estrutural Norte*, partindo da rua Barão do Serro Azul, ligando-se à Travessa Nestor de Castro e, em seguida, à Rua Augusto Stelfeld. Todavia, no PRSHC propunha-se uma solução diversa daquela do Plano Diretor: a ideia era que a nova via estrutural passasse sob as ruas José Bonifácio e do Rosário, a fim de preservar, pelo menos, o traçado urbano que ligava o Largo da Ordem e a Praça Garibaldi à Praça Tiradentes. [Figura 105]

Figura 105: Trecho do Mapa 06, referente às trincheiras propostas na via *Estrutural Norte*. O PRSHC não se opunha à passagem da via *Estrutural Norte* prevista no Plano Diretor para aquela área, mas propunha que a nova via passasse sob as vias preexistentes. Apenas a trincheira da rua Dr. Muricy foi executada. No final dessa dissertação, nos anexos, encontra-se o Mapa 06 em tamanho maior para visualização. Fonte: IPPUC, 1970.

Apesar do PRSHC sugerir a solução da passagem da via *Estrutural Norte* sob as ruas preexistentes, esta solução não foi adotada pelo IPPUC, prevalecendo a ação demolitória e de arrasamento do tecido urbano.¹²⁶

Ainda em relação ao sistema viário, o PRSHC previa a restrição de algumas ruas do SH para os veículos, a fim de privilegiar os espaços de encontro e convívio do pedestre, seguindo a ideia prevista para a região da Rua XV de Novembro. Esta diretriz tinha sido apontada nas premissas de Lerner para a pedestrianização daquela área, em 1966, de modo a ligar o SH às ações previstas para a região da Rua XV de novembro e da Praça Generoso Marques.

Numa primeira etapa, propunha-se restringir o tráfego da região da Praça Garibaldi até a Praça Tiradentes, e na segunda etapa, prosseguiria até a Praça Generoso Marques, fechando assim o circuito de pedestrianização. Para o Largo da Ordem, propunha-se que este fosse preparado para receber exposições e espetáculos ao ar livre, desde que mantivesse o antigo bebedouro existente no local. Para as áreas pedestrianizadas seria permitido apenas o acesso de veículos de carga e descarga no período da manhã.¹²⁷ [Figura 106]

Figura 106: Mapa 06, referente ao sistema viário. Identificamos nas áreas hachuradas a proposta de pedestrianização do Setor Histórico, que incluía a região da praça Garibaldi, o Largo da Ordem e a praça Generoso Marques. Fonte: IPPUC, 1970.

¹²⁶ IPPUC. **Plano de Revitalização...**op. cit., 1970. pp. 35 e 36.

¹²⁷ Ibid.

Além da questão da pedestrianização e humanização dos espaços, percebemos que a proposta tendia a conferir também um aspecto museológico ao SH, por meio de diversos “esquemas viários” ao redor, que colocavam o conjunto urbano à parte da vida e da circulação cotidiana da cidade, principalmente pelo fato de querer transformá-lo em uma área de uso predominantemente turístico, cultural e de lazer. A implementação das obras viárias será retomada no capítulo 3, nos tópicos 3.2. e 3.3.3.

2.3.3. As propostas de usos no Setor Histórico

No PRSHC, eram detalhadas as diretrizes de uso do solo previstas no Plano Diretor, as quais tinham como objetivo transformar o SH em um polo turístico-cultural e de lazer. Uma das motivações que identificamos no PRSHC para a inserção dessas atividades era aquela de que o aproveitamento turístico da área poderia contribuir para a preservação e conservação do conjunto urbano. Nesse sentido, o PRSHC previa *“a possibilidade de transformação da área em um centro que concentre equipamentos de cultura e determinadas atividades comerciais, ambos significativos como atração turística, e capazes de uma revitalização da área.”* [sic]¹²⁸

No que respeita aos usos existentes, no PRSHC, argumentava-se que devido à *“estagnação do antigo centro”* [sic]¹²⁹ seria fácil a substituição do comércio local por novos usos.¹³⁰ O posicionamento de Lyra quanto à substituição dos estabelecimentos existentes por atividades economicamente rentáveis ligadas ao turismo, como meio de compensação à preservação dos imóveis, fica mais evidente no trecho da matéria noticiada pelo jornal Diário do Paraná, de 17 de janeiro de 1971:

Essa modificação a ser empreendida agora, deveria ser orientada no sentido de renovação do uso das unidades a preservar, de maneira que as medidas de salvaguarda se complementassem com medidas de revitalização do uso, pelo equacionamento dessas duas ordens de medidas, procuramos ressaltar que a integridade da arquitetura e dos ambientes será protegida desde que seus usuários tenham interesse nessa proteção. A preservação se efetivará de fato no momento em que passar a significar um investimento compensador. Neste sentido este plano vê a possibilidade de transformação da área em um centro que concentre equipamentos de cultura e determinadas atividades comerciais, ambos significativos como atração turística e capazes de uma revitalização da área.¹³¹ [grifo nosso]

É interessante salientar que, antes da elaboração do PRSHC, a Prefeitura de Curitiba e o IPPUC já tinham iniciado algumas articulações para viabilizar a proposta de transformar o SH num polo turístico, cultural e de lazer. Alguns jornais da época revelam que houve reuniões entre técnicos do IPPUC, a Associação Comercial do Paraná e demais comerciantes interessados no tema, para que fossem

¹²⁸ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. p. 2.

¹²⁹ Estagnação entendida do ponto de vista econômico, pela presença de usos populares e vicinais, conforme abordamos no capítulo 1, no tópico 1.5.1.

¹³⁰ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. pp. 1 e 2.

¹³¹ ENTREGUE o Estudo visando a Revitalização Histórica. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de janeiro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=80183> Acesso em: 03/01/2016.

apresentadas sugestões ao desenvolvimento das propostas do SH.¹³² Uma das sugestões era a própria concessão de estímulos fiscais e alvarás para incentivar a instalação de atividades voltadas ao aproveitamento turístico naquelas áreas. Todavia, esta ideia já tinha sido apontada previamente por Lerner nas diretrizes para a revitalização do conjunto urbano, em 1966.¹³³

Em Curitiba, para viabilizar a proposta de transformar a área num grande atrativo turístico, cultural e de lazer, propunham-se medidas urbanísticas e turísticas, dentre as quais citamos:

- Zoneamento de uso do solo voltado ao turismo;
- Substituição dos usos considerados inadequados;
- Propostas de instalação de espaços e atrativos turísticos e culturais;
- Medidas gerais de ambientação do SH;
- Gestão das atividades culturais que seriam desenvolvidas naquela área;
- Concessão de incentivos à instalação de comércio considerado “apropriado”, voltado ao desenvolvimento do turismo.

Em referência ao uso do solo, o plano propunha que fossem permitidos: “*entidades culturais (museus, casas de cultura, bibliotecas), escritórios e consultórios, ateliers de artes plásticas e oficinas de artesanato, galerias de arte, restaurantes, moradias, cinemas e teatros, edifícios de culto, boites, floriculturas, e comércio varejista*”; permissíveis: “*hotéis, pensões, estacionamentos particulares e outros usos compatíveis, a critério do Conselho de Zoneamento*”; e proibidos: “*postos de lavagem e lubrificação, oficinas e depósitos, estabelecimentos industriais, comércio atacadista*.”¹³⁴

No que respeita aos usos propostos para os edifícios, previam-se, sobretudo, usos turístico-culturais em substituição aos usos considerados como inapropriados. Previam-se, por exemplo: um museu referente à imigração no *Belvedere* para substituir a sede da União Cívica Feminina; um museu referente à cidade ou ao exército no Palacete Wolf para substituir o cortiço que ali havia; um museu ou biblioteca no atual Solar do Rosário que tinha uso residencial; um museu de Arte Sacra no anexo da Catedral; um comércio “adequado” – de apoio ao turismo – ou um órgão cultural na Casa Hoffmann que era uma escola particular; um pavilhão de exposições na Casa Vermelha que era uma loja de ferragens; e a substituição de uso do antigo armazém do Sr. Roque Piekarz (hoje Casa Romário Martins) por outro uso considerado “compatível” com o Setor.¹³⁵ Algumas dessas propostas de usos foram implantadas e viabilizadas, com algumas alterações, na década de 1970, as quais serão apresentadas no próximo capítulo, no tópico 3.4. [Figura 107]

É importante mencionar que, na época da elaboração do plano, o Museu Paranaense – fundado em 1876 e com seu acervo tombado pelo SPHAN desde 1941 – estava para se mudar para o prédio do antigo Paço da Liberdade. Para Lyra, a utilização de uma *Unidade-Monumento* pelo Estado do Paraná

¹³² PASSADO ou futuro? **O Estado do Paraná**. Curitiba, 29 de julho de 1968.

¹³³ EMPRESARIADO estuda setores históricos. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 28 de junho de 1968; ACP vê Setor Histórico. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 de julho de 1968.

¹³⁴ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. p. 35.

¹³⁵ Ibid. pp. 31-34.

era considerada fundamental para a concretização dos objetivos do plano de revitalização, pois além de utilizar o bem, estaria promovendo uma atração turística no SH.¹³⁶

Figura 107: Trecho do Mapa 07, referente às medidas turísticas. Nesse trecho, identificamos que os imóveis classificados como Unidade-Monumento, hachurados em preto, previa-se tanto usos culturais como estabelecimentos comerciais voltados ao aproveitamento turístico da área. Nos anexos da dissertação se encontra o Mapa 06 em tamanho maior para visualização. Fonte: IPPUC, 1970.

Para o Largo da Ordem eram previstas atividades recreativas que complementassem a função cultural e de lazer dos espaços culturais. Pretendia-se transferir a feira de artes e artesanato que acontecia todos os sábados na Praça Zacarias para o SH. A feira já era considerada de grande êxito como atração turística, empreendimento cultural e, inclusive, como um meio de valorizar economicamente os produtos locais.¹³⁷ Sobre a idealização e implantação da feira, retomaremos adiante, no tópico 3.4.3.1.

No tocante ao comércio, pretendia-se criar atividades que atraíssem o turista, como restaurantes típicos, lojas de antiguidades, floriculturas, galerias de arte, ateliers de artes plásticas e lojas de souvenirs. Ademais, o plano menciona que foi realizada uma pesquisa de opinião com 40 comerciantes desse ramo, espalhados pela cidade, e que a ideia já tinha sido bem aceita.¹³⁸ Acredita-se que esta pesquisa tenha sido feita a partir das reuniões ocorridas em 1968 com a Associação Comercial do Paraná.

No que se refere à ambientação do Setor, previa-se que os equipamentos publicitários fossem padronizados em pequenas dimensões e instalados de modo perpendicular à fachada. Previa-se, igualmente, uma padronização para a pintura das edificações a serem preservadas. As construções coloniais deviam ter suas paredes pintadas de branco e as esquadrias com cores primárias. As construções ecléticas, por sua vez, deviam ter seus paramentos pintados na cor amarelo ocre, azul ou

¹³⁶ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. p. 39.

¹³⁷ Ibid. p. 40.

¹³⁸ Ibidem. p. 41.

rosa; os elementos e ornamentos destacados em branco; e as esquadrias nas cores complementares daquelas utilizadas nos paramentos. Os gradis e elementos metálicos deviam ser pintados em preto.¹³⁹ Apesar desses parâmetros, posteriormente, no final dos anos 1980, os imóveis do SH passaram por um programa de despoluição visual e de pintura, e foram pintados em cores e formas diversas daquelas especificadas no PRSHC.¹⁴⁰

Como medida turística, as barracas expositivas previstas no Largo da Ordem deveriam ser de lona com cores “vivas”.¹⁴¹ Ademais, previam-se também medidas urbanísticas quanto à requalificação das praças, pavimentação e iluminação das vias, e regras quanto à instalação de equipamentos publicitários.

Quanto à coordenação, planejamento e administração das atividades turístico-culturais propostas para o SH, o plano sugeria a criação de uma instituição que coordenasse, promovesse e divulgasse as ações e atividades do SH; além de realizar pesquisas, propor normas e investimentos relativos às atividades turístico-culturais, orientar e disciplinar o uso das unidades a serem preservadas.¹⁴² Nos anos seguintes ao PRSHC, em 1973, era criada a Fundação Cultural de Curitiba, que passaria a ser responsável pela gestão das atividades turístico-culturais do SH e de todo município. Retomaremos essa questão no próximo capítulo, no tópico 3.4.2.

Por fim, para executar as propostas de preservação do conjunto, eram previstos instrumentos de gestão, considerados “diretos”, como o tombamento das *Unidades-Monumento* somente em nível estadual pela DPHA, e indiretos, tais como: alvará de construção e reforma; incentivos fiscais e financeiros (isenção de impostos municipais como incentivo à participação do proprietário na recuperação e conservação do imóvel); isenção de certos impostos municipais para determinados tipos de comércio considerados “adequados” (turístico e cultural) instalados em unidades a preservar; e financiamento de obras de restauro através da URBS.¹⁴³ Dos incentivos fiscais propostos, apenas os descontos nos impostos municipais foram regulamentados no início dos anos 1980.¹⁴⁴

* * *

Podemos constatar ao longo do capítulo que embora o PRSHC fosse um desdobramento do Plano Diretor de 1966, Lyra contribuiu significativamente para o detalhamento das diretrizes e delimitação do SH, como profissional de maior experiência e conhecimento técnico na área de

¹³⁹ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. pp. 38 e 39.

¹⁴⁰ IPPUC. **Setor Histórico de Curitiba**: Pintura de fachadas e despoluição visual. 1ª fase – Largo da Ordem. Curitiba: IPPUC, 1988.

¹⁴¹ IPPUC. **Plano de Revitalização**...op. cit., 1970. pp. 38 e 39.

¹⁴² Ibid. p. 42.

¹⁴³ Ibidem. p. 34.

¹⁴⁴ CURITIBA, Câmara Municipal. Lei municipal nº 6202, de 17 de dezembro de 1980. Dispõe sobre os tributos municipais. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 15 de janeiro de 2017. “Art. 52 - São isentos: b) os proprietários de imóveis considerados, pela Prefeitura, de valor histórico ou cultural, obedecidos os requisitos e condições fixados em regulamento”

preservação naquele contexto, em Curitiba. Verificamos que os critérios adotados para seleção e para a elaboração das propostas revitalização do PRSHC não eram isentos de tensões e contradições.

No PRSHC não se questionava o caráter secundário da preservação do conjunto urbano. Isso se devia, primeiramente, porque as propostas eram elaboradas por um agente terceirizado pelo IPPUC, que seguia, em linhas gerais, as premissas estabelecidas no Plano Diretor. Além de que, tratava-se de uma proposta que não confrontava a questão da passagem da via *Estrutural Norte* em pleno *Centro Antigo*, mas apenas sugeria que esta passasse sob a rua José Bonifácio¹⁴⁵. Desse modo, entendemos que no PRSHC visava-se manter e revitalizar as partes do conjunto urbano que não confrontavam as questões viárias consideradas fundamentais para o planejamento urbano da cidade.

Vimos que o processo de delimitação do conjunto urbano era pautado tanto por referenciais teóricos e conceituais consultados por Cyro Corrêa Lyra, como pela sua própria experiência na delimitação do Setor Histórico de Paranaguá. Constatamos também que se tratava de um plano seletivo e que os critérios para a delimitação do conjunto urbano priorizavam mais a instância estética do que a histórica. A seleção e valoração dos bens era marcada pela priorização de conjuntos urbanos de qualidade paisagística e de unidade e homogeneidade arquitetônica. Todavia, verificamos que determinados critérios e escolhas adotados evidenciavam posturas convencionais para a época, marcadas por preferências estilísticas e certa dose de subjetividade. A priorização de tais critérios estéticos resultou numa proposta de proteção que excluía áreas importantes e fundamentais para a história da ocupação urbana de Curitiba, como a Praça Tiradentes e a Rua XV de Novembro por não comporem o ambiente idealizado.

Apesar do PRSHC evidenciar essas tensões, devemos mencionar que se trata de um plano que também teve seus méritos, pois esteve à frente de seu tempo por atribuir valor à arquitetura eclética e art-nouveau, e por ser uma iniciativa pioneira, municipal e vinculada ao planejamento urbano da cidade. Em um momento no qual o SPHAN não demonstrava nenhum interesse pelo patrimônio cultural edificado de Curitiba.¹⁴⁶

O PRSHC foi finalizado ainda mesmo em 1970 e começou a ser implementado junto com o Plano Diretor a partir da primeira gestão municipal de Jaime Lerner, entre 1971 e 1974, prosseguindo até a sua segunda gestão, entre 1979 e 1983. Durante esse período, sua gestão esteve comprometida em implantar os projetos detalhados e elaborados pelo IPPUC entre 1966 e 1970, a fim de ordenar o crescimento urbano da cidade, de pedestrianizar o *Centro Antigo* e de estimular o desenvolvimento e a revitalização do SH por meio da implantação de atividades de lazer, turísticas e culturais. Nesse contexto, foram restaurados diversos imóveis no SH, a fim de serem ocupados por espaços culturais, seja pela iniciativa privada ou pelo poder público municipal e estadual. A implantação das diretrizes urbanísticas previstas no Plano Diretor e no PRSHC e as suas repercussões, no período de 1971 a 1983, serão abordadas no capítulo a seguir.

¹⁴⁵ Via que interligava a Catedral ao Largo da Ordem.

¹⁴⁶ No tópico 1.3.1.2 nós sugerimos os possíveis motivos para o SPHAN não ter se interessado pela tutela de bens edificados em Curitiba até a década de 1970.

03

**Destruição e revitalização
no Centro Antigo da
"Cidade Modelo"**

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1985. Fonte: IPPUC

3. DESTRUIÇÃO E REVITALIZAÇÃO NO *CENTRO ANTIGO* DA “CIDADE-MODELO”

A partir dos anos 1970, iniciava-se o processo de implantação do Plano Diretor e do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba. O marco inicial desse processo é a primeira gestão de Jaime Lerner como prefeito de Curitiba, entre 1971 e 1975. A implantação dos planos e a sua consolidação se deu durante o Regime Militar, no período denominado como “Milagre Econômico”, ao longo de 12 anos, até o término do segundo mandato de Lerner como prefeito de Curitiba, em 1983. É esse período que alguns autores identificam como o período de modernização da cidade e o início da construção da imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo”.

É também no período compreendido entre 1971 e 1983 que foram executadas as principais obras e diretrizes previstas nos planos urbanísticos de 1965, 1966 e 1970, como: o sistema viário; o sistema de transporte coletivo; os programas ambientais e os parques urbanos; a Cidade Industrial de Curitiba; a criação de espaços voltados aos usos turísticos, culturais e de lazer; e, ainda, as primeiras ações no *Centro Antigo* de Curitiba, com a execução das obras de revitalização do Setor Histórico e de pedestrianização da Rua XV de Novembro.

A implementação de todas as ações, especialmente daquelas que incidiram sobre o *Centro Antigo* de Curitiba, foram marcadas por conflitos, tensões e disputas entre agentes do poder público e a população local, e ainda entre as prioridades de planejamento urbano e a preservação do patrimônio cultural edificado. Fizeram parte dessas tensões: desapropriações e remoção de moradores para viabilização de planos urbanísticos; destruição; demolições e descaracterização do tecido urbano; ações de pedestrianização com a mudança do perfil socioeconômico das vias; restauros estilísticos, revitalizações cênicas e a instalação de usos turísticos e culturais; e ainda o enobrecimento de determinados espaços urbanos.

No *Centro Antigo* de Curitiba, dentre as obras executadas, o processo de implantação da via *Estrutural Norte* com o arrasamento de parte da malha urbana antiga traduz boa parte dessas tensões. Lembramos que essa era uma das ações prioritárias previstas no PPU, em 1965, pois a ela era atribuída a solução dos problemas de tráfego urbano do *Centro Principal* de Curitiba. Por outro lado, como vimos no capítulo 1, essa ação era contraditória, pois em 1966 propunha-se a criação, proteção e revitalização do Setor Histórico de Curitiba na região que seria atingida pela via. Deste modo, veremos que a sua implantação não foi isenta de tensões entre Prefeitura e os moradores locais, entre planejamento urbano e preservação, e ainda entre o IPPUC e a imprensa local, a qual questionava o poder público sobre o valor histórico dos imóveis atingidos pela passagem da via.

A outra ação prioritária das gestões de Jaime Lerner foram as obras de pedestrianização do *Centro Antigo*, iniciadas em 1972, representadas pela Rua XV de Novembro e pelo SH. Essas ações também foram marcadas por fortes tensões e conflitos entre a Prefeitura e os comerciantes locais, as quais levaram o poder público a elaborar um conjunto de estratégias para viabilizar o fechamento das vias ao tráfego de veículos, como também para impor e consolidar a nova conformação viária. Entre tais

estratégias estava o tombamento estadual da Paisagem Urbana da Rua XV, em 1974, efetuado após inúmeros embates com os comerciantes locais, como medida preventiva de proteção à obra do calçamento que já tinha sido implantada em alguns trechos. É a partir dessas ações, somadas aos usos turísticos, culturais e de lazer, que o perfil socioeconômico, os usos e os hábitos tradicionais do curitibano alteravam-se em relação àqueles que havia na cidade existente.

No Setor Histórico de Curitiba, eram os usos culturais propostos pelo IPPUC que passavam a ditar a nova conformação daquele recorte urbano. É nesse período que algumas edificações foram desapropriadas, seus moradores retirados, e os usos preexistentes como moradias, açougues, mercearias, pensões e cortiços substituídos por arquivos históricos, espaços expositivos e departamentos voltados à cultura. É dessa época: a criação da Feira de Artesanato no Largo da Ordem; a restauração da Casa Romário Martins; do Palacete Wolf; do Paço da Liberdade; e da Igreja da Ordem. É desse período também a criação da Fundação Cultural de Curitiba como órgão municipal encarregado de propor e gerir as políticas culturais do município, com atividades e atrações que passariam a fazer parte do cotidiano desses espaços urbanos centrais de Curitiba. É a partir da implantação dessas políticas culturais e das diretrizes urbanísticas de uso do solo, que o conjunto urbano se funcionalizou. Passaram-se a se instalar no SH diversos estabelecimentos voltados ao turismo e ao entretenimento, os quais criaram um ambiente insustentável para a permanência de antigos moradores e comerciantes. O Setor Histórico idealizado não comportou o conjunto urbano preexistente com a sua população.

Deste modo, o objetivo deste capítulo é compreender e discutir as tensões, estratégias e conflitos presentes no processo de implantação dos planos urbanísticos no *Centro Antigo* de Curitiba no período compreendido entre 1971 e 1983.

Para responder a esse objetivo, desenvolvemos uma pesquisa sobre o processo de implantação do Plano Diretor e do Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba no *Centro Antigo* da cidade. A partir de então, listamos cinco questões que consideramos essenciais para serem abordadas ao longo do capítulo: Quais foram as estratégias e fatores que contribuíram para a implantação dos planos urbanísticos? Como essas estratégias e fatores forjaram imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo”? Quais foram as estratégias utilizadas para a implementação de projetos urbanísticos incidentes sobre o *Centro Antigo* de Curitiba, como a passagem da via *Estrutural Norte*, a Rua XV de Novembro e a revitalização do Setor Histórico de Curitiba? Quais foram os conflitos, contradições e tensões presentes no processo de implantação desses projetos? Qual foi a repercussão deles na mídia e na comunidade local?

Para responder a essas questões, optamos por estruturar o terceiro capítulo em quatro partes: a primeira referente aos fatores que contribuíram para a implantação dos planos urbanísticos e para a construção da imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo”; a segunda parte referente à implantação da via *Estrutural Norte* no *Centro Antigo* de Curitiba; a terceira relacionada às obras de pedestrianização da Rua XV de Novembro e do Setor Histórico; e por fim a quarta parte referente à criação e consolidação do Setor Histórico como polo turístico-cultural e de lazer da cidade.

3.1. JAIME LERNER E A CONSTRUÇÃO DA “CIDADE-MODELO” (1971-1983)

Em 1970 Curitiba possuía 624.362 habitantes. Nessa época, tratava-se da segunda mais populosa da região Sul do país, depois de Porto Alegre.¹ Tratava-se de uma cidade que vinha passando por um processo de crescimento populacional desde meados da década de 1950 e que alcançaria 1.052.147 habitantes em 1980. Era, então, uma cidade mediana para o contexto brasileiro, a qual permitia diversas possibilidades de expansão territorial e de ordenamento urbano dentro da própria área municipal.

Na década de 1970 iniciava-se o processo de implantação de uma série de projetos elaborados pelo IPPUC, como desdobramento do Plano Diretor. A viabilização desses projetos tornou-se possível devido a um conjunto de fatores políticos, econômicos e técnicos, aliados a estratégias de *city marketing*², que somados permitiram a execução e consolidação do Plano Diretor de Curitiba, e ainda a construção da imagem da cidade como referência de planejamento urbano em nível nacional e internacional. É referente a esse conjunto de fatores que trataremos a seguir:

3.1.1. A nomeação de Jaime Lerner como Prefeito de Curitiba.

Dentre os fatores que identificamos, o primeiro que citamos se trata da nomeação de Jaime Lerner para o cargo de Prefeito pelo então governador do Paraná, Haroldo Leon Peres. Nessa época, durante o Regime Militar, tanto o chefe do poder executivo federal quanto do estadual estavam vinculados ao partido ARENA. Era a esse partido que Jaime Lerner se filiou para assumir o cargo de Prefeito de Curitiba.³

Um dos motivos que observamos para a indicação de Lerner ao cargo de Prefeito estava relacionado a um trabalho anterior que Lerner tinha prestado a Peres. No final da década de 1960, Lerner era sócio do arquiteto Domingos Bongestabs e o seu escritório localizava-se na praça Osório, no centro de Curitiba. Eles trabalhavam no mesmo edifício do escritório de exportação de café de Leon Peres, que nesta época era deputado federal. Inicialmente, a relação entre Lerner e Peres era estritamente formal, mas aos poucos se estreitou ao ponto de Peres convidar Lerner para projetar a reforma de sua nova casa em Curitiba, em 1969. Nesse tempo, Lerner, que era presidente do IPPUC (1968-1969), pediu demissão da presidência devido a desentendimentos com o então Prefeito Omar Sabbag (1967-1971). No segundo semestre de 1970, Leon Peres foi indicado ao cargo de Governador

¹ Em 1970, Porto Alegre era maior que Curitiba, possuindo 903.175 habitantes. Atualmente, Curitiba é a maior cidade da região Sul do país, com população estimada de 1.893.997 habitantes; seguida de Porto Alegre com população estimada de 1.481.019 habitantes. Conforme dados do IBGE.

² A definição de *city marketing* foi dada na nota 5, na introdução, página 27.

³ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**: a construção social de uma imagem hegemônica, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993. p. 43.

do Estado do Paraná pelo Presidente Emílio Garrastazu Médici. A partir de então Peres convidou Lerner para assumir a Prefeitura de Curitiba.⁴

Sobre o contexto no qual Jaime Lerner foi convidado a assumir o cargo de Prefeito de Curitiba, reproduzimos abaixo seu próprio depoimento:

Em 1970, começou o trabalho nas diretrizes na Região Metropolitana de Curitiba, com o novo governo que se avizinhava. Governador nomeado, que evidentemente, como todos os governadores na época nomeados no país, não queria sombra política – a tendência era a escolha de profissionais para as prefeituras das grandes cidades. E eu era o presidente do IAB. O IAB era um rodízio, vários já passaram por isso e ninguém se arrependeu. Por ser Presidente do IAB, o governo que se instalava pediu que eu reunisse alguns profissionais e fizesse uma proposta em relação à Região Metropolitana. Nós reunimos, o [arquiteto] Joel [Ramalho], eu e vários profissionais que trabalhavam no IPPUC naquela época e começamos a elaborar algumas ideias. Listamos uns 40 ou 50 pontos que achávamos que deveriam ser feitos. A ideia eu entreguei no escritório de planejamento do governo e disse: “quando for definido o prefeito, pelo menos queremos ter a satisfação de ter uma reunião e expor aquilo que pensamos”.

Aconteceu uma reunião do IAB em Brasília, eu também era Presidente do IAB e membro do Conselho Superior. Caiu doente, naquela reunião, o [arquiteto] Henrique Mindlin. A reunião foi cancelada e na saída do hotel encontrei com quem seria o futuro governador, Haroldo Leon Peres. Começamos a conversar sobre os relatórios apresentados e a discutir Curitiba. No final da conversa ele me convidou para ser o prefeito de Curitiba. Então eu tive esta oportunidade rara.⁵ [grifo nosso]

Outro motivo que identificamos para a nomeação de Lerner como Prefeito de Curitiba, está relacionado a seus vínculos anteriores com os quadros técnicos locais no período de institucionalização do planejamento do urbano em Curitiba, que abordamos ao longo do capítulo 1. A escolha de Lerner para Prefeito estava associada, primeiramente, a seu perfil de liderança e de técnico-urbanista, e não especificamente a partidos políticos, pois até então Lerner não possuía vínculos partidários. Nesse sentido, para o então governo estadual, há de se destacar que Lerner não representava também uma ameaça política que poderia desestabilizar a relação entre Estado e Município. Além disso, a nomeação de Lerner obedecia a uma composição de forças políticas em três níveis de poder – federal, estadual e municipal –, representadas pelo partido ARENA, as quais estavam comprometidas com projetos de modernização de cidades, de crescimento econômico mediante investimentos na industrialização, na modernização do espaço urbano com ênfase no rodoviarismo e em cirurgias viárias de impacto, com investimentos no setor de transportes. Jaime Lerner, como arquiteto inteirado e comprometido com o Plano Diretor Curitiba, representava para os governos estadual e federal a possibilidade de implementar as diretrizes da política desenvolvimentista desse período, por meio da implantação dos projetos desenvolvidos pelo IPPUC.⁶

⁴ DUDEQUE, Irã Taborda. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010. pp. 209 e 210.

⁵ LERNER, Jaime. Palestra realizada no Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Paraná – IAB-PR em 23 de junho de 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto**: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná. Curitiba: UFPR, 2012. p. 116.

⁶ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. p. 43.

A nomeação de Lerner para o cargo de Prefeito de Curitiba, como técnico e urbanista comprometido profissionalmente e politicamente com o Plano Diretor, foi um fator fundamental para a viabilização da política nacional de desenvolvimento urbano na cidade. Em Curitiba, a escolha e manutenção de Jaime Lerner no poder implicava também na difusão de um discurso de que para ocupar o cargo mais alto do executivo local, o fato de ter um técnico e urbanista poderia garantir maior racionalidade e competência técnica para a gestão e execução de intervenções urbanísticas.

É interessante mencionar que o discurso de competência técnica associada ao cargo de Prefeito de Curitiba permanece ainda hoje no senso comum de eleitores curitibanos, visto que nas últimas eleições – em 2016 – o ex-prefeito e engenheiro do IPPUC, Rafael Greca de Macedo, que nos anos 1980 e 1990 era do mesmo grupo político de Lerner, conseguiu conquistar os votos necessários para sua eleição sob o discurso de conhecimento técnico-urbanístico e de experiência política.⁷

3.1.2. O IPPUC no topo da hierarquia municipal

O segundo fator que identificamos no processo de planejamento urbano de Curitiba foi a inserção do IPPUC no topo da hierarquia das estruturas governamentais do município.

Em 1971, ao assumir o cargo de Prefeito, Lerner, que estava totalmente identificado com o Plano Diretor, concedia ao IPPUC amplos poderes de atuação em Curitiba. Ao Instituto era dada não apenas a função de pesquisar e planejar, mas também de coordenar, controlar a implantação e gerir todos os programas de reformas da Prefeitura, desde os aspectos urbanísticos e financeiros, a questões de educação, habitação, circulação e lazer.⁸ Deste modo, o IPPUC ficava vinculado diretamente ao Prefeito, e passava a ser a autarquia de maior importância na hierarquia municipal, como ente responsável por pensar a gestão com soluções estratégicas para todos os outros departamentos municipais. As outras estruturas da Prefeitura ficavam subordinadas às propostas elaboradas pelo IPPUC. O Departamento de Urbanismo, por exemplo, passava a se ocupar apenas da aplicação e fiscalização do zoneamento em vigor – elaborado pelo IPPUC –, além de ser responsável pela emissão de alvarás de construção. A Companhia de Urbanização – URBS, por sua vez, passava a ser responsável pela execução das obras municipais projetadas pelo IPPUC.⁹

Em relação às políticas de patrimoniais, é interessante destacar que essas também estavam – e ainda estão – atreladas às decisões do IPPUC. Não havia uma Secretaria de Cultura, um órgão municipal de preservação do patrimônio cultural ou um Conselho Municipal de Patrimônio que tomava as decisões

⁷ **Rafael Greca de Macedo** (1956), é graduado em Economia pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná, em 1977, e em engenharia civil pela UFPR, em 1978. Foi engenheiro do IPPUC; vereador; prefeito de Curitiba entre 1993 e 1996; Ministro do Esporte e do Turismo, entre 1999 e 2000; deputado federal, entre 1999 e 2003; deputado estadual, entre 2003 e 2007; e atual prefeito de Curitiba. No seu discurso para eleição ao cargo de prefeito, em 2016, intitulava-se urbanista pela sua experiência profissional no IPPUC, mas sem possuir graduação em Arquitetura e Urbanismo.

⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. p. 44.

⁹ DUDEQUE, Irã Taborda. *Nenhum dia sem uma linha*...op. cit., 2010. p. 218.

e discutia as questões inerentes à preservação. Até então, todas as decisões estavam centralizadas no IPPUC.

3.1.3. Banco de projetos

O terceiro fator estava relacionado a um banco de projetos arquitetônicos e urbanísticos, elaborados pelo IPPUC como ação de desdobramento do Plano Diretor de Curitiba, os quais estavam **prontos para execução** quando Jaime Lerner assumiu a prefeitura.

Após a saída do prefeito Ivo Arzua Pereira, em 1967, o IPPUC permaneceu à margem das prioridades de gestão do então prefeito Omar Sabbag (1967-1971), conforme mencionamos no final do capítulo 1, p. 115. Nesse período, por quatro anos, os técnicos do IPPUC desenvolveram um número considerável de levantamentos, estudos, propostas e projetos como desdobramentos do Plano Diretor, para serem executados num momento político favorável. Quando estes técnicos chegaram ao poder, no início da gestão de Lerner, os projetos já estavam prontos para captação de recursos e execução.

Consideramos esse fator um aspecto fundamental para o sucesso da implantação do Plano Diretor, pois, em geral, as cidades brasileiras não possuem um banco de projetos prontos para execução de obras em momentos propícios. Geralmente, quando se possui algum recurso, é que se elaboram os projetos para então tentar executá-los. Curitiba teve o seu tempo para a elaboração de um banco de projetos, os quais puderam ser orquestrados juntos e de forma estratégica num período econômico e político favorável.

3.1.4. Técnicos do IPPUC na gestão de Lerner

O quarto fator referia-se à indicação de técnicos – arquitetos e engenheiros que estavam diretamente relacionados com a elaboração e detalhamento do Plano Diretor – para composição do secretariado e gabinete de Jaime Lerner.

Para fazer parte dessa gestão, Lerner convocava seus ex-colegas – arquitetos e engenheiros – do IPPUC para montar uma equipe de trabalho e assumir a presidência de órgãos e as secretarias da administração pública municipal, a fim de que os projetos elaborados a partir do Plano Diretor fossem priorizados por todos os departamentos da prefeitura.

Eu procurei juntar a equipe que tinha todo um sonho de mudar a cidade e coloquei como condição de que nossa equipe tivesse realmente condições de trabalhar como nós gostaríamos. E começamos o que eu considero uma fase fundamental das mudanças de Curitiba.¹⁰

¹⁰ LERNER, Jaime. Palestra...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do...**op. cit., 2012. p. 116.

Ao indicar esses agentes para assumir as secretarias, Lerner visava romper qualquer resistência que houvesse nos departamentos municipais, a fim de que o Plano Diretor fosse implantado por aqueles mesmos que o conceberam, conforme nos revela o arquiteto Luiz Forte Netto:

Jaime Lerner foi indicado para ser prefeito da cidade. E ele, assim que assumiu a Prefeitura, teve uma atitude extremamente inteligente: pegou todo o pessoal que compunha aquela estrutura que vinha preparando programas e projetos há quatro anos e praticamente designou todos para chefias de departamentos da Prefeitura. O [eng. Eduardo] Marangón foi para a chefia do Departamento de Obras, o Manuel Ribas assumiu o Departamento de Urbanismo, a [eng. ª] Dúlcia [Auríquio] ficou no IPPUC, a [eng. ª] Franchette [Rischbieter] foi chefiar o Gabinete do Executivo, o [eng.] Nicolau Klüppel assumiu o setor de saneamento do Departamento de Obras, o [adv. Eduardo Rocha] Virmond foi levado para a assessoria jurídica do prefeito, alguns outros foram para a COHAB-CT, o [eng. e arq.] Lubomir Ficinski [Dunin] foi para a chefia do IPPUC. O Jaime também conseguiu que o [arq.] Marcos Prado fosse designado para a chefia do Detran, para garantir que o sistema de trânsito obedecesse ao previsto no Plano Diretor da Cidade. Foi uma atitude extremamente inteligente: aquelas pessoas eram as que planejavam as obras que deveriam ser feitas, portanto não precisavam ser convencidas de que eram necessárias. Assim, no dia seguinte em que assumiu a prefeitura, o Jaime saiu fazendo obras porque os programas, os projetos estavam prontos. Em face disso consolidou a sua posição como prefeito.¹¹ [grifo nosso]

Nesse sentido, devemos frisar que, no contexto brasileiro, foi apenas em Curitiba que um conjunto de técnicos – arquitetos e engenheiros – vinculados a uma autarquia de planejamento urbano, chegaram aos cargos mais altos do executivo municipal e concentraram tamanho poder político para articular com sucesso as diversas entidades e instâncias municipais no processo de execução dos projetos urbanísticos previstos no Plano Diretor.¹²

Nesse contexto, convém ressaltar também o papel dos técnicos arquitetos e engenheiros na formulação da imagem de Curitiba. Para García, é a partir da indicação desses agentes para os quadros políticos do município que a imagem da cidade de Curitiba foi se configurando, no decorrer dos anos, como a “*cidade dos arquitetos*”, como imagem incorporada inclusive a nível de senso comum e reiteradamente vinculada pela mídia como fator positivo do processo de implementação do Plano Diretor. O conhecimento técnico do urbanismo tornava-se, na época, um valor fundamental para a política local, o que chegava a conferir aos técnicos envolvidos na implementação do Plano Diretor a legitimidade política para exercer o poder de transformar a realidade local.¹³

3.1.5. A continuidade política

O quinto fator para a implantação do Plano Diretor de Curitiba foi a continuidade política de Lerner e seu grupo no poder, os quais também estavam comprometidos com a implantação do Plano

¹¹ FORTE NETTO, Luiz. Depoimento. 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, setembro de 1991. (Depoimentos, 7). pp. 64 e 65

¹² OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000. p. 33.

¹³ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. pp. 28 e 29.

Diretor. A primeira gestão de Jaime Lerner, de 1971 a 1975, é considerada a mais importante por diversos autores – Dudeque, García, Oba e Oliveira –, pois foi neste período que se iniciou o processo de implantação das diretrizes urbanísticas previstas no Plano Diretor. É nesse único mandato que foram materializadas as principais estratégias de intervenção no espaço urbano previstas no Plano Diretor.

Após a sua primeira gestão, assumiu o prefeito e engenheiro Saul Raiz (1975-1979), também indicado pelo então governador do Paraná Jaime Canet Júnior do partido ARENA. Raiz também era um profissional amplamente identificado com o plano e, em seu mandato, manteve os principais quadros políticos e técnicos do período de Jaime Lerner, dando continuidade à implantação das diretrizes urbanísticas do Plano Diretor, conforme depoimento do arquiteto Lubomir Ficinski Dunin do IPPUC:

[Saul Raiz] Foi o homem que consolidou as coisas, um administrador nato. Não teve a mesma criatividade [de Lerner], mas foi um administrador que deu sustentação a ela. Garantiu a implantação do Plano Diretor de Curitiba. Consolidou-o, arrumou dinheiro – aí a fundo perdido, graças ao bom estigma que Curitiba já tinha. O que o Saul trouxe de dinheiro a fundo perdido para a cidade foi uma barbaridade! E ele se submeteu ao Plano.¹⁴ [grifo nosso]

Na gestão seguinte, Jaime Lerner era nomeado pelo então governador Ney Braga para ocupar pela segunda vez o cargo de prefeito no período 1979-1983, filiando-se novamente ao partido ARENA que permanecia no poder executivo estadual e municipal desde 1971. Nesse período, Lerner dava continuidade à implantação do Plano Diretor e à descentralização das ações da prefeitura para os bairros. Era dessa época a criação da Rede Integrada de Transportes, a implantação de um sistema de ciclovias na cidade, a implantação do Parque Regional do Iguaçu e do Bosque João Paulo II e a continuidade das ações de pedestrianização no *Centro Antigo* de Curitiba.

É durante essas três gestões que percebemos que o Plano Diretor de Curitiba foi implantado em suas diretrizes gerais, tornando-se praticamente irreversível nas gestões que se sucederam.

3.1.6. Governo Federal e bancos na viabilização do plano

O sexto fator foi o interesse do Governo Federal e de bancos nacionais e internacionais no financiamento dos projetos de requalificação e “modernização” da cidade. Nas décadas de 1960 e 1970, durante o Regime Militar, as ações de planejamento urbano eram valorizadas e incentivadas pelo governo federal, dentro de uma política nacional de desenvolvimento urbano que criou órgãos governamentais voltados especificamente a questões habitacionais, de transportes e de planejamento. Era nessa época que foram criados o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), em 1964, o Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1964, e a Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU), em 1975. A temática do desenvolvimento urbano das cidades passava a ser incluída de forma incisiva em planos de governo, em diferentes instâncias de poder. É nesse contexto que se buscava também a

¹⁴ DUNIN, Lubomir Ficinski. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**, Curitiba: IPPUC, maio de 1990. (Depoimentos,3). p. 20.

criação de fundos de financiamento especialmente voltados para o desenvolvimento urbano, bem como para a institucionalização das regiões metropolitanas como áreas de planejamento urbano.¹⁵

A questão do planejamento urbano era incentivada como atividade fundamental às administrações locais, a fim de motivá-las a fazer as mudanças institucionais que fossem necessárias para criar condições de implementação de planos integrados de desenvolvimento econômico, social e territorial. Os planos urbanísticos eram vistos como instrumentos de controle da ocupação do solo, de administração urbana, de racionalização dos investimentos e de ações. Nesse contexto, vocábulos como orçamento, programa, plano piloto, plano de desenvolvimento, plano integrado e plano diretor passavam a fazer parte do discurso dos administradores urbanos. Para eles, o planejamento passava a ser um instrumento indispensável para o desenvolvimento urbano ordenado das grandes cidades e capitais brasileiras, cujo crescimento demográfico e territorial se expandia consideravelmente nesse período.¹⁶

Nessa época, em todo o Brasil se assistia a tentativas de implantação de determinadas políticas permanentes de intervenção no espaço urbano. Aquilo que se buscava nessa sociedade em permanente expansão e transformação, cuja população se tornava cada vez mais urbana e cuja economia se industrializava a passos largos, era a implementação de práticas de planejamento urbano. Sem dúvida, a marca mais significativa dessa época foi a construção da capital federal, Brasília, inteiramente pautada nos pressupostos do urbanismo modernista. A partir daí o processo de urbanização se intensificou a tal ponto que em meados daquela década a população urbana ultrapassava a rural pela primeira vez.¹⁷

A experiência de planejamento urbano em Curitiba refletia as determinações mais amplas da política nacional de planejamento urbano e o seu sucesso tornava-se um mecanismo fundamental para a legitimação desta política nacional durante o Regime Militar. O crédito que Curitiba conquistou com o processo de planejamento, com os projetos executivos prontos e com as estratégias de implementação foi fundamental para atrair interesse e investimentos do Governo Federal. Segundo o jornal *O Globo*, os projetos e documentos elaborados e definidos pelo IPPUC constituíam, naquela época, “*a delícia dos tecnocratas do Planalto*”¹⁸, o que dava a Curitiba maior crédito e possibilidades de captação de recursos para execução de obras.¹⁹

Em depoimentos de agentes e técnicos da prefeitura, vinculados à gestão de Lerner, verificamos que havia uma ampla participação de órgãos federais de financiamento, bem como de instituições internacionais, na viabilização dos grandes projetos de transformação urbana previstos para Curitiba. Esse envolvimento, certamente, foi também um dos fatores fundamentais que possibilitou a implantação do Plano Diretor:

¹⁵ OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*...op. cit., 2000. p. 26.

¹⁶ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. pp. 49 e 50.

¹⁷ OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*...op. cit., 2000. p. 26.

¹⁸ RODRIGUES, Ernesto. Arquiteto que vai planejar futuro do Rio deixa saudade (e críticas) em Curitiba. *O Globo*. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1983.

¹⁹ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. p. 50.

[Franchette Rischbieter:] Era fantástico, bastava ir buscar [recursos]. E Curitiba tinha uma credibilidade que nenhuma outra cidade do Brasil tinha. Tínhamos contato com o Bird e éramos os únicos clientes a prestar contas de como o dinheiro foi gasto. Então éramos filhos diletos, clientes preferenciais mesmo. E do BNH com certeza, era presidente um senhor do Nordeste, hoje na Editora Abril. Ele tinha verdadeira paixão pelo Jaime Lerner e por Curitiba.²⁰[grifo nosso]

[Luiz Forte Netto:] a época era a do planejamento urbano no País todo e o governo federal, também por influência de políticos paranaenses que ocupavam a esfera federal, adotou Curitiba no sentido de fazer da cidade um exemplo de planejamento urbano. E em função disto destinou muitos recursos para Curitiba; era fácil para a administração de Curitiba pedir e obter recursos e executar as obras planejadas. Com isto, o Jaime conseguiu implantar o Sistema Viário, o Anel central, as estruturais, dar início à implantação da Cidade Industrial, entre tantas outras obras.²¹ [grifo nosso]

[Lubomir Ficinski Dunin:] Nunca me esqueço de que, logo no início da primeira gestão do Jaime, foi feita uma exposição de uma série de cartazes dizendo o que seria feito, ano a ano. Eram painéis da cidade, com as obras que seriam feitas. Uma época veio um grupo do BNH, do qual fazia parte o Maurício Roberto. Ele estava encantado porque, de repente, na visão do arquiteto, do urbanista, aqui ele verificou que alguma coisa poderia se tornar realidade – e se tornava, em Curitiba. Isto criou todo um espaço para a cidade de Curitiba, junto a uma determinada classe profissional. Em cima disso, houve a genialidade do *marketing* do Jaime.²² [grifo nosso]

Segundo García, a ampla participação de instituições de financiamento no orçamento municipal de Curitiba é perceptível pelo crescente número de transferências e operações de crédito nos anos 71, 72, 73, 74, como aqueles do Banco Nacional de Investimentos (1971), do BNH (1971, 1972, 1973), do Banco do Brasil (1972), da Caixa Econômica Federal (1973), do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (1973), do Fundo de Desenvolvimento Urbano (1973) e do Banco Mundial (1973, 1974).²³

O Plano curitibano teve ampla sustentação econômica em pleno Regime Militar. O período de sua elaboração e implantação coincidia com a fase de retomada de crescimento e de auge do ciclo de expansão, correspondente ao período do “Milagre Econômico”. Devemos destacar que a partir de 1967, com a inflação sob controle, a ênfase se voltou para o crescimento econômico. Esta conjuntura exerceu então uma influência positiva no sentido de sustentação do Plano Diretor mediante linhas de financiamento, cuja concretização veio a se constituir na versão urbana do “Milagre Econômico”, conforme nos aponta García. Com isto, a Prefeitura conseguiu implantar nos primeiros anos da década de 1970: o calçadão da Rua XV de Novembro; as obras de revitalização do Setor Histórico de Curitiba; a reciclagem de um antigo Paio de Pólvora convertido no Teatro Paio; os Parques Barreirinha, São Lourenço e Barigui; as vias Estruturais; os ônibus expressos; e o início da implantação da Cidade Industrial de Curitiba.²⁴

²⁰ RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...**op. cit., maio de 1990. p. 7

²¹ FORTE NETTO, Luiz. Depoimento. 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...**op. cit., setembro de 1991. p. 65.

²² DUNIN, Lubomir Ficinski. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...**op. cit., maio de 1990. p. 20.

²³ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito...**op. cit., 1993. pp. 45 e 46

²⁴ Ibid. p. 51.

Com a implantação dessas obras, graças aos investimentos federais e das instituições bancárias, em meados da década de 1970, Curitiba era eleita pelo Ministério do Interior para se constituir um estudo de caso que visava investigar e identificar os critérios e fatores adotados para o sucesso da prática do planejamento urbano na cidade. Segundo o relatório emitido pelo IUPERJ/MINTER, de 1975, o que havia de notável no caso curitibano, não era a técnica de planejamento – presente em diversas cidades brasileiras –, mas a sua articulação política que priorizava a questão do planejamento urbano:

O que há de notável no “caso de Curitiba” é que tais soluções puderam ser implementadas enquanto propostas idênticas, ou equivalentes, têm abortado em outros centros urbanos. Em resumo, a originalidade do experimento curitibano está em sua dimensão político-institucional. Não é a técnica do planejamento, mas a política do planejamento o fator mais relevante.²⁵[grifo nosso]

3.1.7. O *city marketing* e a mercantilização da cidade

Identificamos como sétimo fator para a viabilização das transformações urbanísticas as estratégias de *city marketing* adotadas pela prefeitura a partir da primeira gestão de Jaime Lerner. Tratava-se de uma política estratégica de valorização das ações de planejamento urbano que estavam sendo implantadas, com o intuito de atrair investimentos para Curitiba, a fim de torná-la um lugar mais interessante para o capital.

Curitiba se destacou em nível nacional pela adoção de tais estratégias de *city marketing*, as quais tinham como objetivo principal lançar e “vender” os projetos urbanísticos nos anos 1970. Tais estratégias se intensificaram nas décadas sucessivas, especialmente nos anos 1990, como parte das políticas públicas que visavam, então, “vender” os planos urbanísticos já implementados.²⁶ A cidade tornou-se, então, um dos pioneiros e mais importantes exemplos de utilização do *city marketing* para promover a sua imagem de “Cidade-Modelo” pelo Brasil e pelo mundo, principalmente, durante as gestões do prefeito Jaime Lerner.²⁷

Em relação ao conceito de *city marketing*, García esclarece que tal estratégia se constitui na orientação da política urbana que visa à criação ou ao atendimento das necessidades do consumidor. É a construção de uma imagem para a cidade com o intuito de buscar investimentos, criando espaços e empreendimentos que sejam consumidos por turistas, empresários e pela própria população.²⁸ No

²⁵ IUPERJ/MINTER. Dimensões do planejamento urbano: o caso de Curitiba. Rio de Janeiro, 1975. apud. OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**...op. cit., 2000. p. 12.

²⁶ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing**. Curitiba: Palavra, 1997. p. 117.

²⁷ MARCHESINI JÚNIOR, Atílio. O modelo estratégico urbano de “*City Marketing*” e suas escalas de atuação. In: **Espaço em Revista**. Goiânia: UFG, v.2, n.2, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/espaco/article/view/16858/0> Acesso em: 03/11/2016.

²⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n.1, 1999. pp. 115-132.

Brasil, o termo “*city marketing*” ou “*marketing urbano*” é frequentemente utilizado para designar as políticas de promoção urbana por autores como Pereira, Duarte e Czajkowski.²⁹

No âmbito internacional, Harvey identifica que a partir dos anos 1970 um novo modelo de gestão urbana passava a ser adotado, progressivamente, por cidades de países capitalistas. O modelo denominado por ele como *empresariamento urbano* tornou os governos locais mais ativos, participativos e com ações empreendedoras. Tal modelo tinha como características um quadro de competição interurbana por recursos, empregos e capital, que tornava a cidade uma organização estruturada com o objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e um desenvolvimento voltado apenas para a lucratividade e o bem do capital. Caracterizava esse novo modelo as alianças e coligações voltadas para o desenvolvimento econômico das cidades, que tinham por finalidade tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o desenvolvimento capitalista. Nesse modelo, os governos e a administração urbana desempenhavam um papel de agilizadores dos interesses do capital.³⁰

Segundo Harvey, algumas estratégias políticas eram, e ainda são, recorrentemente adotadas nesse modelo de gestão. A primeira delas que citamos é a exploração das vantagens que a cidade possui, como recursos básicos, sua localização, ou ainda vantagens que são criadas pelo próprio município a partir da implantação de infraestrutura necessária para a exploração dos potenciais urbanos e naturais. A segunda estratégia é a modelagem da imagem da cidade por meio de intervenções urbanísticas que visam torná-la um lugar “*inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, jogar e consumir*”. Tais qualidades urbanas promovidas pelo poder público são mostradas como verdadeiros cartões de visita, cujo objetivo é de promover a publicidade das cidades e mostrar apenas os pontos, lugares, comércios, centros de consumo e diversão da melhor forma possível a chamar a atenção dos que possuem recursos financeiros para investir, gastar, consumir e financiar o crescimento das cidades.³¹

Em Curitiba, a adoção progressiva de tais políticas de caráter empresarial e de *marketing*, visavam torná-la uma mercadoria, um objeto de consumo a ser vendido num mercado competitivo de cidades com o intuito de atrair empresários, investidores e consumidores, para desenvolver a indústria e o turismo. Nesse sentido, as transformações urbanísticas implantadas pelas gestões de Lerner tinham como intuito também dotar a cidade de elementos diferenciais em relação às demais cidades brasileiras.³²

Um dos elementos diferenciais que citamos é a criação da Cidade Industrial de Curitiba, cujo objetivo era de atrair investidores internacionais para desenvolver a indústria regional, por meio da

²⁹ PEREIRA, Valnei. Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas. In: **Congresso Virtual de Turismo**, 2, 2003. Anais...2003; DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: RAP, 2007.

³⁰ HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. In: **Espaços e Debates**, São Paulo, ano 16, nº 39, 1996, pp. 48-64.

³¹ Ibid. pp. 54-55.

³² GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**...op. cit., 1997. pp. 95 e 108.

criação e consolidação de um parque industrial. A ambição de transformar a cidade em um polo industrial advinha, especialmente, do governo estadual que financiou a elaboração do Plano Preliminar de Urbanismo, conforme apontamos no tópico 1.2.4. Nesse sentido, consideramos fundamental trazer o depoimento do Eng. Karlos Rischbieter que na década de 1970 presidia o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) – antiga CODEPAR – e foi um dos responsáveis pelas articulações para atrair investimentos e indústrias para Curitiba:

Mas há outros fatores exógenos que não podem ser esquecidos [...], porque contribuíram para que as transformações pretendidas para Curitiba se efetivassem. Na década de 70, quando Jaime assumiu a Prefeitura, coincidiu com a explosão de investimentos estrangeiros no Brasil. O País vinha de uma fase de crescimento econômico, era o “país do milagre” e as atenções dos investidores estavam voltadas para cá. Eu [Karlos Rischbieter] havia saído da CODEPAR em 65, e, em 72, quando a Companhia havia se transformado no BADEP, eu voltei presidindo o Banco. [...] E aí começamos a atrair investimentos; a Bosch, a Siemens, a Volvo e tantas outras, e coincidiu que o Jaime teve a ideia da Cidade Industrial. Lembro-me bem de quando ele apareceu dizendo: “vamos fazer um parque industrial”, e eu argumentei que essa expressão parque industrial era muito conhecida e muito gasta, vinculava logo uma ideia de São Paulo, e então a ideia virou CIC. [na realidade, a criação de um parque industrial era uma diretriz já apontada pelo Plano Preliminar de Urbanismo e pelo Plano Diretor].

Na época, o Haroldo Leon Peres tinha sido afastado e o Parigot de Souza assumiu o Governo e o Maurício Schulmann era secretário da Fazenda. Então eu fui ao Schulmann e expus a ele a necessidade de nós do Paraná termos uma diferenciação em relação às demais cidades brasileiras, que também disputavam os investimentos estrangeiros. Mostrei a ele que o dinheiro de que podíamos dispor não nos colocava em vantagem, porque todos os Estados tinham a mesma coisa, todos tinham o mesmo acesso aos financiamentos do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco Central... O que nós podíamos oferecer era uma cidade, dizer aos investidores: temos uma cidade boa e uma área específica para indústria. Então produzimos material informativo sobre Curitiba, com versões em inglês, francês e japonês, e eu sai para correr o mundo a fazer contato com os investidores, convencendo-os a vir para Curitiba.³³ [grifo nosso]

A própria implantação do Plano Diretor com as obras de modernização e revitalização urbana visavam tornar-se um diferencial para atrair investidores. Eram os projetos idealizados pelos urbanistas do IPPUC, inspirados em referências urbanísticas europeias e implementados que se tornavam mercadorias e, então, passavam a moldar a imagem da cidade. Eram as obras de sistema viário, dos parques, e, inclusive, as obras de revitalização no *Centro Antigo* – o calçadão da Rua XV de Novembro e a revitalização do Setor Histórico – que eram veiculadas pelo *marketing* a fim de demonstrar que Curitiba se inseria no rol de metrópoles desenvolvidas e civilizadas, atrativas para o capital. Tal intenção é esclarecida pelo depoimento da então assessora de Lerner, a engenheira *Franchette* Rischbieter:

Na época da primeira gestão [de Lerner], implantou-se a CIC (Cidade Industrial de Curitiba), também já indicada no plano preliminar. Só que o projeto do Jorge Wilhelm era muito fraco. O IPPUC fez um estudo e se iniciou a CIC, com uma política muito agressiva de atração de investimentos para Curitiba. Houve, ao mesmo tempo uma

³³ RISCHBIETER, Karlos Heins. Depoimento. 1990. In: IPPUC. **Memória da Curitiba**. Curitiba: IPPUC, dezembro de 1990. (Depoimentos, 5). pp. 19 e 20.

série de coisas paralelas: enquanto você traz melhorias ao centro da cidade, cativa o investidor de fora. Você lhe dá a impressão de que vai morar numa cidade civilizada.³⁴ [grifo nosso]

É possível subentender no depoimento de *Franchette* que as ações de revitalização e pedestrianização do *Centro Antigo* estavam vinculadas à questão do *city marketing* e da industrialização. Revitalizar o *Centro Antigo* de Curitiba significava para os urbanistas do IPPUC, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade, em busca de investimentos, de empresários, além de novos usuários e turistas que dinamizassem a economia urbana. Esses são uns dos objetivos das revitalizações urbanísticas promovidas em áreas urbanas centrais, apontados por Vargas e Castilho:

Recuperar o centro das metrópoles nos dias atuais significa, entre outros aspectos, melhorar a imagem da cidade que, ao perpetuar a sua história, cria um espírito de comunidade e pertencimento. Significa também promover a reutilização de seus edifícios e a consequente valorização do patrimônio construído, otimizar o uso da infraestrutura estabelecida, dinamizar o comércio com o qual tem uma relação de origem, gerar novos empregos. Em suma, implementar ações em busca da atração de investimentos, de moradores, de usuários e de turistas que dinamizem a economia urbana e contribuam para a melhoria da qualidade de vida, valorizando também a gestão urbana que executa a intervenção.³⁵ [grifo nosso]

Em relação ao valor econômico que passava a ser atribuído ao patrimônio, lembramos que Choay afirma que a partir do desenvolvimento da indústria do turismo, os centros e monumentos históricos eram transformados em produtos de consumo cultural que podiam ser destinados a fins econômicos, os quais se beneficiavam simbolicamente do status histórico e patrimonial dos bens. Então, o centro histórico é colocado em cena e convertido em cenário: “*iluminado, maquiado, paramentado para fins de embelezamento e midiáticos*”, com “*palco de festivais, festas, comemorações, congressos, verdadeiros e falsos happenings que multiplicam o número dos visitantes em função da engenhosidade dos animadores culturais*”. Tais estratégias tinham como objetivo preparar os visitantes para uma “*atmosfera*” de convívio.³⁶

É interessante mencionar ainda que segundo Choay a indústria patrimonial desenvolveu os recursos de “*embalagem*”[sic], os quais permitiram oferecer os centros históricos como produtos culturais de consumo. Uma série de estratégias passavam então a ser adotadas nos projetos de revitalização, as quais permitiam:

[...] atrair e fazer que permaneçam os amantes da arte, organizar o uso do seu tempo, de desambientá-los mantendo-se a familiaridade e o conforto: sistemas gráficos de sinalização e de orientação; estereótipos do pitoresco urbano: alamedas, pracinhas, ruas, galerias para pedestres, pavimentação ou lajeados à antiga, guarnechos de mobiliário industrializado standard (candelabros, bancos, cestinhos de lixo, telefones públicos) de estilo antigo ou não, alegados, de acordo com o espaço disponível, com

³⁴ RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. pp. 8-9.

³⁵ VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). **Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. Barueri: Manole, 2015. pp. 4 e 5

³⁶ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (Trad. Luciano Vieira Machado). p. 224.

esculturas contemporâneas, chafarizes, vasos rústicos de flores e arbustos internacionais; estereótipos do lazer urbano – cafés ao ar livre com mobiliário adequado, barracas de artesãos, galerias de arte, lojas de objetos usados e ainda, sempre, por toda parte, sob todas as suas formas (regional, exótica, industrial), o restaurante”, os quais constituíram-se no estereótipo das intervenções em cidades históricas.³⁷

Devemos esclarecer que Choay escreveu esse texto em 1992, avaliando as intervenções europeias de revitalização urbana executadas a partir do desenvolvimento da indústria do turismo. Por isso, ela considera essas estratégias e elementos adotados nas obras revitalização como *estereótipos*. Apesar das obras de revitalização da década de Curitiba da 1970 possuírem algumas dessas características descritas por Choay, tal percepção de *estereótipo* não era recorrente ainda nesse período. Em Curitiba, as obras do calçadão da Rua XV de Novembro e de revitalização do Setor Histórico também traziam os elementos de lazer urbano, nas quais o patrimônio era colocado em cena pelas revitalizações e, então, se tornava um produto cultural a ser consumido pelos turistas, pelos investidores e pela população.

No processo de implantação dessas obras, enfatizamos que cada ação de revitalização era divulgada pela imprensa como um lançamento de um novo produto comercial. Além de diferenciar a cidade em relação às outras, objetivo dessas políticas em Curitiba era de conquistar também ampla adesão social. Prefeitura, empresas de publicidade e *marketing*, e os principais veículos da mídia dominavam os conteúdos e sua divulgação. Eram os meios de comunicação contemporâneos que auxiliaram na modelagem e divulgação da imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo”. Desse modo, o processo de construção da cidade extrapolava o âmbito do urbanismo e encontrava apoio em processos de manipulação de linguagens como o *marketing*, a publicidade e a psicologia social. A criatividade e a velocidade na obtenção destes elos entre diferentes campos de saber constituíam-se num conjunto de condições indispensáveis ao alcance das massas e à promoção do consumo das novas obras e bens revitalizados.³⁸

A face positiva da cidade de Curitiba divulgada pela mídia apoiava-se, sobretudo, nas estratégias de convencimento e *marketing* desenvolvidas pelo poder público. Nas estratégias de *city marketing*, apostava-se no discurso da qualidade de vida, da superioridade dos serviços urbanos, das ofertas de atrativos culturais e de lazer, comparando Curitiba a cidades do “primeiro mundo”. Desse modo, todo o processo de valorização da cidade de Curitiba desencadeado a partir da década de 1970, elevou a condição de vida de parte da população e a atração de investimentos para o município. Nas décadas sucessivas, a classe média passava a “comprar” o discurso de que a cidade era “modelo” e que viver em Curitiba era fundamental para se ter uma vida com qualidade. O lançamento frequente de obras, como “ideias criativas”, tornaram-se rotina na cidade e passaram a fazer parte do imaginário dos curitibanos,

³⁷ CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**...op. cit., 2006. p. 224.

³⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**...op. cit., 1997. pp. 33, 34, 37, 43 e 58.

a ponto de que, nas décadas sucessivas, algumas parcelas da população aguardavam com ansiedade e recebiam com curiosidade as múltiplas inovações do planejamento urbano curitibano.³⁹

Todavia, não podemos deixar de comentar que as estratégias de *city marketing*, por meio das quais o discurso oficial de cidade planejada foi divulgado, tiveram também o papel de atração de populações de baixa renda e contingentes de desempregados que chegavam, e ainda chegam, diariamente à capital, à procura de qualidade de vida, emprego e oportunidades da vida urbana da cidade divulgada como de “Primeiro Mundo”, a qual não conseguiu absorver tais demandas, impulsionando a formação de diversos bolsões de pobreza em bairros periféricos.

3.1.8. A educação urbanística

O oitavo fator que identificamos para a implementação do Plano Diretor foi a elaboração de um programa de educação urbanística, vinculado às estratégias de *city marketing*, cujo objetivo era sensibilizar a população em relação às ações empreendidas pela Prefeitura. Nesse programa, o apoio da imprensa local foi fundamental, por meio da publicação de matérias e reportagens voltadas à formação de uma opinião pública favorável ao plano e à gestão de Lerner.

Em 1965, no PPU, Wilhelm já expressava a preocupação da divulgação das ações da Prefeitura, com apoio da imprensa, para auxiliar no processo de implantação do Plano Diretor de Curitiba:

É imprescindível, para a realização harmoniosa do Plano, para, portanto, garantir um desenvolvimento harmonioso de Curitiba, que a ideia e os conceitos do Plano sejam conhecidos e aceitos pela população. Cabe à prefeitura a iniciativa dessa divulgação que poderia realizar através numerosos meios: programas de televisão, divulgação do presente relatório, redação de um texto de divulgação subordinado ao tema “Como será a Curitiba de amanhã”, preparação de professoras primárias no sentido de orientarem seus alunos, impressão e divulgação de plantas novas da cidade, divulgação do símbolo do plano, etc.⁴⁰ [grifo nosso]

Além do PPU, percebemos em depoimentos da época a importância que era dada pelo IPPUC na divulgação de matérias e ações de cunho pedagógico e doutrinário, cujo objetivo era envolver, sensibilizar e convencer a população em relação às obras executadas pela Prefeitura. Para o arquiteto Angel Bernal do IPPUC, a educação urbanística se tratava de algo fundamental para a viabilização do projeto urbanístico, na qual as gestões de Lerner investiram a fundo:

Cabe destacar que todo o processo urbanístico gerado pelo IPPUC, todo esse elenco de obras, de intervenções urbanas, fez com que a população, o cidadão curitibano, assimilasse a cidade, com ela se identificasse, se sentisse parte. De tudo, isto foi, para mim, o mais fundamental. O curitibano assimilou Curitiba, tomou posse da cidade. [...] De tudo o que se fez em Curitiba, o fundamental é esta educação urbanística da

³⁹ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**...op. cit., 1997. pp. 90, 93 e 113.

⁴⁰ SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. São Paulo: Sociedade Serete, 1965. p. 4. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 02/01/2016. p. 193.

população, esta apropriação da identidade da cidade por seus cidadãos.⁴¹ [grifo nosso]

Amplas campanhas publicitárias e uma sólida estrutura de *marketing* acionada pelo poder público municipal, em conjunto com estratégias técnicas e políticas, orquestradas juntas, permitiram ao IPPUC passar por cima de resistências e conflitos, possibilitando a implantação dos diversos projetos de modernização urbana. Ao longo dos anos 1970, verificou-se, então, uma ampliação do apoio por parte de uma parcela da população, resultando em diversas manifestações positivas sobre a imagem da “Cidade-Modelo”, embora as resistências e conflitos não cessassem. Deste modo, consideramos que o acionamento dos diversos canais de veiculação do Plano ao nível de opinião pública transformou-se em um eficaz instrumento de legitimação do projeto de modernização urbana.

Por outro lado, ao invés de envolver os cidadãos em discussões sobre a implementação do Plano, o objetivo principal das ações de educação urbanística e *marketing* era convencê-los sobre a necessidade e importância dos projetos e programas concebidos pelo IPPUC. Deste modo, o novo padrão de vida urbano proposto pelos urbanistas do IPPUC era praticamente imposto à população e à cidade existente, devendo esses se adequar às novas regras, conforme veremos ao longo deste capítulo.

Nos tópicos a seguir, abordaremos detalhadamente como se deu a implantação das principais obras previstas no Plano Diretor e no Plano de Revitalização do Setor Histórico para a região do *Centro Antigo* de Curitiba; quais foram as estratégias de ação adotadas pelas gestões municipais; qual foi o papel e a atuação da imprensa na viabilização dos objetivos traçados pelo IPPUC; e quais foram os conflitos e tensões na repercussão das ações executadas pelo poder público em relação à comunidade local e à cidade existente.

3.2. A VIA ESTRUTURAL NORTE E A DESTRUIÇÃO DO *CENTRO ANTIGO*

Uma das obras prioritárias da primeira gestão de Jaime Lerner era a implantação das *Vias Estruturais*, as quais constituíam a essência do Plano Diretor de 1966, conforme tratamos ao longo da dissertação.⁴² A proposta da *via Estrutural Norte* era de desviar o tráfego viário do *Centro Principal*, porém, seccionando o *Centro Antigo* de Curitiba. Por outro lado, o Plano Diretor tinha como diretriz a criação, proteção e revitalização do Setor Histórico de Curitiba, mas que apesar da intenção “preservacionista”, estava submetido às intervenções viárias, tão prioritárias no processo de planejamento urbano do município.

⁴¹ BERNAL, Angel Walter. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...* op. cit., maio de 1990. p. 42.

⁴² Já programada abertura da Av. Estrutural. *Diário do Paraná*. Curitiba, 27 de junho de 1971: “Esta obra está incluída no programa prioritário da administração do prefeito Jaime Lerner, dentro da filosofia do trabalho do Governo Haroldo Leon Peres, que é de promover o progresso.”; DIRETRIZES para construir a “Estrutural”. *Diário do Paraná*. Curitiba, 16 de julho de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/82543>. Acesso em: 03/01/2017: “As Estruturais Norte e Sul constituem a essência do Plano Diretor de Curitiba. Se não forem realizados não vingará o Plano.”

Por se tratar de uma obra prioritária e ao mesmo tempo contraditória em relação à preservação, a sua implementação foi intensamente abordada por jornais, sendo inclusive criticada por moradores locais e por parte da comunidade curitibana interessada na preservação da área⁴³. Essas referências nos auxiliam a compreender como a execução desta obra, em paralelo à criação do próprio Setor Histórico, repercutiu na comunidade e na imprensa local. É sobre o seu processo de implantação e a sua repercussão que trataremos a seguir.

3.2.1. A abertura da Via Estrutural Norte e a sua repercussão

As primeiras desapropriações de terrenos na área que seria atingida pela via *Estrutural Norte*, começaram no início da gestão de Lerner, em junho de 1971. Para a implementação da obra, eram necessárias cerca de 22 desapropriações, as quais incluíam: parte do terreno do Colégio da Divina Providência; uma série de imóveis comerciais e de uso misto nas ruas do Rosário, São Francisco, Barão do Serro Azul, José Bonifácio e na Travessa Nestor de Castro; além da parte posterior do prédio da Força Aérea Brasileira – atual sede da Casa da Memória –, que seria parcialmente demolido para a abertura da via. Sobre os processos de desapropriações e remoção da população local, alguns jornais da época nos mostram que estes se deram à revelia dos proprietários, contando, às vezes, com auxílio do poder judiciário:

Todos os processos de desapropriação são formados à revelia dos proprietários. A própria Prefeitura recorre aos cartórios de registro de imóveis e formaliza o processo. Isto feito cita o proprietário para comparecer, no prazo de 24 horas, ao Departamento do patrimônio para os acertos. O proprietário pode exigir um valor determinado pela sua propriedade. Se o preço está dentro do valor comercial a Prefeitura paga a indenização à vista. Caso não haja acerto então a desapropriação é feita através da Justiça para utilidade pública. Esclareceu o Departamento do Patrimônio que as indenizações são justas, mas é claro que não pagaremos a um prédio velho o valor para a construção de um novo. Na área da Estrutural Norte existem muitos prédios velhos, que sofreram depreciação pelo tempo. Com o dinheiro da indenização não será possível a construção de um outro, em outro local, mas sempre se encontra uma formula conciliatória.⁴⁴ [grifo nosso]

Identificamos também que os moradores e comerciantes da área tinham posições diversas em relação à abertura da via *Estrutural Norte*, com opiniões contra e a favor à sua passagem. De acordo com a enquête feita pelo jornal *Diário do Paraná*, em 1971, os posicionamentos eram:

Médica é contra – Flora Schachter, 46 anos, é médica formada, mas não exerce a profissão. Mora na casa n.º 151: “Porquê esta avenida passa por aqui? Tem interesses econômicos nisso. O prefeito vai matar pelo menos cinco velhinhos. Ele está blefando, quando diz que todo mundo está de acordo. Já entregamos a ele um abaixo-assinado com 141 nomes todos descontentes. A indenização paga é uma mostra somente. Esta

⁴³ Veremos adiante que alguns jornais da época apontavam que havia uma parcela da população interessada na preservação do trecho atingido pela Estrutural Norte. Todavia, os jornais não identificavam quem eram esses sujeitos.

⁴⁴ DIRETRIZES para construir a “Estrutural”. *Diário do Paraná*. Curitiba, 16 de julho de 1971.

rua é larga para que chega, bastaria suprimir alguns metros de calçada e do [ilegível]. Só sairemos daqui muito bem pagos. Estacionamento? Tem outras ruas”

Somos dois velhinhos – A sra. Justina Selotti, 71 anos, proprietária de uma mercearia em ponto alugado: “Porque nós somos dois velhinhos, vamos perder tudo. Trabalhamos aqui há doze anos. Viemos do Rio e aqui só temos isto, ainda alugado. Justina não entende de melhoria de trânsito, mas fala: “Esta é uma rua tão bonita, por que estragar?” Devia ser na Saldanha Marinho, que é uma sujeira. Aqui ninguém quer. Agora ainda acontece isto, onde vamos agora? Mas o que se vai fazer também? Tem gente aí que tá fazendo tudo, falando, gritando, mas que adianta?” [...]

Como São Paulo – Marcos Moeller, 29 anos, responsável pelo Laboratório Farmacêutico no nº 173, disse que é necessário. Como em São Paulo, [ilegível] deve ser feito já, pois a cidade está crescendo. As ruas do centro estão saturadas e temos que encontrar soluções. Há proprietários, no entanto, apreensivos com a medida e acham que vão ser prejudicados porque não conseguirão adquirir outro local com a indenização. Mas o pessoal terá que abdicar. Tudo o que vem para o progresso é necessário, mesmo que em detrimento de alguns.⁴⁵ [grifo nosso]

Percebe-se nos trechos transcritos acima a polêmica que havia em relação à passagem da via *Estrutural Norte*, em razão da remoção e indenização da população que ali estava estabelecida, e também, em função da percepção e dos significados que aquela região tinha para os moradores, conforme notamos no depoimento da sra. Justina Selotti: *“Esta é uma rua tão bonita, por que estragar?”*. Por outro lado, notamos que havia também aqueles comerciantes menos contrários às desapropriações, demolições e à passagem da via *Estrutural Norte*, em razão daquela visão de desenvolvimento e progresso vinculado a grandes obras urbanísticas e rodoviaristas, tão recorrente naquela época. Ademais, os depoimentos nos revelam também que havia uma mobilização local, por meio de abaixo-assinado, na tentativa de barrar uma das obras mais prioritárias da gestão de Lerner.⁴⁶

Além da questão das desapropriações, havia outra polêmica em relação à demolição dos edifícios antigos para a passagem da via. Assim como no caso das desapropriações, identificamos em jornais da época que havia posições diversas em relação à preservação dos imóveis pelo seu valor histórico. Por exemplo, em 1971, o jornal *Diário do Paraná* emitia uma nota explicativa sobre a obra da via *Estrutural Norte*, na qual se afirmava que o IPPUC tinha se assegurado de que os imóveis atingidos não tivessem valor histórico para serem preservados e que o Largo da Ordem fosse poupado:

MUITA GENTE está fazendo confusão com relação ao traçado da futura Estrutural Norte, entre as ruas Barão do Cerro Azul e Augusto Stelfeld. Embora alguns velhos casarões tenham de ser atingidos, a Prefeitura, através do IPPUC – preocupou-se em que não fossem os prédios de valor histórico, mas sim velhas edificações cuja demolição, na maioria dos casos, é de interesse dos proprietários. E também o Largo da Ordem – Coronel Enéas – não será atingido, pois a Estrutural passará bem abaixo. A abertura da Estrutural Norte não é coisa de agora: os estudos datam de 1966, quando da elaboração do Plano Diretor. E embora alguns proprietários mostrem-se

⁴⁵ENQUETE Prós e Contras da “Estrutural”. *Diário do Paraná*. Curitiba, 15 de julho de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/82526> Acesso em 01/11/2016.

⁴⁶ Apesar dessas oposições pela população local, é interessante destacar que a obra já estava aprovada pela Câmara Municipal no conjunto das diretrizes de planejamento urbano do Plano Diretor, desde 1966, e que no processo tramitado apenas havia manifestações contra aos custos que seriam gerados pelas desapropriações.

contrários à implantação da nova via, há outros que, mesmo sentimentalmente lamentando a demolição de antigas casas, estão colaborando com a Prefeitura.⁴⁷

Por outro lado, notamos em outros jornais que se questionava a abertura e a demolição daqueles imóveis. Por exemplo, o jornal *O Estado do Paraná*, em 1973, expressava pesar pela demolição de imóveis de valor histórico para a passagem da via *Estrutural Norte*, mas que este era o preço a ser pago pelo “progresso” e “desenvolvimento” almejado pelos urbanistas:

HISTÓRICO SOME COM PROGRESSO: O progresso fez vir abaixo casarões considerados de valor histórico. É o preço do desenvolvimento. [...]. Várias casas, alguns prédios, foram derrubados, uns muito antigos, representando uma época histórica de Curitiba, outras construídas mais recentemente, sem terem valor histórico para serem preservados. A própria Rua [ou Travessa] Nestor de Castro, extensão em que as casas “sumiram do mapa”, não deixa de ter aspectos que poderiam ser preservados. Esta é a ideia dos que sentem a necessidade de relembrar fases marcantes da nossa história.⁴⁸ [grifo nosso]

Em continuação a esta reportagem, as críticas à obra da *Estrutural Norte* eram respondidas pelo arquiteto Abrão Assad⁴⁹ – na época responsável pelo detalhamento de diversos projetos do IPPUC –, o qual esclarecia que aqueles imóveis demolidos não estavam nos limites do Setor Histórico de Curitiba. Ademais, percebemos que Assad tentava eximir o IPPUC e a gestão de Lerner das críticas, ao dizer que os edifícios demolidos não eram tão representativos do ponto de vista histórico e arquitetônico, a ponto de que justificasse a sua preservação em detrimento do sistema viário. Conforme mencionamos no capítulo 1, especialmente nos tópicos 1.3.1.1 e 1.3.1.2, essa postura era motivada tanto pelas premissas da Carta de Atenas do CIAM de 1933, quanto por preconceitos estilísticos em relação ao ecletismo:

Abrão Assad explica que o Setor Histórico de Curitiba se desenvolve desde a praça da Ordem, Ruína dos Jesuítas [ruínas de São Francisco], Praça Tiradentes, Rua José Bonifácio, em torno da Rua São Francisco, área toda ela que está sendo preservada, com planos para que seja estimulado efetivamente. Para o arquiteto, as casas derrubadas na Rua Nestor de Castro, em função da construção da Trincheira da Rua Dr. Murici e consequente escoamento do tráfego, não são tão históricas como se pode pensar à primeira vista. Pode ser que haja uma ou outra, mas a maioria não tem valor “falta-lhes as linhas arquitetônicas que possam refletir uma época, uma escola, para ser considerada histórica. Algumas não eram nem antigas”, diz ele.⁵⁰ [grifo nosso]

Percebemos também que havia questionamentos em relação ao Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba e à demolição daqueles edifícios. Na época, Cyro Corrêa Lyra, que era diretor da

⁴⁷ EM poucas linhas. *Diário do Paraná*. Curitiba, 08 de julho de 1971.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=82413> Acesso em: 03/01/2016.

⁴⁸ HISTÓRICO some com progresso: O progresso fez vir abaixo casarões considerados de valor histórico. É o preço do desenvolvimento. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 05 de abril de 1973.

⁴⁹ **Abrão Assad** (1940). Arquiteto curitibano graduado pela UFPR, em 1969. É autor do projeto da Rua das Flores, do Teatro Paíol, do Museu Paranaense e do mobiliário urbano de Curitiba. Foi premiado em vários concursos nacionais e internacionais de arquitetura, urbanismo como: Concurso Público de Anteprojetos do Museu para o monumento alusivo à Fundação de Goiânia e urbanização do bosque dos Buritis (Goiânia – 1964); no Concurso Público Internacional de Anteprojetos do Centro Turístico de San Sebastian (Espanha – 1965); no do edifício sede da Petrobrás (Rio de Janeiro – 1970); no Plano Urbano da cidade de Milwaukee (EUA – 1989). Foi assessor técnico do IPPUC.

⁵⁰ HISTÓRICO some com progresso...op. cit. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 05 de abril de 1973.

DPHA entre 1972-1974, foi questionado por parte da população interessada na preservação do patrimônio histórico⁵¹ de que o PRSHC estava sendo descumprido, em função das demolições dos imóveis preexistentes para a abertura da via *Estrutural Norte*. Em resposta aos questionamentos e críticas, Lyra defendia-se dizendo que os prédios demolidos não tinham tanta expressividade do ponto de vista histórico. Ademais, acrescentava explicitamente que nenhum prédio daqueles estava situado nos limites do Setor Histórico de Curitiba, e que nada estava sendo descumprido em relação ao plano. Lembramos que o próprio PRSHC previa a passagem da via Estrutural e por isso já excluía aqueles imóveis do Plano, sem indicar um levantamento, estudo ou análise pormenorizado de cada bem, conforme vimos no tópico 2.1.3 quando tratamos da definição da área de estudo.

Via rápida não destrói patrimônio. O diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico da SEC, arquiteto Cyro Corrêa Lyra, rebateu na semana passada acusações de que o Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, que foi feito sob sua coordenação, estaria sendo descumprido. As acusações partiram de elementos interessados na preservação de obras históricas da cidade que reclamam, sobretudo, da “inconveniência de uma via rápida [...] cruzando a parte mais antiga de Curitiba e perturbando os pedestres que antes podiam circular livremente pelo local.” Apesar de admitir que até algumas autoridades não se conscientizam da necessidade de se conservar relíquias arquitetônicas, Cyro Corrêa Lyra afirma até agora não houve qualquer dano causado a algum dos prédios situados no Setor Histórico, achando que os acusadores “estão por fora do problema”. O diretor do Departamento do Patrimônio Histórico considera seu trabalho “realista”, não cabendo nele o sentimentalismo. Segundo ele, o Plano de Revitalização, feito na gestão d[o prefeito] Omar Sabbag e que serviu de base para um decreto de Jaime Lerner, “foi um levantamento do perímetro histórico, no qual se previu o que deveria ser conservado e o que deveria ser destruído para a abertura da Augusto Stelfeldt.” [via *Estrutural Norte*] A via rápida causou o desaparecimento de prédios de menos expressão histórica em relação aos outros que existem nas redondezas.”⁵² [grifo nosso]

Outra questão que identificamos, é que os depoimentos de ambos arquitetos, Assad (1973) e Lyra (1974), dados à imprensa da época, deixam transparecer a preocupação do poder público municipal – especialmente da gestão de Jaime Lerner – com a criação do Setor Histórico de Curitiba, intimamente ligada à abertura da via, como se fosse uma ação compensatória, conforme mencionamos no capítulo 1, no tópico 1.5. Nós entendemos que a abertura da via *Estrutural Norte* contemporaneamente à revitalização do Setor Histórico tinha a função estratégica de demonstrar que gestão de Lerner resolvia os problemas de tráfego viário do *Centro Antigo*, ao mesmo tempo que promovia ações de revitalização e “preservação” daquele setor. Parecia ser uma forma de amenizar as críticas e de demonstrar agilidade e criatividade da gestão dos urbanistas.

Abrão Assad afirma que o governo está dando provas de sua preocupação com o setor histórico, pelas obras realizadas. Afinal, as pessoas precisam fluir no centro da cidade, o tráfego também, e isto passa a ter mais valor que o aspecto supostamente histórico de algumas casas, afirma o arquiteto. “Buscou-se um caminho que destruísse menos

⁵¹ A matéria não aponta quem compunha a parcela da população interessada na preservação dos imóveis.

⁵² VIA rápida não destrói patrimônio. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 03 a 09 de fevereiro de 1974.

e o objetivo foi conseguido⁵³. Se não houvesse solução mais razoável, poder-se-ia derrubar um prédio perto da Catedral, o que seria pior⁵⁴. Para Abrão Assad, o preço ainda é barato, pela importância da realidade que é a Estrutural Norte. “O progresso cobra para ganhar esquemas de circulação, artérias necessárias para que haja eficiência no sistema de trânsito, tanto de pessoas como de carros”, diz ele. [grifo nosso]⁵⁵

A relutância de certos prefeitos no interior do Estado em colaborar para a conservação de relíquias arquitetônicas não se dá, segundo Cyro Correa Lyra, com Jaime Lerner, “talvez, em todo Brasil, o prefeito que mais se interesse por essa área”[da preservação], num flagrante descompasso com a maioria da população curitibana “que a ignora”.⁵⁶ [grifo nosso]

As mobilizações locais e as críticas dos jornais não foram levadas em consideração pela gestão municipal. Entre 1971 e 1973, a prefeitura seccionou o *Centro Antigo* em duas partes. [Ver **Figura 108** a **Figura 114**]

Figura 108: Demolição do casario para a abertura da via *Estrutural Norte*. Aparece o prédio de apartamentos da FAB que teve a parte dos fundos demolida para passar a via estrutural, local onde funcionou o Museu Guido Viaro e atualmente abriga a Casa da Memória. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

Figura 109: Vista do conjunto após a abertura da via *Estrutural Norte*. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC, 1978.

⁵³ No Plano Diretor previa-se a passagem da Via Estrutural Norte pelo *Centro Antigo* de Curitiba, atravessando-o em linha reta até encontrar a Rua Visconde de Nácar. Entretanto, notamos uma alteração na proposta inicial, visando tanto otimizar os recursos das desapropriações, quanto diminuir a área a ser atingida na região central. Optou-se por uma solução que **continuará passando pelo Centro Antigo** da cidade, porém com uma trincheira sob a Rua Dr. Muricy, desviando o fluxo para uma via paralela, a Rua Augusto Stelffeld. Mesmo com a alteração de projeto, continuava a proposta de segmentação do *Centro Antigo*.

⁵⁴ Não se conseguiu identificar qual edifício poderia ser demolido nas proximidades da Catedral.

⁵⁵ HISTÓRICO some com progresso: O progresso fez vir abaixo casarões considerados de valor histórico. É o preço do desenvolvimento. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de abril de 1973.

⁵⁶ VIA rápida não destrói patrimônio. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 03 a 09 de fevereiro de 1974.

Figura 110: Vista de uma das edificações ecléticas na Rua José Bonifácio que foi demolida para a abertura da via *Estrutural Norte*. Fonte: Diário do Paraná, 06 de agosto de 1971.

Figura 111: Vista das obras de demolição do conjunto da Rua do Rosário para a abertura da via *Estrutural Norte*. Fonte: Diário do Paraná, 09 de abril de 1972.

Figura 112: Remanescente da fachada de uma das edificações demolidas na rua José Bonifácio após a abertura da via *Estrutural Norte*, em 1973. Este remanescente ainda permanece no local, remetendo ao conjunto edificado que havia ali. Fonte: O Estado do Paraná, 05/04/1973.

Figura 113: Foto aérea de 1966, antes da abertura da via Estrutural Norte. Nota-se no trecho em tracejado como a área atingida era densamente ocupada. Fonte: IPPUC, 1966.

Figura 114: Foto aérea depois da abertura da via *Estrutural Norte*. A abertura da via – com 5 faixas – apagou para sempre parte da antiga malha urbana. Fonte: IPPUC, 1986

3.2.2. As tentativas de mitigação

Para sanar os efeitos causados pela segmentação, como o rompimento do acesso do Largo da Ordem à Praça Tiradentes, a remoção dos usos existentes, o esvaziamento daquela área e as empenas remanescentes do miolo de quadra, a prefeitura passava a adotar, então, uma série de medidas de caráter mitigador. Entre elas estava, primeiramente, a própria revitalização do Setor Histórico de Curitiba, cujo plano previa uma série de intervenções edilícias e urbanas, as quais visavam estabelecer no SH, especialmente no Largo da Ordem, atividades e usos voltados ao desenvolvimento do turismo, cultura e lazer, cujas propostas gerais apresentamos no capítulo 2.

Além da revitalização do Setor Histórico, para mitigar ruptura da passagem que havia na Rua José Bonifácio e que, a partir de então, “*perturbava os pedestres que antes podiam circular livremente pelo local*” [sic]⁵⁷, o IPPUC criava em 1976, durante a gestão de Saul Raiz, uma galeria subterrânea peatonal para religar o Largo da Ordem à Praça Tiradentes. Para disciplinar o tráfego dos pedestres que continuavam a atravessar a via *Estrutural Norte*, instalou-se também uma série de floreiras ao longo do trecho demolido, as quais tinham por objetivo restringir a passagem peatonal apenas à galeria subterrânea, além de tentar requalificar a paisagem da nova via aberta.

É importante acrescentar que a ideia da criação da galeria subterrânea, denominada como Galeria Júlio Moreira, estava vinculada, de certa forma, às diretrizes do Plano Diretor e do PRSCH de revitalizar a região pela implementação de usos turísticos e culturais, conforme discutido nos tópicos 1.5.1 e 2.3.3. Por esse motivo, além de passagem subterrânea, a galeria era composta de lojas comerciais voltadas ao aproveitamento turístico, bem como, de um pequeno auditório para apresentações de música e teatro, voltado à comunidade universitária, denominado inicialmente como Teatro do Estudante e posteriormente como Teatro Universitário de Curitiba (TUC). [Figura 115 e Figura 116]

Figura 115: Galeria subterrânea Júlio Moreira, no eixo da Rua José Bonifácio, em direção à Catedral. Fonte: do autor, 2015.

Figura 116: Interior da galeria Júlio Moreira, sob a via *Estrutural Norte*. Nas laterais lojas comerciais e o Teatro Universitário de Curitiba. Fonte: do autor, 2016.

⁵⁷ VIA rápida não destrói patrimônio. *A Voz do Paraná*. Curitiba, 03 a 09 de fevereiro de 1974.

Inicialmente, a principal função daquela via era tanto o escoamento do tráfego proveniente da região norte da cidade, como o acesso ao *Centro Principal*. Entretanto, no caso específico do trecho aberto, o IPPUC visava dar mais uma função àquele espaço, transformando-o em um terminal de transporte público. Implantava-se, então, numa das margens da via *Estrutural Norte*, uma série de pontos de ônibus voltados à população proveniente da região norte da cidade. [Figura 117]

Figura 117: Vista atual da via *Estrutural Norte*. Nota-se ao longo da via a presença de diversos pontos de ônibus e tubos do “ligeirinho”. Na esquina está o antigo Açougue Garmatter, voltado para a rua José Bonifácio e para a antiga Travessa Nestor de Castro, hoje a via *Estrutural Norte*. Fonte: do autor, 2016.

Além da função de terminal de transporte público, o IPPUC visava intensificar os usos nas edificações e lotes remanescentes naquela área. Após as demolições, eram raros os estabelecimentos comerciais voltados para a nova via. Havia apenas o edifício do antigo açougue Garmatter, na esquina das ruas José Bonifácio e Travessa Nestor de Castro. Em 1979, durante a segunda gestão de Lerner, o IPPUC propunha, então, a instalação de novas lojas comerciais voltadas para a via *Estrutural Norte*, em um dos terrenos remanescentes. Estes estabelecimentos tinham como objetivo intensificar o comércio naquela área, a fim de atender o público que alcançava a região por meio do transporte público coletivo.

Com as demolições, uma outra questão que emergia era a paisagem da nova via estrutural marcada pelas empenas “cegas” das laterais dos imóveis remanescentes. Como medidas paisagísticas, a prefeitura, por meio da Fundação Cultural de Curitiba (FCC) – sobre a qual abordaremos adiante no tópico 3.4.2 –, propunha a criação de painéis artísticos e lúdicos nas empenas cegas dos imóveis, de modo a tentar requalificar visualmente aquela fratura urbana criada pela gestão municipal. Os painéis foram executados em 1978 pelo Centro de Criatividade de Curitiba da FCC, sob orientação da artista Carmen Slompo. Estes faziam parte da nova política cultural de Curitiba, e ainda de embelezamento e

aproveitamento de “*espaços ociosos*” da cidade, como paredões e muros, neste caso, resultantes das obras urbanísticas.⁵⁸ [Figura 118 e Figura 119]

Posteriormente, nos anos 1990, é interessante acrescentar que durante a gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo (PFL) – na época apoiado por Jaime Lerner –, as mesmas empenas foram novamente objeto de ações de embelezamento urbano com a execução dos painéis “Museu de Rua” do artista Poty Lazzarotto, os quais buscavam retratar tanto a história da cidade como as transformações mais recentes idealizadas pelo IPPUC e implantadas pelo grupo político de Lerner. As empenas resultantes de uma das obras mais prioritárias do início da década de 1970, responsável pelo arrasamento de uma parcela do *Centro Antigo*, passavam a ser um instrumento de *marketing* do grupo político e técnico que construiu a imagem de Curitiba como “*Cidade Modelo*”. [Figura 120 e Figura 121]

Figura 118: Painel artístico sobre a empena da antiga sede da Casa da Memória em 1983. O painel retrata uma gravura de Curitiba em 1855 de John Elliot. No térreo e na lateral esquerda, notam-se os estabelecimentos comerciais instalados no final da década de 1970 e o terminal de transporte público. Fonte: FCC, 1983

Figura 119: Painel artístico sobre uma das empenas da via *Estrutural Norte*, em 1981. À direita, nota-se o trecho remanescente da fachada de um dos imóveis demolidos na rua José Bonifácio. Fonte: FCC, 1981.

Figura 120: Foto atual do Painel artístico do “Museu de Rua”, executado em azulejos, sobre uma das empenas da via *Estrutural Norte*. O painel foi executado, em 1993, durante a gestão de Rafael Greca, e é de autoria dos artistas paranaenses Poty Lazzarotto e Adoaldo Lenzi. Retrata-se a Igreja da Ordem e os carroções de imigrantes europeus que frequentavam o Largo da Ordem no final do século XIX e meados do século XX. Fonte: do autor, 2016.

Figura 121: Foto atual do Painel artístico do “Museu de Rua”, retratando motivos paranistas, a casa de madeira curitibana e as obras que marcaram as últimas gestões do grupo político de Lerner, nos anos 1990: Tubo do Ligeirinho, o Farol do Saber, o Jardim Botânico, a Ópera de Arame e a Rua 24 Horas. Fonte: do autor, 2016.

⁵⁸ INAUGURADO mais um painel como meio decorativo. *Diário do Paraná*. Curitiba, 29 de dezembro de 1978.

Percebemos, assim, que o poder público municipal, nas gestões que se sucederam ao primeiro mandato de Lerner, tentou promover algumas ações de revitalização na área com o intuito de religar o Largo da Ordem à Praça Tiradentes, implementando novos usos naquela nova via, e desenvolvendo algumas ações de embelezamento nos espaços públicos e nas laterais dos edifícios remanescentes. Veremos a seguir que o próprio poder municipal se reconhecia como responsável pelo arrasamento de parte do conjunto histórico e, por isso, tentava amenizar os impactos gerados com essas intervenções de caráter mitigatório.

3.2.3. O “mea culpa”

O reconhecimento oficial de que a obra da via *Estrutural Norte* foi um “equivoco” do processo de planejamento urbano da época, fica evidente num conjunto de depoimentos de agentes que participaram das decisões de planejamento urbano nos anos 1960 ou que estiveram envolvidos na implementação do Plano Diretor nos anos 1970.

O primeiro depoimento que citamos é o de Jorge Wilhelm. Apesar do arquiteto reconhecer a perda de parte “*preciosa do Setor Histórico*”[sic] pela abertura da via estrutural, nota-se que ele tentava minimizar sua responsabilidade dizendo que PPU apenas trazia diretrizes e linhas gerais. Conforme tratamos no capítulo 1, no tópico 1.3.1, o PPU já previa o desenho, embora preliminar, da passagem da via *Estrutural Norte* cortando o *Centro Antigo* de Curitiba, na mesma localização da abertura que foi executada nos anos 1970.

Quanto a críticas de que, na estrutural Norte-Sul, não se respeitou parte preciosa do Setor Histórico – destruindo uma parte do Colégio Divina Providência, da Rua Nestor de Castro que continua como Augusto Stelfeld, da Rua José Bonifácio –, digo que o plano não é projeto. Assim, a localização precisa, a forma, a dimensão não existiam na escala do plano. Depois é que foi feito o projeto da via estrutural. No plano, a via estrutural não passava de um traço de três milímetros de largura. [...]. Quando se trabalha ao nível de plano, não se chega a este nível de detalhe: isto já é no projeto. Foi posterior.⁵⁹

O outro depoimento é o de *Franchette*, que foi assessora de Lerner em suas duas primeiras gestões, a qual faz uma crítica e declara um *mea culpa* em relação à ação empreendida no *Centro Antigo* de Curitiba:

Houve uma porção de coisas boas e uma porção de ruins, porque nós, Prefeitura, estragamos todo o centro histórico da cidade, com a passagem daquela ligação com a Augusto Stelfeld. Foi meio criminoso aquilo, feito ali, mas também ocorreu da falta de vivência. Poderia até ter havido outro jeito, mas o entusiasmo era tanto em fazer alguma coisa de verdade. [...] Ao abrimos esta rua, jogamos fora todo o patrimônio cultural e arquitetônico da área e cindimos a cidade. Porque, por mais que se tente,

⁵⁹ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*...op.cit., maio de 1990. pp. 36 e 37.

o que está ao Sul da rápida nada tem a ver com o que está ao Norte. Nada há que consiga ligar: passagem inferior, passarela, não há. Mas...só se aprende errando.⁶⁰

Citamos também o depoimento do arquiteto Alfred Willer, que apesar de não estar envolvido diretamente com a concepção do projeto, foi o primeiro presidente da Fundação Cultural de Curitiba, em 1973, e por isso estava envolvido com as transformações culturais empreendidas na cidade durante a primeira gestão de Lerner. No trecho que destacamos abaixo, Willer reconhece a perda causada pela própria prefeitura para o patrimônio histórico da cidade:

Foi uma pena que a própria Prefeitura provocou a perda de alguns imóveis importantes no Centro Histórico quando se abriu a ligação da estrutural Augusto Stelfeld, atrás da Catedral. Nas ruas do Rosário e José Bonifácio, houve uma perda grande; foram demolidas algumas casas muito bonitas. Um túnel, que custaria muito mais caro, poderia ter evitado a demolição.⁶¹

Como podemos perceber ao longo desta dissertação, o processo de abertura da via *Estrutural Norte*, ao mesmo tempo que se implantava o Plano de Revitalização do Setor Histórico, é repleto de contradições, tensões e conflitos, seja em relação ao conjunto urbano preexistente, com em função da remoção da população que ocupava aqueles espaços. Verificamos esta tensão também nas atribuições de valor ao conjunto urbano: enquanto aquela gestão e alguns jornais apoiavam a abertura da via dizendo que nada do que havia ali tinha valor histórico, havia uma parcela da população – moradores ou não – que considerava fundamental a preservação daquele conjunto para a história da cidade. Era o tão almejado desenvolvimento e progresso, representado pelo automóvel, que se sobrepunha à preservação do traçado urbano do *Centro Antigo* de Curitiba.

Apesar dos “mea-culpa” e das várias tentativas de reatar os laços entre o Largo da Ordem e a Praça Tiradentes, estas ações não foram capazes de reverter a fratura no tecido urbano antigo. Esta é uma cicatriz urbana que consideramos “pendente”, aguardando intervenções de restauro urbano que visem reatar a unidade dos conjuntos segmentados, respeitando as diversas estratificações que constituem a história desta via. Consideramos este, portanto, um dos mais interessantes desafios em termos de intervenção urbanística no *Centro Antigo* de Curitiba, o qual deveria ser objeto futuro de ampla discussão e de concurso público de arquitetura, respaldando-se em fundamentações teóricas contemporâneas de restauro urbano.

⁶⁰ RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., maio de 1990. p. 6.

⁶¹ WILLER, Alfred. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 139.

3.3. A PEDESTRIANIZAÇÃO COMO NOVA “ORDEM” URBANÍSTICA.

Além da implantação das vias estruturais, a pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba era considerada uma das ações prioritárias da primeira gestão de Lerner (1971-1974), como vimos no capítulo 1, nos tópicos 1.3 e 1.3.2.

Para restringir o tráfego de veículos na região da Rua XV de Novembro, como previa o Plano Diretor, a gestão municipal elaborou um conjunto de estratégias para o fechamento da via, em diversas fases, entre 1971 e 1977. Era o projeto do calçadão da Rua XV que foi batizado pelo IPPUC como *Rua das Flores*, utilizando o antigo nome da via, numa estratégia de *marketing* para sustentar que o projeto tinha transformado a “*caótica via*” em um lugar mais “*alegre*”, “*florido*”, “*feliz*”, “*sem congestionamentos*”, sob o discurso de promover o encontro e o convívio do homem.

Apesar dessa ideia remontar à época do PPU, quando a proposta foi apresentada à população nos Seminários Curitiba de Amanhã, em 1965, conforme tratamos no tópico 1.4.1, a implantação do calçadão teve ínfima participação popular. Quando a obra foi executada, a sua repercussão foi marcada tanto por diversas manifestações de repúdio, oposição e resistência por parte dos comerciantes locais, como também de apoio à intervenção e à gestão de Lerner pela imprensa local e nacional, por representantes de órgãos internacionais e, inclusive, pelo Estado do Paraná.

No caso do governo estadual, destacamos que a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico estadual reconhecia e apoiava enfaticamente as diretrizes do planejamento urbano de Curitiba implantadas durante a gestão de Jaime Lerner. Para cancelar a nova “ordem” urbanística, que era a pedestrianização das áreas centrais, o Estado tombava a *Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro*, em 1974, a fim de evitar que em futuras gestões o calçadão fosse aberto para atender às reivindicações dos comerciantes que se opunham ferrenhamente à obra, então, implantada. Tal tombamento de caráter preventivo tinha o intuito de proteger um dos marcos do processo de planejamento urbano, implantado durante a gestão de Lerner. Desde então o projeto da Rua XV de Novembro passou a ser uma questão de política patrimonial em Curitiba.

Posteriormente ao fechamento da Rua XV, durante a segunda gestão de Lerner (1979-1982), em 1980, a experiência de pedestrianização era estendida à região do Setor Histórico de Curitiba, conforme previam as diretrizes do Plano Diretor e do PRSHC. No caso do Setor Histórico, houve também resistência de alguns comerciantes e de frequentadores de bares, pubs e casas noturnas, os quais transformavam a área, frequentemente, em um grande estacionamento à revelia do Município.

Mesmo com as manifestações de oposição aos calçadões e à restrição de automóveis, a pedestrianização tornou-se a principal diretriz de intervenções urbanísticas no *Centro Antigo* de Curitiba, além de ser o marco principal da implantação do Plano Diretor e do processo de “modernização” de Curitiba naquele período.

Entretanto, com a implantação dessa obra na Rua XV, rompiam-se hábitos tradicionais do curitibano, como o *footing* “motorizado” de finais de tarde e finais de semana. Alterava-se também o

perfil dos consumidores e dos estabelecimentos comerciais, que antes eram voltados à classe média e a partir da implementação do calçadão foram sendo gradualmente popularizados.

É esse o contexto de transformações urbanísticas e de patrimonialização que abordaremos a seguir. Para compreendermos como se deu a implantação da pedestrianização no *Centro Antigo* e, ainda, a sua patrimonialização, apresentaremos a obra seguindo a cronologia dos fatos e dos temas inerentes a esse processo. Primeiramente, trataremos do processo de implantação do projeto de pedestrianização na rua XV de Novembro, a partir de 1971. Trataremos da obra em si, das diversas estratégias técnicas, políticas e de *marketing* adotadas para a sua viabilização, e das manifestações de resistência e oposição da população. Em seguida, abordaremos especificamente o tombamento estadual, em 1974. É o momento no qual o Estado e o Município se articularam para proteger preventivamente a obra das instabilidades políticas da época e da resistência da população local. Na sequência, trataremos da extensão das ações de pedestrianização para o Setor Histórico de Curitiba, em 1980. E por fim, faremos um balanço das intervenções e do processo de patrimonialização.

3.3.1. O processo de implantação do calçadão da Rua XV de Novembro.

Até a década de 1970, a Rua XV de Novembro concentrava as principais instituições financeiras, comerciais, culturais, educacionais e hoteleiras da cidade. Era ali que se localizavam os cafés e as confeitarias, o Clube Curitibano⁶², a sede da UFPR e a “Cinelândia” curitibana. Ao longo da via estavam também os tradicionais estabelecimentos curitibanos, como a Casa Cristal, a Casa Louvre, o Café Trocadero, o Restaurante Paraná, a Confeitaria Schaffer, o Bar Mignon, a tradicional Livraria Ghignone e o Braz Hotel, onde Getúlio Vargas hospedou-se em campanha à presidência da República.⁶³

Desde a década de 1930, a Rua XV era também o principal ponto de *footing* de Curitiba. Era o local onde famílias, moças, rapazes, estudantes e aposentados passeavam a pé pela rua. O *footing* ocorria, principalmente, no final das tardes e nos finais de semana, e constituía-se em hábito tradicional da vida urbana do curitibano. Porém, nos anos 50 e 60, com o desenvolvimento da indústria automobilística nacional, o *footing* da Rua XV passava a ser motorizado. Era nessa época que os “*vistosos Dodge, De Soto, Ford, Cadillac, Buick*”, e os “*populares Ford Taunus, Renault rabo-quente, “DKW, Volkswagen e Romi-Isetta*” desfilavam ao longo da Rua XV de Novembro.⁶⁴ Com a motorização do *footing*, os homens concentravam-se nos cafés e lanchonetes da Rua XV, e as mulheres circulavam em grupos ou em carros, percorrendo a via diversas vezes no espaço de poucas quadras.⁶⁵ Esse era o ponto

⁶² Nessa época, o Clube Curitibano era o maior clube social de Curitiba.

⁶³ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba – Vol. XIX – nº98 – julho de 1992. p. 9.; COSTA, Maria Cecília Solheid da; TEIXEIRA, Elizabeth Tassi. A cidade e o footing: estudo de um ritual de camadas médias. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, agosto de 1990. (Depoimentos, 4). p. 102.

⁶⁴ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba – Vol. XIX – nº98 – julho de 1992. p. 9

⁶⁵ COSTA, Maria Cecília Solheid da; TEIXEIRA, Elizabeth Tassi. A cidade e o footing...op. cit. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. p. 103.

mais central de Curitiba, indicado por Wilheim como o “*Coração da Cidade*”, como tratamos no tópico 1.3.2. [Figura 122 e Figura 123]

Figura 122: *Footing* na Rua XV de Novembro, próximo à esquina com a Al. Dr. Muricy, em 1948. Fonte: Gazeta do Povo, 2013.

Figura 123: O ponto de estacionamento de motonetas, no trecho da XV denominado como Av. Luiz Xavier. Este era o local de encontro de jovens aficionados nas ditas lambretas, na década de 1960, conforme relata a Gazeta do Povo, 2014.

Figura 124: Vista da Rua XV de Novembro na década de 1970. Até essa época, os automóveis desfilavam frequentemente ao longo da via. Fonte: Gazeta do Povo, 1971.

Esse cenário persistia até o início da década de 1970, quando o então prefeito Jaime Lerner começou a implantar a obra de pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba. Até então, o comércio local da Rua XV, os bares, cinemas, cafés e o *footing* dos finais de tarde e finais de semana eram os principais atrativos de lazer e entretenimento da população curitibana naquela via. [Figura 124]

No entanto, devemos ressaltar que os intelectuais e urbanistas viam a Curitiba daquela época com certo preconceito em relação aos seus hábitos tradicionais, considerados por eles como “provincianos”. Segundo Costa e Teixeira, a prática do *footing* motorizado era vista como um problema que não condizia com a imagem de uma “*cidade moderna*” ou de uma metrópole que almejava tornar-se.⁶⁶ Esses urbanistas consideravam ainda que Curitiba não tinha atrativos culturais e de lazer, comparáveis àqueles de uma cidade grande, com diversos museus, salas expositivas, teatros, feiras de arte e atividades de recreação e esportivas ao ar livre.

Havia, então, um discurso de que “*nada havia*”[sic] na Curitiba de antes dos anos 1970, e que era necessário efetuar mudanças na cidade. Esse tipo de discurso era endossado por agentes envolvidos nas obras de “modernização” da cidade e, inclusive, pelo autor do projeto executivo do calçadão da Rua XV, o arquiteto Abrão Assad:

Curitiba era a “última cidade” do Brasil, sem qualquer característica especial. O próprio Curitiba era um cara que não tinha a sua marca, não tinha uma expressão, isto porque a cidade nada tinha a oferecer. Era uma cidade que, como muitas outras que nasceram espontaneamente, foi crescendo sem grandes interferências. Então, na primeira gestão do Jaime havia muita coisa a fazer e não havia qualquer dúvida sobre o que precisava ser feito. Não era preciso fazer pesquisas sobre a necessidade de áreas verdes, por exemplo, ou de um equipamento de animação que desse ao curitibano opção de lazer. Nada havia: o curitibano ia ao cinema, ia para casa ver televisão e só. Por isto é que digo que era mais fácil, porque havia muito a fazer. Isto não pode ser interpretado como uma situação de poder – que levou os arquitetos e planejadores a ser chamados de burocratas ou tecnocratas. Não. É que a cidade necessitava de tantas coisas e era tão evidente isto que nem era preciso debate ou consulta a grupos de bairros sobre suas carências. Todos estavam precisando, de tudo.⁶⁷ [grifo nosso]

Ao contrário desse depoimento, consideramos que se tratava, sim, de um discurso tecnocrático, no qual uma classe política, de intelectuais e urbanistas decidia sobre as intervenções da cidade, sem elaborar consultas sobre a real necessidade das obras. Nesse sentido, as decisões sobre a pedestrianização da Rua XV de Novembro e também de outras obras na cidade tiveram ínfima participação popular. No processo de implantação do calçadão da Rua XV, tal falta de participação popular teve seus efeitos por meio de uma série de polêmicas e manifestações de oposição por parte dos comerciantes locais, as quais foram intensamente reportadas por jornais da época, conforme abordaremos adiante.

Por outro lado, o discurso veiculado pela prefeitura e pelos jornais da época era aquele de “devolver a Rua XV ao pedestre” e de “priorizar o ser humano” em detrimento da circulação de veículos, conforme os conceitos da proposta elaborada por Wilhelm no PPU. Entretanto, veremos adiante que o

⁶⁶ COSTA, Maria Cecília Solheid da; TEIXEIRA, Elizabeth Tassi. A cidade e o *footing*...op. cit. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. p. 103: “*Para os técnicos do planejamento urbano, porém, isso [o *footing*] constituía um problema. Não se coadunava com a imagem de uma cidade moderna que se projetava. “É preciso que as pessoas se desacostumem a ir na Rua XV”, insistia sempre um dos mais relevantes arquitetos envolvidos nos planos de urbanização*”. [grifo-nosso].

⁶⁷ ASSAD, Abrão. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. p. 33.

discurso oficial de “humanização” não priorizava os hábitos tradicionais do curitibano naquela via, mas os desconsiderava em nome de um projeto modernista idealizado por urbanistas viam a cidade existente como uma capital interiorana e provinciana, a qual devia ser transformada numa metrópole.

É nesse contexto que a prefeitura decidia implantar as diretrizes de pedestrianização da Rua XV de Novembro e, assim, inaugurar o ciclo de transformações que moldariam a imagem da cidade por meio de intervenções urbanísticas consideradas de vanguarda.

Para implantar o calçadão da Rua XV identificamos que a obra foi executada em cinco fases, de maneira estratégica, como indicado na **Figura 125** e na cronologia descrita a seguir:

CRONOLOGIA DA OBRA DE PEDESTRIANIZAÇÃO DA RUA XV DE NOVEMBRO

LEGENDA:

- **1ª fase:** fechamento provisório em agosto de 1971.
- **2ª fase:** Praça Generoso Marques e rua Monsenhor Celso, fechadas entre outubro e novembro de 1971.
- **3ª fase:** «Operação-relâmpago» em maio de 1972.
- **4ª fase:** fechamento em outubro de 1973.
- **5ª fase:** fechamento em 1977.

Figura 125: Mapa com a cronologia da obra de pedestrianização da Rua XV de Novembro. Fonte: aerofoto do IPPUC de 1966 manipulada pelo autor.

- **1ª fase:** em agosto de 1971 eram fechadas provisoriamente quatro quadras da Rua XV de Novembro, localizadas entre as ruas Ermelino de Leão e Barão do Rio Branco. Nesta fase conseguimos identificar diversas reações da população local, pois se tratava de uma experiência de grande relevância, localizada no trecho mais comercial da Rua XV de Novembro;
- **2ª fase:** entre outubro e novembro de 1971 era requalificada a Praça Generoso Marques, no entorno do Paço da Liberdade, e fechada a rua Monsenhor Celso;
- **3ª fase:** em maio de 1972 eram fechadas, permanentemente, três quadras ao longo da Rua XV de Novembro, localizadas entre a Rua Barão do Rio Branco, Rua Monsenhor Celso, Av. Marechal Floriano e Al. Dr. Muricy. Denominamos essa fase como “*operação-relâmpago*”, pois foi executada em apenas 72 horas. Tratava-se da fase de maior repercussão nos jornais e entre a população, na qual foram traçados um conjunto de estratégias muito bem articuladas;
- **4ª fase:** em outubro de 1973 o calçadão era estendido para duas quadras localizadas no trecho denominado como Av. Luiz Xavier, entre a Al. Dr. Muricy, a rua Ermelino de Leão e a Praça Osório;
- **5ª fase:** em 1977 o calçadão era estendido para a última quadra prevista no projeto, localizada entre as ruas Barão do Rio Branco e Presidente Faria, nas proximidades da UFPR.

Das fases identificadas, daremos mais ênfase à primeira e à terceira fases nos tópicos a seguir, pois essas constituem as experiências que consideramos mais ricas de estratégias, articulações, repercussões, *marketing* e conflitos com a população local.

3.3.1.1. A experiência do fechamento provisório.

A primeira fase do processo de pedestrianização do *Centro Antigo* foi o **fechamento provisório** do trecho central da Rua XV de Novembro, em agosto de 1971. Entendemos que esse fechamento se tratava de uma fase experimental, por meio da qual a gestão de Lerner podia sensibilizar a população local quanto à nova proposta, antes de sua execução definitiva, procurando entender também a receptividade da obra, para simular, posteriormente, qual seria o plano de ação para a implantação do calçadão, em maio de 1972.

O trecho fechado foi destinado, em parte, ao tráfego de pedestres e, em parte, a um estacionamento rotativo e controlado pela URBS⁶⁸, o qual tinha horários específicos para carga e descarga dos estabelecimentos comerciais.⁶⁹ A divisão dessa área deu-se da seguinte forma: o trecho localizado entre as ruas Ermelino de Leão, Dr. Muricy e Marechal Floriano foram destinados ao estacionamento pago; e o trecho compreendido entre a Marechal Floriano e Barão do Rio Branco

⁶⁸ O estacionamento pago e controlado vigorava das 9h às 22h. Para estacionar na área, os proprietários dos veículos passavam a ser obrigados a preencher as cartelas do então “Proparq”, talões de controle de parada administrados pela URBS. Fora desse horário, era permitido o estacionamento livre e a carga e descarga dos estabelecimentos comerciais.

⁶⁹ RUA 15 só para pedestres. *Diário do Paraná*. Curitiba, 24 de agosto de 1971.

Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/83106> Acesso em: 20/10/2016.

destinados exclusivamente aos pedestres. Nesse momento, tais trechos foram fechados apenas com o uso de barreiras e correntes.⁷⁰ [Figura 126 e Figura 127]

Figura 126: Correntes fechavam provisoriamente um trecho da Rua XV de Novembro, em 1971. Fonte: Diário do Paraná, 1971.
Figura 127: Um trecho da Rua XV estava fechado para veículos, em 1971. Mantinham-se apenas alguns trechos com circulação de veículos, conforme ilustra a foto, entre a Al. Dr. Muricy e a rua Ermelino de Leão. Fonte: Gazeta do Povo, 2012.

Identificamos que a fase do fechamento provisório causou uma série de reações que repercutiram nos jornais da época que veiculavam as diversas críticas que partiam dos comerciantes e hoteleiros locais, do Corpo de Bombeiros e da Câmara de Vereadores.

Entre os comerciantes locais, o fechamento provisório da Rua XV gerou críticas de oposição e manifestações de resistência ao novo projeto, motivadas pelo receio de que houvesse queda nas vendas do comércio pelo fato dos carros não poderem mais estacionar em frente às lojas. O medo da queda de movimento entre os comerciantes era evidente, pois acreditava-se que os fregueses deviam estacionar na frente dos estabelecimentos comerciais para garantir as vendas. Na Praça Generoso Marques e na rua Monsenhor Celso, fechadas no mesmo semestre, há notícias também de que a obra gerou uma série de críticas dos comerciantes que se queixavam da queda de movimento e da diminuição do movimento de pedestres.⁷¹

Dessa época, há notícias também de que os suportes de correntes e os cadeados utilizados para o fechamento eram arrombados periodicamente pelos comerciantes para a passagem dos automóveis. As tensões e críticas locais em relação ao fechamento e às correntes postas na Rua XV podem ser ilustradas pelo depoimento de um comerciante local dado ao jornal Tribuna do Paraná, em 1971:

Para que servem as correntes? Só se forem para amarrar o sr. Marcos Prado [então Diretor do DETRAN]. Já são suficientes as placas indicativas proibindo o tráfego, bem

⁷⁰ ESTACIONAMENTO pago na Rua XV começa já. **Diário do Paraná**. Curitiba, 30 de novembro de 1971. Conforme a matéria, o estacionamento pago vigorava das 9h às 22h.

⁷¹ JAIME Lerner briga pelo fechamento da Rua XV: faz agora o contato pessoal. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 de maio de 1972.

como os guardas por ali postados. Daqui a pouco irão armar os guardas com metralhadoras.⁷²

Meses após esse fechamento provisório, em 1972, verificamos que a posição dos comerciantes estabelecidos ao longo da Rua XV de Novembro mantinha-se contrária ao bloqueio da via aos automóveis. Criticava-se que o comércio local e os curitibanos não tinham sido consultados em relação à sua principal via comercial ser transformada em um calçadão voltado ao lazer. Os posicionamentos e críticas dos comerciantes eram noticiados pelo jornal *O Estado do Paraná*, em 18 de maio de 1972, em depoimentos que transcrevemos a seguir:

Depois de ter transformado a Rua 15 de Novembro em parque de estacionamento, os técnicos do município estão agora projetando transformá-la numa rua-praça, avenida-jardim, “boulevard”-logradouro, ou coisa que o valha. Pior a emenda que o soneto: depois de ter bloqueado a rua para o estacionamento, querem fechá-la definitivamente ao tráfego.

E esse absurdo é justificado com argumentos pseudo-urbanísticos, falando-se muito na “humanização” do centro urbano. Trocada em miúdos, a tese dos nossos técnicos é a de que o atual comércio da Rua 15 deve ser substituído por “equipamentos culturais e de recreação”: cinemas, teatros, casas de diversão, bares com mesinhas na imensa calçada em que se transformará a rua e por aí agora. Os técnicos pretendem, em suma, presentear Curitiba com uma rua que seja uma festa. Seria conveniente, entretanto, que se perguntasse ao curitibano se ele quer realmente essa rua festiva, ou se quer de volta a sua principal artéria comercial, que está sendo gradual e implacavelmente destruída. [grifo nosso]

O presente que os técnicos municipais estão preparando para os curitibanos, fechando definitivamente a Rua 15, “para equipá-la culturalmente, pode ser um autêntico presente de grego. O grande problema é que ninguém está consultando o presenteado, para saber se ele aceita ou repudia o presente.”⁷³ [grifo nosso]

Os hoteleiros sediados ao longo da Rua XV também criticavam o fechamento provisório promovido pela Prefeitura e, inclusive, o estacionamento pago administrado pela URBS. Em geral, alegavam que faltava vagas para estacionamento de veículos na via, e que o fechamento para transformar a via num ponto de encontro e lazer tinha sido responsável pela queda na movimentação dos hotéis. Porém, havia quem discordasse dos hoteleiros, como o jornal *Folha de Londrina*. Em uma matéria de apoio à gestão de Lerner, afirmava-se que os hoteleiros não estavam levando em consideração a instalação recente de dois novos hotéis nas imediações – o Caravelle e o Lancaster –, os quais ofereciam instalações mais modernas, que resultavam na redistribuição de hóspedes para estes novos estabelecimentos.

Em relação ao Corpo de Bombeiros, estes se manifestavam contrários ao fechamento da Rua XV de Novembro, pois as correntes instaladas nos trechos de estacionamento pago, as guaritas existentes nas áreas de acesso, além dos equipamentos urbanos recém-implantados (floreiras, mudas de árvores, etc.), estavam dificultando os atendimentos de urgências na região. O alerta do Corpo de

⁷² “CURRAL” continua no centro. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 26 de novembro de 1971.

⁷³ A Nossa Rua XV. **O Estado Do Paraná**. Curitiba, 18 de maio de 1972.

Bombeiros tinha fundamento, pois em novembro de 1971 as instalações do antigo Cine Palácio tinham sido consumidas por um incêndio, e os equipamentos instalados na Rua XV dificultaram o atendimento ao local. Para essas questões, o IPPUC teve que prever em seu projeto executivo meios para a passagem do Corpo de Bombeiros.⁷⁴

A Câmara Municipal também se manifestava requisitando maiores explicações da Prefeitura sobre o fechamento provisório da Rua XV de Novembro. Em resposta, o IPPUC, por meio do seu então presidente o arquiteto Lubomir Ficinski Dunin, afirmava que a própria Câmara tinha aprovado o projeto, por unanimidade, em 1966, a transformação da Rua XV em área para pedestres, dentro da Lei Municipal nº 2828 de 1966 referente ao Plano Diretor de Curitiba, conforme relata o Jornal Diário do Paraná, em novembro de 1971. Motivo pelo qual o IPPUC afirmava que não estava descumprindo nada do que tinha sido aprovado pela Câmara.⁷⁵

3.3.1.2. Durante o fechamento provisório: a construção de estratégias.

Durante a experiência do fechamento provisório, a gestão de Lerner elaborou um conjunto de estratégias para implementar definitivamente o calçamento do trecho central da Rua XV de Novembro. Para isso, elaboraram estratégias para execução da obra de forma veloz e imediata, contando com apoio de boa parte da imprensa local e de organismos internacionais como a União Internacional dos Arquitetos (UIA).

Constatamos que a ideia de executar o calçamento de forma veloz e imediata estava relacionada à resistência demonstrada na fase do fechamento provisório por parte dos comerciantes e hoteleiros que não aceitavam a pedestrianização da Rua XV de Novembro. Por esse motivo, Lerner decidiu fazer, num primeiro momento, apenas um trecho da Rua XV de Novembro – três quadras localizadas entre as Ruas Barão do Rio Branco, Av. Marechal Floriano e Al. Dr. Muricy – em uma “operação-relâmpago” de 72 horas⁷⁶, durante um final de semana. O objetivo desta operação era o de evitar que os comerciantes recorressem à Justiça com um possível mandado de segurança, impedindo a execução da obra, conforme relata o arquiteto Rafael Dely do IPPUC, em 1989:

Os comerciantes não aceitavam a pedestrianização, e com toda a razão, visto que era algo totalmente novo para eles. Como iriam se arriscar a uma experiência desconhecida? E caso não desse certo? Ocorre que tínhamos certeza da solução, pois consultamos várias cidades do exterior e os resultados eram sempre favoráveis, apesar das reações negativas iniciais. O Jaime decidiu por uma operação-relâmpago,

⁷⁴ BOMBEIROS contra interdição da XV. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de novembro de 1971.

⁷⁵ NOVA Quinze: Uma vitória do homem. **Diário do Paraná**. Curitiba, 27 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84507> Acesso em: 20/10/2016.

⁷⁶ Há controvérsias quanto ao horário total da obra. Há depoimentos que dizem que as obras foram feitas 48 horas, já outros em 72 horas. Adotamos 72 horas, conforme depoimento do arquiteto responsável pelo detalhamento do projeto da Rua XV, o arquiteto Abrão Assad, e em face das notícias dos jornais da época.

de 72 horas, num final de semana, para não dar chance aos comerciantes de impetrar mandado de segurança, impedindo a obra.⁷⁷[grifo nosso]

Nesse sentido, convém destacar a prioridade e a pressa da gestão de Lerner em relação à execução do calçadão da Rua XV de Novembro. Num primeiro momento, planejava-se um cronograma de execução de obra de seis meses, o qual foi reestudado até chegar a um cronograma final de 72 horas. Um trecho da palestra de Jaime Lerner transcrito abaixo relata o processo:

Me lembro que, no primeiro cronograma, o Secretário de Obras na época, o Dr. Marangon, disse que teria que ser feito em seis meses, eu disse que tínhamos que fazer rápido porque qualquer medida judicial poderia interromper a obra e propus que fosse em 48 horas. De seis meses passou para três. Depois para um mês e no fim ele me disse que poderia ser feito em uma semana e eu disse: “negativo! Tem que ser mais rápido”.⁷⁸

Em paralelo à construção das estratégias para a operação relâmpago, na época que a via estava fechada em caráter provisório, em 1971, identificamos que a gestão de Lerner já contava com o apoio de parte da imprensa local, especialmente representada pelo *Diário do Paraná* que era o jornal de maior circulação na época. Notamos que as matérias veiculadas por esse jornal eram sempre de forma construtiva e de apoio à Lerner e ao projeto da Rua XV de Novembro. Entre os títulos das reportagens podemos citar: “*Correntes tornam Rua “15” oásis de pedestres*”⁷⁹; “*Rua 15 já é exclusiva ao comércio*”⁸⁰; “*Exclusividade a pedestres tem apoio popular*”⁸¹; e, inclusive, entrevistas com transeuntes, como aquela de “*Joana gostou da nova 15*”⁸². Vejamos um trecho da matéria abaixo, da época do fechamento provisório:

Carlos e Joana gostaram. Embora a grande maioria dos pedestres ainda não se acostume em caminhar no leito da rua – a lembrança dos congestionamentos de veículos na XV ainda é recente – a cadela Joana prefere o asfalto. Mas quem externou a opinião foi Carlos Monteiro [seu dono]: “Isso aqui é uma maravilha. A “Cidade Sorriso” estava em vias de perder seu cognome. Agora, mais robustecido ele aparece na face de todos os transeuntes da XV. Pode reparar. Todo mundo conversa mais, tem mais alegria na face, e o sorriso é mais fácil. O “Oásis” da Capital, como batizado, está funcionando muito bem, embora o trânsito seja mais comentado do que nunca. Antes, a gente não podia sair à vontade, nem sozinho. Agora, dá pra trazer até a cachorra da gente”. Carlos continua: “Quem quiser criticar, que critique. Mas não esta inovação da cidade. Pois ao menos neste trecho, nós nos sentimos mais gente, não

⁷⁷ DELY, Rafael. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, novembro de 1989. (Depoimentos, 2). pp. 15 e 16.

⁷⁸ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto**...op. cit., 2012. p. 118.

⁷⁹ CORRENTES tornam Rua “15” oásis de pedestres. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84414> Acesso em 20/10/2016.

⁸⁰ RUA 15 já é exclusiva do comércio. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84475> Acesso em: 20/10/2016.

⁸¹ EXCLUSIVIDADE a pedestres tem apoio popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 26 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84490> Acesso em: 20/10/2016.

⁸² JOANA gostou da nova 15. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84475> Acesso em: 20/10/2016.

acha? O pedestre, não sei se somente os veículos são culpados, desta vez ganhamos, positivamente, um ponto a mais”.⁸³

Em geral, percebe-se nessas matérias um forte apelo para tornar a comunidade leitora mais receptível às propostas da gestão de Lerner. Além disso, identificamos que nos jornais apelava-se à ideia de que com o calçadão da Rua XV de Novembro, Curitiba ingressava no rol das cidades mais modernas do país, deixando suas características provincianas para se tornar uma metrópole.

Dessa forma, Curitiba vai se equipando, no mesmo tempo em que essas soluções racionais a tornarão, em pouco tempo, numa cidade comparável às mais modernas do País, em soluções urbanísticas. Ruas reservadas exclusivamente para pedestres constitui em si uma solução dentro dos critérios de racionalidade, mas também um início de modernização para a Capital paranaense.⁸⁴

Como estratégia montada para a implementação da obra, contava-se também com o apoio da União Internacional dos Arquitetos, cujo representante do Brasil, nesta época, era o próprio arquiteto Jorge Wilhelm, responsável pela ideia do calçadão. Wilhelm e Lerner planejaram, então, uma reunião da Comissão de Urbanismo em Curitiba da UIA – como reunião preparatória para 12º Congresso Mundial da UIA, em setembro na Bulgária – coincidindo com o final de semana previsto para a execução da obra, com o objetivo de repercutir na imprensa local que urbanistas estrangeiros, de renome internacional, apoiavam a obra do calçadão de Curitiba.

Mas, para fazê-la [a obra de fechamento da Rua XV] com o apoio da imprensa, Jaime e eu montamos uma pequena estratégia. Eu era, na ocasião, representante do Brasil na União Internacional dos Arquitetos e se pensava em fazer uma reunião da Comissão de Urbanismo desta entidade no Brasil. Eu combinei, então, de fazê-la em Curitiba e de, ao fazê-la, preparar o fechamento da Rua XV – portanto, o início da pedestrianização – como um ato de homenagem da Prefeitura à comissão. Por outro lado, eu prepararia os urbanistas estrangeiros para dar o apoio e todo o suporte de sua experiência a este ato.⁸⁵

Com a obra planejada e os apoios acordados, programou-se a vinda dos arquitetos estrangeiros para maio de 1972, os quais dariam todo apoio a Lerner durante a execução das obras, programadas para os dias 19, 20, 21 e 22 de maio de 1972.

3.3.1.3. A “operação relâmpago” e o fechamento definitivo da via.

Os dias previstos para a execução das obras foram marcados por tentativas da prefeitura em sensibilizar e conseguir apoio da população local por meio de estratégias políticas como cartas explicativas, visitas, manifestações de apoio de arquitetos internacionais, além de matérias e anúncios publicados por parte da imprensa local que lançavam a obra como um produto de sucesso comercial.

⁸³ JOANA gostou da nova 15. *Diário do Paraná*. Curitiba, 25 de novembro de 1971.

⁸⁴ RUA Quinze já é exclusiva ao comércio. *Diário do Paraná*. Curitiba, 25 de novembro de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/84475> Acesso em: 20/10/2016.

⁸⁵ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...* op.cit., maio de 1990. p. 34.

No dia do início das obras, em 19 de maio de 1972, uma das primeiras medidas tomadas pela Prefeitura foi o envio de cartas a cada comerciante e morador do trecho central da Rua XV de Novembro, para expor e explicar os motivos que levaram o poder público a planejar as ações de pedestrianização, com o objetivo de conseguir apoiadores e de sensibilizar a população para a execução da obra. O discurso da carta era aquele de “humanização” da cidade, no qual o homem devia ter um uso pleno e satisfatório do espaço urbano. Mencionava-se também que as obras eram fruto de estudos detalhados, oriundos do Plano Diretor, e ainda que os possíveis transtornos causados pela obra seriam recompensados por resultados finais positivos, não apenas para turistas, mas para os curitibanos que poderiam usufruir plenamente daquele espaço: *“após a conclusão, a Rua XV de Novembro não será palco de intermináveis congestionamentos, será um oásis de tranquilidade”*.⁸⁶

Além das cartas, antes do início das obras, há notícias de que Lerner foi pessoalmente ao encontro dos comerciantes da Rua XV para tentar, novamente, convencer os comerciantes locais sobre a questão do fechamento da rua, conforme relata o jornal Folha de Londrina, na matéria intitulada *“Jaime Lerner briga pelo fechamento da Rua XV: faz agora o contato pessoal”*.⁸⁷

Relata-se também que os comerciantes locais recorreram à Justiça para impetrar um mandado de segurança contra o fechamento da Rua XV de Novembro, em função do receio de que a obra se tornasse um obstáculo ao desenvolvimento do comércio local, conforme relata O Estado do Paraná.⁸⁸ Ademais, percebemos que os ânimos estavam alterados entre os comerciantes e a Prefeitura, como é o caso de um trecho de diálogo transcrito pela Folha de Londrina, em 19 de maio de 1972, entre o empresário Munir Caluf, da Casa Louvre e o então prefeito Jaime Lerner:

Prefeito, ninguém deixa a rua XV em paz há mais de dez anos!”⁸⁹O empresário Munir Caluf, do Louvre, uma das casas comerciais mais antigas da cidade, mostrou que o continuo abre e fecha da rua XV deixa perplexos os lojistas. [...] “Essa empresa e outras vão impetrar mandado de segurança contra o ato do Prefeito, e pretendem levar a extremos a sua atuação.”⁹⁰

Mesmo com a oposição local, as obras do calçamento da Rua XV de Novembro aconteceram à revelia dos comerciantes e hoteleiros, temerosos que ocorresse uma grande queda nas vendas pelo bloqueio da circulação de veículos naquele local.

Assim que os comerciantes fecharam suas portas, no dia **19 de maio de 1972, sexta-feira às 18 horas, iniciaram as obras** do calçamento de pedestres. Era o que identificamos como 3ª fase, no trecho localizado entre as ruas Barão do Rio Branco, Monsenhor Celso, Av. Marechal Floriano e Al. Dr. Muricy.

⁸⁶ ÁRVORES surgem no asfalto da XV. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 23 de maio de 1972; A vitória do pedestre 40 anos depois. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 19 de maio de 2012. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-vitoria-do-pedestre-40-anos-depois-2cnwshrou0dfjhsqe6ybn7y> Acesso em: 20/10/2016.

⁸⁷ JAIME Lerner briga pelo fechamento da Rua XV: faz agora o contato pessoal. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 de maio de 1972.

⁸⁸ COMERCIANTES vão à Justiça pela Rua Quinze. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 de maio de 1972.

⁸⁹ Caluf refere-se às desapropriações feitas durante a gestão de Arzua (1962-1966) para o alargamento da Rua XV de Novembro.

⁹⁰ JAIME Lerner briga pelo fechamento da Rua XV: faz agora o contato pessoal. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 de maio de 1972.

Conforme mencionamos anteriormente, o horário foi escolhido propositalmente, pois a Justiça estava fora de expediente para julgar o mandado de segurança impetrado pelos comerciantes, através do jurista Renê Ariel Dotti. O outro motivo para a escolha do horário era que se evitaria maiores confrontos com os comerciantes que se opunham à obra.⁹¹ Cerca de 100 operários trabalharam em três quadras da Rua XV de Novembro⁹², e **a obra foi finalizada na segunda-feira de noite, no dia 22 de maio de 1972.** [Figura 128]

Figura 128: Execução das obras de calçamento em petit-pavé, em 1972. Fonte: Gazeta do Povo, 2012.

Dentro da estratégia de implementação do plano era necessário conquistar a aceitação popular, mediante amplo apoio da imprensa. Durante a execução das obras, *“a imprensa toda já lançou como uma coisa francamente aplaudida pelos maiores luminares do urbanismo”*, relatava Jorge Wilhelm.⁹³

⁹¹ BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba – Vol. XIX – nº98 – julho de 1992. p. 3.

⁹² DELY, Rafael. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...* op. cit., novembro de 1989. p. 16.

⁹³ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...* op. cit., maio de 1990. p. 34.

Eram os arquitetos da União Internacional dos Arquitetos que estavam em Curitiba dando apoio à gestão de Lerner durante a execução das obras do calçadão, conforme foi articulado por Wilhelm e Lerner. Dessa comitiva, participaram nomes como: Luben Tonev, da Bulgária; Claude Wasserfallen, da Suíça; Ahmet Keskin, da Turquia; H. J. Calsat, França; Mitri Nammar, Líbano; Cesar Lazerescu, Romênia; Tivadar Lang, Hungria; Youri Boukreev, União Soviética; e o próprio Wilhelm.⁹⁴

Em apoio à Lerner, esses arquitetos expressavam à imprensa pareceres favoráveis ao processo de implantação do Plano Diretor de Curitiba, como aquele do arquiteto turco Ahmet Keskin: “*Curitiba tem uma posição importante e nela é possível fazer uma avaliação do planejamento urbanístico moderno*”; e aquele do arquiteto russo Boukreev: “*Curitiba tem tomado atitudes progressistas cujos conceitos já são defendidos há muitos anos na União Soviética*”.⁹⁵ É a partir deste momento que alguns autores atribuem a Curitiba ser associada, pela primeira vez, a cidades europeias por seu planejamento urbano de “vanguarda”.⁹⁶

Em relação à questão da pedestrianização, esses arquitetos relatavam à imprensa local sobre estudos e experiências de “*retorno de ruas centrais aos pedestres*”[sic] em cidades europeias como Madrid, Rotterdam, Copenhagen, Munique e St. Honoré: “*Nesses lugares, os centros ficaram mais animados e vivos*”, afirmava o arquiteto libanês Mitri Nammar. Para o arquiteto Keskin, as várias experiências ligadas ao fechamento de ruas central ao tráfego de veículos em países europeus tiveram ótimos resultados, pois onde os automóveis não transitavam mais, registrou-se um aumento considerável no movimento comercial.⁹⁷

Sobre a obra da Rua XV de Novembro, então em execução, Nammar expressava sua posição ao Diário do Paraná: “*Estou surpreso com as medidas em Curitiba para fazer voltar aos pedestres o centro da cidade.*” Para o arquiteto búlgaro Luben Tonev, havia três fatores positivos nas medidas urbanísticas tomadas por Curitiba: “*Facilita ao comércio, permite maior contato humano e elimina ruídos e acidentes naquelas vias*”⁹⁸

Além das manifestações dos arquitetos da UIA, parte da imprensa local também demonstrava apoio à obra de pedestrianização da Rua XV de Novembro com a publicação de anúncios da Prefeitura, os quais já lançavam a obra como um “*sucesso comercial*” com o intuito de sensibilizar e conquistar o curitibano com o discurso de que a nova via seria “*linda de viver*”, “*alegre*”, “*colorida*”, “*mais humana*” e “*sem congestionamentos*”, conforme veiculado pela Gazeta do Povo e Diário do Paraná nos dias 20 e 21 de maio de 1972, durante a execução das obras.⁹⁹ [Figura 129]

⁹⁴ ARQUITETOS conhecem a cidade. **Diário do Paraná**. Curitiba, 18 de maio de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/87095> Acesso em: 20/10/2016.

⁹⁵ ARQUITETOS veem Curitiba já mais humana. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de maio de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/87127> Acesso em: 20/10/2016.

⁹⁶ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. p. 110

⁹⁷ ARQUITETOS veem Curitiba já mais humana. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de maio de 1972.

⁹⁸ Ibid.

⁹⁹ A nova Rua XV vai ficar linda de viver. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 20 de maio de 1972; A nova Rua XV vai ficar linda de viver. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de maio de 1972.

Figura 129: Anúncio das obras da Rua XV de Novembro. Lançado pela Prefeitura como se já fosse um produto de sucesso comercial. Publicado pelo Diário do Paraná e pela Gazeta do Povo, em maio de 1972. Fonte: Diário do Paraná; Gazeta do Povo, 1972.

O calçadão da Rua XV como um “*sucesso comercial*” também está presente na versão oficial sobre os acontecimentos relacionados à execução da obra e a sua repercussão. Apesar da obra ter sido imposta aos curitibanos, a versão dos fatos contada por agentes envolvidos nessa gestão municipal é que, posteriormente, a obra foi bem aceita por aqueles que antes se opunham, constituindo-se em um projeto “*bem-sucedido*”. Essa versão é exposta pelo então prefeito Jaime Lerner, por Jorge Wilhelm, pelo Eng.^o Clóvis Lunardi – presidente do IPPUC entre 1969 e 1971 – e pela Eng.^a Franchette, cujos trechos de depoimentos transcrevemos a seguir:

Jaime Lerner: Posso falar da área de pedestres que fizemos em 72 horas e não sei se hoje faríamos nesse tempo. Mas foi feito em 72 horas. Começamos numa sexta-feira à noite [...]. Terminamos na segunda-feira à noite, na terça-feira já havia medida judicial tentando interromper a obra que a essa altura já estava pronta; e aqueles que eram contra passaram a fazer petições a favor da continuidade do projeto.¹⁰⁰ [grifo nosso]

Jorge Wilhelm: Então foi feita esta montagem [estratégica com a UIA], bem sucedida e depois, evidentemente, ficou provado que a pedestrianização era um sucesso comercial.¹⁰¹ [grifo nosso]

¹⁰⁰ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). *Memória do Arquiteto...*op. cit., 2012. p. 118.

¹⁰¹ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...*op.cit., maio de 1990. p. 34.

Clovis Lunardi: O calçadão na Rua XV teve de ser feito na marra. Ninguém queria saber de tirar os carros – que deixariam de passar em frente às lojas. Esta obra – eu estava no Departamento de Obras – foi feita de sábado a segunda-feira, da Boca Maldita para cima, até a Presidente Faria. Primeiro foi a Doutor Muricy – à altura dela – e depois mais para baixo. Depois, feito esse trecho “na marra”, os comerciantes perceberam que o pedestre é quem compra, não o motorista que está de carro. Ai, houve pedidos de se fazer calçadão em tudo quanto é lugar, até nos bairros.¹⁰² [grifo nosso]

Franchette: A primeira grande batalha pela implantação do Plano Preliminar foi o fechamento da Rua XV ao tráfego de veículos. Foi uma decisão do Jaime, já de começo. Todos sabíamos que, para fechá-la, tínhamos que entrar rachando. O fechamento do trecho inicial – Ébano Pereira à Barão do Rio Branco – foi feito em 48 horas [há controvérsias quanto aos horários], num final de semana, com início de madrugada, para impedir o impetramento de mandado de segurança pelos comerciantes, que imaginavam que seriam prejudicados. Foi uma grita! A cidade inteira ficou em polvorosa e, depois de um mês, estavam todos felizes.¹⁰³ [grifo nosso]

À propósito do discurso oficial da obra da Rua XV, essa versão foi sustentada como um “*sucesso comercial*” e um projeto “bem-sucedido” por meio de novas estratégias implementadas pela Prefeitura, com apoio da imprensa, as quais tinham como objetivo – ao nosso entender – simular uma imagem positiva das obras e da gestão de Lerner, a fim de minimizar também as críticas dos comerciantes locais.

Para isso, foram desenvolvidas atividades de lazer e recreação ao longo da via. Foram publicados textos jornalísticos de apoio e, inclusive, de caráter doutrinário por parte da imprensa local e nacional. E ainda, dois anos depois, foi tombada a Paisagem da nova Rua XV para impedir que a obra do calçadão fosse revertida em gestões posteriores a Lerner. Esse conjunto de estratégias permitiram tanto a permanência da obra executada, quanto a sua extensão para mais quadras da Rua XV de Novembro, até 1977, e para o Setor Histórico de Curitiba, em 1980.

Por outro lado, a repercussão da obra e o seu o chamado “sucesso” não foi isento de conflitos e de profundas alterações no perfil da via: houve diversas críticas do comércio local; lojas tradicionais foram fechadas; o footing motorizado deslocou-se para outra área da cidade; equipamentos recém-instalados pela prefeitura foram depredados; e a nova via mudou aos poucos o perfil socioeconômico com a sua popularização. Essas questões serão abordadas nos próximos tópicos.

3.3.1.4. A repercussão local.

No dia seguinte à conclusão da “operação-relâmpago”, em maio de 1972, as reações dos comerciantes locais diante do fato consumado eram reportadas pela imprensa local. De acordo com O Estado do Paraná, as críticas giraram em torno da possível diminuição do movimento do comércio em consequência da falta de circulação de veículos e estacionamentos, das dúvidas e dificuldades para

¹⁰² LUNARDI, Clovis. Depoimento, 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*...op.cit., novembro de 1989. p. 4.

¹⁰³ RISCHBIETER, Francisca Maria Garfunkel. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana*...op. cit., maio de 1990. p. 9.

carga e descarga, chegando, inclusive, a questionarem a aparência da nova via. Diante dessas questões, os comerciantes esperavam que a obra fosse considerada ilegal e que o mandado de segurança impetrado fosse julgado ao seu favor. Além disso, como reação imediata, os comerciantes chegaram a fazer um abaixo-assinado para tentar reabrir a rua ao tráfego de veículos.¹⁰⁴ Nenhuma das manifestações de oposição tiveram êxito algum, pois a gestão de Lerner tinha apoio de parte da imprensa local e do governo do Estado.

A gestão de Lerner se defendia das críticas respaldando-se no cumprimento das diretrizes estabelecidas no Plano Diretor, aprovado em 1966, conforme publicado pelo jornal *O Estado do Paraná*, em 23 de maio de 1972:

A URBS revelou ontem: “O que a prefeitura está fazendo na Rua XV nada mais é do que dar cumprimento ao que dispõe a lei do Plano Diretor da Cidade, que prevê a pedestrianização de várias artérias centrais e que foi aprovada pela Câmara de Vereadores.” E prossegue: “De acordo com informações do IPPUC, o Plano Preliminar de Urbanismo, elaborado em 1965, previa, na área central da cidade, ruas de uso exclusivo ou preferencial de pedestres. Em 15 de fevereiro de 1966, o Conselho Deliberativo do IPPUC aprovou a relação das ruas a serem incluídas naquela categoria, da qual consta a XV de Novembro. Posteriormente, a lei 2.828, sancionada pelo então prefeito Ivo Arzua Pereira, em 31 de julho de 1966, consagrou definitivamente o conceito de vias de pedestres. A remodelação da Rua XV de Novembro é mais um passo no cumprimento da lei, a exemplo do que ocorrem nas praças Generoso Marques e Borges de Macedo, na Rua Monsenhor Celso e na Travessa Oliveira Belo.”¹⁰⁵

Os comerciantes insatisfeitos com a nova via queriam que Lerner fosse destituído do cargo pelo governador. Chegaram, inclusive, a tentar uma audiência com o governador da época, o Prof. Pedro Viriato Parigot de Souza, porém sem sucesso algum. Em relação a essas pressões, transcrevemos abaixo trechos dos depoimentos de Jorge Wilhelm, Jaime Lerner e Lubomir Ficinski Dunin:

[Jorge Wilhelm:] Também existe um fato curioso ligado a isto, porque havia uma resistência muito grande à implantação, por parte do comércio – comerciante acha que as pessoas vão fazer compras de automóvel. Elas podem ir ao centro de automóvel, mas não entram na loja com ele, a não ser que se trate de posto de gasolina. Mas os comerciantes fizeram pressão, até chegaram a pedir o impeachment do prefeito. E o governador de então nem os recebeu, a pedestrianização foi feita.¹⁰⁶ [grifo nosso]

[Jaime Lerner:] Eu era prefeito nomeado. Toda semana queriam o meu cargo, toda semana. Depois que saiu o governador Haroldo [León Peres], que me havia nomeado, o Professor [Pedro Viriato] Parigot [de Souza] me chamou e disse: “eu gostaria que você continuasse, mas vejo que não há a menor possibilidade, porque estou vendo todo mundo querendo a tua cabeça”. Assim mesmo ele me confirmou no cargo. Então nós trabalhávamos – a nossa equipe –, praticamente sabíamos que tínhamos a perspectiva de uma semana. Nós não sabíamos se iríamos continuar na semana

¹⁰⁴ ÁRVORES surgem no asfalto da XV. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 23 de maio de 1972.

¹⁰⁵ Ibid.

¹⁰⁶ WILHEIM, Jorge. Depoimento. 1989. In: IPPUC. *Memória da Curitiba Urbana...*op.cit., maio de 1990. p. 34.

seguinte. Foi a época em que aprendemos a decidir rápido. Decidir rápido e realizar rápido.¹⁰⁷ [grifo nosso]

[Lubomir Ficinski Dunin:] Quiseram desmontá-lo [Jaime Lerner] quantas vezes, não é? Porque tudo era novo, fechar a Rua XV era um escândalo; botar um sistema novo de ônibus, idem. O ônibus expresso era “um assassino”, tudo foi um risco político gigantesco. Ele representava o risco, especialmente no começo, quando não tinha capital depositado na política, digamos assim.¹⁰⁸ [grifo nosso]

As manifestações de resistência dos comerciantes e demais usuários da via também eram reportadas por jornais na época da inauguração da obra da fase “*operação-relâmpago*”, em 1972. Relatam-se diversas depredações à nova via inaugurada, tais como: árvores recém-plantadas ao longo da via mutiladas e arrancadas em sinal de protesto à nova via;¹⁰⁹ e “*automóveis, motocicletas, caminhões e camionetes que abasteciam o comércio tomavam conta do novo calçamento*”, diariamente, “*colocando em risco a vida dos pedestres que lá circulavam*”. Ademais, frequentemente, causavam diversos danos à pavimentação e aos equipamentos recém-instalados pela prefeitura, sem tomar os devidos cuidados de trafegar numa via com essas características.¹¹⁰

Devemos mencionar, porém, que não havia apenas manifestações de resistência, críticas e oposição entre os comerciantes locais. A Folha de Londrina, em 28 de maio de 1972, veiculava em nota que havia posições diversas entre os comerciantes. Porém, entendemos que neste caso, como o jornal demonstrava apoio à gestão de Lerner, possivelmente, sua intenção era de minimizar as críticas dos comerciantes que se opunham:

Mas esse ponto de vista não é unânime mesmo entre os comerciantes. Há um número razoável deles de opinião que, pelo contrário, o fechamento definitivo da rua XV ao tráfego de veículos virá até melhorar o movimento, tão logo as obras de ajardinamento fiquem prontas. A verdade é que – pelo menos para alguns ramos de comércio – a Rua XV de Novembro há muito tempo deixou de ser o ponto ideal. Com a proliferação dos automóveis, nos últimos anos, o melhor ponto comercial passou a ser aquele onde existe fácil estacionamento. Segundo esse raciocínio pode-se pensar que o tráfego pela citada artéria, com permissão para estacionamento, seria melhor para os comerciantes. Mas aí vem um detalhe que eles não devem ignorar. Há muitos anos já, vinha sendo, impossível estacionar na Rua XV de Novembro para fazer compras. Todos os lugares estão ocupados desde antes das oito da manhã, pelos próprios donos e gerentes das lojas, pelos funcionários.¹¹¹

Entretanto, no ano seguinte à execução da obra, percebemos em depoimentos que, de fato, havia comerciantes contra e a favor do calçamento da Rua XV, conforme publicação do O Estado de São Paulo, em 26 fevereiro de 1973:

¹⁰⁷ LERNER, Jaime. Palestra realizada...op. cit., 1996. In: BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto...**op. cit., 2012. p. 118.

¹⁰⁸ DUNIN, Lubomir Ficinski. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...**op. cit., maio de 1990. p. 21.

¹⁰⁹ A Nova Rua XV: Uma rua cheia de flores, com largos passeios. É a cidade que se moderniza. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 11 a 17 de junho de 1972: “A rua XV *“amanheceu com 16 árvores arrancadas. Algumas mutiladas como sinal de protesto realizado por algum “mau-caráter”*”.

¹¹⁰ NA Rua das Flores, o estrago por veículos. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 de maio de 1974; ALGUNS problemas prejudicam a imagem da Rua das Flores. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de outubro de 1975.

¹¹¹ NOTA. **Folha de Londrina**. Londrina, 28 de maio de 1972.

Munnir Calluf, 37 anos, proprietário da loja “Sedas Louvre” é um dos comerciantes que continuam contra a grande mudança da rua XV. – Sou contra porque acredito que o curitibano ainda depende muito de carro. Ele não tem disposição para caminhar muito. No caso de minha loja cuja maior freguesia é composta por mulheres, o calçadão só tem prejudicado. Elas evitam vir pra cá por falta de lugar para deixarem seus carros. O calçadão atrai um público que não nos interessa. Eu já estou pensando até em mudar de ramo – diz ele. Talvez transforme isto aqui numa loja de discos, um artigo que o público da rua, os jovens consomem muito. A rua XV virou uma rua de comércio pop.

No início – conta o livreiro José Ghignone, há 40 anos instalado na Rua XV de Novembro – foi uma gritaria geral dos comerciantes da rua. Todo mundo achava que a ideia de tirar os carros da XV de Novembro não traria resultados, que os negócios das lojas diminuiriam. Fui um dos primeiros a incentivar o calçadão e estava certo em pouco tempo, o movimento do comércio melhorou sensivelmente.¹¹² [grifo nosso]

Nesses depoimentos percebemos que não havia unanimidade entre os comerciantes daquela via. Entretanto, notamos no discurso de Calluf a clara intenção de mudar de ramo, pois antes do calçadão o público que frequentava era, especialmente, da classe média; a partir da obra de pedestrianização, ao que parece, o perfil da via tendia a se popularizar.

3.3.1.5. O discurso de humanização

Vinculado às obras de pedestrianização, estava o discurso de “humanização” da cidade. Segundo García, tal discurso estava articulado também à ideia de modernização da cidade e funcionou como um instrumento legitimador do processo de modernização e requalificação urbanística empreendida em Curitiba a partir da década de 1970, pois afastou outras possíveis abordagens e narrativas sobre a implementação das obras nesse período.¹¹³

O discurso era vinculado, sobretudo, à questão da pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba, e era embasado nos conceitos e recomendações enunciadas nos últimos CIAMs, em particular no CIAM 8, que abordamos no capítulo 1, no tópico 1.3.2.1. Todavia, tal discurso não prevaleceu sobre outras obras implementadas na cidade onde se priorizava, notavelmente, a circulação de veículos, como era o caso das *Vias Estruturais* que cortaram a cidade de Norte a Sul, ao longo de diversos quilômetros.

Entendemos que o apelo à “humanização” era adotado pela Prefeitura para combater críticas e resistências locais em relação ao calçadão da Rua XV de Novembro, como também para sensibilizar e educar a população por meio de:

- Publicações em jornais com matérias de caráter persuasivo, publicitário e doutrinário;
- Criação e reafirmação de símbolos e identidade cidadina;
- Tratamento paisagístico e visual da via;

¹¹² MORENO, Júlio. Uma rua colorida, com flores, sem carros. Uma rua de lazer. Em maio do ano passado, o prefeito de Curitiba, Jayme Lerner, resolveu dar mais espaço aos pedestres da cidade. Em 72 horas, transformou duas quadras da Rua XV de Novembro numa imensa calçada, uma área de lazer. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 26 de fevereiro de 1973.

¹¹³ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. p. 107.

- Promoção periódica de atividades de lazer para apropriação daquele espaço público pela população curitibana.

Em relação à imprensa local, ressaltamos que o discurso de humanização era frequentemente utilizado pelos jornais para sensibilizar e persuadir a população leitora de que todas intervenções executadas pela gestão de Lerner no *Centro Antigo* de Curitiba, nos parques e nos novos equipamentos culturais eram necessárias para se ter uma cidade mais humana e moderna, que promovesse o encontro, o lazer e o convívio entre os cidadãos. Um exemplo desse discurso persuasivo, divulgado pela imprensa local, era a publicação do jornal “A Voz do Paraná”, intitulada “*A nova Rua XV: uma rua cheia de flores, com largos passeios. É a cidade que se moderniza*”, em junho de 1972:

Quem não gostou da Rua XV? Ela é um convite para o reencontro do homem com o homem, coisa que não existe mais nas cidades grandes. O velho respira fundo. Remoça. Sente-se gente novamente, pois há tranquilidade como outrora, sem precisar sair do centro, sem gastar dinheiro. Pode ficar conversando com o amigo e ver seu neto fazer traquinagens, chupar sorvete, pedir bom-bom. Não há perigo na rua XV de agora, como antigamente. Mas ela não é apenas para os saudosistas. Os urbanistas modernos explicam que a cidade tem que ter a dimensão do homem. Procuram humanizá-la e querem corrigir os erros do passado. E a antiga Rua das Flores recebeu de volta sua paz. ¹¹⁴[grifo nosso]

Nesse sentido, citamos também o trecho de uma entrevista de Jaime Lerner ao jornal O Estado de São Paulo, em março de 1973, para o qual afirmava que além de prever as quatro funções básicas da Carta de Atenas do CIAM de 1933 – habitação, trabalho, circulação e lazer –, o planejamento urbano contemporâneo devia priorizar o homem e a função da comunicação na cidade, por meio da criação ou da reafirmação de pontos de encontro, convívio e diálogo entre os cidadãos:

Ouve-se tanto falar que as cidades estão preocupadas com sua humanização, que isso já virou uma simples afirmação, e não uma preocupação de fato. Não adianta apenas abrir-se largas avenidas, porque isso não é humanizar. Toda obra que for feita nas cidades tem isso sim, que dar prioridade ao homem, tem que estar na escala do homem. [...] Quando criamos, na Rua XV de Novembro, uma sala de estar urbana, a nossa pretensão era fazer com que o local se transformasse num ponto de encontro da população, isto é num lugar onde os habitantes da cidade possam se comunicar.

Nas cidades, além das quatro conhecidas funções básicas: habitação, trabalho, circulação e lazer, deve-se acrescentar uma nova função a comunicação. ¹¹⁵

Ainda no discurso de humanização, devemos destacar que a imprensa local também divulgava matérias de caráter doutrinário quanto às últimas tendências de planejamento urbano e as suas relações com a experiência de pedestrianização implantada em Curitiba, conforme publicação do Diário do Paraná, em 02 de junho de 1974, intitulada “*O alegre espaço da comunicação*”:

¹¹⁴ A Nova Rua XV: Uma rua cheia de flores, com largos passeios. É a cidade que se moderniza. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 11 a 17 de junho de 1972.

¹¹⁵ MORENO, Júlio. Uma rua colorida, com flores, sem carros...op. cit. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 de fevereiro de 1973.

Fechada ao tráfego em 1972, a rua das Flores [...] transformou-se no valioso e necessário reino dos pedestres. É o ponto de encontro tranquilo de milhares de curitibanos e, segundo a nomenclatura urbanística, é o “coração” da cidade: o centro social onde as pessoas se comunicam e trocam ideias.[...]

A Praça Tiradentes não é considerada ainda como ponto de lazer para quem dispõe de alguns minutos livres. Tanto a Praça Tiradentes, como a Rui Barbosa e Carlos Gomes são procuradas apenas como ponto intermediário entre o trabalho e o transporte. Poucas pessoas dirigem-se a estes locais com a sensação de que “verão o mundo passar”, como acontece, e de forma visível, na “Boca Maldita”. Neste local, como o próprio nome popular e pouco sofisticado indica, é onde o povo conversa, “troca ideias e se comunica”. O “coração da cidade”, no caso de Curitiba, a “Boca”, é o mosaico da variedade humana, profissional e social da cidade. [...]

O QUE É O “CORAÇÃO” [da cidade]? Para o presidente dos Congressos Internacionais de Arquitetura moderna – CIAM – José Luiz Sert “a dispersão urbana provocada pelos modernos meios de transporte, ao transformar nossas cidades, tende a suprimir os lugares de reunião, centros criados para pedestres, à escala do homem.” [...] Para o arquiteto, a praça ou a rua que, escolhida pelos hábitos do povo, é reconhecida como o “coração da cidade”, não é apenas um local para o lazer gratuito e que termina quando as pessoas voltam para suas casas. Para ele, “a livre conversação desenvolvida e fomentada pelos centros urbanos é a base de nossa cultura; neles se debatem e se aprendem os grandes acontecimentos políticos, sociais, culturais e artístico”. [...]

Depois de recomendar nestes centros sociais a existência de plantas, água, sol e sombra e todos os elementos naturais agradáveis aos homens, ele [Sert] recomenda o afastamento do tráfego de veículos para longe do “coração”.¹¹⁶ [grifo nosso]

Notamos que a nova Rua XV de Novembro era noticiada pela imprensa como o “*Coração da Cidade*”, com o intuito de demonstrar que as experiências de planejamento urbano recém-implantadas em Curitiba estavam em consonância com as tendências e experiências europeias. A região da tradicional *Boca Maldita* – localizada no calçadão nas proximidades da Praça Osório – que já era o ponto de encontro de intelectuais, políticos e aposentados, era associada à ideia de espaço da comunicação, onde o povo se encontra diariamente para discutir assuntos e notícias do momento. Era o centro social, o coração da cidade, como espaço voltado às relações humanas e à comunicação.

No discurso de humanização, estava também a questão da identidade e da afirmação de símbolos citadinos. Essa questão estava vinculada às ações previstas e que estavam em execução no *Centro Antigo* de Curitiba, como a pedestrianização e a revitalização do Setor Histórico de Curitiba. Era a partir do acionamento, da afirmação e da construção de novos espaços identitários e simbólicos que a Prefeitura intuía que a população se apropriasse dos novos equipamentos e espaços criados.¹¹⁷

Na questão da identidade, estava a revitalização do *Centro Antigo* da cidade, o redesenho dos espaços públicos, os pontos de encontro e a revitalização de edificações históricas. Eram o calçadão da Rua XV de Novembro e o Setor Histórico que constituíam parte do projeto de modernização de Curitiba, com o intuito de criar símbolos e marcos que passariam a compor a imagem da cidade planejada e

¹¹⁶ O alegre espaço da comunicação. *Diário do Paraná*. Curitiba, 02 de junho de 1974.

¹¹⁷ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. pp. 106-113.

requalificada. Estes, constituíram-se em uma das referências simbólicas e espaciais que moldaram a imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo” e metrópole moderna.¹¹⁸

É nesse contexto que se buscou valorizar o sentido de lugar e os antigos referenciais espaciais da memória urbana, procurando estabelecer e reforçar as relações dos curitibanos com o novo ambiente citadino, por meio de atividades culturais e de lazer que dessem vitalidade e identidade aos lugares requalificados. É nesses espaços simbólicos selecionados, revitalizados e reafirmados que a imagem da “cidade humana” assumia a sua expressividade, como espaço de encontro, referência tradicional e de evocação da história urbana. É ali que se encontravam os símbolos fundamentais da identidade desejada para a capital, onde tradição e contemporaneidade se fundiam num mesmo objeto-espaço. É no redesenho da rua, como cenário de encontros, que se incorporaram à “*provinciana*” capital os novos símbolos da metrópole.¹¹⁹

No discurso de reafirmar símbolos e criar identidade no *Centro Antigo* requalificado, estava a questão do tratamento paisagístico da Rua XV. O projeto do calçadão foi batizado como “*Rua das Flores*”, com o intuito de resgatar o antigo nome da via no período colonial. No calçadão, o projeto previa uma série de elementos, mobiliários e equipamentos urbanos que comporiam o cenário da nova via, como postes, quiosques, cafés, bancas de revistas, postos de informações e vendas de ingressos de espetáculos da cidade, cabines telefônicas, relógio, bares e mesas externas, bancos, floreiras e árvores, dentro de um projeto específico elaborado pelo arquiteto Abrão Assad.¹²⁰ [Figura 130, Figura 131, Figura 132 e Figura 133]

No projeto “*Rua das Flores*”, havia uma clara intenção projetual de organização desse mobiliário urbano no espaço da rua, de modo que ficassem espacialmente bem caracterizadas as áreas de estar, de encontro e as áreas de circulação de pedestres. O mobiliário urbano implantado pretendia acentuar a caracterização visual da cidade, conferindo-lhe identidade. Assim, o padrão de design dos mobiliários urbanos articulavam-se numa linguagem formal e contemporânea, que se tornaram símbolo do calçadão, os quais, quando vistos, são imediatamente associados à imagem da via.¹²¹

Entres os equipamentos instalados estava o “Bondinho”, um antigo bonde que foi revitalizado para o atendimento de crianças enquanto as mães iam às compras nos estabelecimentos comerciais da Rua XV. Nesse espaço, eram desenvolvidas diversas atividades supervisionadas por uma equipe da própria prefeitura, tais como pintura, modelagem, recortes, jogos pedagógicos, etc. [Figura 134]

No projeto, reafirmava-se também a tradicional “boca maldita” com a criação de cafés e bares, como tradicional ponto de encontro, além de espaço reservado aos grandes comícios e comemorações da cidade. [Figura 135 e Figura 136]

¹¹⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito...* op. cit., 1993. pp. 106-113.

¹¹⁹ Ibid.

¹²⁰ OBA, Leonardo. Tossiaki. *Os marcos urbanos e a construção da cidade: a identidade de Curitiba*, 1998. 327F. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998. p. 265

¹²¹ Ibid.

Figura 130: A Rua XV entre Dr. Muricy e Marechal Floriano, “Sala de Estar” e “Casa do Ingresso”(onde se compravam ingressos para atrações culturais) em 1972. Fonte: Gazeta do Povo, 2009.

Figura 131: Rua XV entre Monsenhor Celso e Barão do Rio Branco, em 1972. Fonte: Gazeta do Povo, 2009.

Figura 132: Rua XV entre Al Dr. Muricy e a Rua Ermelino de Leão, em 1972. Fonte: Gazeta do Povo, 2009.

Figura 133: Foto atual da Rua XV de Novembro com seus quiosques e bares ao ar livre. Fonte: Autor, 2017.

Figura 134: Foto atual do bondinho da Rua XV de Novembro e o Palácio Avenida ao fundo, nas proximidades da “Boca Maldita”.
Fonte: Autor, 2017.

Figura 135: Foto atual da “Boca-Maldita” no trecho denominado como Av. Luiz Xavier. Fonte: Autor, 2017.

Figura 136: Vista da “Boca-Maldita” e do edifício Moreira Garcez na esquina. Fonte: Autor, 2017.

A partir do discurso de humanização, a prefeitura passava a investir também em atividades que promovessem a apropriação da via como espaço de encontro, comunicação, cultura e lazer por parte dos cidadãos. O autor do detalhamento do projeto da Rua XV de Novembro, Abrão Assad, em entrevista ao jornal *O Estado do Paraná* afirmava: *“Precisamos criar hábitos culturais. A tão procurada popularização das artes terá na rua sua grande chance de se efetivar. O ponto de encontro já existe e nele palpita o espírito da cidade.”* Por isso seu plano previa que fossem explorados ao longo da nova rua atividades como exposições, esportes, manifestações artísticas, divulgações, etc. Para ele, era preciso uma *“estrutura variada de animação, capaz de sensibilizar todos os cidadãos numa integração de aptidões, [prevalecendo] sobre a pressão mecanizada, estéril e monótona, que tende a existir nas cidades grandes.”*¹²² E assim foi feito.

Para compor a imagem da obra recém-executada, a gestão de Lerner promovia diversas atividades de lazer e animação urbana com o intuito de estimular novos usos e a apropriação do calçadão pela população. Entre as atividades desenvolvidas, destacamos a pintura infantil sobre tiras de papel sobre o calçadão. Desde a inauguração da obra, da fase que denominamos como *“operação-relâmpago”*, em maio de 1972, aos sábados pela manhã, eram estendidos dezenas de metros de papel

¹²² MANFREDINI, Luiz. Rua XV, 1973: (Homem x Máquina, 1x0). *O Estado do Paraná*. Curitiba, 07 de outubro de 1973.

em rolo no “calçadão” para as crianças pintarem à vontade com pincéis e tintas fornecidas pela Prefeitura. A atividade teve tamanho sucesso que chegou a ser estendida por até três quadras. Essa foi uma das primeiras estratégias de apropriação daquele espaço.

Tal estratégia adotada para a apropriação do calçadão com atividades recreativas repercutiu em nível nacional. O jornal O Globo, numa matéria intitulada “*Uma Rua de Flores e crianças*”, em 1975, apresentava a cidade e o calçadão curitibano como algo genial, onde valia a pena viver com a família e criar os filhos. O objetivo era aquele de apoiar e legitimar as ações promovidas pela gestão de Lerner, além de fazer uma publicidade positiva da imagem da cidade, a fim de atrair novos investidores para a “Cidade-Modelo”. Enfim, *city marketing*.

Ideia genial, sim, foi a daquele prefeito de Curitiba [Jaime Lerner] que, fechando aos veículos da cidade, abriu-a em flores, de todos os coloridos e perfumes. E é um gosto, passear por ali.

Funcionários municipais estendem imenso tapete de papel ao longo da rua, dividindo seus duzentos e tantos metros em telas de um metro. Logo brotam crianças, em toda a extensão, muito bem armadas de pincel e tintas, defendendo as suas posições de pequenos-grandes artistas. E mãos à obra.

Bondinho: É um bonde funcional, para abrigar os garotinhos enquanto as mães fazem suas compras. Para isso, orientadoras da Prefeitura acolhem os guris a fim de entretê-los do melhor modo, com brinquedos, jogos e desenhos. Vale ou não vale a pena ser criança em Curitiba?¹²³

É interessante notar que mesmo quase duas décadas depois da inauguração do calçadão, em 1990, a Veja Paraná elogiava a iniciativa de Lerner que vinha sendo mantida desde a década de 1970, conforme trecho da matéria transcrito abaixo:

“O prefeito Jaime Lerner teve de usar criatividade para defender sua proposta urbanística contra a fúria de alguns grupos, como os taxistas e comerciantes que ameaçavam naqueles dias invadir a rua com automóveis numa mostra de desprezo à área de pedestres. Em uma manhã de sábado, Lerner espalhou longas tiras de papel no calçadão e ofereceu tintas e pincéis para as crianças que passavam por ali com seus pais – com as crianças pretendíamos reafirmar que aquele espaço era destinado ao homem – lembra Lerner. Elas estavam ali como que dizendo esse lugar tem dono. O truque deu certo e a medida de emergência acabou por se transformar numa atração permanente”.¹²⁴

3.3.2. O tombamento estadual como instrumento de proteção ao projeto do Calçadão.

O tombamento estadual da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro é raramente mencionado em teses, dissertações, artigos e nas demais referências bibliográficas existentes. É curioso, mas os estudos relacionados à Rua XV de Novembro apenas se detém no projeto urbanístico e, frequentemente, ignoram que o tombamento foi um instrumento importante adotado pelo Estado do

¹²³ FERRAZ, Helena. Uma Rua de flores e crianças. O Globo. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1975.

¹²⁴ VEJA PARANÁ, 18/04/1990, apud GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. p. 109.

Paraná em parceria com a gestão de Lerner para proteger a obra do calçadão. Nesse sentido, procuramos elucidar as questões patrimoniais inerentes à via, a partir da pesquisa realizada em jornais, entrevista e fontes primárias do arquivo da Coordenação do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná, a antiga DPHA.

Paralelamente ao discurso de humanização da Rua XV de Novembro, endossado pela Prefeitura e vinculado por parte da imprensa, a gestão de Lerner contava com apoio enfático do Governo do Estado do Paraná para a viabilização e consolidação dos projetos de modernização da capital paranaense.

No início da década de 1970, o governo do Estado do Paraná passava por um período de instabilidade política devido à sucessão de quatro governadores em um período de apenas um mandato. Nesse contexto, como o cargo de prefeito era uma nomeação indicada pelos governadores, a permanência de Lerner no poder municipal também era instável.

Deste período, o primeiro governador foi Haroldo León Péres – responsável pela indicação de Lerner ao cargo de prefeito –, ele governou o Paraná apenas por alguns meses, de 15 de março de 1971 até 22 de novembro de 1971. O breve mandato de Péres devia-se a acusações de corrupção que o forçaram a renunciar ao cargo durante o governo do ditador Emilio Médici. O segundo governador foi o vice de Péres, o professor Pedro Viriato Parigot de Souza que manteve Lerner no cargo de prefeito apesar da pressão política que havia para sua saída. Parigot governou o Paraná com a saúde debilitada, assumindo o cargo em 23 de novembro de 1971 até 11 julho de 1973, quando faleceu. O terceiro governador foi o presidente da Assembleia Legislativa, João Mansur, que permaneceu no cargo por apenas um mês, até agosto de 1973, quando ocorreu a eleição indireta do novo governador. Por fim, o quarto governador foi Emilio Hoffmann Gomes, que governou de 11 de agosto de 1973 até 15 de março de 1975, quando encerravam tanto as gestões do governo do Paraná, como da prefeitura de Curitiba.

Apesar do quadro de instabilidade política em âmbito estadual e das diversas críticas e oposições à gestão de Lerner, em decorrência das transformações urbanísticas implementadas em Curitiba, o apoio do governo estadual era nítido, pois os quatro governadores do partido ARENA que se sucederam, entre 1971-1975, confirmavam e mantinham Jaime Lerner como prefeito de Curitiba.

No âmbito estadual, identificamos que a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, então dirigida pelo arquiteto Sergio Todeschini Alves, entre 1974-1981, também apoiava as intervenções urbanísticas implementadas pela gestão de Lerner. Esse apoio estava relacionado ao Tombamento da Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro como estratégia elaborada em conjunto com o IPPUC para a defesa do projeto do calçadão da Rua XV de Novembro, em razão das críticas e resistência dos comerciantes, como também da instabilidade política daquele período.

A inscrição da assim denominada ***“Paisagem Urbana do trecho da Praça Osório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Praça Santos Andrade”*** no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico ocorreu em 11 de março de 1974, pelo processo nº 45/74. Tal tombamento incluía explicitamente a obra do calçadão, conforme descrição do livro tombo que transcrevemos abaixo:

Designação: Paisagem urbana do trecho Pça. Ozório, Avenida Luís Xavier, Rua XV de Novembro e Pça. Santos Andrade – calçadão e estruturas de animação. Todas as fachadas que dão para as praças Ozório e Santos Andrade, Rua XV e Avenida Luis Xavier. [...]

Características: Calçadão em petit-pavê para pedestres, quiosques em acrílico p/ venda de flores, e coisas de arte popular, orelhões para telefones públicos, sala de estar de Curitiba, bancos e floreiras móveis, mesas de lanches no calçadão e arborização da Pça. Ozório, Praça Santos Andrade, Avenida Luis Xavier, Rua XV de Novembro.¹²⁵

Figura 137: Mapa da área protegida correspondente à Paisagem da Rua XV de Novembro. Fonte: CPC/SEEC, 2016.

ÁREAS PROTEGIDAS NA DÉCADA DE 1970

LEGENDA:

- Setor Histórico de Curitiba.** Protegido por decreto municipal em 1971.
- Paisagem Urbana da Rua XV de Novembro:** tombada pelo Estado do Paraná em 1974.

Figura 138: Mapa das áreas urbanas protegidas em Curitiba, na década de 1970. Fonte: aerofoto do IPPUC de 1985 manipulada pelo autor.

¹²⁵ Inscrição no Livro Tombo nº 05-I, 11 de março de 1974, Processo nº45/74.

Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/arquivos/File/tombados/CTB1-005.jpg> Acesso em: 20/10/2016.

Os objetivos do tombamento da paisagem urbana da Rua XV eram expostos claramente no ofício de notificação do tombamento, PHA-42/74, do diretor Sergio Todeschini ao prefeito Jaime Lerner, em 11 de março de 1974:

- a. Preservar uma obra pioneira de arquitetura e urbanismo – o calçadão – com as estruturas de animação;
- b. Evitar a poluição visual de cartazes e placas que já não informam mais, tal a sua quantidade e desordenação [sic].
- c. Evitar mudanças bruscas em fachadas e prédios novos que colidam violentamente com o conjunto.¹²⁶

Com esse instrumento, protegia-se a obra do calçadão da Rua das Flores, impedindo-se que houvesse qualquer modificação ou reconversão da via ao seu estado anterior em futuras gestões municipais. É o que aponta o arquiteto Sergio Todeschini em depoimento:

A ideia do tombamento foi um trabalho conjunto da DPHA e o IPPUC, e na realidade o objetivo era proteger o calçadão da Rua das Flores, na época muito contestado e sempre com o perigo de um novo prefeito tentar mudar a concepção de rua de pedestres.¹²⁷ [grifo nosso]

Com tais objetivos e motivações, percebemos nitidamente que o tombamento da paisagem da Rua XV de Novembro não estava vinculado aos valores históricos, arquitetônicos, simbólicos e memoriais da via, mas apenas ao projeto do calçadão e seu cenário. Não era a Rua XV do tradicional comércio da elite, dos cinemas, do *footing*, dos cafés e confeitarias que se visava preservar, mas a imagem do grupo político que idealizou a nova via, materializada na intervenção do calçadão.

Apesar de tais objetivos e motivações estarem relacionados ao projeto do calçadão, chamamos a atenção para o termo adotado no tombamento: *Paisagem Urbana*. Trata-se do primeiro tombamento no Brasil de paisagem urbana. É possível que tal título tenha sido adotado também em virtude as discussões sobre paisagem que estavam se estruturando em âmbito internacional, muito embora as reais motivações do tombamento impliquem em razões de ordem política e urbanística, como temos visto até então.

Nos capítulos anteriores vimos que o termo *Paisagem urbana* era adotado e conceituado por Gordon Cullen, em 1961, em seu livro intitulado *Townscape*, o qual já constituía uma das bibliografias dos arquitetos curitibanos da década de 1970. No âmbito das discussões de preservação, lembramos que vimos no tópico 2.3.2.1 que as discussões sobre paisagem eram enfatizadas na Conferência Geral da Unesco de 1962 que resultou na “Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter dos sítios e paisagens”. Nessa recomendação se enfatizava a importância da preservação de paisagens rurais e urbanas, mas apenas em termos do controle estético das intervenções nessas áreas. Ademais, a Carta de Veneza, as Normas de Quito e a Conferência da Unesco de 1972 também traziam temas como o da paisagem e da preservação da ambiência de sítios históricos.

¹²⁶ OFÍCIO PHA-42/74 do Diretor da DPHA, Sergio Todeschini Alves, ao Prefeito arq. Jaime Lerner, em 11 de março de 1974. Notificação do tombamento.

¹²⁷ Depoimento de Sergio Todeschini Alves concedido por e-mail em 28 de setembro de 2016.

Além disso, nas discussões do CIAM 8, vimos no tópico 1.3.2.1 que Richards enfatizava a importância da preservação dos imóveis antigos que formariam o cenário dos *Corações da cidade*. Em Curitiba, visava-se preservá-los apenas em suas fachadas, a fim de garantir uma “atmosfera” e “ambiência” desejada para a composição da obra do calçadão. Nesse sentido, esclarecemos que, na época, nem se cogitava proteger os interiores dos edifícios, pois o objetivo principal era a obra do calçadão e o seu cenário. Ademais, como já havia resistência pelos comerciantes ao calçadão, caso as restrições impostas pelo tombamento fossem estendidas aos interiores dos imóveis poderia gerar impugnações ao tombamento devido à maior restrição ao direito de propriedade, conforme explica Sergio Todeschini:

Em vários trechos da Rua XV a arquitetura existente, contava a evolução urbana da cidade e os fracassos dos planos de transformação urbana ao esbarrarem no direito à propriedade e nas desapropriações (caso especial entre a Mal Floriano e a Monsenhor Celso - as galerias) [comerciais propostas por Agache que não foram levadas adiante]. Como queríamos tomar a paisagem urbana, não cogitamos os interiores, temendo as impugnações e a restrição demasiada ao direito de propriedade.¹²⁸ [grifo nosso]

Tais diretrizes de preservação da paisagem que compunha o cenário do calçadão motivaram apenas um controle da DPHA sobre as fachadas dos imóveis. Tal diretriz de gestão não impediu a execução de obras de caráter fachadista ao longo da via, como aquela do Palácio Avenida, executada pelo grupo Bamerindus S/A no início dos anos 1990. A intervenção manteve apenas a fachada e as características volumétricas do edifício. No interior, um novo edifício foi construído. [rever **Figura 134**]

Sobre as reações da população ao tombamento, é interessante esclarecer também que, naquela época, a população local e os comerciantes não sabiam ao certo quais seriam os critérios e restrições impostos pelo tombamento em relação aos imóveis e ao direito de propriedade. Essa era uma das questões levantadas e criticadas pelo presidente da Associação Comercial do Paraná, João Chalbaud Biscaia, o qual expunha sua opinião dizendo que caso o tombamento da paisagem acarretasse em maiores restrições aos proprietários dos imóveis, o Estado deveria desapropriá-los, conforme reportagem publicada pelo Diário do Paraná:

O tombamento, principalmente quando é de imóvel, implica numa série de limitações e restrições. Mas elas não podem ser de tal monta que impliquem na perda do direito de uso e gozo de propriedade. Se isto ocorrer, o Estado tem que desapropriar o imóvel para então protegê-lo. E pelo que dá a entender o Departamento da SEC, ele está tombando a paisagem urbana.¹²⁹

A respeito dos imóveis e boatos de desapropriação o então Conselheiro do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Paraná, Prof. Oscar Martins Gomes, esclarecia ao jornal O Estado do Paraná que o tombamento da paisagem da Rua XV não era de imóveis mas apenas dos aspectos que compunham o cenário da via, e que não se cogitava ainda a desapropriação dos bens.

¹²⁸ Depoimento de Sergio Todeschini Alves concedido por e-mail em 28 de setembro de 2016.

¹²⁹ ASSOCIAÇÃO Comercial contra o tombamento. *Diário do Paraná*. Curitiba, 13 de outubro de 1974.

Não se trata de tombamento de imóveis, mas apenas de um dos aspectos de sua utilização na esfera comercial e no interesse da preservação do aformoseamento dos logradouros públicos em vista. Longe, por enquanto, o intuito de desapropriação, aliás permitida pela legislação federal, tendo em vista a salvaguarda de construções de valor histórico ou artístico, integrado em conjuntos urbanos, de modo a manter-lhes ou realçar-lhes os aspectos mais valiosos ou característico.¹³⁰

É curioso, mas identificamos que a questão do direito de propriedade apenas teve maior repercussão na imprensa local devido à ferrenha oposição da Associação Comercial do Paraná e dos comerciantes da Rua XV, alguns meses após ao tombamento, a partir de setembro de 1974, quando a DPHA e a Prefeitura passaram a atuar sobre a questão da despoluição visual que trataremos a seguir.

3.3.2.1. *Despoluição visual: tensões entre a DPHA e os comerciantes.*

Na década de 1970, a paisagem da Rua XV de Novembro era marcada pela presença de diversos e grandes *outdoors* de publicidade de estabelecimentos comerciais e de marcas como a Antarctica, da Coca-Cola, dos refrigerantes Crush e Bidu, do Chimarrão Gaúcho e da Martini. Estes equipamentos publicitários eram grandes o suficiente para serem visualizados facilmente por quem passasse pela via em um automóvel. Para os técnicos do IPPUC e da DPHA, como a rua tinha sido fechada ao tráfego de automóveis em 1972, a dimensão e a quantidade de equipamentos publicitários instalados nas fachadas voltadas ao calçadão tornavam-se mais evidentes e agressivas em relação à paisagem, constituindo-se em um problema a ser enfrentado.

A preocupação com a questão da poluição visual era um dos aspectos já abordados na resolução final do CIAM 8, na qual elencava-se as características necessárias para se criar *o Coração da cidade* como projeto urbanístico, conforme tratamos no tópico 1.3.2.1. Entre elas estava a questão da publicidade: “5) A publicidade comercial não controlada – tal como hoje se mostra nos Corações – deve ser organizada e controlada”. Nesse sentido, era possível que o IPPUC e a DPHA seguissem as recomendações do CIAM 8 ao decidir abordar a questão da regulamentação da publicidade ao longo da Rua XV.

Desse modo, entendemos também que o tombamento estadual era idealizado pela DPHA e pelo IPPUC como um instrumento legal para promover a despoluição visual da via para requalificar a paisagem urbana da Rua XV de Novembro. Para isso, a DPHA e o IPPUC estabeleceram um conjunto de regras de ordenamento dos equipamentos publicitários instalados nas fachadas dos edifícios, com o intuito de que todos os estabelecimentos com equipamentos que agredissem a paisagem da via ou encobrissem a fachada dos edifícios, como placas, letreiros, luminosos e cartazes, fossem notificados para serem removidos e substituídos por equipamentos com dimensões e características orientadas pelo poder público.

¹³⁰ GOMES, Oscar Martins. In: TOMBAMENTO é constitucional. **O Estado Do Paraná**. Curitiba, 22 de setembro de 1974.

A esse respeito, Sergio Todeschini explicava em entrevista ao jornal *Diário do Paraná*, datada de 24 de março de 1974, que o tombamento da paisagem da Rua XV visava preservar e valorizar a nova conformação da via, voltada aos pedestres, onde não eram mais necessários grandes anúncios publicitários, pois a relação entre os frequentadores, os estabelecimentos comerciais e a paisagem foi alterada com a remoção do automóvel. Ao jornal, o tombamento pelo Estado do Paraná era justificado pelo discurso de que era necessário priorizar o bem-estar do homem, conforme menciona Todeschini:

A partir do momento em que os automóveis foram retirados da rua XV, estabeleceu-se um novo modo de ver a paisagem urbana. Andando a pé, o curitibano pode examinar mais detalhadamente cada detalhe arquitetônico daquilo que constitui, indiscutivelmente, um valioso patrimônio cultural. E não há mais necessidade de ser agredido com avisos publicitários, uma vez que em seu passeio tranquilo, terá curiosidade de ver até mesmo pequenos cartazes de vitrina”.

“Nós entendemos que essa nova condição é benéfica para a cidade que encontra naquela área um local de tranquilidade dentro do caos urbano, onde a multiplicação indiscriminada de anúncios comerciais, a ampliação do ruído do tráfego, e a violenta modificação de paisagem urbana, são motivos de insegurança e desajustamento do homem com a cidade em que vive. Na medida em que conseguirmos preservar esta “ilha” de silêncio e paz, estaremos contribuindo para a manutenção de um precioso patrimônio da cidade de Curitiba, e deixando clara a preocupação do Estado do Paraná de valorizar tudo o que diz respeito ao bem-estar do homem.”¹³¹ [grifo nosso]

É também a partir do tombamento que se nota maior atenção dos jornais à questão da poluição visual da Rua XV de Novembro, como o *Diário do Paraná* que publicou uma matéria intitulada “*Da poluição visual, quando esconde a beleza de uma rua*”, em 31 de maio de 1974:

Um verdadeiro festival de anúncios, placas e indicações esconde a riqueza arquitetônica da Rua XV de Novembro, onde aproximadamente mil fachadas de prédios foram tombadas. Agora, uma lei pretende limpar a paisagem, disciplinar a colocação de letreiros e revelar uma nova “Rua das Flores”.¹³²

As tratativas do poder público – DPHA e IPPUC – para estabelecer regras para a despoluição visual da Rua XV foram discutidas alguns meses após o tombamento, apenas em 30 de agosto de 1974, em reunião do Conselho Estadual de Patrimônio com o então prefeito e arquiteto Jaime Lerner, o arquiteto Abrão Assad, o arquiteto Angel Bernau, o jornalista Aramis Millarch e a assessora de Lerner, a Eng.^a Francisca Maria Garkunfel Rischbieter. Essa reunião foi motivada, principalmente, pela infração da loja “*Paulistana Modas*” que instalou um equipamento publicitário em sua fachada sem aprovação da DPHA, do IPPUC, e sem alvará de publicidade concedido pelo Departamento de Urbanismo. Como resultado dessa reunião deliberava-se que o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico concederia um prazo de 60 dias a todos aqueles que estavam fora das normas recém-elaboradas para

¹³¹ TRECHO da Rua XV vai para o livro do Tombo. *Diário Popular*. Curitiba, 24 de março de 1974.

¹³² DA poluição visual, quando esconde a beleza de uma rua. *Diário do Paraná*. Curitiba, 31 de maio de 1974.

remoção e modificação dos letreiros e placas, bem como, um prazo de 30 dias para apresentação de novo projeto dentro nas normas estabelecidas pelo Patrimônio Histórico e Artístico.¹³³

Após essa reunião, no início do mês de setembro de 1974, Sergio Todeschini enviava ofício circular a todos os proprietários dos imóveis da Rua XV, advertindo sobre o tombamento da Paisagem da Rua XV de Novembro, notificando também sobre os equipamentos publicitários considerados irregulares pela DPHA, cujo conteúdo transcrevemos integralmente a seguir:

Prezado (a) Senhor (a):

Considerando que a paisagem urbana da Rua XV de Novembro, entre a Praça Osório e Praça Santos Andrade, se acha inscrita no Livro do Tombo Paisagístico sob nº 45/74, o Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico em reunião realizada à 30 de agosto p.p. resolveu que, de acordo com os arts. 14º e 15º da Lei nº 1.211 de 16/9/53, combinados com os arts. 546 e 547 da Lei Municipal nº699 de 1953 (código de Obras e Postura) os proprietários dos imóveis situados nessa via, são convidados a refazer ou retirar placas de propaganda e letreiros que firam as características arquitetônicas dos prédios. Dentro do prazo de 30 dias, a partir da data de hoje, os pontos comerciais que estejam em desacordo com as normas (em anexo), deverão apresentar novo projeto ao Departamento de Urbanismo da prefeitura e ao Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico, tendo depois um prazo de 60 dias para modificação dos letreiros e placas, a fim de que não fiquem sujeitos as penalidades previstas no referido código de Postura e na Lei nº 1.211 do Patrimônio Histórico e Artístico.

Certos de podermos contar com a colaboração de Vossa Senhoria, na oportunidade apresentamos nossas cordiais saudações

Sergio Todeschini Alves

Diretor do DPHA

Normas para Colocação de Placas no Trecho da Rua XV de Novembro, entre Praça Osório e Praça Santos Andrade. As placas de propaganda e letreiros colocados nas edificações deverão seguir as seguintes normas:

- Não deverão esconder elementos decorativos das fachadas;
- Não poderão, por ocasião da fixação, danificar esses elementos decorativos;
- Não poderão ocupar mais de que 1/20 da área da fachada onde está situado o ponto comercial;
- Deverão respeitar os vãos de iluminação e ventilação dos andares superiores;
- Não serão permitidas propagandas em pano;
- Poderão ser usados toldos em cores com letreiros fixados nos mesmos.
- Os pedidos para colocação de letreiros e placas de propaganda, encaminhados ao Departamento de Urbanismo da Prefeitura deverão receber a aprovação prévia do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico da Secretaria da Educação e Cultura.
- Os projetos para aprovação deverão constar de plantas, cortes e elevação, em arte final, na escala 1:20.¹³⁴

É apenas a partir do envio desse ofício circular, notificando sobre o tombamento e as novas normas de equipamentos publicitários, que diversos jornais da época reportaram críticas e oposição por parte dos comerciantes em relação às medidas tomadas pela DPHA. Entre as diversas reações

¹³³ Conforme Ata da 28ª reunião do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, em 30/08/1974; e Ofício DPHA-174/74 do Diretor da DPHA, Sergio Todeschini, ao Secretário dos Negócios da Educação e Cultura Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, em 4 de outubro de 1974.

¹³⁴ Ofício Circular DPHA/SEC do Diretor da DPHA, Sergio Todeschini Alves, aos proprietários, em setembro de 1974.

veiculadas pela imprensa, apontamos aquela publicada pelo jornal *O Estado do Paraná*, na matéria intitulada “*Tombamento é ilegal? O Patrimônio Histórico do Estado tombou a paisagem urbana da Rua das Flores*”, na qual entrevistou-se o então presidente da Associação Comercial do Paraná, João Chalbaud Biscaia, já mencionado e que era contrário ao tombamento:

[...]O tombamento da paisagem urbana da Rua XV não se inscreve dentro dos preceitos constitucionais. Embora o valor artístico ou histórico de qualquer bem seja de competência declaratória do órgão administrativo incumbido dessa apreciação, quando o proprietário o contesta, para substituí-lo do tombamento, pode ser apurado pelo Poder Judiciário. Os letreiros e as placas das lojas não podem ser alterados sob os fundamentos invocados pela Secretaria de Educação e Cultura”. É evidente que nem todas as coisas da Rua XV têm um valor histórico ou artístico, motivo porque altamente discutível, também dessa ótica, o arrolamento do que o Patrimônio Histórico e Artístico, convencionou eufemisticamente denominar de “tombamento da paisagem”. Ademais, os proprietários da Rua XV não foram chamados a participar do processo de tombamento, o que por si só invalida qualquer medida da SEC. [...]

Os comerciantes vêm regularmente pagando a respectiva taxa de licença para publicidade. Pressupõe-se, pois, que tudo está em ordem. A medida de proteção ao aspecto tradicional da cidade antiga merece o nosso apoio e respeito. Mas isso deve ser feito daqui para frente sem atingir o passado e sem obrigar os comerciantes a efetuarem novas despesas. Se o Poder Público entender inadivável providência dessa ordem, não é justo que arque com os respectivos custos que não são baixos. Agora, o que não pode ser feito é a exigência compulsória de, num prazo de 60 dias, tudo seja modificado e ainda sob ameaça de sanção. [...]

Embora a competência para legislar e prover sobre o patrimônio histórico e artístico da Nação, tem-se admitido que os Estados-membros e Municípios possam secundar a ação federal nos limites de seus territórios. Primeiramente, fixa-se a premissa de que a lei estadual ou municipal que pretenda dispor sobre o patrimônio há de obedecer aos paradigmas da lei federal. Neste sentido é que deve ser entendida a Lei 1.211, de 1953, do Estado do Paraná. O segundo requisito é o de que a Constituição e Lei Federal (Decreto-Lei Federal nº 25 de 30-11-37) só permitem, em princípio, o tombamento de obras e locais de valor histórico e as paisagens naturais notáveis. Não alude ao tombamento da “paisagem urbana”.¹³⁵

Percebemos no discurso do presidente da Associação Comercial do Paraná algumas alegações de que a tombamento estadual não era reconhecido pelos comerciantes pois não havia sido feita nenhuma consulta, e também porque acreditava-se que o Estado não poderia tomba paisagens urbanas, mas apenas sob os termos do Decreto-Lei 25/37 que mencionava locais de valor histórico e paisagens naturais.

Sobre essa questão, Sergio Todeschini rebatia as alegações de Biscaia ao mesmo jornal *O Estado do Paraná*, dizendo que o tombamento se apoiava na Lei nº 1.211, de 16 de setembro de 1953 que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná, e que a questão da publicidade se apoiava no artigo 15º que diz:

¹³⁵ TOMBAMENTO é ilegal? O Patrimônio Histórico do Estado tombou a paisagem urbana da Rua das Flores. A Associação Comercial está contra a medida, que seu presidente considera, no mínimo, inconstitucional. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 de setembro de 1974.

“Sem prévia autorização da Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se, neste caso, multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto”.¹³⁶

Ademais Todeschini alegava ao jornal que se tratava de um tombamento justificado apenas pelo valor arquitetônico do conjunto dos edifícios: *“Temos que preservar um conjunto de obras de valor arquitetônico, em benefício do bem-estar social”*; não mencionando em nenhum momento que o tombamento pretendia preservar, de fato, o projeto do calçadão da Rua XV. Por fim, rebatia as críticas dizendo que tinha sido dado um prazo de 60 dias para que o tombamento fosse impugnado, conforme determina a Lei estadual, mas que *“nenhuma voz se levantou oficialmente contra a medida”* [sic] na época.¹³⁷ É curioso, mas de fato não localizamos nos arquivos da atual CPC/SEEC impugnações ou documentos de enfatizassem oposição ao tombamento no primeiro semestre de 1974, mas apenas documentos referentes a reações da população quanto às notificações para remoção dos equipamentos publicitários, a partir de agosto do mesmo ano.

Uma outra crítica que apontamos é aquela publicada pelo jornal *Gazeta do Povo*, na matéria intitulada *“Problema do luminoso une o comércio da XV”*, na qual apontava-se que os comerciantes tinham investido recursos para a instalação de grandes equipamentos publicitários, para que chamassem a atenção dos fregueses, e que a partir do tombamento estavam sendo obrigados a retirarem as placas para trocá-las por outras, atendendo as solicitações dos órgãos públicos. É o que nos aponta o depoimento do senhor Evângelo Antonio Potolla, das lanchonetes “La Gondola” e “Savoia”:

Eu não posso retirar nenhuma placa, pois isto foi um investimento muito caro, uma vez que somente aquele anúncio luminoso do “La Gondola” custou para mim Cr\$ 27.000,00, e depois não tem cabimento uma retirada de centenas de placas, para serem jogadas fora, simplesmente porque a rua tem que ficar mais bonita. [...] O prefeito faz e desfaz ao seu bem entender, numa cidade que não é dele, e sim nossa. E nós ficamos só olhando Curitiba se transformar numa cidade ao estilo dele, cheia destes quiosques que são o pavor da cidade porque sempre estão cheios de bêbados e viciados que ficam perturbando as muitas meninas que passar por aqui, na maior falta de respeito possível.¹³⁸

Entretanto, após inúmeras críticas reportadas pelos jornais, curiosamente, percebemos uma mudança no discurso do então diretor da DPHA, Sergio Todeschini. Conforme reportagem do *Diário do Paraná*, em reunião com membro do clube dos lojistas locais, Todeschini afirmava que a intenção do tombamento da paisagem da Rua XV de Novembro não era de *“padronizar as fachadas dessa via pública, exigindo que cada lojista modifique seu atual aspecto estritamente de acordo com as ideias dos arquitetos do Patrimônio e da Prefeitura”*. E acrescentava ainda, que vários lojistas estavam procurando

¹³⁶ Artigo 15º da Lei n.º 1.211, de 16 de setembro de 1953 que dispõe sobre o patrimônio histórico, artístico e natural do Estado do Paraná.

¹³⁷ COMÉRCIO protesta: Tombamento. *Diário do Paraná*. Curitiba, 22 de setembro de 1974.

¹³⁸ PROBLEMA do luminoso une o comércio da XV. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 28 de setembro de 1974.

a DPHA para apresentar suas ideias, e que nenhuma sugestão da DPHA seria imposta, pois não havia interesse em padronizar a publicidade.¹³⁹

Em consulta aos jornais da época e aos arquivos da atual CPC/SEEC, percebemos que a situação dos equipamentos publicitários se estendeu sem uma solução definitiva até o final da década de 1970.

Uma polêmica, até hoje sem solução, foi criada em 1974, quando o Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná resolveu tombar o calçadão da chamada Rua XV. Um dos objetivos era dar um paradeiro à poluição visual ali reinante. Trazer à vista dos pedestres as fachadas de prédios que lembram o início do século. Três anos passados, a poluição continua a mesma. Apenas algumas raras casas comerciais, por sua própria iniciativa, retiraram os cartazes. Entretanto, lojas que utilizavam as piores fachadas encobrimo totalmente a arquitetura de 1900, não mudaram.

“Regulamento há, mas não há fiscalização, ninguém está seguindo as normas”.¹⁴⁰

A fiscalização que está a cargo da Prefeitura, até o momento não se manifestou, e nem sequer são conhecidas as sanções para iniciativas assim.¹⁴¹

O que identificamos nesse processo moroso de viabilização da despoluição visual por parte da DPHA e do IPPUC, é que havia processos referentes à Rua XV de Novembro encaminhados para a justiça que demandavam decisões. Entre eles destacamos o caso da Loja Paulistana Modas que havia instalado em 1974 um grande *outdoor* sobre a fachada, sem a emissão de alvará específico para esta obra, mas que após decisão judicial foi obrigada a remover o equipamento publicitário, conforme relata a revista Veja, em 1980: [Figura 139]

Cartão-postal

Justiça veta fachada nova para prédio velho:

“Chegou ao fim uma ação judicial que há 6 anos frequenta os comentários e as apostas da “Boca Maldita” de Curitiba – o temido reduto dos boatos e da maledicência, na central avenida Luiz Xavier. Na semana passada, encerrando uma pendência iniciada em 1974, o juiz Cyro Maurício Crema, da 2ª Vara da Fazenda Pública, baixou sentença que obriga a Paulistana Modas, uma loja de confecções instalada na Rua das Flores, continuação da Luiz Xavier, a desmanchar sua enorme fachada de fibra de vidro cor de abóbora. De trás da fachada que, ao preço de hoje custaria 1,5 milhões de cruzeiros, ressurgirá um prédio construído em 1926, mas tombado em 1972 [na realidade, o edifício está inserido na paisagem da Rua XV, tombada em 1974, e não em 1972] como “uma das relíquias da velha Curitiba”. Em sua sentença, o juiz Crema declara que “a fachada em questão não contribui para a valorização paisagística da cidade”. A obra condenada, segundo o juiz, havia sido construída irregularmente, com base em um alvará para reformas internas, modificações de sanitários, trocas de portas e jamais teve seu projeto aprovado pela Prefeitura Municipal, autora da ação. Mas não passaria de mais um litígio judicial entre autoridade pública e um particular renitente, que o código de posturas não teve força para resolver, caso não abrisse um forte precedente. De hoje em diante, a Prefeitura de Curitiba está mais a vontade para ir à justiça cada vez que alguém desfigure a fachada dos velhos prédios da rua das Flores, cartão-postal da cidade.”¹⁴²

¹³⁹ RUA das Flores será remodelada. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de outubro de 1974

¹⁴⁰ GEVAERD, Luís. A cidade que acabou poluída pelos painéis. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de maio de 1977.

¹⁴¹ TOMBAMENTO, um moroso processo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

¹⁴² CARTÃO-postal. Justiça veta fachada nova para prédio velho. **Revista VEJA**. nº 365. Editora Abril: São Paulo, 5 de novembro de 1980.

A questão da despoluição visual apenas teria um desfecho após a primeira sentença a favor da Prefeitura e da DPHA na questão da Rua XV de Novembro, durante a segunda gestão de Lerner. Entendemos que após o respaldo judicial no caso da “Loja Paulistana”, no ano seguinte, em 12 de maio de 1981, Lerner assinava o decreto municipal nº 172/1981 que regulamenta a publicidade ao ar livre, para dar início ao Programa de despoluição Visual da Rua XV de Novembro. Para a implementação do programa elegeu-se uma área piloto na Rua XV, cujo trecho era compreendido entre as Ruas Barão do Rio Branco e Marechal Floriano Peixoto. O projeto foi executado para atender as diretrizes impostas pelo IPPUC e pela DPHA, e os equipamentos publicitários foram retirados.¹⁴³ [Figura 140]

Figura 139: Loja Paulistana Modas. Fonte: FCC,1981.

¹⁴³ DESPOLUIÇÃO visual da cidade dá mais beleza à rua das Flores. *Diário do Paraná*. Curitiba, 30 de maio de 1982.

Figura 140: Quadro de imagens do programa de depoluição visual de 1981 na Rua XV de Novembro. Fonte: FCC, 1981.

3.3.3. O Setor Histórico de Curitiba como extensão do calçadão da Rua XV de Novembro.

No início dos anos 1980, a diretriz de pedestrianização de vias centrais era estendida para outras áreas do *Centro Antigo* de Curitiba, como o Largo da Ordem, no Setor Histórico de Curitiba. Como vimos anteriormente, o Setor Histórico era uma daquelas áreas que tinha sido concebida como uma extensão das ações de pedestrianização da Rua XV de Novembro, conforme previa o PRSHC, abordado ao longo do capítulo 2.

Até 1980, o tráfego de veículos ainda era permitido no Largo da Ordem, cuja área se tornava diariamente em um estacionamento de automóveis para os cidadãos que se direcionavam ao *Centro Principal*. [Figura 141]. À noite, a área também se tornava em um estacionamento para atender os bares e restaurantes da região¹⁴⁴, estimulados a se instalarem ali a partir da primeira gestão de Lerner.

Figura 141: Largo da Ordem sendo utilizado como estacionamento nos anos 1970. Fonte: IPHAN/PR.

É nesse ano, durante a segunda gestão de Jaime Lerner, que a Prefeitura executava as obras de pedestrianização do Largo da Ordem, abrangendo também trechos das ruas Mateus Leme, Claudino dos Santos e São Francisco. No projeto paisagístico do IPPUC, previam-se medidas cênicas de requalificação com ações de: cabeamento subterrâneo; remoção dos meios-fios existentes; execução de piso em paralelepípedo; instalação de nova iluminação pública sobre as fachadas dos edifícios, com réplicas de lâmpões utilizados na segunda metade do século XIX; revitalização do bebedouro existente;

¹⁴⁴ NÃO foi só o bebedouro. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 18 de março de 1980.

instalação de floreiras e bancos; e ainda a remoção de equipamentos publicitários das fachadas dos imóveis voltados para essas vias.¹⁴⁵

Figura 142: Execução da obra do calçamento do Largo da Ordem, em 1980. Fonte: O Estado do Paraná, 1980.

Figura 143: Obra do calçamento do Largo da Ordem, com o antigo bebedouro revitalizado e “lâmpioes” instalados sobre as fachadas dos imóveis. Fonte: Gazeta do Povo, 1983.

¹⁴⁵ SETOR Histórico com lâmpioes. **Diário Popular**. Curitiba, 20 de março de 1980; REVITALIZAÇÃO no Setor Histórico. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de março de 1980.

Sobre a execução da obra, não se verificam estratégias como aquelas empregadas no caso da Rua XV de Novembro pela Prefeitura, como a “*operação relâmpago*” e o tombamento estadual. Como vimos anteriormente, o Largo da Ordem não era o espaço urbano com maior número de estabelecimentos comerciais da cidade, como era a Rua XV de Novembro. Até 1980, a área era constituída basicamente de usos mistos, com residências, igrejas, escola, comércio e serviço vicinal, além de restaurantes e bares que demandavam acesso à área para carga e descarga e para estacionamento em via pública. O que percebemos nesse caso, é que 8 anos após a experiência da “*operação-relâmpago*” do calçadão da Rua XV de Novembro, a diretriz de pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba já tinha se tornado a marca das gestões de Lerner e, portanto, não se tratava mais de uma novidade.

Entretanto, em relação a esse caso, identificamos em jornais da época algumas manifestações de resistência por parte dos comerciantes locais à ação empreendida pela Prefeitura, porém, em menores proporções em relação ao caso da Rua XV de Novembro. Para enfrentar essa questão, a Prefeitura utilizava-se de dispositivos semelhantes àqueles utilizados na Rua XV de Novembro, como correntes, floreiras e obstáculos que impediam o trânsito de veículos na região do Largo da Ordem e, ainda, consolidavam aquele espaço urbano como de domínio do pedestre.

As reações dos comerciantes locais não foram muito diferentes daquelas da Rua XV de Novembro, pois também se criticava as obras de pedestrianização em função do receio que o movimento do comércio caísse, conforme mostra o jornal *Gazeta do Povo*, nos primeiros meses de 1980: “*Os comerciantes fixados no Largo da Ordem não gostaram das modificações, “porque com a proibição da entrada de veículos o movimento irá diminuir”. [...] Eles temem que as pessoas procurem o Largo apenas para passear, acabando assim com o ponto de comércio local.*”¹⁴⁶

A resistência dos comerciantes permanecia mesmo após a conclusão da obra, pois os equipamentos instalados, como correntes e obstáculos, eram depredados ou arrebatados por comerciantes locais para poder acessar o Largo da Ordem com veículos e ali estacionar. De acordo com o arquiteto Angel Bernal do IPPUC, em entrevista ao jornal *Correio de Notícias*, em 19 abril de 1980:

“Aquele local acabou virando um estacionamento oficial e não poderia. Na verdade, tenta-se evitar a circulação de veículos, deixando apenas os necessários, como os do Corpo de Bombeiros veículos de carga e descarga. Mas isso não está sendo respeitado. Até uma corrente que colocamos foi arrebatada e agora, estamos providenciando outra”.¹⁴⁷ [grifo nosso]

Além dessas medidas, Cyro Corrêa Lyra relata em depoimento que havia claramente conflitos entre Prefeitura e população local na questão do estacionamento no Largo da Ordem, especialmente entre o Diretor da Casa Romário Martins – órgão da Fundação Cultural de Curitiba que abordaremos adiante –, e os motoristas que estacionavam na frente do órgão público:

¹⁴⁶ SETOR Histórico será só para pedestres. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 27 de fevereiro de 1980.

¹⁴⁷ LARGO da Ordem. *Correio de Notícias*. Curitiba, 19 de abril de 1980.

No começo ainda tinham carros na frente; só no domingo que não podia ter carro. Depois o Key [Imaguire Jr.] foi diretor aí e quando ele foi diretor da Casa Romário Martins, eu sei que ele brigava para não ter carro em frente. Tanto que ele chegou a esvaziar pneus de carros que estavam parados na frente. Parou quase na polícia.¹⁴⁸

Uma outra questão criticada pelos moradores e comerciantes do Setor Histórico de Curitiba, eram os critérios estabelecidos pela Prefeitura para acesso e saída de carga e descarga.¹⁴⁹ Estes, inclusive, fizeram um abaixo-assinado solicitando um critério racional para horários de entrada e saída de cargas e veículos nas ruas pedestrianizadas, pois, ao que parece, o acesso aos estabelecimentos comerciais estava sendo continuamente barrado por agentes da prefeitura, conforme relato extraído do trecho do abaixo assinado transcrito abaixo:

Essas vias foram transformadas em calçadas e fechadas ao tráfego de veículos. Parcialmente, a medida foi recebida com simpatia pela população, embora, historicamente, essas vias sempre tenham sido abertas ao tráfego de veículo. Desde os primórdios da fundação de Curitiba. No entanto, as pessoas encarregadas de zelar pelo Setor Histórico, numa atitude de excesso de zelo e chegando à radical posição de “donos da história de Curitiba”, estão impedindo que essa região continue sua vida normal. A mesma vida de “antigamente”. De início concordou-se que fosse impedido o trânsito à passagem de veículos. Mas, estes encarregados querem proibir também o acesso para carga e descarga aos moradores e comerciantes da região, o que constitui uma incongruência, um absurdo. Como região também turística e de intenso comércio, como podem os estabelecimentos ali localizados se abastecer? A título de “preservação histórica”, o que se pretende, ao menos na visão estreita desses encarregados do Setor, é uma completa estagnação do local. Provavelmente para transformar todo o Setor num verdadeiro museu. [...]. Os turistas não querem saber só de museus. A população da cidade muito menos. Reivindicam: critério racional para horários de carga e descarga. Será que Curitiba tem muito mais história a ser preservada? (Comparação com as cidades da Europa). Será que o progresso atrapalha só aqui? Maior ou melhor sistema de vigilância do Setor, que praticamente inexistente. Há falta de policiamento total. Vários assaltos já foram registrados, tanto nos restaurantes e bares como também nas casas de comércio e até em pleno Largo da Ordem, assim como – o que é mais absurdo – dentro da Igreja da Ordem. [grifo nosso]

Bilhete do Sr. Dino Almeida a Jaime Lerner, em anexo ao Abaixo Assinado: Há um mês o sr. prometeu que ia tomar providências sobre a praça da ordem. Nem estacionamento, nem policiamento, nem colocação de flores foram providenciados. Pelo contrário coisas piores aconteceram. O sr. Rafael Greca de Macedo [na época, diretor da Casa Romário Martins no Setor Histórico], mandou proibir a entrada dos carros de D. Nadyegge e D. Tereza. Solicito providencias urgentes. Grato Dino Almeida.¹⁵⁰

Ainda em relação ao abaixo-assinado, é interessante chamar atenção para as críticas que os moradores e comerciantes faziam quanto às medidas adotadas pela Prefeitura que visavam transformar o Largo da Ordem em um espaço musealizado, por meio da pedestrianização, da proibição de tráfego de veículos e da implementação de usos culturais no Setor Histórico. Como vimos no abaixo-assinado, essas medidas não eram apoiadas pelos moradores e comerciantes locais, pois para eles a musealização

¹⁴⁸ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

¹⁴⁹ NO setor histórico, o problema do acesso. **Gazeta do Povo.** Curitiba, 08 de fevereiro de 1982.

¹⁵⁰ ABAIXO Assinado e moção de apelo dirigido ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba e demais autoridades constituídas. 20/11/1981.

do espaço público representava uma ameaça à sua permanência no local e ao desenvolvimento de atividades comerciais, devido à diminuição do fluxo de circulação de pessoas, à instalação de novos equipamentos culturais e à crescente insegurança pública na região. A respeito dessas questões, voltaremos adiante quando abordarmos a implementação dos usos culturais no Setor Histórico de Curitiba.

Voltando à questão da resistência local em relação à pedestrianização, identificamos que esta se estendia também no final da gestão de Lerner, em 1983, e, inclusive, posteriormente. O jornal *O Estado do Paraná*, em matéria publicada em fevereiro de 1983, relata que o Largo da Ordem continuava sendo ocupado como estacionamento, à revelia da Prefeitura Municipal, constituindo-se em um verdadeiro “*largo da desordem*”, cujo termo foi cunhado por uma comerciante local:

Lerner não se conforma em ver aquela área destinada aos pedestres transformada em estacionamento para centenas de veículos que, especialmente nos fins de semana, invadem as calçadas e estacionam em todos os lados do dito Largo da Ordem – mas que como bem diz a germânica Ingeborg Rost, há muito é “o largo da desordem”. Lerner convocou em seu gabinete os proprietários dos principais estabelecimentos que ali funcionam. [...], entre outros, compareceram e concordaram que o acesso de veículos ao Largo deveria ser restrito ao extremamente necessário – e para impedir que os abusos continuassem, seria colocado um portão, [...]. E menos de 24 horas após o portão ter sido instalado, o açougueiro e seus funcionários arrebataram as correntes, danificaram as floreiras, reduzindo a nada todo o esforço da diretoria de Parques, Praças e preservação Ambiental. Na noite de sexta-feira, 18, a partir das 21 horas, o aspecto do Largo da Ordem era de um imenso estacionamento – com vários “manobristas” orientando até filas triplas. [sobre essa questão] Ingeborg Rost [dizia]: “Inútil! Só mesmo com arame farpado e metralhadora é que se poderá colocar ordem neste Largo da desordem.”¹⁵¹

Nos anos que seguiram à segunda gestão de Lerner, durante as gestões municipais do PMDB, representadas por Maurício Fruet (1983-1985) e Roberto Requião (1986-1988), a proporção de estabelecimentos noturnos, como bares e restaurantes, aumentava constantemente. Com isso, aumentava também a demanda por estacionamentos para acessar a região.¹⁵² Nesse contexto, as restrições da Prefeitura sobre a questão do acesso ao Largo da Ordem mantinham-se. Para amenizar a questão do estacionamento, nos anos 1980, a Prefeitura chegou a estudar uma área de estacionamento em um terreno vazio no Setor Histórico.¹⁵³ Entretanto, a questão das restrições impostas e a tensa relação com os comerciantes seguiu, pelo menos, até os anos 1990, quando Jaime Lerner assumiu novamente a prefeitura de Curitiba. Até então, a gestões municipais mantinham sua postura de restringir o tráfego local, principalmente, com a colocação e reposição periódica de floreiras, correntes e obstáculos.

¹⁵¹ MILLARCH, Aramis. De como se destrói o nosso Setor Histórico. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 23 de fevereiro de 1983.

¹⁵² PARA a ordem no Largo é necessário bom senso. *O Estado do Paraná*. Curitiba, 16 de dezembro de 1983.

¹⁵³ Trata-se do terreno do atual Memorial de Curitiba onde havia dois imóveis, classificados como unidades incaracterísticas e demolidos na década de 1970, conforme vimos nos tópicos 2.3.1.3 e 2.3.2.2.

3.3.4. Um balanço da pedestrianização no *Centro Antigo* de Curitiba

Até então, vimos que a pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba foi uma das diretrizes implantadas na década de 1970 que ia na contramão dos padrões urbanísticos modernistas consolidados no Brasil, os quais direcionavam a concepção de cidades como Brasília, na década de 1960. Além de ser um projeto de vanguarda em nível nacional, a pedestrianização era a marca das gestões de Lerner e dos urbanistas do IPPUC, sendo considerada um “sucesso comercial” que passou a compor a imagem da “Cidade-Modelo”. Entretanto, percebemos que as intervenções evidenciam diversas tensões e conflitos – além daquelas que temos visto até então – como a mudança de hábitos tradicionais do curitibano, do perfil socioeconômico da via e, inclusive, do desenho urbano preexistente em si.

No discurso oficial e da imprensa local o calçadão da Rua XV era algo de sucesso que deveria ser expandido para outras áreas da cidade. Entre aqueles que apoiavam o projeto, o discurso era de que o calçadão tinha sido responsável apenas por aspectos positivos, como por exemplo, o aumento do movimento ao longo da via e a satisfação de diversos comerciantes com a obra. Tal discurso era relatado, por exemplo, pelo arquiteto Rafael Dely do IPPUC, pelo *Diário do Paraná* e pela revista *Veja*, cujos trechos transcrevemos abaixo:

[Rafael Dely:] O efeito foi tão bom que os trechos seguintes da Rua XV foram fechados a pedido dos próprios comerciantes, que sentiram os benefícios auferidos. Mas até nos detalhes a coisa muda quando da implantação. Por exemplo, quando se fechou a rua, o povo continuava andando nas calçadas. Não se sentia dono da rua, apesar de não estar passando mais carro algum. Daí veio a ideia de se implantar equipamentos no meio da rua – bancas, cafés, quiosques – para que os pedestres se sentissem donos do espaço. Só assim é que a rua passou a ter fluxo de pedestres em todas as direções, como ocorre hoje.¹⁵⁴ [grifo nosso]

[*Diário do Paraná*:] Na época, os protestos foram muitos. Hoje, os comerciantes da área até agradecem a implantação da novidade. O movimento aumentou em muito. [...] [Segundo a URBS], os comerciantes estão satisfeitos – alguns de outras ruas chegam a pedir o fechamento das suas – e o centro da cidade está mais humano.¹⁵⁵ [grifo nosso]

[*Veja*:] A oposição ao projeto de Lerner partia principalmente dos comerciantes, que enxergavam no calçadão um inimigo dos seus lucros. Temeroso de que, ao afastar os carros, o calçadão acabasse também por afastar as pessoas, o imigrante alemão Tancredo Weinhardt, dono de um magazine de calçados que leva o seu nome, chegou a liderar um abaixo-assinado dos lojistas locais exigindo a reabertura da rua. Na semana passada, o mesmo Weinhardt liderava outro movimento – desta vez para reivindicar à prefeitura a ampliação do calçadão a outras ruas do centro da cidade, incluindo aquele onde ele mantém uma loja: “Hoje eu sei que o calçadão é a salvação do comércio, prega Weinhardt, cujo faturamento triplicou quatro meses depois da inauguração. “Descobri que sem os carros as pessoas caminham mais a vontade, veem vitrines com mais calma e acabam comprando mais”. [...] Edson de Mello Santos, ‘residente do Clube dos Diretores Lojistas’: “Hoje, só um louco seria contra o calçadão” [...] Rubens Teig, dono da loja universal: “Com esse movimento, o que está na vitrine vende mais do que em qualquer shopping center”. [...] “Não saio daqui por

¹⁵⁴ DELY, Rafael. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., novembro de 1989. pp. 15 e 16.

¹⁵⁵ A Rua das Flores e seus objetivos. Alcançados? **Diário do Paraná**. Curitiba, 07 de julho de 1977.

nada” [...] “É um privilégio poder estar no melhor ponto de comércio da cidade”.¹⁵⁶
[grifo nosso]

Por ser então veiculada como uma experiência de sucesso, percebemos que a obra da Rua XV de Novembro tornou-se, inclusive, referência nacional quanto a intervenções urbanísticas em áreas centrais e históricas. Segundo a *Veja*, o calçadão de Curitiba era sinônimo de uma cidade mais humana, onde se privilegiava o homem. Após a experiência curitibana, os calçadões passavam a ser replicados em outros centros brasileiros, conforme relata a *Veja* na matéria intitulada “*Mania Nacional*”:

Os adversários eram tantos quem fizemos todo o serviço num único fim de semana”, lembra Lerner. “Foi o único jeito de impedir que uma ação judicial embargasse a obra”. Dezesesseis anos depois, o primeiro calçadão do Brasil já foi imitado em todo o país e se tornou uma mania nacional. Das grandes cidades, como São Paulo e Florianópolis, a pequena São Gabriel, no interior do Rio Grande do Sul, hoje são poucas as cidades que não seguem o exemplo de Curitiba.¹⁵⁷

Além do discurso oficial, identificamos que a pedestrianização resultava em mudanças de hábitos da população curitibana que até então não estava habituada às “novidades” do planejamento urbano. Com a estrutura de lazer montada ao longo da via, bares com mesas ao ar livre passavam a receber um considerável número de frequentadores, num primeiro momento turistas e aos poucos passavam a ser frequentados por curitibanos, estudantes e comerciários, que “*escapavam do trabalho para passar cinco minutinhos no lanche*”. A resistência do curitibano em “*sentar-se numa rua ou praça na cidade*” diminuía a partir do momento que os cidadãos passavam a usufruir dos equipamentos instalados pela prefeitura, pois até então “sentar-se numa praça” era usual apenas entre os mais idosos e aposentados, caso contrário “*significava “desocupação ou vadiagem”*”[sic] para parte da população curitibana da época.¹⁵⁸

Uma outra mudança em relação aos hábitos do curitibano que notamos foi o findar da prática do *footing* motorizado naquela área, em decorrência da nova condição viária, e o seu deslocamento para outras áreas da cidade. Com a perda deste espaço, as lojas mais elitizadas e a classe média que frequentava a área, especialmente pela prática do *footing*, passaram a se deslocar para o bairro do Batel, a partir de meados dos anos 1970. Com a mudança do perfil dos frequentadores e com o findar do *footing*, o calçadão da Rua XV passava a abrir-se, progressivamente, a outras camadas sociais que procuravam ali estabelecimentos mais populares e acessíveis economicamente. Alterava-se, então, o perfil socioeconômico da via.¹⁵⁹

Nesse contexto, identificamos que algumas lojas da elite curitibana fecharam, faliram ou mudaram de ramo, especialmente após a década de 1970. O jornal *Gazeta do Povo* lista uma série de

¹⁵⁶ MANIA nacional: O calçadão de Curitiba é imitado em todo o país. **Revista Veja**. São Paulo, julho de 1987.

¹⁵⁷ Ibid.

¹⁵⁸ QUEBRADA tradição na Rua das Flores. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 31 de dezembro de 1976.

¹⁵⁹ COSTA, Maria Cecília Solheid da; TEIXEIRA, Elizabeth Tassi. A cidade e o *footing*...op. cit. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. p. 103.

estabelecimentos comerciais que compunham a Rua XV do final dos anos 60 e que atualmente não existem mais:

[Estabelecimentos como] Casa Cristal, Joalheria Kopp, Casa Esmalte, Café Alvorada, Bar Paraná, Hermes Macedo, Casa Ottoni, Café Belas Artes, Casa das Meias, Cine Ritz, Cine Broadway, Casa Ideal, Café Acadêmico, Hotel Oeste, Livraria Brasil, Foto Brasil, Maison Blanche, Chapelaria Kosmos, Casa Leutner, Casa Metal, Louvre, Casa Esmalte, Casa Londres, Roskamp, Confeitaria Cometa, Bar e Confeitaria Pérola, Grande Hotel Moderno e Casa da Manteiga.¹⁶⁰

Não sabemos ao certo os motivos do fechamento de cada um destes estabelecimentos, mas entendemos que o calçadão da Rua XV pode ter sido um dos fatores que contribuiu para a mudança de perfil dos estabelecimentos comerciais daquela via. Essas mudanças de perfil, é claro, deram-se em conjunto com outros fatores determinantes, como a construção de shoppings-centers, a desativação de cinemas, enobrecimento de outras áreas da cidade, etc.

Vargas e Castilho sugerem também que as áreas centrais pedestrianizadas, no Brasil, tenderam a se popularizar, após a instalação dos Shoppings-Centers, os quais passavam a oferecer condições mais favoráveis ao desenvolvimento do comércio da elite, como estacionamento fácil, maior segurança e conforto.¹⁶¹

Atualmente, verificamos que a Rua XV de Novembro é a principal via de comércio popular de Curitiba. A via é intensamente utilizada pelos pedestres. Ao longo dela são raros os edifícios abandonados; quase todos os imóveis possuem algum uso, seja ele comercial, de serviços, institucional e residencial. Entretanto, verificamos que alguns dos edifícios do final do século XIX e início do XX, não são plenamente utilizados. Nesses casos, percebemos que os pavimentos superiores ou são utilizados como depósito ou loja, ou não possuem usos.

Já no Setor Histórico, identificamos também que após o fechamento do Largo da Ordem alguns estabelecimentos alegavam ter tido algum tipo de prejuízo em função da falta de estacionamento no local, conforme relata o *Diário Popular*:

Os comerciantes, alegando prejuízos, exigindo que os fregueses tenham o comodismo de estacionarem os veículos defronte os ambientes noturnos.¹⁶² Desde que o IPPUC ordenou o fechamento do Largo da Ordem para o estacionamento de veículos, o movimento nas casas comerciais desse local caiu 80 por cento. Com isso houve e está havendo demissões de funcionários, sendo que algumas casas já fecharam.¹⁶³

No caso do Setor Histórico, veremos adiante que a pedestrianização aliada à implantação de usos culturais e ao incentivo de usos de lazer e entretenimento também foram responsáveis pela musealização do espaço urbano. Pois, um setor onde antes havia vida urbana, com usos populares,

¹⁶⁰ MOVIMENTO na velha quinze. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/colunistas/nostalgia/movimento-na-velha-quinze0bqaejtspitluqzqgnq27chn2> Acesso em 10/12/2016.

¹⁶¹ VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). **Intervenções em centros urbanos...** op. cit. 2015. p. 11.

¹⁶² A guerra da circulação no “Largo da Desordem”. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de janeiro de 1984.

¹⁶³ FECHAMENTO do Largo da Ordem: Demissões e falência do comércio. **Diário Popular**. Curitiba, 03 de fevereiro de 1984.

moradia e veículos, passou gradualmente a se especializar como polo turístico-cultural e de lazer da cidade, no qual a vida urbana preexistente foi se tornando incompatível com o projeto idealizado pelos urbanistas.

É possível, então, que a experiência de pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba possa ser considerada um dos fatores responsáveis pela mudança dos hábitos e do perfil socioeconômico das áreas fechadas ao tráfego de veículos. Veremos no próximo tópico que as políticas culturais incidentes sobre o Setor Histórico também foram determinantes para a mudança de perfil do conjunto urbano.

Identificamos também que a obra foi responsável pela alteração e eliminação do desenho urbano preexistente das vias. Em quase todos os trechos pedestrianizados apagou-se as marcas das antigas sarjetas que caracterizavam o desenho daqueles espaços. É evidente que isso não era uma preocupação dos urbanistas, pois a prioridade era outra: era pedestrianizar e conceber um projeto de vanguarda urbanística. Mesmo assim, não podemos deixar de mencionar que a relação espacial que havia antes ao longo das vias, com suas estreitas calçadas e a caixa de rolamento, não existe mais. Sequer conseguimos identificar como era o desenho urbano, pois os elementos urbanos preexistentes foram apagados. Por outro lado, é importante lembrar que o calçamento da Rua XV de Novembro e o tombamento da sua paisagem cumpriu, de certa forma, seu papel na preservação dos aspectos volumétricos e de fachada dos imóveis preexistentes, pois na década de 1960 previa-se o alargamento da via e, conseqüentemente, a demolições dos edifícios. [Figura 144 e Figura 145]

Figura 144: Vista atual da Rua Dr. Claudino dos Santos, em direção ao Largo da Ordem. A intervenção de 1980 apagou as marcas do desenho urbano preexistente, não sendo mais possível identificar as antigas sarjetas que delimitavam o espaço dos carros e dos pedestres. Fonte: Autor, 2015.

Figura 145: Vista atual da Rua XV de Novembro. Nesse caso, não é possível identificar também as antigas sarjetas. A intervenção alterou e apagou os elementos preexistentes que compunham o espaço da via. Fonte: Autor, 2015.

A patrimonialização da Rua XV também evidencia tensões em relação à preservação do conjunto urbano. Consideramos o modo como foi construído o processo de tombamento um equívoco. Tal processo deveria ter levado em consideração os valores históricos e arquitetônicos que o conjunto urbano possui como principal artéria da cidade, antiga “Cinelândia” curitibana e centro comercial; mas não o projeto urbanístico do calçamento em si. Tal abordagem foi responsável pela gestão patrimonial do conjunto urbano pela DPHA apenas do caráter cenográfico do calçamento. O reconhecimento do projeto como patrimônio do Estado do Paraná evidencia também que se tratava de uma questão de poder do grupo político e técnico que concebeu e executou a obra de pedestrianização, cujos anseios se sobrepujaram à preservação do conjunto urbano preexistente.

Ao que parece, os técnicos da DPHA e atual CPC/SEEC, que se sucederam ao diretor Sergio Todeschini, não possuíam vínculos políticos com o grupo de Lerner e consideravam que tal processo de tombamento foi evidentemente uma questão política e, inclusive, um equívoco da maneira como foi elaborada.¹⁶⁴ A partir de meados da década de 1980, os novos técnicos da CPC/SEEC, entre eles a arquiteta Rosina Parchen – especialista pelo *Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos* na Universidade Federal da Bahia –, tentavam inserir, pelo menos, a questão da preservação da volumetria dos edifícios, que até então estava vinculada apenas à conservação das fachadas. Nos anos 1990, durante a gestão do prefeito Rafael Greca de Macedo,

¹⁶⁴ Depoimento de José La Pastina, ex-superintendente do IPHAN no Paraná e Conselheiro Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em 12 de janeiro de 2016.

entendemos que esses mesmos técnicos da CPC/SEEC tinham uma outra interpretação do tombamento da década de 1970, ao permitir a substituição dos postes de iluminação da época da obra do calçadão, por novos postes em estilo “republicano”. Nesse momento, o discurso dos conselheiros da CEPHA era aquele de que não se podia “condenar a população da cidade a conviver eternamente com um equipamento cuja a essência é a mutação”.¹⁶⁵ Parte do mobiliário urbano da década de 1970 foi substituído ao longo da via, sendo mantidos alguns de seus exemplares numa quadra da Rua XV de Novembro, localizada entre a Alameda Dr. Muricy e Rua Ermelino de Leão, e ainda alguns postes na Praça Osório.

Verificamos, portanto, que a pedestrianização do *Centro Antigo* de Curitiba e a sua patrimonialização evidenciam diversas tensões e conflitos com os hábitos tradicionais do curitibano, com o perfil socioeconômico da via, com a população, com o antigo desenho urbano e com a preservação dos edifícios.

Todavia, atualmente, consideramos que as ações de pedestrianização em centros históricos ainda podem ser uma alternativa contemporânea de intervenção nos espaços urbanos, desde que essas ações sejam construídas após intensos estudos históricos, arquitetônicos, urbanísticos, antropológicos e econômicos, procurando evidenciar os possíveis impactos das obras, incentivando a diversidade de usos, respeitando as marcas da passagem do tempo sobre o conjunto urbano e, principalmente, com ampla participação popular a fim de evitar ações tecnocráticas e autoritárias como aquelas implantadas em Curitiba, recorrentes nos centros urbanos brasileiros durante do Regime Militar.

Figura 146: Vista atual do calçadão da Rua XV de Novembro, entre a Al Dr. Muricy e a Praça Osório. Fonte: Autor, 2017.

¹⁶⁵ Depoimento de José La Pastina, ex-superintendente do IPHAN no Paraná e Conselheiro Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico, em 12 de janeiro de 2016.

3.4. A REVITALIZAÇÃO DO SETOR HISTÓRICO COMO POLO TURÍSTICO, CULTURAL E DE LAZER

Nós tínhamos como norma que toda edificação histórica ou de valor histórico tinha que ter uma função cultural. Tentou-se ao máximo fazer isso.¹⁶⁶

Lídia Maria Bindo Dely

Como temos visto no decorrer da pesquisa, as políticas patrimoniais curitibanas estão intimamente relacionadas com o processo de planejamento urbano, desencadeado a partir de 1965, período no qual foram definidas as diretrizes gerais de proteção e revitalização do Setor Histórico de Curitiba.

As primeiras ações de revitalização sobre o patrimônio urbano apenas se iniciaram a partir da primeira gestão de Jaime Lerner, em 1971, como parte das políticas urbanísticas e culturais do município. Para o desenvolvimento dessas políticas, primeiramente, Lerner decretava a criação do Setor Histórico de Curitiba para revitalizá-lo e protegê-lo. Em seguida, criava a Fundação Cultural de Curitiba como órgão municipal voltado à gestão, promoção e desenvolvimento de atividades culturais em todo o Município.

Um dos intuitos das políticas culturais adotadas pelo município era também aquele de construir a imagem de Curitiba como “Cidade-Modelo” a partir da seleção e revitalização de determinados bens edificados e conjuntos urbanos, voltados ao desenvolvimento de atividades culturais, de animação e lazer.

Segundo García, é a partir da primeira gestão de Lerner que os urbanistas do IPPUC se lançaram à “*utopia para construir a imagem da cidade desejável, da cidade moderna*”[sic].¹⁶⁷ A viabilização desta cidade desejada deu-se com as primeiras grandes intervenções, como aquelas de revitalização e pedestrianização do *Centro Antigo*, das Vias Estruturais e da implantação do novo sistema de transporte coletivo, as quais foram rapidamente elevadas a símbolos da “Cidade-Modelo”. Com isso, passava-se a moldar a imagem da cidade por meio da paisagem e dos espaços urbanos revitalizados e construídos.

Nesse sentido, lembramos também que os planos urbanísticos desenvolvidos a partir de 1965 já definiam quais elementos da cidade existente passariam a compor as bases do desenvolvimento das políticas culturais e patrimoniais do município. Essas definições buscavam evidenciar algumas referências históricas e urbanas do *Centro Antigo* – Rua XV de Novembro, Largo da Ordem, Casa Romário Martins, Palacete Wolf e o Paço da Liberdade –, que após a revitalização, passavam a abrigar atrações turísticas, culturais e de lazer. Em seguida, essas referências revitalizadas pelo poder público

¹⁶⁶ DELY, Lidia Maria Bindo. Depoimento, 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 177. **Lídia Maria Bindo Dely** (1946), esposa do arquiteto Rafael Dely do IPPUC, é graduada em Biblioteconomia e Documentação pela UFPR, em 1968. Estagiou no Centro Nacional de *Recherches Scientifiques*, em Paris, e na Universidade de Grenoble. Começou a trabalhar no IPPUC, em 1967, foi assessora de Lerner, em 1973, e integrou a equipe que implantou a Fundação Cultural de Curitiba.

¹⁶⁷ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. p. 74

municipal e estadual eram incorporadas à imagem da metrópole em construção, como marcos referenciais daquele período de grandes transformações urbanísticas.¹⁶⁸

Para a implementação dos espaços culturais, seguiam-se ações de desapropriação ou de remoção dos usos existentes, para então serem reciclados e assim, abrigar os equipamentos culturais idealizados pelos planejadores. São desse período as obras: do antigo depósito de pólvora do bairro Rebouças que foi transformado no Teatro Paiol; ou da antiga fábrica de cola Boutin no Parque São Lourenço, que foi reciclada e convertida no Centro de Criatividade. Já no Setor Histórico, eram executadas as obras de restauração: da Casa Romário Martins para abrigar um centro de documentação responsável pelo inventário de bens culturais da cidade; do Palacete Wolf para abrigar a sede da Fundação Cultural de Curitiba; do Paço da Liberdade que passou a abrigar a sede do Museu Paranaense; e ainda da Igreja da Ordem com a implantação do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba na antiga sacristia do edifício.

A participação da comunidade nesse processo de implantação de usos culturais no Setor Histórico também é ínfima. No caso da implantação do Museu de Arte Sacra, contou-se com a participação de órgãos públicos, da Fundação Roberto Marinho e da Arquidiocese de Curitiba. Entretanto, há uma exceção na obra de restauração da Igreja da Ordem, pois neste caso a obra foi promovida com recursos da comunidade paroquial que se mobilizou em prol do seu bem.

Uma outra questão é que a revitalização de edifícios preexistentes e a criação de equipamentos e espaços culturais estava relacionada também ao discurso de humanização da cidade, que abordamos no tópico 3.3.1.5. Tanto no caso da Rua XV de Novembro como no Setor Histórico havia discursos como promover a “*integração do homem à cidade*”, fazer com que “*o cidadão tivesse orgulho de sua cidade*”, integrar “*o homem no projeto de revitalização dos valores tradicionais da cidade*” e fazer uma cidade “humana”. Esses eram os objetivos recorrentemente colocados pelo IPPUC, em nível de discurso, possivelmente, para justificar as políticas culturais e patrimoniais idealizadas.¹⁶⁹

Em relação ao Setor Histórico de Curitiba, porém, destacamos que a implementação das políticas culturais também não foi isenta de tensões. Nas ações voltadas ao patrimônio edificado, os usos culturais ditavam tanto os critérios de intervenção como a sua ocupação. Aqueles usos preexistentes, considerados populares ou inapropriados – conforme abordamos ao longo dos capítulos 1 e 2 – eram removidos para abrigarem novos usos culturais. Os edifícios e espaços urbanos selecionados pelos arquitetos deviam atender plenamente o desenvolvimento de novos usos culturais. Portanto, os critérios de intervenção eram priorizados pela função e não pelas características arquitetônicas preexistentes. Demolições, reciclagens, e restaurações estilísticas fizeram parte desse processo nos anos 1970, acentuando-se, progressivamente, nas décadas seguintes.

Desse modo, a cidade preexistente e a permanência de parte da população local tornava-se incompatível com o projeto de metrópole idealizado. Afinal de contas, relembremos o que falava um

¹⁶⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito...* op. cit., 1993. pp. 75, 80 e 81.

¹⁶⁹ OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo...* op. cit., 2000. p. 56.

dos arquitetos do IPPUC, Abrão Assad: *“Curitiba era a “última cidade” do Brasil, sem qualquer característica especial”. O próprio Curitiba era um cara que não tinha a sua marca, não tinha uma expressão, isto porque a cidade nada tinha a oferecer*”¹⁷⁰, e por isso precisava se “modernizar”. Na visão dos técnicos não era prioridade preservar as particularidades e os extratos históricos do Setor Histórico de Curitiba. O que se buscava era imprimir a marca dos planejadores urbanos na cidade preexistente, cujas necessidades e anseios eram criadas e impostas por eles próprios. Nesse sentido, Assad nos esclarece que para eles, *“não era preciso fazer pesquisas sobre a necessidade de [...] um equipamento de animação que desse ao curitibano opção de lazer. [...] É que a cidade necessitava de tantas coisas e era tão evidente isto que nem era preciso debate ou consulta a grupos de bairros sobre suas carências”*.¹⁷¹[grifo nosso]

A ordem das ações de revitalização idealizadas pelo IPPUC sobre o patrimônio urbano, como parte das políticas culturais, urbanísticas e patrimoniais do Município, era **desapropriar, revitalizar e enobrecer o Setor Histórico com usos culturais**.

3.4.1. O Setor Histórico de Curitiba

O primeiro instrumento de gestão das políticas culturais e patrimoniais foi a criação do Setor Histórico de Curitiba, pelo decreto municipal nº 1.160 de 1971, cuja essência do texto era aquela estabelecida pelo PRSHC, conforme discutimos no capítulo 2.

O decreto dispunha sobre o estabelecimento de regras para a proteção e revitalização do conjunto urbano, abordando tópicos como: a definição dos limites do Setor; a classificação dos imóveis em *Unidades-Monumento*, *Unidades de Acompanhamento* e *Unidades Incaracterísticas*; as diretrizes gerais para intervenção nessas unidades; os critérios para inserção de novas edificações; e as normas para a instalação de equipamentos publicitários.

O decreto estabelecia também quais eram os usos permitidos, permissíveis e proibidos no Setor Histórico, cuja ênfase era voltada aos usos turísticos-culturais e de lazer:

Art. 16 No Setor histórico são permitidos os seguintes usos: entidades culturais, escritórios e consultórios, ateliers de artes plásticas e oficinas de artesanato, galerias de arte, bares, restaurantes, moradias, cinemas e teatros, edifício de culto e comércio varejista.

§1º São usos permissíveis os hotéis, pensões, estacionamentos particulares e outros usos compatíveis, a critério do Conselho de Zoneamento.

§2º São proibidos todos os usos não compreendidos neste artigo.¹⁷²

¹⁷⁰ ASSAD, Abrão. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. p. 33. Para rever o trecho do depoimento transcrito, voltar ao tópico 3.3.1, p. 229.

¹⁷¹ Ibid.

¹⁷² CURITIBA. Decreto Municipal nº 1.160 “Dispondo sobre setor histórico de Curitiba”, de 05 de agosto de 1971.

Uma outra questão a ser destacada é que apesar de não se tratar de tombamento, nos moldes do Decreto-Lei 25 de 1937, o decreto municipal estabelecia que os proprietários dos imóveis tinham o dever de manter, conservar e preservar o seu imóvel:

Art. 11 Se o proprietário executar reforma ou construção contrariando as determinantes do presente decreto, e do Plano de revitalização do Setor Histórico de Curitiba, a juízo do IPPUC, dando características diferentes das que forem aprovadas, a Prefeitura poderá refazer as obras por sua própria iniciativa, segundo as indicações do projeto aprovado, cobrando após do proprietário os custos para execução, pela via executiva, com acréscimo de correção monetária, relativa a débitos fiscais, a partir do orçamento do serviço, calculados sobre o valor deste.

Art. 12 O proprietário é obrigado a manter o prédio de sua propriedade em perfeito estado de conservação e limpeza.¹⁷³

É curioso, mas em relação à repercussão desse Decreto na imprensa local, esclarecemos que não localizamos matérias que expunham as reações e opiniões da população especificamente sobre a criação do Setor Histórico. Localizamos apenas publicações nas quais a Prefeitura, o IPPUC e seus agentes explicavam o que passaria a ser o Setor Histórico de Curitiba e quais os critérios para a revitalização daquele conjunto urbano.

Dentre as matérias localizadas, chamamos a atenção para a entrevista de Cyro Corrêa Lyra ao jornal *Diário do Paraná*, no dia 8 de agosto de 1971, na qual ficam evidentes as intenções para a revitalização do Setor Histórico, como também a preocupação com a composição cenográfica do conjunto urbano, a fim de torná-lo um espaço “lúdico” e atrativo como polo de interesse turístico-cultural e de lazer.

“O centro antigo de Curitiba é hoje um conjunto arquitetônico heterogêneo, em que casas expressivas – “de estilo” – ombreiam com edificações incaracterísticas, destituídas de valor pelo nível essencialmente utilitário de sua construção ou pela inobservância de certos princípios de arquitetura em sua concepção. [...]. Há soluções, porém, e a curto prazo, através da melhoria dos exteriores, cujas medidas propostas procuramos enfocar segundo um prisma realista exequível. As proposições desse projeto atingem apenas os exteriores compreendidos como os aspectos das edificações visíveis pelo homem que percorre a área. Não deixa, por isso, de ser uma composição cenográfica. O Largo Coronel Enéas [da Ordem], é o centro desse cenário. A preocupação em livrar a área dos aspectos virtualmente desagradáveis levou-nos à “camuflagem” de certas fachadas, elevando muros ou dando-lhes uma cor mais recatada. Em certas construções de avantajado tamanho, mas destituídas de talento somente um “make-up” à base de vegetação evita seu prejuízo ao conjunto. Evitamos sempre que pudemos a “cirurgia plástica”, só pensando-a para os casos considerados mais desesperadores.”¹⁷⁴[grifo-nosso]

Após a sua criação por decreto em 1971, o Setor Histórico de Curitiba passava a ser incorporado à Lei de Zoneamento do Município, nº 4.199, de 1972 que dispunha, distribuía e instituía as zonas e os Setores Especiais. Nessa lei eram incorporados Setores Especiais como o Setor Histórico de Curitiba, os Setores Estruturais ao longo das Vias Estruturais Norte e Sul e o Setor Preferencial de Pedestres ao longo

¹⁷³ CURITIBA. Decreto Municipal nº 1.160 “Dispondo sobre setor histórico de Curitiba”, de 05 de agosto de 1971.

¹⁷⁴ NO Setor Histórico, a hora da restauração. *Diário do Paraná*. Curitiba, 08 de agosto de 1971.

da Rua XV de Novembro. Todavia, o zoneamento de 1972 vigorou por apenas dois anos, sendo revogado e complementado pela Lei nº 5.234 de 1975.

Na Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo de 1975, esses Setores Especiais foram delimitados e incorporados, cada um com suas funções e em distintas áreas da cidade. As normas de uso e ocupação desses setores deviam ser definidas por legislação própria e complementar à lei de zoneamento. No caso do Setor Histórico, ele permaneceu sem alterações.

O decreto que definiu e criou o Setor Histórico de Curitiba vigorou e permaneceu por 29 anos, até o ano 2000, no momento em que se revisava o zoneamento urbano de Curitiba e, então, se criava a Lei nº 9.800 de 2000 – de Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo –, substituindo a lei anterior de 1975. Tratava-se também de um contexto de ampliação das políticas patrimoniais de proteção de conjuntos urbanos, expressas na proteção de áreas excluídas ou não estudadas no PRSHC em 1970. É nesse contexto que os limites do Setor Histórico foram reavaliados com: a inclusão da Praça Tiradentes pelo reconhecimento de seus valores históricos; e ainda a inclusão de boa parte da vertente sul da colina do Alto São Francisco que desce em direção ao centro da cidade, para a restrição do gabarito das edificações – ainda baixas – a fim de conservar os seus aspectos paisagísticos. A partir de então, o Setor Histórico passava a ser denominado como Setor Especial Histórico. [Figura 147].¹⁷⁵

Figura 147: Ampliação do perímetro do Setor Histórico no ano 2000. Fonte: Ortofoto do IPPUC de 1999 manipulada pelo autor.

¹⁷⁵ CURITIBA. Decreto Municipal nº 185. “Regulamenta o art. 15, § 1º, inciso vi, da lei nº 9.800/00, dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo no Setor Especial Histórico e dá outras providências.” de 03 de abril de 2000. Agradeço à arquiteta Ana Lucia Ciffoni, do IPPUC, pelo esclarecimento das motivações que levaram à reavaliação dos limites do SH no ano 2000.

É nesse contexto ainda que o conjunto do Eixo Barão-Riachuelo – área localizada entre a antiga Estação Ferroviária e a Rua Riachuelo – tornava-se um Setor Especial de Preservação protegido pelo município. E é nessa década também que o Estado do Paraná expandia a proteção de conjuntos urbanos em Curitiba – até então restrita à Paisagem da Rua XV de Novembro (1974) –, com o tombamento do Conjunto Urbano da Rua Comendador Araújo, no bairro do Batel, em 2004. Portanto, configurava-se um período no qual os conjuntos urbanos protegidos na década de 1970 eram revistos, expandidos e protegidos em nível municipal e estadual.

3.4.2. A Fundação Cultural de Curitiba: a institucionalização das políticas culturais.

Em 1973, durante a primeira gestão de Lerner, era criada a Fundação Cultural de Curitiba (FCC), como fundação municipal responsável pelas políticas culturais da cidade, que incluía a gestão dos novos espaços culturais reciclados e criados pelos urbanistas do IPPUC, como também as atividades desenvolvidas no Setor Histórico de Curitiba.

Como vimos ao longo do capítulo, tratava-se de um período de diversas transformações urbanísticas e culturais na cidade. Era a época do fechamento da Rua XV de Novembro, que gerava discussões acaloradas entre prefeitura e comerciantes locais. Era a época que a gestão municipal apostava em estratégias de animação, lazer e entretenimento¹⁷⁶, sob a narrativa da humanização da cidade, a fim de estabelecer, sensibilizar, atrair e divulgar a nova ordem urbanística idealizada pelos técnicos do IPPUC.

Era a época também da reciclagem de um antigo paiol de pólvora, construído em 1874 no bairro Rebouças, o qual foi adaptado para o Teatro Paiol, cujo projeto era de autoria do arquiteto Abrão Assad. Até então na cidade, havia poucos auditórios disponíveis para apresentações culturais e a obra do Teatro Guaíra, iniciada em 1954, ainda não tinha sido concluída. A grande maioria desses espaços pertencia a colégios e instituições, e sediavam eventos de formatura, palestras, peças teatrais e concertos. O Teatro Paiol nascia como espaço alternativo à realização de eventos culturais no município. Por ser o primeiro equipamento cultural construído pela gestão de Lerner, e devido às características arquitetônicas como primeiro edifício industrial reciclado para usos culturais em Curitiba, a obra tornou-se um marco referencial e simbólico das inovações arquitetônicas e urbanísticas idealizadas pelo IPPUC. Foi o embrião da FCC, e por isso, sua fachada é adotada como símbolo e logomarca da instituição.

Em 1973, outro edifício fora do centro da cidade, às margens do Rio Belém, era reciclado para se tornar o segundo espaço cultural criado por essa gestão. Eram as antigas instalações da fábrica de cola e beneficiamento de couro Boutin, que tiveram suas atividades encerradas em 1970 devido ao rompimento da barragem do tanque São Lourenço. Seus galpões industriais também foram objetos de intervenções de reciclagem para instalar o Centro de Criatividade de Curitiba, cujo projeto era de autoria

¹⁷⁶ MENDONÇA, Maria Luíza Nascimento. O fio da memória. In: **Memória da Curitiba Urbana...** op. cit., agosto de 1990. p. 88.

do arquiteto paulista Roberto Luiz Gandolfi. Trata-se da criação de um núcleo de pesquisa e de desenvolvimento de criatividade por meio de ateliês de artes.¹⁷⁷

Ainda nesse contexto, tinha sido criado o Setor Histórico de Curitiba e, a partir de então, iniciavam-se ações culturais como a Feira de Arte e Artesanato no Largo da Ordem, e as obras de restauração e reciclagens de edifícios para abrigar usos culturais como a Casa Romário Martins e o Palacete Wolf, os quais abordaremos adiante.

Para gerir e viabilizar o funcionamento de todos esses novos equipamentos e atividades culturais, era necessário criar um órgão com uma estrutura administrativa específica, pois até o momento a coordenação das atividades culturais do município estava sob a responsabilidade do Departamento de Relações Públicas e Promoções da Prefeitura.¹⁷⁸ É nesse contexto de transformações urbanísticas e culturais¹⁷⁹ que a gestão de Lerner criou a Fundação Cultural de Curitiba, em 5 de janeiro de 1973, pela Lei Municipal nº 4.545/73.

A ideia de criar um órgão municipal para implementar e gerir a política cultural de Curitiba, com estatuto de Fundação, vinculado e subordinado diretamente ao gabinete do prefeito e com orçamento próprio, devia-se à agilidade e desburocratização desejada pelos agentes públicos para a implementação dos projetos culturais e de animação nos novos equipamentos que estavam sendo inaugurados. Essa questão é esclarecida pelos depoimentos do advogado Constantino Batista Viaro¹⁸⁰ e da então assessora de Lerner, Lidia Maria Bindo Dely:

Constantino Batista Viaro: A Fundação Cultural de Curitiba teve início com uma conversa entre o prefeito Jaime Lerner, o Eduardo Rocha Virmond, eu e outras pessoas que estavam ligadas à cultura. Foi mandada uma mensagem à Câmara Municipal e pelo fato de ser advogado da prefeitura, eu tive a incumbência de fazer o estatuto da Fundação. Feito isso, - trabalho de elaboração foi muito rápido, uma semana – constituímos a Fundação com todos os registros que eu mesmo tomei a iniciativa de fazer e em pouco tempo fui convidado pelo Jaime para ser diretor administrativo da Fundação. Logo em seguida já alugamos a primeira casa, próxima à prefeitura, uma casa antiga da cidade, para instalarmos a Fundação dentro de uma filosofia nova. A nossa ideia era criar um órgão muito ágil, de rápida solução. Não se justificaria uma Fundação se ela não possuísse agilidade e nem fosse desburocratizada, para fazer com que as coisas acontecessem com uma certa rapidez e que se gastasse o mínimo possível nas atividades meios, jogando toda a parte principal das verbas nas atividades fins.¹⁸¹ [grifo nosso]

¹⁷⁷ CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura**, 2002. 325F. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2002. pp. 257-263.

¹⁷⁸ Ver histórico da Fundação Cultural de Curitiba, disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecureitiba.com.br/historia/inicio/> Acesso em 02/01/2017.

¹⁷⁹ WILLER, Alfred. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. pp. 135 e 136: “O Teatro Paiol já existia, o Centro de Criatividade estava em construção. Em seguida foi iniciada a reforma da Casa Romário Martins. O calçadão da Rua XV estava sendo utilizado aos sábados para pintura infantil. Com todos esses novos espaços de animação cultural da cidade, que estavam sendo criados e desapropriados, como os novos parques – da Barreirinha, do Barigui – havia necessidade de um órgão com estrutura maior. Assim foi criada a Fundação Cultural de Curitiba.”

¹⁸⁰ **Constantino Batista Viaro** (1938), graduado em Belas Artes e em Direito pela Faculdade de Curitiba, e pós-graduado pela Universidade de Bologna. Trabalhou como jornalista do O Estado do Paraná, entre 1956 e 1964. Concursado como advogado da Prefeitura de Curitiba, atuou como diretor da Fundação de recuperação de Indigente – FREL, e foi diretor administrativo da Fundação Cultural de Curitiba em dois períodos, de 1973 a 1977 e de 1981 a 1985.

¹⁸¹ VIARO, Constantino Batista. Depoimento, 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 145.

Lidia Maria Bindo Dely: Ela [a FCC] foi criada como fundação para que houvesse mais agilidade, sobretudo no trato com as dificuldades financeiras. Era essa a ideia: que tivesse vida própria, recursos próprios. Dessa forma, ela foi a primeira fundação cultural do Brasil. Não havia outra, não tínhamos nem de onde copiar e, durante muito tempo, ela é que servia de exemplo para outros estados.¹⁸² [grifo nosso]

Nesses depoimentos poderemos perceber que as políticas culturais – entendidas como criação e gestão de novos espaços voltados ao desenvolvimento de atividades culturais e de entretenimento – passavam a ser prioritárias para a gestão de Jaime Lerner, e por isso criava-se um órgão com orçamento próprio e não uma Secretaria de Cultura. O objetivo era ter um órgão que atendesse prontamente ao prefeito, e ainda agilizasse e desburocratizasse os processos, a implantação e a gestão dos novos espaços. Tal estrutura permanece ainda hoje na estrutura administrativa da Prefeitura, sem a existência de uma Secretaria de Cultura.

Nesse contexto, percebemos também que o patrimônio urbano com suas diversas estratificações, particularidades e usos preexistentes não era entendido como um bem a ser tutelado e como parte de uma política cultural municipal. Por isso, criava-se a FCC para ocupar e gerir os novos equipamentos culturais, e ainda investir no entretenimento urbano. Preservação e cultura eram entendidas como sinônimos de revitalização, equipamentos culturais e usos nobres.

Em relação às atribuições da FCC definidas pela lei municipal nº 4545/73, a fundação passava a ser responsável pela: formulação da política cultural; promoção e defesa do patrimônio histórico; promoção de exposições, espetáculos, festividades populares, entre outras, que tivessem relação com o desenvolvimento do turismo; e também a promoção de uma vida cultural mais intensa à população, de modo a “elevar o seu nível cultural e artístico”.¹⁸³

Quanto à inserção da FCC na estrutura administrativa da Prefeitura de Curitiba, esta se dava como órgão finalístico e executor. À Fundação cabia executar e implementar as ações culturais e de animação nos equipamentos planejados pelo IPPUC e construídos pela URBS, conforme nos esclarece o depoimento de Lidia Maria Bindo Dely:

O IPPUC era o órgão de planejamento, a URBS o órgão executivo, o que construía, que contratava obras. E a Fundação Cultural, dava vida à obra instituída. Para dar um exemplo: todos os parques criados tiveram um projeto de animação, de ocupação. A preservação de edifícios históricos era feita juntamente com o IPPUC, sempre. O IPPUC fazia o levantamento físico e a Fundação Cultural o projeto de ocupação. Isso também em relação aos programas de bairros, de descentralização da cultura. Também eram feitos juntos com o IPPUC. Acho que era aí que se sustentava a originalidade do nosso trabalho. Os nossos objetivos, bem definidos, eram quatro: estímulo às artes e criatividade, a descentralização da cultura (programa nos bairros), animação da cidade e preservação do patrimônio histórico, o estímulo ao estudo da memória da cidade.¹⁸⁴ [grifo nosso]

¹⁸² DELY, Lidia Maria Bindo. Depoimento, 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 175.

¹⁸³ CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 4.545, de 05 de janeiro de 1973. Cria a Fundação Cultural, conforme específica. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

¹⁸⁴ DELY, Lidia Maria Bindo. Depoimento, 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 176.

No que diz respeito ao funcionamento da FCC nos seus primeiros anos de existência, sob a presidência do arquiteto Alfred Willer, a fundação passou a receber uma série de novos espaços, frutos das ações de desapropriação ou apenas de revitalização de edifícios para abrigar espaços culturais como Casa Romário Martins, o Palacete Wolf, o Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba na Igreja da Ordem, o Museu Guido Viaro no antigo prédio da FAB¹⁸⁵, o Teatro Universitário de Curitiba e o Solar do Barão¹⁸⁶. Em suma, notava-se nos primeiros anos de funcionamento da FCC a abertura de diversas frentes de trabalho, conforme nos relata o arquiteto Alfred Willer:¹⁸⁷

O meu terceiro envolvimento com Curitiba foi na presidência da Fundação Cultural. Em 1973, quando assumi o cargo desse órgão recém-criado, encontrei algumas atividades culturais já desenvolvidas pela Prefeitura, através do Departamento de Relações Públicas, dirigido pelo jornalista Aramis Millarch, que depois passou para diretoria da Fundação. [...]

Inicialmente, a Fundação Cultural recebeu uma série de imóveis destinados às atividades culturais. O próprio Teatro Paiol já era um minicentro cultural porque tinha, além do teatro, espaços para aulas, sala de exposições, bar. A preocupação era dinamizar esses espaços. Depois, com o Centro de Criatividade, a Fundação se deslocou para a periferia. O parque [São Lourenço] criado ao lado do Centro também nos deu a primeira oportunidade de desenvolver atividades de lazer ao ar livre. [...]

Nós fomos quase atropelados pelo dinamismo da Prefeitura e do IPPUC em criar novos espaços, através da recuperação de casarões desapropriados antes que fossem demolidos ou comprometidos. E também pela implantação de novos parques. [...]

A atividade cultural da primeira gestão Jaime Lerner na prefeitura foi caracterizada pela abertura de muitas frentes, uma variedade muito grande de novas ideias e atividades. Nem todas deram certo, mas isso faz parte de toda atividade experimental. [...]

Uma atividade que deu muita satisfação, talvez pela minha formação de arquiteto, foi o trabalho de salvamento e recuperação de edifícios históricos, para serem depois incorporados aos espaços culturais da cidade. Assim foram recuperados naquela época, além da Casa Romário Martins, a sede da Fundação [Palacete Wolf], o Museu Guido Viaro, o Instituto Goethe (este pela iniciativa privada, com orientação da Fundação).¹⁸⁸ [grifo nosso]

Em relação ao envolvimento da FCC na questão do patrimônio cultural, esclarecemos que antes esta atribuição já era compartilhada entre o IPPUC e a DPHA desde 1966. A partir da criação da FCC, a fundação também assumia parte dessa atribuição. Ao IPPUC cabia o planejamento; a idealização das intervenções urbanísticas e edíficias; as análises de projetos de intervenção nas preexistências; e a regulamentação do uso do solo nos bens protegidos. À DPHA cabia a política patrimonial do Estado do

¹⁸⁵ O **Museu Guido Viaro** foi criado para preservar e difundir a obra do pintor italiano Guido Viaro, radicado em Curitiba desde 1933. O museu foi idealizado pelo seu filho, Constantino Viaro, funcionário da FCC. O museu localizava-se no Setor Histórico, em prédio de apartamentos pertencente à FAB, que foi parcialmente demolido para a abertura da Via Estrutural Norte. O edifício foi reciclado seguindo o projeto do arquiteto Julio Pechmann. Atualmente o edifício abriga a sede da Casa da Memória.

¹⁸⁶ **Solar do Barão** é um complexo cultural localizado próximo ao Setor Histórico, na Rua Pres. Carlos Cavalcanti, onde funciona o Museu da Fotografia, o Museu da Gravura, o Museu do Cartaz e a Gibiteca. Trata-se de edifício do século XIX que foi restaurado e reciclado entre 1980 e 1983, seguindo projeto de Cyro Corrêa Lyra.

¹⁸⁷ **Alfred Willer** (1930) é engenheiro civil e arquiteto formado em 1965 pela Universidade Federal do Paraná. Foi membro da equipe que reformulou o plano do Centro Cívico de Curitiba, em 1963, e chefe da equipe de Planejamento Habitacional da COHAB-CT, entre 1965 e 1967. Assumiu a presidência da FCC em 1973, e permanece no cargo durante as gestões de Lerner e Saul Raiz, até 1976.

¹⁸⁸ WILLER, Alfred. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. pp. 135 - 138.

Paraná, com a seleção e tombamento dos bens considerados mais representativos, bem como, a assessoria como órgão consultor em questões patrimoniais do município. Quanto à FCC, além de ser responsável pela ocupação e gestão dos equipamentos e atividades culturais, a fundação passava a ser responsável pelas atividades de pesquisa e promoção do patrimônio cultural, como também pela formação e administração de acervos históricos municipais. Nesse compartilhamento de ações, apenas se juntaria o IPHAN com a instalação do seu escritório técnico em Curitiba, em 1984, e com o tombamento federal do Paço da Liberdade no mesmo ano. É interessante acrescentar que a divisão de atribuição de papéis na gestão do patrimônio cultural curitibano, diluído entre duas instituições municipais, e compartilhada com as esferas estadual e federal, permanece ainda hoje como uma das bases das políticas de preservação em Curitiba.

Em nível municipal, era o IPPUC monopolizava praticamente todas as decisões referentes ao patrimônio cultural edificado e urbano de Curitiba, cabendo à FCC apenas questões de pesquisa e promoção desses bens, e de gestão dos espaços culturais. Por outro lado, percebemos que pelo fato de não haver um órgão específico de patrimônio cultural para discutir, argumentar ou se impor, questões urbanísticas, de valorização do solo urbano, de especulação imobiliária e de priorização de usos culturais acabam sendo mais facilmente priorizadas pelo IPPUC, e inclusive sobrepostas a questões de preservação do patrimônio cultural. É esse cenário que temos visto desde o início do período pesquisado, e que, de certa forma, continua a ocorrer em diversos bens espalhados pela cidade protegidos por legislação municipal.¹⁸⁹

3.4.3. Intervenções como parte das políticas culturais municipais no Setor Histórico.

O processo de revitalização do Setor Histórico inicia-se durante a primeira gestão de Jaime Lerner com a implementação de três ações como parte das políticas culturais do município: a Feira de Artesanato como atração de lazer; a obra de restauração da Casa Romário Martins como arquivo histórico da cidade; e a obra do Palacete Wolf como sede da Fundação Cultural de Curitiba.

Essas ações eram consideradas estratégicas para o município e o seu objetivo era o de inaugurar o processo de revitalização do Setor Histórico de Curitiba. A partir delas, a Prefeitura visava enobrecer o espaço urbano por meio da remoção dos usos considerados por eles como inadequados, e da introdução de novos usos culturais e de entretenimento.

Essas intervenções ilustram a força do poder público municipal para implantar as obras e os equipamentos idealizados, para os quais não se poupavam esforços em remover famílias e usos preexistentes.

¹⁸⁹ Como exemplo da priorização da valorização do solo urbano, citamos as Indústrias Irmãos Mueller e o antigo Quartel, cujos edifícios eram inventariados pelo município, mas foram profundamente alterados para viabilização de empreendimentos comerciais, como Shopping Mueller, em 1983, e o Shopping Curitiba, em 1996. Nessa última década, a fábrica do Matte Leão, no bairro do Rebouças, foi demolida para a construção da Igreja Universal do Reino de Deus, e o Cine Passeio no antigo quartel da rua Riachuelo, que está sendo reciclado, ao invés de restaurado, para viabilizar o uso cultural pretendido.

As obras de restauração inauguram também as intervenções sobre o patrimônio cultural edificado em Curitiba. Até o momento, não havia registro de obras de restauração executadas em bens culturais protegidos por legislação patrimonial em Curitiba. O principal agente dessas intervenções foi o arquiteto Cyro Corrêa Lyra que já possuía experiência na área de patrimônio cultural, era responsável pelo PRSHC e ainda possuía a única empresa de restauração da região, a Aresta. Em geral, as obras nos revelam como se concebiam as intervenções sobre o patrimônio edificado curitibano, cujas práticas e critérios se assemelhavam àquelas do órgão nacional de preservação, o então SPHAN.

3.4.3.1. A Feira de Artesanato.

O primeiro passo para a implantação do PRSHC foi a transferência da feira de artesanato, que era realizada todos os sábados na Praça Zacarias (localizada na Rua Marechal Deodoro), para o Setor Histórico.¹⁹⁰ Tratava-se da primeira estratégia de introdução de usos turístico-cultural e de lazer no conjunto urbano, com o intuito de atrair um determinado público e comércio para aquela área, sinalizando o início do processo de revitalização do Setor Histórico de Curitiba recém-instituído.

Inicialmente, a pequena feira da Praça Zacarias era composta por um grupo de classe média de artesãos, artistas e estudantes. Segundo relato de Alfred Willer: *“Começamos na Praça Zacarias. Era meia dúzia de entusiasmados, alguns estudantes de Arquitetura, como Ronaldo Rêgo, o Tato Taborda; o nível artístico era muito alto, em compensação o tamanho da feira era minúsculo. Era um pouco elitista.”*¹⁹¹[grifo nosso]

Entendemos que a transferência da Feira para o Setor Histórico, como parte de uma política pública municipal, devia-se a relações que esse grupo tinha com a gestão de Jaime Lerner. Entre os artistas e artesãos havia cônjuges de arquitetos que tinham algum vínculo com a gestão de Jaime Lerner, assim como estudantes de arquitetura da UFPR. As relações profissionais desse grupo de artistas e artesãos com os agentes da prefeitura e com arquitetos que prestavam serviços ao município mesclavam-se a todo momento com vínculos pessoais. Juntos, esses agentes – prefeitura, arquitetos, artistas e artesãos – desejavam desenvolver e consolidar o campo das artes numa cidade que para eles era considerada *“fechada”, “atrasada”* e provinciana. Ademais, a gestão de Lerner visava implantar diversas transformações urbanísticas e culturais na cidade, como a implantação do PRSHC. É partir dessa trama de relações, desejos e ambições de um grupo de intelectuais que chegou ao poder, que a Prefeitura investiu na ideia de transferir a Feira de Artesanato para o Largo da Ordem, como marco do início das ações de revitalização do Setor Histórico, conforme nos relata Cyro Corrêa Lyra no depoimento transcrito abaixo:

Instalar a feira de artesanato nesse momento era importante, porque você tinha um movimento de artesãos bons, quer dizer, artesãos de verdade. Não é esse artesanato

¹⁹⁰ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**: A questão do uso. Brasília: Iphan, 2016. p. 103.

¹⁹¹ WILLER, Alfred. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 139.

industrial. Várias pessoas da classe média faziam trabalhos artesanais. Eu vou lhe citar: a minha ex-mulher, Madalena, fazia trabalhos inspirados nos ícones ucranianos, trabalhava com madeira, esmalte, esmalte sobre madeira e papel sobre madeira. Tinha a Marly Willer, na época esposa do Alfred Willer, que fazia cerâmica. Havia também um arquiteto que fazia trabalhos em couro muito bonitos. Jovem, devia ser também até estudante na época. O Dalmo [Vieira Filho] fazia miniaturas de barcos, estudante de arquitetura. Você tinha madame, eu não consigo lembrar o nome dela, que fazia tapetes a partir de panos reciclados, muito bonitos, ela já morreu. Tinha esse grupo que se conhecia. O que se estava vivendo em Curitiba nessa época era uma renovação humana. De pessoas de um bom nível cultural, visão mais atualizada de arte e cultura, e com um prefeito jovem querendo renovar a cidade. E isso é fundamental, o Jaime teve como chefe de gabinete, como braço direito dele, a Franchette [Francisca Maria Garfunkel Rischbieter]. [...] A Franchette era filha de um pintor. Uma mulher muito culta, francesa. O Jaime foi muito marcado pelo curso que ele fez na França. Na cabeça dele, Paris era muita inspiração. E a Franchette fazia ele baixar na realidade. Ela era engenheira de formação, muito culta, ativa, uma mulher de grande personalidade. Então, agregava um grupo muito ligado a questão dos arquitetos, alguns se instalaram na cidade por causa do curso [de Arquitetura]. O curso foi criado em 62 [...] atraiu gente, arquitetos jovens. [...]. Você tinha a chegada de gente que vinha de São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio. [...]. Essas pessoas que vêm, [...], como Ennio Marques Ferreira [do Rio de Janeiro]. Ennio que tinha criado inclusive a primeira galeria de arte, que era a Cocaco. A Cocaco deve ter sido criada em 60, por aí¹⁹². E Ennio, muito sensível, gostava de arte, criou a Cocaco. Então, você tem um momento propício às artes.

A cidade era muito precária em 60, com hábitos muito provincianos ainda. Eu me lembro que a primeira vez que fui à Curitiba, foi por causa do meu irmão que casou com uma paranaense por isso que eu terminei parando lá. Fui em 60, e meu irmão conhecia o Ennio e me apresentou. Ele era Secretário da Cultura do Estado do Paraná, onde tinha uma Divisão de Patrimônio, que era a Dalena. Eu fui conhece-lo, fui conhecer a Dalena, e eu me lembro muito bem, era um prédio na Praça Tiradentes, de esquina, a Secretaria da Cultura, não sei se toda a secretaria era ali, ou só a divisão de patrimônio. Nós conversamos à tarde, e quando saímos às 16 horas, eu disse para a Dalena: “Vamos tomar um café?” E ela disse assim: “Cyro, aqui em Curitiba as moças não tomam café na rua”. Então Curitiba era assim, porque anos depois eu entrei com minha mulher em um bar para tomar um café, e todos olhavam. Curitiba era muito atrasada do ponto de vista dos costumes, provinciana.

Então você tinha um grupo querendo abrir a cidade. A cidade tinha uma tradição cultural boa em música erudita. Tinham, se não me falha a memória, duas agregações, espécies de clubes musicais de música erudita que se reuniam e promoviam concertos, etc. Não sei dizer a você o nome deles. Eu sei que o Willer fazia parte de um deles. Então, era muito ligado a pessoas estrangeiras que cultivavam música clássica, muito interesse em música. Mas fora a música, você tinha a Escola de Belas Artes. Em 70 você tinha [Fernando] Calderari, alguns pintores como Guido Viaro, o [João] Osório [Brzezinski] que era da mesma idade que o Calderari. Então, você tinha de um lado uma população ainda muito provinciana, e tinha um grupo de gente ligada à arte. Com um prefeito e uma chefe de gabinete sensíveis a isso, capazes de promover. O artesanato foi uma atividade que pensamos para dar vida ao Largo da Ordem. Tirar os carros do estacionamento e fazer nos domingos uma feira de artesanato, mas um artesanato de nível. Não um artesanato industrial: era gente criativa. Eu citei alguns, mas claro, havia muitos outros.¹⁹³

A partir desse depoimento, podemos identificar para qual público a Feira de Artesanato foi idealizada, como também qual tipo de artesão e produto poderia participar dessa feira. A feira era

¹⁹² A Galeria de Arte COCACO teve início em 1955, e a sua primeira sede foi na Rua Ébano Pereiro, no Centro de Curitiba.

¹⁹³ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

idealizada por um grupo de classe média, onde se permitia apenas artesãos que produzissem um artesanato “de nível” [sic], sendo proibida a introdução de objetos industrializados, geralmente, vendidos por camelôs. Além disso, inicialmente, tratava-se de um evento elitizado, onde a presença de pipoqueiros e doceiros era proibida, conforme notícia do Diário do Paraná: *“Para evitar certos abusos, não será permitido o chamado “comércio ambulante”, desenvolvido por camelôs, pipoqueiros e doceiros. A presença de objetos industrializados não é permitida na Feira, salvo se forem usados e pela apresentação ou antiguidade demonstrem valor comercial.”*¹⁹⁴ Após instalada a feira, não foram raras as vezes que a Prefeitura expulsou expositores que não correspondiam com as exigências de um artesanato não industrializado e considerado “de nível”.¹⁹⁵

Essas restrições impostas pelo Poder Público nos revelam o quanto a gestão de Lerner e o grupo de artesãos visavam elitizar o Setor Histórico por meio de uma feira considerada de “alto nível” artesanal e artístico. Deste modo, a Feira de Artesanato passava a ser uma das estratégias montadas pela gestão municipal para atrair estabelecimentos comerciais elitizados para o local, a fim de remover os usos considerados menos nobres.

Em relação ao apoio da imprensa à iniciativa da Prefeitura, alguns dias antes da sua abertura, o jornal Diário do Paraná anunciava o que passaria a acontecer todos os domingos no Largo da Ordem. A feira era anunciada como algo frequente em cidades europeias ou em países platinos, a fim de afirmar a “modernidade” da atração ofertada em Curitiba pela gestão municipal. O intuito era de chamar a população leitora para se apropriar do “produto” que estava sendo lançado, de modo semelhante às demais intervenções que abordamos neste capítulo:

“Flores, moedas, peças de artesanato, móveis usados e uma variedade de objetos estarão expostos no Largo da Ordem no próximo domingo, dia 13 [de junho de 1971], na abertura da feira de Arte Popular de Curitiba, criada pela Municipalidade com o objetivo de concentrar o comércio menor de peças artísticas e motivar aos colecionadores à frequência da feira. [...]. Como em algumas cidades da Europa – e também em Montevideu –, a Feira de Arte Popular de Curitiba deverá transformar-se numa das características da Capital paranaense, que, com vida própria, dará um novo colorido aos domingos curitibanos. [...]. Fazendo parte da valorização do setor histórico-tradicional de Curitiba, a feira de Arte Popular será ponto de atração turística, revelando novo ângulo do pitoresco nos costumes de nosso povo.” [grifo nosso]¹⁹⁶

“Aqui, na simpática pracinha da Ordem, será instalado a partir do dia 13, e todos os domingos a feira popular de venda e troca que se assemelhará ao famoso “Marché aux Puces” (Mercado das Pulgas) de Paris, onde é possível encontrar de tudo – imaginável e o inimaginável.”¹⁹⁷

¹⁹⁴ MUITAS atrações na nova feira popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 19 de junho de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=82133> Acesso em: 03/01/2016.

¹⁹⁵ PREFEITURA quer somente arte nas feiras. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de janeiro de 1972. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/85321> Acesso em: 04/12/2016.

¹⁹⁶ FLÔRES, Moedas e Artesanato na Feira Popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 03 de junho de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&PagFis=81905> Acesso em: 03/01/2016.

¹⁹⁷ CENÁRIO da feira popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 de junho de 1971. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/82008> Acesso em: 04/12/2016.

Em paralelo às propagandas vinculadas pela imprensa para atrair visitantes, a Prefeitura organizava a infraestrutura da feira que previa, inclusive, transporte coletivo para trazer o público ao local, cujo objetivo era também de divulgar as transformações que estavam sendo executadas pela Gestão de Lerner, e assim criar a imagem de uma Prefeitura ágil e eficaz. É o que nos relewa o depoimento de Maria Elisa Ferraz Paciornik – diretora executiva da FCC, entre 1974 e 1976: *“Uma das primeiras coisas que fizemos foi um ônibus que saía da feirinha da praça Garibaldi. O ônibus se chamava “Curitiba para os Curitibanos” e tinha por objetivo mostrar à população o que estava acontecendo. Muitos ficavam perplexos com a rapidez e a violência das mudanças.”*¹⁹⁸

Na opinião da imprensa local¹⁹⁹ e dos idealizadores da feira, ela foi considerada um sucesso seja pelo público que alcançou, pela organização, como pela qualidade do artesanato exposto.²⁰⁰ Desde então, a feira ocorre regularmente no Setor Histórico todos os domingos, oferecida como produto cultural do município, do qual o Setor Histórico compõe o seu cenário. Todavia, atualmente, a feira não é mais estilizada como antes, há a presença de diversos tipos de artesanato, inclusive, industriais. Ela também não se restringe mais apenas ao Largo da Ordem ou a Praça Garibaldi, mas se expandiu para diversas quadras do SH, para as ruas Mateus Leme, São Francisco, Kellers e Av. Jaime Reis. [Figura 148]

Figura 148: Vista atual da Feira de Artesanato no Largo da Ordem. Fonte: autor, 2017.

Por outro lado, veremos adiante que a Feira de Artesanato foi uma das estratégias do Poder público municipal para incentivar, consolidar e promover a área como um dos principais polos de atrações turísticas, culturais e de lazer de Curitiba. A Feira atraiu um fluxo de turistas e público geral

¹⁹⁸ PACIORNIK, Maria Elisa Ferraz. Depoimento, 1991. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana...** op. cit., setembro de 1991. p.163.

¹⁹⁹ DOMINGO vá à Feira encontrar o passado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de junho de 1971.

²⁰⁰ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado...** op. cit., 2016. p. 255 (notas).

interessando em arte e artesanato. Essa ação estratégica, somada às intervenções edilícias e à divulgação do PRSHC incentivou a vinda de uma elite que passou a investir no Setor Histórico, instalando novos estabelecimentos voltados às artes, antiquários, bares e restaurantes para atender o novo público gerado pelos atrativos culturais e de lazer.

3.4.3.2. *A Casa Romário Martins e a afirmação do passado colonial.*

Umas das diretrizes indicadas por Lyra no PRSHC era a restauração de imóveis classificados como “*Unidades-Alteradas*”, os quais tinham passado por modificações em sua arquitetura, mas que eram consideradas passíveis de reconstituição. Entre essas unidades, indicava-se o antigo armazém do Sr. Roque Piekarz, que era um dos últimos remanescentes da arquitetura civil do período colonial em Curitiba, para constituir a primeira experiência piloto de restauração no Setor Histórico.²⁰¹

A origem da construção do imóvel denominado “Casa Romário Martins” remonta ao final do século XVIII e é considerada uma das edificações mais antigas existentes em Curitiba, após a Igreja da Ordem. A edificação era utilizada como moradia até o início do século XIX, quando passou a abrigar o armazém de secos e molhados de propriedade de Guilherme Etzel. Na década de 1930, passou para a propriedade da família Piekarz, passando a abrigar o Armazém do Roque. O estabelecimento manteve suas atividades comerciais até 1972, quando foi desapropriado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

Em 1973, o imóvel passou por um processo de restauração, sendo inaugurado em 14 de dezembro de 1973. Desde então, é sede da Casa Romário Martins que foi a primeira unidade de preservação de documentação da memória de Curitiba. Sob a administração da Fundação Cultural de Curitiba, a Casa Romário Martins promoveu levantamentos e coleta de documentação histórica e iconográfica, litografia, história oral e dos bairros da cidade, acervo e bibliotecas públicas e particulares, compondo a base inicial para o arquivo histórico da cidade, criado em 1981 sob o nome de “Casa da Memória”.²⁰² Foi responsável também pela edição periódica de “*Boletins Informativos*” com publicações sobre a história da cidade, tradições urbanas, monumentos, fatos históricos, etc. Desse modo, pode-se afirmar que a edificação e sua instituição tornaram-se símbolos das políticas patrimoniais de Curitiba.

O seu processo de restauração envolveu questões como: a remoção de um uso preexistente para a implantação de um espaço cultural; a reconstituição da edificação à sua linguagem colonial; a demolição de um edifício eclético em suas adjacências; e a priorização do uso cultural em detrimento da preservação dos interiores do edifício.

Para a restauração e implantação do equipamento cultural, a primeira providência da prefeitura era promover a desapropriação do imóvel. A partir de informações extraídas de jornais, depoimentos e documentos, identificamos que a desapropriação do bem era justificada pelos seguintes fatores:

²⁰¹ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit., 2016. p. 103.

²⁰² Ibid.

- A sua localização em pleno no Largo da Ordem era considerada um local estratégico para realização de atividades culturais;
- O bem era considerado um dos últimos remanescentes arquitetônicos residenciais da Curitiba colonial, no Setor Histórico;²⁰³
- Os usos preexistentes – armazém, quitanda, açougue e peixaria – eram considerados inapropriados para a preservação e conservação do edifício;
- Enfim, tratava-se de uma oportunidade para a gestão de Lerner iniciar as obras previstas no PRSHC por meio da restauração desse edifício, para reconstituir a feição colonial do imóvel pelo Poder Público, e ainda para implantar um uso cultural, considerado mais adequado para aquele bem.

Para iniciar o processo de desapropriação, a casa foi tombada pela DPHA, em 17 de abril 1971, a fim de reforçar a justificativa de desapropriação, indicando que sobre aquele imóvel incidia uma legislação patrimonial. Em outubro de 1971, o imóvel já estava em processo de desapropriação.²⁰⁴ Nessa época, o bem pertencia a 10 herdeiros de Roque Piekartz, dos quais 8 concordaram com a ação de desapropriação, foram indenizados e assinaram a escritura de venda. Os outros 2 se opuseram e quiseram que a ação fosse para decisão judicial.²⁰⁵ Em 29 de fevereiro de 1972, o Juiz emitiu a emissão de posse do imóvel, porém um dos proprietários e seus dois inquilinos resistiam à ação, permanecendo no imóvel, conforme relata o Diário do Paraná:

A instalação da Casa Romário Martins, entretanto, está sendo dificultada, pois a prefeitura, apesar do juiz ter concedido a emissão de posse (em 29 de fevereiro passado [1972]), ainda não conta com o imóvel desocupado em razão da má vontade de um dos proprietários (que possui ali uma mercearia) e de dois inquilinos, também comerciantes. TUDO PAGO. Após ter sido a “casa de pedra” tombada pelo Patrimônio Histórico, a Prefeitura declarou de utilidade pública o imóvel, através do Decreto nº 868, de 8 de julho de 1971. Em 17 de agosto do ano passado, foi autorizado, mediante portaria, o pagamento de \$8 mil cruzeiros como indenização aos proprietários, sendo, dias após, lavrada a escritura de posse. A emissão de posse do imóvel foi concedida pelo juiz em 29 de fevereiro deste ano e, até hoje, mesmo intimados, os ocupantes não deixaram o prédio prejudicando a ação do município.²⁰⁶ [grifo nosso]

No trecho acima, percebemos a posição do jornal Diário do Paraná a favor da gestão de Lerner. Para o jornal, aquele proprietário que possuía seu próprio comércio estabelecido naquele endereço estava com “má vontade” em desocupar o imóvel, “prejudicando a ação do município”. Ora, quem teria boa vontade de deixar seu imóvel, fechando seu próprio negócio, porque um grupo de intelectuais e gestores queriam instalar um equipamento cultural no local? Não podemos deixar de fazer essa pergunta, embora seja retórica.

²⁰³ ARAÚJO, Adalice. Patrimônio histórico, um compromisso com o passado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de junho de 1972.

²⁰⁴ ESTÁ desapropriada a casa mais antiga. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de outubro de 1971.

²⁰⁵ SETOR Histórico terá casa Romário Martins. **Diário do Paraná**. Curitiba, 03 de outubro de 1971.

²⁰⁶ CASA Romário Martins sem posse. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de julho de 1972.

Os ocupantes permaneceram no imóvel até meados de 1972. Até então, seguiram-se diversas tentativas da prefeitura desocupar o edifício, dentre as quais identificamos ameaças de utilizar a força policial, divulgadas pelo Diário do Paraná.²⁰⁷ Após essas ameaças, os ocupantes deixaram o imóvel.

A partir de então, a obra de restauração foi executada pela Prefeitura de Curitiba, durante todo o ano de 1973. Cyro Corrêa Lyra foi o autor do projeto e responsável pela direção das obras de restauração do imóvel.

O retorno ao colonial

Atualmente, a Casa Romário Martins é uma singela casa de vocabulário arquitetônico típico do período colonial brasileiro. É uma casa térrea de planta quadrada que foi construída no século XVIII, em alvenaria de pedra. Suas fachadas são enquadradas por cunhais de massa, as aberturas emolduradas por requadros de massa e as vergas em arcos abatido. Seu telhado de quadro águas, com telhas capa-e-canal, é arrematado por beiral em cimalha.²⁰⁸

No entanto, todo esse conjunto de características coloniais não compunham o aspecto da casa antes da sua restauração. Até a década de 1970, a casa tinha passado por diversas intervenções que se sobrepuseram à sua linguagem colonial, tais como a construção de uma platibanda sobre a cimalha do beiral, a sobreposição da fachada da edificação adjacente à sua, a abertura de duas portas largas para o acesso à mercearia, e a fixação de toldos e anúncios publicitários sobre as fachadas.²⁰⁹ Na opinião de Lyra, a casa estava “desfigurada” e “camuflada por reformas indevidas” que “prejudicavam” a sua arquitetura. [Figura 149]

Em virtude da existência de documentos fotográficos que retratavam o estado anterior da casa, Lyra considerava que todas essas intervenções eram passíveis de reconversão. [Figura 150 e Figura 151]. É a partir desses documentos que o arquiteto propôs e reconstituiu a feição colonial do edifício, em 1973. Para isso: foi demolida a platibanda existente; foram recompostos os vãos das aberturas; foram removidos os toldos e anúncios publicitários da fachada; e foram pintadas à base de cal as alvenarias na cor branca.²¹⁰ [Figura 152]

Em relação à compartimentação do interior do imóvel, esta era composta por paredes de pau-a-pique, conforme registro fotográfico da época da obra. [Figura 153]. Entretanto, de acordo com Lyra, o interior do imóvel também tinha passado por alterações, demolições e adaptações feitas ao longo dos anos. Para ele, essas alterações impediam que se identificasse com clareza a “compartimentação

²⁰⁷ FORÇA policial para liberar prédio histórico. *Diário do Paraná*. Curitiba, 23 de julho de 1973. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/87670> Acesso em: 04/12/2016.

²⁰⁸ LYRA, Cyro Corrêa; PARCHEN, Rosina Coeli Alice.; LA PASTINA FILHO, José. *Espiraís do tempo: bens tombados do Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. p. 120.

²⁰⁹ IPPUC. *Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba*. Curitiba: IPPUC, 1970. p. 22.

²¹⁰ LYRA, Cyro Corrêa; PARCHEN, Rosina Coeli Alice.; LA PASTINA FILHO, José. *Espiraís do tempo...* op. cit., 2006. p. 120.

original” do edifício. Entre as alterações, identificamos no levantamento arquitetônico que a casa estava internamente conectada à edificação adjacente por causa da demolição da parede de divisa.[Figura 154]

Figura 149: Vista do antigo Armazém do Roque na década de 1970, atual Casa Romário Martins. Fonte: DPHAC /FCC.

Figura 150: Foto tirada do balcão da Casa Hoffmann para o Largo da Ordem durante uma procissão em 1915. Na esquina está a Casa Romário Martins, onde, nessa época, funcionava um armazém de secos e molhados. Nessa época o armazém era do Sr. Guilherme Etzel. Nos anos 1930 passava a ser o armazém do Sr. Roque Piekarz. Fonte: Acervo DPHAC /FCC.

Figura 151: Vista do antigo Armazém do Roque, em 1945. Nota-se que a casa adjacente já havia avançado com a platibanda, em direção ao antigo armazém. Provavelmente, os interiores dos dois imóveis também já estavam integrados. Atual Casa Romário Martins. Fonte: DPHAC / FCC.

Figura 152: Diretrizes para a restauração da “Casa Romário Martins” no PRSHC. Lyra pretendia retomar a linguagem de um dos únicos remanescentes do período colonial em Curitiba. Para isso, propunha recompor o beiral em cimbalha, as aberturas, e os detalhes tradicionais da arquitetura. A proposta também previa a remoção da publicidade e a readequação do telhado da Casa Piekarz, ao fundo. Fonte: IPPUC, 1970.

Figura 153: Foto do interior da Casa Romário Martins durante a obra de restauração na década de 1970. Nota-se, à direita, uma das divisões internas em pau-a-pique. Fonte: DPHAC /FCC.

Figura 154: Cópia do levantamento arquitetônico da Casa Romário Martins, de dezembro de 1970. Nota-se que a integração dos interiores dos imóveis, com a demolição da parede de divisa lateral, e as demais divisões internas existentes na época da obra de restauração. Fonte: IPPUC.

Para os interiores, Lyra propunha a recomposição do perímetro da casa, isolando a Casa Romário Martins da casa adjacente. Além disso, como o uso proposto para o edifício era um espaço cultural, com sala de exposições, notamos que se preferiu “limpar totalmente” o interior do edifício para viabilizar o uso, deixando apenas um núcleo central que seria destinado ao preparo das mostras. [Figura 155]. Na altura do frechal, foi criado um sótão para depósito e reserva técnica. Entendemos que a proposta demonstrava claramente que o uso proposto se sobrepunha à preexistência interior, a qual não era considerada importante. Evidenciava-se, portanto, a intenção da intervenção voltada aos aspectos volumétricos e de reconstituição da fachada do bem.

Apesar de não notarmos na obra influências das discussões internacionais de restauração desse período, é interessante contrapormos com o que Brandi e a Carta de Veneza orientavam em relação à questão do uso nas intervenções. Brandi prescrevia em sua teoria que o restabelecimento da funcionalidade de um bem numa intervenção de restauro deveria representar apenas um lado secundário da ação, mas jamais o primário.²¹¹ A Carta de Veneza no seu artigo 5º prescrevia também que o uso era entendido como algo desejável, mas que não constituía o objetivo principal da intervenção que era salvaguardar os aspectos documentais e formais da obra. Kühl esclarece que nesse artigo recomendava-se que o uso deveria favorecer a preservação do bem, constituindo-se, então, em um meio de preservação e não na finalidade em si da obra.²¹² Logo, recomendava-se que as intervenções respeitassem, sobretudo, os aspectos materiais e formais dos bens, procurando por usos mais compatíveis com a configuração da obra, evitando intervenções mais invasivas e agressivas.

Figura 155: Levantamento atual da Casa Romário Martins, sem as divisórias internas. Fonte: IPPUC, 2003.

²¹¹ BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 26.

²¹² KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 18. n.2. jul-dez. 2010. p. 309.

Quanto ao edifício adjacente, este se tratava de uma singela casa eclética e térrea, do final do século XIX, cuja fachada era composta de duas portas em arco pleno, cimalha e platibanda. Nos anos 1940, esta casa foi incorporada à Casa Romário Martins pela remoção da parede de divisa e pela extensão de sua platibanda. Na restauração, em 1973, Lyra propunha a demolição dessa casa para destacar a casa colonial no conjunto do Largo da Ordem, além de utilizar o espaço liberado como um pátio de apoio ao equipamento cultural. Provavelmente, a sua demolição devia-se ao fato de ser um imóvel eclético, singelo, cuja permanência não era considerada como algo essencial. O importante era reconstituir a feição colonial. [Figura 156]

Figura 156: Perspectiva do projeto de restauração de 1971. Durante a elaboração do projeto propunha-se a demolição da edificação eclética ao lado, de modo a destaca-la no conjunto. Fonte: IPPUC, 1971.

No entanto, no decorrer da obra, Lyra resolveu deixar apenas a fachada frontal sem reboco, sem platibanda e sem interiores. [Figura 157]. Não sabemos ao certo o porquê dessa alteração, mas em entrevista, Lyra soube esclarecer apenas que retirou a platibanda para manter o beiral lateral da Casa Romário Martins, sem precisar cortá-lo ou instalar calha, como era antes.²¹³

Para refletir sobre a intervenção executada por Lyra, consideramos interessante retomar, brevemente, alguns tópicos abordados no capítulo 2 referentes às práticas do IPHAN no campo da restauração, bem como as discussões internacionais de preservação na época da intervenção da Casa Romário Martins.

²¹³ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016. “Eu conduzi essa obra, então o criminoso sou eu mesmo. Eu não sei, eu não me lembro mais porque devem ter decidido não usar como pátio. Para usar como pátio, eu tirei a platibanda, para poder manter o beiral, porque se não teria que cortar o beiral e colocar a calha, como era. E eu quis deixar a casa solta, e aí abaixei [a platibanda]”

Figura 157: Vista da Casa Romário Martins depois da obra de restauração de 1973. Nota-se a demolição parcial da edificação adjacente, restando apenas parede da fachada frontal desfigurada, sem reboco, sem platibanda e sem interiores. Fonte: DPHAC/FCC.

Sabemos que em âmbito nacional, a busca por um estado considerado “puro”, “original”, hipotético e idealizado da obra era algo muito recorrente nas intervenções em bens culturais edificados tombados pelo SPHAN. Em geral, as intervenções evidenciavam um empirismo, nas quais se desconsideravam as diversas estratificações e alterações sofridas pela obra ao longo tempo. Ademais, sabemos também que no contexto nacional valorizava-se e idealizava-se um período específico da história brasileira, que era o período colonial. O que implicava na falta de respeito pelas demais estratificações agregadas às preexistências, especialmente se fossem ecléticas.²¹⁴

Tanto as práticas do SPHAN e, neste caso, as intervenções na Casa Romário Martins, iam na contramão das discussões internacionais sobre as práticas de restauração, cujo discurso era de: enfatizar o valor documental dos monumentos históricos, respeitar as suas várias fases, intervir minimamente e buscar a distinguibilidade das intervenções.²¹⁵

Entre essas discussões, lembramos da *Carta de Restauração de Atenas*, de 1931, que já recomendava o respeito às várias fases pelas quais passou o monumento histórico independente da maior ou menor apreciação do seu valor “artístico”;²¹⁶ e a Carta de Veneza, de 1964, que reiterava a prescrição de que “as contribuições válidas de todas as épocas para a edificação do monumento deviam

²¹⁴ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** Problemas Teóricos de Restauo. Cotia: Ateliê, 2008. pp. 106-109.

²¹⁵ BOITO, Camillo. **Os restauradores:** conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Trad. Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

²¹⁶ Carta de Atenas: Escritório internacional dos museus. Sociedade das Nações, Atenas, outubro 1931. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2004. Não confundir com a Carta de Atenas do CIAM de novembro de 1933. pp. 13-19.

ser respeitadas”, que a unidade de estilo não era uma finalidade a ser alcançada na restauração, e que as substituições de elementos faltantes fossem distintas das partes preexistentes.²¹⁷

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de indagar a Cyro Corrêa Lyra sobre a intervenção executada em 1973 na Casa Romário Martins, e também sobre como ele via as discussões internacionais dessa época, como a Carta de Veneza, que prescrevia a distinguibilidade e o respeito as várias fases nas obras de restauração. Sobre essas questões, Lyra claramente defendeu a sua posição em reconstituir o imóvel em sua feição colonial:

Então eu acho, plenamente, justificável refazer. [...] Era o único exemplo [de arquitetura colonial]. E depois, veja bem, o critério tem que ser, também, estético. Esse negócio de “você está apagando uma fase histórica”, eu não estou apagando a fase histórica, ela está amplamente documentada na fotografia. Se o sujeito resolver refazer a platibanda, refaz. Quer dizer, não é uma coisa assim, um elemento de arte que você quebrou; é uma platibanda de alvenaria, não é de pedra. Sem a platibanda, a casa é outra. Com a platibanda é uma casa medíocre; já com o beiral a casa está com muito mais personalidade; ela nasceu assim. Você não está inventando, porque está documentado. Não é uma coisa que eu acho que era assim, não, era assim. Tem fotos mostrando que a casa era assim. Então é um retorno à imagem a partir de uma documentação, que é iconográfica, e do próprio edifício. Você tinha embaixo da platibanda, a base do beiral, a cimalha estava lá. [...]. Você tem uma cidade que teve um momento no luso brasileiro, praticamente, apagado. Há um momento anterior. Então, [com a recomposição da casa] você teria uma leitura sequencial da arquitetura. Isso pesou muito. Você ter aquela foto, mostrando a casa como ela era; e comparando como ela estava e vendo como é possível recompô-la, é, digamos assim, um dos elementos importantes da intervenção. Porque você está contando a história de Curitiba ali. [...]. A cidade foi feita, inicialmente, por imigrantes brasileiros; vindos de Paranaguá. Aí subiram a serra, Vicentinos, vindos de São Vicente para Paranaguá e depois para Curitiba. Que construíam [a cidade] dessa maneira. O resto que se construiu se perdeu, mas a casa está lá. E [a casa estava] descaracterizadíssima, o açougue acabava com a casa. Você tinha uma abertura larga, e aí você poderia dizer: “não, historicamente eu vou marcar.” Mas vai marcar o que meu amigo? Para preservar o que? Essa coisa horrorosa desse vão? Recompõe a casa. Eu tenho plena segurança disso. Eu faria 10 vezes. Eu cometi muitos erros, mas aí não.²¹⁸

Percebemos, portanto, que na época da obra da casa Romário Martins as práticas que Lyra tinha como referência eram aquelas recorrentes em nível nacional, nas quais o objetivo das intervenções era a valorização do período colonial, a busca por um estado “original” da obra e valorização dos seus aspectos estéticos. No caso da Casa Romário Martins, entretanto, essas reconstituições eram feitas com base em documentos ou em informações da própria obra de arquitetura.

Ademais, Lyra justificava a reconversão por se tratar de um dos últimos exemplares da arquitetura residencial colonial em Curitiba, tal como uma postura simbólica para reafirmar que Curitiba

²¹⁷ Art. 11 e 12 da Carta de Veneza: Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos. ICOMOS – Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios. Veneza, maio de 1964. In: INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**...op. cit., 2004. pp. 93 e 94.

²¹⁸ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

teve um passado colonial, e que as transformações ocorridas no final do século XIX e século XX não apagaram esse exemplar.

Em função dessas posturas, constatamos que as estratificações foram canceladas pelas obras de reconstituição, as quais não evidenciaram a distinguibilidade das intervenções, como recomendava a Carta de Veneza. Deste modo, com o único imóvel do Setor Histórico reconstituído em sua feição colonial, Curitiba podia se alinhar com o discurso nacional vigente que priorizava a arquitetura do período colonial como elemento representante da identidade nacional.

3.4.3.3. *O Palacete Wolf como sede da Fundação Cultural de Curitiba*

A outra construção proposta para a desapropriação foi um palacete residencial do final do século XIX, localizado na Praça Garibaldi, denominado como Palacete Wolf. O intuito era de que o edifício fosse restaurado e passasse a sediar a Fundação Cultural de Curitiba.

Trata-se de edificação construída na década de 1870 pelo imigrante austríaco Joseph Wolf, que era um provável empresário de expressão na cidade, proprietário da primeira cervejaria de Curitiba. Não podemos afirmar que a casa serviu de habitação para a sua família, pois Joseph Wolf possuía outros imóveis no *Centro Antigo* da cidade. Sabemos apenas que o edifício passou pelos mais variados usos, como: loja maçônica, em 1877; quartel-general entre 1889 e 1895; colégio e educandário alemão do Colégio Bom Jesus entre 1897 e 1911; e inclusive sede da Prefeitura e da Câmara que utilizaram o prédio entre 1912 e 1913.²¹⁹

O palacete faz parte de um conjunto de edificações ecléticas construídas no final do século XIX no entorno da Igreja do Rosário, nos quais evidenciam-se traços da imigração europeia em Curitiba. Originalmente, sua fachada era perfeitamente simétrica e o seu eixo era marcado pela entrada principal. Posteriormente, o edifício foi ampliado para a direita, sobre um vão em arco pleno utilizado para o acesso de carruagens. Sua composição é distintamente marcada por faixas verticais entre as janelas e por elementos decorativos típicos do final do século XIX. O palacete possui também traços evidentes da tradição construtiva da imigração alemã, como: a sua cobertura em duas águas cobertas com telhas cerâmicas escamadas, conhecidas no Sul do país como “telhas germânicas”; o uso do tijolo nas alvenarias estruturais; e algumas divisórias internas de enxaimel, sistema construtivo pouco empregado na região de Curitiba.²²⁰

Na década de 1970, o imóvel era ocupado por diversos inquilinos: como uma sapataria no porão, uma livraria, um escritório de engenharia, um ateliê de pintura e duas moradias no térreo. O piso superior constituía-se de um cortiço, no qual 15 famílias ocupavam e dividiam, precariamente, os diversos cômodos. Há registros de que, nessa época, a casa possuía vários sinais de falta de conservação,

²¹⁹ LYRA, Cyro Corrêa; PARCHEN, Rosina Coeli Alice.; LA PASTINA FILHO, José. *Espiraís do tempo*...op. cit., 2006. p. 162.

²²⁰ LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do patrimônio edificado*...op. cit., 2016. pp. 178 e 179.

perceptíveis pelas rachaduras das paredes, pelo apodrecimento do forro e do assoalho, e por infiltrações no telhado.²²¹

Para executar a obra e instalar a sede da FCC, em 1974, o então prefeito Jaime Lerner declarou a utilidade pública do imóvel com fins de desapropriação, conforme o Decreto municipal nº 145/74.²²² No decreto, alegava-se apenas que a desapropriação era necessária para a preservação do Setor Histórico, sem dar maiores detalhes sobre as motivações da escolha do bem. Assim como no caso da Casa Romário Martins, a desapropriação do Palacete Wolf demonstrava o esforço que a Gestão Lerner despendia para revitalizar os bens selecionados para compor a imagem da “Cidade-Modelo”. Mesmo que para isso tivesse que remover os usos preexistentes e as famílias que ali moravam, a fim de enobrecer e revitalizar o Palacete e a região com usos culturais.

A obra de restauração e adaptação do palacete como sede da FCC iniciou-se em fevereiro de 1974, seguindo o projeto de restauração e reciclagem elaborado por Cyro Corrêa Lyra e por seu sócio José La Pastina Filho.²²³ Como proposta de restauração, percebemos que os critérios utilizados no Palacete Wolf eram semelhantes àqueles empregados na Casa Romário Martins. Os objetivos da intervenção eram de reconstituir o exterior da edificação e adaptar o interior do edifício para um uso diverso daquele para o qual foi construído.²²⁴

As intervenções executadas na fachada visavam reconstituir a sua feição do final do século XIX, com base na documentação iconográfica disponível. [Figura 158]. Ao longo do século XX, a edificação passou por algumas intervenções, como a eliminação do beiral para o erguimento de platibanda, a eliminação da bacia da sacada, a alteração de vãos de janelas, e substituição dos portões de serviço lateral e frontal. [Figura 159]. Com base em documentação fotográfica do final do século passado: demoliu-se a platibanda para reconstituir a forma do antigo beiral; refez-se a bacia da sacada; e recompuseram-se os vãos de janelas modificadas. Além disso, buscou-se restabelecer a composição cromática mais primitiva, por meio de prospecção, na coloração amarelo ocre.²²⁵ [Figura 160].

No caso das entradas de serviço, optou-se pela distinguibilidade da intervenção, com o guarnecimento dos vãos em vidro temperado. Esta solução foi adotada pois não havia mais registros dos portões utilizados no final do século XIX e, nem mesmo, as fotografias antigas eram suficientes para fornecer informações precisas do seu aspecto. O mesmo problema ocorria com a sacada, pois não havia

²²¹ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit.,2016. p. 179.

²²² CURITIBA, Câmara Municipal. Decreto Municipal nº 145, de 01 de fevereiro de 1974. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de propriedade de Reinaldo Wolf. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

²²³ **José La Pastina Filho** é arquiteto graduado pela UFPR, e foi aluno de Cyro Corrêa Lyra. Associou-se com Lyra e compuseram o primeiro escritório de arquitetura voltado a projetos e obras de restauração no Paraná, a Aresta. Em 1974, La Pastina vai para São Paulo para frequentar o primeiro *Curso de especialização em Restauração e Conservação de Monumentos Arquitetônicos*, de 1974, organizado pela FAUUSP e pelo Condephaat, em colaboração com o IPHAN e a UNESCO. Em 1978 ele passa no concurso do IPHAN e assume a vaga de arquiteto da Superintendência do Iphan em São Paulo para cuidar dos bens tombados no estado do Paraná. Em 1984 ele retorna ao Paraná e forma o escritório técnico do Iphan no estado, vinculado à São Paulo. Em 1991 é criada a 10ª Coordenação Regional do Iphan no Paraná. Em 1993, La Pastina assume o cargo de superintendente. Permanece no cargo até setembro de 2016, quando se aposentou.

²²⁴ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit.,2016. p. 179

²²⁵ Ibid. p. 180.

registros suficientes para conhecer a solução técnica adotada no século XIX. Nesse caso, reconstituiu-se formalmente em concreto aparente.²²⁶

Figura 158: Vista do Palacete Wolf em 1897 quando era Colégio Internacional. Fonte: IPHAN/PR.

Figura 159: Vista do Palacete Wolf antes da restauração. Nessa época havia ainda a platibanda e a porta de acesso à livraria. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

²²⁶ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado...** op. cit., 2016. p. 179.

Figura 160: Vista do Palacete Wolf após a restauração, na década de 1970. Foram removidas as platibandas, recompostos os beirais e uma janela. Na entrada lateral foi colocada uma porta de vidro temperado, por não se ter registros precisos da porta anterior. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

No interior do edifício, o critério adotado foi a preservação da disposição interna dos espaços, em sua repartição mais antiga, e a remoção das divisórias acrescidas posteriormente pelas famílias que ali moravam. Para adaptar o edifício às necessidades de ordem funcionais da FCC, novas inserções foram executadas como copa, sanitários nos antigos “puxados” acrescidos no final do século XIX. Em geral, para as novas inserções, instalações e acabamentos, optou-se por distinguir as intervenções com materiais e desenhos mais modernos, porém sóbrios em relação à arquitetura preexistente.²²⁷ [Figura 161 e Figura 162]

A partir do ano seguinte, em 1975, o prédio passou a abrigar a sede da FCC que permaneceu no local até 2006, quando se transferiu para o Moinho no Bairro Rebouças, onde está até o momento. A postura da gestão municipal em manter a FCC no Setor Histórico, por décadas, ilustrava os anseios que os urbanistas do IPPUC tinham em transformar e consolidar o setor como um polo turístico-cultural e de lazer, de referência, removendo aqueles usos que achavam menos nobres.

Em 2016, durante as campanhas eleitorais, o atual prefeito Rafael Greca cogitava a volta da sede da FCC para o Palacete Wolf no SH. Acreditamos que, em algum momento, seja possível a sua volta para a primeira sede, pois percebemos que é uma prática frequente da FCC e dos seus órgãos subordinados o deslocamento de suas sedes entre as edificações que foram sendo desapropriadas para sediar usos culturais desde a década de 1970.²²⁸

²²⁷ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit., 2016. p. 179.

²²⁸ A Casa da Memória, por exemplo, criada em 1980, teve pelo menos 5 sedes diversas no SH, em 20 anos.

Figura 161: Planta do Pavimento Térreo do Palacete Wolf. Propunha-se a remoção de acréscimos mais recentes como: divisórias de madeira, pisos cimentados, instalações sanitárias, etc. Fonte: IPPUC, 1974.

Figura 162: Planta do 2º Pavimento do Palacete Wolf. Propunha-se a remoção de acréscimos mais recentes como: divisórias de madeira, pisos cimentados, instalações sanitárias, etc. Fonte: IPPUC, 1974.

3.4.4. O Paço da Liberdade e o Estado do Paraná na revitalização do Setor Histórico.

Um outro agente que participou do processo de revitalização do Setor Histórico foi o Estado do Paraná. Além dos tombamentos estaduais, o Estado, por meio da DPHA, participou ativamente do processo com a execução da obra de restauração do Paço da Liberdade, entre 1972 e 1973, e a

instalação do Museu Paranaense no edifício, em 1974.²²⁹ Essa intervenção contribuiu significativamente para consolidar o polo turístico-cultural e de lazer idealizado pelos urbanistas do IPPUC.

O Paço da Liberdade foi construído entre 1914 e 1916, segundo projeto do então prefeito, o engenheiro Cândido de Abreu, para sediar a Prefeitura de Curitiba. O edifício se destaca pela sua implantação na Praça Generoso Marques e pela beleza de sua arquitetura eclética com elementos de inspiração *art nouveau*. No Paço, destacam-se ainda o esmero dos detalhes de marcenaria e serralheria das esquadrias, e a qualidade construtiva dos trabalhos de cantaria, marcenaria, estuque e pintura. Por meio século, o edifício serviu de sede do Poder Executivo Municipal. Ao longo desse período, seu exterior sofreu algumas descaracterizações, como a modificação da cobertura com alteração de sua forma e substituição do tipo de telha. No seu interior, porém, as alterações restringiram-se apenas a poucas substituições de piso e forro.²³⁰

Em 1969, a Prefeitura foi transferida para uma nova sede no Centro Cívico e o Paço permaneceu sem uso por cerca de três anos. Nesta época, o governo estadual precisava transferir o Museu Paranaense que estava sediado em um imóvel particular localizado na Rua Treze de Maio. A solução encontrada foi o Paço da Liberdade: um imóvel público, desocupado e com maior área disponível para desenvolver o programa do museu.

Como o edifício estava em péssimo estado de conservação, o governo estadual contratou Cyro Corrêa Lyra²³¹ para a elaboração de um plano para a sua restauração. Em 1971, o governo estadual iniciou as obras sob responsabilidade da empresa Irmãos Meneghelli. Todavia, as obras apresentaram deficiências e logo foram interrompidas, conforme esclarece Lyra em entrevista ao jornal Diário do Paraná:

Em 71 fui convidado para ocupar a chefia do Patrimônio Estadual, cargo que assumi a partir de julho de 71. Em 69 me fora solicitado um projeto para o antigo Paço Municipal a fim de receber as futuras instalações do Museu Paranaense, que por sinal foi aprovado pela Fundepar. Houve uma mudança de Governo, e antes que eu assumisse a direção das obras – com a pressa – começou-se a executar reparos sem obedecerem a um plano, e, portanto, com uma série de deficiências. Embora o plano tenha sido elaborado em 69, somente em 71 é que fui contratado pela Fundepar para executá-lo. Parto do princípio que é preferível que se leve um pouco mais de tempo para que se entregue o Museu, mas que as obras sejam feitas dentro da máxima seriedade possível, porque afinal de contas será o cartão de visita da cultura paranaense.²³²[grifo nosso]

Tendo assumido o cargo de diretor do Patrimônio Histórico e Artístico estadual, Lyra formou uma equipe para a elaboração do projeto de restauração e reciclagem do Paço da Liberdade. Como Lyra

²²⁹ As despesas com a restauração e adaptação do prédio para a instalação e funcionamento do Museu Paranaense foram de responsabilidade do Governo Estadual, conforme Convênio celebrado entre Estado e Município, em 14 de novembro de 1969, assinado pelo então Governador Paulo Pimentel (PTN) e pelo prefeito Omar Sabbag (que era indicado por Pimentel).

²³⁰ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit., 2016. p. 165.

²³¹ Cyro Corrêa Lyra já havia prestado diversos serviços ao Estado do Paraná, conforme mencionamos no capítulo 2: restauração das igrejas da Ordem de São Francisco e de São Benedito, em Paranaguá, e o Plano Diretor de Paranaguá.

²³² Entrevista de Cyro Corrêa Lyra ao jornal Diário do Paraná. In: ARAÚJO, Adalice. Patrimônio histórico, um compromisso com o passado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de junho de 1972.

não podia desenvolver o projeto por conta do seu cargo público, ele indicou ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional o arquiteto Abrão Assad²³³ para contratação e desenvolvimento do projeto.²³⁴ Durante a elaboração do projeto, contou-se com a assessoria de profissionais do Estado do Paraná e, inclusive, do SPHAN:²³⁵

Eu, então, organizei um grupo de trabalho, que eu coordenava o projeto, como diretor do patrimônio estadual. Chamei Newton Carneiro²³⁶, como historiador, consultor. Ninguém ganhava nada, só Abrão [Assad], porque ele desenvolveu o projeto. E Newton Carneiro como consultor para a parte histórica, Oldemar Blasi [na época, diretor do Museu Paranaense] para a parte arqueológica e convidamos a Lygia Martins Costa, como museóloga, do Rio de Janeiro, do IPHAN, para assessorar o projeto museológico. Então, nós desenvolvemos nosso projeto.²³⁷ [grifo nosso]

As obras foram retomadas apenas em 1972, seguindo o projeto elaborado pela equipe coordenada por Lyra.

Um dos principais problemas da obra de restauração foi a cobertura do edifício, que tinha sido alterada e substituída por fibrocimento ondulado, resultante “*de uma reforma grosseira que aviltou a arquitetura do antigo Paço transformando seu telhado em uma grosseira cobertura de depósito*”[sic], segundo Lyra.²³⁸ [Figura 163]. De acordo com os registros iconográficos do início do século XX, o telhado possuía um perfil curvo com telhas quadradas de fibrocimento, importadas da Bélgica, que envolviam todo o edifício, ocultando um terraço e servindo de parapeito para ele. [Figura 164]. Na parte frontal do edifício havia, originalmente, uma claraboia que iluminava toda a escadaria interna.

Na obra de restauração, recompôs-se plasticamente a forma primitiva da cobertura em perfil curvo, com base em documentações iconográficas, reintroduzindo as telhas quadradas de fibrocimento. Certos detalhes como as lucarnas e os arremates da cumeeira não foram reconstituídos, pois, segundo o arquiteto, não havia referências precisas para sua reprodução. Ao invés de reconstituir toda cobertura, optou-se por permitir a utilização do piso do nível da cobertura para áreas de trabalho do museu, sendo iluminada por uma cobertura zenital com claraboias de acrílico, não visível do nível rua. [Figura 165 e Figura 166]. Nos demais pavimentos foi feita a restauração da pintura dos tetos e do estuque. Nas fachadas, executou-se a limpeza das paredes, sem pintura, conservando-se apenas sua

²³³ Assad tinha seu próprio escritório, mas frequentemente era contratado pelo IPPUC para a elaboração e detalhamento de projetos.

²³⁴ Conforme Ofício da DPHA, PHA/32-72, de Cyro Corrêa Lyra ao então superintendente da FUNDEPAR Dr. Paulo Bittencourt Beltrão, em 19 de junho de 1972.

²³⁵ Cyro Corrêa Lyra solicitou ao então presidente do SPHAN, Renato Soeiro, a assessoria de Lygia Martins Costa para a elaboração do projeto museográfico, conforme Ofício da DPHA, PHA/97-71, em 14 de julho de 1971. Um dos prováveis motivos para a assessoria de Martins deve-se ao fato de que o acervo do Museu da Paranaense é tombado em nível federal desde 1941, e também pela escassez de profissionais museólogos no Estado do Paraná, até então.

²³⁶ **Newton Carneiro** (1914-1987), curitibano e irmão do historiador David Carneiro. Advogado, industrial e político. Foi deputado federal nas décadas de 1950 e 1960. Foi diretor da Faculdade de Florestas da UFPR, em 1968, presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, em 1969, e presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. Foi idealizador do Centro de Pesquisas Florestais, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Academia Paranaense de Letras. Foi também presidente da Associação de Cultura Franco-Brasileira de Curitiba.

²³⁷ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

²³⁸ LYRA, Cyro Corrêa. **Restauração do Antigo Paço Municipal de Curitiba para instalação do Museu Paranaense**: Memorial. Curitiba, 1972.

tonalidade cinza. Além disso, foram restauradas e substituídas peças de assoalhos, recuperadas as esquadrias, e ainda as instalações elétricas e as sanitárias.²³⁹

Em 16 de janeiro de 1974, o Museu Paranaense inaugurou sua nova sede no Paço da Liberdade, como a principal referência e espaço cultural do Setor Histórico de Curitiba e da cultura paranaense. Entretanto, ao longo dos anos, constatou-se que o Paço não atendia satisfatoriamente às crescentes necessidades físicas e funcionais do Museu. Este fato levou o governo estadual a transferir o Museu para outro imóvel de sua propriedade: o Palácio São Francisco no Setor Histórico, em dezembro de 2002.²⁴⁰

Figura 163: Paço da Liberdade antes da restauração. Nota-se a utilização de telhas de fibrocimento e a alteração da forma da cobertura em relação aos registros iconográficos do início do século XX. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

Figura 164: Vista do Paço da Liberdade no início do século XX. Nota-se que o telhado apresentava um perfil curvo, com telha quadradas, lucarnas e arremate sobre a cumeeira. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

²³⁹ LYRA, Cyro Corrêa. **Restauração do Antigo Paço Municipal de Curitiba para instalação do Museu Paranaense:** Memorial. Curitiba, 1972.

²⁴⁰ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado...**op. cit.,2016. p. 165

Figura 165: Vista do Paço da Liberdade após a restauração. Nota-se no alto que as lucarnas não foram recompostas. Segundo Lyra, essas não resolveriam os problemas de ventilação e iluminação dos gabinetes de trabalho do último piso. Ademais, como não havia referências precisas, Lyra optou por não refazer as lucarnas. No entorno, nota-se a intervenção de Abrão Assad para a ocupação da Praça Generoso Marques com quiosques. Atualmente esses quiosques não existem mais. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

Figura 166: Detalhe da cobertura recomposta após a restauração. Fonte: Acervo IPHAN/PR.

3.4.4.1. O Museu e o Paço em conflito

Assim como ocorre em diversas edificações históricas que abrigam museus, uma das questões mais conflitantes da adaptação do Paço da Liberdade em museu foi a subordinação da preexistência ao uso proposto. No caso do Paço, o conflito estava na instalação das salas expositivas do Museu Paranaense, com todo seu acervo histórico e arqueológico, em um edifício cujos interiores são caracterizados pela profusão de detalhes artísticos e artesanais, como a pintura e a talha das esquadrias. Para a exposição do acervo, no projeto museográfico, optou-se pela anulação e ocultação dos interiores, cobrindo-se inteiramente as paredes e esquadrias com cortinas fixas, a fim de obter um espaço mais apropriado para a visualização das peças. Essa constatação é, inclusive, apontada por Lyra no seu depoimento:

Mas aí o prédio mostrou, nesse momento, uma impropriedade para ser museu. Porque para ela [Lygia] fazer um circuito histórico em um prédio cheio de janelas, ela disse que teria que fechar todas. Aí foi coberto com tecido, internamente. [...]. Eu estou mostrando, por exemplo, a fase Colonial, eu estou mostrando uma imagem

mais antiga de Curitiba de Nossa Senhora da Luz, mostrando uma maquete da cidade antiga, objetos; não pode ter uma janela ali na frente. Eu tenho que ter uma parede neutra, tanto que os museus projetados são caixas fechadas. [...]. Ainda mais em uma arquitetura eclética, cheia de ornamentos. É uma arquitetura que se exhibe, “estou aqui, olhem para mim.” Não pode, você não quer olhar para ela, você quer olhar para a exposição. Então, aquele andar, todo circuito, foi tudo anulado, por tecido, com a solução dada pela Lygia, que revestiu todas as paredes de tecido, de modo a poder colocar vitrines e coisas assim. As pessoas, então, não olham para a parede, olham para os objetos.²⁴¹ [grifo nosso]

Ao longo dos anos, o acervo do museu passou a expandir progressivamente e, desde então, iniciou-se um outro conflito entre o uso e a preexistência. Depois de esgotada a capacidade das salas expositivas, o Museu passou a construir mezaninos em estrutura metálica em um dos salões do térreo para armazenar o acervo arqueológico que havia aumentado consideravelmente. Entretanto, como o acervo do museu continuava a aumentar, a diretoria do museu chegou à conclusão de que não havia mais condições do Museu Paranaense permanecer no Paço. Uma das soluções poderia ser a construção de um anexo ou subterrâneo, porém, as condições do edifício, implantado no meio da Praça Generoso Marques, sem área de terreno livre, impossibilitava qualquer expansão. Percebia-se, portanto, que o uso proposto na década de 1970 não condizia com as características do monumento histórico.²⁴² Nesse sentido o próprio Lyra, em 2016, declarou que:

Poder-se-ia chegar a essa conclusão 30 anos antes, quando se verificou que, para expor melhor o acervo, a solução museográfica era encobrir as janelas, ou seja, para atender à nova função era necessário criar uma nova arquitetura de interior e “calar” a existente. A experiência do Paço da Liberdade demonstrou o quanto de ilusório há na solução – tão disseminada – de destinar os monumentos arquitetônicos ociosos a museus, sem considerar os limites da vocação desses edifícios, impostos pelo caráter de sua arquitetura e marcados pela função original que motivou sua construção.²⁴³ [grifo nosso]

Com a saída do Museu Paranaense, em 2002, o prédio voltou à administração municipal. Na época, cogitou-se instalar nele uma sede especial do Poder Executivo Municipal, como um Salão de Atos, na tentativa de se aproximar da função original do edifício. Entretanto, devido a mudanças na gestão do município, o Serviço Social do Comércio (Sesc) assinou um convênio com a Prefeitura assumindo a nova obra de restauração do monumento para nele instalar o Centro Cultural do Sesc, que foi inaugurado em 2009.²⁴⁴

3.4.5. Igreja da Ordem e a inserção da comunidade.

A obra de restauração da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas foi executada entre 1978 e 1979 e insere-se nas diretrizes de revitalização do Setor Histórico em função da instalação

²⁴¹ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

²⁴² LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit., 2016. pp. 167 e 168.

²⁴³ Ibid. pp. 168 e 169.

²⁴⁴ Ibidem. pp. 165 e 166.

do Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba, em 1981. Entre as intervenções que abordamos, consideramos esta obra uma das intervenções mais interessantes do período estudado, especialmente pela inserção de um novo agente no processo de revitalização do Setor Histórico: representantes da comunidade paroquial como principais agentes financiadores da intervenção.

A igreja foi construída em 1737 e é atualmente o único templo remanescente do período colonial em Curitiba. No século XIX, entre 1878 e 1880, a igreja passou por reformas que lhe conferiram sua atual linguagem neogótica. A reforma da Igreja da Ordem, de autoria do arquiteto francês Alphonse Conde des Plas, refletia o estilo arquitetônico dominante da época, o neogótico, sobretudo no que se refere à produção arquitetônica religiosa daquele período. No caso da Igreja da Ordem, a reforma refletia também a mudança cultural da sociedade curitibana pela presença significativa de imigrantes europeus. A influência desse novo componente étnico se fez sentir especialmente na mão de obra adotada na reforma da igreja, cujos construtores eram de origem alemã. Na reforma do século XIX foram: alteados o telhado e as paredes existentes; eliminados os beirais; introduzidas calhas e platibandas; abertos vãos em forma ogival; substituídas telhas de capa e canal por telhas germânicas; e executados tetos em estuque imitando abóbodas nervuradas.²⁴⁵ [Figura 167]

Na década de 1960 a igreja passou por uma nova intervenção com a edificação de uma residência para os padres sobre a sacristia. A partir de então, o edifício passou a apresentar uma série de problemas estruturais que quase foram responsáveis pelo seu colapso parcial, conforme relatam notícias da época.²⁴⁶ O então reitor da igreja, Padre Julio Pareda, pediu auxílio à DPHA, que executou um cintamento em concreto ao redor da capela-mor.²⁴⁷

Em virtude disso, durante a primeira gestão de Jaime Lerner, em 1974, os arquitetos Cyro Corrêa Lyra e José La Pastina Filho foram contratados pelo município para a elaboração de um projeto de restauração da Igreja. O projeto contratado previa também a instalação de uso-cultural nas dependências da Igreja. Propunha-se a adaptação da sacristia para sediar o Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba. Tratava-se de uma ideia já indicada no Plano de Revitalização do Setor Histórico, cujo acervo vinha sendo reunido pelos arcebispos Dom Manuel Silveira D’Elboux e Dom Pedro Fedalto.

Verificamos no projeto de restauração que, inicialmente, cogitava-se um possível retorno à feição colonial do edifício. Para isso, previa-se executar uma investigação por meio da remoção de trechos de revestimentos, ressaltos e ornamentos. Essa investigação se devia ao fato de que havia raros elementos documentais e iconográficos que revelavam o estado anterior à reforma do final do século

²⁴⁵ LYRA, Cyro Corrêa; PARCHEN, Rosina Coeli Alice.; LA PASTINA FILHO, José. *Espiraís do tempo*...op. cit., 2006. pp. 140-143.

²⁴⁶ FESTA da Ordem com bastante animação. *Gazeta do Povo*. Curitiba, 08 de outubro de 1978: “A Igreja da Ordem considerada uma construção histórica – uma das mais antigas de Curitiba ao lado da Casa Romário Martins, estava apresentando problemas de estrutura desde que a residência dos padres foi construída apoiando-se em um dos seus muros”; RESTAURADA a Igreja da velha Curitiba. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1979. “A igreja estava prestes a ruir. Foi fechada em 1974, quando um pedaço do teto desabou na cabeça de uma devota e por pouco não provocou sua morte.”

²⁴⁷ MACEDO. Rafael Greca de. Restaure-se a Ordem! *Correio de Notícias*. Curitiba 04 de agosto de 1978. “No primeiro semestre quase que essa igreja vem abaixo. Padre Julio Pareda, o reitor, pediu socorro ao Patrimônio Histórico e Artístico – a Igreja é tombada pelo Governo do Estado. Fez-se um cintamento de concreto em torno da capela-mor. Os prédios vizinhos – inclusive a residência dos padres, a cavaleiro da nave lateral – exercem pressões sobre tais muros à antiga.”

XIX. De documento iconográfico havia apenas uma gravura de Debret, de 1827, que mostra apenas a fachada principal de perfil, composta por frontão não retilíneo e por 3 janelas de coro sobre a porta principal. [Figura 168]. O outro documento era o relato do deputado Antonio Ricardo Lustoza D’Andrade à Assembleia Provincial sobre a reforma da Igreja da Ordem, em 1880: “*augmentei vinte palmos à capella-mor; entre portas e janelas interiores, mandei abrir 26 claros para dar luz ao edificio. A frente, os tectos, forros, assoalhos, presbytério, vigamentos, ripagem e telhas, tudo foi novamente feito*”. Caso a investigação não revelasse informações precisas para a reconstituição do aspecto colonial, a solução prevista no projeto era de recompor os elementos removidos e consolidar a feição neogótica.²⁴⁸

Figura 167: Foto da Igreja da Ordem em 1905. No final do século XIX foi remodelada em estilo neogótico. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

Figura 168: Recorte da aquarela “Coritiba” atribuída à Jean Baptiste Debret, em 1827. À esquerda observamos de perfil o que teria sido a Igreja da Ordem antes da obra de 1878-1880. Provavelmente era uma igreja composta por frontão não retilíneo e por 3 janelas de coro sobre a porta principal. Este é o único registro iconográfico da igreja antes da obra de 1878-1880. Fonte: Casa da Memória/DPC/FCC.

Um aspecto interessante que chamamos atenção é que Lyra e La Pastina conheciam já a Carta de Veneza quando elaboraram essa proposta de investigação para reconstituir o aspecto colonial. No próprio memorial descritivo do projeto consta que eles tentavam embasar a proposta em um trecho da Carta de Veneza:

²⁴⁸ LYRA, Cyro Corrêa. *Restauração Parcial da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas*: Memorial. Curitiba, 1974.

A restauração é uma operação de caráter excepcional, pretende conservar e revelar os valores estéticos e históricos do monumento. A conservação apoia-se sobre o respeito à substância antiga ou sobre documentos autênticos e detém-se onde começa a hipótese. [grifo nosso]²⁴⁹

A partir desse trecho, desenvolviam todo raciocínio para justificar que era necessário revelar os valores estéticos e históricos – a feição colonial – e proceder a investigação a partir de documentos autênticos – a gravura de Debret e o relato de Lustoza D’Andrade – e da substância antiga, o próprio edifício.²⁵⁰ Entretanto, no projeto notamos que se desconsiderava que a Carta de Veneza reiterava uma visão de restauro enunciada já a partir do final do século XIX com Camillo Boito, na qual não se retorna a um estado anterior, mas se respeita as fases precedentes e as marcas da passagem do tempo sobre a obra, com intervenções que busquem uma conformação renovada.²⁵¹ Desse modo, percebemos que no projeto fazia-se uma interpretação parcial do documento, desconsiderando as demais prescrições da Carta e a própria intervenção neogótica para justificar o estudo de reconstituição do edifício em sua forma primitiva.

No contexto brasileiro, Kühl nos revela que a Carta de Veneza é citada frequentemente, mas não analisada na mesma medida. A Carta de Veneza fazia parte da bibliografia utilizada no primeiro curso de especialização em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Arquitetônicos promovido pela FAUUSP e pelo CONDEPHAAT, em colaboração com o IPHAN e a UNESCO, em 1974, do qual La Pastina frequentou. No curso, o documento era indicado na bibliografia de Hugues de Varine²⁵² e era examinado extensivamente por Augusto Silva Telles. Entretanto, o arquiteto e professor do curso, Fernando Machado Leal, que dizia seguir as prescrições das Cartas de Atenas (1931) e de Veneza (1964), definia a restauração como o retorno à sua feição primitiva, contradizendo as recomendações de ambos os documentos. Isso revelava uma dificuldade de leitura e análise da Carta de Veneza, que ainda hoje persiste no Brasil.²⁵³

Todavia, em 1978, a investigação sobre o estado primitivo da igreja foi executada apenas parcialmente. Na capela-mor, as prospecções revelaram três seteiras do século XVIII, das quais uma estava íntegra e as outras duas alteradas em função da abertura das janelas ogivais. Sob o pórtico neogótico da entrada, permaneciam ainda as ombreiras de pedra que primitivamente guarneceram a portada principal. E o retábulo do altar-mor, apesar da retirada de nichos e das sucessivas repinturas, permanecia em sua essência íntegra.²⁵⁴

Diferentemente das diretrizes iniciais de restauração, Lyra e La Pastina optaram por um novo caminho, o de que a intervenção devia mostrar claramente os dois momentos históricos da igreja: o

²⁴⁹ Trecho da Carta de Veneza citado por Lyra In: LYRA, Cyro Corrêa. **Restauração Parcial da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas**: Memorial. Curitiba, 1974. p. 07.

²⁵⁰ Ibid.

²⁵¹ KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 18. n.2. jul-dez. 2010. p. 293.

²⁵² Hugues de Varine era diretor do Conselho Internacional de Museus entre 1964 e 1974, na época que lecionou no curso de especialização na FAUUSP.

²⁵³ KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. In: **Anais do Museu Paulista**...op. cit. 2010. pp. 297 e 298.

²⁵⁴ LYRA, Cyro Corrêa; PARCHEN, Rosina Coeli Alice.; LA PASTINA FILHO, José. **Espiraís do tempo**...op. cit., 2006. p. 143.

DRUM, ELIZABETH; SCHMIDT, NANCY; LEVINSKY, PAUL; POLANSKY, DEBRA; LINDY, ANTHONY; BARNETT, ALEXANDRA; DE, PATRICK; BARNETT, LITIA; 3 JUL

05 cortes transversales

Figura 172: Foto da Capela-Mor nos anos 1940, com o forro em estuque em abóbodas nervuradas. Fonte: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980.

Figura 173: Foto da Capela-Mor depois da restauração, com a execução de forro rebaixado acompanhando o retábulo principal. O retábulo também passou por intervenções que removeram as camadas pictóricas sobrepostas. Fonte: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS, 1980.

Na pesquisa elaborada, percebemos que as razões para mudanças dos critérios de intervenção não foram claramente documentadas. Sobre essa questão, questionamos os autores do projeto durante a elaboração da pesquisa, porém os mesmos não se recordam ao certo como essa alteração ocorreu.

Sobre essa questão, fizemos algumas pesquisas nos arquivos da CPC/SEEC (antiga DPHA), pois o edifício é tombado pelo Estado do Paraná desde 1966. Na época do projeto e da obra, Lyra não era mais o diretor da DPHA. O diretor era o arquiteto Sérgio Todeschini. Nos arquivos da instituição, porém, não localizamos nenhum dado documentado sobre a análise e aprovação do projeto de Lyra por Todeschini. Localizamos apenas uma cópia do projeto de 1974 e recortes de jornais da época. A partir da leitura desses recortes é que identificamos alguns fatores que nos dão indícios sobre o que pode ter motivado a mudança de projeto.

O primeiro fator identificado foi a falta de recursos. Em 1978, o jornal *Correio de Notícias do Paraná* revelava que a obra seguia o projeto de Cyro Corrêa Lyra elaborado em 1974, porém a intervenção visava apenas o seu restauro parcial. Isso porque o exterior do edifício não seria executado em virtude da falta de recursos: *“Segundo o arquiteto responsável explica, o restauro na parte exterior não será realizado porque para isso era necessário, primeiramente, fazer uma prospecção das paredes*

que não será possível por falta de condições financeiras.”²⁵⁶[grifo nosso] É curioso esse argumento, pois como vimos no início do capítulo, a questão de recursos não era de fato um problema para Curitiba.

O segundo fator foi a comunidade paroquial que se demonstrou ativa no processo de restauração, auxiliando na obtenção da maior parte dos recursos e – provavelmente por isso – participando das decisões. O Jornal do Brasil nos relata sobre um “referendum” feito com a comunidade local sobre as decisões de projeto, onde se cogitavam duas intervenções: uma mais voltada à conservação e manutenção do edifício – defendida por representantes da comunidade; e outra de restauração – nesse momento parcial – defendida pela equipe de Cyro Corrêa Lyra, a qual prevaleceu:

Tanto participou a comunidade, que no momento mais importante do trabalho, a equipe de arquitetos, restauradores, historiadores e operários, responsável pela restauração, convocou a população, através da imprensa, para um referendum, o que afinal traçou o caminho para a continuidade das obras. Havia um impasse: um grupo de pessoas liderado por uma conhecida senhora da sociedade curitibana, Rosi Pinheiro Lima, defendia apenas uma reforma, com a correção dos principais problemas de substituição de estacas, goteiras e pinturas, método mais rápido e mais barato.

Já a equipe do arquiteto Cyro Correa Lyra, autor do projeto de restauração, defendia a recuperação de duas fases distintas, claramente detectadas no edifício: a primeira, barroca, de 1737, com influências luso-brasileiras no altar feito de cedro talhado na nave e capela-mor. A segunda, neogótica, resultado de uma reforma realizada há 100 anos e testemunho da chegada de imigrantes alemães, que adaptaram a igreja às características de sua região de origem.

“A opção tinha que ser feita de qualquer maneira e nós colocamos o problema numa demorada assembleia, de maneira que a comunidade conseguisse entender a importância de se restaurar a igreja, que significa um símbolo de duas épocas, dois estilos e precisava ser conservada”, explicou o arquiteto Cyro Correa. Não houve dúvida e a votação foi unânime pela restauração completa da igreja, conforme estava previsto no projeto inicial. [na realidade foi parcial pois não incluiu os exteriores] ²⁵⁷

A partir desses fatores, colocamos duas perguntas sobre a mudança do projeto pelos seus autores. Seria apenas a falta de recursos e a menor participação do poder público como agente financiador o motivo para a preservação do exterior do edifício em sua feição neogótica? Seria a população que se posicionou contra, pois afinal de contas ela seria a maior financiadora da obra? Não conseguimos dados precisos para responder a essas perguntas, mas temos a certeza que graças aos recursos da comunidade a “restauração parcial” foi executada, poupando-se a maior parte das intervenções do final do século XIX.

Em relação à mobilização da comunidade para angariar recursos para restauração, identificamos que isso se deveu à falta de recursos dos órgãos públicos para a execução da obra. Em 1978, alguns membros da comunidade se mobilizaram para arrecadar fundos para a restauração. Entre eles estava o então estudante de engenharia Rafael Greca de Macedo – atual prefeito –, como um dos responsáveis pela idealização e organização da primeira Festa de São Francisco da Ordem.²⁵⁸ A festa

²⁵⁶ ENFIM, Ordem é restaurada. **Correio de Notícias**. Curitiba, 15 de setembro de 1978.

²⁵⁷ RESTAURADA a Igreja da velha Curitiba. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1979.

²⁵⁸ SILVA. Diana de Lima e. Festas populares para possibilitar a restauração da Igreja da Ordem. **Folha de Londrina**. Londrina, 07 de outubro de 1978.

mobilizou a comunidade local em prol da restauração do seu templo, e em apenas três mês já tinha recursos para a execução da obra: [Figura 174].

E, 1978, a comunidade assumiu a viabilidade desta restauração, com a I Festa de São Francisco da Ordem. Da Comissão desta festa participaram Rosi de Machado Pinheiro Lima, Anita Santos, Maria Cecília de Leão Rosemann, Regina Emília, Francisca Greca, Margarita Sansone, Fani Lerner, e [Rafael Greca]. A festa realizou-se a 5 e 6 de outubro, com aproximadamente 15 barracas e muita animação de folclores e bandas. Até a comunidade israelita somou com a ideia da restauração, com a barraca na praça. Da renda auferida fizeram-se os trabalhos de recomposição da Igreja.²⁵⁹

Um projeto preparado pelo escritório do arquiteto Cyro Correa Lyra estava arquivado há alguns anos. O movimento para restauração da Ordem começou e em poucos dias tomou corpo, envolvendo figuras da sociedade curitibana. A ideia da festa está sendo colocada em prática, tendo já arrecadado cerca de Cr\$ 100 mil cruzeiros no mínimo, com o barreado oferecido num dos bares naquela praça durante a semana, que rendeu Cr\$ 30 mil cruzeiros; a barraca que foi leiloada ontem, rendendo mais Cr\$ 20 mil e a participação de dezenas de artistas plásticos, além de doações espontâneas de pessoas da cidade, das mais diferentes classes sociais, chegando até aos presídios e a participação de pequenos jornalheiros.²⁶⁰

Conseguiram quase Cr\$ 1 milhão em apenas três meses e agora, no próximo sábado a Igreja será novamente entregue a população de Curitiba.²⁶¹

Figura 174: Anúncio da primeira Festa da Ordem em benefício à obra de restauração, de 1978. Fonte: Gazeta do Povo, 1978.

A obra foi executada e em 1981 inaugurava-se o Museu de Arte Sacra da Arquidiocese de Curitiba, no anexo da igreja. No caso da viabilização do Museu, ela foi possível graças a convênio firmado entre a Arquidiocese, a Fundação Cultural de Curitiba e a Fundação Roberto Marinho. O museu contou

²⁵⁹ Relato de Rafael Greca de Macedo In: BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Igreja da Ordem Restauo e História. Ano VII, nº 44, outubro de 1980. p. 17.

²⁶⁰ FESTA da Ordem com bastante animação. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de outubro de 1978.

²⁶¹ RESTAURADA a Igreja da velha Curitiba. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1979.

com o acervo reunido pela Arquidiocese. A peça de maior destaque foi o retábulo lateral da antiga igreja matriz de Curitiba, que foi restaurado com apoio da Fundação Cultural de Curitiba.²⁶² O acervo do museu sintetiza as quatro igrejas do Setor Histórico: a Ordem, a Catedral, a Igreja do Rosário e a Igreja de São Francisco de Paula, atualmente ruínas de São Francisco. Desde então, o espaço constitui-se mais uma atração cultural no Largo da Ordem, gerida pela FCC, viabilizada pela obra de restauração financiada pela comunidade, e por acordos laterais com a FCC e a Fundação Roberto Marinho que viabilizaram a instalação do museu.

3.4.6. O problema dos usos no Setor Histórico.

Na década de 1970, as políticas patrimoniais incidentes sobre o Setor Histórico de Curitiba foram baseadas sobretudo em intervenções e ações de renovação do uso do solo. Vimos nos casos abordados, no Plano Diretor e no Plano de Revitalização do Setor Histórico, que os urbanistas propunham estimular a revitalização do conjunto urbano pela introdução de usos turístico-culturais e de lazer, em detrimento da permanência dos usos mais populares preexistentes. Tal diretriz subordinou a preservação do Setor Histórico à proposta de revitalização que visava o reordenamento do uso do solo, assim como ambicionavam os planejadores.²⁶³

Seguiu-se, então, um trabalho de implantação de ações estratégicas e de divulgação do plano de revitalização com o intuito de atrair para a área determinadas atividades comerciais, como restaurantes temáticos, bares, lojas de antiguidades, floriculturas, galerias de arte, ateliês de artes plásticas, lojas de souvenirs etc.²⁶⁴

Entre as ações estratégicas que abordamos, a Feira de Artesanato, por exemplo, incentivou a promoção de atividades de lazer e entretenimento, como a criação de espaços expositivos, bibliotecas e livrarias. Ademais, devido ao fluxo de público atraído pela feira, galerias de arte e lojas de antiguidades se instalaram na região e passaram a funcionar aos domingos durante o evento, conforme nos aponta o depoimento de Alfred Willer:

A feira do artesanato, no início da minha gestão na Fundação Cultural, estava localizada no Largo da Ordem. Antes da construção da sede da Fundação [no Palacete Wolf] ela foi deslocada para a praça Garibaldi, porque o espaço era mais apropriado e tinha condições de expandir-se como acontece hoje: a ampliação segue abaixo e acima da praça. Quando foi inaugurada a sede da Fundação Cultural [no Palacete Wolf], foram acrescentados alguns espaços dentro da própria sede para funcionarem aos domingos, em função da feira do artesanato, como salas de exposições, bibliotecas e livraria. Foi muito propício, pois o comércio que se criou ao redor da praça compreendeu o espírito da coisa e passou a abrir aos domingos, como a Galeria Acaiaca, e às vezes, a loja de antiguidades ao lado. Criou-se ali um tipo de comércio bastante interessante para o setor histórico. O que aconteceu com a feira de

²⁶² Desde 1996 o retábulo se encontra no Memorial de Curitiba.

²⁶³ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Curitiba Imagem e Mito*...op. cit., 1993. pp. 83 e 84

²⁶⁴ LYRA, Cyro Corrêa. *Preservação do patrimônio edificado*...op. cit., 2016. p. 103.

artesanato foi um crescimento impressionante. Hoje nem se compara com o que era no início. [...]. Hoje, tem uma vitalidade fantástica.²⁶⁵

A partir da realização de ações estratégicas – Feira de Artesanato aos domingos, restauração do Palacete Wolf como sede da FCC, Casa Romário Martins e Paço da Liberdade –, algumas áreas do Setor Histórico se enobreceram devido à vinda de uma elite que passou a adquirir imóveis na região para estabelecer ali seus empreendimentos, e ainda devido à abertura de estabelecimentos comerciais voltados às artes. O gradual enobrecimento de áreas específicas do Setor Histórico, como a Praça Garibaldi, era noticiado pelo Diário do Paraná:

A praça Garibaldi e adjacências estão gradativamente se tornando pontos de referência para o pessoal das artes. Na praça – agora ampliada pelo calçadão – já se realiza, dominicalmente, o mercado de artes e artesanato. E ali já funcionam uma galeria de arte e um antiquário. Na esquina com a rua do Rosário, um casarão que, até há pouco abrigava uma livraria e casa de cômodos, está sendo totalmente restaurado, para se tornar sede da Fundação Cultural de Curitiba [Palacete Wolf]. Pois o espírito artístico tomou conta dos arredores: o arquiteto Julio Pechman acaba de alugar uma casa térrea, que certamente restaurará, com o objetivo de ali instalar seu atelier, enriquecendo e valorizando o local. O costureiro Eleuter, famoso pelo bom gosto e pelas damas que vestem com sua etiqueta – quer alugar outra casa ligada à praça, na rua Jaime Reis. É bom lembrar que o professor Newton Carneiro, meses atrás adquiria, dentro desse mesmo espírito preservacionista de nossa arquitetura de valor artístico, outro casarão, na mesma praça, esquina com a rua Duque de Caxias, para lá montar um hotel requintadíssimo.²⁶⁶ [grifo nosso]

Um exemplo da elite intelectual que passou a investir no Setor Histórico foi a iniciativa do advogado, empresário e historiador Newton Carneiro. Segundo Lyra, Carneiro estava entusiasmado com o plano de revitalização, e então adquiriu uma residência no Setor Histórico, a antiga residência de Ignácio de Paula França localizada na esquina das ruas Dr. Claudino do Santos e do Rosário. Inicialmente, o objetivo de Carneiro era de instalar ali um hotel, conforme a notícia do Diário do Paraná reportada acima. Mais tarde, porém, Carneiro articulou-se com o Instituto Goethe para se estabelecer ali a sede dessa instituição cultural. O imóvel foi restaurado sob a orientação dos arquitetos Cyro Corrêa Lyra e José La Pastina Filho. O Instituto Goethe alugou a casa e permaneceu ali por aproximadamente dez anos. Posteriormente, a casa passou a abrigar um espaço cultural, composto de galeria de exposições de arte e um restaurante, denominado atualmente como Solar do Rosário.²⁶⁷ [Figura 175]

“[A casa de] Ignácio de Paula França. O Newton Carneiro, irmão do David [Carneiro], advogado e nas horas vagas colecionador e pesquisador da iconografia, se entusiasmou. Ele saiu: “Vou participar disso”. Comprou a casa, e acertou com o Instituto Goethe de colocá-lo ali. [...]. Fizemos o projeto, e outras pessoas se interessaram por aquela sequência de casas do outro lado da casa que seguem essa.

²⁶⁵ WILLER, Alfred. Depoimento. 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., setembro de 1991. p. 139.

²⁶⁶ PRAÇA Garibaldi, novo endereço requintado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 de outubro de 1974. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/761672/100689> Acesso em: 04/12/2016.

²⁶⁷ LYRA, Cyro Corrêa. **Preservação do patrimônio edificado**...op. cit., 2016. p. 255 notas.

Puseram uma galeria de arte, uma delas conduzida pela esposa também de um arquiteto, na época, Rafael Dely [do IPPUC].²⁶⁸

Figura 175: Foto da antiga casa de Ignácio Paula França adquirida pelo professor Newton Carneiro em 1974. Nas décadas de 1970 e 1980 sediou o Instituto Goethe. Atualmente abriga uma galeria de arte e restaurante, denominada como Solar do Rosário. Fonte: Autor, 2016.

Em relação à repercussão do processo de introdução de usos turísticos-culturais e de lazer no Setor Histórico, destacamos também que a Prefeitura de Curitiba contava com o apoio de parte da imprensa local, assim como ocorria no caso do fechamento da Rua XV de Novembro. Nesse sentido, identificamos que o jornal *Diário do Paraná*, que já tecia diversos elogios às transformações executadas pela gestão de Lerner, em 1973, descrevia a cidade e o Largo da Ordem como um lugar interessante, organizado e ao mesmo tempo nostálgico para os curitibanos descobrirem, conviverem e usufruírem. Entendemos que o intuito do jornal era de promover o Largo da Ordem para torná-lo um ponto atrativo para investidores:

Curitiba é uma cidade muito interessante e poucos curitibanos sabem disso. Com suas praças alegres e coloridas sempre com atrações para crianças, recreação programada e orientada por professores especializados, nem todos desfrutam destas regalias. Passar a tarde no Museu Paranaense muita coisa se aprende. O prédio está velho, não tem as características dos grandes museus, mas as obras expostas têm seu valor. As boutiques “hippies” que se localizam perto da praça Ozório, também mostram coisas interessantes para ver, se você não quer comprar. No domingo, no mercado das pulgas [Feira de Artes e Artesanato], no Largo da Ordem, você encontra tudo que imagina. Velhos, crianças, jovens, todos têm alguma arte para mostrar, para vender, para trocar. Passear entre as coisas expostas é um descanso para os olhos e para a mente. O colorido embriaga, relaxa qualquer tensão. Curitiba tem sua graça, tem seus encantos. [...] Curitiba não tem praia, não tem sol constante, mas é bela. Tem

²⁶⁸ Entrevista com Cyro Corrêa Lyra em 28 de janeiro de 2016.

mistérios e muita adolescência, basta você descobrir. Cidade das velhas serenatas, que o tempo já não traz, mas que hoje mostra seus encantos dentro do cenário da época.²⁶⁹ [grifo nosso]

É a partir das ações estratégicas executadas pelo poder executivo municipal, somada a iniciativas particulares como a de Newton Carneiro e ao apoio da imprensa local que parcelas do Setor Histórico passaram por um gradativo processo de esvaziamento que resultou na remoção de habitações, cortiços, serviços e comércio vicinal, para dar espaço a usos comerciais e institucionais relacionados ao turismo, cultura e lazer.

A introdução de usos “nobres” no Setor Histórico, foi responsável pela especialização funcional de determinadas áreas do Setor Histórico, como a Praça Garibaldi e o Largo da Ordem, que se tornaram um polo de atração. Ademais, a especialização dessas áreas deu-se também pelo estímulo dado pelo Poder Público, por meio da legislação de uso do solo vigente, que permitia e direcionava a instalação de estabelecimentos voltados às artes e ao entretenimento. Isso resultava no gradual esvaziamento e enobrecimento do Setor que alterava profundamente as relações sociais preexistentes no conjunto urbano.²⁷⁰

Em relação ao enobrecimento do Setor Histórico de Curitiba, chamamos a atenção para o depoimento do engenheiro Rafael Greca de Macedo, que tinha sido um dos agentes da comunidade responsável pela campanha em prol da restauração da Igreja da Ordem, e que, em 1979, tornou-se funcionário da prefeitura. A partir de então envolveu-se com o processo de revitalização do conjunto urbano como diretor da Casa Romário Martins:

Entrei, oficialmente, na equipe do Jaime Lerner, formado engenheiro, em 1979, com a incumbência de cuidar da Casa Romário Martins e fazer a ligação da memória da cidade com o planejamento urbano: ligar paisagem e memória da cidade. [...]
Bom, em 1979 [...], a praça [o Largo da Ordem] ainda era escura e os carros entravam. As casas velhas ainda eram pensões em processo de decadência. Só sobravam mesmo, com uso digno, três endereços no Setor Histórico: a casa que hoje é a João Turin, na Mateus Leme (e que foi a casa de minha tia Odaléia de Macedo Caron, ainda lá moradora com seu marido, Mário Caron, à época); a Casa Santa Cecília, de armarinhos, que duas velhinhas mantinham vendendo as fitas Venski e todos os retroses e ilhoses; um remanescente da Casa Hoffmann, do Noberto Heller – filho do velho prefeito Heller – ainda vendendo aventais e guarda-pós; e a Casa Vermelha já funcionando em seu novo endereço, no sobrado da família Benjamin Zilli – embora um pouco contaminada, tendo no andar de cima, o Hotel Tiradentes, treme-treme de famosa memória e já habilitado para ser cenário dos melhores contos de Dalton Trevisan. Ainda a Casa Alberto, de ferragens.
Começamos um processo de substituição dos bordéis por restaurantes e pontos de encontro, bares e locais de animação. Lembro-me de ter convencido o velho Strobel – hoje falecido – a transformar, numa festa da Ordem, seu depósito da loja de tintas num restaurante. Deu tanto lucro, que eles resolveram manter para sempre e hoje é o Schwartz Walt [o Bar do Alemão]. Cada espaço foi conquistado para a memória da cidade.²⁷¹

²⁶⁹ A eterna Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, 01 de março de 1973.

²⁷⁰ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Curitiba Imagem e Mito**...op. cit., 1993. pp. 84 e 85.

²⁷¹ MACEDO, Rafael Greca de. Depoimento, 1989. In: IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**...op. cit., agosto de 1990. pp. 42-44.

No seu depoimento fica clara a visão da época de que os usos preexistentes considerados menos “dignos” deviam ser substituídos por usos considerados mais nobres, vinculado também àquele discurso de humanização da cidade com usos que promovessem o encontro e o entretenimento. Além do mais, fica evidente que todo o esforço do poder público para introduzir usos mais “dignos” era considerado como uma conquista para a preservação da memória da cidade. Memória essa seletiva e elitizada que não incluía usos e camadas mais populares.

É interessante destacar que tal pensamento de enobrecer áreas urbanas com usos culturais, destinados a um segmento privilegiado da sociedade era algo frequente em diversas ações de revitalização desse período. Na década de 1990, posteriormente às obras apresentadas até então, Ulpiano Bezerra de Meneses discute em seu texto “*Os usos culturais da Cultura*” a concepção de usos e funções culturais cujo conceito, até então, era aquele restrito e relacionado a usos nobres e elitizados, e não a totalidade da vida social presente no contexto urbano:

Nossa sociedade formulou conceitos restritivos e deformantes de cultura, de valores culturais, de bens culturais, que se projetam também num certo tipo específico de “uso” restritivo e gerador de deformidades, ainda que apresentado como nobilitante, mas na realidade, desqualificador de outros usos e funções.²⁷²

Tal concepção de cultura, e como consequência de políticas culturais, implicou em ações de revitalização em centros urbanos que introduziram massivamente usos nobres, ditos culturais, voltados ao turismo e ao lazer. Muitas vezes, isso resultava na musealização dos espaços públicos, ao retirar os usos preexistentes que faziam parte do universo cotidiano daqueles espaços. Tratava-se então da concepção de cultura como um segmento compartimentado, privilegiado e destacado da totalidade da vida social, na qual elementos do cotidiano não poderiam participar. Desse modo, tratava-se a cultura como “*mais um mecanismo de segregação e fragmentação*”, por meio da criação de guetos ou feudos culturais na cidade²⁷³, a serem consumidos pelas massas como produto de lazer e, especialmente no caso curitibano, como produto do planejamento urbano, como temos visto até então.

Apesar das experiências, estratégias e esforços para elitizar o Setor Histórico, no início dos anos 1980, o cenário do Largo da Ordem era de desordem, barulho, algazarra e insegurança. Um dos motivos que identificamos era o crescente aumento no número de estabelecimentos de entretenimento e ainda a presença de hotéis de alta rotatividade e pontos de prostituição nas imediações. Nessa época, essas duas questões constituíam um dos principais problemas para os comerciantes e moradores que ainda residiam no Setor Histórico, os quais recorriam frequentemente à força policial, segundo relata o jornal O Estado do Paraná nos trechos transcritos abaixo:

Desordem no Largo da Ordem? Pelo menos é o que dizem os donos dos estabelecimentos comerciais do local. Eles reclamam do barulho e da arruaça feita

²⁷² MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) **Turismo Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

²⁷³ Ibid.

por certos “grupinhos” – inclusive durante o dia, que estragam a imagem do considerado setor histórico de Curitiba, frequentemente visitado por turistas.

Ingeborg Rust, proprietária do restaurante Humel-Humel: “A agitação é durante o dia, mas se intensifica à noite, quando prostitutas, mendigos, adolescentes que cheiram cola e menores vendendo flores ou cartões transitam pelo Largo, afetando o funcionamento normal dos estabelecimentos, sem falar nos assaltantes que afastam turistas e até moradores locais que tem passar pelo Largo de uma certa hora da noite em diante.”

Padre Raul Peres, pároco da Igreja da Ordem: “Não estamos entendendo muito bem a situação, pois há estabelecimentos de má reputação – como pensões e hotéis, se instalando no Largo e pensamos que a mesma pessoa que deveria estar cuidando do Largo, está autorizando o funcionamento deste tipo de casa.”²⁷⁴ [grifo nosso]

A presença de prédios seculares, igrejas históricas e casas de cultura não impediram que as imediações do Largo da Ordem se tornassem uma zona de prostituição que durante anos incomodou os comerciantes e moradores da região. A questão só foi resolvida em maio do ano passado, quando a Delegacia de Costumes decidiu fechar quatro hospedarias de “alta rotatividade”, que funcionavam nas ruas São Francisco e Claudino dos Santos. Sem as prostitutas, ainda restou ao bairro o mais famoso ponto de travestis da cidade: a Praça João Cândido. Mais uma vez o problema foi bater na mesa do delegado de Costume, Luiz José Martins Ricci. Os moradores da praça e vizinhanças congestionavam o telefone do delegado queixando-se das arruaças promovidas pelos travestis, dos assaltos frequentes na zona de “trottoir”, sem contar as reclamações contra os trajes reduzidos usados pelos “rapazes”. Há poucas semanas o delegado decidiu acabar com a festa. Depois de algumas operações “arrastão” na praça, proibiu definitivamente os travestis de voltar àquela área.²⁷⁵ [grifo nosso]

As queixas de algazarra, barulho e desordem na região do Largo da Ordem não se encerraram com o final da gestão de Lerner, em 1983. Elas aumentaram gradativamente ao longo das décadas de 1980 e 1990. Entretanto, o problema relatado por moradores parecia não ser mais a prostituição e os hotéis de alta rotatividade, mas o aumento progressivo do número de bares, restaurantes e danceterias que eram permitidos pela própria Prefeitura. A permissão do poder público para a instalação desses estabelecimentos dava-se em função dos critérios de uso previstos no Plano Diretor e no Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba, endossados pela legislação de Uso do Solo de 1975, cujo objetivo era transformar e consolidar o SH como polo turístico e de entretenimento.

Em função das diretrizes de uso do solo implantadas a partir da década de 1970, temos registros que no início da década de 1990 os estabelecimentos de entretenimento instalados no Setor Histórico, como casas noturnas, restaurantes e os bares chegavam já a cerca de 60 unidades. Diante dessa especialização do Setor Histórico como polo de entretenimento, O Estado do Paraná publicava diversas queixas de moradores e comerciantes referentes à falta de tranquilidade e segurança no local. Entre eles estava o depoimento do Sr. Laertes de Castro que morava no Setor Histórico há mais de 30 anos, e do Sr. Jorge Sade que era proprietário de uma galeria de arte:

²⁷⁴ DESORDEM ocupa o Largo. **O Estado do Paraná.** Curitiba, 05 de fevereiro de 1982.

²⁷⁵ SÃO Francisco, o cartão postal da cidade. **O Estado do Paraná.** Curitiba, 11 de julho de 1985.

Laertes de Castro: Os cerca de 60 botecos, lambaterias e danceterias do Centro Histórico de Curitiba estão infernizando a vida dos habitantes da região, além de contribuírem para a degradação urbanística do local. [...]. A situação fugiu completamente ao controle das autoridades. E hoje os gritos, discussões, brigas, tiros, congestionamentos de trânsito [provavelmente nas imediações do Largo da Ordem e na Av. Jaime Reis], formação de filas duplas e triplas, freadas e arrancadas bruscas, buzinas e outros ruídos tornam quase impossível o simples ato do dormir.²⁷⁶[grifo nosso]

Jorge Sade: O Largo da Ordem há muito deixou de fazer jus ao nome. Todos os dias várias luminárias amanhecem destruídas a pedradas e nem mesmo as paredes e portas das Igrejas da Ordem e do Rosário são poupadas, transformadas em verdadeiros mictórios noturnos.²⁷⁷

Apesar das queixas e críticas àquilo que o Setor Histórico havia se tornado, percebemos que os mesmos agentes que estiveram envolvidos no processo de implementação do Plano Diretor na década de 1970, ainda desejavam consolidar aquele Setor como polo turístico-cultural e de lazer. Isto é o que nos demonstra a publicação do O Estado do Paraná referente a declarações feitas por Rafael Greca, quando foi deputado e estava concorrendo às eleições para prefeitura de Curitiba, em 1992:

Autoconsiderando-se como "representante" do Setor Histórico, o deputado [Rafael] Greca de Macedo [...] tem irritado diversos moradores e comerciantes, com alegações tipo "os incomodados é que se mudem", "o setor precisa ser muito alegre e festivo" e chegando ao desplante de "recomendar" a uma senhora que mora na Praça Garibaldi desde que nasceu, que ela deveria comprar um pacote de algodão para tampar os ouvidos e assim não se incomodar com o barulho dos jovens nas madrugadas.²⁷⁸[grifo nosso]

Nesse contexto, é evidente que a especialização do Setor Histórico foi um dos fatores que influenciou na saída gradual de antigos moradores e, inclusive, de alguns empresários do local, como demonstram depoimentos dados ao Jornal O Estado do Paraná. Dentre eles, destacamos o do então octogenário pároco da Igreja da Ordem, o Padre Julio Pareda, que estava à frente da paróquia desde os anos 1970, e declarava sua revolta por ter que sair do Largo em função da falta de tranquilidade: *"Quero morrer em paz e em tranquilidade e embora nunca tivesse pensado em deixar o Brasil, não vejo outra solução"*.²⁷⁹ Ou ainda do Sr. Nilo Silva, o qual havia instalado na área um estabelecimento de entretenimento: *"A transformação do Largo da Ordem na desordem, a abertura de casas que concentram um público violento e perigoso, a falta de segurança - e, naturalmente, a crise econômica, está matando a noite. Estou tentando resistir, mas não sei por quanto tempo!"*²⁸⁰

Em relação à saída de moradores do Setor Histórico, é interessante acrescentar um trecho da entrevista concedida por Rafael Greca de Macedo, em 25 de outubro de 2015, o qual argumenta que os técnicos da Prefeitura não eram responsáveis pela saída dos moradores, mas sim as condições de

²⁷⁶ COMÉRCIO no setor histórico criticado. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de setembro de 1991.

²⁷⁷ MORADORES se unem para defender setor histórico. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 03 de setembro de 1991.

²⁷⁸ NO setor da desordem, clima é de desespero. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 24 de janeiro de 1992.

²⁷⁹ DESORDEM do Largo expulsa o padre Julio e dona Inge. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 13 de fevereiro de 1992

²⁸⁰ NOITE Vazia (III) - Nilo chorando com a morte da casa pela desordem na Ordem. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 29 de janeiro de 1992.

conservação dos imóveis e a vida moderna, numa narrativa defensiva em relação ao processo de revitalização do SH impulsionado pelas gestões municipais:

“Nós nunca quisemos expulsar os moradores, mas é que os moradores nas casas velhas, a vida os expulsa. Porque as casas velhas não tinham banheiros. Não tinham boa hidráulica. As pessoas já iam envelhecendo e no mundo mais moderno havia um sentimento de maior conforto. [...] Então as pessoas iam vendendo as casas velhas. Também quando o marido morria, a mulher ficava sozinha na casa velha, e as vezes com uma filha ou filho solteiro. E não tinha força vital para manter aquela casa e nem o capital necessário. Então, ninguém expulsou as pessoas da moradia no centro histórico. As famílias iam indo embora porque as casas iam ficando obsoletas. Era um novo modelo de vida.”²⁸¹[grifo nosso]

Percebemos, então, que a especialização de áreas no Setor Histórico de Curitiba, imposta e induzida pelas políticas culturais, patrimoniais e urbanísticas do município, foi um dos fatores que contribuiu para saída de moradores e comerciantes. Pelas notícias dos jornais, o Largo da Ordem tornava-se nos anos 1980 e 1990 uma das áreas mais problemáticas e inseguras do *Centro Antigo* de Curitiba. Além do mais, as desapropriações e a instalação de usos culturais foram responsáveis também pela remoção de famílias e de estabelecimentos que não eram considerados “dignos” ou compatíveis com a imagem de Setor Histórico idealizada pelos planejadores urbanos.

Nos anos seguintes, especialmente nos anos 1990 e 2000, as ações do poder público para reafirmar e “cristalizar” aquela área como um “feudo cultural” curitibano aumentaram significativamente. Novas ações como reciclagens (não restaurações), obras de caráter cênico e fachadista, e novos edifícios a fim de abrigar espaços expositivos, centros culturais, escola de música, dança e arquivos históricos foram construídos. É dessa época as obras do Conservatório de Música Popular Brasileira de Curitiba, do Memorial de Curitiba, da Casa João Turin, do Centro de Criatividade, da nova sede da Casa da Memória e da Casa Hoffmann. Todas essas ações, assim como aquelas da década de 1970, eram justificadas pelo discurso de entretenimento e desenvolvimento cultural da cidade, como pela preservação de uma memória que os arquitetos e urbanistas selecionaram. Ao que parece, eram as ambições e desejos de uma “Cidade-Modelo” ainda presentes que se sobrepunham à preservação do patrimônio cultural.

* * *

Podemos identificar e compreender ao longo do capítulo as diversas estratégias, tensões e conflitos presentes no processo de implantação dos planos urbanísticos no *Centro Antigo* de Curitiba.

Percebemos que o êxito na implantação dos planos se devia: a um conjunto de fatores políticos, econômicos e técnicos favoráveis; a um grupo político de urbanistas que conquistaram sua posição no

²⁸¹ Entrevista concedida por Rafael Greca de Macedo em 23 de outubro de 2015. Quando fiz a entrevista à Greca, sua candidatura às eleições de 2016 para a Prefeitura de Curitiba ainda não tinha se oficializado. Atualmente, Rafael Greca é o Prefeito eleito de Curitiba.

poder executivo municipal; e ao amplo apoio do Governo Estadual, da DPHA, e da imprensa local. Nesse contexto, identificamos que as estratégias de ação, a imprensa e o *city marketing* também foram elementos fundamentais para a viabilização das obras, de maneira precisa, eficaz, veloz e tecnocrática. Com alto poder de persuasão, a imprensa local inseria-se nesse processo como agente que veiculava o *marketing*, desempenhando um papel fundamental para construir e veicular a imagem positiva da Gestão de Lerner e da “Cidade-Modelo”, como “planejamento de vanguarda” ou “cidade que deu certo”. Tal proposta de cidade tinha o intuito de torná-la um ambiente atrativo ao investimento do capital, à industrialização e ao turismo. É nesse contexto que se inseriu a questão da revitalização e patrimonialização do *Centro Antigo* de Curitiba.

Em relação à patrimonialização, constatamos que essa questão estava intimamente subordinada ao projeto de cidade que os urbanistas visavam implementar. Vimos que a patrimonialização da Rua XV de Novembro era uma estratégia de proteção preventiva ao projeto urbanístico do calçadão e também de inscrição na história do Estado do Paraná do primeiro marco do planejamento urbano em Curitiba idealizado pelo IPPUC. A patrimonialização do SH era também decorrente do planejamento urbano, que visava, antes de tudo, a revitalização econômica e funcional daquele espaço urbano. Nessa trajetória, verificamos também que as políticas patrimoniais e culturais eram entendidas pelo IPPUC e pela FCC como a implantação de equipamentos com usos nobres, voltados a uma elite intelectual e ao desenvolvimento do lazer e turismo. Tratava-se de uma política cultural e patrimonial excludente, pois camadas populares e usos preexistentes considerados não “dignos” eram excluídos desse processo, tal como se tornou frequente em intervenções de centros históricos brasileiros, nessa época e nas décadas seguintes.

Identificamos que as intervenções executadas no *Centro Antigo* eram voltadas ao sistema viário, à pedestrianização, ao reordenamento do uso do solo e a obras de restauração. As prioridades do sistema viário, como vimos, seguiram as diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor, em detrimento da preservação do conjunto urbano. A pedestrianização, aliada à política de usos culturais e de lazer, era um dos fatores responsáveis pelas alterações das relações sócio espaciais dos conjuntos urbanos; dos hábitos tradicionais; e da musealização de determinadas áreas. No caso dos edifícios restaurados pelo poder público, vimos também, em alguns casos, que os critérios de intervenção eram priorizados pelo uso cultural proposto, em detrimento das características arquitetônicas preexistentes. Além disso, percebemos algumas semelhanças das obras de restauração executadas no SH com aquelas praticadas pelo SPHAN, nas quais priorizavam-se as reintegrações estilísticas, voltando-se a um “estado anterior”, na contramão da Carta de Veneza que recomendava o respeito aos diversos estratos históricos.

Por fim, nesse processo, percebemos a ínfima participação popular nas decisões e no processo de implantação dos planos urbanísticos. Para os técnicos do IPPUC não era preciso debater ou consultar a população sobre suas necessidades. Para eles bastava implementar os seus próprios anseios expressos nos projetos urbanísticos. Como efeito disso, o processo foi marcado por fortes pressões, conflitos e tensões entre população e prefeitura. A população local e a cidade preexistente tiveram que se adaptar à cidade idealizada pelos urbanistas.

Figura 176: Vista atual do calçadão da rua XV de Novembro, ainda utilizado pela sua função comercial, numa quarta-feira à tarde. Fonte: Autor, 2016.

Figura 177: O Largo da Ordem musealizado, sem carros, poucos frequentadores e poucos estabelecimentos abertos, e diversos equipamentos culturais, numa quarta-feira à tarde. Comparar com a **Figura 11**, na página 56, que retrata a situação no final da década de 1960. Fonte: Autor, 2016.

Considerações Finais

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1985. Fonte: IPPUC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O intuito de compreender e discutir o espaço das políticas patrimoniais do *Centro Antigo* de Curitiba no processo de planejamento urbano amadureceu ao longo da dissertação. O andamento do estudo evidenciou que a questão patrimonial era parte intrínseca e indissociável das políticas de planejamento urbano do município. Todavia, conforme apontamos na hipótese, verificamos que no caso do *Centro Antigo* de Curitiba o seu patrimônio não era entendido pelos urbanistas do IPPUC como um bem cultural cuja finalidade era a sua preservação, e sim, como um dos meios de subsidiar o planejamento urbano para implantar o projeto de cidade por eles almejada. A abordagem da questão patrimonial pelo IPPUC fazia parte de um amplo projeto urbanístico cuja estratégia era a construção de uma imagem positiva e atrativa da cidade do ponto de vista econômico, turístico e cultural.

Uma das motivações para a inserção da política patrimonial no processo de planejamento urbano de Curitiba era a estratégia de construção da sua imagem como “Cidade-Modelo”. Uma cidade planejada e de vanguarda nacional, na qual se pretendia: criar zonas prioritárias para pedestres no *Centro Antigo*; ordenar o tráfego urbano; oferecer um sistema de transporte público eficiente; estabelecer um parque industrial para desenvolver a economia local e do estado do Paraná; preservar amplas áreas verdes e criar parques urbanos como equipamentos de lazer; criar novos equipamentos culturais; desenvolver o turismo; e ainda revitalizar uma parcela do *Centro Antigo* como forma de seu reconhecimento como patrimônio cultural municipal. Todavia, apesar da abordagem da questão patrimonial, constatamos que esta configurava-se, sobretudo, como cenário e suporte da imagem dos projetos urbanísticos idealizados, geridos e implantados pelo grupo de intelectuais, políticos e urbanistas que estavam à frente do IPPUC e da Prefeitura, durante a gestão de Jaime Lerner.

Somado a essas questões, estava o anseio por tornar Curitiba uma cidade culturalmente desenvolvida. Verificamos que a cidade preexistente e os seus habitantes eram vistos com certo preconceito pelos principais agentes do planejamento urbano, boa parte deles oriundos de outros estados. Para alguns, Curitiba não passava de uma cidade interiorana, provinciana, atrasada, cujos habitantes cultivavam hábitos muito conservadores; uma cidade sem “marca” e “sem atrativos”[sic].¹ Nessa perspectiva, entendemos que o objetivo maior das políticas de planejamento era romper com o provincianismo da cidade e torná-la uma metrópole atrativa e “boa”[sic]² para investidores e empreendedores do âmbito industrial, para o desenvolvimento da economia local e do turismo, e ainda para a viabilização das políticas federais de urbanização, durante o Regime Militar. Visava-se, então, inserir Curitiba em um mercado competitivo de cidades por recursos e investimentos.

Nessa conjuntura, estavam as propostas de revitalização do *Centro Antigo* de Curitiba, implementadas como parte dessa estratégia de construção de uma imagem de cidade

¹ Cf. capítulo 3, tópico 3.3.1, o depoimento de Abrão Assad. (e outros)

² Cf. capítulo 3, tópico 3.1.7, o depoimento de Franchette referente à Cidade Industrial de Curitiba.

“civilizada”[sic]³, que almejava tornar-se “referência”, em nível nacional e internacional. Uma cidade que oferecia como produto do planejamento atrações turístico-culturais, estabelecimentos comerciais voltados ao aproveitamento turístico, espaços de lazer voltados à promoção do encontro, convívio e comunicação, e o patrimônio cultural edificado como cenário dos ambientes revitalizados. Tais bens e espaços urbanos selecionados, restaurados e revitalizados tornaram-se os marcos referenciais e simbólicos da trajetória do planejamento curitibano, vinculados à imagem da cidade.

Nesse quadro, verificamos que o *city-marketing* funcionou como um instrumento eficaz, atingindo o seu objetivo de criar e divulgar uma imagem atrativa da cidade e da gestão que idealizou as intervenções, além de “catequisar” e sensibilizar a população local para se tornar mais receptiva às obras recém-lançadas. Trata-se, então, de um projeto técnico, político e de *marketing* muito bem articulado e sucedido, pois atingiu os objetivos de criar e manter a imagem da cidade como referência de planejamento, embora cada vez mais as críticas a esse modelo sejam frequentes. Posteriormente ao caso estudado, especialmente nos anos 1990, as políticas de *city-marketing* se intensificaram em Curitiba, assim como em diversas cidades brasileiras e centros históricos que passaram por intervenções de revitalização a partir de então.

Uma outra motivação que entendemos ter sido fundamental para a criação do SH foi a proposta da abertura da via *Estrutural Norte*. Entendemos que a revitalização do SH foi concebida quase como uma contrapartida do planejamento urbano diante da prioridade do tráfego viário. Ao mesmo tempo que se resolviam os problemas do tráfego viário, revitalizava-se o Setor Histórico. Tal iniciativa estava vinculada também ao discurso que havia na época de “*competência técnica*” [sic]⁴, de criatividade e de agilidade dos urbanistas do IPPUC e da gestão de Lerner para resolver problemas urbanos.

No momento da elaboração do Plano Diretor, a proposta do SH parecia ser uma ação mitigadora para sanar os “males” do isolamento que lhe seriam causados pela demolição parcial do conjunto; e ainda uma proposta do IPPUC para afastar futuras críticas em função das demolições previstas. De fato, tais críticas foram veiculadas pela imprensa na época da abertura da via, e em resposta a elas, o IPPUC se resguardava dizendo que estava sendo criado o SH e que o órgão já havia se certificado de que nenhum bem de valor histórico ou arquitetônico seria demolido.⁵ Sanava-se a destruição com a revitalização visual, funcional e econômica do espaço urbano. Demolia-se parte da cidade preexistente para viabilizar o projeto da cidade idealizada, e revitalizam-se as áreas remanescentes para compor a imagem de Curitiba. Essa era a maior contradição do processo: demolir e, então, revitalizar.

Em relação ao processo de revitalização, constatamos que este representou um processo autoritário, durante a ditadura militar, o qual não foi isento de disputas, tensões e conflitos com a população local e com a preservação do conjunto urbano.

As ações de revitalização adotadas no SH consistiam num processo de refuncionalização estratégica, vinculadas às políticas de planejamento, cujo objetivo era a valorização do conjunto urbano

³ Cf. capítulo 3, tópico 3.1.7, o depoimento de Franchette referente à Cidade Industrial de Curitiba.

⁴ Cf. capítulo 3, tópico 3.1.1, referente à nomeação de Lerner ao cargo de prefeito.

⁵ Cf. capítulo 3, tópico 3.2.1, referente à abertura da Estrutural Norte e a sua repercussão.

do ponto de vista econômico. Vimos que o SH não era uma área em processo de arruinamento ou de deterioração avançada, tratava-se apenas de uma área da cidade considerada estagnada pelos urbanistas devido à presença de usos populares e de uma classe social de baixo poder aquisitivo que ocupava boa parte dos edifícios. Para os urbanistas, era necessário remover progressivamente os usos existentes, por usos considerados mais nobres, com o intuito de aproveitar economicamente o conjunto urbano com atividades de entretenimento, turismo e cultura. Acreditava-se que a inserção dessas atividades no conjunto podia ser uma das ferramentas de desenvolvimento urbano sustentável, a fim de garantir a manutenção e otimização daqueles espaços. Desse modo, as ações de revitalização visavam a especialização do conjunto urbano por meio da restauração de determinados bens, e da introdução e incentivo à implantação de usos considerados “mais apropriados”, cuja implicação mais evidente foi a segregação do conjunto urbano e a exclusão de determinados grupos sociais.

Nessa perspectiva, percebemos que a população local foi submetida às condições da cidade almejada pelos urbanistas, pois se tratava de um novo padrão de cidade que lhe era imposto progressivamente. Aos moradores e comerciantes estabelecidos no *Centro Antigo*, ora lhes era exigido um forte esforço de adaptação às novas condições urbanísticas, ora lhes era imposto de sair de suas moradias e estabelecimentos comerciais. A população local, com seus hábitos tradicionais, tornava-se incompatível com a cidade idealizada, pois nesse contexto de planejamento urbano visava-se imprimir as marcas, os anseios e os pontos de vista dos urbanistas na cidade preexistente. Logo, um dos objetivos das políticas municipais era a construção da imagem e do discurso de “*cidade humana*” com a criação de espaços turísticos, culturais e de lazer voltados a determinados segmentos da sociedade, em detrimento da permanência dos comerciantes e moradores que viviam naquele conjunto urbano.

Observamos, então, que as ações de revitalização e as políticas culturais implementadas eram entendidas como ações excepcionais, restritas e elitizadas, das quais o simples cotidiano urbano não podia participar. Era a concepção de cultura, vigente na época, como algo inusitado, destinado a um segmento privilegiado da sociedade e voltado ao desenvolvimento da indústria do turismo cultural. Nesse período, tal concepção de cultura era recorrente em diversas ações de revitalização de centros históricos e de bens culturais edificados, que priorizavam ações voltadas ao turismo cultural para tentar obter a conservação e desenvolvimento econômico sustentável do território. Em geral, tais ações resultavam na musealização dos espaços revitalizados ao retirar os usos preexistentes que faziam parte do cotidiano. Criavam-se, assim, “*feudos culturais*” que passavam a ser consumidos, a fim de trazer um retorno econômico.⁶ Tratava-se então da idealização de centros históricos atrativos para um determinado público e setor restrito da sociedade, no qual a simples permanência do cotidiano tornava-se inviável.

Uma outra questão que observamos no caso de Curitiba, e que ainda ocorre em outros casos brasileiros, é que as ações de revitalização eram entendidas pelos urbanistas como ações de

⁶ MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.) **Turismo Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 95.

preservação, mas que na realidade não poderiam ser assim chamadas, pois as intervenções eram ditadas, sobretudo, por razões pragmáticas, funcionais, de *marketing* e econômicas. Em Curitiba, priorizava-se o sistema viário, os projetos de pedestrianização e os usos turísticos e culturais, os quais conflitavam com a cidade preexistente. Tais razões estavam vinculadas a interesses políticos de urbanistas que chegaram ao poder, e que conduziram a resultados que foram contra os próprios os objetivos da preservação expressos na Carta de Veneza (1964) – divulgados também em textos, revistas, discussões e documentos internacionais da época –, que é a transmissão dos bens culturais para o futuro, da melhor forma possível, respeitando seus aspectos materiais, estéticos, históricos, memoriais e simbólicos.⁷ Esses conflitos chegaram a tal ponto que a permanência de algumas preexistências tornou-se incompatível com os planos urbanísticos, pois essas deviam ser sacrificadas para viabilizar a cidade idealizada. Percebemos, assim, que as diretrizes e intervenções concebidas pelo IPPUC sobrepunham-se à preservação do tecido urbano, das estratificações históricas e das demais particularidades do *Centro Antigo*.

Além do mais, embora os urbanistas do IPPUC propusessem intervenções de revitalização, pedestrianização, de reordenamento do solo e de inserção de usos culturais, vinculadas ao discurso de “humanização” e de “preservação” da cidade, as questões viárias e funcionais, a pedestrianização e o crescimento urbano eram as prioridades fundamentais. Aquele discurso frequente de cidade “à medida do homem” restringia-se apenas a algumas poucas parcelas da cidade. A ênfase do planejamento urbano curitibano era o sistema viário com suas vias estruturais que cruzaram a cidade por diversos quilômetros, alargando caminhos antigos e arrasando com as colônias de imigração localizadas ao longo deles. Ademais, apesar de Wilhelm ter eleito a Rua XV de Novembro como o *Coração da Cidade* e “área de domínio do homem”, o sistema viário entrava em conflito com o *Centro Antigo* com a passagem da via *Estrutural Norte*. Conflito esse que já vinha do próprio plano urbanístico que sobrepunha dois conceitos diversos e antagônicos: a “cidade da máquina” e a “cidade humana”.

Nos dias atuais, o panorama do Setor Histórico de Curitiba está bem diferente daquele encontrado pelos urbanistas nas décadas de 1960 e 1970. Apesar das políticas municipais de desapropriação, instalação de usos culturais, e de incentivos a instalação de usos turísticos e de lazer, hoje verificamos que é bem maior o número de imóveis abandonados ou em processo de arruinamento, devido à perda de suas funções primitivas, como casas de comércio ou moradia. Trata-se de uma área com baixa densidade habitacional, apresentando também diversos problemas de segurança pública. Todavia, ainda se mantém o caráter museológico e turístico de determinadas áreas do Setor Histórico como o Largo da Ordem e a Praça Garibaldi. Já a Rua XV de Novembro, mantém ainda uma noção de centralidade, embora esta tenha se diluído e expandido em direção ao bairro do Batel. Ao longo do calçadão, verificamos que são raros os edifícios abandonados. Apesar disso, muitos deles ainda são apenas utilizados no pavimento térreo pelo comércio.

⁷ KÜHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê, 2008. p. 94.

Portanto, verificamos que o modelo de planejamento adotado em Curitiba implicava na idealização de uma cidade que não era fundamentada nas estruturas econômicas, sociais e urbanas reais da cidade, mas em uma “sociedade urbana utópica” [sic].⁸ A nova cidade não se construía, fundamentalmente, a partir do respeito às estruturas reais da cidade, da malha urbana preexistente e da sua população, mas pelo contrário, era o novo modelo de cidade que impunha a sua ordem. Nesta ordem não podia se admitir a cidade preexistente com suas contradições, complexidades e estratificações. O objetivo era implantar um ponto de vista sobre toda a diversidade social, urbana e econômica da cidade. Apresentava-se, então, os interesses da elite e dos urbanistas como o interesse comum de todos os membros da sociedade curitibana.⁹

O processo de patrimonialização do *Centro Antigo* também não foi isento de autoritarismo, conflitos e tensões. Esse processo envolveu um conjunto de ações decorrentes dos planos urbanísticos, a partir dos quais foram identificados, selecionados e protegidos determinados bens do *Centro Antigo* como patrimônio cultural. Vimos que o processo de seleção e proteção se deu apenas por meios oficiais e institucionalizados do poder público, sendo delegado apenas a especialistas. Tratava-se de um momento crítico, no qual o Estado e a Prefeitura definiam o que passaria a ser patrimônio, descartando outros bens e conjuntos que eram importantes para a história da cidade. Nesse processo evidenciam-se, então, discursos hegemônicos, prioridades urbanísticas, preferências estilísticas, subjetividades, relações de poder, e ainda interesses políticos e econômicos.

Observamos também que a patrimonialização do *Centro Antigo* se dava de forma segmentada, em função dos planos urbanísticos. A patrimonialização era o que sobrava das intervenções formuladas pelos urbanistas. Em função disso, os projetos *Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba* e *Calçada da Rua XV de Novembro* condicionaram a proteção do *Centro Antigo* como patrimônio cultural dividida em duas partes distintas: de um lado, o SH como polo turístico-cultural e de lazer; e do outro, a Rua XV de Novembro como projeto urbanístico tombado pelo Estado do Paraná. Na Rua XV, pressões dos comerciantes e momentos de insegurança política motivaram o tombamento do calçamento e do seu “cenário” ao longo da via. No SH, havia menores pressões contra os projetos urbanísticos implantados. Neste caso, a opção foi apenas de tombar individualmente alguns imóveis pelo Estado do Paraná, executar intervenções e reorganizar o uso do solo conforme previam os planos. Eram, então, os urbanistas que ditavam como se daria a patrimonialização do *Centro Antigo* de Curitiba.

Nesse sentido, é importante destacar que na estrutura da prefeitura de Curitiba, montada nas gestões de Jaime Lerner, não havia – e ainda não há – um órgão específico responsável pelas questões de preservação do patrimônio cultural, vinculado a uma Secretaria de Cultura, como ocorre em diversas cidades brasileiras. Primeiramente, porque em Curitiba não havia – e ainda não há – uma Secretaria de Cultura, mas uma fundação cultural responsável pela gestão das políticas e espaços culturais do município. Em segundo lugar, apesar da existência da FCC, todas as decisões em relação ao patrimônio

⁸ GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. *Cidade espetáculo*: política, planejamento e city marketing. Curitiba: Palavra, 1997. p. 32.

⁹ Ibid. pp. 29, 32 e 90.

cultural edificado, em nível municipal, estavam – e ainda estão – subordinadas ao IPPUC. Eram eles que definiam o que é considerado patrimônio cultural na cidade. À FCC, apenas lhe era dada a gestão dos espaços culturais da cidade, a promoção desse patrimônio cultural, as atividades de pesquisa, os acervos históricos do município e as demais políticas culturais municipais.

O fato de não haver uma estrutura específica de patrimônio, vinculada a um órgão cultural, estava relacionado também ao espaço conquistado pelo IPPUC no quadro da estrutura administrativa da prefeitura quanto às decisões de planejamento na cidade e, também, à manutenção de sua posição e poder na hierarquia municipal. Um órgão com poderes paralelos ao IPPUC, voltado à questão patrimonial que pudesse discutir, em condições de igualdade com o planejamento, as questões inerentes ao patrimônio edificado e urbano, representaria uma ameaça à soberania desse Instituto. Ademais, devemos destacar que tal postura tecnocrática e monopolizadora do IPPUC em relação às políticas urbanas e ao patrimônio era acentuada ainda pela ausência de um conselho consultivo, com a participação de representantes outros órgãos, esferas de poder, instituições, universidades, profissionais e especialistas da sociedade, assim como havia em âmbito federal e estadual. Desse modo, as políticas patrimoniais curitibanas integradas ao IPPUC representavam, sim, uma questão de manutenção de poder, na qual apenas um órgão possuía maior poder de decisão e instrumentos para decidir os destinos de Curitiba e de seu patrimônio cultural edificado.

No final da segunda gestão de Lerner e nas décadas seguintes, significativas contribuições foram incorporadas às políticas municipais de preservação, embora o protagonista das decisões permanecesse o IPPUC. Tratava-se do período no qual as políticas de preservação extravasavam do *Centro Antigo* e das diretrizes preliminares do Plano Diretor de 1966 e do PRSHC, e foram direcionadas para todo território municipal, com a adoção, progressiva, de instrumentos como: inventários e cadastramento de Unidades de Interesse de Preservação; incentivos construtivos; lei de incentivo à cultura; e a criação de uma Comissão de Avaliação do Patrimônio Cultural que tinha como objetivo avaliar a concessão dos incentivos e os projetos de restauração. Mesmo assim, as decisões sobre a patrimonialização de bens edificados, em nível municipal, eram tomadas ainda pelo IPPUC, com participação da FCC, porém sem um Conselho de Patrimônio Cultural composto por representantes de órgãos públicos, instituições e da sociedade.

Apenas no ano passado, é que esse cenário deu indícios de algumas mudanças. Em 2016 foi sancionada a lei de proteção do Patrimônio cultural do Município de Curitiba, elaborada pelo IPPUC, em conjunto com a FCC e a Secretaria de Urbanismo. A Lei visava sanar carências instrumentais do âmbito do patrimônio, que se fizeram presentes ao longo das últimas quatro décadas. A Lei prevê, pela primeira vez, a criação de um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural com participação da comunidade, e ainda do Fundo de Proteção ao patrimônio Cultural, visando à promoção de projetos de preservação e restauro, educação patrimonial, pesquisa e ações culturais, tendo como instrumentos de proteção os inventários, tombamentos, os registros de patrimônio imaterial e a vigilância, que é a possibilidade da sociedade em geral auxiliar na fiscalização. Todavia, ainda nessa nova lei não se previa a criação de um órgão específico de preservação. Como foi uma construção entre órgãos diversos da prefeitura, o

processo foi marcado por disputas pela primazia da questão do patrimônio cultural entre o IPPUC e a Fundação Cultural de Curitiba. A respeito disso, o IPHAN/PR e a CPC/SEEC se posicionaram em diversos momentos para que a questão patrimonial estivesse vinculada a um órgão específico de patrimônio ou, pelo menos, a um órgão de cultura e não mais ao IPPUC. Apesar disso, o município decidiu o impasse dessa disputa da seguinte forma: o IPPUC continuaria com a primazia do patrimônio material edificado e a FCC ficaria com a nova frente de trabalho que é o patrimônio imaterial. Por razões de disputa de poder, as políticas patrimoniais em Curitiba permanecerão segmentadas, em órgãos diversos, entre patrimônio material e imaterial. Essa segmentação evidencia que Curitiba está na contramão de todas as discussões e esforços em âmbito nacional e internacional, que visam tentar aproximar e integrar essas duas naturezas patrimoniais em ações conjuntas e em apenas um órgão.

Ao longo da pesquisa fica evidente que a relação entre preservação e planejamento urbano é tensa e conflituosa, e que ainda não está resolvida. Apesar das discussões internacionais e nacionais de preservação de conjunto urbanos sugerirem a inserção das questões patrimoniais no planejamento urbano da cidade, preocupação esta enunciada por Giovannoni e posteriormente endossada por diversas cartas patrimoniais (Normas de Quito, de 1967, as Recomendações de Avignon, de 1968, e pela Declaração de Amsterdam, de 1975), vimos que no caso curitibano não foi suficiente que a questão patrimonial fosse uma iniciativa municipal, vinculada ao Plano Diretor da cidade e a um mesmo órgão de planejamento urbano. Isso porque as políticas patrimoniais sempre tiveram um espaço restrito no planejamento, e estiveram sujeitas a pressões e prioridades urbanísticas, econômicas e funcionais estabelecidas pelo IPPUC e pelas gestões municipais.

É perceptível nessa relação com o planejamento urbano o caráter secundário dado ao patrimônio nos planos urbanísticos. A partir da análise que fizemos, fica evidente que os urbanistas estavam mais atualizados em relação às discussões urbanísticas da época, como: os últimos CIAMs; as experiências europeias de intervenção no espaço urbano; as experiências de revitalização urbana com a introdução de usos voltados ao turismo, cultura e lazer; e, inclusive, a inserção da questão patrimonial em âmbito municipal, vinculada ao Plano Diretor da cidade, no mesmo momento que quase todas as ações de preservação ainda estavam centralizadas em âmbito federal, no SPHAN.

Por outro lado, verificamos que esses mesmos urbanistas não demonstravam estarem a par de uma série de discussões e reflexões internacionais a respeito da preservação de monumentos e centros históricos. A experiência Curitiba não evidencia reflexões acerca da historiografia da preservação, como: Ruskin e Giovannoni no que se refere à atribuição de valor à malha urbana antiga da cidade. Igualmente, não era evidente reflexões acerca de cartas patrimoniais do período, como: a Carta de Veneza, de 1964, no que se refere à valorização da arquitetura considerada “menor” – sem preferências estilísticas e recortes temporais –, e a prescrições para obras de restauração; e ainda as recomendações da Conferência da UNESCO em Paris, de 1968, e as Normas de Quito, de 1967, no que se refere à preocupação com a paisagem e o entorno dos conjuntos urbano protegidos. Constatamos que havia um conhecimento parcial das discussões de preservação do patrimônio cultural daquele momento. Percebemos que tal situação gerou, certamente, um desequilíbrio entre planejamento e preservação,

deixando essa última em segundo plano. Tal desequilíbrio era – e ainda é – frequente também em outras cidades brasileiras, nas quais as políticas de preservação, quase sempre, não são integradas ao planejamento urbano, e também ocupam um espaço secundário na articulação de políticas públicas urbanas.

Nas intervenções edilícias em Curitiba verificamos que prevalecia a tradição do SPHAN, caracterizada por obras de reintegração estilística e de retorno a um estado anterior, nas quais descartava-se as fases pelas quais a obra passou. Por outro lado, em Curitiba valorizava-se alguns exemplares da arquitetura eclética, da imigração e de inspiração *art-nouveau*, enquanto em nível nacional apenas se iniciava, timidamente, o reconhecimento de alguns bens do século XIX. Mesmo assim, no caso curitibano é evidente também a presença de subjetividade e preferências estilísticas no processo de seleção e atribuição de valor a determinadas obras. Portanto, pesava ainda a herança da atuação do SPHAN.

Em relação às práticas de seleção, percebemos também um desequilíbrio entre a instância estética e a instância histórica. Priorizava-se, sobretudo, os aspectos plásticos, paisagísticos e cenográficos do conjunto urbano, em detrimento dos seus valores históricos. Devido à priorização de valores estéticos, identificamos que determinados bens eram classificados e outros eram excluídos do perímetro de proteção. Resultava, então, em uma seleção restritiva, onde eram incluídos apenas aqueles bens considerados mais importantes no conjunto urbano do ponto de vista estético. É interessante notar que a metodologia de seleção, delimitação e classificação dos bens do Setor Histórico de Curitiba é recorrente, e similar, em outros processos de tombamento e em normas de centros históricos brasileiros, seja em nível municipal, estadual ou federal. Pode-se verificar metodologias semelhantes, por exemplo, nos centros históricos da Lapa, de Paranaguá e da rua Comendador Araújo em Curitiba, nos quais adotou-se também um sistema de classificação de bens, porém em graus de proteção, priorizando-se a instância estética a partir de análises arquitetônicas e preferências estilísticas.¹⁰

Por fim, as práticas curitibanas apresentadas evidenciam a falta de maiores reflexões sobre a questão patrimonial por parte de seus agentes. Certamente, essa questão se devia à falta de formação específica do quadro técnico do IPPUC na área de preservação do patrimônio cultural, visto que só a partir de 1974 é que se criou o primeiro curso de especialização no Brasil na área de preservação, na FAUUSP, que mais tarde veio a se tornar o Curso em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos na Universidade Federal da Bahia. Poucos arquitetos curitibanos frequentaram esses cursos nas décadas de 1970 e 1980.¹¹

¹⁰ Nas normativas estaduais da Lapa (1989), de Paranaguá (1990) e da Comendador Araújo (2004) adota-se o sistema de classificação por graus de proteção, os quais possuem muitas semelhanças com o caso do Setor Histórico de Curitiba (1970).

¹¹ Estudou no Curso em Restauração e Conservação de Monumentos e Conjuntos Arquitetônicos realizado na FAUUSP, o arquiteto José La Pastina Filho (superintendente do IPHAN no Paraná até 2016). Estudaram no Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos na UFBA, o arquiteto Dalmo Vieira Filho (ex-superintendente do IPHAN em Santa Catarina), a arquiteta Jussara Valentini (foi coordenadora da CPC/SEEC na década de 1980), a arquiteta Rosina Coeli Alice Parchen (foi coordenadora da CPC/SEEC até início de 2017), entre outros. Nenhum deles do IPPUC.

A falta de formação dos urbanistas do IPPUC na área de preservação fica evidente também na contratação de Cyro Corrêa Lyra para detalhar a proposta do SH, para elaborar os projetos de restauração e então executar as obras. Tratava-se de um profissional da iniciativa privada que, apesar não possuir especialização na época da elaboração do PRSHC e dos projetos de restauração, possuía, pelo menos, alguma experiência na área de preservação.¹² É interessante, mas o IPPUC ainda mantém a prática de contratar consultores externos para auxiliar a equipe, a qual até recentemente não possuía um único técnico com pós-graduação específica na área de preservação do patrimônio cultural.

Além de Curitiba, percebemos que a falta de formação dos profissionais que atuam com o planejamento urbano e com a preservação do patrimônio cultural é frequente em todo o território nacional, especialmente nos centros históricos menores, nos quais não é rara a inexistência de arquitetos para atender a população. Acreditamos que a falta de formação específica nesse campo seja um dos possíveis fatores para o espaço do patrimônio continuar sendo tão secundário entre os próprios arquitetos, as gestões urbanas e a sociedade em geral.

¹² Apenas em 1976, após a elaboração dos planos e projetos, é que Lyra fez uma especialização no Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauo de Bens Culturais (ICCROM), em Roma/Itália em Conservação Arquitetural, com carga horária de 180h, com trabalho final sob orientação de Jukka Jokilehto. Em 1983, Cyro vai para o Rio de Janeiro assumir um cargo no IPHAN, como arquiteto, permanecendo na instituição até 2011, quando se aposentou.

Referências

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1985. Fonte: IPPUC.

REFERÊNCIAS

LIVROS, TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS:

BOITO, Camillo. **Os restauradores**: conferência feita na exposição de Turim em 7 de junho de 1884. Trad. Paulo Mugayar Kühl e Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. **Igreja da Ordem Restauo e História**. Ano VII, nº 44, outubro de 1980.

_____. **Centro Histórico**: espaços do passado e do presente. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 30, n. 130, março de 2006.

_____. **Cores da Cidade**: Riachuelo e Generoso Marques. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 23, n. 110, março de 1996.

_____. **Curitiba** – Vol. XIX – nº98 – julho de 1992.

_____. **Estrada do Mato Grosso**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, ano VIII, n. 50, março de 1981.

_____. **Rua XV e o comércio no início do século**. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n. 113, novembro de 1996.

_____. **Tiradentes**: A Praça Verde da Igreja. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 24, n. 120, julho de 1997.

BONDUKI, Nabil. **Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos**. Brasília: IPHAN, 2010.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a restauração arquitetônica hoje. **Desígnio**, 2006, n. 6, pp. 35-47

CASTRO, Cleusa de. **Permanências, transformações e simultaneidades em arquitetura**, 2002. 325F. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2002.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3ª edição, São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. (Trad. Luciano Vieira Machado).

_____. **O patrimônio em questão**: Antologia para um combate. Belo Horizonte: Ed. Fino Traço, 2011.

CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa: Edições 70, 2010.

D'ANGELIS, Taís Silva Rocha. **A estratégia patrimonial na construção da imagem da “Cidade-Modelo” de Curitiba**. 2016. 165 F. Mestrado em Urbanismo-PROURB, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2016.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JÚNIOR, Sérgio. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: RAP, 2007.

DUDEQUE, Irã Taborda. **Cidades sem véus**: doenças, poder e desenhos urbanos. Curitiba: Ed. Champagnat, 1995.

_____. **Nenhum dia sem uma linha**: uma história do urbanismo em Curitiba. São Paulo: Studio Nobel, 2010.

FARAH, Ana Paula. Restauo arquitetônico: a formação do arquiteto no Brasil para a preservação do patrimônio edificado. IN: **História**, São Paulo, 27 (2): 2008. p. 31-47.

_____. **Restauo arquitetônico**: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para a preservação do patrimônio edificado – o caso das escolas do Estado de São Paulo. 309F. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo: São Paulo, 2012.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRAMPTON, Kenneth. **História crítica da arquitetura moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

GARCÍA, Fernanda Ester Sánchez. **Cidade espetáculo**: política, planejamento e *city marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

_____. **Curitiba Imagem e Mito**: a construção social de uma imagem hegemônica, 1993. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1993.

_____. Políticas urbanas em renovação: uma leitura dos modelos emergentes. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. Campinas, n.1, 1999. pp. 115-132.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. IN: **Espaços e Debates**, São Paulo, ano 16, nº 39, 1996, pp. 48-64.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JABUR, Rodrigo Sartori. **Paranaguá**: identidade e preservação, 2015. 251F Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015.

KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. **Os rituais do tombamento e a escrita da História**: Bens tombados no Paraná entre 1938-1990. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

KÜHL, Beatriz Mugayar. (org.). **Gustavo Giovannoni**: Textos Escolhidos. Tradução Renata C. Cabral, Carlos R. M. de Andrade, Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê, 2013.

_____. Notas sobre a Carta de Veneza. IN: **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 18. n.2. p. 287-320. jul.-dez. 2010.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problemas Teóricos de Restauro. Cotia: Ateliê, 2008.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. (org.). **As missões da UNESCO no Brasil**: Michel Parent. Rio de Janeiro: IPHAN, 2008.

LE CORBUSIER, 1887-1965. **A Carta de Atenas** [versão de Le Corbusier; tradução de Rebeca Scherer]. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

LYRA, Cyro Corrêa. **Curso de Introdução à Conservação do Patrimônio Cultural**. [Apostila]. Curitiba, abril e maio de 1977.

_____. **Preservação do patrimônio edificado**: A questão do uso. Brasília: Iphan, 2016.

_____.; PARCHEN, Rosina Coeli Alice; LA PASTINA FILHO, José. **Espiraís do tempo**: bens tombados do Paraná. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006.

MARCHESINI JÚNIOR, Atílio. O modelo estratégico urbano de “*City marketing*” e suas escalas de atuação. IN: **Espaço em Revista**. Goiânia: UFG, v.2, n.2, 2010.

MAYUMI, Lia. A Cidade Antiga nos CIAM, 1950-59. IN: **6º. Seminário DOCOMOMO Brasil “Moderno e Nacional”**. Arquitetura e Urbanismo, 2005, Niterói, RJ.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais. In: YAZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. (org.). **Turismo Espaço Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MICELI, Sérgio. SPHAN: refrigério da cultura oficial. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, nº 22, 1987.

MOREIRA, Júlio Estrela. **Caminhos das Comarcas de Curitiba e Paranaguá**: até a emancipação da Província do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial, 1975. Vol. 1.

- MOTTA, Lia. O SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. **Revista do Patrimônio**, n. 22, 1987, pp. 108-122.
- _____.; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.
- MUMFORD, Eric Paul. **The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960**. Cambridge: MIT Press, 2000.
- NAVOLAR, Jeferson Dantas. **A arquitetura resultante da preservação do patrimônio edificado em Curitiba**. Curitiba: Factum Pesquisas Históricas, 2011.
- OBA, Leonardo. Tossiaki. **Os marcos urbanos e a construção da cidade**: a identidade de Curitiba, 1998. 327F. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Universidade de São Paulo: São Paulo, 1998.
- OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: UFPR, 2000.
- PEREIRA, Cecília Ribeiro. **O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil**. 2012. 205F Tese (Doutorado em desenvolvimento urbano) Universidade Federal de Pernambuco: Recife, 2012.
- PEREIRA, Valnei. Planejamento urbano e turismo cultural em Belo Horizonte, Brasil: espetacularização da cultura e a produção social das imagens urbanas. In: **Congresso Virtual de Turismo**, 2, 2003. Anais...2003.
- PESSOA, José (org.). **Lucio Costa**: documentos de trabalho. Brasília: IPHAN, 1999.
- PETERLINI, Claudia Regina. **A (re)construção de um lugar**: Planejamento e apropriação do espaço no Setor Histórico de Curitiba, 2012. 209F Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2012.
- PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação no Debate Cultural dos Anos 1920 no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.
- _____. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. In: **Revista Risco**. n. 3. São Carlos, 2006.
- RIEGL, Aloïs. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa: Edições Almedina, 2013.
- ROGERS, Ernesto Nathan; SERT, Josep Lluís; TYRWHITT, Jacqueline. **El Corazón de la Ciudad**: por una vida más humana de la comunidad. Barcelona: Editorial Científico-Médica, 1961.
- RUBINO, Silvana. Enobrecimento Urbano. pp. 26-37. IN: FORTUNA, Carlos.; LEITE, Rogerio Proença. **Plural de cidade**: léxicos e culturas urbanas. Coimbra: Edições Almedina, 2009. pp. 26-37.
- RUFINONI, Manoela Rossinetti. **Preservação e Restauro Urbano**: Intervenções em sítios históricos industriais. São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.
- RUSKIN, John. **A Lâmpada da memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.
- SANT'ANNA, Márcia. **Da cidade-monumento à cidade-documento**: A trajetória da Norma de Preservação de Áreas Urbanas no Brasil (1937-1990), 1995. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1995.
- _____. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015.
- SOZA, Marisol Rodríguez. Do Coração da cidade – a Otterlo (1951-59): discussões transgressoras de ruptura, a semente das novas direções pós-CIAM. IN: **8º. Seminário DOCOMOMO Brasil “Cidade Moderna e Contemporânea: Síntese e Paradoxo das Artes”**. Arquitetura e Urbanismo, 2009, Rio de Janeiro, RJ.
- THOMPSON, Analucia (org.). **Entrevista com Augusto da Silva Telles**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. (Memórias do Patrimônio, 2).
- VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.). **Intervenções em centros urbanos**: objetivos, estratégias e resultados. Barueri: Manole, 2015.

VIOLETT-LE-DUC. Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução e apresentação Beatriz Mugayar Kühl. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

XAVIER, Alberto. **Arquitetura Moderna em Curitiba**. São Paulo : Pini : Fundação Cultural de Curitiba, 1985.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

WILHEIM, Jorge. **São Paulo metrópole 65**: subsídios para seu plano diretor. São Paulo: DIFEL, 1965.

DEPOIMENTOS TRANSCRITOS:

BERRIEL, Andrea; SUZUKI, Juliana. (org.). **Memória do Arquiteto**: Pioneiros da Arquitetura e do Urbanismo no Paraná. Curitiba: UFPR, 2012

IPPUC. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, novembro de 1989. (Depoimentos, 1).

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, novembro de 1989. (Depoimentos, 2).

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, maio de 1990. (Depoimentos,3);

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, agosto de 1990. (Depoimentos, 4).

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, dezembro de 1990. (Depoimentos, 5)

_____. **Memória da Curitiba Urbana**. Curitiba: IPPUC, setembro de 1991. (Depoimentos, 7).

ENTREVISTAS:

Cyro Corrêa Lyra, em 28 de janeiro de 2016.

José La Pastina Filho, em 12 de janeiro de 2016.

Sergio Todeschini Alves, em 28 de setembro de 2016, por e-mail.

Rafael Greca de Macedo, em 23 de outubro de 2015.

TÉCNICOS CONSULTADOS:

Rosina Coeli Alice Parchen (CPC/SEEC), Ana Lúcia Ciffoni (IPPUC), Fernando Luiz Popp (IPPUC) e Marcelo Sutil (FCC).

DOCUMENTOS E PLANOS:

ABAIXO Assinado e moção de apelo dirigido ao excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba e demais autoridades constituídas. 20/11/1981.

DC 100/68 de 5 de abril de 1968. Carta de Dalena dos Guimarães Alves ao Diretor do Departamento de Cultura da SEC, Dr. Ennio Marques Ferreira, e encaminhada ao então presidente do IPPUC, Arq. Luiz Forte Netto.

IMAGUIRE JÚNIOR. Key. **Palestra proferida por Key Imaguire**: Aspectos Urbanos e Turísticos de Curitiba. Acervo da Casa da Memória, 197-. Data imprecisa.

IPPUC. **Planejamento Democrático**. vol. 4. Curitiba: IPPUC, 1966.

_____. **Plano Diretor de Curitiba 1966**. Curitiba: IPPUC, 1966.

_____. **Plano de Revitalização do Setor Histórico de Curitiba**. Curitiba: IPPUC, 1970.

_____. **Setor Histórico de Curitiba**: Pintura de fachadas e despoluição visual. 1ª fase – Largo da Ordem. Curitiba: IPPUC, 1988.

LYRA, Cyro Corrêa. **Restauração do Antigo Paço Municipal de Curitiba para instalação do Museu Paranaense: Memorial**. Curitiba, 1972.

_____. **Restauração Parcial da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas: Memorial**. Curitiba, 1974.

Ofício nº 253/68. Resposta do presidente do IPPUC, Arq. Luiz Forte neto, ao Diretor Dr. Ennio Marques Ferreira, de 15 de maio de 1968

Ofício nº 337/70 do Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi à Sra. Dalena dos Guimarães Alves, Diretora da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná, de 23 de outubro de 1970.

Ofício nº 361/70 enviado pelo Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi, à Sra. Dalena Guimarães Alves, Chefe da DPHA, de 26 de novembro de 1970.

Ofício PHA-132/70 da Diretora da DPHA, Dalena dos Guimarães Alves ao Diretor Presidente do IPPUC, Eng. Clóvis Milton Lunardi, de 16 de dezembro de 1970.

Ofício DPHA. PHA/32-72, de Cyro Corrêa Lyra ao então superintendente da FUNDEPAR Dr. Paulo Bittencourt Beltrão, em 19 de junho de 1972.

Ofício DPHA. PHA-42/74 do Diretor do DPHA, Sergio Todeschini Alves, ao Prefeito arq. Jaime Lerner, em 11 de março de 1974. Notificação do tombamento.

Ofício DPHA. PHA-174/74 do Diretor do DPHA, Sergio Todeschini, ao Secretário dos Negócios da Educação e Cultura Dr. Cândido Manuel Martins de Oliveira, em 4 de outubro de 1974.

Ofício DPHA. Circular do Diretor do DPHA, Sergio Todeschini Alves, aos proprietários de imóveis na Rua XV de Novembro, em setembro de 1974.

OLIVEIRA. Onaldo Pinto de; MONTEIRO, Gustavo Gama. **Curitiba Plano Preliminar Urbanístico**. Curitiba, julho de 1965.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA (PMC). **Boletim PMC**. Curitiba: PMC, Novembro e Dezembro de 1943. Disponível em: <http://www.ippuc.org.br/> Acesso em: 06/06/2016.

SOCIEDADE SERETE DE ESTUDOS E PROJETOS LTDA; WILHEIM, Jorge. **Plano preliminar de urbanismo de Curitiba**. São Paulo: Sociedade Serete, 1965. Disponível em: www.ippuc.org.br. Acesso em: 02/01/2016.

ATAS DE REUNIÕES:

Atas das reuniões do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná (1948-1983)

LEGISLAÇÃO:

BRASIL, Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Disponível em www.iphan.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei nº 81, de 10 de julho de 1948. Considera o Paço da Liberdade à Praça Generoso Marques, parte integrante do Patrimônio Histórico do Município de Curitiba. Disponível em www.cmc.pr.gov.br. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 2.828, de 10 de agosto de 1966. Institui o Plano Diretor de Curitiba e aprova as suas Diretrizes Básicas, para orientação e controle do desenvolvimento integrado do Município. Disponível em www.cmc.pr.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

CURITIBA. Decreto Municipal nº 1.160 “Dispondo sobre setor histórico de Curitiba”, de 05 de agosto de 1971.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei Ordinária nº 4.545, de 05 de janeiro de 1973. Cria a Fundação Cultural, conforme especifica. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

CURITIBA, Decreto Municipal nº 145, de 01 de fevereiro de 1974. Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, área de propriedade de Reinaldo Wolf. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei municipal nº 6202, de 17 de dezembro de 1980. Dispõe sobre os tributos municipais. Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CURITIBA, Câmara Municipal. Lei municipal nº 9800 de 03 de janeiro de 2000. “Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba, revoga as leis nº 4199/72, 5234/75, 5263/75, 5490/76, 6204/81, 6769/85, 7068/87 e 7622/91, e dá outras providências.” Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

CURITIBA, Decreto Municipal nº 185, de 03 de abril de 2000. “Regulamenta o art. 15, § 1º, inciso vi, da lei nº 9.800/00, dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do solo no Setor Especial Histórico e dá outras providências.” Disponível em www.leismunicipais.com.br. Acesso em 15 de janeiro de 2017.

FRANÇA, Lei 62/903, de 4 de agosto de 1962. Complementa a legislação sobre o patrimônio histórico e estético da França. Disponível em: <http://www.malraux.org/images/documents/loimalraux.pdf> Acesso em: 03/01/2017.

PARANÁ, Assembleia legislativa. Lei Estadual nº 38, de 31 de outubro de 1935. Cria o Conselho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná. Disponível em www.patrimoniocultural.pr.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

PARANÁ, Assembleia legislativa. Lei Estadual nº 112, de 15 de outubro de 1948. Cria a Divisão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Paraná. Disponível em www.patrimoniocultural.pr.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

PARANÁ, Assembleia legislativa. Lei Estadual nº 1.211, de 16 de setembro de 1953. Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Disponível em www.patrimoniocultural.pr.gov.br. Acesso em 22 de julho de 2015.

REVISTAS:

CARTÃO-postal. Justiça veta fachada nova para prédio velho. **Revista Veja**. nº 365. Editora Abril: São Paulo, 5 de novembro de 1980.

MANIA nacional: O calçadão de Curitiba é imitado em todo o país. **Revista Veja**. São Paulo, julho de 1987.

O que é patrimônio histórico? Dalena dos Guimarães Alves. **Revista Impulso 2**. Curitiba, fevereiro de 1967.

PADRÃO, Joaquim Cabeça. Defesa e Recuperação da paisagem urbana de qualidade. In: **Arquitectura**: Revista de Arte e Construção. Nº109. Lisboa: ICAT, 1969. pp. 131 – 134. Texto apresentado no Colóquio do Comitê Permanente “Sítios Históricos Urbanos” da Federação Internacional para a Habitação, Urbanismo e Planeamento do Território em Lisboa, em 1969.

SETOR Histórico Tradicional de Curitiba: Um pouco do passado entre o grande futuro. **Revista Impulso 2**. Curitiba, fevereiro de 1967.

TEMPIA, Emilio. La ristrutturazione del centro storico di Chester. In: **Urbanistica**. nº 53. Torino: **Urbanistica**, agosto 1968. pp. 27-34.

ZARĘBSKA, Teresa. Estudos históricos de base para a elaboração de planos de urbanização. In: **Arquitectura**: Revista de Arte e Construção. Nº105/106. Lisboa: ICAT, 1968. pp. 224 – 228.

JORNAIS:

A derrubada. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 de abril de 1965.

A eterna Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, 01 de março de 1973.

A guerra da circulação no “Largo da Desordem”. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de janeiro de 1984.

A nossa Rua XV. **O Estado Do Paraná**. Curitiba, 18 de maio de 1972.

A nova Rua XV: Uma rua cheia de flores, com largos passeios. É a cidade que se moderniza. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 11 a 17 de junho de 1972.

A nova Rua XV vai ficar linda de viver. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de maio de 1972.

A nova Rua XV vai ficar linda de viver. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 20 de maio de 1972.

A Rua das Flores e seus objetivos. Alcançados? **Diário do Paraná**. Curitiba, 07 de julho de 1977.

A vitória do pedestre 40 anos depois. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 19 de maio de 2012.

ACP vê Setor Histórico. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 de julho de 1968.

ALARGAMENTO da Rua XV. **Última Hora**. Curitiba, 25 abril de 1963.

ALGUNS problemas prejudicam a imagem da Rua das Flores. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de outubro de 1975.

ARAÚJO, Adalice. Patrimônio histórico, um compromisso com o passado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de junho de 1972.

ARQUITETOS conhecem a cidade. **Diário do Paraná**. Curitiba, 18 de maio de 1972.

ARQUITETOS veem Curitiba já mais humana. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de maio de 1972.

ÁRVORES surgem no asfalto da XV. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 23 de maio de 1972.

ASSOCIAÇÃO Comercial contra o tombamento. **Diário do Paraná**. Curitiba, 13 de outubro de 1974.

BOMBEIROS contra interdição da XV. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 25 de novembro de 1971.

CAIR para crescer. **Diário do Paraná**. Curitiba, 24 de outubro de 1965.

CASA Romário Martins sem posse. **Diário do Paraná**. Curitiba, 20 de julho de 1972.

CENÁRIO da feira popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 de junho de 1971.

COMERCIANTES vão à Justiça pela Rua Quinze. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 de maio de 1972.

COMÉRCIO no setor histórico criticado. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de setembro de 1991.

COMÉRCIO protesta: Tombamento. **Diário do Paraná**. Curitiba, 22 de setembro de 1974.

CORRENTES tornam Rua “15” oásis de pedestres. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de novembro de 1971.

CRISE Platina faz Diminuir Turismo em Curitiba. **Diário do Paraná**. Curitiba, 23 de janeiro de 1966.

“CURRAL” continua no centro. **Tribuna do Paraná**. Curitiba, 26 de novembro de 1971.

DA poluição visual, quando esconde a beleza de uma rua. **Diário do Paraná**. Curitiba, 31 de maio de 1974.

DESORDEM do Largo expulsa o padre Julio e dona Inge. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 13 de fevereiro de 1992.

DESORDEM ocupa o Largo. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de fevereiro de 1982.

DESPOLUIÇÃO visual da cidade dá mais beleza à rua das Flores. **Diário do Paraná**. Curitiba, 30 de maio de 1982.

DIRETRIZES para construir a “Estrutural”. **Diário do Paraná**. Curitiba, 16 de julho de 1971.

DOMINGO vá à Feira encontrar o passado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de junho de 1971.

EM poucas linhas. **Diário do Paraná**. Curitiba, 08 de julho de 1971.

EMPRESARIADO estuda setores históricos. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 28 de junho de 1968.

- ENFIM, Ordem é restaurada. **Correio de Notícias**. Curitiba, 15 de setembro de 1978.
- ENQUETE Prós e Contras da “Estrutural”. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de julho de 1971.
- ENTREGUE o Estudo visando a Revitalização Histórica. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de janeiro de 1971.
- ESTÁ desapropriada a casa mais antiga. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de outubro de 1971.
- ESTACIONAMENTO pago na Rua XV começa já. **Diário do Paraná**. Curitiba, 30 de novembro de 1971.
- EXCLUSIVIDADE a pedestres tem apoio popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 26 de novembro de 1971.
- FECHAMENTO do Largo da Ordem: Demissões e falência do comércio. **Diário Popular**. Curitiba, 03 de fevereiro de 1984.
- FERRAZ, Helena. Uma Rua de flores e crianças. **O Globo**. Rio de Janeiro, 09 de janeiro de 1975.
- FESTA da Ordem com bastante animação. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de outubro de 1978.
- FLÔRES, Moedas e Artesanato na Feira Popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 03 de junho de 1971.
- FORÇA policial para liberar prédio histórico. **Diário do Paraná**. Curitiba, 23 de julho de 1973.
- GEVAERD, Luís. A cidade que acabou poluída pelos painéis. **Diário do Paraná**. Curitiba, 17 de maio de 1977.
- HISTÓRICO some com progresso: O progresso fez vir abaixo casarões considerados de valor histórico. É o preço do desenvolvimento. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 05 de abril de 1973.
- INAUGURADO mais um painel como meio decorativo. **Diário do Paraná**. Curitiba, 29 de dezembro de 1978.
- IPPUC quer preservar parte velha da cidade. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 04 de outubro de 1969.
- JÁ programada abertura da Av. Estrutural. **Diário do Paraná**. Curitiba, 27 de junho de 1971.
- JAIME Lerner briga pelo fechamento da Rua XV: faz agora o contrato pessoal. **Folha de Londrina**. Londrina, 19 de maio de 1972.
- JOANA gostou da nova 15. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1971.
- LARGO da Ordem. **Correio de Notícias**. Curitiba, 19 de abril de 1980.
- MACEDO. Rafael Greca de. Restaure-se a Ordem! **Correio de Notícias**. Curitiba 04 de agosto de 1978.
- MANFREDINI, Luiz. Rua XV, 1973: (Homem x Máquina, 1x0). **O Estado do Paraná**. Curitiba, 07 de outubro de 1973.
- MILLARCH, Aramis. De como se destrói o nosso Setor Histórico. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 23 de fevereiro de 1983.
- MORADORES se unem para defender setor histórico. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 03 de setembro de 1991.
- MORENO, Júlio. Uma rua colorida, com flores, sem carros. Uma rua de lazer. Em maio do ano passado, o prefeito de Curitiba, Jayme Lerner, resolveu dar mais espaço aos pedestres da cidade. Em 72 horas, transformou duas quadras da Rua XV de Novembro numa imensa calçada, uma área de lazer. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 26 de fevereiro de 1973.
- MOVIMENTO na velha quinze. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 03 de abril de 2010.
- MUITAS atrações na nova feira popular. **Diário do Paraná**. Curitiba, 19 de junho de 1971.
- MUITOS Turistas na Cidade, mas Faltam Hotéis e Orientação. **Diário do Paraná**. Curitiba, 28 de janeiro de 1964.
- NA Rua das Flores, o estrago por veículos. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 07 de maio de 1974.
- NÃO foi só o bebedouro. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 18 de março de 1980.
- NO setor da desordem, clima é de desespero. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 24 de janeiro de 1992.

NO Setor Histórico, a hora da restauração. **Diário do Paraná**. Curitiba, 08 de agosto de 1971.

NO setor histórico, o problema do acesso. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de fevereiro de 1982.

NOITE Vazia (III) - Nilo chorando com a morte da casa pela desordem na Ordem. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 29 de janeiro de 1992.

NOTA. **Folha de Londrina**. Londrina, 28 de maio de 1972.

NOVA Quinze: Uma vitória do homem. **Diário do Paraná**. Curitiba, 27 de novembro de 1971.

O alegre espaço da comunicação. **Diário do Paraná**. Curitiba, 02 de junho de 1974.

O plano de trânsito acabou. É realidade. **Diário do Paraná**. Curitiba, 05 de dezembro de 1971.

O Povo Reclama: Quando são vistos monstros cogumelos aí pela urbe. **Diário do Paraná**. Curitiba, 12 de setembro de 1965.

PARA a ordem no Largo é necessário bom senso. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 16 de dezembro de 1983.

PASSADO ou futuro? **O Estado do Paraná**. Curitiba, 29 de julho de 1968.

PRAÇA Garibaldi, novo endereço requintado. **Diário do Paraná**. Curitiba, 10 de outubro de 1974.

PRÉDIOS Velhos na cidade ameaçam desmoronar. **Diário do Paraná**. Curitiba, 16 de janeiro de 1965.

PREFEITURA quer somente arte nas feiras. **Diário do Paraná**. Curitiba, 21 de janeiro de 1972.

PROBLEMA do luminoso une o comércio da XV. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 28 de setembro de 1974.

QUEBRADA tradição na Rua das Flores. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 31 de dezembro de 1976.

RESTAURADA a Igreja da velha Curitiba. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1979.

REVITALIZAÇÃO no Setor Histórico. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 30 de março de 1980.

RODRIGUES. Ernesto. Arquiteto que vai planejar futuro do Rio deixa saudade (e críticas) em Curitiba. **O Globo**. Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1983.

RUA das Flores será remodelada. **Diário do Paraná**. Curitiba, 15 de outubro de 1974.

RUA 15 já é exclusiva do comércio. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1971.

RUA 15 só para pedestres. **Diário do Paraná**. Curitiba, 24 de agosto de 1971.

RUA Quinze já é exclusiva ao comércio. **Diário do Paraná**. Curitiba, 25 de novembro de 1971.

SÃO Francisco, o cartão postal da cidade. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 11 de julho de 1985.

SETOR Histórico com lampiões. **Diário Popular**. Curitiba, 20 de março de 1980.

SETOR Histórico será só para pedestres. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 27 de fevereiro de 1980.

SETOR Histórico terá casa Romário Martins. **Diário do Paraná**. Curitiba, 03 de outubro de 1971.

SILVA. D. L. Festas populares para possibilitar a restauração da Igreja da Ordem. **Folha de Londrina**. Londrina, 07 de outubro de 1978.

SUREK, Miecislau. O Povo Reclama. **Diário do Paraná**. Curitiba, 14 de janeiro de 1965.

TOMBAMENTO é constitucional. **O Estado Do Paraná**. Curitiba, 22 de setembro de 1974.

TOMBAMENTO é ilegal? O Patrimônio Histórico do Estado tombou a paisagem urbana da Rua das Flores. A Associação Comercial está contra a medida, que seu presidente considera, no mínimo, inconstitucional. **O Estado do Paraná**. Curitiba, 19 de setembro de 1974.

TOMBAMENTO, um moroso processo. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 08 de janeiro de 1976.

TRECHO da Rua XV vai para o livro do Tombo. **Diário Popular**. Curitiba, 24 de março de 1974.

VELHOS prédios cedem lugar para a abertura da avenida Estrutural Norte, parte integrante do Sistema Viário em execução. **Diário do Paraná**. Curitiba, 09 de abril de 1972.

VIA rápida não destrói patrimônio. **A Voz do Paraná**. Curitiba, 03 a 09 de fevereiro de 1974.

SITES CONSULTADOS:

CONHECENDO CURITIBA: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conhecendocuritiba>

COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL/SEEC: www.patrimoniocultural.pr.gov.br

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – FCC: <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br>

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA – IPPUC: www.ippuc.org.br

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN: www.iphan.gov.br

HEMEROTECA DIGITAL – BIBLIOTECA NACIONAL: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA: <http://www.curitiba.pr.gov.br>

ACERVOS CONSULTADOS:

ARQUIVO NORONHA SANTOS/IPHAN

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ

CASA DA MEMÓRIA/ FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

COORDENAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL/ SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARANÁ

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA

SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARANÁ

Anexos

Aerofoto do *Centro Antigo* de Curitiba, em 1985. Fonte: IPPUC

PLANO DE REVITALIZAÇÃO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

■ 1º GRAU
 ■ 2º GRAU
 ■ COM ALTERAÇÕES
 ■ NEUTRO
 □ CONFLITANTE
 □ ESTACIONAMENTO

ARQUITETO CYRO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA
 PESQUISA ELOY KEY OMAR ROLF
 DESENHO CÍCERO ELOY
 ESCALA 1:1000 JUNHO 70

ANÁLISE DA ARQUITETURA

IPPUC

INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO
DE CURITIBA

1

PLANO DE REVITALIZAÇÃO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

ARQUITETO CYRO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA
PESQUISA ELOY KEY OMAR ROLF
DESENHO CÍCERO ELOY
ESCALA 1:1000 JUNHO 70

ALTURA DAS EDIFICAÇÕES

IPPUC
INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO
DE CURITIBA

2

PLANO DE REVITALIZAÇÃO SETOR HISTÓRICO DE CURITIBA

RESIDÊNCIA	INDÚSTRIA	ESCOLA	IGREJA
COMÉRCIO	EDIFÍCIO COMUNITÁRIO	HOSPITAL	ESTACIONAMENTO
RESIDÊNCIA E COMÉRCIO	EDIFÍCIO PÚBLICO	LOCAL DE TROTOIR	EM CONSTRUÇÃO OU DESOCUPADO

ARQUITETO CYRO CORRÊA DE OLIVEIRA LYRA
PESQUISA ELOY KEY OMAR ROLF
DESENHO CÍCERO ELOY
ESCALA 1:1000 JUNHO 70

USO DO SOLO

IPPUC

INSTITUTO DE PESQUISA E
PLANEJAMENTO URBANO
DE CURITIBA

3

Mapa 04: Calçamento dos passeios, pavimentação e iluminação. Fonte: IPPUC, 1970.

Mapa 05: Medidas de preservação. Fonte: IPPUC, 1970.

Mapa 06: Medidas urbanísticas. Fonte: IPPUC, 1970.